
cm 1 2 3 4 5 6 7 8
SciELO
12 13 14 15 16 17 18 19


cm
SciELO


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSE RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

262



A LAVOURA

ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

FUNDADA EM 1897

ANO LXV

JANEIRO - FEVEREIRO, 1962

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo — LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável e Redator-Secretário
LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor
Eng.º Agronomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Diretor Técnico
Eng.º Agronomo KURT REPSOLD

Redator Técnico
Eng.º Agronomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

GENERAL JUSTO, 171
Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245
RIO DE JANEIRO

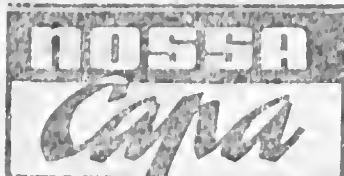
Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar
— Tel.: 33-1432 — End. Tel.
"LINEFI" C. P. 7257
—— SÃO PAULO ——

SUMÁRIO

Pág.



No plantio do café em contôrno, as ruas guardam um menor espaçamento dentro das fileiras; as ruas; ao contrário; tão alargadas de modo a permitir o trânsito desembaraçado das máquinas.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente — EDGARD TEIXEIRA LEITE
2.º Vice-Presidente — KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário — JOSÉ ARISTOBULO DE CASTRO FILGUEIRAS
4.º Secretário — GERALDO GOULART DA SILVEIRA
1.º Tesoureiro — RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro — OTTO FRENSEL

Secretário-Geral — LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO
FLAVIO DA COSTA BRITTO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
JULIO CESAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA		OCUPANTE
		Vaga
1 — ENNES DE SOUZA	—	Alberto Ravache
2 — MOURA BRASIL	—	Geraldo Goulart da Silveira
3 — CAMPOS DA PAZ	—	Kurt Repsold
4 — BARÃO DE CAPANEMA	—	Luiz Marques Poliano
5 — ANTONIO FIALHO	—	Antonio de Arruda Camara
6 — WENCESLAU BELLO	—	Ennio Luiz Leitão
7 — SYLVIO RANGEL	—	Frederico Murtinho Braga
8 — PACHECO LEÃO	—	Valentim F. Bouças
9 — LAURO MULLER	—	Heitor Grillo
10 — MIGUEL CALMON	—	Joaquim Bertino de M. Carvalho
11 — LYRA CASTRO	—	Edgard Teixeira Leite
12 — AUGUSTO RAMOS	—	Luiz Simões Lopes
13 — SIMÕES LOPES	—	Jayme Bernardes Cotrim
14 — EDUARDO COTRIM	—	Paulo Simões Lopes
15 — PEDRO OZÓRIO	—	Vaga
16 — TRAJANO MEDEIROS	—	Luiz Guimarães Junior
17 — PAULINO CAVALCANTI	—	Iris Meinberg
18 — FERNANDO COSTA	—	Julio Cesar Covello
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	—	Oswaldo Balarin
20 — GUSTAVO DUTRA	—	Ignácio Tosta Filho
21 — JOSÉ TRINDADE	—	José Augusto B. de Medeiros
22 — IGNÁCIO TOSTA	—	Fábio Luz Filho
23 — JOSÉ SATURNINO	—	Mário Penteado de F. e Silva
24 — JOSÉ BONIFÁCIO	—	Francisco de Assis Iglésias
25 — LUIZ DE QUEIROZ	—	Alfredo L. de Ferreira Chaves
26 — CARLOS MOREIRA	—	Honório Monteiro Filho
27 — ALBERTO SAMPAIO	—	José Carlos de Macedo Sores
28 — NAVARRO DE ANDRADE	—	Rômulo Cavina
29 — ALBERTO TORRES	—	Otto Frensel
30 — SÁ FORTES	—	Rômulo Joviano
31 — THEODORO PECKOLT	—	Oswaldo Lazzarini Peckolt
32 — RICARDO DE CARVALHO	—	José Sampaio Fernandes
33 — BARBOSA RODRIGUES	—	Sylvio Fróes de Abreu
34 — GONZAGA CAMPOS	—	José Assis Ribeiro
35 — AMÉRICO BRAGA	—	Moacyr Alves de Souza
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	—	José Carlos Bello Lisboa
37 — MELLO LEITÃO	—	Milton Freitas de Souza
38 — ARISTIDES CAIRE	—	Vaga
39 — VITAL BRASIL	—	Adamastor Lima
40 — GETÚLIO VARGAS		

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente do seguintes Orgãos:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sansom; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicação dos Empréstimos Rurais** — (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Interamericano de Comércio e Produção** — Dr. Edgard Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Alberto Ravache; **Conselho do Mérito Agrícola** — Luiz Simões Lopes, Suplente; Ben Hur Raposo; **Conselho Regional do S.S.R. da Guanabara** — Abel de Almeida; **Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara** — Juvenal da Silva Azevedo.

16 de Janeiro

Há sessenta e cinco anos que aqui se comemora esta data. É efeméride que assinala dedicações, espírito público de homens que, muitos, já se foram. Marca, ademais, uma fase, um capítulo na história agrícola do Brasil. Antes de 1897, um hiato de seis anos relegou a atividade agrária a plano secundaríssimo, pois nem a Secretaria específica, de fomento e orientação da agricultura, se mantivera, com as reformas republicanas.

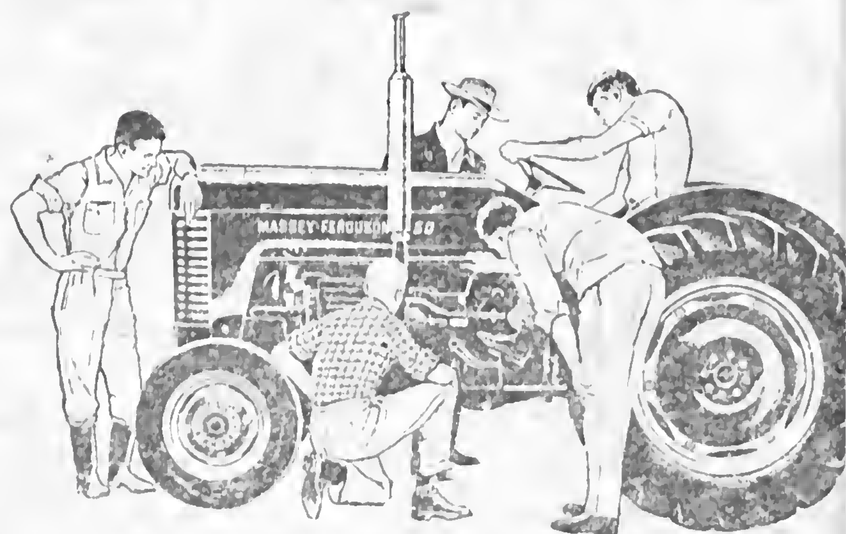
Não foi sem grandes lutas, desilusões e sacrifícios que os homens que seguiram à frente da Sociedade Nacional de Agricultura, conseguiram os resultados, realmente notáveis, até agora alcançados.

Embora os mesmíssimos problemas que até então entravavam o nosso progresso agrícola ainda perdurem em sua maior parte, muita coisa de positiva foi conseguida, bastando que, no ativo deste longo período, se creditem à Sociedade Nacional de Agricultura o advento do cooperativismo, a criação do Ministério da Agricultura, o Associativismo Rural e, por último, o Serviço Social Rural. Estes pontos altos da luta iniciada em 1897, se deixam tranqüilos os idealistas daquele fim de século, correspondem a uma grande responsabilidade para os que, em continuação, capitaneiam a vigorosa nau, hoje com destino seguro, que é a Sociedade Nacional de Agricultura.

Como um soldado de grandes batalhas, a velha Casa de Enes de Souza nunca se dá por satisfeita. Outras grandes tarefas se apresentam aos seus dirigentes atuais — uma das quais, sem dúvida, é a que se refere ao ensino agrícola. Com esse propósito, grande empenho está sendo posto para que o Estado da Guanabara, que hoje é meta da S. N. A. — como seu órgão federativo — seja dotado de um estabelecimento condigno, com as transformações por que está passando a sua antiga Escola da Penha.

Ao assinar o 16 de janeiro, aqui deixamos um voto de saudade a Arthur Torres Filho, o grande e saudoso presidente, a quem tanto deve a instituição e que, por uma coincidência muito expressiva, também, se vivo fôsse, estaria comemorando o seu aniversário natalício.

Para a frente e para o alto, com a legenda VIRIBUS UNITIS!


MASSEY-FERGUSON 50

REMINICÊNCIAS

O Tesouro da Fazenda Grande

Luiz Marques Poliano

A idéia de descobrir tesouros enterrados tem movimentado não somente espíritos aventureiros, como, até, Governos e instituições. Não há quem desconheça os casos dos "tesouros" do Castelo, da Trindade, da Ilha do Raimundo, na Guanabara, para só falarmos dos mais discutidos entre nós.

O da Ilha do Raimundo, na zona da baía em frente aos terrenos da antiga Estação Anti-Filoxérica da Penha (hoje Escola de Horticultura "Wenceslau Bello"), há pouco fez que aquela ilhota fosse totalmente revolvida, mas os resultados, como quasi sempre acontece, não corresponderam as esperanças dos que se atiraram à tarefa.

Pouca gente sabe entretanto, que na própria área da Escola profundas escavações foram feitas à procura de um "tesouro" que lá dormiria (e pelo visto ainda dorme até hoje), oculto pelos jesuítas, quando da sua retirada, compelidos pelas ordens de expulsão do Marquês de Pombal.

Contaremos como surgiu a história do tesouro da Fazenda Grande da Penha.

Ao tempo da presidência Lauro Müller, o vetusto e acachapado casarão da antiga Fazenda foi adaptado para servir de sede ao Aprendizado Agrícola que lá antecedeu a atual Escola de Horticultura, na terceira década deste século, as ruínas de uma velha Capela foram então destruidas. Na argamassa das suas grossas paredes encontraram então os operários uma garrafa, que continha um manuscrito de aparência antiga e um mapa rudimentar, no qual, se não nos falha a memória, se dizia que "cavando-se a 10 braças deste local (não houvera a preocupação de guardar-se a posição da garrafa), um grande tesouro está enterrado..."

A área da Fazenda havia sido parte da grande sesmaria concedida nos primeiros tempos do Brasil aos jesuítas na zona de Inhaúma e, como todas as propriedades da até então poderosa Ordem, devia esta também retornar à posse da Coróa, que posteriormente a desmembrou e redistribuiu.

O filho do diretor do Aprendizado, então muito criança, guardou o "segredo", e, homem feito, constituiu uma firma que se propunha descobrir o tesouro. Já então outro era o responsável pelo estabelecimento, tendo a firma conseguido da diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura permissão para as excavações indispensáveis, mediante condições, dentre as quais, uma, a de que todo o movimento de terra seria feito de acôrdo com as limitações determinadas pelo Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, atual diretor da Escola e na ocasião designado fiscal dos trabalhos por parte da Sociedade Nacional de Agricultura. A documentação a êste respeito perdeu-se com o arquivo da entidade, consumido no incêndio de 1942.

A excavação chegou até ao pé de uma velha figueira, aos fundos do atual Pavilhão Simões Lopes, cujo sacrifício seria iminente, caso não o obstasse o Prof. Goulart. A figueira não pode cair por se tratar de árvore remanescente — sentenciou êle — e os trabalhos se interromperam, para nunca mais se falar no assunto.

Sabemos que um velho cachimbo foi então encontrado, também uma moeda de cobre e outros objetos, a considerável profundidade. Os sócios não arredavam pé do local das pesquisas; o tesouro poderia ser localizado a qualquer momento... Certa noite, durante a vigília, um vulto foi notado sob a figueira, e todos saíram em desabalada correria apavorados com a aparição do guarda sobrenatural da fortuna fabulosa. Ao dia seguinte houve quem afirmasse ser o vulto o de um jesuíta com a sua roupeta negra, trazendo na mão uma cruz, como a dizer: não toquem no tesouro. Ele nos pertence.

VALOR ALIMENTÍCIO DA BATATA

Somente muito depois da descoberta da América por Cristóvão Colombo, foi que a batata foi introduzida na Europa. Ninguém poderia imaginar, então, o importante papel que aquêle tubérculo, nativo da região andina iria desempenhar em vários dos mais povoados países do mundo.

O soberano espanhol Felipe II, foi um dos primeiros europeus a quem foram oferecidos exemplares de batata.

Da Espanha o cultivo da planta se espalhou por tôda a Europa, e deve-se a vários soberanos e botânicos o fato da "Solanum tuberosum" ter se tornado acessível à todas as classes sociais.

A aceitação nem sempre foi fácil, mas, pouco a pouco, foi aumentando. O cultivo da batata aumentou grandemente e em tempo relativamente curto, o tubérculo se emparelhou a cereais e outros produtos que vinham sendo cultivados há séculos.



Bataticultura na Holanda
Batatas desenterradas por máquinas

Embora, inicialmente, a "Solanum tuberosum" fôsse considerada como uma raiz com teor de água muito elevado que "enchia" o estômago, mas tinha escasso valor nutritivo, a ciência moderna da nutrição mostrou que essa opinião é errônea. A batata contém muitos elementos indispensáveis no bom funcionamento do organismo.

É certo que é elevado o teor de água da batata isto é, cêrca de 75 a 80 por cento, e apenas 20 a 25 por cento de elementos sólidos. A fécula é, quantitativamente o mais importante dêsses elementos sólidos (mais ou menos 20 por cento).

A fécula, como é bem sabido, é um dos elementos que mantém a combustão do organismo, fornecendo as calorias que são necessárias para o trabalho e para manter a temperatura do corpo.

Mas a batata não contem apenas substâncias combustíveis, mas também construtivas e protetoras. Entre as primeiras, encontram-se as proteinas e sais minerais, que servem para desenvolver e manter o organismo. Deve-se salientar que as proteinas da batata são de excelente qualidade, e, alem disso fàcilmente absorvidas pelo organismo, podendo ser de certo modo, comparadas às proteínas de origem animal.

A batata também contém várias substâncias protetoras, tais como as vitaminas B1, B2 e C. Êsses elementos protetores são necessarios ao bom funcionamento do organismo. A vitamina C assegura a resistência a certas enfermidades, como o escorbuto, a gripe, os resfriados. A vitamina B1 evita o beriberi e a B2 é um elemento importante para o sistema nervoso.

É verdade que êsses elementos são encontrados em vários outros alimentos mas há um motivo que coloca a batata em condições de superioridade em face dos outros gêneros que possuem a fécula: é seu teor de vitamina C. Logo depois de colhida a batata é rica em tal vitamina. Nos meses que se seguem à colheita, o teor de vitamina C e de cerca de 25 mg por 100 gramas de batata. Em seguida, o teor vai diminuindo, pouco a pouco ate 15 mg e, na época da safra seguinte, e apenas de 5 mg. Quando se sabe que, de acôrdo com nutricionistas holandeses, um adulto necessitava de 50 mg de vitamina C e as crianças de 35 a 75 mg por dia, torna-se evidente a importância da batata como alimento. Numa boa dieta, as frutas e verduras desempenham, tambem, função importante para a satisfação de tais necessidades. O holandês em geral consome a batata cozida, depois de descascada. O consumo médio diário é de 350 gramas "per capita", e essa quantidade contém:

Cêrca de 7 grm. de proteína em alto grau, isto e, 10% da necessidade total.

Cêrca de 28 mg de cálcio, isto é, 3% da necessidade total.

Cêrca de 2,2 mg de ferro, isto é, 18% da necessidade total.

Cêrca de 238 I.U. vitamina B1, isto é 20% da necessidade total.

Cêrca de 112 I.U. vitamina B2, isto é, 6% da necessidade total.

Cêrca de 33 mg de ácido nicotínico, isto é, 22% da necessidade total.

Em média 42 mg de vitamina C, isto é, 84% da necessidade total.

Naturalmente o holandês consome alguma tecula, que não sòmente serve para encher o estômago como lhe fornece calorias.

O leite, manteiga, queijo, peixe, carne, ovos, pão legumes, frutas e verduras são outros alimentos básicos do holandês.

O Ministério de Agricultura Pesca e Alimentação dos Países Baixos criou, há tempos, uma Junta Dietética, com um Serviço Consultivo, que já tem prestado valiosos serviços, fazendo propaganda de uma dieta eficiente e equilibrada.

O diretor do serviço consultivo é professor da Universidade Agrícola de Wageningen, onde foi instituída, há alguns anos uma cadeira de Dietética.

Isso prova a importância que o govêrno holandês atribui ao problema de uma alimentação adequada. E é satisfatório constatar que outros países procuram alcançar o mesmo objetivo, de uma dieta equilibrada.

Nos últimos anos, segundo se tem revelado, regiões em que a população dependia, até então, de outros gêneros alimentícios para o seu sustento, foi iniciado o cultivo da batata.

Se possível os governos daqueles países deveriam evitar monoculturas. Assim não só seria evitado o risco de escassez de víveres em caso de más colheitas, como também permitiria que a população contasse com uma dieta mais variada, o que, incontestàvelmente, melhora as condições da saúde pública.

Além disso, o cultivo da batata é, em geral, muito útil do ponto de vista de economia agrária, pois o rodízio de cultivos, que em geral aumenta a produtividade do solo, pode ser aplicado em grande escala.

Embora a batata não seja primordialmente um produto de regiões quentes; existem nessas regiões, zonas em que as condições são satisfatórias para o seu cultivo, principalmente em terras altas onde a temperatura, queda pluviométrica e condições do solo são favoráveis.

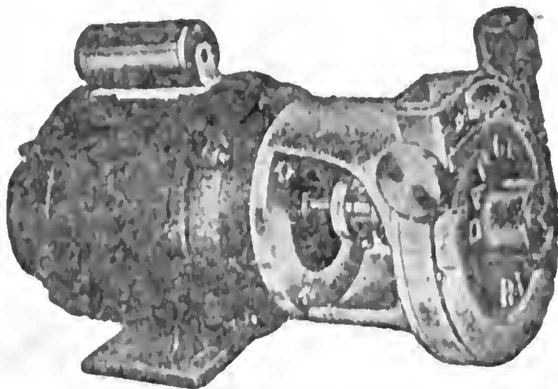
Atualmente, a batata vem sendo cultivada em muitas dessas zonas, indo ocupar um lugar ao lado do arroz, do milho, do sagu e de varios outros produtos vegetais.



MELHORES PADRÕES DE ALIMENTAÇÃO E SAÚDE PARA O NORDESTE

Programa Integrado de Educação em Nutrição do R. G. do Norte. Educação: a ferramenta básica do ambicioso projeto.

— "O Programa Integrado de Nutrição Aplicada do estado do Rio Grande do Norte é acima de um programa educacional: educação em produção de alimentos, educação nutricional e educação em saúde pública" — afirma à reportagem o engenheiro-agronomo peruano Mario Baracco que, na qualidade de especialista da FAO dentro do Quadro do Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas, vem desde dezembro do ano passado assessorando o govêrno daquele estado nordestino em matéria da sua especialidade. E acrescenta: — "Este Programa, o primeiro no gênero a ser realizado no Brasil, é resultado da ação coordenada dos Governos Federal e Estadual, de entidades privadas e das Nações Unidas, estas através da FAO, do FISI e da Organização Mundial de Saúde.



Programa nitidamente educativo

Prossegue o senhor M. Baracco dizendo que o Programa deveria ter sido denominado Programa Coordenado de Produção de Alimentos, Nutrição e Saúde, pois assim seria melhor compreendido pelo grande publico; não apenas as pessoas mais esclarecidas ou então ligadas direta ou indiretamente a essa realização, compreenderiam que ela visa a ensinar a criança — desde a escola primária — a produzir e a utilizar corretamente os alimentos de origem vegetal e animal de maior valor nutritivo; a orientar as mães no preparo de uma boa alimentação para sua família, utilizando-se de produtos do seu próprio quintal; esclarecendo o pai de família da zona rural porque e como cultivar os alimentos que o seu filho aprendeu a cuidar no colégio. Êsse processo complexo de educação — que visa, a um tempo, melhorar os padrões alimentares das comunidades e proporcionar-lhes uma fonte adicional de renda — é levado a cabo através das escolas, dos serviços de extensão rural e dos centros de saúde.

A participação das Nações Unidas

Instado a pronunciar-se sôbre a cooperação emprestada pelos organismos da ONU participantes, disse o técnico da FAO:

— "O Fundo das Nações Unidas para a Infância contribui com equipamentos e veículos agrícolas no valor de 56 mil dólares, enquanto que a OMS proporcionará assistência técnica segundo o desenvolvimento dos trabalhos". — A contribuição da FAO é a atuação do próprio Sr. Mario Baracco e de sua colega a nutricionista argentina Herminia Diaz Méndez, dois especialistas altamente categorizados, com vinte anos de experiência nos respectivos campos de trabalho.

— "No plano nacional, além dos Governos Federal — Ministérios da Educação, Saúde Agricultura e Trabalho — e Estadual — Secretarias de Agricultura Saúde e Educação d-

Rio Grande do Norte — colaboraram a SUDENE (em nível regional) e uma dezena de entidades públicas e privadas entre as quais se destacam o Serviço de Informação Agrícola a ABCAR, o SAPS, o Serviço Social Rural, o DNS, o Serviço Especial de Saúde Pública e outros".

A sede dos Cursos

— "O Programa de Nutrição Aplicada — prosseguiu o Senhor Baracco — tem a sua base em Natal é dirigido pela Assembléia Técnica da Casa Civil do Govêrno do Estado e conta com um diretor de cursos, um engenheiro-agrônomo, um nutricionista e pessoal auxiliar (isto sem incluir os técnicos da FAO). O pessoal nacional provém de cinco entidades diferentes, segundo a coordenação existente". — E acrescentou:

— "Também faz parte do Programa a Escola Rural Manoel Dantas, cedida pela Secretaria de Educação onde se levam a cabo os cursos de treinamento. É um prédio simpático, com ampla sala de aula, campos de cultivo com aproximadamente 5.000 m2 cozinha modêlo e escritórios".

O desenvolvimento do Programa

Sôbre o desenvolvimento do Programa, informou: — "Os técnicos brasileiros e os da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas já visitaram 25 municípios do estado, onde puderam selecionar, entre quase meia centena de escolas, 20 que possuem condições para a instalação de hortas escolares e locais de criação de pequenos animais, assim como cozinhas e abastecimento de água".

Sôbre os cursos programados, disse que em fins de agôsto último foi encerrado o primeiro destinado a professôras de ensino primário. Vinte mestras da capital e do interior do Rio Grande do Norte receberam seus certificados de habilitação após assistirem com aproveitamento a 65 aulas teóricas e 75 aulas práticas sôbre os objetivos do Programa, noções gerais de alimentação, educação alimentar, horticultura, citricultura, avicultura, suíno e caprino cultura, confecção e emprêgo de material auxiliar de ensino, etc. Concluindo, disse:

— "Não temos a menor dúvida que dado a excelente acolhida do Governador do estado ao Programa de Nutrição Aplicada, esse irá expandir-se rápidamente abarcando todos os municípios do Rio Grande do Norte, o que resultará em u'a maior produção de alimentos, um nível de nutrição mais elevado e um melhor padrão de saúde para a grande família norte-riograndense. É de se esperar que um programa tão importante quanto oportuno possa estenderse também a outros estados do nordeste".

Financiamento de Produtos Agrícolas

DECRETO N.º 153 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1961

Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional para o ano agrícola de 1961/62, fixados pelo Decreto número 50.411, de 5-4-61.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS, usando da atribuição que lhe confere o art. 18 item III da Emenda Constitucional n.º 4 de 2 de setembro de 1961 decreta:

Art. 1.º — Ficam alterados os operações de financiamento ou preços básicos mínimos para as aquisição no ano de 1961/62, de arroz feijão milho amendoim e soja estabelecidos no art. 2.º do Decreto n.º 50.411 de de 5 de abril de 1961 os quais passarão ser os seguintes.

ARROZ

Beneficiado polido do tipo dois, por saca de sessenta (60) quilos para a classe de grãos longos. Cr$ 1.930,00 (mil novecentos e trinta cruzeiros; para a de grão médios Cr$ 1.808,00 (mil oitocentos e oito cruzeiros e para a de grãos curtos Cr$ 1.655,00 (mil seiscentos e cinquenta e cinco cruzeiros; em casca dos tipos um e dois por saca de sessenta (60) quilos para a classe de grãos longos Cr$ 1.268,00 (mil duzentos e sessenta e oito cruzeiros); para a de grãos médios Cr$ 1.210,00 (mil duzentos e dez cruzeiros e para a de grãos curtos Cr$ 1.085,00 (mil e oitenta cinco cruzeiros). Arroz do Norte do País por saca de sessenta (60) quilos, beneficiado, polido do tipo 2 Cr$ 1.505,00 (mil quinhentos e cinco cruzeiros); e por saca de sessenta (60 quilos, em casca Cr$ 950,00 (novecentos e cinquenta cruzeiros). Todos classes e tipo. de acordo com as especificações baixadas pelos Decretos ns. 28.093 e 50.814 de 10 de maio de 1950 e 20 de junho de 1961 respectivamente.

FEIJAO

Cr$ 2.145,00 (dois mil cento e quarenta e cinco cruzeiros) por saca de sessenta (60) quilos da variedade branca; Cr$ 2.028,00 (dois mil e vinte e oito cruzeiros) das variedades de côres ou rajadas; Cr$ 1.911,00 (mil novecentos e onze cruzeiros) das variedades pretas; todos do tipo três das especificações baixadas pelo Decreto n.º 7.260 de 28 de maio de 1941. Feijão do gênero "macaçar" ou de "corda" branco ou de cores produzidos no Nordeste do País por saca de sessenta (60) quilos Cr$ 1.560,000 (mil quinhentos e sessenta cruzeiros).

MILHO

Cr$ 861,00 (oitocentos e sessenta e um cruzeiros) do grupo "duro" e Cr$ 820,00 (oitocentos e vinte cruzeiros) dos grupos "mole" ou "misto"; todos das colorações amarela ou mesclada por saca de sessenta (60) quilos do tipo 3 das especificações baixadas pelo Decreto n.º 7.438 de 25 de junho de 1941

(Continua na pág. 53)

CRIAÇÃO DE CAPRINOS PARA UTILIZAÇÃO DA CARNE

Tive ensêjo de escrever, anteriormente, um comunicado "Vantagens da criação de cabras", que é uma vista de conjunto sôbre os velhos e reconhecidos préstimos dêste modesto animal doméstico. Naquele comunicado, aludo principalmente aos couros, pêles e leite, e faço apenas uma ligeira referência à carne, quase considerada um subproduto, pois o couro parece ser considerado o principal objetivo da criação.

Pensando neste fato é que nos lembramos, nesta crise atual de carne, de apontar a vantagem de criar cabras, para produção de carne. Além dos excelentes couros, com maior abundância e lucro, é possível obter maior compensação na venda da carne, que bem pode deixar de ser um subproduto da exploração caprina.

Para obter carne de cabra de superior qualidade

A carne dos caprinos não é considerada de primeira qualidade e para sê-lo precisamos tomar alguns cuidados simples e que não aumentam ,em alta monta, o custo da produção.

Vejamos:

Quando se fala em carne de cabra que poderá ser consumida por gente de paladar apurado, fica entendido que só nos referimos ao cabrito e ao capado.

A carne de cabrito que mamou durante 2 ou 3 meses, e que comeu pastos tenros é saborosa, como os heróis de Homero sempre louvaram, segundo os cânticos dêste famoso poeta.

Quando não seja possível sacrificar os animais bem novos, devemos, então, recorrer a sua castração, não deixando passar de 2 anos de idade.

Os machos inteiros já formados e fêmeas velhas, esgotadas, pela exploração do leite, dão carne de qualidade tão inferior que não deve ser aproveitada, ao menos para o mercado da carne. Sua carne não deve mesmo ser consumida por estômagos delicados, pois a própria digestão destas vistualhas torna-se trabalhosa.

Em matéria de alimentação muitos povos, inclusive a nossa gente, são cheias de escrúpulos. Entre nós dificilmente se encontra quem coma carne de coelho, que francêses e inglêses tanto apreciam. Uma questoã de hábito.

Gostaria de ver a cara de certos patrícios nossos que acham ser a carne de cabrito alimento de pobre, quando souberem que nos restaurantes chiques, alpinos e tiroleses, serve-se esta carne, às vêzes figurando nos "menus" como "assados de gusmo", conforme declaração de Detteweiler, citado por Sanz de Egañas.

A criação do cabrito para a produção de carne, saborosa e bem paga, merece ser tentada, ao menos, nas proximidades dos grandes mercados consumidores. Terras não faltam. A criação é fácil, pois a cabra chega a comer alimentos que o boi e a ovelha rejeitam.

Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola

Centro Áudio-visual da Guanabara

EM EXECUÇAO NA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAO BELLO OS DOIS PROJETOS, OBJETO DO CONVENIO CR-SNA-CNER.

Relatorio dos trabalhos de 1961, pelo Executor Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura.

I — FINALIDADES DO CONVENIO

II — VISITA AO LOCAL

III — CONSELHO ADMINISTRATIVO

IV — RECURSOS FINANCEIROS

V — DESIGNAÇAO DE TECNICOS PELA C. N. E. R.

VI — PLANO DOS TRABALHOS

VII — EXECUÇAO DOS TRABALHOS

1 — *Complementação da vedação da área*
2 — *Movimento de terra*
3 — *Adaptações*
a) Casa do Diretor (C. C. T. A.)
b) Galpão (C. A. V.)
c) Pocilgas
d) Oficina-Escola
4 — *Construções*
a) Alojamento de empregados
b) Portão de entrada e Pavimentação
c) Pavilhão do C. C. T. A.
5 — *Inplantação dos Projetos*
a) Centro Cooperativo de Treinamento Agricola
b) Centro Audio-Visual
6 — *Serviços em Cooperação*
a) Material Audio-Visual
b) Oficina-Escola
c) Aviário da C.N.A.
d) Unificação do Serviço de Alimentação
e) Terraplanagem

VIII — PESSOAL

IX — PARTE FINANCEIRA

1 — *Movimentação e aplicação de numerario*
2 — *Execução orçamentária*

X — NOTAS DIVERSAS

1 — *Serviço Medico*
2 — *Ponto IV*
3 — *BIBLIOTECA*
4 — *Lavandaria*
5 — *Abastecimento de Agua*
6 — *Piscicultura*

XI — CONDUÇAO E TRANSPORTE

XII — DOCUMENTAÇAO FOTOGRAFICA

XIII — ANEXOS

1 — *Cópias Diversas*
a) Texto do Convênio CR-SNA-CNER
b) Resenha das reuniões do C. A.
c) Normas das reuniões do C. A.
d) Extratos da C|C no Banco do Brasil S. A.
e) Relatório do Diretor do C.C.T.A.
f) Relatorio do Diretor do C. A. V. (Instalação)
g) Relatório do Diretor do C.A.V. (Curso de Treinamento)
h) Protocolo E.H.W.B — C.A.V.
i) Lista do material fornecido pelo E.T.A.
j) Unificação do Serviço de Alimentação (Protocolo e Cardapio)
k) Oficio do C.R. sôbre o aproveitamento, pelo C.C.T.A., do aviário construido pela CNA na Escola de Horticultura "Wenceslao Bello"
2 — Documentação Financeira
a) Pagamento através de cheques nominativos
b) Pagamentos pelo Executor, com o produto de cheques ao portador

XIV — CONCLUSAO

O Convênio em vigor entre o Conselho Regional do Serviço Social Rural do Estado da Guanabara, a Sociedade Nacional de Agricultura e a Campanha Nacional de Educação Rural foi homologado pelo Conselho Nacional na sua 413.ª sessão, em 19 de outubro de 1960 e assinado a 28 de janeiro de 1961, conforme se vê da Portaria n.º 7 GP, de 1 de fevereiro, capeada pelo ofício CR-GB — n.º 109, de 2 de março do mesmo ano.

A publicação do Convênio no Diário Oficial da União verificou-se em 13 de março e a nossa designação para seu Executor consta da Portaria do Conselho Regional n.º 25 de 6 de abril.

I — FINALIDADE DO CONVÊNIO

O Convênio que temos a honra de executar visa à criação e instalação de um Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola e de um Centro Audio-Visual, ou seja a implantação de dois projetos distintos num mesmo Convênio, cada qual, com direção própria.

Êsses dois Projetos constituem modalidade de ensino inteiramente nova na Guanabara, embora já ensaiada ou praticada em algumas unidades da Federação.

Obedece, além, disso, o Convênio CR-SNA-CNER, o qual, ao que estamos informados teve origem nos setores técnicos do Conselho Nacional do Serviço Social Rural, a uma forma de Execução *sui-generis*, pois que é supervisionado por um Conselho Administrativo (Cláusula IV), composto de representantes das três entidades signatárias e do Executor.

II — VISITA AO LOCAL

A 20 de março o Presidente do Conselho Regional, o representante da Campanha Nacional de Educação Rural, os técnicos dessa repartição do M.E.C. e o Executor, percorreram detalhadamente as instalações e a área do estabelecimento. Dessa visita e da troca de idéias então ocorrida, resultou o nosso plano de trabalho para os seis meses que restavam à Executoria em 1961.

III — CONSELHO ADMINISTRATIVO

Estabelece a cláusula VI do Convênio a constituição de um Conselho Administrativo, composto, como já foi dito, de um representante de cada uma das entidades signatárias. Pelo Conselho Regional, foi designado o Engenheiro Agrônomo, Eneas de Morais e Silva; pela Campanha Nacional de Educação Rural, o próprio Coordenador, dr. Colombo Ettiene Arreguy, mais tarde substituído pelo Engenheiro Agrônomo Renato de Almeida Xavier; pela Sociedade Nacional de Agricultura, o Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira.

Em 1961, foram realizadas 13 reuniões, delas resultando resenhas que vão anexas. Na 5.ª reunião foram aprovadas as "Normas" de funcionamento do Conselho organizadas pela Executoria, conforme estipula o § 1.º da cláusula VI, também juntas. Foi adotado o regime da presidência rotativa. O sistema foi muito proveitoso aos trabalhos do Conselho e do Convênio.

O Conselho Administrativo tomou sempre conhecimento prévio dos assuntos a cargo da Executoria. As aquisições de material, as coletas de preço ou concorrências administrativas e especificações, adaptações, construções, admissão de pessoal técnico e administrativo, etc., foram sempre objeto de estudo e deliberação do Conselho e por ele devidamente aprovadas e homologadas.

IV — RECURSOS FINANCEIROS

A Cláusula VIII do Convênio consigna as verbas de Cr$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) do Conselho Regional e de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) da Campanha Nacional de Educação Rural, para o fundo conjunto do projeto.

A 22 de maio recebeu a Executoria comunicação do C. R. do depósito, no Banco do Brasil, da sua cota de contribuição. A 15 de maio, solicitou a Executoria ao C. R. providência, junto à C. N. E. R. para que esta fizesse recolher ao referido Banco a sua parte o que foi feito a 6 de junho, conforme se vê do extrato de conta corrente.

V — DESIGNAÇÃO DE TÉCNICOS PELA C. N. E. R.

Os parágrafos único e 3.º das cláusulas II e III do Convênio estipulam que as direções do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola e do Centro Audio-Visual, respectivamente, caberão a técnicos especializados em tal tipo de trabalho, indicados pela C. N. E. R.

A 6 de abril comunicou o C. R. (of. 174) que, por indicação daquela dependência do M. E. C., foram designados diretores do C. A. V. e do C. C. T. A., os Técnicos Renato Joaquim de Lima e Francisco Maia de Oliveira.

A 27 daquêle mês oficiou a Executoria ao C. R. comunicando que, na reunião do dia 11, ficaram os técnicos referidos pela C. N. E. R. de fornecer ao Executor os Planos e programas de trabalho a cargo de cada um, a fim de que êste, por sua vez, ficasse habilitado a submeter ao exame e deliberação dêsse colendo Conselho o plano geral dos trabalhos do Convênio, bem como a respectiva previsão orçamentária.

Preocupada a Executoria o decorrer dos dias, sem que tais planos lhe fossem presentes, prejudicando a sua tarefa já que as cláusulas do Convênio os condicionavam à iniciativa dos dois técnicos referidos.

A 30 de maio, o Sr. Coordenador da C. N. E. R., Dr. Colombo Ettiene Arreguy, comunicou ao C. R. a dispensa, a pedido, de cargo de diretor do C. C. T. A., do Sr. Francisco Maia de

Oliveira; e também que re solvera dispensar de igual função no C. A. V., o Sr. Renato Joaquim de Lima.

Para substituí-los, ainda no citado ofício, indicava os nomes do Eng.º Agr.º Renato de Almeida Xavier (C. C. T. A.) e da Profa. Odete de Paula Santos Ribeiro (C. A. V.).

Com a decidida colaboração desses dois elementos, pode a Executoria levar a bom têrmo a tarefa da implantação dos dois projetos do Convênio.

VI — PLANO DOS TRABALHOS

Na reunião do Conselho Administrativo de 12 de maio, apresentamos a nosso "Plano de Trabalho", que incluia não só a preparação do local (a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello") à execução dos dois Projetos, ainda que em instalações provisórias, já que os dois diretores apresentaram projetos de instalações definitivas que sòmente em um prazo muito mais longo ficariam prontas.

Ficou, naquela reunião, também decidido que a Executoria realizasse, imediatamente, a complementação do fechamento da área, sem o que impossível seria a prática dos serviços atinentes aos dois Projetos.

VII — EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

1 — *Complementação da vedação da área*

As constantes invasões do estabelecimento por elementos do conjunto residencial do I. A. P. I. e de outras procedências levou o C. A. à conclusão de que, sem o total vedamento da área da Escola os Projetos do Convênio não poderiam ser realizados. E foi assim que, de nosso programa constou êsse trabalho com especial prioridade, conforme o resolvido na primeira sessão do C. A.

Levantando o alinhamento pelo lado da rua Comandante Vergueiro da Cruz, procedeu-se à concorrência para a construção de um muro de alvenaria de tijolo, com 2,2) de alto, guarnecido, em cima, com três fios de arame farpado. Os trabalhos foram iniciados em junho e terminados em novembro numa extensão de 908 metros lineares. (Fotos 1 e 2).

Pelo lado do Departamento de Águas e Esgotos — outro ponto de invasão por elementos de uma favelinha ali existente — fizemos colocar uma cêrca com moirões de eucalipto com 10 fios de arame farpado. A providência melhorou a situação mas não a resolveu, pois que, desde a sua construção, é a cêrca constantemente rompida, obrigando a um repetido serviço de reparo. Tem ... 139,50 metros de extensão com 72 moirões. (Fotos 3 e 4).

Sôbre a rua projetada, no campo, perpendicular à rua Comandante Vergueiro da Cruz e a Av. Brasil, idêntico trabalho foi feito. Ali colocamos 167 moirões de eucalipto, com 342,45 metros sôbre os quais fizemos passar 9 fios de arame farpado. Nesse trabalho, utilizamos a mão de obra e grande parte de material existente na Escola.

Foram ao todo 1.385 metros lineares de muro e de cêrca de arame farpado, com moirões novos de 3,50m de alto.

2 — *Movimento de terra*

Para a construção do muro e correção da área limítrofe a rua Comandante Vergueiro da Cruz, teve a Executoria de realizar um não pequeno movimento de terra. Além disso, foram corrigidas estradas de acesso e aterrado um pântano junto a linha divisória da propriedade com vizinhos da rua Costa Rica. No lugar competente há fotos mostrando êsse trabalho.

3 — *Adaptações*

a) Casa do Diretor (C. C. T. A.)

A fim de não retardar o funcionamento do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, já que para a sua definitiva instalação teriamos, conforme projeto apresentado pelo técnico da C. N. E. R., de construir amplo edifício (com cêrca de 1.000m2), sugerimos ao C. A. e foi por êste aprovada a adaptação da casa do diretor, recentemente reformada, e ainda não habitada, e bastante ampla para abrigar cêrca de 20 cooperados. Com pequenas adaptações, foi possível instalar o C. C. T. A., que logo passou a funcionar.

b) Galpão — C. A. V.

Também para o C. A. V. recebeu a Executoria projeto de pavilhão próprio, com área idêntica ao do C. C. T. A. Não só pelo vulto da construção, como pelo tempo que a mesma exigiria, sugerimos ao C. A. o aproveitamento de um galpão existente, inicialmente destinado a servir de garagem e o fizemos adaptar à sua nova finalidade. E uma área de 200m2, onde, desde setembro vem funcionando, embora com limitações, o Sexto Centro Audio-Visual do Brasil. (Fotos 5 e 6).

Os trabalhos foram executados mediante concorrência, e dêles, se tem idéia não só pelas especificações aprovadas e executadas, como pelas fotos externas e interiores, no caderno de "Anexos" dêste Relatório.

c) Pocilgas

Como do plano dos trabalhos do C. C. T. A. consta-se a exploração de um Projeto de criação de suínos, fizemos recuperar a antiga pocilga da Escola. (Fotos 7, 8 e 9). Uma outra, mais moderna, mas inacabada, também foi objeto de nossa atenção. (Fotos 10 11). Ambas, após a reforma foram logo povoadas, e estão em pleno funcionamento. Adquirimos dois ternos de suínos de pedigree da raça CARUNCHO ao criador Sr. Luiz Hermanny e os entregamos ao Diretor do C. C. T. A. Obtivemos — sem contudo tê-los ainda recebidos — pela dedicada intercessão do Dr. Oliveira Lopes, outros dois ternos de suínos *Duroc Jersey*, pro-



Ao alto, divisa da sede da E. E. W. B. com a rua Comandante Vergueiro da Cruz.

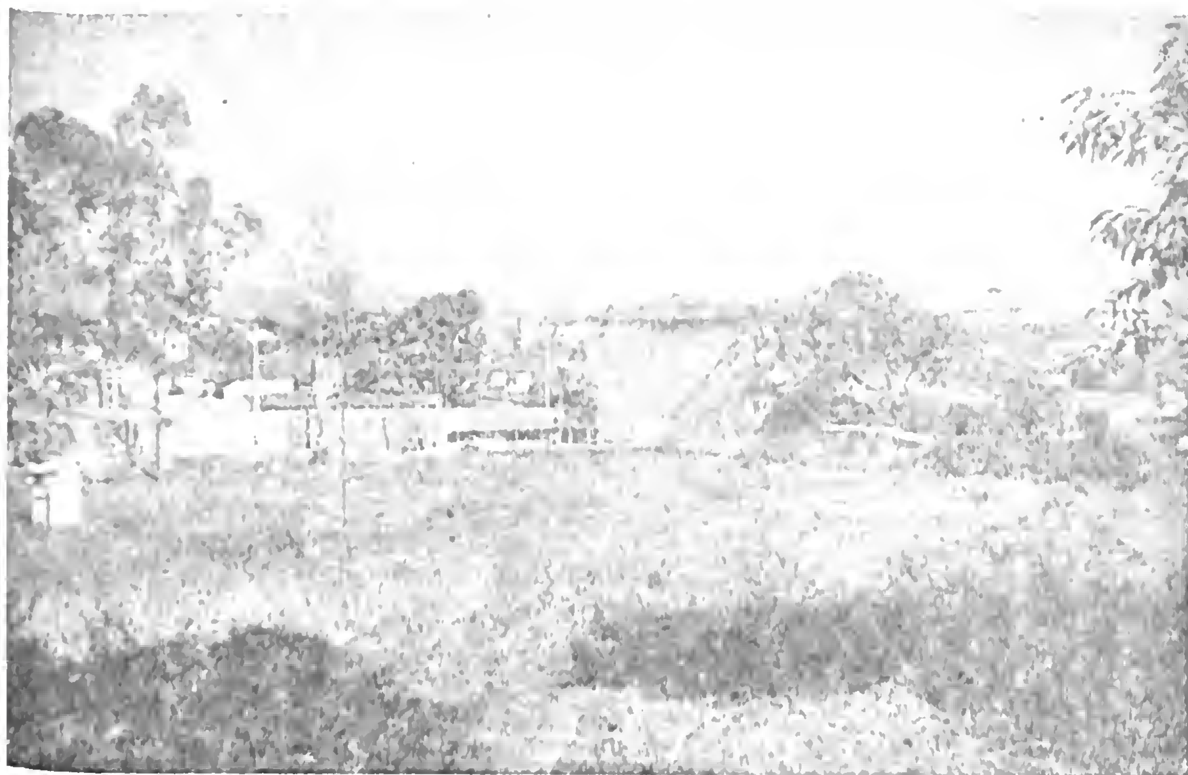
Em baixo, o mesmo trecho, após a construção do muro (Fotos 1 e 2)





[illegible] com terreno [illegible] por [illegible] plato [illegible] alagadiço [illegible] O terreno [illegible] arame farpado

[illegible]





Ao alto, o galpão, antes da reforma; em baixo, o mesmo imóvel, reformado.

(Fotos 5 e 6)



cedentes de estabelecimento especializado do Ministério da Agricultura. Com o núcleo de porcos crioulos já existentes na Escola, vai o C. C. T. A. não o explorar a venda de reprodutores como abastecer de banha e carne o serviço de alimen-



Pocilga velha (n.º 1), vista do exterior. Em baixo, aspeto interior. (fotos 7 e 8)





A mesma pocilga, após a reforma. (Foto 9)

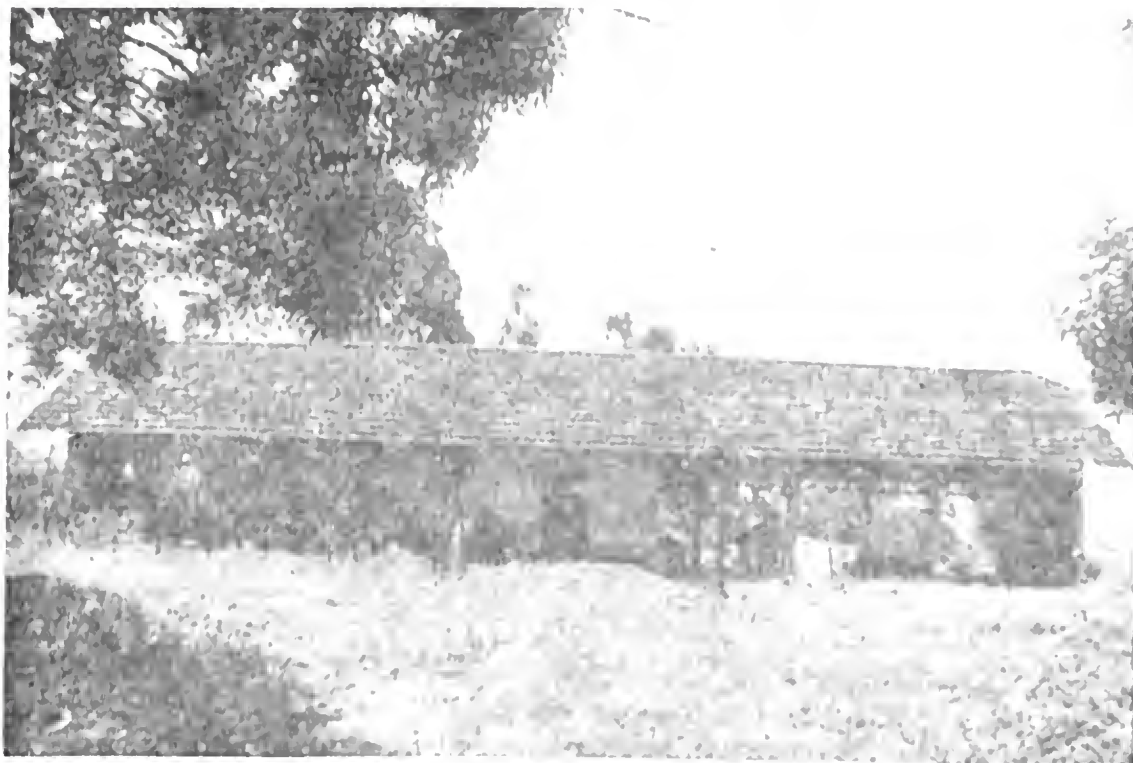
A pocilga nova após a reforma. Em baixo, vista interior

(Fotos 10 e 11)

facão dos empregados e dos alunos.

da Oficina Escola

Na reunião do C. A. de 13 de outubro seguinte, com aprovação geral, a instituição para servir à Escola e ao C. C. T. A. de uma oficina escola de carpintaria e mecânica, aproveitando os elementos existentes. O antigo estábulo, com uma área aproximada de 200 metros quadrados sofreu radical remodelação, visando a adaptá-lo aos seus novos fins. Os trabalhos foram orientados pelo Técnico Merril A[illegible]ay do Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos, com o qual a S. N. A. executa na Escola o Projeto 38 (Fotos 12 e 13).



Em cima, o antigo estábulo. Em baixo, o mesmo imóvel já reformado para servir de oficina escola (Fotos 12 e 13).



O valioso material que temos recebido da E. T. A. nesse setor é o mais moderno e de melhor qualidade não só em ferramentas como em máquinas, o que nos leva a crer que o máximo proveito será obtido pelos rapazes que estudam na Escola de Horticultura "Wenceslau Belo", e pelos estagiários no C. C. T. A. na aprendizagem de carpintaria e mecânica zelosamente acompanhada por aquele técnico. A recuperação de máquinas e de móveis do próprio estabelecimento cabe à oficina-escola um papel de relevo nas atividades escolares das quais, a nosso ver, as constituirá num dos seus pontos altos.

4 — *Construções*

a) Alojamento de empregados:

O número atual de empregados residentes, sensivelmente aumentado com a execução dos dois projetos, obrigou a construção de alojamentos higiênicos, ainda que modestos, capazes de manter os empregados e suas famílias, tanto quanto possível, afastados da área administrativo-escolar do estabelecimento.

Foram construídos dois blocos de residências com cinco unidades para famílias (quatro peças, sanitários e tanques) e duas de 2 peças e dependências para solteiros. Foram entregues esses alojamentos a 19 de dezembro aos seus ocupantes, tendo o Sr. Presidente do C. R. estado presente à solenidade, que não dispensou a benção dos imóveis pelo vigário local (Foto 14).



Alojamento de empregados (Foto 14)

b) Portão de entrada e pavimentação

Sôbre o muro, construímos um portão de ferro com 4,00 x 3,00, para a entrada de pessoas e veículos pesados. Dada a natureza do terreno (barro, em grande desnível), tivemos de pavimentar essa área por paralelepípedos. Essa entrada fica sobre o eixo da estrada de acesso à Escola pelo lado da rua Comandante Vergueiro da Cruz, dela deriva uma outra, para o Centro Audio-Visual, outra, para a estrada que vai à área de culturas do C.C.T.A. (Foto 15).



Portão de entrada pela rua Comandante Vergueiro da Cruz com a pavimentação a paralelepípedo. (Foto 15)

c) Pavilhão do C.C.T.A.

De acordo com o resolvido na 2.ª sessão do C.A., de 18 de abril, foi o Eng. Ary Fontoura de Azambuja incumbido, aproveitando tanto quanto possível, o "risco" apresentado pelo Técnico da CNER, de projetar essa construção. Trata-se de conhecido profissional, antigo diretor de Obras do Ministério da Fazenda, autor do projeto e fiscal do edifício daquele Ministério e da "Casa da Agricultura", dentre outros, e que, de modo geral, tem auxiliado a Executoria com a sua orientação técnica nos demais trabalhos realizados na área.

Firmado o contrato, e ouvido o diretor do C.C.T.A., foi possível, sem perda de espaço útil, antes dando a todas as dependências luz e ar diretos, a organização de um projeto reduzido na área proposta em mais de 200m2.

Aprovado este em sessão do C.A. e as respectivas especificações, realizou-se a concorrência e a obra entrou em 1962 com as fundações e a primeira lage concluídas.

Esperamos a sua conclusão dentro de quatro a cinco meses, quando faremos a mudança, aproveitando todo o material já adquirido para o C.C.T.A.

A locação do edifício é privilegiada, de frente para a estrada que ascende do Portão da Av. Brasil.

5. *Implantação dos Projetos*

a) Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola

Resolvida a imediata instalação do C.C.T.A., na casa de residência do Diretor, procedeu-se à aquisição de material indispensável. Os pedidos de material, e as demais providências, requeridas pelo respectivo diretor foram atendidas sempre com a maior presteza, embora com as limitações decorrentes dos processos de aquisição a que somos sujeitos. A substituição do diretor Francisco Maia de Oliveira pelo atual titular dr. Renato de Almeida Xavier, atrasou os planos da Executoria, que pretendia iniciar os trabalhos a 30 de junho.

Para a arregimentação e eleição dos cooperados, promoveu a Executoria uma reunião de dirigentes de associações rurais e de cooperativas filiadas ao órgão federativo da Guanabara, quando lhes foram explicados os fins do Projeto e solicitada colaboração, através a indicação de rapazes em condições de selecionamento.

O relatório, anexo, do Diretor, dr. Renato de Almeida Xavier, do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, completa as informações sobre as atividades desse Projeto.

b) Centro Audio-Visual

Ultimadas as adaptações da antiga garagem foi o Centro Audio Visual instalado sob a orientação e direção da Profa. Odette de Paula Santos Ribeiro, em 25.9.61.

Todo o material solicitado, tanto de instalações como técnico, foi em tempo adquirido e entregue, de modo que em 1961 uma primeira turma de treinamento pode ser preparada.

Ao C. A. V. a Executoria, após entendimentos com o Prof. Geraldo Gonçalves da Silveira, Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslau Bello", entregou apreciável material lá existente e aproveitável nas atividades do Centro, como projetores, material fotográfico e outros.

A sede do C.A.V., se bem que provisória, é confortável e funcional, e atenderá até a conclusão do Pavilhão definitivo, às suas finalidades.

Os relatórios, de instalação e do Curso de Treinamento da Profa. Odette de Paula Santos Ribeiro, esclarecem o seu Conselho, sob todas as suas atividades, em 1961. (Fotos 16 e 17)



Centro Audio-Visual da Guanabara. Sala de trabalho. Em baixo, Grupo de Professoras alunas e professores do 1º Curso de Treinamento Audio-Visual da Guanabara. (Fotos 16 e 17)



SERVIÇOS EM COOPERAÇÃO

a) Material Audio Visual

A Sociedade Nacional de Agricultura mantém acôrdo com o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos para diversos trabalhos de cooperação na Escola de Horticultura "Wenceslau Bello", consubstanciado no Projeto 38, há anos em vigor. Graças a ês e acordo, dispõe a Escola de excelente material não só de campo como de outra natureza, inclusive utilizável pelo Centro Audio Visual. Desde logo, entramos em entendimentos com a direção do estabelecimento, de forma a ser dado a êsse material o máximo de aproveitamento. Em virtude disso, foi lavrado um protocolo entre o Diretor da Escola e a Direção do C. A. V., em vigor. A utilidade dessa cooperação se verifica, desde logo, no valor do material ora em uso pelo C. A. V., estimado em mais de Cr$ ... ... 500 000,00, importância essa que seria muito maior se imaginarmos que foi importado livre de direitos, nos Estados Unidos e no Brasil com preço de fábrica para Govêrno.

b) Oficina-Escola

Também com o mesmo Projeto 38, estamos em vias de instalação em edifício com a sua adaptação pràticamente concluída, de uma oficina-escola modelar, de carpintaria e mecânica. As ferramentas e máquinas, do mais moderno tipo, sem contar com os utensílios agrícolas e veículos — do grande necessidade para o C. C. T. A., podem ser avaliados em mais de Cr$ ... 700 000,00, foi adquirido e entregue à EHWB nas mesmas condições acima. Um outro protocolo será assinado para êsse setor entre as duas entidades, brevemente.

c) Aviário da C. N. A.

Com a participação do C. R., a Comissão Nacional de Avicultura havia instalado na Escola um moderno aviário, que não havia sido utilizado até há pouco. Um ofício do C. R. à direção da Escola e à C. N. A. estabeleceu as normas para o imediato aproveitamento dessa instalação pelo C. C. T. A. já povoada de 500 pintos de um dia, número que será gradativamente elevado para 1.500 frangos do 60 dias.

d) Unificação do Serviço de Alimentação

Ainda assinou a Executoria um Acôrdo com a direção da Escola para a unificação do Serviço de Alimentação. Em vez de duas haverá sòmente uma cozinha, uma só dispensa, um só serviço de copa.

e) Terraplanagem

Graças às providências do C. R. nos últimos dias de dezembro podemos contar com o trabalho de um trator Caterpillar (D. 2), do Fomento Agrícola Federal, recuperado com os recursos do Convenio entre o C. R. e o M. A. Denunciado por este, o Convenio continuou aquela máquina a nos prestar relevantes serviços e, conforme ofício desta Executoria, pretendemos que a mesma não seja retirada antes que possamos ultimar a tarefa que para ela temos na área da Escola.

VIII — PESSOAL

O pessoal técnico e administrativo para os trabalhos a nosso cargo nos o reduzimos a um mínimo. Para serviços da Executoria, utilizamos de preferência empregados da Sociedade Nacional de Agricultura e da Escola, gratificando-os com importâncias sempre inferiores a um salário modico, em todo caso sempre mais dispendioso em se tratando de empregados especialmente contratados.

Pelo Convênio, o Pessoal do C. C. T. A. e do C. A. V. é de indicação dos respectivos diretores, que também lhe tem proposto os respectivos salários. A Executoria levou os seus nomes e salários à deliberação do C. A., que sempre os aceitou. Mesmo assim, sem contar os trabalhadores braçais, empregados nos serviços de limpesa, capina e outros, as despesas com o pessoal da Executoria, do Centro Audio-Visual e do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola não chegou a atingir a cifra prevista de Cr$ 1 380.000,00, conforme se verá pela documentação na parte financeira.

II — PARTE FINANCEIRA

1 — *Movimentação e aplicação do numerário*

A movimentação e a aplicação dos recursos à disposição do Convenio foram feitas dentro dos preceitos legais, e das instruções emanadas do C. R. O pagamento das contas de fornecimentos, e de prestação de serviços se ateve àquelas normas, não se dispensando a coleta de preços ou a concorrência administrativa, conforme o caso. Verifica-se do balancete que, dos 10 milhões do Fundo Conjunto (CR e CNER) restou no Banco do Brasil um saldo de Cr$ 438,20, não incluídos os juros.

2 — *Execução orçamentaria*

Não só devido ao escasso tempo de que dispôs a Executoria para uma mais perfeita previsão das aplicações a fazer nos seus seis meses de trabalho, mas, sobretudo, pelo fato de depender de planos da direção técnica (que só se ajustou depois de julho, com a substituição dos primeiros diretores nomeados), houve alguma disparidade entre o que foi previsto e o realizado. Contudo, o plano de trabalho foi cumprido, instalação dos dois Centros; complementação do vedamento da área, adaptações e reparos aquisições de material escolar e doutra natureza, alimentação de alunos e outros, citados nesta resenha.

No decorrer dos trabalhos, o C. A. foi sempre ouvido a respeito das aplicações durante o exercício.

I — NOTAS DIVERSAS

1 — *Serviço Médico*

Está a Executoria provi-

denciando a instituição de um serviço de fichas médicas, exame periódico dos internos e de palestras sôbre higiene, o qual servirá não só ao C. C. T. A. como à Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Foi contratado para êsse trabalho, mediante módica gratificação, o médico Affonso Roberto Martins Garrido da CNER que, a partir de 1962, iniciará sua atividade. Estamos já cuidando da instalação de um pequeno Gabinete, adequado a tal serviço.

2 — Ponto IV

Embora o C. C. T. A. e o C. A. V. já estejam recebendo, através da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", apreciável ajuda do Ponto IV, em virtude da vigência do Projeto 38 (SNA — ETA), mantivemos entendimentos com elementos do referido Escritório, para uma ajuda ainda maior em 1962. Temos fundadas esperanças de que conseguiremos ampliar essa cooperação com a entidade citada.

3 — Biblioteca

Também uma Biblioteca especializada está apenas na dependência da adaptação do local apropriado (em edifício já desocupado) para ser organizada. Dela beneficiar-se-ão professôres e alunos do C. C. T. A., do C. A. V. e da E. H. W. B. Além da apreciável quantidade de livros e folhetos, sem arrumação e catalogação de há muito existente na Escola, pretendemos, inaugurada a Biblioteca, obter obras modernas das diversas especialidades, as quais serão tècnicamente classificadas e então oferecidas aos consulentes.

4 — Lavandaria

Não foi possível, dentro do exercício, instalarmos uma lavandaria, indispensável a um estabelecimento de ensino que, em 1962, terá só de cooperados do C. C. T. A., quarenta internos. Êste serviço atenderá, também, aos alunos dos diversos cursos da E. H. W. B., que se espera atingirão a cêrca de meia centena de rapazes, também no regime de internato, sem contar os empregados e mais as roupas de cama e mesa. Iniciamos gestões para que, por intermédio do ETA consigamos a importação, pelo Projeto 38, do equipamento necessário.

5 — Abastecimento de água

Êste problema, como não poderia deixar de ser, atinge também o estabelecimento de ensino em que se desenrola o trabalho desta Executoria. As exigências aumentaram com a instalação dos dois Centros e se agravarão no decorrer de 1962, como é óbvio. Da Repartição de Águas pouco se poderá esperar e, assim, tratamos de fazer a perfuração de dois poços-photos artesianos, cuja produção é estimada em 6 7.000 litros diários. A água recolhida foi mandada ao Laboratório de Análises, cujo resultado habilitará a Executoria a lhe dar o aproveitamento adequado, sobretudo na irrigação, que os projetos do C. C. T. A. exigirão com a expansão prevista.

6 — Piscicultura

Não só como reforço de proteínas animais no cardápio dos internos (cooperados do C. C. T. A. e alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello") mas, também, como exemplo aos nossos proprietários rurais, iniciamos providências e oportunamente procuramos técnicos em piscicultura, para a instalação em local apropriado da área da E. H. W. B., de um lago para a criação de peixes. É quase certo que, se êsses estudos o aconselharem, em 1962, o lago com cêrca de 1|2 hectare será instalado e nêle, possìvelmente a tilápia — a espécie introduzida com tanto sucesso no Brasil pelo saudoso Prof. Paulo Parreiras Horta, será a preferida.

XI — CONDUÇÃO E TRANSPORTE

Realiza-se o convênio em local afastado do Centro: Km 10 da Avenida Brasil. A Executoria foi autorizada, na primeira reunião do C. A. a adquirir uma viatura. Em virtude de entendimento, porém, com o anterior Presidente do C. R. e para que os recursos do Convênio se aplicassem em serviços mais urgentes e úteis, a aquisição não se fêz, sendo, então, posta à nossa disposição uma pequena camioneta DKW, que servia antes ao Executor do Convênio entre a S. N. A. e a E. H. W. B., Sr. Aristóbulo de Castro Filgueiras. O veículo nos foi entregue por ofício n.º 392-61, e recebido em 21 de junho, já com 55.000 Km. rodados, o que justifica os constantes consertos a que tem sido obrigado durante o exercício. Amiudamente, tivemos de utilizar carros de aluguel, para nós e para os dois diretores, não só antes de dispormos, daquela condução, como durante o tempo em que o veículo se achava nas oficinas para reparos. Mais um veículo se tornava absolutamente necessário pois que, com o que temos à disposição, devemos atender a um serviço que será mais desenvolvido ainda em 1962. A falta de condução tem constituído sério embaraço aos nossos trabalhos. Confiamos em que, brevemente, conforme nos foi prometido, fique a Executoria aparelhada com mais um veículo, aproveitando-se um daquêles que serão restituídos em virtude da terminação de outros Convênios.

Para o transporte de carga temos contado com um excelente caminhão chevrolet de 6 toneladas que a Escola possui. Apenas tem o Convênio contribuído com o motorista e com parte do combustível.

XII — DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Atendendo a recomendação contida nas instruções do C. R. a respeito dos Relatórios, anexamos a primeira via deste trabalho a documentação fotográfica que nos foi colher no decorrer de 1961.

XIII — ANEXOS

1 — *Cópias diversas*

a) Texto do Convênio CR, SNA, CNER.
b) Resenha das reuniões do C.A.
c) Normas para o funcionamento do C. A.
d) Extrato da C/C no Banco do Brasil S.A.
e) Relatório do Diretor do C. C. T. A.
f) Relatorio da Diretoria do C.A.V. (Instalação)
g) Relatório da Diretoria do C.A.V. (Curso de Treinamento)
h) Protocolo E. W. B. — C.A.V.
i) Lista do material fornecido e em uso na Escola pelo ETA
j) Protocolo E. W. B. — C. N. A.
k) Unificação do Serviço de Alimentação (Protocolo)

2 — *Documentação financeira*

Em volumes à parte, acham-se devidamente classificados os documentos dos pagamentos realizados pela Executoria, a saber:

a) Pagamentos realizados pela Executoria com o produto de cheques ao portador, exclusive de pessoal (Comprovantes nas pastas 1 e 2)

b) Pagamentos realizados pelo Executor através cheques nominativos, e com o produto de cheques ao portador. Comprovante (inclusive documentação de ocorrência) nas pastas 3 e seguintes

XIV — CONCLUSÃO

Ao terminar êste suscinto relato das atividades de que fomos incumbidos, desejamos deixar assinalado que:

a) foi altamente proveitosa no meio rural do Estado a implantação dos Centros Cooperativo de Treinamento Agrícola e Audio-Visual da Guanabara, a julgar pelo favorável acolhimento que teve a iniciativa;

b) tudo indica que, vencidos os primeiros óbices, comuns a trabalhos desta natureza, o exercício de 1962 oferecerá ainda melhores frutos em favor dos beneficiários da modalidade de ensino em pratica, favorecendo, consequentemente, o meio rural de onde provieram e para onde voltarão;

c) o elemento humano com que convivemos ou dirigimos merece todo o aprêço da Executoria, não só pelo aproveitamento dos primeiros (alunos) como pelo espírito de colaboração e dedicação à respectivas tarefas de dirigentes, técnicos e servidores;

d) o já razoável aparelhamento com que já conta o Convênio dará a Executoria maiores ensejos para uma razoável expansão dos projetos em 1962 seja aprimorando os métodos de trabalho, seja aumentando até ao máximo o número de alunos internos e externos;

e) de duas naturezas foram os problemas da implantação: os de instalação dos serviço e os de recrutamento de alunos. Os últimos perdurarão êste ano, mas a nossa tarefa será de muito facilitada pelo fator tempo. Também ficará afastada a dificuldade de uma seleção de elementos em idade escolar (no caso do C. C. T. A.) e de professores (no do C. A. V.) além de meio de ano como se deu em 1961. Providências já estão sendo tomadas para que êsse recrutamento se inicie imediatamente;

f) a Executoria pôde contar, para o bom resultado de sua tarefa com a colaboração da direção da E. H. W. B. e de seu corpo docente, bem como o apoio decidido da presidência do C. R., de seus técnicos e funcionários e da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura;

g) finalmente, deve ser afirmado que, para os bons resultados alcançados no empreendimento muito concorreram os recursos humanos e materiais que a Executoria utilizou, existentes na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Rio de Janeiro, 15-1-1962.

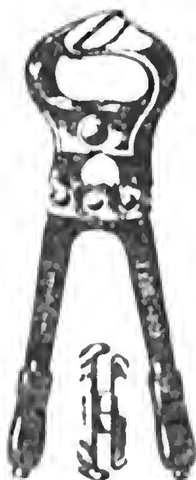
as.) Luiz Marques Poliano

CHEGOU O NOVO MODELO

Torqueses BURDIZZO

DE FAMA MUNDIAL

POSSUI DETENTOR DO CORDÃO, SEGURA O CORDÃO TESTICULAR NO PONTO PRECISO PARA SUA RUPTURA OU ESMAGAMENTO, SEM CORTAR NEM FERIR A PELE DO ESCROTO... NÃO CAUSA LESÕES SUSCEPTÍVEIS DE INFECÇÃO



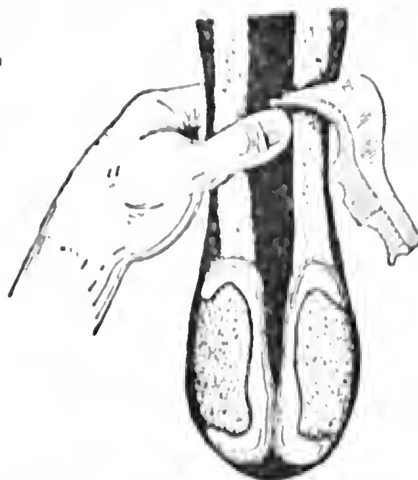
Cada torquês é acompanhada do LIVRO DA TÉCNICA PARA CASTRAR.



Uma operação simples, segura e inofensiva. Qualquer fazendeiro com um ajudante, pode castrar seus animais.



Desenho mostrando como se separa e empurra, com o indicador e polegar da mão esquerda, o cordão direito para um lado forçando-o contra a parede do escroto para isolá-lo, ajustando depois a torquês.



Desenho mostrando os cordões e os testículos, assim como a posição dos dedos e da torquês pronta para apertar.

PARA MAIORES INFORMAÇÕES DIRIGA-SE AOS DISTRIBUIDORES

HERMAN JOSIAS S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rua dos Mercadores, 8 — RIO DE JANEIRO

A VENDA NAS BOAS CASAS DO RAMO

Fabricantes: N. BURDIZZO — Torino, Itália

Como fundar uma Cooperativa de Consumo

A Federação Argentina das Cooperativas de Consumo (F. A. C.| C.), em seus formulários de propaganda e organização, aconselha os interessados a que obedeçam a umas tantas normas prévias antes de fundá-las, normas que reforçam o que diz o Serviço de Economia Rural em suas "Instruções para Organização de sociedades Cooperativa".

"Não é conveniente fundar uma cooperativa de consumo quando já existe outra na mesmo localidade. É preferível incorporar-se à já existente, conjugando esforços e vontades.

"Uma cooperativa deve fundar-se sôbre a base de adesão livre e voluntária dos consumidores, sem distinção de idéias políticas e crenças religiosas., atividades, atos e cerimônias estas que devem ficar totalmente fora de cooperativa, pois, quanto maior o número de associados, melhores serão os serviços que poderão prestar à Cooperativa.

"Por isso, a melhor denominação que se pode dar a uma cooperativa, é "Cooperativa Limitada de Consumo" ou "de Consumidores" juntando-se o nome da localidade. Prescindir, pois, de títulos pomposos e largos.

"Antes de começar qualquer questão terá que se documentar; ter tudo quanto se publique sôbre a matéria, assim como conhecer as leis decretos e resoluções administrativas que digam respeito ao funcionamento das cooperativas.

"Uma cooperativa que fracassa ocasiona perdas e desiluções, e por algum tempo, é difícil fazer outras tentativas na mesma localidade.

"A melhor forma de preparar um ambiente para conseguir constituir uma cooperativa, é pôr-se em contato com amigos, vizinhos e companheiros de trabalho que mereçam confiança por sua honradez, capacidade e desinterêsse. Formar um grupo pelo menos de dez pessoas, reunir se com freqüência para trocar idéias e impressões sôbre a cooperativismo e a possibilidade de que se poderá chegar a reunir pelo menos uma centena de associados na localidade. Depois, iniciar uma propaganda de preferência individual, com visitas a domicílio e entrega de material impresso de propaganda Se se dispuser, na localidade do concurso de uma pessoa versada na matéria, poderão organizar-se algumas conferências publicas.

"Quando se julgar que chegou o momento oportuno para ter exito, a comissão provisória redigirá o projeto de estatutos da Cooperativa, tomando como base o modêlo que oferece a F.A.C.C. (no Brasil o Serviço de Econom'a Rural ou os departamentos estaduais de cooperativismo), o qual é fruto da experiência adquirida na matéria e está enquadrado nos princípios cooperativos e nas prescrições legais.

"Há que meditar especialmente sôbre o valor das ações (quotas partes, no Brasil). Deve-se fixar uma quantia que possibilite manter existências de mercadorias que possam satisfazer a necessidade imediata dos associados. Por isso, aconselhamos que o valor seja de quinhentos pesos cada uma, ou mais, pagar à vista, ou em prestações de dez por cento, dando-se ao invés de títulos, uma caderneta especial (como dizemos, no Brasil, que é o título nominativo), na qual se anotarão as prestações pagas, os juros e os retornos correspondentes. Esta caderneta poderá servir também de credencial ao associado para suas relações com a Cooperativa.

"Em seguida, convocar-se-ão, com uns qüinze dias de antecedência, para assembléia de constituição da Sociedade, enviando-lhe o projeto de estatutos e a ordem do dia."

Café Solúvel Ideal Solução

O Govêrno brasileiro com o seu alto descortínio dos problemas financeiros está vivamente empenhado em incrementar as exportações dos produtos nacionais e conseqüentemente propiciar melhores condições de vida aos que mourejam nos campos e nas fábricas.

Cooperando com os patrióticos designios dos dirigentes do País o Instituto Brasileiro do Café que é sem favor um dos esteios das finanças nacionais esforça-se cada vez mais para em tôda sua plenitude, os elevados objetivos visados e para que o Govêrno Federal atinja isso está estudando com o máximo de atenção e empenho a conveniência de substituir a tradicional exportação do café em grão pelo café solúvel.

Nota-se desde logo vivo e real interêsse no sentido de que seja essa revolucionária substituição levada avante cujas vantagens compreendem em princípio o melhor acondicionamento do novo produto num bujão mais fácil nos embarques, enlatamento hermético garantidor da qualidade e da inalterabilidade do sabor da bebida, maior percentagem quantitativa e qualitativa, a simplificação no preparo do café enfim inúmeros outros fatôres importantes que seria fastidioso citar num despretencioso artigo.

E tal o interêsse despertado por esta radical transformação que muitas firmas nacionais idôneas apresentaram-se propondo levar avante a produção em larga escala dessa nova forma de preparo do café do Brasil, propostas estas que estão sendo cuidadosamente estudadas por uma comissão de técnicos do IBC de largo tirocínio comprovada capacidade e profundos conhecedores dos assuntos relacionados com o café.

Possuidores de larga experiência os componentes desta Comissão não se restringem apenas a estudar a transformação do café em grão em café solúvel.

Consideram êles existirem outros fatôres técnicos ponderáveis sujeitos a acurados estudos como a aceitação do produto nos centros tradicionalmente consumidores de nosso café, a inviolabilidade do recipiente em que o mesmo será acondicionado e inalterabilidade do produto a conservação de suas qualidades características a penetração em áreas até então refratórias à bebida e finalmente o fator econômico sem o que estaria prejudicado "in limine" o principal objetivo que é o do incremento das exportações e da qual advirão maiores rendas para as finanças nacionais.

Outro aspecto interessante do assunto é que êsse tipo de café elimina os arcaicos e rotineiros processos de filtragem, dá ao consumidor a dosagem exata preferida pelo seu paladar (variável de indivíduo para indivíduo) e transforma a operação de fazer uma boa bebida à sua vontade a uma simplicidade tal que qualquer leigo em tempo mínimo fará uma ótima bebida a seu gôsto e as tradicionais casas que vendem a excelente bebida prescindirão das complicadas máquinas e atenderão à sua freguesia com muito maior eficiência eliminando de vez as constantes reclamações sôbre a dosagem preferida porque o café solúvel é servido de acôrdo com o paladar de cada um.

As considerações expendidas neste simples artigo dão aos leitores desta revista uma idéia sucinta de como o Instituto Brasileiro do Café sob a presidência do Embaixador Sérgio Armando Frazão e seus companheiros de Diretoria encaram com seriedade desvêlo e cautela os altos interêsses do Brasil pois o café ainda é o mais forte esteio de nossa exportação.

ASSOCIATIVISMO RURAL

ASSOCIAÇAO RURAL DE TUPIRATINS

Foi fundada e instalada a Associação Rural de Tupiratins, Estado de Goiás, com a seguinte diretoria

Presidente,
Elina Lopes da Silva
Vice Presidente:
Niliácio César Fonseca
1.º Secretário:
Antonio dos Santos Sobrinho
2.º Secretário:
Francisco Imperatriz Santiago
1.º Tesoureiro:
Antonio Souza Leal
2.º Tesoureiro:
José Maria Damasceno

Conselho Fiscal

Adriano Carneiro Alencar
Tibério Aires de Azevedo
João Pires de Castro

Suplentes

Jorgelino Ferreira
José Rodrigues Coimbra
Neuton Rodrigues de Miranda

ASSOCIAÇAO RURAL DE ESPERANTINA

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em segunda convocação do dia 17 de outubro, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente:
José Patriotino Rebêlo
Vice-Presidente:
Edson Rebêlo de Carvalho
1.º Secretário:
Dilke Fortes
2.º Secretário:
Francisco Rêgo Aguiar
1.º Tesoureiro:
Salomão Teles de Menezes
2.º Tesoureiro:
Francisco Esperantino Alves

Comissão Fiscal

José Luiz Pereira
Leonel Pereira da Silva
Waldemar Ramos Brasil

Suplentes

José Gomes da Costa
Gonçalo Furtado Filho
José Sales Dias

ASSOCIAÇAO RURAL DE NANAQUE

No dia 20 de agôsto do ano passado foi eleita e empossada a seguinte diretoria da Associação Rural de Nanaque

Diretoria

Presidente:
Saul Venâncio de Quadros
Vice-Presidente:
Gilberto Tôrres Ruas
1.º Secretário
Eduardo Bahia Saback de Oliveira
2.º Secretário
Irany de Oliveira Corrêa
1.º Tesoureiro:
Arnaldo Plinio Alves
2.º Tesoureiro:
Mário de Oliveira Ladeia

Conselho Fiscal

Alicio Soares Coelho
Aloisio Nogueira da Gama
José Bernardo de Almeida Jr.

Suplentes

Geraldo José Ferreira
Humberto Meira Britto
Dion de Figueiredo Ruas

FEDERAÇAO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DO AMAZONAS

Para o período de 1961-1964 foi eleita e empossada a seguinte diretoria da Federação das Associações Rurais do Estado do Amazonas:

Diretoria

Presidente:
Euripedes Ferreira Lins (reeleito)
1.º Vice-Presidente:
José Corrêa de Araujo (reeleito)
2.º Vice-Presidente:
Waldemar Batista de Sales
1.º Secretário:
Alcides Reis de Farias
2.º Secretário:
José Manuel de Albuquerque
1.º Tesoureiro:
Germiniano Soriano da Silva
2.º Tesoureiro:
José de Menezes Afonso

Conselho Técnico

Hamilton Cabral Dias e Britto
Antonio de Castro Carneiro
Samuel Ferreira da Silva

(Continua na pág. 58)

EXPERIMENTE!

Esta é uma receita aprovada pela "Cozinha Royal"

...QUE BELEZA DE BRIOCHES!

São facílimos de fazer... e tôda a família vai adorar!

INGREDIENTES:

- *1/2 xíc. de leite*
- *1/4 xíc. de manteiga*
- *1/3 xíc. de açúcar*
- *1 colh. (chá) de sal*
- *1/4 xíc. de água morna*
- *1 colh. (sopa) de Fermento Sêco Fleischmann ou 2 tabletes de Fermento Fleischmann*
- *2 ovos*
- *4 xíc. de farinha de trigo*

Ferva o leite e deixe amornar. Junte-lhe a manteiga. Numa vasilha à parte, coloque a água morna e junte o fermento, deixando-o em repouso 25 minutos. Peneire juntos todos os ingredientes secos e coloque-os sôbre mesa de mármore. Faça um sulco no centro e aí vá deitando os líquidos, o fermento desolvido e os ovos, mexendo bem até ligar tudo. Sove e amasse bem, até soltar das mãos e da mesa. Coloque em vasilha alta, tampe e deixe fermentar durante 2 1/2 horas, ou até que dobre de volume. Bata vigorosamente a massa. Cubra-a com um pano úmido e deixe no refrigerador durante a noite. Na manhã seguinte, vire-a sôbre mesa enfarinhada e sove-a novamente. Abra com um rôlo e corte rodelas com a bôca de um copo. Enrole cada rodela em forma de cilindro. Coloque em tabuleiro untado e achate levemente os cilindros. Deixe descansar uns [illegible] minutos até dobrarem de volume. Antes de ir para o forno, pincele com clara de ovo. Forno quente [illegible] 15 a 20 minutos.

FERMENTO SÊCO FLEISCHMANN



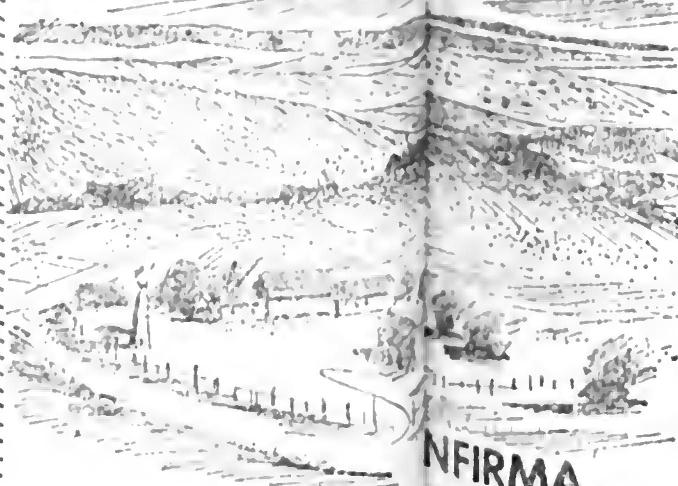
GRÁTIS!

Peça à D. Maria Silveira, C. Postal 3179, Depto. [illegible] Rio, o folheto "Conselhos Úteis" sôbre o Fermento Sêco Fleischmann.

Mais um produto de qualidade da STANDARD BRANDS OF BRAZIL, INC.



tudo melhorou

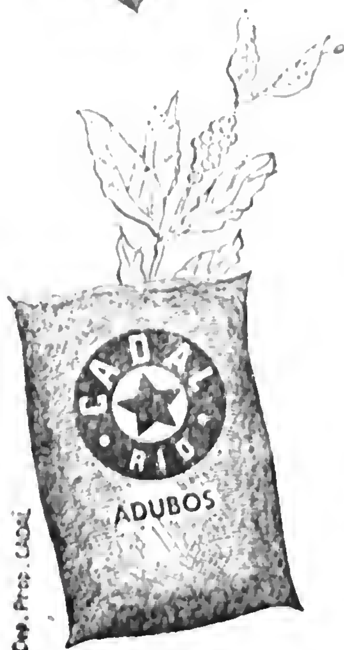


...NFIRMA

a fazenda «CAPELA DOS C...S», no município de Guaratinguetá do Est... São Paulo

A MAIOR ORGANIZAÇ... DO DISTRITO FEDERAL A SERVIÇO ... LAVOURA

CAD...L



NELSON BUENO ROSA
ADVOGADO

SÃO PAULO, 10 DE JULHO DE 1951

A
CADAL CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS
AV. PRESIDENTE VARGAS, 149, 6º ANDAR.
RIO DE JANEIRO

PREZADOS SENHORES:

Escrevo-lhes depois de algum tempo, podendo, assim, informá-los com segurança sôbre o andamento e resultados obtidos com adubação Cadal 11 em nosso cafezal existente na «Fazenda Capela dos Corrêas» há mais de quarenta anos. Como sabem, além daquele adubo, adicionei uns 20 ou 30 quilos de adubo de curral e palha de café aos cafeeiros, há um ano exatamente.

A diferença é tão grande entre essa parte do cafezal e uma parte restante deixada sem nenhuma adubação, que tôdas as pessoas que visitam a Fazenda logo observam sem nenhum aviso, chegando uma delas, o sr. Itélio Felix Mota, de há muito grande fazendeiro no Paraná, a achar que as terras do Vale da Paraíba, uma vez adubadas, se igualam às férteis terras daquele Estado vizinho, tendo em vista o que pôde observar em a nossa Fazenda, com o velho cafezal completamente restaurado.

Basta ver o verde escuro e gorduroso das suas folhas e a floração que abotoa em todos os seus galhos, numa intensidade e constância, que já não se estava acostumado a ver naquele Vale, há bem mais de trinta anos.

Tanto assim que aquêle fazendeiro do Paraná, resolveu adquirir uma velha fazenda naquele Vale para... já viram ..., plantar café com boa adubação enriquecida com o adubo «Cadal».

Não pensem que pretendo com isto fazer qualquer propaganda da sua firma. Estou relatando os fatos observados e que lá estão para quem quiser ver e concluir por sua conta e risco.

E por estar plenamente satisfeito com aquêle resultado obtido, quero que me enviem mais 5 toneladas do seu adubo Cadal para Café, do seu melhor tipo, pois, me convenci que numa adubação o que se deve exigir é a qualidade do produto, mormente numa época em que a mão de obra é difícil e custosa. Peço-lhes a máxima urgência na remessa, podendo remetê-la em nome de meu pai Maurilio Romeiro Rosa para Guaratinguetá, rua Visconde de Guaratinguetá, 174, por estrada de ferro informando-os de que o registro da Fazenda no Ministério da Agricultura é de n. 31 033, livro 32, pg. 7, atestado n. 39 663, livro 31, pg. 333. Peço-lhes enviarem, também, uma tonelada de adubo para cana. Será uma nova experiência.

Sem mais, agradeço-lhes pela atenção dispensada, e não levem a mal a minha exuberância num assunto alheio, pois, ... ainda sou um simples advogado militante com pretensões de agricultor.

Atenciosamente.

Nelson Bueno Rosa

CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUS... DO SALITRE DO CHILE PARA OS ESTADOS DA GUANABARA, DO RIO E E...TO SANTO — RUA MÉXICO, 111-12.º Andar (Sede Própria)
Caixa ...875 — Telefone: 31-1850 — (Rêde Interna)
FÁBRICA: AVENID... ...OMÓVEL CLUBE, 4.260 — ACARI — RIO DE JANEIRO

FERTILIZAÇÃO DE PASTOS DE CAPIM COLONIÃO E PRODUÇÃO DE CARNE COM NOVILHOS ZEBU

L. R. Quin G. O. Mott e W. V. Bisschoff
do IBEC RESEARCH INSTITUTE

Um dos principais capins que mantêm a indústria pecuária no Brasil Central é uma linhagem de Panicum maximum conhecida por "Colonião".

Existem poucos estudos de fertilidade em terras de pastagens tropicais na América do Sul.

Respostas a fertilizantes no Capim Colonião foram relatados por Motta (1933) na Jamaica e por Vicente Chandler e Figarella (1958) em Pôrto Rico. O rendimento de forragem e a produção animal tem sido grandemente aumentados com o uso de nitrogênio.

Os pastos constituem no Brasil a única fonte de alimento para a maioria do gado de corte. Os animais vivem em geral num nível de nutrição muito baixo.

O baixo índice de crescimento e as perdas de pêso dos animais durante a estação sêca de inverno devido à alimentação inadequada são as principais razões pelas quais o gado é abatido com idade relativamente avançada.

O propósito dos trabalhos efetuados pelo IRI foi estudar a produção de carne incluindo capacidade de lotação dos pastos, índice de ganho de peso, idade de abate e os respectivos fatôres econômicos relacionados a pastos de Colonião bem tratados. Foram avaliados os índices de fertilização com nitrogênio a época de aplicação e as interações do nitrogênio com fosfato e enxôfre.

Ficou demonstrado neste estudo que o gado Zebu num pasto bem tratado de Colonião está em condições de abate com dois ou três anos de idade. No Brasil, em condições normais a idade de abate é de 4 a 6 anos.

A aplicação de 200 Kg de nitrogênio por hectare mais do que duplicou o rendimento dos pastos em relação com os que não foram tratados com nitrogênio em têrmos de N.D.T./ha novilhos ha e aumento de pêso/há mas não afetou a idade de abate nesses pastos bem tratados de Colonião. A média de 100 Kg foi a intermediária entre 0 e 200 Kg.

O número de novilhos por hectare e os quilos de pêso vivo mostram correlação com a produção de N.D.T./ha.

A quantidade de quilo de N.D.T. necessária para cada quilo de ganho na estação sêca de inverno é muito maior do que durante o período úmido de verão indicando uma deficiência nutricional durante a estação sêca ou efeito de outras condições do ambiente sôbre a média de crescimento dos animais durante aquêle período.

As respostas e o efeito residual do nitrogênio aplicado durante a estação sêca de inverno foram maiores que as do nitrogênio aplicado na estação úmida de verão uma média anual de 2 anos em têrmos de ganho diário por novilho nutrientes digestivos totais por hectare novilhos por hectare e pêso vivo ganho por hectare.

Embora a umidade existente afete grandemente o rendimento da forragem durante a estação sêca de inverno a fertilização com nitrogênio durante êsse período aumentou o ganho diário por novilho o número de gado por hectare e o pêso vivo por hectare durante as duas estações de inverno em observação.

O nitrogênio aplicado no

inverno parece produzir durante o ano inteiro maior quantidade de capim de qualidade e de crescimento mais uniforme do que a aplicação de nitrogênio durante o verão. Isto se apresenta no tratamento N de inverno no qual foram observadas diferenças menores no ganho diário e na capacidade de lotação dos pastos do que as que se apresentaram quando se comparam os dados de inverno com os de verão.

Aumentos gradativos de fósforo com nitrogênio a 200 Kg por hectare deram pequenos mas substanciais aumentos nos N D T capacidade de lotação dos pastos e produção de carne por hectare.

Não houve resposta no enxôfre até a segunda estação de verão. O capim cresceu e orótico logo após a aplicação de nitrogênio no início do segundo verão mas tornou-se verde duas semanas após. Observa-se assim deficiência de enxôfre quando se procede a uma elevada fertilização de nitrogênio.

Está demonstrado que a fertilização de pastos de capim Colonião com algumas combinações de nitrogênio fósforo e enxôfre é muito conveniente.

O tratamento feito com 200 Kg de nitrogênio 100 Kg de P_2O_5 e 60 Kg de enxôfre por hectare deu um aumento de 175 Kg de carne por hectare sobre aquele dos lotes não fertilizados.

Alem do lucro referido é possível que muitas outras vantagens indiretas da fertilização de pastos se acrescentem por algum tempo. Algumas dessas vantagens podem ser:

1. a perspectiva de que depois da fertilização inicial com altos níveis de nitrogênio sejam necessárias apenas pequenas aplicações anuais para atender às necessidades do capim.

2. o crescimento mais denso da folhagem que poderá ser:

a) evitar a erosão do solo;

b) tornar mais eficiente o o aproveitamento das chuvas devido a menores enxurradas e melhor penetração das águas na zona das raízes;

c) reduzir ao mínimo a invasão de ervas daninhas e arbustos.

3. a possibilidade de terem os pastos vida mais longa.

Muitos fazendeiros têm tido a necessidade de arar a terra novamente gradear ou subsolá-la e renovar o Colonião após 10 ou 12 anos perdendo conseqüentemente 1 ou mais anos de pastagem.

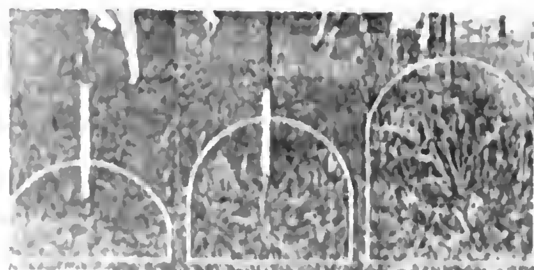




As aplicações de nitrogênio formaram uma camada mais densa de capim. Isso se acha ilustrado na fotografia a esquerda, onde o pasto recebeu anualmente 200 Kg de nitrogênio por hectare. Pode-se observar o solo exposto na fotografia à direita que foi tirada do pasto sem tratamento nitrogenado.



Vista aérea do ensaio de pastoreio. Os pastos mais escuros mostram respostas aos níveis de nitrogênio. Foram feitos 8 tratamentos fertilizantes, em três repetições, com pastos de 3,5 hectares cada um. A área total dos pastos cobre 84 hectares.



Comparação do crescimento produzido durante a estação de inverno nas áreas protegidas (cercadas) dentro dos pastos. A esquerda, tratamento sem nitrogênio; ao centro 200 kg/ha de nitrogênio aplicado durante o verão; à direita 200 kg/ha de nitrogênio aplicado no inverno. Foto tirada no inverno.

EM UBERLÂNDIA MAIS UMA EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA

A grande cidade de Uberlândia, o maior centro de irradiação comercial do Triângulo Mineiro e Brasil-Central como faz anualmente, promoverá de 9 a 15 de abril do corrente ano mais uma Exposição-Feira Agropecuária e Industrial, realização da Associação Rural de Uberlândia, a entidade máxima dos agricultores e criadores do município.

Como em tôdas as exposições de Uberlândia, a de 1962 constituirá um verdadeiro sucesso, não só em suas finalidades principais, como também socialmente, eis que, a bela cidade do Triângulo Mineiro atrairá milhares de pessoas que para lá convergirão.

O fino gado zebú do Triângulo Mineiro, os rebanhos mais apurados, a pujança e a grandeza agropastoril do município, expostos na feira uberlandense de maneira bem feita e melhor apresentada durante os 7 dias da Exposição Agropecuária de Uberlândia.

BANANAS — BRASIL

Segundo um estudo dado a conhecer hoje aqui, um dos melhores modos de aumentar a exportação de bananas pelos grandes produtores como o Brasil, seria a utilização de meios simples e econômicos para evitar o desperdício.

Observou-se no estudo efetuado para a U. S. Rubber Co. que o Brasil ainda que produzindo mais de 4.800.000 toneladas de bananas por ano exporta somente cinco por cento daquela quantidade.

O meio simples citado no estudo era uma bandeija para carregar as bananas do lavadouro onde são empregadas substâncias químicas como o cloro até a secção de empacotamento onde as bananas são colocadas em caixas de papelão para a exportação.

Essa bandeija já está sendo experimentada pelos exportadores hondurenhos de bananas segundo informa o estudo. As bandeijas são feitas de uma matéria plástica de U.S. Rubber Co. chamada royalite. Ficam sempre limpas são resistentes no cloro e outros substâncias químicas e não se arranham.

Observou-se no estudo que os fatôres importantes na redução do desperdício são o manejo fácil e o melhoramento das condições. Acrescentou-se que a durabilidade das bandeijas plásticas também poderia reduzir o custo da manipulação.

Segundo a informação a produção brasileira de bananas aumentou aproximadamente uma parte nos últimos 10 anos ou cêrca de 1.100.000 toneladas acima do nível de 1950 de 3.700.000.

As exportações brasileiras entretanto subiram só um pouco mais de um ponto em porcentagem em relação a produção. Em toneladas as exportações foram de 152.000 em 1950 a 242.000 em 1960.

AVICULTURA

Avicultura — Atividade Rural Imdispensável

A criação de galinhas deve integrar todo trabalho rural. Nem sempre será possível fazer uma criação com objetivos de produção comercializada para venda de ovos ou frangos nos centros consumidores. Mas ela é sempre útil pela facilidade com que se obtêm ovos e frangos que podem melhorar o tipo de alimentação do trabalhador rural. Aliás, como atividade doméstica, a criação de galinhas vem sendo incentivada em todos os países do mundo. Em um canto do sítio, nos fundos da casa do colono, em pequenas áreas cercadas, ou livremente, umas poucas dúzias de galinhas, desde que se tomem alguns cuidados mínimos, são capazes de garantir o fornecimentos de ovos durante quase todo o ano e com sobras que poderão ser negociadas com algum vizinho menos previdente.

A criação domestica, ou em pequena escala feita no sítio, ou na fazenda não tem os problemas das granjas industriais. Nossos lavradores e criadores devem incentivá-la entre seus agregados e colonos, independentemente de qualquer objetivo comercial. O melhoramento do padrão alimentar do colono rural será bastante compensador.

A fim de atender ao interêsse da pequena criação doméstica rural, o Ministério da Agricultura está distribuindo pequenas plantas de galinheiros que podem abrigar até 1 galinhas. Também o Projeto 42 do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos possui plantas que poderão orientar o pequeno e médio avicultor. Pedidos de plantas e instruções técnicas deverão ser encaminhadas à Comissão Nacional de Avicultura Largo da Misericórdia, Edifício do Ministério da Agricultura, no Estado da Guanabara.

ÔVO E EXIGÊNCIAS VITAMÍNICAS DA NUTRIÇÃO

De acôrdo com os modernos conceitos da ciência de nutrição, o homem necessita de ingerir vitaminas para manter-se sadio e ativo. As vitaminas são encontradas nos alimentos e entre êstes, um dos mais importantes fornecedores é o ovo de galinha. As quantidades destas substâncias e sua relação com a nutrição humana são, principalmente, as seguintes:

VITAMINA A — 100 gramas de ovos encerram, em média, 3.070 unidades internacionais desta vitamina. Dois ovos ingeridos diàriamente são suficientes para satisfazer às necessidades humanas.

VITAMINA B1 (tiamina) — Existindo em proporção elevada no ôvo pode contribuir com cêrca de 10% do total exigido na alimentação diária com a inclusão de uma unidade apenas.

VITAMINA B2 — Também em proporção elevada, supre-se ingerindo um por dia 20% das necessidades diárias.

VITAMINA D — Sua percentagem é variável conforme o maior ou menor teor contido na alimentação das aves. Quando estas recebem rações bem equilibradas, os ovos são bastante ricos e, neste caso 25% das necessidades diárias humanas desta vitamina são fornecidas apenas por unidade.

Além destas, o ôvo contém muitas outras vitaminas (C, niacina etc.), mas em pequenas proporções.



Grande Valor Nutritivo da Carne de Peru

Os especialistas avaliam as qualidades nutritivas de um alimento pela composição que apresenta e o numero de calorias que é capaz de fornecer ao individuo. Muita gente tem a impressão de que as carnes de aves não possuem as mesmas virtudes das carnes das espécies chamadas de açougue (bovinos, suínos e ovinos). É um êrro. As carnes de aves são excelentes fontes de proteínas e outros elementos indispensáveis à boa nutrição e fornecem um número suficiente de calorias ao indivíduo. Entre as carnes de aves, uma das que mais recomendam pelo seu grande valor na nutrição humana além do excelente paladar é a do peru. Em 100 grs. a carne de peru fornece 200 calorias. Nesta mesma quantidade encerra 22,80% de proteínas e 13% de gorduras. Também os elementos minerais estão presentes. Assim, a carne de peru magro contém cálcio (0,038%); fósforo (0,32%) e ferro (380 mg em cada 100 g).

A carne de peru com seu alto valor nutritivo e boa palatibilidade, tem, portanto, tôdas as condições para ser consumida em mais larga escala vulgarizando-se mesmo entre tôdas as camadas de nossa população.

Ôvo frigorificado vale tanto quanto fresco

A frigorificação é o processo mais adequado para garantir a boa conservação de quase todos os alimentos, pôsto que não altera a qualidade, o sabor e a digestibilidade dos mesmos. O ôvo, por exemplo, é um dos alimentos que podem ser conservados refrigerados por meses sem nenhum inconveniente. Em uma geladeira comum, de frio constante de 3ºC, o ôvo se conserva perfeitamente durante 100 dias, ou sejam, 3 meses, no mínimo. A 8ºC, êle começa a se alterar após 65 dias; a 19ºC, as alterações são evidenciadas a partir da 3.ª semana; na temperatura ambiente de 30ºC, a decomposição se inicia após o 11.º dia.

As exigências da vida moderna não mais estão permitindo o sistema tradicional de fornecer ao consumidor ôvo fresco, recebido diàriamente das granjas. Para atender ao complicado mecanismo do abastecimento moderno, O ôvo fica estocado semanas e até meses em câmaras frigoríficas. Felizmente, êle não se altera com a frigorificação. Em boas condições, o ôvo frigorificado conserva tôdas suas vitaminas, proteínas e outros princípios nutritivos. Êle tem o mesmo valor do ôvo fresco e seu consumo não sofre nenhuma contra-indicação.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

— DIOSCOREA — (15)

Os carás continuam sob a denominação de DIOSCOREA colhida no DICIONARIO DAS PLANTAS ÚTEIS DO BRASIL — VOLUME II último volume do naturalista M. PIO CORREA:

DIOSCOREA GOUANIOIDES, Knuth (*D. Gardenari*, Uline, *D Multiflora* Chod. e Hassler). — Trepadeira completamente glabra, caules delicados, estriados, levemente tuberculados; fôlhas aproximadas, pecioladas, lamina ovado elíptica ou ovada, abrutamente contraida no ápice, aguda ou mucronada, arredondada na base (cordiforme nas fôlhas maiores), até 10 cts de comprimento e 8 cts. de largura, 7-9 nervadas; flores levemente puntuadas de vermelho reunidas glamrulos e estes dispostos em espigas solitárias. Ocorre no Estado de Mato Grosso.

DISCOREA GRANDIFLORA M (*Dr. Paranensis* Knuth). Trepadeira de caule dextrorso e fôlhas pecioladas, grandes, lamina ovada ou as vezes triangular, variável na base, até 11 cts. de comprimento e 7 de largura, 7-9 nervadas, rigida, densamente glandulosa na página inferior; flôres de periantô grande (10 cm de largura e tubo concavo, dispostas em rácimos de 3-15 cts. de comprimento; fruto, capsula oblonga Ocorre nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiaz e Mato Grosso.

DISCOREA GRISEBACHII Knuth (*Dr. filiformis* Griseb.). Trepadeira herbácea e glabra, caule filiforme, cilindrico e liso; fôlhas longo-pecioladas, ovado lanceoladas, cordiforme na base e caudato-acuminadas no ápice, até 7 cts de comprimento e 4 cts de largura, membranosas, 7 — nervadas, lisas na página inferior; flores reunidas em glomerulos de 2-3, estes dispersos em espigas masculinas simples ou frouxas; fruto cápsula de 5 cts., aguda no apice e estreita na base e com maculas avermelhadas. Ocorre nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

DIOSCOREA ITAPIRENSIS, Knuth., planta glabra de caules sublihenhosos e fôlhas alternas, pecioladas, lamina ovada, estreitando ligeiramente para o apice, agudo 7 nervada, até 85 mm. de comprimento e 55 mm. de largura; flores dispostas em racemos frutiferos de 25 cmts.; fruto cápsula oblonga, castanho-pálido, de 3 cts., contendo sementes aladas de 10 mm. Ocorre no Estado de São Paulo.

DISCOREA ITATIALENSIS Knuth. Trepadeira glabra e pequena, até 1 cts. de altura, caules cylindricos — filiformes, fôlhas escassas, distanciadas, alternas, pecioladas, lamina lanceolada estreitando para o apice, cordiforme-aguda na base, profundamente incisada, margem inteira ou levemente ondulada, membranosa, 7 — nervada, flores fasciculadas dispostas em espiga de 3 cts. fruto capsula oblonga de 8 mm — Ocorre no Rio (Estado), até 2 400 metros de altitude (Itatiaia).

DISCOREA MAIANTEMOIDES, Uline — Planta pequena, glabra, de caule curto e ereto, até 20 cts. de altura; fôlhas alternas, curto-pecioladas (peciolo canaliculado), lamina oblonga, arredondada no apice e na base agudo — submucronada no ápice, até 4 cts. de comprimento e 2 cts. de largura, coriáceas, 5-7 nervadas, flôres curto-pediceladas, pertanto infundibiliforme e nigro-puntuado, geralmente reunidas em fascículos 3 — flores e dispostos em racimos axilares e terminais simples, com pedunculos de 4-6 cts. E uma das menores especies do genero. Ocorre no Estado de Goias.

DISCOREA MARTIANA Grisob — Trepadeira herbacea e glabra, de caule cilindrico e liso; fôlhas pecioladas, largo ovadas ou arredondadas, abrupto — acuminado — mucronadas, até 5 cts de largura, profundamente cordadas na base, auriculadas; flores masculinas reunidas em glomérulos de 2-6, dispostas em espigas de 5-10 cts de comprimento, g e r a l mente simples. Tem as variedades *caudata* Knuth, de f o l h a s longo-acuminadas agudissimas; *eiptostachya* Uline, (*Discorea leptostachya* Gardn., *Discorea micrantha* Knuth) e *pedicellata* Knuth. A espécie tipo ou alguma das variedades, ocorrem de Pernambuco até o Paraná e Mato Grosso.

DISCOREA MULTIFLORA M. (*Helmia multiflora* Knuth.) Planta variável, completamente glabra, caules vivazes, robustos, sulcado-angulosos lisos ou subtuberculosos na parte inferior; fôlhas alternas, pecioladas, esparsas, lâmina deltoideo-ovada, truncada ou subcordiforme na base, lobos arredondados, acuminados no ápice, até 8 centimetros, de comprimento e 7 cts de largura, — 7 nervadas (nervuras salientes); inflorescencia masculina paniculada, de 8-28 cts., mais geralmente 20 cts., com as flôres isoladas, sésseis, pontuadas de glandulas avermelhadas e com 6 estames ferteis; inflorescência feminina simples, até 25 cts. de comprimento; flôres isoladas, periauto sessil; fruto capsula eliptica, simples, coriácea, até 23 mm do comprimento e 15 mm de largura; semente alada de um so lado. As raizes, fasciculadas e horizontais, são bastante carnosas e atingem a 60 cts de comprimento, tendo apenas 1 ctm de diâmetro, sendo mais grossas no centro, encerram amido. Tem em São Paulo a variedade *Loefgrenii* Knuth. A especie — tipo é encontrada desde os Estados

de Minas Gerais e São Paulo até o Rio Grande do Sul

DISCOREA OLFERCIANA Kl. — Trepadeira glabra de caules cilíndricos, subangulosos, sulcados na parte inferior; fôlhas pecioladas, oblongo-lanceoladas ou elípticas, acuminadas, até 15 cts., de comprimento e 35 mm., de largura raramente 5 cts., arredondadas na base, coriáceas, 5 — nervadas; flôres masculina de perianto infundiliforme, e femininas de perianto campanulado, estipitado, as primeiras dispostas em panículas e as segundas em espigas; fruto cápsula glabra, deprimida no ápice, de 16 — 18 mm. de comprimento e 25 mm. de diâmetro. Ocorre nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso até o Estado do Paraná.

DIOSCOREA POHLII Grisebi — Trepadeira de caules cilíndricos, lisos glabros, avermelhados na extremidade superior; folhas longopecíoladas, oblongo — triangulares, hastado — truncadas na base e abrupto — acuminadas no apice, até 13 cts. de comprimento e 14 cts. de largura, 7 — nervadas, glabras na página superior mais ou menos pubescentes ou tomentosas na inferior; flores solitárias, sesseis, aproximadas, com bracteas largo ovadas-apiculada e os estames (6) reunidos em racimos ou solitários; fruto capsula de 2 cts de largura. Tem a variedade *Luschnatiana* Uline. (*Dioscorea Luschnatiana* Knuth.) de caules um pouco comprimidos e folhas alternas ligeiramente sagitadas, cordiformes acuminadas até 15 cts de comprimento e 9 cts de largura, inflorescência feminina simples, com flôres solitárias e distanciadas; frutos capsula elíptica recurvada, até 16 mm de comprimento e 7 mm de largura. Ocorre a espécie tipo nos Estados de Goias e Mato Grosso e as variedades do Estado da Bahia, dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goias.

DIOSCOREA RIPARIA Knuth e Schomb (Dioscorea Hoehniana Knuth) — Planta arbustiva, glabra, de caule anguloso quase quadrangular; fôlhas alter-

mas, às vezes opostas, longo-pecioladas (pecíolos até 7 cts.), lâmina cauduto acuminada, arredondado — truncada e armada de insignificantes acúleos na base, 7 — nervada, membranosa; inflorescência masculina em espiga alongada; flores pequeninas bracteadas, com 6 estames férteis. Ocorre nos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Bahia.

DIOSCOREA STEGELMANIANA Knuth. — Trepadeira alta e forte, de caules crassos, até 5 mm. de espessura, cilíndricos ou angulosos, revestidos de tomento curto e denso; fôlhas pecioladas (pecíolo de 10 cts. com lâmina cordiforme, até 16 cts. de comprimento, frequentemente, menos, margem inteira, saliente-nervada e fusco-pubescente-tomentosa na página inferior, 9-13 nervada; espigas masculinas dispostas em panículas de 35-40 cts. de comprimento; raquis e pedúnculo tomentosos; flôres 1-6 fasciculadas, com estames (6) férteis; fascículos ramosos; perianto campanulado — cilindráceo. Ocorre na Amazônia.

DISCOREA VENOSA Uline (*Discorea multiflora* variedade *grandifolia* Griseb.) Trepadeira de caules robustos e caniculados; fôlhas um pouco aproximadas, alternas, raramente opostas, pecioladas; lâmina oblonga ou ovado-oblonga, truncado-cordiforme na base, acuminada, até 15 cts. de comprimento e 11 cts. de largura, 7 — nervadas, membranosas, saliente-nervada nas duas páginas; flôres em glomérulos de 3-5 dispostas em espigas paniculada: racemosas; frutas cápsula oblonga de flôres verde-escuro; e *fodinarum* (*Dioscorum fodinarum* Kunth) de fôlhas quase sésseis, lâmina ovado-oblonga e cápsula um pouco menor. A espécie tipo ocorre nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e também, as variedades.

Antes de iniciarmos o novo capítulo teríamos necessidade de justificar o título que seria "CARÁS-INHAMES", nomes vulgares pelo qual se tornaram conhecidos, senão tivessemos o propósito de tratarmos separadamente dos nomes vulgares: — Cará assu, Cará barbudo, Cará Côco, Cará da Terra, Cará de caboclo, Cará de Jardim, Cará de pedra, Cará de sapateiro, Cará do campo, Cará do mato, Cará do Pará, Cará Inhame, Cará mimoso, Cará preto, Cará rasteiro, Cará silvestre.

Entre os lavradores que se especializaram na cultura e exploração dos "CARAS INHAMES" releva homenagear o Capitão Antônio Conrado de Arruda Câmara, fazenda do Salgadinho, município de Ingá, Paraíba do Norte, Coronel Francisco Antônio de ARRUDA CÂMARA, fazendas de Santa Rita e de Sant'Ana município de Leopoldina, Minas Gerais, Sebastião Costa, colônia de São Bento, Estado

do Rio de Janeiro. Os dois primeiros são falecidos. Cultivavam as espécies de maiores tuberas como o Cará inhame e o Cara mimoso que estavam no "ponto" de colher, enxutos, e cozinhavam bem depois de dois anos.

— XIQUE — XIQUE —

Da família das cactáceas tem os nomes científicos *Cereus Gounellei* K. *Schum.*, *Pilocereus Gounellei* Weber, *Pilocereus setosus* Guerke, *Cephalocereus Gounellei* Britt & Rose, caracterizada pelo tronco erecto de 3 ms. de altura, com galhos laterais afastados e descrevendo suavemente uma curva ampla em direção ao solo, atingindo-o nesse prolongamento, de onde novamente se levantavam para formarem-se erectos e paralelos ao tronco. O caule e os ramos com 10 arestas, perfeitamente distintas, munidas de aréolas acinzentadas, valentemente armadas de espinhos fortes, tem uma coloração verde opaca. Flores tubulosas, grandes, medindo perto de 8 cems. de comprimento, brancas, abrindo-se à noite, com sépalas verde-pálido-amareladas. Baga arredondada, achatada em ambos os polos, avermelhada, coroada com os restos dessecados e pretos da flor, tendo polpa purpúrea e pequenas sementes pretas e luzidias.

Luetzelburg concluiu, baseado no exame dos espinhos do *Cereus Gounellei*, que além da forma típica de espinhos curtos por êle denominada *brachyaculeatus*, há mais quatro subespécies — *heteroaculeatus*, *longiaculeatus*, *elegans* e *horridus*.



O "Xique-Xique" ocorre nas Caatingas. Mostra a fotografia "Xique-Xiques" no alto Vasa Barris, serra de Chuques, Estado da Bahia. Ocorre nas "Caatingas". (Estudo Botânico do Nordeste por Phillipe von Luetzelburg.)

Os caules e galhos do xique-xique constituem preciosa alimentação para o gado nos anos de sêca. Como são terrivelmente armados, entram no arraçoamento, depois de cortados e submetidos ao fogo, que devora os espinhos. Deve-se deixá-los esfriar, sob pena do meteorismo. Há criadores que em vez de cortarem o xique-xique lançam fogo às touceiras, prática condenável por provocar a morte de tão útil planta.

A composição química das hastes sêcas, segundo o Instituto de Química, é a seguinte:

Umidade	16,66 %
Proteína bruta	2,63 %
Extrato etéreo	0,22 %
Extrativos não nitorgenados	70,72 %
Fibra bruta	0,39 %

Resíduo mineral	...	3,38 %
Fósforo em P2O5		0,18 %
Cálcio em CaO	..	0,87 %

O sertanejo, nos tempos escassos, recorre ao xique-xique, cujas hastes mais novas tem a medula comestível, depois de assadas e em estado natural, aplaca a sede.

É uma planta dos sertões sêcos do Nordeste.

O xique-xique vegeta na caatinga e no carrasco, porém com menos frequência; é característica do Seridó. Nas regiões mais pobres de vegetação, no sertão, esta cactacea forma tapetes extensos, densos a ponto de impedir o trânsito. É voz Cariri. Vegeta do Piauí à Bahia inclusive Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco; "(Prof. Renato Braga — PLANTAS DO NORDESTE ESPECIALMENTE DO CEARÁ).



CORTICEIRA
Erythrina cristagalli L.
(Erythrine Crete de Coq — Pio Corrêa — Dicionário das Plantas Úteis — Volume II)

CORTICEIRA

A corticeira cientificamente chamada *Erytrina cristagalli* (*Eurytine Crete de coq* *Corallocendro crista galli* Kuntze, *Erythrine fasciculada* Bth. *E. laurifolia* Jacq *Micropteryx crista galli* Walp., da família das leguminosas divisão papilionaceas).

Árvore regular até a altura de 15 ms (em geral menos) e caule proporcionalmente grosso, armado de acúleos, embora pouco numerosos, às vezes, completamente ausentes, ramos cilíndricos, compridos, contorcidos, às vezes trepadores; folhas longa-pecioladas (peciolos de 12 cts mais ou menos, inermes ou sem acúleos esparsos), pinadas, compostas de três folíolos, peciolados, ovado lanceolados, até 10 cts de comprimento e 65 mm de largura, inteiros, rígidos verde, escuro e vernicosos na página superior, glabros um pouco mais claros frequentemente glaucos na página inferior, sendo que na base de cada folíolo terminal existem duas glândulas todas grossas, pedunculos florais de 3 cts solitários ou fasciculados, não bracteados, flores vermelho-vivo, de 4 cts cálice campanulado de 1 cts e estandarte longo ovado enrolado e curvo dispostos em racimos terminais; frutos vagem pediculada linear, até 15 cts de comprimento e 15 mm de largura, aguda na extremidade contendo 6-12 sementes oblongas, fornece madeira branco-amarelada, muito leve e mole, porosa, utilizada às vezes para amarrar as madeiras pesadas, própria para cochos, gamelas, cepas de tamancos, bolas de redes, colmeias, soalhos de paiois, de cerca de estabulos, carvão para pólvora fina e de caça, excelente para papel; pêso específico 0.317, ipnotico poderosa e também útil no tratamento das hepatites crônicas e do reumatismo; das flôres esmagadas obtem-se tinta vermelha sem prestimo conhecido, as sementes passam por veneno e conter alcaloide, os ramos encerram saponina e peroxidases. Espécie pouco variável na cor das flores, as quais tomam diversas nuances e às vezes chegam a ficar branco-avermelhada, há mais de um século (1833) os horticultores europeus conseguiram a primeira variedade (*crystiflora*), a que se seguiram numerosas outras, todas de pequena porte, flores maiores graças ao cruzamento com *E. herbacea L.* dos Estados Unidos, das quais lembraremos *Mme Bellanger*, *Marie Bellanger*, *M Barillet*, *Presidente Belle*, e outras. Continua cultivada ao sul (meio dia) da Europa. Altamente hidrófila, vegeta nos brejos e nas margens dos cursos d'agua, prestando grande auxílio à fixação e à elevação do solo das ilhas formadas pelos transportes aluviais no delta do Paraná. Espécie melífera. Como árvore de sombra tem grande aceitação. (Geocie do Ma

ranhão ao Rio Grande do Sul, passando por Minas Gerais e, possivelmente, por Goiás e Mato Grosso. Protege as elevações; é planta dos terrenos aluviais. Tem obtido variedades (*rehstro. lor*) que consideram de grande efeito na beleza das flôres. Destas citamos, entre outras obtidas a mais de um século (1833), cruzamentos diversos entre os quais citamos: com a *E. herbacea* a *Bellanger*, *Cotyana Mme Bellanger*, *Mario Bellanger*, *M. Belithel*, *Presidente Belle* e outras muito procuradas. Altamente adaptável; prestam-se para segurar o terreno nas elevações. É planta hygrofila. Como arvore de sombra tem preferencia para proteger os cacaueiros, sobretudo enquanto são jovens. *Sinonimia* — Flor de coral, Mulungu (?) Sananduva, em São Paulo, Sumá, Sulnaan vb. dos Guaranis Sumavielra. *Sinonimia Extrangeira*: — *Cockfur coral tree*, norte americana, Ceibo ou Seibo, na Argentina, Paraguay e Uruguay, Cristata, em Portugal, Poro em Costa Rica.

NOTAS

Spegazzine criou a variedade *inerme*, sem acúleos.

No proximo número publicaremos, entre outros, o Cará assú, Cara barbado, Cara coco, a Cortiçeira do campo.

(Continuação da pág. 12)

AMENDOIM

Cr$ 900,00 (novecentos cruzeiros) por saco de vinte e cinco quilos da classe "granda" e Cr$ 870,00 (oitocentos e setenta) do tipo 1 das especificações bai...

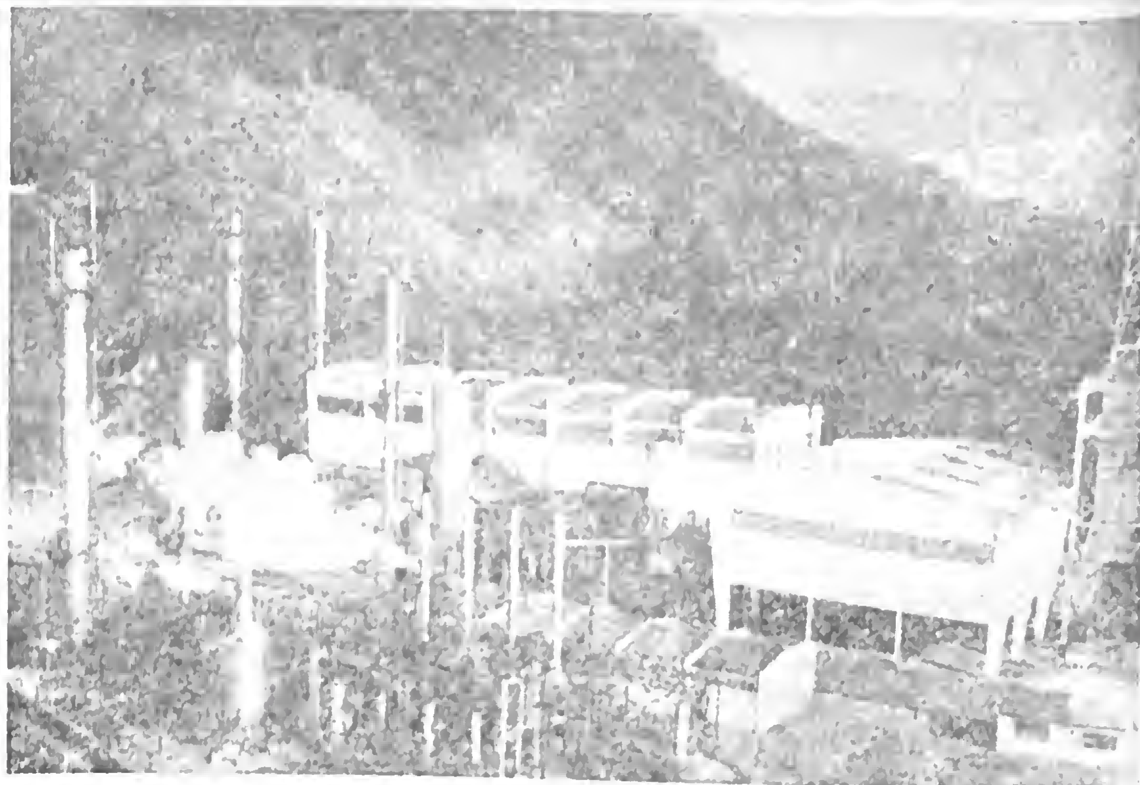
SOJA

Cr$ 1 260,00 (mil duzentos e sessenta cruzeiros) por saco de sessenta quilos da variedade comum ou do tipo base das especificações que vierem a ser baixadas.

Parágrafo único. Os ágios e deságios para os tipos e subtipos não mencionados neste artigo serão estabelecidos em instruções a serem baixadas pela Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 2.º — Os preços constantes do art. 1.º dêste Decreto não se aplicam à produção do ano agrícola de 1960/61.

(Conclusão na pág. 72)



Unidade de amônia: Utiliza como matéria prima o gás residual da Refinaria Presidente Bernardes e o ar atmosférico. A sua capacidade de produção é de 90 t/dia de amônia.

FERTILIZANTES PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA

[illegible] papel da Refinaria P[illegible] da PETROBRÁS, no [illegible] da agricultura nacional. O nitrocálcio produzido pela PETROBRÁS [illegible] um bom adubo [illegible]. É mínimo ainda, entre nós, o consumo de fertilizante. O aumento da produtividade depende em parte de uma racional adubação.

QUE É O NITROCÁLCIO PETROBRÁS

Um fertilizante nitrogenado [illegible] nitrico-amoniacal, sintetizado [illegible] pela Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, no Estado de São Paulo. Uma mistura de nitrato de amônio (NO_3NH_4) com calcário dolomítico que se apresenta na forma granulada, [illegible] variando a dimensão de seus grânulos de 1 a 4 mm.

Apresenta portanto o seu nitrogênio em duas formas, nítrica e amoniacal, em partes iguais, perfazendo um total de 20,5%. O calcário que participa de sua constituição, de excelente qualidade, contém aproximadamente 51,42% de carbonato de cálcio e 47,91% de carbonato de magnésio.

Um produto que [illegible] racionalmente aplicado melhora as condições físicas, químicas e biológicas do solo, aumentando assim a sua produtividade.

Apresenta-se no mercado [illegible] ensacado em sacaria de 50 kg multifolhada, contendo quatro folhas de papel Kraft e uma impermeabilizada à cêra com polietileno.

Um adubo para o qual não há contra-indicação. Em qualquer tipo de solo e para todas as culturas o seu uso é compensado com ótimos resultados.

O NITROCÁLCIO PETROBRÁS E A NUTRIÇÃO DAS PLANTAS

O ar, a água e o solo são os meios que fornecem os elementos necessários para a constituição de uma planta. O ar e a água como fonte de carbono, oxigênio e hidrogênio, são os responsáveis pela formação de aproximadamente 95% do vegetal. Cabe ao solo fornecer os elementos restantes que, embora constituam uma [illegible] parte, não representam quantitativamente mais do que 5% da necessidade total. São entretanto tão essenciais às plantas quanto os primeiros relacionados.

Os minerais absorvidos do solo são classificados segundo as exigências das plantas, em macro e microelementos.

Enquadram-se como macroelementos o nitrogênio, o fósforo, o potássio, o cálcio, o enxofre e o magnésio, pelo fato de serem necessários e assimilados em maiores quantidades. O Nitrocálcio Petrobrás contém três dos seis minerais citados.

Os microelementos, aquêles que em pequena quantidade satisfazem as necessidades das plantas, são representados pelo zinco, manganês, ferro, boro, molibdênio, vanádio, cloro e cobre.

O solo cultivado anos sucessivos torna-se carente de alguns dêsses elementos indispensáveis para o perfeito desenvolvimento das plantas, uma produção satisfatória e compensadora. Ante esta situação resta ao agricultor uma só coisa a fazer: adubá-lo.

Adubar um solo é incorpo

rar ao mesmo qualquer material que aumente a sua produtividade. Na região geoeconômica do Estado de S. Paulo os solos, normalmente, são pobres dos elementos nitrogênio, fósforo e potássio. O aumento da produtividade é conseguido pela incorporação de adubos fosfatados, potássicos e nitrogenados.

As deficiências dêsses solos, no que diz respeito aos teores de nitrogênio, cálcio e magnésio podem ser corrigidos com a adição do Nitrocálcio-Petrobrás em quantidades convenientes.

A INFLUÊNCIA DOS DIVERSOS MINERAIS QUE CONSTITUEM O NITROCALCIO PETROBRAS

Êste adubo racionalmente incorporado no solo possibilita às plantas uma absorção necessária e suficiente de nitrogênio, cálcio e magnésio.

NITROGÊNIO.

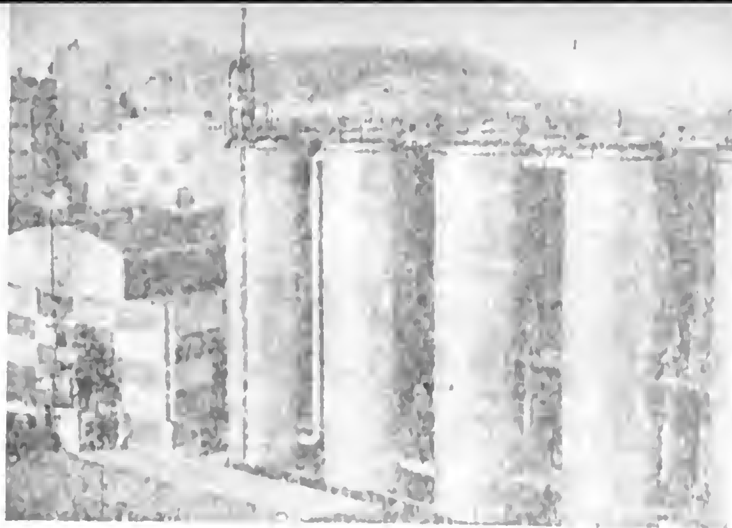
Tem papel relevante no desenvolvimento do vegetal. Promove o desenvolvimento das fôlhas, ativa a formação de novos brotos e ramos frutíferos. Contribui significativamente para a multiplicação das células vegetais.

É absorvido pelas plantas na forma nítrica e amoniacal, sofre posteriormente transformações sucessivas até passar à forma amídica, tal como aparece nas proteínas. Estas são de real importância por contribuírem na formação dos tecidos vegetais e pelas funções de reservas e enzimáticas que desempenham.

A análise da matéria sêca vegetal revela a existência de 2 a 6% de nitrogênio. É o elemento retirado do solo em maior proporção. O excesso de azôto influi no exagerado desenvolvimento da planta e dificulta o amadurecimento dos frutos. A falta implica na formação de plantas mal desenvolvidas, o florescimento é deficiente ou ocorre fora de tempo. A carência pronunciada acarreta a morte da planta.

CALCIO

Todo vegetal se desenvolve bem e produz abundantemente, quando cultivado em solo que apresente acidez dentro dos limites tolerados pela espécie,



Unidade de ácido nítrico; utiliza como matéria-prima a amonia
Unidade de ácido nítrico; utiliza como matéria-prima a amonia e o ar. Tem uma capacidade de produção igual a 348 t/dia de ácido nítrico a 52%.

Se a análise do solo revela uma acidez muito diferente da exigida pela planta a ser cultivada, se procede a correção. O corretivo normalmente utilizado é o calcário. Uma tonelada de Nitrocálcio-Petrobrás levada ao solo, carrega consigo 410 kg de calcário dolomítico de excelente qualidade.

Os adubos contendo cálcio são normalmente recomendados tendo-se em vista a correção dos solos. Não só diminuem a acidez como também influem na melhoria das propriedades físicas facilitando assim a absorção de água e a aeração.

O cálcio atua nas plantas contribuindo decisivamente para o bom desenvolvimento do sistema radicular. Na sua ausência as raízes se tornam anormais e sintomas característicos de carência se fazem notar na parte aérea da planta.

A maturação do fruto é caracterizada em parte pela transição dos ácidos para neutros. O cálcio influi diretamente no caso.

MAGNESIO

A clorofila que é o elemento verde das plantas e desempenha importante papel na elaboração da seiva que nutre o vegetal conta em sua constituição com o magnésio. Só por isto se pode deduzir a influência do mineral no desenvolvimento da planta.

É encontrado em quantidade apreciável nas fôlhas novas, nas sementes e nos frutos. Favorece o desenvolvimento das sementes oleaginosas.

Uma maior disponibilidade de Mg à planta concorre para o aumento de suas reservas em fósforo e torna seus frutos mais ricos deste último elemento.

Em solo ácido a absorção do potássio é beneficiada na presença de uma quantidade adequada de magnésio.

SUAS TERRAS DEVEM SER ADUBADAS COM NITROCALCIO-PETROBRAS

O agricultor pode alertar-se da necessidade do emprego do Nitrocálcio pela baixa produtividade e aspectos característicos que suas culturas possam apresentar se ocorrer a deficiência de nitrogênio.

Para melhor esclarecimento do assunto, a seguir serão relacionados os sintomas característicos que apresentam algumas das espécies mais cultivadas.

SINTOMAS DE CARENCIA DO AZOTO

1 — **Algodão** — fôlhas verde-amareladas, as velhas secam e caem prematuramente; o caule é pouco ramificado e fino.

2 — **Arroz** — fôlhas mais velhas amarelecidas, pequena perfilhação.

3 — **Batatinha** — fôlhas verde-claras, as mais baixas amarelecem e caem, poucos caules e todos êles finos, os tubérculos são pequenos.

4 — **Cafeeiro** — fôlhas verde-claras, nervuras amarelas, caem as mais velhas, as novas são pequenas, morrem e também caem.

5 — **Cana-de-Açúcar** — fô-

das na fôlhas mostram uma coloração verde-amarelada; as mais velhas parecem queimadas nas pontas, margens e adquirem uma côr marrom-clara, os colmos são finos

6 — **Laranjeira** — fôlhas verde-claras ou verde-amareladas nervuras mais claras; amarelecimento e queda, pequeno crescimento, poucos ramos novos. Os frutos são pequenos de côr mais clara ou amadurecem prematuramente.

7 — **Milho** — fôlhas amareladas; as mais velhas secas no centro formando um V cujo vértice fica na base das fôlhas; colmos finos; as espigas apresentam ponta afilada e sem grãos

8 — **Trigo** — fôlhas verde-amareladas; as mais velhas secam espigas pequenas pouco perfilhamento caules finos e eretos

Cumpre salientar que muito antes de tais sintomas se tornarem característicos e perfeitamente perceptíveis a produção já se tornou sensìvelmente reduzida nas colheitas anteriores

A análise do solo realizada pelo Instituto Agronômico de Campinas poderá eliminar dúvidas que ainda possam existir a respeito da deficiência ou não, do elemento nitrogênio na terra em estudo

POR QUE É COMUM A NECESSIDADE DA ADUBAÇÃO COM NITROCALCIO PETROBRAS

Diversos fatôres influem para a ocorrência desta necessidade

Os solos que por alguns anos já vêm sendo cultivados de um modo geral apresentam teores relativamente pequenos de nitrogênio total. O azôto existente tem a sua origem na decomposição da matéria orgânica vegetal ou animal e nas águas das chuvas. O fornecimento por êstes meios é pequeno e a carência do elemento é freqüentemente notada.

A rocha ao decompor-se para dar origem ao solo não o enriquece dêste elemento pois o mesmo não participa de sua constituição

Apesar do ar atmosférico ser constituído principalmente de nitrogênio (80%) as plantas são incapazes de aproveitá-lo. Exceção se faz às leguminosas que, quando em simbiose com bactérias, conseguem utilizá-lo.

Deve então o agricultor, para solucionar a questão, recorrer aos adubos minerais nitrogenados.

O Nitrocálcio-Petrobrás possibilita ao agricultor a solução econômica e técnica do problema. O seu baixo custo e suas excelentes qualidades garantem colheitas compensadoras.

O QUE OCORRE AO NITROGENIO DO NITROCALCIO PETROBRAS APLICADO AO SOLO

O fertilizante possui o seu nitrogênio, em partes iguais, na forma nítrica e amoniacal.

Na primeira forma citada o azôto é passível de pronta assimilação por parte do vegetal. Atende de imediato as necessidades da planta que em curto período de tempo retorna à coloração verde típica da espécie, caracterizando um desenvolvimento normal

A parte amoniacal conforme a espécie cultivada pode também ser prontamente absorvida. Há plantas que dão preferência ao nitrogênio nesta forma. Caso não seja assimilada fixa-se aos colóides do solo não sofrendo grandes perdas por percolação que constitui o maior problema da adubação nitrogenada. Entretanto o nitrogênio amoniacal não permanece assim indefinidamente. Microrganismos do solo (bactérias e fungos) são capazes de oxidar a amônia ocorrendo a formação de nitritos que posteriormente pelo mesmo fenômeno passam a nitratos. Essa transformação é gradual o que permite à planta um aproveitamento quase total do adubo fornecido.

O Nitrocálcio-Petrobrás apresentando o seu nitrogênio nas formas citadas reúne as qualidades de duas categorias

1.º — aquêles indicados por possuírem o nitrogênio prontamente assimilável

2.º — aquêles indicados por não serem susceptíveis a grandes perdas pela ação das águas.

Reunindo estas qualidades o Nitrocálcio-Petrobrás garante aos agricultores resultados satisfatórios

O NITROCALCIO PETROBRAS DEVE SER APLICADO PARCELADAMENTE

Quando e como aplicar um adubo nitrogenado é assunto que deve ser cuidadosamente estudado pelo agricultor. Todo o êxito de uma adubação consiste em processá-la na época oportuna e de modo conveniente.

A época e a maneira variam segundo a espécie cultivada e uma série de outros fatôres. Alguns pontos básicos devem ser encarados. A precipitação pluviométrica da região, o tipo de solo considerado o sistema radicular da planta cultivada a época de maior exigência por parte do vegetal, a concentração salina permitida junto às raízes e sementes etc. Êstes cuidados cabem mais ao pesquisador. Quem cultiva deve tão sòmente servir-se das informações técnicas que lhe são oferecidas pelos órgãos de pesquisas

Com relação às culturas anuais normalmente é recomendado a aplicação de 1/3 de fertilizante no ato do plantio guardando-se os 2/3 restantes para aplicação posterior, na época oportuna em cobertura. Garante-se desta forma uma absorção quase completa e se evitam perdas consideráveis

Em se tratando de culturas permanentes (café, citros etc.) o emprêgo do fertilizante se faz em épocas diversas variando de 2 a 5 o número de aplicações. Estas serão sempre em cobertura.

O Nitrocálcio-Petrobrás sendo solúvel em água dispensa a necessidade da abertura de covas ou sulcos, o que constitui sem dúvida uma grande economia de mão-de-obra

O maior rendimento por unidade de área cultivada é em parte assegurado pela prática do parcelamento

NITROCALCIO-PETROBRAS COMPATIBILIDADE E INCOMPATIBILIDADE COM OS DEMAIS ADUBOS

A adubação, de uma maneira geral consiste na incorporação ao solo de uma mistura de três adubos um nitrogenado um fosfatado e um potássico. Misturando-se em proporções diversas se consegue a fórmula desejada e que é variável segundo o solo, a espécie vegetal considerada a idade da planta, etc

Pode o agricultor preparar qualquer mistura em sua própria fazenda, sem inconveniente algum. Lembre-se, entretanto, que os adubos químicos não podem misturar-se indiferentemente.

O Nitrocálcio Petrobrás pode ser misturado, sem inconveniente de ordem química ou física, com quase todos os adubos encontrados no mercado nacional: fosfato de Olinda, da Flórida, hiperfosfato, super triplo, cloreto de potássio, sulfato de potássio etc.

Não deve ser misturado com os adubos orgânicos em geral, exceto a cinza, Escória de Thomas, fosfatos de ferro, nitrato de cálcio ou qualquer substância que contenha óxido de cálcio livre (cal), [illegible] pode acarretar a volatilização [illegible] do nitrogênio [illegible].

O gráfico organizado pela Cadeira de Química Agrícola e Química Biológica da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", esclarece o caso de compatibilidade dos diversos adubos.

MISTURAS COM O NITROCÁLCIO PETROBRÁS, FEITA NA FAZENDA

O agricultor que manda proceder a análise química de suas terras recebe da parte do técnico que a realizou a indicação quantitativa dos adubos necessários para a correção do solo em estudo.

As misturas de fertilizantes que se encontrem no comércio, nem sempre satisfazem aquela necessidade particular. A inexistência de uma fórmula conveniente ou o preço de algumas delas levam o interessado à contingência de preparar, em sua propriedade a mistura desejada.

Trata-se de uma operação muito simples e que pode ser realizada em qualquer fazenda ou sítio. Os utensílios necessários são: uma peneira e uma pá. Se os adubos adquiridos estiverem em sacos de pêso conhecido a quantidade desejada de cada um dêles, é determinada tomando-se o saco inteiro ou uma fração dêste. No caso de compra de adubos a granel torna-se necessária uma balança ou diversas latas que quando cheias determinem volumes de pêso conhecido.

O piso onde se pretende fazer a mistura deve ser limpo e plano, o que muito facilita o trabalho.

Quando os adubos simples, a serem utilizados, se encontram empedrados, convém esfarelá-los ao sol antes da operação de mistura.

Os adubos deverão ser sobrepostos em camadas alternadas. Com o auxílio de uma pá se tomba o monte todo para um local bem próximo. Esta operação repetida por 2 ou 3 vezes, em geral, é suficiente para completar a mistura feita entre os componentes. Uma cor uniforme indica que a mistura já é satisfatória.

[illegible] que se preparou a mistura [illegible] o produto será ensacado e transportado para o campo. Quando se deseja um armazenamento por tempo relativamente longo, convém deixar a mistura amontoada por um ou mais dias até que ocorra o entorroamento. Com o auxílio da pá e da enxada se procede em seguida o desterroamento. A mistura assim tratada dependendo dos adubos utilizados conservar-se-á muito bem não ocorrendo novo entorroamento.

Os sacos devem ser empilhados sôbre estrado de madeira. As pilhas não devem conter mais de 10 sacos a fim de evitar-se o empedramento que resulta de uma pressão excessiva.

Os sacos rompidos para melhor conservação dos demais devem ser substituídos.

CAUSAS DE INSUCESSO NAS ADUBAÇÕES

Quando uma colheita não corresponde à expectativa é comum apontar-se o fertilizante usado como causa exclusiva do insucesso. Inúmeros são os fatôres que influem para a obtenção de uma colheita compensadora. O preparo da terra, os tratos culturais em relação à planta e solo, o clima, a escolha da semente, da variedade e a época do plantio, também influem decisivamente nos resultados obtidos. Vêzes há em que o fracasso decorre da adubação mesmo assim nem sempre é o adubo o responsável.

O agricultor que faz uso de fertilizantes não pode ignorar os fatos seguintes:

1.º — A necessidade alimentar é variável segundo a espécie vegetal. Uma mistura de adubos deve ser preparada de maneira a atender às exigências da planta a ser cultivada. Assim, por exemplo, uma mistura contendo teor elevado de nitrogênio e potássio, porém, médio para o fósforo, atende satisfatoriamente o café mas não o milho que apresenta exigência contrária.

2.º — A adubação de uma mesma planta difere segundo o tipo do solo onde se encontra instalada. Não é recomendável uma única fórmula de adubação para o café por exemplo se na propriedade agrícola existir uma cultura que abranja solos de diferentes tipos. Ainda mais, para uma mesma terra a fórmula pode variar, segundo o histórico desta, ou seja conforme se apresente ela muito ou pouco esgotada.

3.º — É de máxima importância aplicar o fertilizante em época certa. O emprêgo prematuro ou tardio concorre para um menor aproveitamento por parte da planta favorecendo um possível fracasso. As exigências em nitrogênio, fósforo e potássio, dentro de um mesmo período do ano agrícola, diferem segundo a espécie vegetal. Recorre-se ao parcelamento das aplicações para atender estas exigências em épocas diversas.

4.º — A localização não adequada do adubo é prejudicial. O fertilizante quando aplicado no sulco, por ocasião do plantio, deve ocupar posição que não prejudique a germinação das sementes. Quando empregado nas culturas permanentes não deve fugir da região abrangida pelo sistema radicular da planta, pois nesta condição a perda seria total. Se houver contacto do adubo com a semente ou a concentração salina na zona da raiz fôr superior a cinco mil partes por milhão a cultura adubada pode produzir menos do que se não recebesse fertilizante algum.

5.º — É comum o emprêgo de material orgânico (composto, estéreo, tortas) em mistura com os adubos minerais. O adubo orgânico quando ainda mal decomposto pode causar prejuízos consideráveis pela perda do nitrogênio destruição

da microflora e microfauna do solo e a formação de produtos tóxicos às raízes e às sementes.

6.º — A planta deixa de aproveitar convenientemente os adubos quando: cultivada em terra encharcada ou muito sêca; curvas pesadas ocorrem por um período longo; causando a percolação dos elementos nutritivos; a aração é superficial ou profunda demais; as capinas são deficientes e os tratamentos fitosanitários são descuidados.

DISTRIBUIÇAO DO NITROCALCIO PETROBRAS

Nas culturas anuais poderá ser procedida de diversas maneiras:

a) **No sulco, por ocasião do plantio, em linha contínua.** O processo é recomendado para as culturas nas quais as plantas guardam entre si pequenas distâncias.

b) **No sulco, por ocasião do plantio, em linha interrompida.** Esta forma de distribuição é indicada para as culturas cujas plantas guardam entre si grandes distâncias. Procura-se, com esta prática, evitar a diluição do fertilizante por tôda a área a ser cultivada.

Para o emprêgo nas formas supracitadas deverá o Nitrocálcio-Petrobrás ser prèviamente misturado com os demais adubos que completam a fórmula de adubação. Não há interêsse econômico na aplicação em separado de cada um dos fertilizantes. As despesas com a mão de obra seriam no caso mais elevadas e os resultados da produção os mesmos.

A distribuição no sulco, em linha contínua ou interrompida, de qualquer fertilizante, torna necessária a mistura dêste com o solo. Se a distribuição é mecânica a adubadeira realizará o trabalho. No caso de ser manual, esta mistura de solo e fertilizante, poderá ser feita fazendo-se passar ao longo de todo o sulco, uma corrente dobrada. A incorporação do adubo será tanto mais difícil quanto mais úmida estiver a terra. A mistura diminui a possibilidade de ocorrer uma concentração salina que prejudique a germinação das sementes.

c) **Em cobertura simples.** Esta modalidade de distribuição consiste em se aplicar o Nitrocálcio-Petrobrás, sôbre o solo, na região abrangida pelo sistema radicular da planta. Procura-se oferecer à planta o elemento nutritivo na época em que o mesmo é mais solicitado. Evitam-se assim as perdas por ação das águas, no período de menor solicitação. O adubo fosfatado, o potássico e apenas um têrço do Nitrocálcio-Petrobrás, serão aplicados no sulco por ocasião do plantio. O restante do adubo nitrogenado será distribuído em cobertura e a época desta aplicação é variável segundo a espécie vegetal considerada.

d) **Em cobertura parcelada.** Um têrço do Nitrocálcio-Petrobrás será aplicado no sulco em mistura com os demais adubos. Os dois terços restantes serão subdivididos em parcelas iguais e cada uma delas será aplicada em época diferente, segundo o que recomenda a técnica agronômica com relação à planta que receberá o fertilizante.

A distribuição do Nitrocálcio-Petrobrás nas **culturas permanentes** poderá ser efetuada pelos processos seguintes:

a) **Na cova.** O Nitrocálcio-Petrobrás será prèviamente misturado com os demais adubos que completam a fórmula da adubação recomendada para o plantio. Todo o adubo aplicado será intimamente misturado com o solo que preencher a cova. Esta mistura de fertilizante e solo é conveniente por evitar uma concentração salina que possa prejudicar o desenvolvimento das raízes.

b) **Em cobertura parcelada.** A distribuição do Nitrocálcio-Petrobrás será feita sôbre o solo, em tôda a região abrangida pelo sistema radicular da planta. A quantidade total do adubo será subdividida em partes iguais e em número correspondente ao das aplicações recomendadas tècnicamente. Convém que o fertilizante seja levemente incorporado ao solo, o que pode ser feito com o auxílio da enxada ou de uma grade de discos. Não sendo possível realizar êste trabalho por uma circunstância qualquer, a incorporação dar-se-á gradativamente em conseqüência dos tratos culturais (capina, escarificação, coroamento etc.).

A INDUSTRIALIZAÇAO DO NITROCALCIO PETROBRAS

Para a produção do fertilizante a Refinaria Presidente Bernardes conta com três unidades industriais:

Fábrica de amônia

Fábrica de ácido nítrico

Fábrica de nitrato de amônio e Nitrocálcio.

Fases de Produção:

I — NEUTRALIZAÇAO: O ácido nítrico é neutralizado com amônia gasosa, e a solução resultante é denominada licor. Nos evaporadores a vácuo a concentração do licor é levada a cêrca de 96-97%.

II — MISTURA: O licor concentrado é misturado no calcário dolomítico pulverizado em tanques especiais.

III — GRANULAÇAO: A mistura de nitrato de amônio e calcário é conduzida no tôpo de uma tôrre de granulação passa por um crivo rotativo e durante a queda é resfriada por uma corrente de ar. Daí segue a um triturador.

IV — RESFRIAMENTO CLASSIFICAÇAO EMPOAMENTO: A mistura granulada é resfriada triturada em um cilindro classificada em jôgo de peneiras e empoada com calcário finamente dividido.

(Conclusão da pág. 34)

Comissão Fiscal

João Barbosa Esteves
Abrahão Mafra
Antônio Diniz de Carvalho

Suplentes

Clarindo Corrêa Villaça
Manuel de Paula Sá Junior
Armando Mendes

Conselho Deliberativo

Solon Henriques Gonçalves
Raimundo da Conceição Martins
Leonidas Sampaio de Queiroz
Vivaldo Barbosa
Pedro Granja de Siqueira
José Acioly de M. Veiga
Didimo Soares
Joaquim Ribeiro da Silva
Raimundo de Freitas Dantas
Justino Marques da Silva
Aldimar Marinho Sampaio
Acácio Soares Leite
Benedito Mahomed de Souza
Lucindo Antunes Fernandes

AS LEIS AGRÁRIAS NA SUÉCIA

As primeiras leis suecas regulamentando o direito de propriedades das terras, datam da Idade Media. Visavam de inicio o fortalecimento economico da propriedade agrícola, então principal fonte de tributos. Com as novas condições econômicas decorrentes do advento da era industrial, essas leis passaram por transformação.

No principio deste seculo grave crise social causou a supressão da legislação que visava a manutenção de grandes propriedades agricolas, dentro em pouco, porém, verificou-se que a divisão das terras em pequenas propriedades resultavam em menor produtividade, o que acarretou a volta das restrições ao fracionamento das propriedades agricolas.

Em tempos modernos, após algumas medidas postas em pratica durante a ultima guerra, foi votada pelo Parlamento, em 1945 uma nova lei que condicionava o direito de aquisição de propriedades agricolas de valor acima de 5 000 Sw. Kr. (Cr$ 300 000,00) a permissão especial do Governo, a qual somente seria dada caso o comprador demonstrasse capacidade de a manter a produtividade da terra pretendida e não houvesse intuito de especulação ou interesse na devastação de matas.

A lei de 1945 não tinha como principal objetivo a racionalização da agricultura. Visava sobretudo a conservação das terras, sob contrôle da população agricola.

Em 1948 a legislação alterou-se, passando a ter objetivos bem diferentes da anterior. Constitui-se como meta essencial a racionalização da agricultura, procurando ao mesmo tempo assegurar aos trabalhadores agricolas, a longo prazo um nivel de vida igual ao dos demais.

Este principio de nivelamento dos salários seria conseguido pela aceleração de racionalização do trabalho agricola. A novidade do preceito legal pôsto em vigôr consistia numa combinação de programa de racionalização e sustentação de preços. O alto nivel de vida da população agricola sòmente seria assegurado com base numa produção racional. As garantias dadas a agricultura relacionavam-se apenas à uma determinada quantidade de produtos agricolas que correspondessem às necessidades de consumo do país. Introduziram-se outrossim novas taxas de direitos aduaneiros para produtos importados.

Verificou-se que não seria possivel garantir salarios de nivel comparavel ao de outras atividades a não ser que os calculos fôssem baseados em determinada unidade minima de propriedade. A comissão encarregada de estudar a matéria, propôs então que se fixasse 10-20 hectares como area minima de terra aravel capaz de proporcionar o nivel de vida desejado, o qual viria mais tarde a ser elevado da

como unidade base.

No ano de 1959, um novo acordo entre governo e proprietários de terras aumentou a unidade base para 20-30 hectares.

Deve-se considerar que, no caso da Suécia, o trabalho agrícola no país é desenvolvido com grande intensidade, farto uso de fertilizantes comerciais e, em combinação com a pecuária.

Nos rendimentos calculados para os agricultores incluíam-se o da exploração das matas e outros congêneres. Os preços garantidos eram calculados de maneira a permitir um rendimento correspondente aos grupos comparáveis de outras atividades. Como "grupos comparáveis" foram considerados os trabalhadores na indústria da Suécia Meridional com exceção das grandes cidades.

Deve-se considerar que até agora o desejado nivelamento dos rendimentos não foi conseguido. Os rendimentos dos trabalhadores agrícolas continuam cêrca de 30% menores que os dos trabalhadores industriais.

Tendo o parlamento decidido pela unidade de 10-20 hectares como unidade base é natural que as decisões na política agrícola se tenham ajustado àquela unidade base. Isto ficou demonstrado nos planos de racionalização de estrutura, que foi elaborado e determinado pela lei de 1947. O govêrno esforçou-se por conseguir consolidar as propriedades menores em unidades de no mínimo 10-20 hectares de terras arável mais matas ou florestas. Êstes esforços de consolidação exigiram de argumentação por parte de novas leis agrícolas, evitando que as terras fôssem adquiridas por pessoas ou entidades não agrícolas.

Damos a seguir um resumo da Lei de Aquisição de Propriedades Agrícolas, de 17 de junho de 1948:

Uma propriedade agrícola não pode ser adquirida sem permissão do Conselho Agrícola da região em que se situe a propriedade. A permissão não poderá ser dada caso se possa presumir que

- o adquirente não trabalhe as terras com eficiência
- o adquirente tenha como objetivo principal lucrar com a floresta
- o adquirente tenha como objetivo revender a propriedade ou parte da mesma com lucro.

Caso o comprador deseje adquirir a propriedade principalmente para emprêgo de capital a permissão pode ser dada dentro de certas condições. Isto pode se dar caso a compra venha beneficiar de outra maneira a localidade.

O govêrno tem preferência na compra de propriedade caso esta compra venha a melhorar a estrutura econômica de outras propriedades agrícolas anteriores econômica. Na realidade, certos grupos de agricultores fazem com direito de preferência na compra de terras que são oferecidas à venda. O govêrno age então como intermediário, passando a terra àqueles que desejam com ela [illegible] a propriedade econômica [illegible].

Deve-se salientar que a preferência somente é dada ao govêrno para facilitar a consolidação da economia de outras unidades. Existem também outras exceções. A preferência governamental não é aplicada quando o candidato à compra é cônjuge, irmão ou descendente do vendedor, quando o comprador já é sócio da propriedade



priedade, ou ainda, quando se trata de venda em leilão executivo. Também no caso do comprador ser arrendatário da propriedade, o Estado não poderá ter preferência.

O vendedor de uma propriedade agrícola poderá tomar providências especiais a fim de evitar o complicado processo de preferência governamental. Ele poderá pedir um pronunciamento do Conselho Agrícola, sôbre a necessidade da sua propriedade para racionalização de outras propriedades. Na hipótese do Conselho responder negativamente, o direito de preferência ficará nulo pelo período fixado pelo Conselho. Poderá, também, oferecer a sua propriedade à venda ao Conselho. Êste, se não aceitar a proposta dentro de 3 meses, não poderá fazer prevalecer o seu direito de preferência antes de decorrido um período de 2 anos.

O pedido de permissão de compra é dirigido pelo comprador ao Conselho Agrícola da região. Caso o pedido seja denegado, o comprador poderá apelar à Sua Majestade. O comprador poderá prescindir da permissão do Conselho se puder demonstrar que não existe nenhum dos impedimentos legais para a compra. O comprador deverá juntar ao seu pedido:

1 — Uma declaração própria de que tem a firme intenção de se dedicar pessoalmente à lavoura e de que não é possuidor de outra propriedade agrícola.
2 — Certificado expedido por autoridade policial rural de que o comprador tem capacidade para lavrar a terra e de que não estará adquirindo a propriedade para especulação.

No ano de 1955 foi votada uma nova lei de aquisição de terras, em substituição às de 1947 e 1948.

Entretanto, o novo preceito é em princípio igual aos dois anteriores e, poder-se-ia dizer que êstes últimos consolidaram-se num só regulamento.

Os casos de denegação do direito de aquisição são pràticamente os mesmos que os previstos na lei de 1948.

A venda pode ser negada, caso a terra seja necessária para aumentar a produtividade de outra unidade agrícola. Por êste regulamento, os conselhos agrícolas adquiriram um instrumento para dirigir a racionalização da agricultura no sentido considerado conveniente. Quem desejar alienar a sua propriedade terá que oferecê-la ou ao conselho agrícola ou a quem indicar o conselho agrícola, se êste último julgar com isto estar contribuindo para a melhoria da propriedade do comprador. Deve-se lembrar, entretanto, que não existe obrigatoriedade de efetivação de qualquer transação. Neste sentido, a nova lei difere da anterior, que facilitava ao conselho agrícola adquirir uma propriedade oferecida à venda, mesmo contra a vontade do vendedor e do comprador. De acôrdo com o regulamento anterior, o conselho agrícola poderia obrigar o vendedor a ceder ao mesmo conselho uma propriedade oferecida ao particular, a um determinado preço.

Hoje, um vendedor poderá negar-se a ceder a sua propriedade ao conselho agrícola mesmo que êle a tenha oferecido a um particular.

Uma venda entre particulares está sujeita à con-

dições estabelecidas pelo conselho. Este tem poderes para obrigar o comprador a tomar determinadas providências a fim de melhorar a produtividade ou para impor a utilização da propriedade para uma determinada produção durante um tempo estipulável pelo conselho. Poderá, outrossim obrigar o comprador a junção da unidade agrícola a outra de sua propriedade.

Como proteção ao vendedor contra prejuizos, na hipótese de uma venda negada pelo conselho agrícola, êste, se instado a tal, fica obrigado a adquirir e indenizar o proprietário. Com este dispositivo evita-se que o Conselho, com sua recusa em aprovar uma venda entre particulares, venha a causar um prejuizo ao proprietário que se viu impedido de alienar sua propriedade.

Por êste meio, o preço poderia praticamente ser estipulado pelo conselho agrícola, ou pelo comprador indicado. A fim de evitar esta dificuldade, fica também estabelecido que o conselho agrícola, ao recusar a permissão de compra, se obrigado a adquirir a propriedade no preço oferecido pelo comprador.

Existem, porem, limitações nas obrigações do conselho. Caso o preço indicado esteja evidentemente acima do valor médio das propriedades, a permissão para a transação pode ser negada sem que redunde na obrigação do conselho agrícola em adquirir a propriedade.

É importante salientar o seguinte:

1) As compras pelos conselhos agrícolas não visam aumentar as propriedades do Governo. As compras visam tão sòmente "estocar" propriedades que futuramente possam ser necessárias para a racionalização do trabalho agrícola.

2) Ninguém é obrigado a vender. Um conselho agrícola pode negociar com um proprietário sôbre a venda num caso determinado de racionalização, porém não existe nenhuma obrigação por parte do vendedor.

3) Devido ao grande número de ofertas para vendas de propriedades agrícolas surgidas durante os últimos anos, principalmente devido à contínua mudança das populações do interior para a cidade, os regulamentos agrícolas na Suécia não têm sido aplicados com grande rigor.

Por isso, nos últimos anos, tornou-se menos complicado para um indivíduo não agricultor adquirir terras, principalmente quando as terras pretendidas não são as mais necessárias para a racionalização.

As leis agrícolas continuam objeto de estudos e de novas propostas. Um novo projeto foi encaminhado ao Congresso em 1951. Propõe-se uma continuação das restrições à aquisição indiscriminada por 3 motivos. Considera-se importante conseguir que a terra arável fique à disposição de pessoas que têm a firme intenção de fazer da agricultura o seu principal rendimento. Teme-se por outro lado, que dificuldades sociais e econômicas possam surgir se, por falta de dispositivos legais, as terras aráveis e as florestas vierem cair em mãos de pessoas que não agricultores ativos.

O 3.º motivo é o de evitar especulação. Êstes argumentos são bem conhecidos de estudos e projetos anteriores. A nova comissão que está estudando o assunto está propensa a facilitar a aquisição de terras, matas e florestas também por Cias. ou entidades comerciais e industriais. A estas Cias seria facultado a aquisição de terras em regiões onde, mesmo no futuro, não seja provável a agricultura nacional. (Do SIP)

A Agricultura na Finlândia

Milhares de lagos, imensas florestas, exportador de madeira, polpa e papel — são por estas coisas, usualmente, que a Finlândia é conhecida no mundo. Fora das fronteiras do país, poucos sabem que a Finlândia é um país agrícola onde mais de um têrço da população (1,4 milhões) tira seu sustento na agricultura e silvicultura.

As fazendas são predominantemente de tamanho apropriado para uma família, com uma área média cultivada de 8,9 hectares. Porém, a fazenda média finlandesa abrange também 40 hectares de floresta.

Derrubada. Desde que a Finlândia tornou-se independente em 1917, o objetivo da sua política agrícola tem sido atingir a auto-suficiência nos produtos básicos de alimentação. O primeiro passo foi lavrar mais terras. Simultâneamente com a derrubada, os métodos agrícolas foram desenvolvidos e modernizados. Até o princípio da segunda guerra mundial, 600.000 hectares de novas terras aráveis foram desbravadas. O trabalho continuou numa marcha reduzida durante a guerra. Pelo Tratado de Paz de 1944, a Finlândia cedeu à União Soviética áreas bastante grandes que continham 12 por cento da terra cultivável do país. Além disso, havia aproximadamente 230.000 fazendeiros que deixaram o território cedido e tinham de ser restabelecidos no que ficou da Finlândia. Ambos os fatores deram um novo ímpeto ao desbravamento de terra. Depois da guerra, aproximadamente 300.000 hectares de novas terras foram abertas para o cultivo, e o total de terra arável do país é agora aproximadamente de 2,6 milhões de hectares, algumas dezenas ou centenas de hectares mais do que era na época de 1930.

Tipos de Agricultura. A espécie de agricultura que pode ser praticada na Finlândia está sujeita a dois fatores: primeiro, clima, segundo, a predominância de pequenas propriedades.

A Finlândia acha-se em latitudes mais altas do que qualquer outro país agrícola. Está no mesmo nível que os distritos do extremo noroeste do Canadá e do Alaska. Todavia, graças ao "Gulf Stream", que banha a costa da Noruega e tem uma influência atenuante nas condições da Finlândia também, é possível a agricultura, mesmo no norte do país. Outro fator favorável é a "noite sem noite" da qual os cereais tiram um benefício efetivo durante o período de crescimento. Porém, mesmo nos melhores distritos agrícolas da Finlândia, o período de crescimento é somente de 180-190 dias, acima de um mês mais curto do que na Dinamarca, por exemplo. A precipitação é adequada, cerca de metade em ambos os semestres do ano, porém, a geada é sempre um fator imprevisível nas partes norte e centro do país.

Os traços típicos da agricultura finlandesa são o cultivo de forragem, reservando-se uma área relativamente grande para pastagem, prados lavrados, e o cultivo de uma grande variedade de cereais. A experiência demonstrou ser esta a melhor maneira de converter o rendimento dos campos em um produto vendável, o leite, em tôda a Finlândia do centro e do norte. A produção de leite tem acusado um aumento constante nestes últimos anos. Na safra de 1958-59 a Finlândia foi 134 por cento auto-suficiente em lacticínios. Na verdade, o leite excedente teve de ser exportado, sob a forma de manteiga — 25,7 milhões de quilos de manteiga foram exportados em 1960. A superprodução de gordura do leite é o problema

... premente da agricultura finlandesa de hoje. Não se poderia melhorar muito a situação pelo cultivo de cereais de panificação no sul da Finlândia em vez de forragem e grãos... Isto resultaria simplesmente numa superprodução de cereais. Na última safra, o país estava quase 90 por cento auto-suficiente em centeio e quase 70 por cento em trigo.

Plantas e Colheitas. Os métodos de cultivo e seleção de cereais, bem como de criação de gado, adequados às condições finlandesas, podem ser de algum interêsse para o leitor estrangeiro.

O clima rigoroso traz certas limitações às safras de cereais. Contudo na última safra a produção foi de 2 070 unidades de colheita por hectare, o que quebrou todos os recordes anteriores do país. Aqui estão as colheitas médias dos principais cereais:

1960	kg/hectare
Centeio	1 800
Trigo do outono	1 891
Trigo da Primavera	2 105
Cevada	2.070
Aveia	2 240
Cereais mistos	2 050

Há grandes esperanças agora no desenvolvimento do cultivo de forragem nos distritos os mais setentrionais da Finlândia. O nabo de forragem "Tento burger" está sendo cultivado experimentalmente. Tem produzido uma safra de mais de 100.000 quilos por hectare em Lapland. A forragem, as raízes e as batatas crescem melhor no norte mais distante. Em 1960 a safra de batatas foi razoavelmente boa em todo o país, i. e., 20.200 kg/ha porém, em Lapland algumas fazendas produziram nada menos da que 50 000 kg/ha, e 40 000 kg/ha foi completamente normal na terra do sol da meia noite.

Lacticínios. O rendimento a base do gado está em pé de igualdade com os padrões internacionais. As vacas "inspecionadas" do país totalizaram 322.491 em 1959, dando uma produção média de 3 732 kg de manteiga com um teor de gordura de 4,5 por cento.

Um novo recorde foi atingido em 31 de outubro de 1960. Neste dia uma vaca da raça Ayrshire elevou a sua produção total até 111 226 kg de leite e 4 938 kg de manteiga, com um teor de gordura de 4,4 por cento. Dado mais um prazo, ela atingirá um novo recorde mundial!

Uma marca anual que merece menção e a estabelecida pela "Hassu", uma vaca de raça finlandesa, que deu 8 210 kg de leite e 421 kg de manteiga, com um teor de gordura de 5,1 por cento. Seu peso é somente de 360 kg.

Mecanização. A mecanização da agricultura tem feito um grande progresso desde a guerra. Toda criação de seis cabeças ou mais e as vezes com menos, são ordenhadas mecanicamente. Cada três fazendas com 25 hectares ou mais de terra aravel têm um "combine". O número de tratores aumentou de 15 000 há dez anos atrás para mais de 85 000 atualmente, dando um trator para 30 hectares. O número de cavalos decresceu simultâneamente de ... 346 000 para, aproximadamente, 251 000.

Milho... Para Milhões!

(De José Resende Peres, agricultor em São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais)

Um dos inúmeros fracassos de nosso "dirigismo", além dos muitos conhecidos deficits das empresas estatais — quiçá o maior mal causado a este país — talvez seja a ausência do Governo em matéria de fomento à nossa produção de milho. Não fora a iniciativa de Rockfeller, com a Agroceres, estaríamos ainda mais atrasados (o "malsinado" capital estrangeiro). No último ano, segundo a F.A.O., a produção mundial do importante cereal ultrapassou a casa de 200 milhões de toneladas, sendo os maiores produtores, Estados Unidos, 110,8 milhões de t; URSS, 12 milhões. Brasil, 7,7 milhões. Mas isto não é tudo. Se o 3.º lugar fosse também relacionado com o índice de produção por hectare, a situação não seria tão grave. Mas ao contrário. Em matéria de produtividade somos os "lanterninhas", com apenas 1,3 t por hectare, enquanto os Estados Unidos têm a média de 3 e mais toneladas, e a própria URSS está produzindo 2,2 t por hectare. Assim, produzimos pouco, e caro, isto é, com baixa produtividade.

Café Para Estocagem

Mas que vêm fazendo nossos "esclarecidos" homens públicos nos últimos anos? Fomentando o plantio de milho híbrido, fomentando a mecanização, a adubação de lavouras de milho? Não. Fomentaram ao máximo o plantio de café, não raro em zonas impróprias, sujeitas a geadas, ou muito quentes, produzindo cafés duros, para conseguirem o "sucesso" fabuloso de estocarem 40 milhões de sacas, sem procura num mundo em superprodução. Fomentaram, gastando bilhões, o plantio do trigo, que redundou em fracasso, sendo esta uma mercadoria de preço vil no mercado internacional. Basta dizer que os americanos estão nos vendendo para receber em cruzeiros, ao prazo de 40 anos. Nada com o milho ou a borracha, que nos estão a levar divisas. Fomentaram o que já produzíamos em excesso, ou o que não valia a pena produzir.

No entanto, como seria outro o quadro no Brasil se estivéssemos produzindo muito milho, e a bons preços. Milho significa, em última análise, ovos, leite, carne, manteiga, óleo comestível, geléia, mingaus e o próprio pão para milhões de brasileiros que ainda não comem pão de trigo. Na hora que deve intervir, o Governo se omite. E no entanto está provado que nossa produção por hectare poderia ser muito melhor, que o custo de produção poderia ser grandemente reduzido, que o volume total da produção brasileira poderia facilmente ser multiplicado.

Para isso bastaria orientação, financiamento de tratores e implementos a médio prazo, instalação de patrulhas volantes de tratores pesados para destoca, criação de estações de seleção de variedades, financiamento e prêmios a fazendas especializadas na produção de sementes híbridas, mecanismos de sustentação de preços mínimos com fun-

cionamento real e a preços justos, incremento da produção de adubos a preços compensadores.

Produção Mecanizada

Eu e meus irmãos, em nossos latifúndios de São Pedro dos Ferros (impossível produzir barato em pequenas áreas, pois só a produção em massa pode baixar o custo de produção), plantamos êste ano (1961) 100.000 quilos de sementes de milho híbrido, o que, se o tempo ajudar, resultará numa colheita de 300.000 sacas, uma vez que 1 kg produz em média 3 sacas de 60 quilos, ou seja, uns 3.000 kg por hectare, média igual à dos Estados Unidos (naturalmente êste cálculo pode variar conforme a "peneira" do milho).

Antes de mecanizarmos o custo da saca (em espiga, na roça, porque daí em diante as despesas são idênticas seja qual fôr a forma de plantio) era de Cr$ .... 200,00 Isto em 1959 Em .. 1960 conseguimos trazer o preço de custo por saca para Cr$ 30,00, baixando pois a fabulosa quantia do Cr$ 170,00 em saca, embora nos primeiros anos os investimentos sejam muito maiores. Hoje ainda se vê muita terra mecanizável abandonada, ou servindo de pasto para 4 ou 5 reses, o que é antieconômico. Num alqueire mecanizado, bem trabalhado, conseguimos até 3.000 quilos por hectare. Ora, ao prêço atual de Cr$ 20 00 o quilo, isto significa Cr$ 60.000,00 por hectare, brutos. Mas tiremos a despesa:

Custo de produção, em espiga, hoje, por saca, na roça	100,00
Colheita e transporte para a máquina de debulhar ..	30,00
Deoulha	20,00
Saco usado	70,00
Transporte para o vagão	30,00
Vendas e consignações (9,7%)	120,00
Corretagem	34,00
Despêsa bancária (3%)	36,00
Custo total de 60 kg .	440,00
Venda: 1.200,00	
Lucro em Saco ...	760,00

Nesse lucro não está computado o valor dos investimentos, inclusive o da terra. Todavia, na base de 3000 kg por hectare, ou seja, 50 sacos, teríamos o rendimento de Cr$ 38.000,00 por hectare, índice jamais alcançado por qualquer exploração de gado, mesmo que o fazendeiro crie Guzerá, a raça mais produtiva para a faixa intertropical.

Mas quase ninguém sabe disto, nem o Ministério da Agricultura, o pobre sem verbas, e muito menos as Secretarias Estaduais de Agricultura. Poderíamos, só com o milho, anular a inflação desenfreada dos incapazes, conquistar divisas, alimentar um povo subnutrido, promover fartura, o que significaria afastar o comunismo, que foge da prosperidade como o diabo da cruz.

A Quem Imitar

Mas não é nenhum milagre. Não somos agrônomos nem técnicos. Só agora, querendo elevar nossa indi-

ce de produtividade, e iniciar a adubação científica, contratamos Hugo Prata, o grande agrônomo que o Govêrno perdeu, pois só lhe pagava uns míseros Cr$ .. 50.000,00 mensais. Um foguista da Leopoldina está ganhando Cr$ 65.000,00 por mês. Oferecemos-lhe o dôbro como mínimo, afora possibilidades de ganhar muito mais.

A maioria dos nossos deputados, ao invés de votar leis contrárias ao interêsse nacional, como a da remessa de lucros, repudiada por todos os setores esclarecidos da Nação, ao invés de entender política como "cavação", nomeação de delegados e transferência de professôras, ao invés de tentarem imitar as misérias de Fidel Castro ou Mao Tse-tung, deviam logo procurar imitar a prosperidade da terra de Kennedy, onde a maior preocupação no momento é limitar a produção, pois o Govêrno já está gastando um milhão e meio de dólares por dia só com armazenagem de ovos, trigo, milho etc.

A copiar, que copiem de quem já venceu, e não de líderes que comandam a fome em suas pátrias. O Brasil pode e deve produzir milho em abundância e barato para seus milhões de subnutridos. Mas preferiram produzir automóveis caros a ter milho barato, comprar porta-aviões a adquirir ou produzir tratores agrícolas, 50% do orçamento para os ministérios militares e 5% para o da Agricultura. Assim vamos acabar morrendo de fome, apresentando armas!

Nova Fábrica de Produtos Nestlé



Realizou-se dia 29 último, na cidade de Araçatuba, a Festa da Cumeeira, quando da cobertura dos pavilhões da nova Fábrica dos Produtos Nestlé.

Às festividades compareceram o Sr. Secretário da Agricultura Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, autoridades civis, religiosas e militares.

Às 15 horas o Sr. Secretário da Agricultura hasteou o Pavilhão Nacional, no pátco da Fábrica, sendo na ocasião saudado pelo Sr. Oswaldo Ballarin, Diretor-Presidente de Produtos Nestlé que agradeceu a presença do ilustre homem público àquela festividade. O Dr. José Bonifácio agradeceu as palavras do Sr. O. Ballarin e enalteceu as grandes realizações dos Produtos Nestlé em nosso País.

Um coquetel comemorativo na Fábrica Nestlé, com a presença de todos os operários, autoridades e demais convidados, encerram as festividades. Na foto um aspecto das solenidades.

Será que os Estados Unidos seriam a maior potência militar do mundo sem ter sido antes os maiores produtores mundiais de carne, milho, trigo, aves, legumes?

Uma Aplicação Prática da Programação Linear no Cálculo de Rações Balanceadas

Procópio Gomes de Oliveira Belchior

Arg. Zootecnista — Chefe do S. Economia Rural

No mês de julho, do corrente ano de 1961, o Centro de Experimentação e Extensão Rural de Guaratiba (ex-Fazenda Modelo), recebeu uma partida de cerca de 100 toneladas de leite em pó, impróprias para o consumo humano. Tendo em vista a possibilidade de deterioração e a oportunidade de diminuir o custo do arraçoamento, a Comissão Diretora do CEXPER, resolveu utilizar o leite em pó, na maior proporção possível, nas rações para aves e suínos.

Resolvemos, por esta razão, utilizar a programação linear, para determinar qual a ração mais barata que atendesse às necessidades das espécies, contendo a maior quantidade possível de leite em pó. Iniciamos o trabalho com a ração do suínos, cuja Seção está sob a nossa responsabilidade.

Nesta Seção, desde 1 959, vinha sendo mantida uma fórmula constante de ração, cuja composição era a seguinte:

Milho	70,0%
Farinha de Carne — 50% ..	5,0%
Farinha de peixe	5,0%
Farelo de soja	8,5%
Farelo de amendoim	5,0%
Alfafa moida	5,0%
Ostra moida	1,5%
	100,0%
Sal	0,25%
Suplemento vitamínico .. .	1,00%

Tal formula, embora apresentasse certas deficiencias, era utilizadas indiferentemente, para porcos de todas as idades, tendo em vista a dificuldade de aquisição de outros alimentos e a falta de mão de obra habilitada em preparar e distribuir vários tipos de ração. O preço dos ingredientes — adquiridos em concorrência pública —, tornou elevado o custo desta ração que atingiu a Cr$ 15,56 o quilo, sem incluir o suplemento vitamínico, mineral.

Os alimentos disponiveis na ocasião, eram: milho (Cr$ 12,00), farinha de carne — 50% (Cr$ 30,00), farinha de peixe (Cr$ .. 43,00), farelo de soja (Cr$ 23,00), farelo de amendoim (Cr$ 15,00), alfafa (Cr$ 15,00) e o leite em pó, obtido gratuitamente. A ostra moida havia sido adquirida a Cr$ 2,20 o quilo e o sal a Cr$ 9,00 o quilo.

A ração a ser calculada, deveria conter, em 98 partes, 16 de proteina e 160 calorias. As duas partes restantes, seriam reservadas para ostra (1,5) e sal (0,5). O problema, ficou equacionado da seguinte maneira:

Objetivo (custo da ração):

$$Z = 12x_1 + 30x_2 + 43x_3 + 0x_4 + 23x_5 + 15x_6 + 15x_7 = \text{mínimo}$$

Isto é: a soma das quantidades dos diferentes alimentos, multiplicadas pelos respectivos preços, deveria ser minima.

Imposições ou restrições

a) a soma das quantidades dos ingredientes, multiplicadas pelos respectivos teores em proteína, deveria ser igual a 16.

$$10x_1 + 50x_2 + 50x_3 + 32x_4 + 47x_5 + 45x_6 + 17x_7 = 16$$

b) a soma das quantidades dos ingredientes, multiplicadas pelos respectivos teores em Calorias, deveria ser igual a 160:

$$238x_1 + 192x_2 + 267x_3 + 132x_4 + 167x_5 + 138x_6 + 47x_7 = 160$$

c) a soma das quantidades dos diferentes alimentos, deveria ser igual a 98:

$$100x_1 + 100x_2 + 100x_3 + 100x_4 + 100x_5 + 100x_6 + 100x_7 = 98$$

d) as quantidades dos diferentes alimentos deveriam ser iguais ou maiores que zero, isto é, as quantidades não poderiam ser negativas.

O QUADRO I, nos mostra o problema resolvido, tendo sido excluida a base artificial para economia de espaço. À direita, estão alinhados os ingredientes disponiveis tendo, sob o nome de cada um, os respectivos preços unitários as quantidades a entrar na ração (x_1 .... x_7) e as composição em proteína e Calorias em 100 gr. Na coluna PROGRAMA, vamos encontrar as condições impostas: 16 partes de proteina, 160 Calorias e 98 partes da ração. Na mesma coluna, porém na seção inferior, acha-se a indicação do programa otimo, que é a seguinte:

Ingrediente	*Custo Unitário*	*Porcentagem*
x4 (leite)	0	19,41%
x1 (milho)	12,00	51,01%
x7 (alfafa)	15,00	27,57%

E, na última linha, adiante da expressão Zj-Cj, encontramos o custo unitário desta ração: — Cr$ 10,2567

Acrescentando 1,5% de ostra e 0,5% de sal, iremos ter o preço final de Cr$ 10,3347 o quilo, contendo a ração:

Proteinas	15,9991%
Fibra	7,5750%
Calorias por quilo	1 599,829

Examinando-se o QUADRO I, vamos obter, entre outras, as sobras seguintes informações complementares:

a) — com leite em pó (ou leite desnatado), obtido gratuitamente, a ração mais barata, sera sempre composta de milho, leite e alfafa, independentemente da variação de preço dos demais ingredientes;

b) — com a composição de preços apresentada o valor econômico do leite em pó, situa-se em Cr$ 27,8898 o quilo (Cr$ 2,79 para desnatado);

c) — se o leite em pó custar mais do que o indicado no item anterior, será mais economico substitui-lo pelo farelo de amendoim, desde que êste custe, no máximo, Cr$ 38,1731 o quilo. Por outro lado, será mais econômico o uso da soja desde que esta custe, no máximo, Cr$ 16,9475 o quilo, ou da farinha de carne, se esta custar menos de Cr$ 22,1517 o quilo;

d) — se o leite em pó custar mais de Cr$ 27,8898 e o farelo de amendoim, mais de Cr$ 16,9475, será mais econômico usar farelo de soja, ate que êste atinja o prêço de Cr$ 40,1206 o quilo. A farinha de carne poderá substituir, econômicamente, o farelo de soja, desde que custe, no máximo, Cr$ 28,2042 o quilo;

e) — finalmente se todos os alimentos ultrapassarem os preços-teto indicados, a farinha de carne poderá ser empregada, em substituição ao leite, soja ou amendoim, até o prêço maximo de Cr$ 45,3248

Uma vez que as variações de preços, excedam os limites indicados, será necessário reformular o problema.

Levando em conta as informações obtidas e considerando que o teor de fibra ficou re-

lativamente elevado, resolvemos efetuar uma revisão do problema, utilizando, unicamente, o milho, o leite em pó e a alfafa e mantendo os teores de 1600 Calorias e 5% de fibra, sem impor restrições ao teor de proteínas.

O QUADRO II, nos apresenta o resultado do cálculo, que indicou a seguinte solução ótima:

Milho	42,35 %
Leite em pó	38,90 %
Alfafa	16,75 %
Proteínas	19,5305%
Fibra	4,9997%
Calorias	1.600/kg

O quadro, indica o custo de Cr$ 7,5945 o quilo. Acrescentando as mesmas quantidades d ostra e sal, teremos um custo final de Cr$ 7,6725.

Num e noutro caso, não foi considerado o preço do suplemento vitamínico, uma vez que é um fator constante em ambas as fórmulas.

A duas rações foram comparadas no CEXPER, visando-se obter informações sôbre a palatabilidade, o ganho em pêso e o índice de conversão do alimento, o que será objeto de outro trabalho.

No presente comunicado, tivemos em mira, exclusivamente, divulgar a aplicação da programação linear em problemas agronômicos de deci ão, onde ela se constitue em um precioso instrumento de cálculo, na pesquisa de soluções mais econômicas.

Resumo de Instruções sôbre a Cultura do Coqueiro

Pelo Dr. Gregorio Bondar

1 — Nas condições próprias de clima, o coqueiro pode produzir de zero até 400 frutos por pé e por ano;

2.º — A produção depende mais do lavrador do que da própria planta. No solo bom ou bem adubado, o coqueiro, livre das pragas e plantadas mais rendosas, fornecendo por ano até 400 cocos equivalendo a 35 quilos de óleo. A vinte centavos o coco, a produção representa oitenta cruzeiros por árvore e por ano,

3. — É preferível ter menor número de coqueiros bem cuidados, do que ter grandes plantações improdutivas.

4.º — Plantam-se os Coqueiros nos lugares desafogados, onde possa êle receber plenamente sol e vento. Os coqueiros plantados no meio de pomar de mangueiras e de outras árvores de porte alto como se vê entre nós são condenados à produção pequena ou nula;

5.º — Planta-se o coqueiro em covas amplas, bem adubadas com lixo das habitações, cinzas, estêrco do curral ou qualquer outro resíduo orgânico;

6.º — Coloca-se a muda abaixo do nível do solo, para que, quando o Coqueiro se desenvolver, com o achego da terra ao tronco possa enraizar melhor. Quanto maior o número de raízes, tanto melhor garantida será a produção;

7.º — A menor distância entre as árvores deve ser de 8 metros em ambas as direções. No terreno mais fraco ou do abrigo dos ventos, a distância deve ser de 10 metros. A plantação adubada garante melhor a circulação do ar, o que facilita a fecundação das flôres;

8.º — Planta-se o coqueiro tanto nas praias na costa do mar, como no interior até 500 metros de altitude. Basta que a umidade para as raízes fique assegurada. Terrenos muito úmidos devem ser previamente drenados;

9.º — Num coqueiral é aconselhável lavrar-se o solo periodicamente, enterrando-se a vegetação verde, de preferência de leguminosas, plantadas para fins de adubação verde. As lavras, enriquecendo o solo em azoto, guardam melhores condições de arejamento e umidade para as raízes;

10.º — Adubo completo para o Coqueiro é o lixo das cidades. O fósforo e o cálcio são fornecidos pelos ossos e caliças de construções. As cinzas, ricas em potassa também se encontram em resíduos diversos. O azoto é fornecido pelos resíduos animais e vegetais. É preferível enterrar êsses adubos, abrindo-se valas entre alinhamentos do coqueiral, na profundidade de 40-45 cms. As raízes cortadas refazem-se fàcilmente, com proveito futuro para a planta. Recebendo ótima adubação o Coqueiro responderá com a máxima produção.

11. — Para cultura são preferíveis variedades precoces tais como a anã anunciada, que em condições normais começam a frutificar com 3 ou 4 anos.

(Conclusão da pag. 53)

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, DF, em 16 de novembro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

Tancredo Neves

Armando Monteiro

Walther Moreira Salles

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSE RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA



A LAVOURA

ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

FUNDADA EM 1897

ANO LXV

MARÇO - ABRIL, 1962

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo — LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável e Redator-Secretário
LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor
Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD

Redator Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

GENERAL JUSTO, 171
Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245
RIO DE JANEIRO

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE." C. P. 7257 — SÃO PAULO —



A Raça Guzerá vem, cada vez mais, merecendo a atenção dos criadores brasileiros, pois os concursos de ganho de pêso a tem apontado como a vencedora. Na nossa capa o animal CAZULO, um dos reprodutores das estâncias Kaukrej, de São Pedro dos Ferros, Minas Gerais.

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	Dr. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
2.º Vice-Presidente	—	KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	JOSÉ ARISTOBULO DE CASTRO FILGUEIRAS
4.º Secretário	—	GERALDO GOULART DA SILVEIRA
1.º Tesoureiro	—	RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

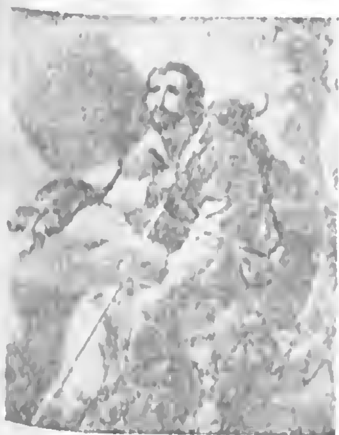
ALBERTO RAVACHE	FLAVIO DA COSTA BRITTO
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ	OSMAR LOPES REZENDE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
ENNIO LUIZ LEITÃO	JULIO CESAR COVELLO
	MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA		OCUPANTE
		Vaga
1 — ENNES DE SOUZA	—	Alberto Ravache
2 — MOURA BRASIL	—	Geraldo Goulart da Silveira
3 — CAMPOS DA PAZ	—	Kurt Repsold
4 — BARÃO DE CAPANEMA	—	Luiz Marques Poliano
5 — ANTONIO FIALHO	—	Antonio de Arruda Camara
6 — WENCESLAU BELLO	—	Ennio Luiz Leitão
7 — SYLVIO RANGEL	—	Frederico Murtinho Braga
8 — PACHECO LEÃO	—	Valentim F. Bouças
9 — LAURO MULLER	—	Heitor Grillo
10 — MIGUEL CALMON	—	Joaquim Bertino de M. Carvalho
11 — LYRA CASTRO	—	Edgard Teixeira Leite
12 — AUGUSTO RAMOS	—	Luiz Simões Lopes
13 — SIMÕES LOPES	—	Jayme Bernardes Cotrim
14 — EDUARDO COTRIM	—	Paulo Simões Lopes
15 — PEDRO OZÓRIO	—	Vaga
16 — TRAJANO MEDEIROS	—	Luiz Guimarães Junior
17 — PAULINO CAVALCANTI	—	Iris Meinberg
18 — FERNANDO COSTA	—	Julio Cesar Covello
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	—	Oswaldo Balarin
20 — GUSTAVO DUTRA	—	Ignácio Tosta Filho
21 — JOSÉ TRINDADE	—	José Augusto B. de Medeiros
22 — IGNÁCIO TOSTA	—	Fábio Luz Filho
23 — JOSÉ SATURNINO	—	Mário Penteado de F. e Silva
24 — JOSÉ BONIFÁCIO	—	Francisco de Assis Iglésias
25 — LUIZ DE QUEIROZ	—	Alfredo L. de Ferreira Chaves
26 — CARLOS MOREIRA	—	Honório Monteiro Filho
27 — ALBERTO SAMPAIO	—	José Carlos de Macedo Soares
28 — NAVARRO DE ANDRADE	—	Rômulo Cavina
29 — ALBERTO TORRES	—	Otto Frensel
30 — SÁ FORTES	—	Rômulo Joviano
31 — THEODORO PECKOLT	—	Oswaldo Lazzarini Peckolt
32 — RICARDO DE CARVALHO	—	José Sampaio Fernandes
33 — BARBOSA RODRIGUES	—	Sylvio Fróes de Abreu
34 — GONZAGA CAMPOS	—	José Assis Ribeiro
35 — AMÉRICO BRAGA	—	Moacyr Alves de Souza
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	—	José Carlos Bello Lisboa
37 — MELLO LEITÃO	—	Milton Freitas de Souza
38 — ARISTIDES CAIRE	—	Vaga
39 — VITAL BRASIL	—	Vaga
40 — GETÚLIO VARGAS	—	Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes Órgãos:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sansom; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicação dos Empréstimos Rurais** — (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Interamericano de Comércio e Produção** — Dr. Edgard Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Alberto Ravache; **Conselho do Mérito Agrícola** — Luiz Simões Lopes, Suplente; Ben Hur Raposo; **Conselho Regional do S.S.R. da Guanabara** — Abel de Almeida; **Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara** — Juvenal da Silva Azevedo.



O Padroeiro da Agricultura

Segundo o "Dictionaire d'Hagiographie" de Don Baudot, há pelos menos nove Santos Izidros: o de Antióquia, do IV Século, bispo, morto pelos arianos; o de Hermópolis, Confessor de Nitrie, venerados ambos no dia 2 de janeiro; o do Egito, festejado a 15 dêsse mês e também do IV Século; o de Péluse, do V Século, com o seu dia de consagração a 4 de fevereiro, e imitador da vida de São João Batista; o de Chio, onde foi martirizado no ano de 250 e que alguns consideram aquêle mesmo consagrado a 15 de maio, soldado egípcio decapitado como cristão; o de Sevilha, nascido em Cartágena, por volta de 570 e morto em 4 de abril — dia de sua consagração. Acha-se sepultado na Catedral de Sevilha, sábio da Igreja tendo produzido notáveis trabalhos sôbre gramática, história, teologia e ascetismo; dois outros Izidros — Heran e Elias — são festejados a 14 de dezembro e 17 de abril, respectivamente.

Mas o Santo Izidro que nos diz respeito particularmente é o cognominado "O Lavrador", com o seu dia de festa a 10 de maio. Nasceu em Madrid por volta de 1 110, sendo o padroeiro da capital espanhola.

Escrevé o autor citado que Santo Izidro sempre se dedicou — filho de pais pobres — aos trabalhos do campo, aprofundando-se contudo no espírito dos anacoretas. No amanho da terra, voltava-se permanentemente para Deus, levantando-se muito cêdo para que sua devoção não prejudicasse o trabalho de seus amos. Distribuía pelos pobres parte do que ganhava. Teve um filho, de sua espôsa Maria Tarribia, também tida como santa na Espanha. Santo Izidro previu o momento de sua morte, para ela se preparando com devotado fervor. Morreu a 15 de maio de 1.170, sendo beatificado em 1619 por Paulo V e canonizado em 1.622, por Gregório XV.

O culto a Santo Izidro de Madrid seria aconselhável èntre os lavradores brasileiros católicos. Não tendo para quem apelar nêste vale de lágrimas o nosso homem do campo, como último recurso, talvêz encontrasse no sêu santo padroeiro o defensor de suas aspirações e o protetor de seus direitos tão relegados pelos seus semêlhantes desta terra.

Estímulo à Iniciativa Privada em Matéria de Reflorestamento

Geraldo Gouart da Silveira
Engenheiro Agronomo

De longa data vem a Sociedade Nacional de Agricultura estudando com especial atenção o problema do reflorestamento no país e salientando o papel da iniciativa privada em assunto de tão alta relevância.

Recentemente, o Grupo de Trabalho instituído pelo Memorando G.P./M.A.-42. de 5.4.61, integrada por técnicos de alto gabarito, apresentou ao Sr. Presidente da República um bom trabalho que constitui a Exposição de motivos D.O de 14-11-61, do P. R 26.986/61, n.º 28, de 24 de outubro de 1961.

No que tange à ação governamental como incentivadora da iniciativa privada em matéria de reflorestamento, são muito oportunas e objetivas as conclusões a que chegaram os técnicos que, com elevado discortinio estudaram o assunto.

Para que os interessados delas tomem conhecimento e colaborem com o poder público para a solução do problema que cada vez mais grave e angustiante se torna para o país, transcrevemos adiante algumas das conclusões contidas no relatorio do citado Grupo de Trabalho.

Com relação a concessão de prêmios em dinheiro o trabalho recomenda.

"1 — A concessão de premios em dinheiro para os pequenos proprietarios mais que contribuiram para o florestamento e reflorestamento do país;

2 — A concessão de premios em dinheiro para os que promoveram o maior e melhor reflorestamento, bem como as municipalidades pela criação de parque e arborização das cidades".

De fato, são de elevado alcance as medidas propostas.

Quanto à concessão de prêmios em dinheiro aos pequenos proprietários rurais, o Grupo de Trabalho sugeriu:

1 — a concessão mediante contratos previamente assinados para os que proverem o reflorestamento de áreas não superiores a 10 hectares, ou base de,

a — até 100% ao custo do trabalho, em se tratando de florestas protetoras.

b — até 40%, em se tratando de floresta de rendimento

2 — o pagamento, do premio estabelecido, dezoito meses apos o plantio

Com relação ao financiamento para florestamento e reflorestamento foi sugerido o financiamento pela rede bancaria particular

através de utilização de parte (30%) dos recursos a serem recolhidos à SUMOC, ex-vi da Instrução 135

A porcentagem acima citada (30%) seria utilizado para o financiamento das operações de florestamento e reflorestamento a juros de 4%, dentro das normas usuais para os financiamentos dêsse tipo.

É muito interessante a medida proposta, pois uma considerável soma de recursos poderia ser utilizado no reflorestamento e no florestamento, a juros e prazos adequados, com mais beneficios para o país.

Lembra, ainda o referido trabalho, a necessidade imperiosa de alteração da lei do Impôsto de Renda, com e poder dê isentar o pagamento dêsse tributo.

"os rendimentos provenientes de exploração de florestas artificiais quer sob a forma de dividentos, quer sob a forma de certificado de reflorestamento".

Entre outros aspectos que merecem ser considerados quando se estuda o assunto e o fato da lei de Impôsto de Renda, conceder a redução d e 50% para a indúsria de celulose, e não cogitar de nenhuma medida com relação à matéria prima para essa indústria.

Uma novidade lembrada é a emissão de "titulos ou certificados de reflorestamento", isto é, titulos "com seus valores expressos em arvores e não em moeda".

Com tal objetivo o Grupo do Trabalho sugeriu:

"autorização por carta patente, às Companhias que se organizarem, para o fim precipuo do reflorestamento, a emissão de certificado ou titulos de reflorestamento para venda ao público de determinado número de árvores, titulos êssês que seriam resgatados por ocasião do abate das árvores para industrialização.

Outra medida oportuna o aquela referente a alteração da Lei de Seguros no sentido da:

"obrigatoriedade das Companhias de Seguros de empregarem uma pequena parte de suas reservas técnicas em reflorestamento, de forma direta ou pela aquisição

Conclui na pág. n.º 12

REMINISCÊNCIA ...

O Símbolo Heráldico da Agricultura Brasileira

LUIZ MARQUES POLIANO

O Boletim Administrativo nº 3, da Confederação Rural Brasileira, insere as bases de um concurso entre as servidoras da entidade para a eleição daquela que, por um ano será a "Folhinha da Mandioca". Os votos custarão Cr$ 5,00 cada e do total apurado em junho, uma lembrança será adquirida para a eleita, que a receberá no decorrer de um coquetel.

A iniciativa nos lembra como e porque, como Secretário da Comissão instituída pelo decreto-lei nº 8 127, no ante-projeto de estatutos da entidade fundada em 1951, sugerimos — e foi adotada — a fôlha da manihot utilíssima *para simbolizar a agricultura brasileira.*

Com efeito, a idéia nos veio por considerarmos a mandioca a mais brasileira de tôdas as nossas plantas cultivadas. Classificada por Lineu nativa do Brasil, era aqui já cultivada pelos Tupinambás que, segundo Peckholt, ate a melhoraram.

Além de ser planta de notável valor econômico, como base da alimentação da grande maioria de nossa população, tem na história da civilização do Brasil papel de grande relêvo. Segundo Hubert, citado por João Candido Ferreira Filho, "O Brasil é o país de origem da mandioca. Percorrendo as diversas regiões da América Central e do Sul, os viajantes portuguêses do XV Século descobriram esta planta alimentar cultivada pelos indígenas; êles tiveram então a idéia de espalhá-la por tôda a parte; é por isso que se encontram hoje indícios de cultura antiga da mandioca em todos os países onde passaram outrora estes notáveis navegadores".

A África, sobretudo, mereceu dos nossos descobridores especial atenção como campo propício à cultura da valiosa euforbiacea. Para lá a levaram e cultivaram, habituando o nativo africano à alimentação que mais tarde viria a encontrar no Brasil.

Lendas indígenas atribuem origem divina a mandioca, sendo a de Mani *a mais divulgada. Segundo o autor citado, um chefe indígena, cuja filha apareceu com os sintomas de maternidade próxima, sob o peso da vergonha que tal fato lhe causara, tudo fêz para identificar o autor, submetendo a filha a duros e contínuos castigos. Protestando inocência, assim se mantere a princesa até que em sonho um homem branco assegurou ao cacique a pureza da filha injustiçada. Algum tempo depois, sem embargo, deu ela a luz uma menina branca, extraordinariamente bela, logo cognominada* Mani *e em quem todos viam a futura rainha da tribo.*

Um ano após, entretanto, morreu a criança e na sua sepultura surgiu uma planta totalmente desconhecida. Em seguida, em tôrno ao vegetal o solo intumeceu e rachou e, cavando-o, encontraram os indígenas os tubérculos a que deram o nome de manioc.

Adotada a idéia pela assembléia que fundou a C. R. B. com a aprovação do art. 42 dos Estatutos, mais tarde, idealizamos a extensão dêsse símbolo a todo o sistema associativista rural, o que foi aprovado pela resolução da Diretoria n.º 9, de 30 de maio de 1955. Por êsse esquema, a fôlha da mandioca, na sua côr, sôbre campo de ouro, com bordadura de blau, representa a C.R.B.; a mesma fôlha, em campo cortado de prata e ouro, com bordadura de sinopla, as Federações; em campo esquartelado dos mesmos metais e com a mesma bordadura, as associações regionais; em campo partido, ainda dos mesmos metais e bordadura, as associações especializadas; finalmente, em campo de prata, com bordadura de goles, as associações, rurais.

Ficou assim, a planta indígena representando heraldicamente não só a C.R.B., mas todo o associativismo rural que hoje se extende pelo Brasil, dentro das normas do decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945.

O CONTRÔLE DE ARBUSTOS NAS PASTAGENS DO BRASIL

Laurence Quinn



Grama híbrida denominada Suwannee Bermuda (Cynodem dactylon), que parece ter grande futuro em solo de campo cerrado fertilizado, conforme gravura

O contrôle de plantas silvestres faz parte do complicado problema de melhoramento das extensas pastagens, da América do Sul. Avalia-se que existem aproximadamente 1.500.000 quilômetros quadrados de pastagens, sòmente na região Centro-Oeste do Brasil, onde trabalhou o autor dêste estudo. Esta zona abrange, no todo, cêrca de 2.100.000 quilômetros quadrados e compreende areas dos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, e Minas Gerais. Existem dois tipos de pastagens, conhecidos na região como "campo limpo" e "campo cerrado". A zona Centro Oeste do Brasil contém, na maior parte, pastagens de arbusto do tipo campo cerrado. Os arbustos inconvenientes que crescem no "cerrado" compreendem muitas vêzes centenas de espécies, sub-espécies e variedades de plantas e arbustos, dos quais foram identificados pelo IBEC Research Institute 160 espécies e variedades.

Existem muitos métodos de contrôle em prática no Brasil. Incluem o corte manual, a arrancanção, o fogo e o emprêgo de equipamento mecânico especializado que consiste em "bulldozers" e ancinhos, arrancadores de raízes, discos de serviço pesado, correntões, rolos com facas roçadeiras rotativas reforçadas e outros implementos. Além disto, está se generalizando o uso de herbicidas tais como o 2,4-D e 2,4,5 T para aplicações no tronco ou nas fôlhas, por pulverização com aparelhos sôbre rodas

Os técnicos do IRI dedicam atualmente grande atenção, em seus trabalhos relativos às terras de pastagens, aos estudos sôbre fertilidade, seleção e prova das variedades de gramíneas e de leguminosas que produzem alta qualidade de forragem, especialmente durante o periodo sêco de inverno As leguminosas que apresentam melhores possibilidades são a soja perene (Glycine javanica), Teramnus uncinatus, Centrosema pubescens, Kudzu Tropical (Pueraria phaseoloides) Dolichos lablab, Calopogon mucunoides e Etylosanthes gracilis. Estas leguminosas são perenes e têm sido observado que produzem muito bem em solos de pouca fertilidade. Notou-se também que elas se desenvolvem bem em associação com leguminosas tais como a Coastal e a Suwannee, híbridos de Bermuda (Cynodon dactylon), Pangola (Digitaria decumbens e alguns dos híbridos de Pensacola Bahia (var. Paspalum notatum)

Pastagens de Coastal Bermuda e Pangola que foram fertilizados com nitrogênio e fosforo têm sido formadas em campos cerrados, em dois a três meses enquanto que são necessários dois ou mais anos para se formar capim Colonião ou Jaraguá em solos relativamente ricos, sem fertilização. Melhores informações são encontradas na Nota Técnica n.° 6, de distribuição gratuita pelo IRI, IBEC Research Institute.

(IBEC Research Institute)

Adubadeiras devem ser bem reguladas

Altir A. M. Corrêa
Eng. Agron.

A utilização de fertilizantes, para uma melhor produção agropastoril, tornou-se, atualmente, uma prática rotineira. Os agricultores esclarecidos sabem perfeitamente que o índice produtivo do terreno deve ser mantido, repondo-se na terra os elementos nutritivos extraídos pelas culturas anteriores ou quando os solos são deficientes. Para a defesa da fertilidade do solo é indispensável a proteção do terreno contra os agentes que provocam erosão.

Podemos dividir os adubos empregados na agricultura, segundo a origem, em orgânicos e minerais. Para a aplicação de cada tipo dêsses adubos há um modêlo de máquina adequado.

Antigamente, os agricultores distribuíam os adubos com ferramentas manuais; hoje, existem máquinas agrícolas próprias, que executam êsses serviços. Os implementos agrícolas usados para distribuição dêsses elementos na terra são grupados em função da natureza das substâncias, que podem ser líquidas, sólidas pulverulentas, (inorgânicas ou corretivas) e sólidas heterogêneas (orgânicas). Para os adubos químicos ou corretivos há dois tipos principais de máquinas: a) para cobertura total ou faixa, e b) para linha. Existem modêlos de adubadeiras para tração animal e para uso com trator.

REGULAGEM DAS ADUBADEIRAS

Generalidades — Entende-se por regulagem das adubadeiras a sua adaptação para deixar cair uma quantidade certa de fertilizante no solo, por unidade de área. Para as culturas do campo as recomendações são feitas em quilos ou toneladas (1.000 quilos) por hectare (10.000 metros quadrados). Em algumas regiões são usadas outras unidades agrárias de superfície. Os técnicos, com o intuito de facilitar a adoção da recomendação pelo agricultor, empregam essas medidas. A título de esclarecimento, podemos citar que o alqueire paulista vale 24.200 metros quadrados (2,42 ha), e o alqueire mineiro ou geométrico 48.400 metros quadrados (4,84 ha).

Para as adubadeiras acopladas às semeadeiras em linha, a regulagem do espaçamento entre as linhas deve ser de acôrdo com a cultura.

Os métodos utilizados para a regulagem das adubadeiras em linhas e de cobertura são os os mesmos. Sòmente nas primeiras, quando tracionadas, mede-se o raio ou circunferência da roda da adubadeira, e quando montadas em tratores mede-se o raio ou circunferência das rodas trazeiras dêste. Para as adubadeiras de cobertura, em geral, tracionadas, a medida que se deve executar é a da circunferência da roda da máquina.

A circunferência da roda do trator ou da máquina pode ser medida diretamente (o contôrno), com uma fita métrica (em centímetros) ou o raio (distância do centro à extremidade da roda); nêste caso a circunferência é igual ao dôbro do raio (diâmetro) pelo valor de uma constante igual a 3,14. Assim, por exemplo, se uma roda tiver o raio de 0,60, a circunferência será de: ... 0,60 x 2 x 3,14 = 3.670 m Se medirmos diretamente a circunferência acharemos, aproximadamente, êsse comprimento.

MÉTODO NO GALPÃO

1) — Suspendermos as rodas da semeadeira ou do trator com o auxílio de um macaco, e colocamo-las sôbre calços.

2) — Conforme o tipo de semeadeira, medimos diretamente a circunferência externa ou o raio da roda da semeadeira ou as traseiras do trator.

3) — Medimos a largura da adubadeira, se fôr do tipo cobertura ou a distância entre as linhas, se fôr máquina com a finalidade de distribuição de fertilizantes em sulcos.

Observações — em cada volta da roda da adubadeira (em cobertura) ou do trator (em linha) é adubada uma superfície igual ao comprimento da circunferência da roda *vêzes* a largura do trabalho da máquina.

Exemplo — se fôr uma adubadeira de cobertura com 2,40 m de largura e a circunferência fôr de 3,77 m, em cada revolução da roda da máquina será adubada uma área de: 3,77 x 2,40 = 9 metros quadrados

4) — Colocamos o regulador de saída em determinado ajuste ou graduação, em geral, na posição média

5) — Em baixo da máquina pomos uma lona ou

papel para recolher o adubo caído.

6) — Giramos a roda da adubadeira ou do trator, um determinado número de vêzes, 10, por exemplo. Para isto torna-se necessário marcar com o giz ou lápis um traço de referência.

7) — Recolher o adubo caído durante as rotações da roda e pesá-lo.

8) — Multiplicar o número de voltas efetuadas por área adubada em cada revolução da roda da maquina ou do trator. Exemplo — 10 voltas; área coberta em cada revolução 9m2; área adubada nas 10 voltas, 10 x 9 = 90 m2.

9) — Nesta área caiu o adubo pesado. Exemplo — 18 kg.. Logo, em um (1) hectare .... (10.000 m2) cairá de que desejamos saber. terminada quantidade No exemplo que estamos adotando será: (18 x 10.000) ÷ 90 = 2.000. Então, em um hectare cairão .. 2.000 quilos de adubo. Se desejarmos maior quantidade naquela superfície efetuaremos a abertura do contrôle de saída e se menor porção, reduziremos a saída do adubo.

Tornamos a efetuar nova pesagem com determinado número de revoluções da roda e verificamos se está correta a regulagem.

Há vários outros métodos de realizar os calculos da regulagem da adubadeira, variáveis conforme o critério de cada autor. Todavia, basta ao operador conhecer um modo, a fim de utilizá-lo, quando necessário, com a devida certeza.

Para as semeadeiras podemos adotar o mesmo método para regulagem da quantidade de sementes distribuidas.

CONSERVAÇÃO DAS ADUBADEIRAS

Um bom operador de maquinas agricolas mantém o trator e os respectivos implementos em boa forma, limpando-os reparando-os quando necessário e executando periòdicamente a lubrificação das partes sujeitas a movimentos e atritos, para que possam operar continuadamente com segurança. As adubadeiras, depois de usadas, devem ser bem limpas, com água, se possivel sob pressão, a fim de eliminar qualquer resto de adubo orgânico ou inorgânico, pois êstes são corrosivos para o metal e a madeira. As partes metálicas devem ser devidamente protegidas com uma camada de óleo e as de madeira pintada, assim que terminar um periodo de trabalho para que possa ser utilizada quando dela houver necessidade novamente.

Um bom operador de maquinaria agricola sabe que poderá empregar, em qualquer ocasião, a sua máquina guardada, porque êle toma tôdas as providências para que as mesmas sejam devidamente limpas, reparadas e protegidas quando termina o periodo de trabalho.

22022

AVICULTURA

PESQUISA CIENTÍFICA NA AVICULTURA AUMENTA A PRODUÇÃO DE OVOS

De acôrdo com dados revelados pelo Centro de Pesquisas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em Beltsville, no Estado de Maryland, as galinhas de hoje põem quantidade muito maior de ovos do que as de antigamente, graças a sistemas aperfeiçoados de criação, tornados possíveis graças a pesquisas e testes realizados com recursos federais, estaduais, e privados.

Há 30 anos, cada galinha punha em média 121 ovos por ano nos Estados Unidos, hoje, a média é de 206 ovos por unidade. Os galináceos de raça mais pura apresentam média ainda melhor, pondo 250 ovos por ano. Em conseqüência dessa melhoria, um número 13% menor de galinhas existentes



nas fazendas norte-americanas produziu no ano passado 60% mais ovos do que em 1936, significando economia de mão-de-obra, rações e equipamento, e um lucro líquido mais acentuado em face do aumento da procura.

O aperfeiçoamento de sistemas mais eficazes de criação de galinhas vem sendo o objetivo principal das pesquisas do setor especializado de Agricultura norte-americano desde o ano de 1931 quando o geneticista C. W. Knox assumiu o cargo de chefe das investigações sôbre avicultura no Centro de Beltsville. Knox realizara alguns anos antes os primeiros cruzamentos bem sucedidos de galináceos, aplicando os princípios de hibridismo tão vitoriosos com o milho.

Knox e seus auxiliares fizeram intensivas experiências com galinhas Leghorn brancas e Rhode Island vermelhas para determinar o melhor sistema de criação visando ao aumento da produção de ovos, peso das galinhas e dos ovos, viabilidade e outras características econômicas. Antes disso, em Beltsville, as pesquisas se relacionavam mais com a côr da plumagem e da pele, tipo da crista e tamanho do corpo.

Um exame completo dos resultados das experiências realizadas de 1946 a 1956 convenceram Knox que os cruzamentos mais consangüíneos (progênie de galos consangüíneos Leghorn brancos com galinhas consangüíneas Rhode Island vermelhas) eram os melhores, produzindo 260 ovos por ano durante esse período de 10 anos. Seguiram-se os produtos híbridos de galos Leghorn brancos e galinhas Rhode Island vermelhas, com média de 247 ovos por ano.

Os dados coligidos mostraram que os maiores ganhos ocorreram quando se utilizaram galos Leghorn brancos no cruzamento. Nas primeiras investigações, os pesquisadores usaram sòmente galos Rhode Island vermelhos, acreditando que nada se obteria com cruzamentos recíprocos. Contudo, em 1946, Knox decidiu testar essa teoria graças à descoberta de que a progênie de galos Leghorn brancos e galinhas Rhode Island brancas, comprovando experimentalmente sua opinião.

Knox afirma que o cruzamento consangüíneo é muito mais complexo que o simples cruzamento de híbridos, já que devem ser desenvolvidas duas linhas separadas de consangüíneas e

depois cruzadas para manter raças de ascendência consanguínea. Em seguida, os galos de uma linha são cruzados com galinhas da outra para produzir pintos consanguíneos, que são criados como aves produtoras de ovos.

Comercialmente falando, os criadores costumam vender os produtos de ascendência consanguínea para chocadeiras especiais, que produzem pintos consanguíneos para venda a produtores de ovos. Somente um número pouco numeroso de criadores nos Estados Unidos está realizando cruzamentos consanguíneos, representando contudo uma porcentagem substancial das das galinhas usadas para produzir ovos de mercado.

A maioria dos galináceos que produzem ovos para venda comercial atualmente nos Estados Unidos inclui alguns tipos de cruzamento de híbridos, afirmando Knox que os criadores estão cada vez mais se convencendo da necessidade de possuírem aves capazes de oferecer maior produção adquirindo-as em tendência continuar, acrenúmeros mais elevados. Se acredita se que em 1970 a média das galinhas produzirá mais de 250 ovos por ano, o que só é conseguido atualmente pelas aves de melhor estirpe.

Conclusão da pág. 4

de certificados de reflorestamento.

Muitas outras medidas são recomendadas tôdas êlas de grande interêsse em um país como o nosso que precisa e deve encarar o problema florestal com seriedade que êle bem merece.

Não deve caber ao Govêrno, êle próprio, florestar e reflorestar o país na proporção desejável.

Deve ele, e tão bem lembrou o Grupo do Trabalho que estudou o assunto, tomar medidas de incentivo à iniciativa privada, que, bem estimuladora, poderá, em pouco tempo, promover o florestamento em larga escala.

CURSOS GRATUÍTOS DE AGRICULTURA

Acham-se abertas na Escola de Horticultura "Wenceslao Bello" Rua Comandante Vergueiro da Cruz 480, Penha (ponto final do ônibus 113 e do lotação Saens Peña — IAPI Penha), as matrículas para os seguintes Cursos Práticos Agrícolas: Cultura de hortaliças Foliáceas, Floricultura, Contabilidade Agrícola, Cooperativismo Rural, Enxertia Avicultura, Conservação do solo, Inseticidas e Fungicidas, Administração de Propriedades Rurais, Combate a Doenças e Pragas de Hortas e Pomares, Solos e Adubação, Apicultura, Cálculos e Medidas Agrárias e Cultura de Citrus. Os Cursos, inteiramente gratuitos, serão ministrados na sede da Escola mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura e terão a colaboração do S.S.R. (Conselho Regional da Guanabara) CBAR (Ministério da Agricultura) e ETA (Escritorio Técnico de Agricultura Brasil E. Unidos). As aulas serão ministradas aos sábados das 14,00 às 18,00 horas aos domingos das 8,00 às 12,00 horas e terão início no dia 7 de Abril de 1962. Os referidos Cursos são acessíveis a todos, independentemente de idade, sexo, nivel cultural, profissão, etc.

CARNE DE AVES: ALIMENTO SUPERIOR

O conceito moderno da ciência da nutrição não mais julga o valor do alimento simplesmente pelo seu teor em proteinas, e sim pela qualidade dos ácidos-aminados de sua estrutura molecular. Como se sabe, a proteína é um complexo que reúne outras substâncias (os ácidos-aminados). São estas substâncias, portanto, que determinam, pela sua presença ou ausência, a boa ou má qualidade das proteinas. Ao todo, contam-se 2 ácidos aminados, sendo que 10 deles são considerados essenciais (artidina, histidina, isoleucina, lisina, metionina, fenilalanina, treonina, triptofano e valina). Os outros também têm valor e são importantes. A carne de aves contém um considerável número de aminoácidos na sua proteína e em quantidades satisfatórias: glicocola — 0,7%; alanina — 2,3%; leucina — 11,2%; fenilalanina — 3,6%; prolina — 4,8%; tirosina — 2,2%; ácido aspártico — 3,2%; ácido glutâmico — 16,5%; arginina — 6,5%; hispidina — 6,5% e lisina — 7,3% (proteina da carne de frango). Dêstes, são do grupo dos essencial a leucina, a fenilalanina, arginina, histinina e a lisina.

Pela composição de sua molécula proteica, evidencia-se que a carne de aves é um alimento superior, capaz de satisfazer as exigencias nutritivas dos consumidores, devendo, assim merecer sua preferência

PROBLEMAS DO LEITE E GARRAFAS ESCURAS

por *Kees Middelhoff*

Este artigo não é mais tão poético quanto costumava ser! Hoje não encontraremos a môça fazendeira sorridente, de faces coradas com o seu característico chapéu de bicos holandês e canga de madeira aos ombros, carregando dois baldes cheios de leite, morno e espumante. Ela costumava viver tôda a sua existência sôbre tamancos de madeira, orgulhosa de sua carga, a qual era levada diretamente da vaca ao consumidor. Na realidade, nunca se preocupou com tais problemas, como o que acontecia ao leite que ela levava nos baldes abertos de madeira.

Naturalmente, muita coisa mudou desde aquela época! Hoje em dia, o leite vai primeiro para a fábrica, depois para o leiteiro, que por sua vez o distribui aos fregueses. Mas êste processo pode levar horas.

Recentemente os cientistas descobriram que logo que o leite é exposto à luz solar, acontece algo que não é muito recomendável à condição do leite em si. A luz tem um efeito pouco favorável no gôsto e nas vitaminas. Daí decorre a figura bizarra dos leiteiros holandeses distribuindo o leite nas casas com um carro coberto por um tôldo branco. Os que não possuem êste tôldo branco, com todo o cuidado, cobrem as garrafas e jarras com um grande cobertor de lã. Tudo isto é feito para evitar que os raios solares alcancem o precioso leite.

No entanto, uma fábrica de leite no sul dos Países Baixos inventou um dispositivo para substituir toldos e cobertores. Os técnicos criaram uma garrafa que filtra a influência desfavorável dos raios solares: muito simplesmente uma garrafa escura. Talvez os leitores tenham ouvido falar na proverbial limpeza holandesa, podendo portantoo, imaginar o que significa não poder enxergar através do vidro e ver o que há dentro da garrafa. Alem do mais, o vidro escuro dá a impressão de que a garrafa contém pudim de chocolate. Mas se o leite ao sair de um recipiente não transparente parece ter melhor gôsto e ser mais sadio, penso que as donas de casa se acostumarão aos invólucros escuros. Para o industrial a nova garrafa ainda apresenta um problema, pois quando as garrafas retornam à fábrica é um tanto difícil saber se elas estão completamente limpas por dentro. Novamente os técnicos encontraram uma solução satisfatória, pois coloriram o vidro de tal maneira que com uma certa luz incidindo nas garrafas, elas se apresentam totalmente descoloridas e absolutamente transparentes. As fábricas foram, portanto, equipadas com esta luz especial.

Mas quais são as reações dos leitores holandeses a tais inovações? "Bem", disse o homem que entrega as garrafas em nossa casa, "se é o caso de afastar a luz, eu preferia os recipientes de papelão. Mas isto é muito dispendioso no momento!" Olhei bem para a cara infeliz do homem na qual se podia ver a amolação que estava tendo com o transporte daquelas centenas de garrafas pesadas, diàriamente. Talvez possam imaginar o pêso que êle tem que transportar, calculando em 2.000 libras por dia, o que implica no transporte de 1.500 libras de garrafas, sendo essas 1.500 libras transportadas para a loja outra vez, pois êle sempre repõe a garrafa vazia no lugar de uma cheia. Se ele levasse o leite em recipientes de papelão só teria 40 libras extra de pêso, sòmente ao distribuir, pois os consumidores jogam fora o recipiente de papelão. Mas aqui é que o holandês engraçado entra em cena. Somos tão econômicos que achamos uma pena ter que jogar fora um bonito invólucro de papelão, portanto preferimos as pesadas garrafas de vidro.

Podem portanto imaginar o que significa isto para o pobre leiteiro que faz a distribuição: Neste país onde o "freguês é rei" e as casas de apos guerra foram construidas verticalmente em vez de horizontalmente, o leiteiro precisa subir e descer muitas escadas nesses edifícios. Muitos cardiologistas têm procurado calcular o tempo que resistirá um leiteiro. Alguns têm servido de cobaias, saindo diàriamente para suas obrigações com aparelhos complicados, à semelhança de estetoscópios, pendurados sôbre o peito, para registrar a resistência dos seus corações

Numa grande cidade holandesa um leiteiro tem que andar muito na sua ronda e o esfôrço equivale a uma carga de 60 libras, subindo e descendo tôdas as escadas do Empire State Building ou da Tôrre Eiffel em Paris, mais a metade desta distância.

Durante vários anos a indústria leiteira holandesa tem promovido o consumo de leite com uma campanha nacional chamada "Met melk meer mans", traduzida literalmente por "Seja mais forte tomando leite", mas duvido que o leiteiro possa concordar com êste "slogan", apesar do leite conter muitas vitaminas. De qualquer maneira é para preservar estas vitaminas que agora utilizamos as garrafas escuras. Se depois de 1.º de janeiro de 1961 um leiteiro for apanhado distribuindo leite de jarras ou vasilhas, as quais não foram cobertas por papelão ou cobertores, na certa receberá um bilhete do policial da esquina. De qualquer maneira nós realmente zelamos pelo leite na Holanda.

GUZERÁ...

MELHOR NÃO HÁ !



Tourinho aos 2 anos

Se seu problema for:

— Maior velocidade no ganho de pêso;

— Mais leite com menos ração,

— Rusticidade insuperável,

Nós temos a solução que o senhor procura !

ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE GUZERÁ DO BRASIL

Av Churchill 94 — S.1 110 — Fone: 52.5529

Na abertura de um Curso

Fábio Luz Filho
Presidente do CNEC

Damos início hoje ao *Curso* para gerentes de cooperativas de café, em função de um convênio entre o *Centro Nacional de Estudos Cooperativos* e o Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura. Será um *Curso*, como vereis, cujas matérias foram reduzidas ao mínimo possível, para melhor aproveitamento dos que mourejam no campo prático da gestão de cooperativas agrícolas, matérias que serão dadas intensivamente, de maneira acessível a todos.

A iniciativa do Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura plenamente se justifica e só merece louvores como afirmação de uma orientação sadia, tão conhecidas são as dificuldades que muitas vêzes na prática surgem, oriundas de causas várias, entre elas a ausência ou falta de aperfeiçoamento de conhecimentos básicos de ordem doutrinária, de gestão e de comercialização e tantos outros, e o alheamento de noções atuais essenciais quanto à legislação cooperativa, quanto à metodologia do sistema cooperativo, às normas atualizadas de administração contábil, às diretrizes de uma comercialização adequada ao domínio da ciência agronômica em seus aspectos modernos. Para as de café também a política nacional e internacional traçada pelo Govêrno para essa viga mestra de nossa exportação. Estes temas são imprescindíveis aos que dirigem cooperativas agrícolas no Brasil, e assumem particular ênfase quando se trata de cooperativas de cafeicultores pois, com a liberdade de exportar que já possuem como uma de suas maiores conquistas, assumiram enorme soma de responsabilidade, manipuladoras que são de um produto nobre sôbre o qual repousa, como é sabido, e repousará por muito tempo, a economia brasileira.

Para alcançar os objetivos acima foram escolhidos técnicos capazes e de tirocínio o que representa garantia de um *Curso* proveitoso Como aconteceu com o *Curso de Capacitação Cooperativista* que o *Centro* ministrou de novembro de 1961 a janeiro de 1962 em função de um convênio com o *Serviço de Economia Rural*, para técnicos de nível universitário, estamos certos de que o presente alcançará os mesmos resultados positivos, em grande parte dependendo êsses resultados dos próprios alunos, pelo interêsse que dedicarem ao mesmo. Ambos êsses Cursos constituem iniciativas meritórias, necessárias para que se dê maior substrato técnico-econômico-doutrinário ao movimento cooperativo brasileiro, seja criando líderes, seja dando maior soma de conhecimentos a dirigentes e a associados em geral.

A ausência dessa preocupação de aculturação, vamos dizer, constitui uma das suas maiores falhas, consideradas até por muitos militantes quaisquer manifestações nêsse sentido como teorismos dispensáveis, louvando-se mesmo o puro empirismo como mais do que suficiente para o adequado govêrno das cooperativas em suas várias modalidades, o que revela o grau de desatualização dessas pessoas

É-me particularmente grato êsse contato com homens ligados aos labôres da cafeicultura e ao trato dos problemas de ordem prática das cooperativas de café, pois me trazem relembranças de minha atuação em terras paulistas, quando da fundação da primeira *Federação* de cooperativas agrícolas do Brasil, em 1931: a de cafeicultores, com sede na capital de São Paulo, a qual, por imposição várias de mercados, num momento crucial de contingenciamentos, após o famoso "crack" de 1929, não teve o curso desejado, não obstante inicialmente tivesse realmente agremiado várias cooperativas regionais de café, como órgão de cúpula.

Com *Adolfo Gredilha*, o redator final do decreto 22.239, de 1932, por designação do Sr. Ministro da Agricultura e proposta do Dr. Arthur Tôrres Filho, que então dirigia, com sua conhecida proficiência, o Fomento Agrícola Federal, no qual eu dirigia a *Seção de Crédito Agrícola*, participei de uma Comissão que estudou, junto ao *Instituto de Café* paulista, então sob a direção do *Dr. Antônio Alves de Lima*, os estatutos daquela Federação. Antes havia eu lançado as bases, em Cruzeiro, (Cooperativa de Lacticínios Cruzeirense), em começos de 1931, do movimento das cooperativas de lacticínios, e das cooperativas escolares (Cruzeiro e Itagaçaba), como havia pronunciado em São Paulo e Limeira conferências, com *Adolfo Gredilha*, como participei, com o mesmo, do Congresso Algodoeiro de Tatuí. E fiz trabalho de proselitismo no chamado Norte do Estado durante algum tempo Com *Octacílio Tomanik*, de saudosa memória elaborei os estatutos da atual *Central* de Lacticínios, em 1933.

Assim sendo, é-me grato, como disse, retomar contato com um movimento que foi um dos primeiros a que dei minha desvaliosa cola-

boração em minha mocidade, e de que guardo recordações confortantes.

De evidência solar, senhores, é a conveniência de se aprimorarem tècnicamente os quadros de direção das cooperativas brasileiras em geral, como disse. O cooperativismo, como assim tem sua filosofia, suas técnicas na metodologia, o que devè estar ao alcance de todos, no interêsse de um maior e mais profundo teor para o movimento cooperativo, como todos sabem. Daí o desejo, de teóricos e militantes, de que Cursos como o atual se repitam e sejam imitados pelos setôres ligados às cooperativas ou por êles responsáveis.

Temos, eu e ilustres companheiros de cruzada, insistido sobre a necessidade da educação cooperativa, que a constante de movimentos de outros países.

Tão evidentes se tornaram, no mundo atual, as realizações e as preclaras virtudes da ação cooperativa em seus múltiplos aspectos, que um ilustre como D. João XXIII da grande relêvo, na sua lúcida e recente *Encíclica*, ao papel reservado as cooperativas (o mesmo já fizera seu ilustre antecessor em mais de uma alocução) no quadro dos valores materiais, morais e espirituais do mundo moderno. Na sua já famosa Encíclica "*Mater et Magistra*", êste ilustre Papa reafirma a imperiosidade de se difundir o sentimento da justiça social como seguro caminho para a paz universal, para a pulverização de ódios, para a implantação da verdadeira civilização cristã, de vez que o cooperativismo, já o disse *Charles Gide*, é o *Sermão da Montanha* em têrmos atuais.

João XXIII acentuou que o artesanato e as cooperativas devem, para viverem, adaptar-se constantemente, nas suas estruturas, no seu funcionamento e nos tipos de produtos, às situações sempre novas, determinadas pelos progressos da ciência e das técnicas e, ainda, pela variação das exigências e preferências dos consumido.

res. Adaptação que tem de realizar, primeiro que todos, o artesanato e os associados das cooperativas. Para isso é preciso que, uns e outros, possuam não só boa formação técnica, senão também humana, e se encontrem organizados profissionalmente, e que, de outro lado, a ação dos podêres públicos em favor do artesanato e das cooperativas se encontre também justificada pelo fato de representarem, êle e elas, categorias a que pertencem genuínos valôres humanos e que contribuem para o progresso da civilização. Daí, o apêlo papal no sentido de que artífices e associados de cooperativas, no mundo, tomem conhecimento da nobreza de sua profissão e da importância do que fazem para, nas comunidades nacionais, serem mantidos o sentimento da responsabilidade e o espírito de colaboração ativa, e conservar-se vivo o amor ao trabalho perfeito e original.

Eis palavras de profundo sentido humano do pontífice máximo da *Cristandade* a corroborar o que estou, anos, com ilustres companheiros de cruzada, repisando, como em monocórdio Das mesmas me sirvo, pelo seu valor e alcance, pela eminência de seu ilustre prolator, como remate à saudaço sincera que ora faço todos os companheiros aqui presentes para um Curso de capacitação cooperativista, cada um nobremente porfiando em seu setor útil para o engrandecimento da obra comum, tantas vêzes à arduamente conduzida por motivações várias, e tantas vezes estiolada precisamente pelo despreparo de muitos e falta de espirito cooperativo de tantos que têm tido mandatos eletivos ou tarefas executivas no seio das cooperativas no seio das cooperatiñas brasileiras.

Cativamente foram então as manifestações que recebi da Diretoria Geral do Ensino em São Paulo, através de sua Delegacia Regional de Guaratinguetá, como as partidas das cooperativas de leite e de Luís Amaral, então brilhante diretor do DAC, sôbre minha atuação e minha colaboração no que tange as cooperativas de lacticíolos do chamado Norte do Estado.

TRATOR COM MAIS DE 12.000 HORAS DE SERVIÇO



Êste notável trator Massey-Harris mod. 55-D, de propriedade do Dr. Carlos Ferreira Magalhães — Fazenda Prosperidade, em Quissamã, R. J. — possui mais de 12.000 horas de trabalho e até agora só teve seus pneus traseiros substituídos uma vez! Além de arar e gradear o solo,puxa 10 carretas de 6.2 tons. cada, demonstrandao sua excepcional potência. O Dr. Magalhães, experimentado agricultor fluminense, sente-se realmente satisfeito com o desempenho de seus três tratores Massey-Harris e afirma, com entusiasmo, que superam suas expectativas

Hospital para aves marinhas

Uma cadeia de hospitais para aves marinhas que foram envolvidas pelo oleo desprendido por navios do mar, foi estabelecida ao longo da costa ocidental sueca, conforme notícias que apareceram na imprensa

O tratamento dado às aves recolhidas inclui o emprêgo de secadores para as penas, lâmpadas de infra-vermelho, e lavagem com solventes de oleo, além de comida e repouso.

O estabelecimento destas "estações de salvamento" é parte da intensa campanha para salvar as aves marinhas sujas de oleo, iniciada pela Sociedade Protetora de Animais de Gotemburgo.

Um número considerável de aves pode ser hospitalizado agora nas mencionadas estações. Muito frequentemente a "paciente" tem que permanecer nestas durante várias semanas, e se o dano causado pela impregnação do oleo e grave, ate mais tempo.

A Marinha Sueca, as Fôrças Aéreas e a Associação de Salvamento, assim como a Alfândega tomam parte na campanha, informando a respeito dos sinais de óleo flutuante, percebidos no mar. (SIP)

SEMANA DO FAZENDEIRO

A UNIVERSIDADE RURAL DO RIO DE JANEIRO — A SEMANA DO FAZENDEIRO — ATIVIDADES DA SEMANA — PRIMEIRA EXPOSIÇÃO FEIRA — PROGRAMAS SOCIAIS

Ainda hoje, pleno século XX notamos com pezar, uma parede separando as instituições da cultura e a população mais interessada nos ensinamentos que elas ministram Logico está que esta simbiose entre sábios e o povo em geral, não poderá ser totalmente perfeita, pois a mentalidade ainda não evoluiu perfeitamente no ensino superior brasileiro

Como um marco nesta evolução, podemos situar a Universidade Rural do Rio de Janeiro, com a sua anual SEMANA DO FAZENDEIRO.

A UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

Dotada de enormes areas, prédios e instalações, a Universidade Rural do Rio de Janeiro, localiza-se a Estrada Rio São Paulo, no Km. 47 e distando 7 quilômetros do Belvedere. Dão lhe acessos, à via Dutra e Av. das Bandeiras.

Suas unidades principais são as Escolas Nacionais de Agronomia e de Veterinária, de Agrotécnica e a de Magistério Rural e Economia Doméstica. Nos seus arredores, como vizinhos, figuram os notórios Institutos de Ecologia, Biológico Animal e de Zootecnia.

Seus professôres, técnicos e funcionários, em sua maioria, moram num bairro residencial próximo e os alunos e alunas alojam-se em 5 edifícios de apartamentos, em cujos anexos estão o bar, o restaurante, barbearia etc...

A SEMANA DO FAZENDEIRO

Todos os anos, a Universidade convida os fazendeiros e granjeiros do Estado do Rio, Guanabara e Estados vizinhos, para durante uma semana da segunda quinzena de julho receberem cursos, aulas demonstrações e assistirem sessões cinematográficas de caráter educativo e pratico Estas atividades, abrangem quase todos os ramos da produção agropecuária e a Universidade para facilitar o acesso, fornece alojamento e refeições a baixo preço, nos diversos restaurantes do Km. 47. Os cursos, bem como ônibus oficiais dentro do Km. 47 e para Campo Grande, são inteiramente gratis. O convite, é extensivo à familia do participante, porém só poderão vir, os maiores de 18 anos.

ATIVIDADES DA SEMANA

A programação das atividades, e feita com antecedência e abrange dezenas de assuntos, dispostos de maneira a proporcionar o máximo rendimento aos participantes. No ato da inscrição, os alunos e professôres, poderão orientar na escolha dos cursos e aulas.

Este ano, será dada atenção especial a apresentação de filmes técnicos, filmes essas das mais variadas procedências, falados em português, dando uma oportunidade muito grande de se



ver o que de mais moderno se faz em agricultura e criação no Brasil e no Mundo.

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO-FEIRA

Teremos durante a Semana dêste ano, uma exposição-feira onde os participantes poderão vêr as máquinas e produtos que a indústria e comércio oferecem para auxiliar o produtor no seu trabalho.

Os participantes da Semana, terão oportunidade de familiarizar-se com seu funcionamento, utilizando demonstrações nos campos da Universidade Rural. Com isto, a Universidade tem por objetivo, mostrar as vantagens do uso de equipamentos modernos, bem como dar aos fazendeiros e granjeiros, a oportunidade de realizarem no local, suas compras de maquinária e produtos, na medida que os cursos lhe exigirem.

PROGRAMAS SOCIAIS

Além de se proporcionar ambiente de reunião, onde o conhecimento e amizdae entre os fazendeiros pode até proporcionar bons negócios, e conferências particulares entre sí, sôbre tendências do mercado agro-pecuário, a Universidade ainda possibilita e organiza reuniões sociais, como um baile, eleição de uma rainha da semana, plantio de árvore simbólica e outras atividades recreativas.

Qualquer informação sôbre a XV Semana do Fazendeiro, deverá ser solicitada à Comissão Efecutiva da XV Semana do Fazendeiro, à Universidade Rural do Rio de Janeiro, Km 47 da Rodovia Rio São Paulo, via Campo Grande — Guanabara — Sôbre a exposição-feira, com Marcelo V. Albuquerque, no mesmo endereço.

Em Itaboraí o 2.º Encontro Rural - Fruticultores debaterão seus problemas

Cumprindo à risca suas finalidades, sentindo e vivendo os problemas rurais para poder dar-lhes soluções exatas, a FARERJ o CR-SSR-RJ, a A. Rural dos Fruticultores do Estado — do Rio, e a A. R. de Itaboraí, estão promovendo para o próximo dia 29 do corrente o 2.º Encontro Rural de 1962, despertando os dirigentes das entidades que congregam os ruricolas, para dar o verdadeiro sentido de associativismo.

Reunindo as AA, RR de Rio Bonito, Silva Jardim, Maricá, União Agricola Fluminense (S. Gonçalo) Associação dos Fruticultores do Est. do Rio, a ACAR-RJ e as Cooperativas Agro-Pecuárias de Rio Bonito, Itaboraí e Silva Jardim o presidente Francelino França prestigiado pela Confederação Rural Brasileira, e pela Sociedade Nacional de Agricultura levará aquela reunião técnicos especializados em Fruticultura, que farão interessantes palestras.,

Além do comparecimento que deverá ser expressivo pelo interêsse que a reunião está despertando entre os fruticultores da Baixada e do GB, a Embaixada Americana e o SSR exibirão filmes e "Slides", sôbre a cultura de frutas tècnicamente organizada nos Estados Unidos, ocasião em que serão debatidas as pragas e doenças das frutas com a apresentação do eu combate técnico.

1. Associativismo e Coop. organizado para o Encontro Rural de Itaboraí:

1. Associativismo Cooperativismo Prof. Geraldo Goulart da C. R. B.
2. Aspéctos da Fruticultura r. Altino Sodré da Soc. Nacional de Agricultura.
3. A Dinamização das AA. RR., como objetivo — Principal do SSR Dr. José A'iplo Goulart — Cons. do CN.SSR.

Consumo de petróleo será maior em 1965

Circulos petroliferos norte-americanos prevêem que, a partir de 1965, o consumo interno de produtos de petróleo sofrerá um aumento anual entre 2,5 e 3%. Por outro lado, as mesmas fontes estimam que, fora dos Estados Unidos, êsse incremento será da ordem de 6% por ano.

Entre os fatôres que contribuirão para essa elevação no consumo mundial de combustível, apontam aquêles circulos o número crescente de automóveis que entrarão em uso a partir daquele ano, maiores atividades dos planos de defesa do Hemisfério e novas aplicações dos chamados "produtos menores" de petróleo.

Mostram, também, fatôres negativos que influirão nesse crescimento, tais como maior uso de carros compactos, maior eficiência dos motores dêsses veiculos, competição do gás natural e da eletricidade em diversos setores da indústria e o provável advento de novas fontes de energia, inclusive a nuclear, para fins industriais.

Novos Rumos para a Suinocultura Brasileira

Lincoln Gripp de Moraes, da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A substituição progressiva da banha pelos óleos e gorduras vegetais, de preço inferior e qualidade sempre melhorada, a preferência cada vez mais acentuada dos consumidores pela carne tenra e magra, própria dos animais novos, e a demonstração de que o porco ainda nôvo, na fase de crescimento intensivo, retribui melhor que o adulto, em ganho de pêso diário, o alimento que consome, determinaram uma evolução no sentido da produção de carne, em detrimento da de banha, para a qual era orientada a exploração porcina até cêrca de quarenta anos atrás.

Evolução semelhante ocorreu com a produção do boi de corte, que, em conseqüência, principalmente, da preferência dos mercados consumidores pelas carcaças mais leves e pela carne de animais novos, é, atualmente levado ao matadouro-frigorífico em idade muito menor do que até então.

Ainda aconteceu, nos últimos anos, um insólito movimento de conselhos e recomendações para restringir-se o consumo das gorduras de origem animal, por interferirem, muitas delas, principalmente as do boi e do porco, na formação do colesterol, substância que, segundo foi propalado, sob o cunho de verdade científica, quando em excesso no sangue, se deposita nas paredes das artérias e arteríolas, endurecendo-as e tornando-as menos elásticas e sendo assim a causa principal de graves doenças cárdio-vasculares (enfarte do miocárdio, artérioesclerose, hipertensão arterial etc.).

Bastaria o impacto produzido por tão alarmante novidade para determinar, como determinou, um imediato decréscimo do consumo de gorduras de origem animal. Mas ainda sobreveio, como era de esperar, uma hábil propaganda dos produtores de óleos e gorduras vegetais, de tudo isso resultando uma demanda cada vez maior de carne mais magra, inclusive a de porco, por parte dos grande mercados importadores, especialmente nos países onde maior er ao consumo de carne gorda.

O assunto chegou a ser objeto de debates e deliberações num encontro de técnicos e pecuaristas, realizado em 1958, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo. Em conseqüência, antigas raças bovinas de corte, cuja criação se mantinha pràticamente estacionária, estão hoje penetrando vitoriosamente nos centros criadores das afamadas e tradicionais raças inglêsas de carne muito gorda, como a Shorthorn e a Hereford, por exemplo.



Os suínos são hoje mais saudáveis, graças ao progresso da ciência veterinária

É o que está acontecendo nos Estados Unidos e na Argentina e, também, no Rio Grande do Sul, com a raça [illegible], igualmente pela carne mais enxuta, a qual já está invadindo a região da Fronteira, onde não conseguira penetrar, apesar de criada há dezenas de anos, com pleno êxito, em outras regiões daquêle Estado e no de Santa Catarina. Seus reprodutores estão, agora, alcançando os mais elevados preços no Rio Grande do Sul e já estão sendo vendidos, em escala ascendente, para o Uruguai e a Argentina, inclusive grandes lotes de fêmeas. Essa exportação chegou a tal ponto, que levou o então diretor geral do Departamento Nacional da Produção Animal, veterinário Miguel Cione Pardi, a promover a constituição de um grupo de trabalho para estudar a situação e indicar medidas acauteladoras contra a evasão de fêmeas da raça em causa.

Essas novas exigências dos mercados importadores vieram, por outro lado, valorizar o nosso zebu cuja carne já não desdenham tanto. Pelo contrário, até a procuram cada vez mais. E, também, já não estamos em condições de atender à procura crescente de reprodutores zebuínos, por parte dos países sul-americanos.

O fato é que atualmente, seja qual fôr o motivo, os grandes mercados internacionais exigem muito mais carne do que gordura de porco. A produção de banha vem sofrendo em consequência uma queda progressiva em todo o mundo.

A criação de suínos, entretanto, não entrou em crise. Ao contrário, tem tido um extraordinário incremento, em virtude da procura sempre crescente do chamado porco "tipo carne" ou "bacon", que alguns autores denominam "tipo frigorífico", para carnes cozidas e defumadas, especialmente. O porco "tipo banha", que ainda é o produzido pela grande maioria dos criadores brasileiros, se não tende a desaparecer de todo, ficará cada vez mais restrito ao consumo da população rural e das nossas cidades do interior.



Magníficos exemplares de suínos criados segundo os preceitos da racional suinocultura

Os criadores norte-americanos, tradicionais produtores de banha, com a colaboração das universidades e estações experimentais, evoluíram logo e, após um brilhante trabalho de seleção, chegaram a fazer que suas raças, antes especializadas para aquele fim, apresentem, atualmente, um tipo misto ou "moderno", como o chamam, que se presta para ambos os objetivos, segundo a alimentação, o manêjo e a idade na matança, de maneira a poderem atender às exigências e ocasionais flutuações do mercado.

O mesmo caminho vêm seguindo outros países de suinocultura adiantada, sendo de notar que a Dinamarca, a Holanda, a Grã-Bretanha e o Canadá, além de outros, sempre foram produtores do porco para carne e toucinho, especializado para "bacon".

Nossos criadores de suínos e também, os consumidores brasileiros, por uma questão de hábito alimentar arraigado, sobretudo os do interior, só agora vão se adaptando à nova conjuntura. Ainda predomina, de modo quase absoluto, a produção de porcos para banha e toucinho. Êste ainda é vendido salgado, quase sempre, de forma bastante primitiva. Os criadores, em grande maioria, continuam a criar seus porcos em pocilgas acanhadas e anti-higiênicas, ou em mangueirões lama-

centos, muitas vêzes, no brejo, engordando-os em excesso, no oneroso sistema da "ceva".

No entanto, a produção do porco "tipo carne" é muito mais lucrativa, contanto que obedeça a algumas poucas normas racionais de criação.

Cumpre, pois, ao Govêrno, promover e incentivar novos rumos para a nossa suinocultura, orientando-a para a produção do porco "tipo carne", a fim de que o Brasil possa atender, tão brevemente quanto possível, à demanda do produto pelos mercados importadores.

As medidas que, em nossa opinião devem ser tomadas, com tal finalidade, são as seguintes:

a) Realização de cursos rápidos e práticos, de pós-graduação, para veterinários e agrônomos com treinamento especializado em higiene, manêjo e alimentação de suínos à semelhança dos ministrados em 1960, em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, e Concórdia, em Santa Catarina.

b) Aumento do quadro de veterinários do Departamento Nacional da Produção Animal (D. N. P. A.), de maneira a torná-lo capaz de realizar pesquisas mais numerosas e exercer uma assistência técnica constante, sempre presente, aos rebanhos, assim como uma inspeção sanitária efetiva nas fábricas de produtos suínos. Como é notório, o número de veterinários daquele Departamento é, há muitos anos, verdadeiramente irrisório em face das necessidades de um país cujos rebanhos estão colocados entre os maiores do mundo, principalmente o bovino e o porcino. O D. N. P. A. não dispõe, atualmente, do número de veterinários que possuía há mais de vinte anos. Precisa triplicar o seu quadro de veternários, mas que êstes sejam aproveitados condignamente, e não, como tem acontecido últimamente, mal remunerados pela chamada "Verba 3" ou outras formas de contratos sem garantia.

c) Realização de propaganda para a produção do porco "tipo carne", através de cursos práticos para criadores, "semanas do fazendeiro", visitas de extensionistas rurais, publicações simples e adequadamente ilustradas e programas radiofônicos.

d) Condicionar, à Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, assim como as de outros estabelecimentos de crédito, o financiamento aos suinocultores à produção do porco "tipo carne", sempre com base em planos e projetos aprovados por técnicos habilitados oficialmente. Pelo menos, estabelecer prioridade nesse sentido. Esta medida, além de outras, segundo informação pessoal, já foi recomendada ao estudo da Comissão de Amparo à Produção Agropecuária (C. A. P. A.) pelo veterinário Altamir Gonçalves de Azevedo, diretor da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do D. N. P. A.

e) Estimular, também através de financiamento fácil e prioritário, a instalação de fábricas de produtos suínos, ou a adaptação das atuais fábricas de banha, de maneira que tôdas sejam capazes de realizar, conforme a regulamentação vigente, o aproveitamento total do porco, nas zonas onde a densidade do rebanho porcino permita o seu abastecimento regular e onde fôr mais fácil a criação das raças melhoradas ou, pelo menos, dos seus mestiços. Em extensas regiões não existem nem mesmo as fábricas de banha. Nelas, o porco a criar terá de ser mesmo o comum, para a produção rotineira de banha, toucinho e carne para o consumo local e venda da ssobras de carne e toicinho, salgados, para as cidades, o que é mais comum. Seus criadores só poderão evoluir para a produção do porco "tipo carne" quando contarem com estabelecimentos que adquiram vantajosamente os seus produtos. É imprescindível, portanto, a multiplicação das fábricas de produtos suínos. Só assim conseguiremos edificar, rapidamente, uma infra-estrutura econômica para a produção e a industrialização do porco "tipo carne".

f) Propaganda, através da imprensa e da radiodifusão, aconselhando a população das nossas cidades a consumir mais carne de porco, tão boa, saborosa e digestível quanto qualquer outra, quando enxuta. Ela contribuirá para o aumento das áreas produtoras do porco "tipo carne", o que será difícil de conseguir enquanto tivermos de criar dois tipos de suínos — um para a exportação e outro para o consumo interno.

Alegam, no momento, os criadores de suínos, que, por um lapso da nossa política de tabelamento de preços o da carne de porco não acompanhou os sucessivos aumentos concedidos, últimamente, aos produtores de carne bovina, o que já estaria determinando um sério desencorajamento entre êles. No Sul, por intermédio de suas associações de classe, já estão exigindo preços mínimos para a banha e a carne de porco.

Mas, o que acontece, na realidade, é que a sua produção é cara, porque não é racional, por não obedecer, via de regra, as normas zootécnicas. Não por culpa dêles, quase sempre, mas porque vivem à míngua de uma assistência técnica, sobretudo veterinária, que apenas conheceram, de maneira mais ou menos efetiva, por ocasião de grande surto da peste suína que, há muitos anos, ameaçou exterminar a nossa suinocultura e, por isso, assustou as altas esferas governamentais, levando-a a obter recursos e a agir com relativa presteza.

Não foram ainda solucionados alguns problemas da criação suína, em nosso País. Um dos mais sérios é o da incalculável perda de leitões que morrem ao nascer, e nos dias seguintes ou que, por terem nascido fracos ou terem sido criados irracionalmente, não chega

a completar a desmama. Não têm condições de vida ou de sobrevivência econômica. Constituem um pêso morto na exploração. Os criadores, de um modo geral, satisfeitos ou conformados com a sua rotina, nem sempre avaliam o prejuízo que isso lhes acarreta, quer em ração desperdiçada, quer em trabalho e tempo perdidos.

O pior de tudo isso, é que, em conseqüência, sua produção tem de ser mesmo cara, anti-econômica, não lhes parecendo deficitária porque, para evitar que o prejuízo cresça, vão aumentando os preços dos produtos, sob a alegação, quase sempre, do alto custo dos alimentos concentrados — milho e farelos de trigo, além de outros — que procuram empregar com fartura e até em excesso, porque não foram esclarecidos suficientemente a respeito e, principalmente, porque não prepararam seus estabelecimentos para a produção de outros alimentos, que nêles poderiam obter vantajosamente e com relativa facilidade.

A alta mortalidade de leitões é, sem a menor dúvida, o principal motivo da baixa produtividade do nosso vultoso rebanho porcino. De fato, o seu desfrute, calculado com base nos abates dos últimos anos é, em média, de 22 por cento, enquanto que nos países europeus, de suinocultura evoluída, a média é superior a 150 por cento, ultrapassando a 170 por cento na Dinamarca, Holanda, Suécia e Bélgica e atingindo a 165 por cento na França. Nos Estados Unidos, já alcançou 174 por cento. Mesmo no Rio Grande do Sul, em cuja região serrana se estabeleceu um dos melhores núcleos da nossa suinocultura, mas onde ainda predomina também, a criação de porcos para banha, o desfrute mal chega a 42 por cento.

Resulta, daí, isto é, do baixo desfrute de nosso rebanho, que a carne e outros produtos do porco chegam aos consumidores por preços altíssimos. Esta é a principal razão do pequeno consumo de carne de porco em nossas cidades, em relação ao da carne bovina, quando o contrário é o que se verifica nos países acima mencionados, além de muitos outros.

A carne de porco deve mesmo ser sempre mais barata que a bovina, tendo-se em vista que o boi leva, pelo menos, 4 anos, em nosso País, para chegar ao matadouro, ao passo que o porco, mesmo o comum, para banha pode fazê-lo com muito menos de metade dessa idade. Além disso, é mais fácil de criar, não exigindo áreas extensas de pastagem para o seu desenvolvimento e final aproveitamento. Por

ser relativamente curto o espaço de tempo entre o nascimento e a matança, o capital investido na exploração gira mais rapidamente.

A criação em grande escala do porco "tipo carne", que se preconiza, em que o ciclo da vida desse animal e ainda mais encurtado, por isso que pode ser abatido entre o sexto e o oitavo mês de idade, determinará a baixa do preço de sua carne e ainda deixará maior lucro para os criadores; e, por uma ação competitiva, também o da carne bovina, uma vez estabelecido o necessário equilíbrio entre a produção suína e a do boi de corte.

Uma vez posta em prática as medidas acima sugeridas, visando à produção do porco "tipo carne", teremos, em pouco tempo, uma suinocultura moderna, forte, capaz de rivalizar com a de outros países atualmente mais evoluídos nesse setor da indústria animal.

Eis, porém, que surge um fator novo, capaz de, por um possível descuido, anular todos os esforços que se fizerem nessa direção. Queremos nos referir ao Mercado Comum Latino-Americano.

De fato é de mister se jam tomadas, desde já, precauções para que a aplicação das medidas previstas no Tratado de Montevidéu (18 de fevereiro de 1960), aprovado por Decreto Legislativo de 3 de fevereiro de 1961, não venha a prejudicar a nossa suinocultura, como possivelmente acontecerá à nossa indústria de lacticínios, se não houver a devida cautela, segundo oportuna advertência do veterinário José Bifoni, em recente reunião da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

Aquêle Tratado estabeleceu uma Zona Livre de Comércio entre o Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai a ser constituída gradualmente no prazo de 12 anos a partir de 1 de janeiro de 1962, por meio de negociações anuais. Os artigos de comércio consignados nas "Atas de Negociações Anuais", e nas "Listas Nacionais", entre os quais figuram os produtos suínos, serão aos poucos liberados dos gravames recíprocos (impostos e taxas consulares, aduaneiros e portuários, licenças de importação e depósito prévio), de modo a ficarem completamente livres, findo aquele prazo, a importação e a exportação.

O Decreto n.º 387, de 20 de dezembro de 1961, baixou a "Lista Nacional do Brasil", aplicável à importação de produtos originários daqueles países, a partir de 1 de janeiro do corrente ano, nos têrmos da "Ata de Negociações" firmada, em Montevidéu, a 12 de dezembro de 1961. Esse decreto foi assinado pelo Primeiro-Ministro e referendado, apenas, pelos Ministros das Relações Exteriores e da Fazenda. Não o foi pelos da Agricultura e da Indústria e Comércio. Os órgãos técnicos do Ministério da Agricultura, tão intimamente interessados nesses assuntos fundamentais da nossa economia agropecuária, não foram ouvidos, nem ao menos, a respeito da elaboração da primeira "Lista Nacional do Brasil", em que já são feitas as primeiras concessões para a importação de produtos suínos, de lacticínios e outros mais.

No entanto, é preciso, para evitar que outros países possam vir a concorrer, em nosso próprio mercado interno, bastante cautela, por ocasião da organização destas listas anuais de importação, tendo-se em vista a possibilidade de poder ser, não importa qual o motivo, desrespeitada a lei (n.º 3.244, de 14-8-57) que só permite a isenção ou a redução de impostos e taxas de importação de um produto quando a sua produção em nosso País fôr ainda insuficiente para o consumo interno.

dos e organizados, em pouco tempo, para uma tal emergência. A Argentina está cuidando bem da sua suinocultura. Os campos vastíssimos, ubérrimos, planos mas enxutos da Província de Buenos Aires, além de alguns outros, todos dotados de um clima favorável, prestam-se admiravelmente à cultura da alfafa e à criação de porcos. E a alfafa é tão importante para a produção do porco "tipo carne" quanto é o milho para o "tipo banha". Mas, além disso, aquêle país é também grande produtor de milho e trigo, contando com os resíduos dêste em abundância.

Suportaria a nossa suinocultura, antes de bem organizada, a sua concorrência? Se perdurarem as condições atuais e ocorrer em poucos anos a eventualidade — que não podemos subestimar, à vista de precedentes — de facilidades cada vez maiores para a importação de produtos suínos, é evidente que não. E não estaria longe o dia em que teríamos de importar carne de porco, presunto, "bacon" e salsichas da Argentina, como já tivemos de fazer com a manteiga, há alguns anos.

Mais um motivo, pois, para que o Govêrno deflagre, quanto antes, atendendo, aliás, ao conselho dos zootecnistas que, nos últimos vinte anos, têm escrito a respeito do assunto, uma campanha bem organizada de assistência zootécnico-veterinária e de propaganda para que a criação de porcos em nosso País ultrapasse, em tôdas as regiões onde fôr possível, o estágio do "chiqueiro" de fundo de quintal, que ainda predomina, com exceção dos Estados sulinos, e atinja o de verdadeira suinocultura, racional e progressista.

Seria lamentável que, justamente agora, depois que alcançamos uma posição de grande destaque nesse setor da indústria animal, viéssemos a decair da mesma que, aliás, só é boa no sentido quantitativo — visto que temos mais suínos por habitante que qualquer dos países de rebanhos mais numerosos — mas, qualitativamente, é sofrível, porque possuímos muito porco e relativamente pequena quantidade de carne de porco.

Segundo as estatísticas mais recentes, somos detentores do quarto lugar, no mundo, com cerca de 49 milhões de cabeças; a União Soviética e os Estados Unidos, possuem, respectivamente, 59 milhões e 55 milhões, aproximadamente. Depois do Brasil, o país que tem mais porcos é a Alemanha Ocidental, com cêrca de 16 milhões de cabeças.

Mas, enquanto o Rio G. do Sul, cujo rebanho suíno é um dos melhores do Brasil, orçado em tôrno de 7 milhões de cabeças, não chega a abater, anualmente, 3 milhões de cabeças, pois seu desfrute é de 42 por cento, a pequenina Dinamarca, com um efetivo bem menor, abate mais do dôbro exportando centenas de milhares de toneladas de produtos suínos para a Inglaterra e outros países europeus.

De qualquer forma, a nossa suinocultura constitui um grande patrimônio, que temos de conservar, ampliar e aperfeiçoar, a fim de que ela possa contribuir de maneira mais decisiva do que até aqui para a melhoria das condições alimentares de nosso povo e, para que venhamos a competir, vantajosamente, com outros países no mercado internacional de produtos suínos, de conformidade com o seu valioso efetivo e com as possibilidades de criação evito na maior parte do território nacional.

500 quilômetros em corrente submarina

Uma linha submarina de corrente contínua, de alta voltagem, será construída de Sassari no norte da Sardenha até La Spezia, na península italiana, através da Córsega.

O contrato foi assinado entre a English Electric como concessionária da grande firma sueca ASEA, e a Società Minerária Carbonifera Sarda, sendo que a linha, com a voltagem de 200 kV, cobrirá a distância de 500 km, e será a maior do mundo para transmissores dêste tipo.

Recentemente, foi também fornecido pela ASEA, o equipamento conversor da linha entre a Inglaterra e a França. (SIP)

Preparo Profissional Para a Reforma Agrária

Walter W. Saur

O agricultor brasileiro produz, em média, um sétimo daquilo que seu colega europeu consegue obter na mesma área cultivada. Nos Estados Unidos, onde a mecanização é ainda mais acentuada e a produção agrícola se assemelha a moldes industriais, a desproporção duz dez vêzes mais que seu se torna ainda maior, isto é, um agricultor americano procolega brasileiro, por unidade cultivada.

Esta chocante desproporção tem várias razões ou motivos, alguns mais fáceis de resolver que outros:

Ausência quase completa de idas de florestas em forma de pastagens naturais de alta fertilidade de solos profundos, como encontramos nos "Great Plaines" e no Canadá (Saskatchewan). Na maioria dos casos em nosso meio, temos de derrubar uma floresta para transformá-la em terra de cultura, ou em outras palavras, destruímos uma riqueza para (por tempo limitado) produzirmos outra. Topografia, clima, condições físicas, químicas e biológicas do solo, deixam, no meio agrícola brasileiro, na maioria dos casos, muito a desejar. O custo excessivo de aquisição e manutenção de máquinas e motores ou mesmo de ferramentas mais simples de adubos, fungicidas — e inseticidas, sementes selecionadas, ao lado da falta de crédito fácil, barato, a tempo certo e duração adequada, meios de colheita, beneficiamento, industrialização e armazenagem adequados, constituem outras razões da baixa produtividade do agricultor brasileiro.

A ausência de assistência técnica adequada, de cooperativas, vias de comunicação e transportes fáceis e baratos, informações de tôda espécie (meteorológicas, mercantis, etc.) e mercados organizados com preços mínimos garantidos tudo parece conspirar contra o agricultor nacional, explicando, por assim dizer, a sua deficiente produtividade por área explorada.

Produzir mais, melhor e mais barato, constitue, sem dúvida, no momento atual, a premente necessidade, a "ordem do dia" para a lavoura nacional. A Pecuária, à semelhança da produção agrícola, enfrenta dificuldades semelhantes, senão ainda mais pronunciadas.

Não se trata, evidentemente, em primeiro lugar de aumentar a nossa produção agropecuária pelo simples aumento de novas áread se exploração (provàvelmente ainda mais distantes dos centros consumidores), mas antes será necessário e mais aconselhável o melhor aproveitamento das atuais áreas existentes, inclusive as terras latifundiárias em áreas agrícolas, próprias aos fins da Reforma Agrária. O aumento de sua produtividade é o caminho que mais rápida — e fàcilmente nos conduzirá a maiores resultados na produção.

O problema de inflação, já crônico no Brasil, é antes um problema de produção. Nosso único produto barato, de aquisição accessível, é o café. O operário brasileiro trabalha menos tempo para adquirir um quilo que seu colega europeu ou americano do norte, mas também é só. Para comprar um gênero de primeira necessidade êle é obrigado a trabalhar muito mais tempo que seus mencionados colegas. E porque? Òbviamente porque produzimos muito café, mais do que preciso ou, mesmo, desejável.

A escassez de alimentos básicos no mercado brasileiro gera uma contínua alta pressionando o orçamento do consumidor para poder alimentar a si e aos seus. Pressionam os patrões e o Govêrno. Novos ajustes representam novas altas de outras mercadorias, no comércio e na indústria, novas emissões, e a espiral inflacionária progride implacàvelmente.

Se produzíssemos proporcionalmente ao café, tanto arroz, feijão, milho, carne, leite, etc., forçosamente cessaria a pressão que a escassez de alimentos exerce sôbre seus preços. Obteríamos preços estáveis quanto à alimentação do povo e a inflação seria anulada, ao menos posta em bases não ameaçadoras à estabilidade econômica da Nação, porque, sem dúvida, esta estabilidade começa pela infra-estrutura agropastoril fortalecida através de um abastecimento abundante de seus produtos às classes assalariadas.

Se inicialmente mencionamos algumas das razões de nossa baixa produtividade e, portanto, de nossa insuficiente produção agro-pastoril total, daí decorrente, deixmos bem claro, ainda que imperfeita — e parcialmente, as dificuldades que o agricultor brasileiro enfrenta, já superadas, atendidas, ou inexistentes para seus colegas de Além Mar. Consideram, ainda outros fatôres negativos contra o rurícola nacional.

Abandonado pela falta de recursos oficiais ou pela incapacidade de seus líderes, o rurícola vive sujeito a doenças, flagelos, sub-alimentação, ausência de preparo para a vida, quer de cidadão, quer de profissional.

Para atender à necessidade de produzir mais e dar ao "homem sem terra" uma gleba para se estabelecer, fala-se hoje tanto em "Reforma Agrária" que executada em bases democráticas, já constitui ponto pacífico.

Mas para a maioria da população rurícola (à qual se queira dar terras pela Reforma Agrária) a mera entrega de glebas com todos os pontos negativos da agricultura nacional seria um verdadeiro "presente de grego". O nosso rurícola não está preparado a receber êste e outros benefícios planejados e possíveis.

Êle terá (na sua maioria absoluta) de passar por um processo de preparação, in ode no e adequado, em que cooperam o médico, o engenheiro, o agrônomo, o economista e tantos outros, sob as mais diversas denominações e atri-

Conclue na pág. n. 52

Socorristas, arregimentação e artesanato rural

O Conselho Nacional do S. S. R. em uma de suas últimas reuniões de maio, teve oportunidade de ouvir pronunciamento do Sr. Kut Repsold, Vice-Presidente da S N A e representante da agricultura naquele Conselho, em tôrno do parecer do Sr. Manoel Diegues Júnior, representante do Ministerio d aAgricultura naquele Colegiado. Considerou-o o Conselheiro Kurt Repsold magistral aquele trabalho, abordando o interessante tema das socorristas rurais ,d oartesanato e da arregimentação de obras arurais, razão porque apresentou sugestão à Diretoria da S N. A. de ser o trabalho publicado nas paginas desta revista, o que, com o maior prazer e interêsse, estamos fazendo.

PARECER

"Os processos ns. 4.579-61, 4.825-61 e 4.897-61, apezar de individualizados, devem ser examinados em conjunto. Embora cada um se refira a um assunto particular representam juntos um todo, tanto assim que várias de suas páginas de documentos e de despachos são absolutamente idênticos.

2. Tratam de três projetos de trabalho dentro de um plano total de ação do Serviço Social Rural. São êles: 1. Treinamento de socorristas rurais; 2. Estimulo do Artesanato Rural; 3. Arregimentação das classes rurais assalariadas. Três assuntos que aparentemente diversos, isolados estão, entretanto, incluidos na totalidade de um planejamento de trabalho. E por isso mesmo assim devem ser considerados; e assim vamos conidera.

3. Não figuram nos pocessos pronunciamentos finais da Divisão Técnica nem do Sr. Dirètor-Geral Substituto; não há qualquer informação da Divisão Financeira em relação às disponibilidades de recursos para os projetos visados, existindo, entretanto, sugestão quanto a despesas a serem efetuada\ com relação a dois projetos. Vamos examinar os processos à vista do documento inicial, comum aos três processos, dos relatórios dos grupos de trabalho que examinaram os assuntos e do despacho final do Sr. Presidente do CN. Devemos salientar que êsses relatórios são os apresentados à III Reunião Nacional do SSR.

4. Passaremos a analisar, em seus aspectos especificos, cada um dos projetos sugeridos.

5. O problema artesanal tem uma importância nacional, variando, entretanto, suas formas e atividades. A palha, o couro, a cerâmica, a renda, as frutas, os produtos animais o metal, por exemplo, cada um de per si, encontram melhor campo, que lhe propicie o desenvolvimento, em regiões diferentes do Brasil. E mesmo se praticado um mesmo tipo de artesanato, em duas ou três regiões, apresenta peculiaridades técnicas em cada uma delas.

De outro lado, não há esconder a importância que o artesanato pode exercer no sentido de lastrear o fundamento de uma industrialização. O exemplo têmo-lo aqui mesmo no Brasil. Foi o que sucedeu nas zonas de colonização estrangeira do Rio Grande do Sul e em parte de Santa Catarina. Foi do pequeno trabalho artesanal que surgiu o moderno parque industrial do extremo sul. E eu não estaria longe de admitir que justamente por sua origem, proporcionando-lhe um crescimento natural, regular e espontâneo, é que o parque industrial do sul se apresenta equilibrando, em condições de harmônico desenvolvimento, ao contrário do que se verifica em áreas onde a indústria se implantou em regime capitalista.

7. Não se deve considerar portanto, o artesanato apenas em seu sentido artístico, dentro do quadro das artes populares, mas sobretudo em seu sentido econômico. Não escapou tal observação ao Grupo de Traba-

lho que estudou e apresentou o programa a respeito do estímulo ao artesanato. É ressaltado o trabalho artesanal do ponto de-vista de elevação da tecnologia, como estímulo ao seu crescimento através de um programa de assistência educativa e direta. Em linhas gerais, as sugestões são aceitáveis, muito embora, de meu ponto-de-vista particular, discorde quanto a algumas colocações do problema. O estímulo ao artesanato deve ser considerado mais de têrmos de prestigiar do que mesmo de estimulá-lo. A assistência direta, tal como é sugerida, pode trazer o perigo de uma modificação do processo artesanal, descaracterizando-o como atividade regional ou tipicamente local.

8. Num país em processo de crescimento, em que se procura vencer o subdesenvolvimento, manter o artesanato por si mesmo seria um êrro tanto social como econômico; o processo de desenvolvimento implica igualmente em estimular o aperfeiçoamento do artesanato, de maneira a transformá-lo principalmente em indústria. Um crescimento, portanto, natural, espontâneo e regular, dentro de normas e princípios que não tornem o artesanato um anacronismo dentro de uma civilização industrial. Ou que deseja ser industrial.

9. No há especificação do programa a ser cumprido. O inquérito prévio realizado farta soma de informações acêrca da Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e Santa Catarina e também, embora em menor proporção, do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Minas Gerais, a respeito de cujos oito Estados são indicados as atividades que podem ser estimuladas. É sugerido um plano de despesas no valor de Cr$ .... 30.000.000,00.

10. O programa de treinamento de socorristas rurais é abordado através de estudo de um grupo de trabalho, que se ressente, em que pesem seus apreciáveis conclusões, de sugestões práticas sôbre os recursos necessários e os trabalhos específicos a se realizarem. Há sugestões gerais, algumas altamente aproveitáveis, outras discutíveis. O relatório do grupo de trabalho, formado por especialistas de alguns serviços oficiais, constitui o documento n.º 28, da III Reunião Nacional do Serviço Social Rural (fls. 22-57).

11. Este documento aponta restrições e ressalta vantagens entre estas últimas uma que se me afigura básico tornando-se predominante sôbre as possíveis restrições a fixar; a necessidade de melhorar o nível das parteira práticas. Acredito que sòmente êste objetivo já representaria uma atividade fundamental para a vida de nosso mundo rural, justamente precisado, do ponto-de-vista de defesa do potencial humano de ter condições técnicas para assistir às parturientes e os recém-nascidos. E se êsses elementos — as parteiras práticas — são encontradas de modo geral no interior, as vilas ou povoados, os pequenos grupos de vizinhança no meio tipicamente rural, ainda são em número bastante menor, e isso mesmo quando existem. As curiosas tornam-se líderes naturais, neste sentido o documento (fls. 27) sugere o seu aproveitamento.

12. O mesmo documento indica a necessidade de os trabalhos serem iniciados nas áreas de atuação das entidades incumbidas de realizá-los, sugerindo a realização de convênios com o SESP, o DN Criança e o FISI para participação em um programa comum. Em anexos encontram-se planos de aulas, programas práticos, programas para cursos de auxiliares de puericultura, como sugestões para a realização de cursos de preparação das socorristas práticas e de auxiliares de puericultura.

13. Se o programa do artesanato tem um sentido caracteristicamente econômico, o de socorristas rurais tem um sentido profundamente humano. A defesa das vidas de mães e de crianças, que aos milhares morrem cada ano no Brasil seria o ponto nevrálgico da realização dêsse projeto, se o encararmos sob êste sentido humano. Mas não se trata apenas de defesa de vidas individualmente consideradas; trata-se sobretudo, de um problema agudamente social no Brasil contemporâneo, que é o da mortalidade infantil. E ao lado dos filhos que, mal nascidos, morrem, quantas mães também não os acompanham?

14. Não me foi possível recorrer a dados estatísticos mais recentes acêrca da mortalidade infantil no Brasil; utilizando porém, dados divulgados em livro do Professor Mario Pinotti e relativos a 1955, a mortalidade infantil nas capitais variava entre 86,5 e 421,6 por mil nascidos vivos aquêle número em São Paulo, êste em Natal. Isso o que se passava nas capitais. Nestas mesmas capitais a mortalidade materna, mais fàcilmente registrável, se indicava por número efetivamente mais baixo, mais ainda assim expressivo: era de 10,9 em São Luis e de 13,2 em Teresina. Todos sabem, entretanto, que os programas de saúde, a partir da segunda guerra, têm contribuido de modo expressivo para a queda dos índices de mortalidade, sobretudo através de campanhas de erradicação de doenças consideradas rurais. Po.

rem, êsses índices, se têm melhorando em relação às endemias rurais, por exemplo, não apresentam queda mais expressiva em relação à mortalidade infantil.

A carência de registro de óbitos e sobretudo de nascimentos impede a existência de cálculos mais exatos.

15. Daí a importância de programas que visam a melhorar o nível de trabalho e a formação técnica das curiosas, ou parteiras, através dêsse projeto de socorristas rurais. É programa que deve ser levado à frente em equipe, como hoje é ponto pacífico a saúde pública. E deve começar pela identificação das curiosas do lugar para levantamento de seu nível técnico e higiênico. Outra coisa não é o que preconisa o projeto constante dêsse processo.

16. Resta o programa relativo à arregimentação das classes rurais assalariadas. Trata-se já agora de ponto da maior importância para melhorias das condições de vida do homem rural, se considerarmos que a vida gregária, em ambiente associativo, contribui para despertar a emulação e estimular o próprio trabalho; constitui fator de elevação do bem estar social. Mas apresenta por outro lado uma série de dificuldade, que é a arregimentação de trabalhadores que vivem dispersos em fazendas, muitas vêzes extensíssimas. Êste fator dispersão tem sido, possìvelmente, o maior impedimento no sentido de criar o ambiente gregário para o trabalhador rural. Urge, porém, vencê-lo.

17. Nêste sentido são traçados sugestões no plano oferecido pelo Grupo de Trabalho, constituido para estudar o assunto. O relatório sugere a realização de: a) divulgação, através de diferentes veículos, e em cooperação com a C.N.E.R., a SIRENE, ABCAR, SIA, rádio-emissoras, etc.; b) assistência técnica; e c) treinamento Todos três pontos são evidentemente básicos para a realização do programa previsto. É sugerida também a escolha de áreas de trabalho, com a organização diretamente pelo SSR ou indiretamente com liderança classista, bem assim a organização de programas específicos para reajustamento das áreas-problemas, como é o caso do Nordeste, zonas ocupadas por posseiros etc. (fls. 34) O plano pede a reserva de 10 a 20 milhões de cruzeiros para a execução do programa.

18. Seria supérfulo salientar que se trata de uma programação urgente, no sentido de preservar as massas trabalhadoras da propagação de idéias subversivas ou extremistas, que sòmente lhes seria prejudicial. Está hoje comprovado, e o noticiário dos jornais não o esconde, que nem o regime comunista da Rússia conseguiu dar ao homem do campo as condições de bem estar que procurou implantar para os operários urbanos; ou que procure divulgar como assegurado a êstes. O ambiente de mal estar, a alimentação insuficiente, a habitação precaríssima, o analfabetismo são sem dúvida fatôres que criam o nível infra-humano que apresentam os trabalhadores do campo; e o desejo de melhorar êsse nível de vida pode levá-los inclusive ao desespêro se não encontram, dentro dos princípios legais e sobretudo humanos, o caminho para encontrá-lo.

19. Cabe às autoridades constituídas os órgãos de cúpula se bem inspirados no princípio democrático, e não apenas cristão, da igualdade e da fraternidade, encontrarem o rumo adequado para, de um lado, tirar os trabalhadores rurais da mira dos perturbadores da ordem, e, de outro lado, criar condições adequadas para melhorar seu nível de vida, elevando seus índices de bem estar social. Nêste sentido a arregimentação dos trabalhadores rurais seria um primeiro passo a dar. Seria antes de tudo, a oportunidade de criar-lhes uma consciência do que juntos podem ser, do que representam como coletividade, do que contribuem, com seu trabalho, para o soerguimento econômico do País.

20. As idéias sugeridas no plano constante do presente processo são aceitáveis, devendo, porém, programar-se sua execução de maneira rápida e eficiente. O treinamento de especialistas para organização associativista merece atento cuidado, seja na sua orientação seja na escolha dos participantes, seja ainda no curto prazo em que se possa realizar.

21. Examinados, em suas linhas básicas, os relatórios que foram submetidos ao exame dêste egrégio CN, acompanhados como estão do longo, esclarecedor e bem orientado despacho do Sr. Presidente do CN, em que a visão de administrador é perfeitamente entrosada com a visão do sociólogo, ao encerrar, em seus variados aspectos, os problemas suscitados pelos três programas previstos, resta agora concluir. E para fazê-lo deveremos considerar alguns aspectos de problemas que nos é oferecido.

22. Em primeiro lugar, não temos ainda, nos relatórios apresentados, sugestões específicas sôbre as quais possamos fixar nossa orientação executiva. Cabe-nos assim aceitar ou não as idéias sugeridas, os pontos-de-vista apresentados, os programas indicados, a fim de que, tomando-os

como base, sejam traçados os caminhos próprios para a execução dêsses programas. Em segundo lugar, é de convir, que não se trata apenas de fazer isto ou aquilo, mas de considerar tôdas três atividades enquadradas em programa mais amplo, que é o de organização e desenvolvimento da comunidade. Na realidade, o que se visa é justamente encontrar os elementos adequados, os instrumentos capazes, que proporcionem a eclosão do espírito de organização e desenvolvimento para os integrantes das comunidades brasileiras. O artesanato, as socorristas rurais, e arregimentação dos trabalhadores são instrumentos meios para um fim. Nunca um fim em si mesmo. Bem o salientou, e o compreendeu, o Sr. Presidente, quando a fls. de seu despacho ressalta que os programas visam à eclosão de líderes espontâneos e naturais, como meio capaz de ensejar a efetiva mudança de mentalidade nas comunidades rurais. Creio que este é, na realidade, o ponto de partida — a motivação, seria melhor dizer — para a realização dos programas previstos.

23. De fato, não se pode provocar o desenvolvimento de comunidade, atendendo às aspirações e necessidades dos integrantes dessa comunidade, se não se encontrem os líderes capazes para conduzir; a liderança surge entre os elementos humanos dêssa comunidade, e tanto pode ser o vigário católico ou o pastor protestante, o médico ou farmacêutico, como pode igualmente ser o artesão ou a socorrista, esta ou o trabalhador rural. O artesão é um colaborador da família rural. O necessário é fazer com que a liderança se torne capaz de elevar o nível de bem estar social e econômico da comunidade, impulsionando por seu exemplo e por sua experiência as atividades locais.

24. Nenhum tratadista, seja sociólogo ou assistente social, antropólogo ou educador, ao tratar de organização de comunidade, nega o seu princípio fundamental: o de utilizar os recursos locais, naturais e humanos. No caso, estaríamos tratando especificamente da preparação daqueles recursos humanos que encontramos, embora variando em grau ou intensidade, nos diferentes comunidades brasileiras. Seria contribuir para estimulá-los no trabalho construtivo, promovendo sua participação tècnicamente melhor e socialmente amparada, de maneira atuante na respectiva comunidade.

25. Acredito, portanto, que é possível fomentar um movimento de organização e desenvolvimento de comunidade, atendidas as peculiaridades brasileiras de região e, às vêzes, de localidades, através dêsses recursos humanos: o artesão, a socorristas, o trabalhador rural. Resta, apenas, que um programa executivo, perfeitamente delineado, capaz de ser levado bem sucedidamente, trace as linhas mestras, as diretrizes, a serem seguidas, de modo que em cada comunidade, o artesão, ou a socorrista, ou o trabalhador rural devidamente arregimentado, seja aquêle líder natural, que a comunidade estava esperando para seu alevantamento.

26. Isto pôsto, e trazendo ao egrégio Conselho Nacional o exame dos relatórios apresentados pelos três grupos de trabalho constituídos no DTA, oferecemos à sua apreciação e deliberação as sugestões seguintes:

I. Aceitar, em princípios, as sugestões formuladas pelos Grupos de Trabalho, considerando que os programas de socorristas rurais, de artesões e de trabalhadores rurais visam à eclosão da liderança nas comunidades respectivas como meio capaz de contribuir para a elevação do nível de vida de suas populações, pelo estímulo às diferentes atividades locais, e à mudança de mentalidade;

II. Sugerir à Divisão Técnica que, com base nos programas propostos, seja elaborado um plano executivo para que, dentro das peculiaridades regionais se faça um amplo programa de ação, constituindo um plano nacional do SSR, através daqueles três projetos; a êsse plano de ação, em parte diretamente realizado pelo SSR, através de seus Conselhos Regionais e, quando fôr o caso, de suas Juntas Municipais, sejam chamados a colaborar outras instituições e órgãos governamentais autárquicos ou particulares, tal como se encontra sugerido em mais um relatório, num entrosamento que vise à coordenação de esforços, de recursos e de elementos humanos.

III. O programa a ser sugerido, de linhas eminentemente práticas, deverá considerar os recursos necessários, propondo os quantitativos indispensáveis para plena realização do programa.

IV. Sèja dada absoluta prioridade aos trabalhos de programação e realização dos projetos sugeridos, de modo que o SSR passe a ter uma atuação não apenas nacional mas sobretudo eficaz, no sentido de estimular a organização e desenvolvimento de comunidades, como a base física e social sôbre a qual se desenrolarão os planos previstos.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1962.

Manuel Diégues Júnior
Conselheiro-Relator

"FILA BRASILEIRO"

Único cão de raça Nacional reconhecido pelo Ministério de Agricultura

LUIZ HERMANNY FILHO

Surge nos últimos tempos um vivo interêsse pelo cão "FILA BRASILEIRO", cão de raça único nacional, reconhecido pelo Ministério da Agricultura. Vemos hoje frequentemente essa raça nas exposições caninas.

"Um cão de fila", sinonimo de lealdade e dedicação, é frase conhecida de todos, mas, pouquíssimos são os brasileiros que conhecem o modêlo de lealdade.

Tirado do ostracismo o FILA tem o padrão da sua raça elaborado pelos Srs. Dr. Paulo Santos Cruz, Erwin Waldemar Radsam e João Ebner, publicado no livro "O cão, nosso melhor amigo".

Como na maioria das raças, a origem do FILA encontra-se diluida nas brumas de um passado bastante longinquo, pois há mais de 100 anos já era a raça conhecida dos fazendeiros paulistas. O Sr. Paulo Santos Cruz atribui a raça ao caldeamento do Mastiff com o Bloodhound e o Bulldog ingleses.

Do Mastiff herdou o largo desenvolvimento craniano de branquicefalo; a profundidade do maxilar inferior; o pescoço curto e grosso e a coragem ilimitada.

Do Bloodhound herdou a pele sôlta, formando rugas no crânio, barbelas desde a comissura labial até nos peitorais; seu olhar triste (olhar morteiro dizem os mineiros); seus lábios pendentes; o faro aguçado; e o latido "arrastado".

É também rico o contingente trazido pelo Bulldog representado não só pelo temperamento um tanto violento e teimoso, mas também pela coloração araçá — ralado escuro — que segundo os entendidos, provém do antigo Bulldog.

Quem pela primeira vez conhecer esta explicação da origem do FILA, indagará curioso: — como foi possível, no Brasil d'outrora, caldear essas três raças? Ao que se sabe, os colonizadores trouxeram nas, por serem, na época, as mais populares e úteis O Mastiff na guarda dos aldeiamentos era insuperável. O Bloodhound cujo faro impunha sua utilização na caça dos escravos fugidos. E finalmente, o Bulldog para lida com os rebanhos.

Foi o Fila companheiro dos bandeirantes na penetração pelo nosso vasto Brasil; era usado para a caça aos índios, mais tarde guardava as senzalas e era empregado pelos "Capitães do Mato" para perseguição do escravo fugido traço que



Campeão "JACARANDÁ DE PARNAPUAN". Proprietário — Luiz Hermanny Filho — Canil Guararema — Rio.

conserva, pois tem marca da prevenção contra homens de côr. Ladra pouco; valente no ataque ao homem, derruba-o e com as patas em cima fica segurando-o, só o molestando se êste oferecer resistencia.

É esta uma das caracteristicas que ainda guarda das caçadas aos indios e escravos, os quais deviam ser apanhados vivos.

Nas lides do campo era muito apreciado pela facilidade com que aprendia a lidar com o gado e pela resistencia às grandes jornadas.

É um cão de guarda por excelencia, de uma dedicação cega ao seu dono. Uma das suas personalidades êle a reserva ao dono e sua familia.

Para êstes é docil infinitamente obediente, gosta de crianças e participa alegremente dos seus folguedos. Amigo companheiro, procura sempre ficar onde estão os da casa, satisfazendo-se com a permissão de se deitar aos seus pés e, sequioso de afagos, consegue sempre um jeito de enfiar a cabeça entre as mãos do dono. Mas surge um estranho; toma então a segunda personalidade do FILA bem à superficie. Ele não o tolera. Seus olhos, até então grandes e inteligentes, mostrando grandes brechas na cornea, branca e pura, mudam por completo, diminuem de tamanho aprofundam-se no crânio ficam expressivamente pele solta que lhe reveste o te tristes e, ao mesmo tempo, com um aspecto de resolução e bravura que não deixa lugar a duvidas. Se o estranho vem acompanhado de alguem da casa, o Fila retira-se rosnando e de longe seus olhos não mais o abandonarão; seus gestos e movimentos são minuciosamente observados. Mas, se o estranho apresenta-se sòzinho...

Em dezembro de 1954 houve a primeira exportação para a Alemanha do primeiro exemplar da raça FILA puramente brasileira. O comprador foi o Principe da Baviera S. A. R. Prinz Albrecht von Bayern que assim se expressou à imprensa brasileira, um ano depois:

"Ano e pouco atrás vim conhecer este vosso grande e belo país, que me entusiasmou. Como cinófilo fui a algumas exposições caninas, onde tive oportunidade de conhecer a raça "FILA BRASILEIRO". Gostei muito da compleição do FILA. São cães magnificos. Um tanto pela curiosidade levei comigo um filhote, da criação do Dr. Paulo Santos Cruz. Chama-se "Dunga de Parnapuan", embora atenda pelo apelido que lhe pusemos, "Tyras", nome de um cão que figura numa lenda alemã. Dunga porem, cultivou-nos. Tem tudo quanto um cinofilo deseja: coragem, lealdade, bravura meiguice, obediencia e um instinto de guarda que ultrapassou tôdas as nossas espectativas. Realmente são os FILAS dotados de um carater e temperamento excepcionais. Assim resolvi iniciar uma criação de FILA BRASILEIRO na Alemanha em Bayern perto de Munich. E posso adiantar que a primeira ninhada já esta toda compromissada."

Aí estão palavras e conceitos que recomendam e despertam entusiasmo por esta raça. Vamos nos brasileiros ter mais carinho, mais interêsse pelo nosso cão FILA. Ele não decepcionará, ao contrario, estamos certos de que recompensará com juros tôda atenção que lhe dedicarmos. Sejamos mais patriotas. Afinal, depois de exaltado por estrangeiros, seria estranhavel nossa indiferença e desaprêço. Se o FILA não é um cão para andar ao colo, nem ficar em cima da cama, é um fiel amigo de toda a familia, é um cão que a guarda como nenhum de outra raça.

No livro "O CÃO, NOSSO MELHOR AMIGO", edição Briguiet, os interessados encontrarão à páginas 415-440 completa descrição, assim como o padrão da raça do FILA BRASILEIRO.

ABACAXIS

Um produto quimico que inicia o florescimento da planta do Abacaxi, pode conduzir a exportações lucrativas para o Brasil, que produz cêrca de 15 por cento do total da colheita mundial dessa fruta.

Um problema principal para os plantadores de abacaxi, tem sido o amadurecimento irregular da fruta, que aumenta substancialmente os custos de colheita e de transporte e provoca perdas por causa de atrazos, segundo observaram os agronomos da companhia.

Em experiências feitas em ambientes agricolas mexicanos e brasileiros, segundo informou a companhia, o produto quimico iniciou o florescimento até dois meses mais cedo que o normal, permitindo a fruta ser oferecida ao mercado antes da temporada regular.

Observou-se que isso poderia resultar em preços mais altos.

O Brasil agora produz 200 000 toneladas de abacaxi por ano, encabeçando toda a América Latina. A produção mundial é um pouco mais de 2 milhões de toneladas. O Havai é o produtor principal, com uma colheita anual de cêrca de 850 000 toneladas.

A OLIN Mathieson disse que o produto quimico, chamado Omaflora, era um derivado de Hydrazine, um combustivel da época atual de exploração do espaço e está agora sendo oferecido para uso experimental. Os cientistas da Olin tem cooperado com o Instituto Havaiano do Abacaxi, na aplicação dêsse produto.

AMPLA COLABORAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DO BRASIL

Fala à reportagem, o Diretor-Geral Adjunto da FAO antes de deixar o Rio, com destino a Washington — Assistência Tecnica Extraordinária — Campanha Mundial Contra a Fome.

"Reputo altamente proveitosas as numerosas e exaustivas conversações que, durante uma semana, mantivemos com o Minitro da Agricultura e seus auxiliares, bem como o Diretor da SUDENE e sua equipe no sentido de levar a efeito uma ampla e objetiva assistência do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola e dos orgãos que o constituem — FAO, OEA, CEPAL, BID e Instituto de Iucrlaiba — nos planos de desenvolvimento agropecuario do Brasil; estas reuniões, bem como a visita que fizemos ao Nordeste foram de enorme utilidade, porque permitiram um melhor conhecimento de problemas que são de grande complexidade e de tremenda amplitude e urgencia e proporcionaram a todos nós — governo e entidades internacionais — a possibilidade de acertar nossos relogios para a solução coordenada dos mesmos". Estas declerações foram prestadas à reportagem pelo Sr. Hernan Santa Cruz, Diretor-Geral Adjunto da FAO para Assuntos Latinoamericanos, que acaba de embarcar para os Estados Unidos depois de aqui chegar integrando uma "Força Tarefa" do CIDA

ASSISTÊNCIA TECNICA EXTRAORDINARIA

Esta missão exploratória conjunta da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos da Comissão Economica para a América Latina e do Banco Interamericano do Desenvolvimento, veio ao nosso País por iniciativa do Govêrno brasileiro, para estudar a possibilidade de uma Assistência Técnica Extraordinária destinada a elaborar e executar de desenvolvimento agro-pecuário que levará a efeito numerosos planos globais to o Govêrno Federal, como também aqueles projetos destinados a resolver problemas críticos que requerem soluções imediatas em zonas como, por exemplo, o Nordeste brasileiro.

DETERMINAÇÃO DOS FATORES NEGATIVOS

Prossegue o alto funcionario internacional:

— "Das conversações mantidas, resultou que a organizações internacionais participantes na mencionada missão seja em seus programas individuais seja através do organismo de ação conjunta a que nos referimos — o CIDA — poderão, assistindo na planificação de desenvolvimento agro-pecuário do Brasil, ajudar o Govêrno a localizar quais os maiores obstáculos que se opõem ao crescimento da produção agro-pecuária e sugerir as linhas técnicas de ação, baseadas nas diretrizes do Conselho de Ministros, aprovadas pelo Congresso".

NORDESTE E CAMPANHA CONTRA A FOME

Teceu a seguir, o nosso entrevistado, considerações sôbre os estudos realizados entre os técnicos da ONU e da OEA e as autoridades nacionais no sentido das ações imediatas que poderão ser empreendidas no Nordeste, tanto pelo CIDA como um todo, como pela FAO isoladamente, dentro do quadro da Campanha Mundial Contra a Fome.

— "O Nordeste brasileiro — acrescentou — necessita com enorme urgência aumentar sua produção de alimentos. As organizações Internacionais têm um grande interêsse em colaborar em qualquer programa que decida o Govêrno visando diversificar e intensificar esta produção, bem como estão abertas para cooperar na elevação dos níveis alimentares e de nutrição dos milhões de habitantes desta região".

REUNIÃO FINAL COM O MINISTRO DA AGRICULTURA

Concluiu o Sr. Hernan Santa Cruz informando que o CIDA deverá reunir-se em Washington para considerar a solicitação que fará o Govêrno brasileiro e que seguramente será aprovada seguramente será aprovada e a missão ou as missões estarão formadas no correr das próximas semanas".

A reunião final mantida pelos técnicos do CIDA com a cúpula do Ministério da Agricultura — presidida nas suas fases inicial e final respectivamente pelo subsecretário da pasta, Sr. Fernandes de Souza Leão, e pelo Ministro Armando Monteiro Filho — contou com a participação, ainda, do Sr. René Guchot, Diretor do Escritorio da FAO no Rio de Janeiro, Sr. Hugo Trivelli, Diretor do Comitê Interamericano de Desenvolvimento

Conclui na pág n 40

Dissertação Sôbre Problemas Cooperativos

Prof. LASZLO VALKO — Da Universidade do Estado de Washington, USA.

A convite do CNEC, o Prof. Laszlo Valko, pronunciou uma conferência sôbre tema de sua especialidade no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura, conforme notícia separada que divulgamos na presente edição. A tradução do inglês para o espanhol foi feita pelo Prof. Júlio Mejia, cabendo ao Sr. Valdiki Moura verter o presente resumo para o português.

É um prazer reunir-me convosco no decorrer desta visita de três semanas ao Brasil. Também é um prazer saudar pessoalmente, aos senhores Dr. Fábio Luz Filho e Dr. Valdiki Moura, cujos livros são bem conhecidos no exterior. Falarei informalmente. O tema de minha palestra refere-se aos trabalhos de investigação que estou realizando nos Estados Unidos, e por mais de dez anos, em particular, sôbre a legislação cooperativista em todo o mundo, trabalhos que serão traduzidos para o português, como já o tem sido par no castelhano.

É bem sabido que o maior progresso no Movimento Cooperativo tem-se verificado nos últimos vinte anos. A Cooperação pratica-se em tôdas as partes do mundo. Podem-se encontrar tipos diversos desta organização econômica nos cinco continentes, tanto nas nações com tradição, como nas que se encontram em via de desenvolvimento.

A Aliança Cooperativa Internacional é a organização representativa mundial, que conta, em seu seio, com 90 federações nacionais de 50 países que representam meio milhão de cooperativas. O número total deve ser o dôbro, pois a maioria das cooperativas agrícolas não pertence à Aliança. Devo informar que durante os últimos dez anos têm-se formado cooperativas *primárias* nos novos países que ganharam independência na Asia e África, com a ajuda técnica da Aliança Cooperativa Internacional, passando a ser membros dela.

No ano passado houve uma conferência cooperativista científica na Universidade de Marburg Lahn, na Alemanha. O tema principal foi a Cooperação fora da Europa. Foram apresentadas propostas selecionadas sôbre a Cooperação na Asia, na África e América Latina. Muitos de vós deveis saber que quase não houve representação da América Latina, pois de seiscentos representantes dirigentes, apenas dois eram da América, e dentre êstes um especialista da União Panamericana com sede em Washington o Dr. Fernando Chaves.

Depois da conferência pediram-me que dissesse como se poderia interpretar, teòricamente o desenvolvimento cooperativo fora da Europa. A princípio pus ênfase no tema da agenda que era o desenvolvimento da Cooperação na Asia, Africa e América Latina. Nossa intenção foi acentuar e considerar do ponto de vista teórico, a constituição básica e orgânica de suas cooperativas e os princípios e políticas seguidas em sua administração e atuação. Agora comprovo que não podemos pôr as cooperativas progressistas e desenvolvidas da América Latina junto com as *primárias* da Asia, tenho encontrado coopera e África. Neste continente tivas altamente desenvolvidas e técnicos de alto nível.

Estou dedicado à tarefa de codificar a legislação cooperativa de todo o mundo e esta é uma das razões porque tenho a oportunidade de visitar o Continente Sul Americano e aprender algo no Brasil. Por outro lado estou contente com que a Aliança Cooperativa Internacional tenha cumprido sua promessa de 1960 no Congresso Mundial da Suíça, no sentido de enviar um representante para visitar outros países. A visita foi realizada pelo Sr. Rafael Vicens, de Pôrto Rico, que teve êxito em sua viagem, pelo que considero que seu informe servirá para um maior intercâmbio cooperativista com o resto do mun

do. Sei também que haverá, em Bogotá, Colômbia, uma conferência interamericana de 6 a 11 de novembro próximo, sob os auspícios da Aliança.

Durante os últimos onze anos tenho dedicado todo meu tempo aos problemas da Cooperação, porque creio que o progresso do movimento cooperativo prático deve ser seguido pelo cooperativismo teórico. E é porisso um prazer para mim dizer vos que durante os recentes dez anos tem-se avançado na teoria cooperativa mais do que nos últimos setenta anos.

Existe em todos os povos o propósito de organizar cooperativas, mas se se deseja promover a Cooperação, creio que se deve definir, no terreno teórico, o importante papel dos princípios cooperativos. Se não temos um conceito claro da definição teórica, nossos esforços, na prática, serão estéreis. Porisso devemos esclarecer, definitivamente, onde começa e onde termina a cooperação, para distinguir as falsas cooperativas das verdadeiras.

A luta pela supremacia política econômica mundial tem dividido o mundo em dois sistemas. No político, a ideologia ocidental e a comunista. No aspecto econômico contrapõe-se o sistema capitalista ocidental ao comunista. É bem sabido que, por mais de trinta anos, foi proclamada a teoria de que existem dois grandes sistemas de economia. O sistema de economia capitalista, de acordo com a ordem econômica capitalista, e o outro é a ordem econômica socialista ou de contrôle estatal. Entre êstes dois sistemas se encontra o sistema cooperativo. Esta é a teoria "suéca", assim chamada porque na Cooperação é considerada como o meio têrmo entre os sistemas do Capitalismo e do Comunismo.

Esta teoria serviu para que os comunistas, a partir de 1917, considerassem a cooperativa como uma transição, uma escalada da teoria comunista d oentrôle econômico estatal, que deve ser impôsto também as cooperativas. De acôrdo com minha opinião pessoal, esta teoria está equivocada, e não tem sido confirmada, estando em contradição com sua formulação atual.

Hoje, em dia, em vez do sistema ou ordem econômica capitalista, chamamos a êste sistema o da ordem econômica da "propriedade privada", pelo qual cada um deve ter sua propriedade, ser proprietário de sua casa, de suas ferramentas, de sua terra. Isto é completamente distinto do outro sistema de economia estatal que rege nos países comunistas, e que está ligado a seu rígido sistema político. Então, onde está situado o sistema cooperativo? As cooperativas, como associações econômicas voluntárias, são uma parte do sistema de propriedade privada.

Nos Estados Unidos, por exemplo, dentro do sistema de propriedade privada, há quatro grupos de atividades: o primeiro é formado pelas emprêsas individuais; o segundo pelas emprêsas de duas ou mais pessoas que se associam; o terceiro pelas corporações e o quarto pelas cooperativas. De acôrdo com êste agrupamento, as cooperativas formam parte da economia do país.

No sistema ou ordem econômica estatal na Russia, (por exemplo), as cooperativas agrícolas se denominam kolkoses. Esta palavra, em russo, não quer dizer "cooperativas" mas "coletivas". São pois estas "coletivas" que os russos chamam "cooperativas" para suas relações exteriores. A propriedade da chamada cooperativa é coletiva e não há propriedade individual. Por conseguinte, devemos pensar que não existem cooperativas verdadeiras na Russia. Este é o fato mais importante dos nossos dias, e que nos obriga, por outro lado, a uma revisão dos princípios cooperativos, já que devemos definir as cooperativas autênticas dentro do sistema de economia da propriedade privada. Por esta razão, eu creio que é muito importante a educação cooperativa e distinguir esta do adestramento. A educação cooperativa é mais importante para o povo, para os associados das cooperativas, para seus empregados e diretores.

É porisso que estamos necessitando de promover a criação de instituições educativas e mtrês disinos níveis ou graus de educação cooperaiva. O primeiro seria a educação cooperavia geral para o povo. O segundo seria a educação cooperativa dos associados. E o terceiro seria de alto nível, e que se deveria dar nas universidades. Os técnicos do terceiro grupo, pertencentes às universidades, devem estudar a evolução do Movimento Cooperativo moderno, realizar trabalhos de alto nível e investigações.

Sinto muito que o tempo disponível seja curto para aproveitar a oportunidade para explicar todos os problemas educativos de hoje. Podemos dividí-los em dois grupos. O primeiro de preparação de técnicos que analisem os métodos, a política e as normas a seguir pela cooperativa. No segundo grupo os que analizariam a organização, a estrutura e a teoria dos princípios cooperativos.

Um dos problemas internos dentro dêste segundo campo é, por exemplo, o da revisão dos conhecidos princípios rochdaleanos. Há a tendência de se examinarem êsses princípios, para ser modificados ou eliminados, e também a de sustentar novas fórmulas ou planejamentos que são distintos dos aprovados pela Aliança Cooperativa Internacional em 1937.

Há muitas opiniões pessoais que têm características revisionistas. Pessoalmente creio que os princípios coo-

perativos são excelentes e não devem ser substituídos. Mas, desde o ano de 1937, o tempo e também as cooperativas tem evoluído desde a época em que se apresentaram os sete princípios dos Pioneiros de Rochdale. A Aliança classificou quatro dêles como primários e três como secundários. Esta classificação nos dá a impressão de que deve ser considerada sobretudo por causa das rápidas transformações sofridas nos últimos vinte e cinco anos.

Há muitos princípios secundários que agora devem ser considerados primários, em minha opinião pessoal. A tendência revisionista atual dos princípios primários, em minha opinião pessoal, deve-se a que devemos avançar de acôrdo com as necessidades econômicas. Dois princípios secundários, por exemplo, o da educação cooperativa, resulta primário para muitos países. O princípio número seis de "vendas à vista" deve suprimir-se. Muitas cooperativas de consumo, nos Estados Unidos por exemplo, não podem aplicar êste princípio, porque se as cooperativas vendessem a dinheiro, colocariam seus associados em situação de desvantagem em relação ao comércio privado que concede créditos.

Referindo-me aos quatro princípios primários, devo dizer também que devem ser analisados à luz dos progressos da economia. Este é o caso, por exemplo, do princípio da "porta aberta" que não está de acôrdo com a realidade. Certas cooperativas tem tido e tem que limitar o número de seus associados. Por exemplo, as de habitações. Aqui no Rio visitamos duas Cooperativas de consumo em que êste princípio é condicionado à qualificação de ser empregado de determinadas empresas. Mas, hoje, em dia deve ser mais importante a associação voluntária, porque teria de ser substituído o enunciado da "porta aberta" pelo da "entrada voluntária".

Mencionarei, brevemente, que muitos estudos teóricos nos últimos dez anos tem dado tôda importância à associação voluntária, e creio que esta é uma das principais características da organização cooperativa; que todos u em dela. Esta é a diferença da sociedade anônima. Se sou associado de uma cooperativa, devo usar seus serviços. Na sociedade anônima não é obrigatório, e pode-se ser acionista sem usar seus serviços. Para exemplificar, se compro ações da *General Motors* que produz carros Chevrolet, não é exigido que eu compre carro desta marca. Se desejar, poderei comprar um automóvel Ford. Mas, em uma cooperativa, devo inverter meu capital e usar seus serviços. Na maioria delas aceita-se a participação de uma porcentagem de não associados quanto à utilização dos serviços, e por isso verifico que o humano é o mais importante.

O princípio primário de "um homem, um voto, como forma de contrôle democrático, encontra também dificuldades de aplicação prática. As de consumo aplicam êste sistema de votação, embora no setor da cooperação agrícola dos Estados Unidos, os associados que utilizam os serviços tenham tratado o assunto diferentemente, levando em conta sua contribuição para o capital. A lei Capper-Volstead estabeleceu nos Estados Unidos um sistema combinado, segundo o qual para que as cooperativas sejam legalmente reconhecidas como tais, deverão cumprir o princípio de "um homem, um voto" ou o do "juro limitado ao capital".

Por tôdas estas considerações, creio que o Movimento Cooperativo Internacional tem feito grande progresso e por esta razão deve existir uma relação mais estreita entre os especialistas. É necessária a participação dos sul americanos nos congressos internacionais. Nos últimos congressos da Aliança dos quais tenho participado e no recente, da Alemanha quase não havia representantes da América do Sul, fato a que já me referi.

Penso que, depois da investigação que realizar a IV Conferência Científica Internacional sôbre Cooperativismo em Viena em 1963 deverão ser discutidos os problemas de expansão e também as teorias que sustentam os diversos especialistas. Estes são pois, alguns dos problemas da teoria cooperativa em que estamos trabalhando esperando levar para o meu país muitas idéias e novas experiências dêstes contátos e visitas a cooperativas da America do Sul.

Conclusão da pag n. 36

to Agrícola; deputado Josué de Castro, Vice-Presidente do Comitê Nacional da Campanha Mundial Contra a Fome, Sr Oswaldo Bastos de Menezes representante do Ministério da Agricultura junto a SUDENE; senhores Jefferson Rangel e Irineu Cabral, assessôres do Ministro, Senhores Wade Gregory e Castro Ferragut representantes respectivamente da OEA e do BID junto a CIDA; Sr Pompeu Accioly Borges, e técnicos Jacob Schatan e Solon Barraclough, da FAO

OS PREÇOS MÍNIMOS

Serviço do Registro de Produção

ADAMASTOR LIMA

A Vida Rural precisa ser devidamente organizada.

Alguma coisa nesse sentido, já possuimos. Para que tal organização seja atingida, esforços vêm sendo feitos.

Vale ressaltar que o Ministerio da Agricultura, como orgão federal incentivador, a aglutinação da Classe Rural consoante o (Decreto-lei n.º 8.127 de 1945 e o Serviço Social Rural (lei n.º 2.613, de 23 de Setembro de 1955) são, por assim dizer, as três pilastras em que a referida organização ha de assentar.

Que hoje referir-me, apenas, aos preços minimos de cereais e outros generos de produção nacional.

A Lei n.º 1.506, de 19 de Dezembro de 1951, está exigindo, ao meu ver, a creação de um Registro de Produção.

Ao envés de fazer consideração sobre essa medida, prefiro apresentar logo o texto do *Projeto de Decreto*, que julgo necessário.

Se o Govêrno e os interessados julgarem a providência útil, tela-ão, portanto, sob forma que facilita a compreensão dela e a verificação do seu alcance.

Eis o Projeto.:

Cria o Serviço do Registro de Produção, como um dos elementos mencionados no Art. 3.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 1.º — Os preços minimos de cereais e outros generos de produção nacional a que se refere a Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, em seu Art. 1.º, terão, entre os elementos esclarecedores do assunto, admitidos pelo Art. 3.º, o registro da produção da safra anterior, feito pelos interessados.

Parágrafo único — O registro criado por êste artigo realizar-se-á, conforme modêlo aprovado pela Comissão de Financiamento da Produção, em três vias, sendo a primeira destinada a essa Comissão, a segunda para ficar no organismo ao qual estiver afeto o serviço do Registro e a terceira, com as mesmas anotações constantes das outras, para ser devolvida ao declarante.

Art. 2.º — Poderá ser permitida, pela Comissão de Financiamento, a aquisição do produto (Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, Art. 1.º, letra a) em quantidades superiores as dêsse registro, sendo essa faculdade anotada na declaração, para govêrno do interessado.

Art. 3.º — A Comissão de Financiamento celebrará acôrdos com as Associações Rurais (Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945), que se mostrarem aptas para execução do registro (Art. 1.º) fixando as respectivas condições.

§ 1.º — Se a Associação Rural fôr declarada inidônea para o exercício da atribuição a que se refere êste artigo, só após renovação do mandato dos seus dirigentes, poderá voltar a ter a mesma atribuição.

§ 2.º — Os dirigentes mencionados, no parágrafo anterior, havidos como culpados, responderão civil e criminalmente pelos atos cometidos.

Art. 4.º — Este decreto entra em vigor quinze dias depois da sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1962

CRUZAMENTO POLLED-ANGUS X NELORE NO BRASIL

A Fazenda Experimental de Criação "Cinco Cruzes", sediada no Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, pertencente ao Instituto de Zootecnia, do Ministério da Agricultura, vem realizando, desde 1942, um trabalho de cruzamento entre o *Bos Taurus* e o *Bos Indicus*, visando à obtenção de animais mestiços, precoces e de bom rendimento de carcaça, através indivíduos possuidores de 5/8 de sangue Polled-Angus e 3/8 de sangue Nelore.

Foram cruzadas vacas Polled-Angus puras por cruza, adquiridas de criadores da região, com touros de raça Nelore, procedentes dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Presentemente, êsse trabalho vem sendo realizado com um rebanho de 1.136 cabeças, com variado grau de sangue, já tendo sido alcançado o mestiço 5/8 Polled-Angus e 3/8 Nelore, representado por um total de 293 animais.

A criação é feita a campo, recebendo os animais uma suplementação de sal e pó de osso.

As seguintes anotações são feitas: data do nascimento, filiação pêso ao nascer, pêso a desmama, pesagem individual cada 28 dias até a idade de 24 meses.

Um estudo comparativo entre o desenvolvimento ponderal dos mestiços 5/8 Polled-Angus 3/8 Nelore com animais da raça Polled-Angus, demonstrou uma nítida vantagem para os primeiros, atingindo 90,9 kg aos 21 meses de idade, conforme dados abaixo:

Procurando-se eliminar as condições adversas do inverno do sul do País, sôbre o desenvolvimento dos mestiços em questão, um lote dêsses animais foi colocado em pastagem artificial de inverno-primavera, tendo alcançado, aos 14 meses, o pêso médio de 308,1 kg, sendo que o de melhor desenvolvimento atingiu, naquela idade, o pêso de 350 kg.

Os resultados já conseguidos são bastante animadores e demonstram que os técnicos do Instituto de Zootecnia vêm, pelos estudos e pela pesquisa, contribuindo com resultados concretos e objetivos, na solução dos problemas da pecuária de corte em nosso país.

Raça	Pêso ao Nascer	Aos 3 meses	Aos 9 meses	Aos 15 meses	Aos 18 meses	Aos 21 meses
5/8 P. A. 3/8 Nel	24,7	104	202	236,8	266,9	278,6
P. Angus	13,4	84,4	146,5	194,4	192,9	187,7
DIFERENÇA	11,3	23,6	55,5	87,4	63,2	90,9

Pirarucu, peixe-boi e quelônios

Devido a práticas irracionais de pesca do Extremo Norte, está quase extinta a fauna ictiológica do Lago Alapuá, outrora famoso por suas miraculosas pescarias inclusive do pirarucu.

Outro produto fenomenal dos rios amazônicos, que, como o pirarucu, está ameaçado de extinção, é o peixe-boi, de dimensões enormes e pêso de mais de quinhentos quilos quase sempre pescado nas fases de procriação ou aleitamento dos "bezerros", como são denominadas as crias, sendo as fêmeas da espécie denominadas de "vacas".

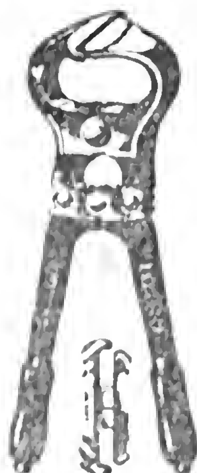
Medidas foram tomadas pelo Ministério da Agricultura, através da Divisão de Caça e Pesca, no sentido de impedir a pesca e colheita dos ovos dos grandes quelônios amazônicos como a tartaruga, a mussuan, o jabuti e outros, a fim de evitar o seu total desaparecimento nas praias e tabuleiros do Purús.

CHEGOU O NOVO MODELO

Torqueses BURDIZZO

DE FAMA MUNDIAL

POSSUI DETENTOR DO CORDÃO, SEGURA O CORDÃO TESTICULAR NO PONTO PRECISO PARA SUA RUPTURA OU ESMAGAMENTO, SEM CORTAR NEM FERIR A PELE DO ESCROTO... NÃO CAUSA LESÕES SUSCEPTÍVEIS DE INFECÇÃO



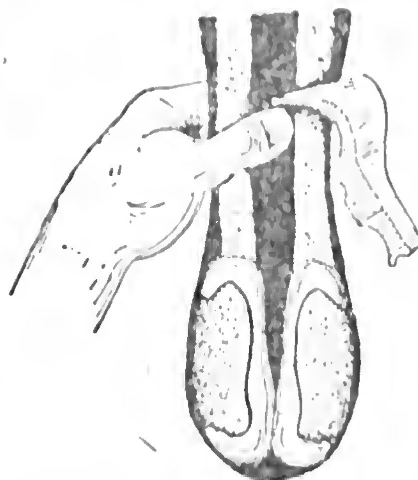
Cada torquês é acompanhada do LIVRO DA TÉCNICA PARA CASTRAR



Uma operação simples, segura e inofensiva. Qualquer fazendeiro com um ajudante, pode castrar seus animais.



Desenho mostrando como se separa e empurra, com o indicador e polegar da mão esquerda, o cordão direito para um lado, forçando-o contra a parede do escroto para isolá-lo, aplicando depois a torquês.



Desenho mostrando os cordões e os testículos, assim como a posição dos dedos e da torquês pronta para apertar

PARA MAIORES INFORMAÇÕES DIRIJA-SE AOS DISTRIBUIDORES

HERMAN JOSIAS S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rua dos Mercadores, 8 — RIO DE JANEIRO

A VENDA NAS BOAS CASAS DO RAMO

Fabricantes: N. BURDIZZO — Torino, Itália

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

CORTICEIRA DO CAMPO

A corticeira do campo compreende as seguintes espécies:

1 — *Aeschynosene filosa* M. — Planta anual de caule glabro ou glanduloso-escabroso na parte superior, até 130 cts. de altura, frouxamente ramoso; fôlhas pequenas, multijugas, as inferiores de 54-105 mm e foliolos pequenos, 10-20 jugos; estipulas estreitas, auriculadas na base, caducas; ramos superiores e rácimos filiformes, dispostos em panicula; pedúnculos de 54-80 mm, 3-6 flôres; flôres pequenas, glabras, vexilo com máculas escuras e cálice com lábio inferior semi trifico e o lábio superior curto bi-lobado; bráteas pequenas, estipuliformes, caducas, obtusas, glandulosasdentadas, reticuladas; fruto vagem filiforme, articulada, verrucosa quando adulta. Ocorre na Amazônia, Ceará, Bahia, Minas Gerais e Goiás.

2 — *A. sensitiva* Sw. (*A. fistulosa* Bello, *A. glaberrima* Poir.) Arbusto de caule um pouco lenhoso, erecto, até 4 ms. de altura e 30 cts. de diâmetro, muito ramificado, glabro ou esparsamente pubescente na página superior; fôlhas imparipinadas, de 2 10 cts. de comprimento, 5 10 jugas; estipulas membranosas, insignificantes, semi sagitadas, livres abaixo do ponto de inserção, ràpidamente decíduas; foliolos 10 20 pares, lineares ou linear-oblongos, obtusos na base, até 9 mm de comprimento e 2-3 mm de largura, obscuramente penados, nervuras salientes, glabros; flôres amarelas pálido com velas avermelhadas, dispostas 2-4 em rácimo muito frouxos; pedunculos axilares de 10-25 mm; frutos vagem estipitada, muito escura, recta ou pouco curva glabra ou quase glabra ou glandulosa-áspera, até 8 cts. de comprimento e 6 mm de largura, com as duas margens ligeiramente crenadas, 6 9 articuladas sendo os articulos quase quadrangulares. Fornece madeira leve, de tecido esponjoso, talvez ótima para papel; as fôlhas extremamente sensiveis, fechando-se ao menor contato. E planta forrageira apreciada pelos animais ,porém de pouco rendimento. Analisada de Campinas antes da florescência, encontrou.

Matéria úmida	7,61
Matéria sêca	27,0
Matéria azotada	1,91
Matéria graxa	6,85
Matéria fibrosa	27,83
Matéria mineral decompondo-se esta em:	
Óxido de potássio ..	30,68
Óxido de calcio ..	19,66
Acido silico e areia ..	2,45
No totau do	58,24
Agua na matéria úmida	71,84
Relação nutritiva ...... 1:1,3 a	1:28

Azoto na matéria sêca elevou se a 4 0325.

Vegeta em terreno alagadiço e pantanoso, mui as vezes boa parte do cau e enterrado, assim como a raiz, são corticentes e podem substituir a verdadeira cortiça.

Sinominias Cortiça do brejo, Paricá e Paricàzinho na Amazônia, Sensitiva em São Paulo. Ocorre em todo o Brasil No extrangeiro denomina se Yerba elenaga, o Yerba do rosário, em Cuba e Pôrto Rico.

— 319 —

CARÁ ASSU

Denominado cientificamente *Disocorea cinanomifolia H.* (*DISCOREA tereticusculu* Klotzsch., *Disocorea tuberosa*, Vell. *Rajania brasiliensis Griseb.*), da mesma familia. Trepadeira herbácea de caule brancacento, fino, estriado, partindo de um grande turbérculo; fôlhas pecioladas, alternas, ovalo -ancec oladas, acuminadas, raramente obtuso mucronadas, curto emarginadas na base, subcorriáceas, puntuadas, glabras, poucas vezes hispidas, até 15 cts. de comprimento e 4 cts. de largura, 5 nervadas; inflorescência masculina em rácimos densifloros, sésseis, mais curtos que as fôlhas (fascículos 2-8 flôres, flôres filiformes pedicelaladas, bracteas acuminadas); inflorescência feminina em rácimos alongados, simples, até 50 cts. de comprimento e com rachis pubescentes; fruta cápsula amarelada de 4 cts. de comprimento e 15 m/m de diâmetro, pouco vilosa ou glabra. — Esta espécie indigena não é cultivada; os tubérculos são muito grandes e aproveitados pelas populaçoes rurais para ralar e misturar com a farinha de mandioca, fazendo então bôlos mais ou menos saborosos. — Tem a variedade *Zanonia Uline* (*Discorea zanonia* Klotzsck), lâmina elíptica ou obovada, glauca e rácimus femininos compostos. — A espécie tipo ou a variedade, ocorre nos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

— 320 —

CARÁ BARBADO

Conhecido como *Discorea dodecumeneura* Vell (*Discorea dodecandra* Arab *Discorea hebantha* M., *Discorea septemnevis* Vell.), da mesma familia — Trepadeira de caule glabro, sulcado-anguloso, violáceo verde-variegado; fôlhas longo pecio-

ladas, glabras, cordiformes arredondadas ou orbiculares, de tamanho variável, sendo as inferiores, até 20 cts. de diâmetro, inteiras, membranosas, 9-12 nervadas, sendo as nervuras salientes na página inferior, flôres masculinas solitárias, pedicceladas, aproximadas, dispostas em racimos simples ou frouxamente compostas; flôres femininas fasciculadas, dispostas em espigas solitárias ou geminadas; fruto cápsula tranverso-elípticas ou oblongo, ligeiramente pubescente, de 2 cts de comprimento. — Fornecé tubérculos subterrâneos ovoide fusiformes revestidos de epiderme parda escura e contendo carne branca, sêca, saborosa e alimentar para o homem, dos quais emite raizes da grossura de pena de cisne e numerosas radiculas fibrosas finas como cabelo, as quais justificam o nome "barbado." Os tubérculos pesam de 200 a 1.500 grs. e são nutritivos. essecados, ao sol Peckolt encontrou nêles 68.48 de água 18,46 de amido, 3,18 de mucilagem, pectina, destrina etc., 2,71 de sais inorgânicos, 1,10 de substâncias albuminosa. 0.71 de matéria extrativa 0.49 de "caráginina", 0.35 de glicose, 0,20 de substância gordurosa. A raiz sêca contém 0,76 de azoto; presume-se que os aborigenas já a cultivavam antes do Descobrimento. — Tem na Bahia as variedades *maronensis* Uline e *vilosa* Knuth, a primeira de fôlhas pubescentes na página inferior e a segunda de fôlhas tomentoso-vilosas na mesma página. Ocorre nos Estados do Amazonas, Guanabara, Rio de Janeiro ate ao Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e provàvelmente em todo o Brasil

— 321 —

CARA CÔCO

Cientificamente denomina do Cara Côco *Dioscorea hastata* Vellt *Dioscorea Hassleriana* variedade *triloba* Chip *Dioscorea hastata*. Mill culas e as vêzes maculas cor de fogo, página inferior carmim-fogo.

5 — *Discorea prismatica* Lind e Andr. Caule volúvel, anguloso purpúreo violáceo; fôlhas grandes, pecioladas (peciolos intumecidos nas duas extremidades cilíndrico anguloso-canaliculados, como que alados) limbo orbicular, cordiforme, mucromado, com abertura profundíssima e auriculas ob e planta de caule glabro e fôlhas variáveis, pecioladas, as inferiore hastado-lobas e as superiores saltadocordiformes, até 16 cts de comprimeento, auriculadas na base 7 — nervadas, glabras na página superior e pilosas ou híspidas na inferior; flôres sésseis, solitarias, as masculinas dispostas

em espigas alongadas, simples ou pouco ramosas; fruto cápsula arredondada, glabra, aguda na base, de 15/25 m/m de diâmetro, sementes lenticulares de 3-4 m/m de diâmetro, circuladas por uma ala fina. — Produz tubérculo revestido de película amarelada, com o porte e a forma de um côco da Bahia provido de raízes fibrosas e finas; carne e brancacenta e de boa qualidade. É objeto de cultura. Ocorre em Mato Grosso a variedade "*mato-grossensis*" Uline, de fôlhas maiores e glabras nas duas páginas. A espécie tipo nos Estados da Guanabara, Minas Gerais e Rio de Janeiro. *Sinonímia* CARÁ BRANCO.

— 322 —

CARÁ DA TERRA

Cientìficamente denominado *Discorea poligonoides* Humb e Bonpl. (*Discorea alata* Bello, *Discorea caracasana* Kunth., *Discorea Kegeliana* Griseb. *Discorea lutea* Mey., *Discorea multiflora* Cook e Collins, *Discorea pip rijolia* Hort.), da mesma família Trepadeira herbácea inteiramente glabra, caules dextrorsos, subangulosos, estriados; fôlhas alternas, pecioladas, inteiramente cordiformes ou ovadas, acuminadas, cuspidadas, membranosas até 15 cts. de comprimento e 12 cts. de largura, 7 nervadas, (nervuras salientes), lobos basilares arredondados, linhas pelúcidas com pontuações visíveis à transparência, inflorescência masculina interrupta, ramificada, geralmente aos pares, uma de 10-20 cts. de comprimento e com 4 ramos divergentes e a outra muito mais comprida, até 50 cts. produzindo 8-10 espigas secundárias, sendo que as inferiores tem na base uma pequena fôlha, flôres sésseis, reunidas em glomérulos de 3-5 distancia dos uns dos outros, 3 estames férteis e com filamentos rescência feminina em racimos simples, bracteas linea a outra muito mais diver res, lanceoladas, 3 estames férteis e perfeitos e 3 estereis; fruto cápsula eliptica, glabra, até 25 m/m de comprimento e pouco menos do diâmetro; sementes circuladas por ela. Ocorre em Mato Grosso e provavelmente em todo o Brasil meridional. *Sinonímia externa*: — Guinda, Ilenna, Mata galina Name, de água e Name galina nas Antilhas hespanholas

— 323 —

CARÁ DE CABOCLO

Conhecido cientìficamente como *Bomarea salsilloides* (Roem.), (*Alstroemeria edulis* Gardn., *A. salsilloides* M., *B. edulis* Herb variedade *grandis* Knuth, da família Amaryllidaceas. — Trepadeira de caule anguloso e glabro; fôlhas pecioladas, lanceoladas, acuminadas no ápice, um pouco falcadas, curto-atenuadas em peciolo na base, inteiras, 5-7 nervadas, verdes na pagina superior e glaucas, saliente-nervadas na inferior; inflorescência umbeliforme, 1-2-flora, flôres amareladas com máculas purpúreas, dispostas em umbelas, fruto, capsula globoso deprimida. — A raiz consiste num tubérculo pequeno, do tamanho de uma uva, reputado diurético e diaforético. Reduzido a cinzas fornecia a alguns aborigenes o sal de cozinha. Tem as variedades *pauciflorum*, *pubescens* e *septum* (A. septum Schott.) Ocorre do Pará ao Rio de Janeiro. *Sinonímia* Jaranganhu, em Minas Gerais.

— 324 —

CARÁ DE JARDIM

Este nome abrange as seguintes variedades *Discorea multicolor Lind e Andr.*, Discoreaceas, tôdas belíssimas

1 — *Discorea chrysophylla* Lind. e Andr. — Caules e peciolos um puoco angulosos, fôlhas ovado-hastadas, agudas, com aurícolas obtusas e largas, agudíssimamente sinuadas; página superior do limbo castanho escuro dourado ondeante e luzidio realçado por manchas acinzentadas e tendo ao centro uma figura longitudinal amarelo-pálido. O conjunto é revestido de uma cor de ouro tranparente sôbre outra cór sêca como a que decorrre dos séculos. Lembra uma pintura de Tiziano.

2 — *Discorea eldorado* Lind e Amar. Caule Hagilíss.mo purpúreo ou cór de salmão bem como os peciolos, que são alados e intumescentes nas duas extremidades; fôlhas ovadas, agudas, acuminadas, com aberturas estreitas auriculas médias arredondadas; fundo verde-escuro quase preto com largas máculas prateadas passando ao dourado ou verde-amarelo escuro destacado por linhas mais intensas sôbre as nervuras transversais; nervuras primárias e secundárias prateado assetinados circundados por zona da mesma tonalidade e com puntuações verde escuras ou douradas ou côr de carmim. Às vêzes ainda o limbo sôbre o fundo dourado, apresenta máculas verde-esparsas; página inferior quase sempre vermelho vinhoso muito pálido e com transparência branca.

3 — *Discorea melanoleuca* Lind e Andr. Caules frágeis angulosos levemente côr salmon; fôlhas grandes, largo ovado cordiformes, bruscamente acuminadas em longa ponta, abertura estreita, aurículas curto arredondadas fundo verde escuro uniforme sôbre o qual se destacam uma larga banda e grandes máculas brancas, às vêzes fundo verde púrpureo com lista central branco-amarelada ou verde esmeralda; página inferior violáceo escuro. Segundo os autores, branca é uma variedade distinta e impenente a qual relembra

algum as espécies de *Dieffenbachia*.

4 — *Discorea metálica* Lind e And.. Caules frágeis, cilíndricos-anguloso; peciolo côr de salmão, intumescendo nas duas extremidades; limbo ovado-cordiforme-acuminado e com largas aurículas aproximadas, abertura estreitíssima, margens onduladas, como que franjadas; nervuras principais 7-9, imersas, confluentes; côr de fundo verde-cobre assetinado, brilho metálico, nervuras purpúrea: lista central longitudinal, barbelada, côr de rosa pálido ou salmão claro com pequenas máculas do mesmo tom próximo das auritusas, superfície bulescente entre as nervuras, sendo as primárias curvalíneas, concêntricas e confluentes no ápice e ligadas às tranversais; página superior de côr variável desde verde esmeralda até verde assetinado escuro ou purpúreo, sempre cambiante, nervuras purpúrea prateadas ou brancas, segundo a idade das fôlhas e com zona média desigual, longitudinal, prateada, as vêzes acompanhada de máculas violáceas; página inferior as nervuras violetea-escuro bulescente, cóncava entre as nervuras violeta escuro vivo.

6. — *Dioscorea sagittaria* Lind. e Andr., Caules verdes e mais ou menos cilíndricos; pecíolos verdes, intumescidos nas duas extremidades; limbo longo ovado-acuminado, hastado sagitado, ondulado e com elevações irregulares da epiderme em forma de bolinhas; fundo verde ou branco-esverdeado e prateado, margens e nervuras longitudinais e transversais verde-esmeralda, abertura aguda, aurículas compridas, arondadas, irregulares, obtusas ou angulosas na extremidade — Estas variedades foram encontradas na Amazônia, em 1868, nas margens do Rio Negro e logo introduzidas na Europa, onde as receberam com grande entusiasmo e admiração, porque receberam-n'as como planta de futuro hortícola. E quase fora de dúvida que *Dioscorea multicolor* Lind. e Andr e tôdas as suas variedades são apenas variedades de *Dioscorea amarantoides* Prest., espécie originária do Peru e talvez não existente no Brasil, da qual tem-se: — *crumenigera* Uline (*Dioscorea apaensis* Chod e Hassl., *Dioscorea crumenigera* M., 2) *denudata*, Uline., 3) *glauca* Uline., 4) *paniculata* Knuth., 5) *Ulei* Knuth

— 325 —

CARA DE PEDRA

É da mesma família o CARA DE PEDRA *DIOSCOREA SILVESTRIS* Vell., Trepadeira alta, caules de 3 m/m de espessura; fôlhas alternas, grosso pecioladas, distanciadas de 6-8 cts, até 13 cts. de comprimento e 55 m/m de largura com lâmina has



Cumaru verdadeiro, Coumarouna odorata Aublet (Extraído do 2º volume do Dicionário das Plantas Úteis do Brasil)

lada, deltoidea, profundamente lobada e com lobos divergentes, oblongos, agudos no ápice, 7 — nervados saliente reticulado nervadas na página inferior, racimos frutífero femininos de 20 cts de comprimento e com 10 15 capsulas cada uma de 3 cts. de comprimento e 2 cts de diâmetro, estipitadas. — Esta planta goza a reputação como anti asmática e de efeito benéfico em tôdas as afecções nervosas, bem como na coqueluche, na homeopatia obteve bons resultados

Vegeta de preferência em terrenos ácidos, mesmo pedregosos. Kouth, especialista em dioscoreas, considera a duvidosa, tendo a como *Dioscorea amarantoidea* ou especie afim

326

CORUPIA

Conhecida pela classificação cientifica *Celtis glycicarpa* M. (*Momisia tarijensis* Wedd), da familia das Ulmaceas É árvore de porte regular, até 6 mts de altura e 30 cts de diâmetro, armada de espinhos curvos; casca fina, cinzenta avermelhada, muito escamosa, ramos compridos, como que sarmentosos, parecendo cipós, folhas alternas, ovadas ou elipticas, oblongas acuminadas até 10 cts. de comprimento e 3 cts de largura, inteiras ou serradas pelas na parte superior, 3 — nervadas; flores apetalas, esverdeadas dispostas em cimeiras axilares esverdeadas ou branco amareladas; fruto drupa amarela Fornece madeira amarelo e verdeada bastante compacta, macia, leve de durabilidade de limitada embora própria para construção civil obras internas e para lenha, fruto, embora pouco saboroso, e comestivel, procurado pelas crianças Ocorre no Estado do Rio de Janeiro ao Parana e Minas Gerais *Sinonimia* Espera de galo, Fruta de galo, Guruplá, Joá grande, Tal trepadora, na República Argentina

327

CUMARU VERDADEIRO

Alem de outras especies de CUMARU (Cumaru de rato, Cumaru do Ceará) o o CUMARU VERDADEIRO — *Coumaroana odorata* Aublet (*Barma Tongo* Guarner, *Diptery odorata* Wild) , e planta leguminosa papilionácea. Arvore grande, elegante, ate 32 metros de altura e 60 cm de diâmetro, às vezes 1 metro mais ou menos; casca avermelhada ou amarelo — acinzentada pouco espessa com epiderme quebradiça e que se desprende facilmente, folhas grandes alternas, alado peciolada, imparipinadas, compostas de 6-8 foliolos alternos, curto peciolados com apendice ciato, linear depois do último par, sendo os foliolos oblongos ou ovados, arredondado- obliquo-obtusos na base e curto obtusoacuminados no apee, até 20 cm de comprimento e 8 cm de largura ou pouco mais, coriaceos, rigidos luzidios finamente reticulado nervados glabros nas duas páginas, estipulas muito caducas; flores vermelhas, de 15 mm, muito aromaticas, dispostas em paniculas ferrugineo-pubescentes, tendo as sépalas coriáceas, denso ferrugineo tomentosas, pétalas róseo lilacinas e estandarte brancacento, ovario glabro, alongado, fruto vazem drupácea, ovoide ou oblonga, pubescente, 5-7 cm

verde amarelada quando madura, fibrosa e esponjosa envolvendo uma semente dura, lisa, de 25-40 mm, roxo escura, achatad. -oblonga. Fornece magnífica madeira de lei ("bois de coumarouna"? dos franceses; kumara dos inglêses), de coloracao variável conforme o solo de onde procede, mais geralmente de alburno com velas ou listras vermelhas, ondeadas belíssimas, tecido compacto, grão irregular muito rija e dura recebendo bem o verniz, própria para construção naval, obras expostas às intempéries, canoas, carroceria em geral, vagões, rodas de carro, qualquer peça resistente, obras de marcenaria de luxo, bengalas etc peso específico 1 150/1200 resistência no esmagamento sem determinação da posição de carga, 385 quilogramas por centímetros quadrado. O fruto desta árvore, embora indeiscente, separa se facilmente no sentido longitudinal, em duas partes iguais, desde que exposto ao sol; a semente que encerra é a famosa "fava de cumaru", "fava de Tanka", "fava de Tonquim" conhecida no comercio onde foi muito procurada até o século XIX depois foi decrescendo ponto que ainda persista. Os aborígenas das Caraíbas aproveitam as sementes para colares e braceletes. É reputada como antiespasmodica diaforética e cardíaca sendo que alguns também as consideram emenagogas. Tais virtudes medicinais resultam da "cumarina". A cumarina é cristalizavel em prismas acinaciformes de sabor acre a princípio e depois agradável, solúvel em água, fervente ponto a 60°, distilando entre 290° e 291°. Efetivamente o extrato é veneno moderador e retardador da respiração e dos movimentos cardíaco. Óleo do cumaru (25 por cento) serve para aromatizar os cabelos. A espécie é de rápido desenvolvimento relativamente. *Sinonimia*: Cumaru amarelo, Cumaru de Amazônia, Cumaruzeiro, Kumbaru Mulrupé. *Sinonimia extrangeira*: Cumaru, na Guiana Inglêsa; Faux gaïac e Gaïac na Guiana francesa; Sarrapia na Colombia e na Venezuela, tendo ainda na Venezuela o nome de Yape; Tonca bean tree na America do Norte.

É árvore que convem ser cultivada sobretudo a variedade produtora da legúmea "FAVA DE CUMARU".

OBSERVAÇÕES

Temos o proposito de, no proximo numero, alem de outros TEMAS E SUGESTOES publicarmos o que falta para completar a parte referente aos "CARAS": CARA SAPATEIRO, tambem conhecido por CARA FIGADO DE PERU, CARA DO AR, CARA DE RAMA etc., CARA DO CAMPO, CARA DO MATO, CARA DO PARA, CARA INHAME, CARA MIMOSO, CARA PRETO, CARA SILVESTRE.

Os TEMAS SUGESTOES (numeros 318 a 327) foram colhidos do naturalista doutor Pio Corrêa (DICIONARIO DAS PLANTAS UTEIS E DAS EXOTICAS CULTIVADAS).

ASSOCIATIVISMO RURAL

ASSOCIAÇAO RURAL DE LENÇOIS PAULISTA

Com mandato até 1964, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente: José Paulino da Silva

1.º *Vice-Presidente* — Murray Martins de Carvalho

2.º *Vice-Presidente* — Haroldo de Oliveira Lima

3.º *Vice-Presidente* — Lazaro Brigido Dutra

1.º *Secretário* — Flávio Paccola

2.º *Secretário* — Waldemar Pacifico de Oliveira

1.º *Tesoureiro* — José Hiran Garrido

2.º *Tesoureiro* — Vicente Moretto

Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil.

Por ocasião do VIII Conselho Brasileiro de Estudantes de Agronomia, realizado em Piracicaba, no Estado de São Paulo, foi eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes de Agronomia, o Sr. Otto Vergara Filho.

Associação Paulista de Avicultura

Com mandado de dois anos (1962-1963) foi eleito presidente da Associação Paulista de Avicultura, o Sr. Cyro Werneck de Souza e Silva.

Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro

É a seguinte a atual diretoria do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro:

Presidente — Luiz Santos Reis

1.º *Vice-Presidente* — Armando Coelho de Freitas

2.º *Vice-Presidente* — Newton de Castro Bellez

1.º *Secretário* — João Campos Júnior

2.º *Secretario* — Linnau Pantaleão

Tesoureiro — Marcos Valdetaro da Fonseca

Bibliotecário — José de Oliveira Coelho Passos

Federação das Associações Rurais do Estado do Espírito Santo

Foi reeleito presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Espírito Santo o ruralista Napoleão Fontenelle da Silveira

Associação Comercial, Industrial e Agro-Pecuária de Uberlândia

Em AssembléiaGeral Ordinária, realizada a 28 de dezembro, foi eleito o Sr Wilson Rodrigues da Silva, presidente da Associação Comercial Industrial e Agro-Pecuária de Uberlândia.

Federação das Associações Rurais do Território do Acre

Foi eleito para presidir a Federação das Associações Rurais do Território do Acre o ruralista Dr Carlos Alves das Neves

Novos presidente de Entidades Rurais

Foram eleitos presidentes de entidades rurais:

a) o Sr. Glauber Portela da Cooperativa Mista Agro-Industrial do Ceará

b) Ciro Bolivar de Araújo Moreira — Associação Rural de Rolândia. — Paraná

c) Lucas Monteiro Painhas Associação Rural de Itabirito — Minas Gerais

d) Eluzio P. de Carvalho — Associação Rural de Oriximina

e) Hélio Mello de Almeida — Clube de Engenharia

f) José Rezende Peres — Associação dos criadores de Guzerá do Brasil.

g) Otto Frederico Feurchtitte — Associação Rural de Tubarão

(Conclusão da pág. n. 23)

buições.

A nova vida do candidato à Reforma Agrária constitui um processo de readaptação, de preparo físico, (saúde) espiritual, cívico e profissional. Este preparo tem de lhe ser ministrado em uma "Fazenda-Escola" por um prazo variável de um a três anos, e tanto aplicável a jovens como a adultos com suas famílias.

A produtividade das terras brasileiras e a resultante produção aumentada e melhorada é uma questão inseparável do fator "homem". Só o "homem" poderá resolver os difíceis problemas da "sub-produtividade" brasileira, e sòmente o "homem preparado" poderá enfrentá-los com possibilidade de êxito e capacidade de resolver seus problemas inerentes.

A Fazenda Escola se baseia ganhando ao mesmo tempo, em "aprender trabalhando", experiência e lucros resultantes de sua própria produção.

Dizemos "Fazenda-Escola" porque "Fazenda" representa sua profissão, seu "ganha-pão", seu habitat, e "Escola" porque nela o rurícola encontrará assistência à sua saúde fìsicamente depauperada, à sua mente atribulada pelas vicissitudes inerentes à sua difícil, à sua inteligência inaproveitada.

A "Fazenda Escola" é uma conceituação moderna de preparo integral do nosso homem do campo, dentro da maior objetividade e simplicidade possível. Para o jovem é preparo para a vida prática, para o adulto é o ponto de partida para uma nova vida "Humanizada" na qual êle estará capacitado de se valer dos benefícios da Reforma Agrária, da Assistência técnica, do Fomento e Extensão Agrícolas, do Associativismo e do Cooperativismo, do Crédito Agrícola em suas diversas modalidades e formas e, assim, lidade de êxito as múltiplas enfrentar com melhor possibi- dificuldades que se antepõem à maior produtividade agro-pastoril brasileira, impedindo sua completa e necessária emancipação.

Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

NOVO DIRETOR

Por portaria de 2 de março último foi nomeado diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura há cêrca de 60 anos na Penha, o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da instituição.

De acôrdo com o Regulamento do estabelecimento, o Diretor da Escola, quando tirado dos quadros dirigentes da Sociedade — como é o caso — não vence qualquer remuneração.

Firmes as cotações do café

Em princípios de janeiro último a revista francêsa "MARCHES TROPICAUX DU MONDE", que se edita em Paris, sob a responsabilidade da "ARGUS INTERNACIONAL DE LA PRESSE", publicou interessante estudo sôbre o mercado cafeeiro no início de 1962 abordando as cotações, produção e consumo da rubiácea nos principais países. Quanto às cotações de café elas vêm se apresentando com firmeza em todos os mercados, em decorrência do sistema de estabilização de preços cuja tendência é funcionar bem.

Isto se evidencia através da publicação das estimativas da safra cafeeira, elaboradas pelo Departamento Americano de Agricultura, as quais nenhuma repercussão tiveram sôbre as cotações, que permaneceram firmes.

Na França, os negócios de café retornaram ao seu curso normal, depois da simples volta ao chamado "Preço Convencionado".

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSE RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA



A LAVOURA

ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

FUNDADA EM 1897

ANO LXV

MAIO - JUNHO, 1962

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo — LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável e Redator-Secretário
LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD

Redator Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

GENERAL JUSTO, 171
Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245
RIO DE JANEIRO

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel. 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE" C. P. 7257 —— SÃO PAULO ——

NOSSA CAPA

As grandes planícies na região centro-norte do Estado de Arkansas constituem hoje, vastas plantações de arroz, tão extensas e produtivas que se tornaram celeiro famoso em todo o país. Campos imensos, adrede preparados, são arrozais a perder de vista, culturas que recebem tratamento especial, desde a mecanização no plantio e na colheita, como a defesa constante que lhes é dada contra tôdas as formas de pragas.

Nas imensas pradarias de Arkansas têm sido desenvolvidas culturas de vários tipos de arroz, com grande êxito e proveito para o país. Na foto, um dos arrozais, quando ceifadeira especial funcionava no corte (Foto do IIS, especial para A LAVOURA)

SUMÁRIO

Pág.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpetuo — Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemerito — Dr. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente	— EDGARD TEIXEIRA LEITE
2.º Vice-Presidente	— KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente	—
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— JOSÉ ARISTOBULO DE CASTRO FILGUEIRAS
4.º Secretário	— GERALDO GOULART DA SILVEIRA
1.º Tesoureiro	— RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO
FLAVIO DA COSTA BRITTO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
JÚLIO CESAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA	OCUPANTE
1 — ENNES DE SOUZA	— VAGA
2 — MOURA BRASIL	— Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	— Geraldo Goulart da Silveira
4 — BARÃO DE CAPANEMA	— Kurt Repsold
5 — ANTONIO FIALHO	— Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLAU BELLO	— VAGA
7 — SYLVIO RANGEL	— Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEÃO	— Frederico Murtinho Braga
9 — LAURO MULLER	— Valentim F. Bouças
10 — MIGUEL CALMON	— Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	— Joaquim Bertino de M. Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	— Edgard Teixeira Leite
13 — SIMÕES LOPES	— Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	— Jayme Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	— Paulo Simões Lopes
16 — TRAJANO MEDEIROS	— VAGA
17 — PAULINO CAVALCANTI	— Luiz Guimarães Junior
18 — FERNANDO COSTA	— Iris Meinberg
19 — SERGIO DE CARVALHO	— Julio Cesar Covello
20 — GUSTAVO DUTRA	— Oswaldo Balarin
21 — JOSÉ TRINDADE	— Ignácio Tosta Filho
22 — IGNÁCIO TOSTA	— José Augusto B. de Medeiros
23 — JOSÉ SATURNINO	— Fábio Luz Filho
24 — JOSÉ BONIFÁCIO	— Mário Penteado de F. e Silva
25 — LUIZ DE QUEIROZ	— Francisco de Assis Iglésias
26 — CARLOS MOREIRA	— Alfredo L. de Ferreira Chaves
27 — ALBERTO SAMPAIO	— Honório Monteiro Filho
28 — NAVARRO DE ANDRADE	— José Carlos de Macedo Soares
29 — ALBERTO TORRES	— Rômulo Cavina
30 — SÁ FORTES	— Otto Frensel
31 — THEODORO PECKOLT	— Rômulo Joviano
32 — RICARDO DE CARVALHO	— Oswaldo Lazzarini Peckolt
33 — BARBOSA RODRIGUES	— José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA CAMPOS	— Sylvio Fróes de Abreu
35 — AMÉRICO BRAGA	— José Assis Ribeiro
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	— Moacyr Alves de Souza
37 — MELLO LEITÃO	— José Carlos Bello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	— Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	— VAGA
40 — GETÚLIO VARGAS	— Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente do seguintes Órgãos:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Conselho Consultivo do E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sansom; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicação dos Empréstimos Rurais** — (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Interamericano de Comércio e Produção** — Dr. Edgard Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Mnistério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Alberto Ravache; **Conselho do Merito Agrícola** — Luiz Simões Lopes, Suplente; Ben Hur Raposo; **Conselho Regional do S.S.R. da Guanabara** — Abel de Almeida; **Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara** — Juvenal da Silva Azevedo

CRISE DE ABASTECIMENTO

Está a Cidade-Estado da Guanabara vivendo dias cruciais com a escassês de gêneros de primeira necessidade, básicos para a alimentação, como o feijão, o açucar, o arroz, para não falar no leite, que só com muita dificuldade pode ser adquirido.

Trata-se de crise de produção? Ao que nos consta, e os jornais divulgam, todos esses gêneros existem em abundância nos seus centros tradicionais de origem.

Então, a razão da escassês no mercado é de outra natureza, e não será difícil desde logo atinar com ela a falsa política de preços que se quer impor, mesmo que para tanto seja preciso usar da fôrça.

Tabela a **Cofap** esses gêneros a preços que não cobrem o custo de produção, nem as despesas de comercialização.

Contradizem-se os órgãos oficiais nesse terreno. O departamento federal que, por lei, deveria agir dentro de um terreno mais amplo, como o seu próprio nome está a indicar, atem-se apenas ao prêço, olvidando o **abastecimento,** que compreende uma série de estudos e providências, a que não tem dado a devida atenção, daí resultando que o IRGA e o IAA se põem contra a **Cofap,** numa demonstração de desordem econômica que muito depõe contra a capacidade dos dirigentes daquele organismo.

O povo fica sem saber de que lado está a razão: o produtor se retrai ante a ameaça dos preços que não lhe pagam o trabalho; o consumidor fica sem o que comer, de tudo isto se aproveitando especuladores — que os há — e a politiquice e agitadores, uma e outros sabendo bem o que querem, mas com certeza resultando para o país pelo menos a instabilidade social em que estamos envolvidos.

Como poderá o produtor de arroz vender o cereal a um prêço que o próprio Banco do Brasil desmente, ao financiar o produto por mais dinheiro?

Não vêem os responsáveis pela situação que o custo de um produto decorre do que foi gasto pelos agentes da produção até a sua chegada ao consumidor?

Esse custo, que ontem era X, sofreu as alterações impostas pelo aumento do prêço da mão de obra, do combustível, do adubo, da semente, do transporte e até da desvalorização galopante do cruzeiro, que também atinge ao produtor, como qualquer um obrigado a se vestir, a comer, a educar os filhos, etc.

A economia não pode ser unilateral. Ela tem de ser vista na sua íntegra, considerados todos os fatores que a compõem. Tem sido a **Cofap** a responsável por essa política parcial que, longe de atender ao povo — e o agricultor é a maior parte do povo brasileiro — o desserve, pois com o desistímulo à produção, rareia o produto, e aí funciona a regra elementar e inapelável, da oferta e da procura.

Atentem bem os responsáveis pelo abastecimento da nossa crescente população: a falta de gêneros básicos à alimentação do povo pode servir momentâneamente aos objetivos da baixa política, mas traz em seu bôjo consequências que serão trágicas se o método persistir, com todo o seu cortejo de agitações que só atendem ao interêsse de minorias atentas à menor falha dos responsáveis, para delas tirarem os seus condenáveis proveitos e levaram a Nação ao cáos.

O Serviço Social Rural e suas atividades em 1957-1961

Criado que foi o Serviço Social Rural, a "Autarquia do homem do campo", para levar ao lavrador a assistência educacional, visando a melhoria de sua condição de vida no meio em que atua, tem o Serviço propugnado no sentido de valorizá-lo, torná-lo eficiente e fixá-lo ao solo.

Desde o início de seus trabalhos o SSR vem desempenhando as suas funções, numa ordem sempre crescente, sendo grande os resultados que as zonas beneficiadas tem apresentado.

Segundo os recentes dados estatisticos fornecidos pelo Serviço de Estatística do SSR, vem esta Autarquia atuando eficientemente em tôdas as partes federativas da União.

DADOS CONCRETOS

Durante o período de 1957-1961, o SSR atuou por meio de convênios com entidades públicas e privadas, cujos trabalhos já prestados à coletividade as credenciaram para tal fim, abrangendo a dinamização dos setores mais vulneráveis dentro da área prèviamente determinadas.

Damos abaixo os resultados levados a efeito durante o período mencionado:

NATUREZA	CONVÊNIOS	Cr$
Associativismo	15	81.037.400,00
Contrato de Pessoal	31	75.161.126,00
Desenvolvimento de Comunidades	62	86.237.000,00
Divulgação	7	7.790.000,00
Extensão Rural	7	38.200.000,00
Formação Pessoal-Educação	56	124.989.800,00
Pesquisas	7	19.898.000,00
Serviços Assistenciais	32	65.490.486,00
	217	498.803.812,00

PLANO DE TRABALHO PARA 1962

Dinâmica tem sido a orientação dada à Autarquia pelo seu presidente, Dr. Oswaldo de Souza Martins, que tem imprimido rapidez ao SSR, tornando-o um órgão objetivo e realmente presente ao meio agrário do País.

Assim, o Plano de Trabalho para 1962, de acôrdo com a planificação de seus técnicos, pode ser tido como arrojado no que tange à educação, quer pela difusão das Escolas Radiofônicas, Escolas de Economia Rural Doméstica, como no treinamento para Socorristas Rurais, Desenvolvimento de Comunidades, Extensão Rural, Cooperativismo e bem assim na arregimentação de trabalhadores rurais em associações, etc.

Não resta, portanto, a menor dúvida de que o Serviço Social Rural atravessa nova fase, desincumbindo-se de suas tarefas e responsabilidades perante a Nação.

REMINICÊNCIAS

MAL ANTIGO

LUIZ MARQUES POLIANO

A comercialização dos produtos agrícolas, sobretudo os destinados à alimentação, constituiu sempre um problema. A produção, que deveria ser mais difícil, é atividade mais fácil em relação à colocação, pelo agricultor, dos gêneros no mercado distribuidor. E isto se explica pela organização que, de longa data, fêz dêsse comércio uma verdadeira ditadura de preços entre o produtor e o consumidor, prejudicando sempre a ambos em benefício do intermediário.

Que o mal é antigo nesta Cidade — hoje mais agravado do que ontem, da-nos curioso exemplo uma carta do Dr. Germano Vert (14 de março de 1899!) à S.N.A. e da qual retiramos alguns trechos:

"O nosso distinto e ilustrado consócio, o Sr. Dr. João Pinheiro, a conselho nosso, plantou alguns terrenos de batata inglêsa, colhendo uns 15 mil quilos ou mais. Essas batatas, elegantemente acondicionadas em jacás, foram por êle remetidas, como amostras, ao seu correspondente nesta Cidade, que tratou de vendê-las. Depois de muita e muita procura, convenceu-se de que havia no comércio da praça, um verdadeiro convênio a respeito, de tal modo foram unânimes as ofertas".

E continúa o Dr. Vert a descrever a odisséa dos tubérculos produzidos pelo futuro Presidente do Estado de Minas Gerais:

"As condições feitas, as mais vantajosas, aliás estabeleciam 160 réis o quilo, posto o produto no armazém, com o direito de abrir os jacás para rejeitar os tuberculos que não conviessem. O Dr. João Pinheiro mandou entregar os 30 jacás, mas declarou desde logo que renunciava à essa atividade".

Vejamos a conta de venda então apurada: o frete custou 30$000; o intermediário cobrou 5%, restando para o produtor 100 réis por quilo, aí incluidos os jacás. Prossegue o missivista:

"As batatas forrageiras, que recebemos aqui como de mesa, greladas e, portanto, nocivas à saúde, e de péssima qualidade, custam, no pôrto de embarque, 10 cêntimos, dá 140 réis o quilo, independente de fretes e direitos. Se quisermos verificar e explicar, pelo prêço de venda, a depreciação do nosso produto, acharemos uma prova contraproducente. A mesma Casa que pagou, **por ser gênero nacional**, os 30 quilos de batatas a 4$800, e que vende, por atacado, as batatas de Le Bigot a 17$500 por 60 quilos, pediu-me 18$000 pelos mesmos 60 quilos das nossas batatas em jacás, ou 9$000 pelos 30, por ser **gênero superior**".

"Será — continua — honesto o comércio que ganha assim 90%, só pela comissão do primeiro intermediário?"

E termina: "Entre os 100 réis que recebe o lavrador e os 400 réis que paga o consumidor, a diferença é demasiada, tanto mais que dêsses 300% a mais, apenas os 50 réis de frete, aliás exageradíssimo podem ser considerados como ùtilmente empregados para a nossa fortuna pública."

Como se vê, a Rua Acre já funcionava, então, com a mesma eficiência de hoje. Só que, antes, não havia o aperfeiçoamento das filas, de recente inovação.

ASSOCIATIVISMO RURAL

ASSOCIAÇÃO RURAL DO RIO NOVO

É a seguinte a atual diretoria da Associação Rural do Rio Nôvo, no Estado de Minas Gerais

DIRETORIA

Presidente. — Farmacêutico Mário Dias Ladeira
Vice-Presidente: — Dr. Cristovâm Dias
2.º Vice Presidente: — Dr. Mário Hugo Ladeira
1.º Secretário — Lauro Ribeiro Pereira
2.º Secretário: — José Aragão Ferreira
1.º Tesoureiro: — Sebastião Villar Gomide
2.º Tesoureiro — Nilo Ribeiro de Paiva

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Francisco Borges Filho — Hildo Ribeiro de Paiva — Dr. Silviano Olympio de Araújo Luiz Antonio Frederico e Antonio Thomaz Pereira Junior
Suplentes — Jair de Gouvêa Lobato — Albino José Casali — José Severino de Miranda — Alvaro Cristóvão Dias e José Ribeiro Aragão.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE CONCEIÇÃO

É a seguinte a diretoria da Associação Rural de Conceição, Estado da Paraíba, cujo mandato termina em 30-12-1963

DIRETORIA

Presidente — João Luiz Neto
Vice-Presidente: — José Ferreira Furtado
1.º Secretário: — José Alves de Souza
2.º Secretário: — Paulino de Oliveira Braga
1.º Tesoureiro: — Vital de Oliveira Braga
2.º Tesoureiro: — João Batista Ferreira

COMISSÃO FISCAL

Efetivos — Francisco de Oliveira Braga, — Pedro Vieira Neto e Nicolau Ramalho Leite
Suplentes — Antonio Raimundo de Lima — Lino Mangueira de Figueiredo e Nicolau Ramalho de Sá

ASSOCIAÇÃO RURAL DE ESPERANÇA

É o seguinte a atual diretoria da Associação Rural de Esperança, do Estado da Paraíba

DIRETORIA

Presidente. — Sebastião Ataide Neto (reeleito)
Vice-Presidenet — Antonio Nogueira dos Santos
1.º Secretário: — Dr. Mário Costa
2.º Secrtário — Dr. João de Deus de Mello
1.º Tesoureiro: — Joaquim Pereira da Silva
2.º Tesoureiro: — Ascendino Portela de Melo

COMISSÃO FISCAL

Efetivos: — Cicero Manoel dos Santos — Antonio Ferreira de Melo e Aluisio Lino da Costa
Suplentes: — Joaquim Alexandre Mauricio — Pedro Calor Batista e Antonio Nicolau da Costa.

ASSOCIAÇÃO RURAL DA PRATA

Ate 15-1-1963 é a seguinte a diretoria que dirige os destinos da Associação Rural da Prata, Estado de Minas Gerais

DIRETORIA

Presidente — Manoel Carlos da Silva
Vice-Presidente — José de Gouveia Vilela
1.º Secretário: — Cid Pádua Vilela
2.º Secretário: — Hermes Teoduro dos Reis
1.º Tesoureiro — Antonio Alves Vilela
2.º Tesoureiro — Genésio Rezende Pádua

COMISSÃO FISCAL

Efetivos — Elias Queiroz Vieira — Pedro Carvalho Bernardes e Jerônimo Junqueira Rezende
Suplentes — João Rezende Pádua — Sinibaldo Alve

O CLIMA E O CAFEEIRO

Adalberto Serra

No estudo que segue tentaremos determinar, com base nos dados climáticos, as zonas mais favoráveis à obtenção de cafés finos. Estes, como veremos, não podem ser conseguidos apenas mediante cuidados especiais, exigindo pelo contrário uma colaboração decisiva do meio ambiente.

A pesquisa ficou restrita às regiões produtoras de São Paulo, Minas, Espírito Santo e Estado do Rio, analisadas mediante o traçado de 48 mapas climáticos, sintetizados por fim em 24 cartas ecológicas, únicas que foram publicadas.

Comecemos pela influência da temperatura — Para a espécie "coffea arabica", cultivada no Brasil e que produz a melhor bebida, de gôsto característico, a "isoterma do mês mais quente" deve ser inferior a 25º, apresentando-se como ótimos os valores em torno a 23º (Mogiana); o sueste de S. Paulo já é frio (22º) e o E. do Rio muito quente (26º).

Tomamos assim, como limites ótimos (e) as temperaturas de 22 a 24º, sendo fria (F) a faixa inferior a 22º e quente (Q) a de 24º a 25º. Acima dêste valor não será aconselhável cultivar a rubiacea.

Nôvo limite ficará traçado pela frequência da geada, convindo aproveitar a isolinha de 10 dias por ano.

Como é público, grandes prejuízos o fenômeno tem acarretado ao Nordeste do Paraná, embora os lucros auferidos em anos mais quentes. Note-se que geadas leves pouco afetam as plantações, e que já explicamos em trabalho anterior (Previsão de Geada).

Determinadas as zonas mais propícias, vejamos a época de plantação. O cafeeiro é uma árvore de 3 a 4 metros de altura, que exige solo profundo, dadas suas longas raízes, melhor produzindo na famosa "terra roxa". Para bons resultados, deve o plantio ser feito de agôsto a outubro, quando a temperatura já se encontra em elevação, e as chuvas de verão começam a surgir.

Claro está que a melhor área para cultivo deverá ser escolhida pelo exame edafológico ou dos fatores micro-climáticos, ambos excluídos do presente estudo, baseado somente no conceito clássico e geral de Clima.

Este porém domina de tal forma, que mesmo terras cansadas, mas em zona adequada, poderão, se devidamente tratadas, dar melhor produção que zonas mais novas, como o Noroeste de S. Paulo, onde o forte calor logo acarreta a queda de rendimento. Camargo, por ex. recomenda intensificar o cultivo sobretudo nos vales do Paraíba e Paranapanema, para a devida obtenção de cafés finos.

Num estudo inédito Velasco estabeleceu 4 zonas cafeeiras principais, a saber:

A — Nordeste de S. Paulo, sul e centro de Minas, considerada a melhor região, com temperatura de 23º em fevereiro (café da Mogiana, zona velha).

B — Noroeste de S. Paulo e sul de M. Grosso — mais quente (25º em fevereiro) e de produto inferior (café da Noroeste), embora com maior rendimento devido à exploração mais recente.

As chuvas do inverno aí prejudicam a secagem e a colheita, enquanto o menor total pluviométrico do verão retarda a frutificação. Trata-se de uma área onde o sombreamento se impõe.

C — Sueste de S. Paulo, exceto o litoral, com temperatura menor (22º em janeiro), mas que as chuvas e o frio verificados na colheita tornam inferior à da Mogiana, embora superior à Noroeste, de tudo resultando geralmente a decadência do cafeeiro.

D — E. do Rio e Espírito Santo, onde o calor de verão e as chuvas do inverno estragam a produção, sempre de baixa qualidade, esta mais agravada pela secagem no pé, sob chuvas.

Como se depreende dos mapas por nós organizados, tal divisão é por demais geral, mas de qualquer modo, tôdas as zonas apresentam as mesmas épocas de desenvolvimento, a saber:

Floração — Setembro e outubro
Frutificação — Outubro a março
Maturação — Fevereiro a junho
Colheita — Maio a setembro.

Confirmando a imprecisão das 4 citadas, verifica-se que a região A abrange em Minas temperaturas de 21º a 25º, e em S. Paulo de 22º a 24º. A zona B compreende isotermas de 22º a 26º, e C de 21º a 24º. Por fim, D corresponde a valores 22º a 26º.

Passemos agora à delimitação das faixas mais convenientes às várias fases evolutivas, com base nas cartas climáticas prèviamente traçadas.

Floração — dada a forte necessidade de água antes e durante esta fase, serão mais beneficiadas as culturas de regiões com "maior precipitação" em setembro e outubro. Dêsse modo as isolinhas da "altura de chuva" e "número de dias chuvosos" nestes dois meses nos permitiram delinear a zona favorável à floração, dando-se como "boa" a de chuva superior a 200 mm, "regular" de 150 a 200 mm e "má" abaixo de 150 mm.

Quanto aos dias de chuva adotamos como boa a faixa acima de 20 dias em S. Paulo e Minas, ou 25 dias no E. do Rio; regular, de 15 a 20 dias nos primeiros Estados, e de 20 a 25 no último. Má a floração com menos de 15 ou 20 dias chuvosos, respectivamente.

6 — **Frutificação** — Os requisitos principais são ainda fortes chuvas de outubro a março, e temperatura baixa de 23º no mês mais quente.

Assim as cartas de precipitação total e número de dias chuvosos naquele período de 6 meses delimitação, pelos seus valores máximos, as zonas de melhor frutificação. Onde contudo a temperatura em janeiro ou fevereiro permanecer acima de 23º será aconselhável o sombreamento, de preferência pelo ingazeiro (faixa quente, Q dos mapas).

Como tal prática não é comum entre nós, convirá determinar as regiões de sombra natural pelo maior número de dias encobertos (outubro e março). Isto não foi feito nos mapas, por nos ter parecido mais conveniente estudar a temperatura já foi considerada, delimitamos como "boas" as regiões acima de 1000 mm ou de 90 dias chuvosos, regulares de 900-1000 mm ou de 80 a 90 dias, e más abaixo de 900 mm ou de 80 dias, tudo para a frutificação.

7 — **Maturação** — Nesta fase aparece a contradição citada por Camargo entre as condições climáticas favoráveis ao **cafeeiro** e as quase opostas que permitem a obtenção de cafés finos.

A rubiácea produz melhor com céu nublado, alta umidade e fraca insolação, os frutos amadurecendo sob chuvas constantes, como na Mogiana. Isto porque o Sol forte não permite a maturação lenta que conserva a "cereja" no galho pelo prazo conveniente de dois meses como ocorre no sombreamento. Tal maturação demorada irá permitir também uma colheita lenta.

Contudo, o ataque contínuo pela flora microbiana do fruto amadurecido em tais condições do "bom rendimento" a "catinga" própria daquela flora, resultando em cafés "duros", tipo Rio, colhidos sobretudo nos vales úmidos.

A pesquisa das faixas mais convenientes à produção "quantitativa" foi feita delimitando nos mapas do período fevereiro a junho a maior chuva, o maior número de dias encobertos (sombreamento natural), a menor insolação e mesmo o maior número de dias de orvalho, que não foi porém considerado. E isto porque sob forte insolação o fruto não atinge a forma de cereja, ficando em poucos dias sêco (côco ou bola).

Aparece agora, entretanto, a contradição já apontada, as zonas onde o clima favorece a produção, de cafés finos são justamente as mais hostis ao cafeeiro. Isto, porque os cafés moles serão obtidos em condições de pouca chuva e baixa umidade no período fevereiro a junho, como ocorre na Mogiana (o melhor produtor do Brasil). As fôlhas ficam amarelas, o fruto é miúdo, mas mole, pois não atacado pela flora microbiana local. Sendo porém tais regiões climáticas menos favoráveis ao cafeeiro, a cultura acaba por se tornar pouco rendosa, mau grado o maior preço obtido. Camargo recomenda sobretudo os espigões altos, ensolarados, de menor exposição ao calor, e contudo menor temperatura mínima (noites frias) como bons produtores de "mostor" ou "melado", café estritamente mole. Pelo contrário, espigões ventosos frios produzem cafés duros.

Nestas condições cumpre-nos acrescentar à determinação antes feita das melhores zonas de maturação nôvo estudo, baseado nos mapas de precipitação e umidade relativos ao período fevereiro a junho, das regiões que apresentam menores valores de ambos os elementos, consideradas favoráveis aos cafés finos. Segunda delimitação ainda será feita mediante os dados de maior insolação e menor temperatura mínima, esta aliás não considerada por acompanhar de parte as chuvas de nível, com menores valores nas serras.

Camargo acentua aliás que o clima, e não o solo, governa a qualidade, e que o sombreamento natural existe sobretudo nos vales encobertos do Paraíba e Paranapanema, como em Ourinhos.

Foram assim delimitadas as zonas favoráveis tanto à produção, como à qualidade, e que como vimos não coincidem. A melhor produção "quantitativa" foi estimada com chuva acima de 600 mm e número de dias chuvosos superior a 60 no E. do Rio, ou 50 nos demais Estados, igualmente com número de dias encobertos superior a 50 (porém 55 no E. do Rio). Tais dados correspondem à faixa de boa maturação.

A zona regular corresponderá à precipitação 500-600 mm e número de dias chuvosos ou encobertos 50-55 (E. do Rio), mas 40-50 nos demais Estados. A produção má corresponde à chuva 400-500 mm ou 40-50 dias chuvosos (E. do Rio) mas 30-40 nas outras regiões, e número de dias encobertos sendo idêntico.

Para a insolação tomamos como limite máximo da boa maturação 850 horas no E. do Rio e 900 horas em São Paulo e Minas. A faixa 900-1000 horas permite maturação regular, sendo considerada má a de insolação acima de 1000 horas.

Contudo, quanto à qualidade, a insolação deverá ser máxima, e dêsse modo os cafés moles correspondam a valores acima de 1050 horas em Minas e S. Paulo, e que não ocorrem no E. do Rio.

Quanto à chuva e umidade devem ser mínimas para produzir cafés finos, sendo pois de qualidade bem mole as faixas 400-500 mm de chuva, com umidade inferior a 75%, já mais duras de 75 a 78% e muito duras acima de 78%, tudo em Minas e S. Paulo, se a última faixa existindo aliás no E. do Rio.

7 — **Colheita** — Para esta operação, que se completará de maio a setembro determinamos como zonas boas as que apresentam naquele período os menores valores de umidade, temperatura, total de chuva e número de dias chuvosos. Isto porque uma excelente colheita será obtida com tempo frio e sêco, de escassas precipitações (Mogiana). Os frutos se apresentam pequenos mas pouco atacados pela flora microbiana, resultando em cafés moles, de bom cheiro. Já chuvas constantes e umidade elevada nesta época dão ao café a "catinga" Rio.

Se além disso alternarem dias claros e encobertos, os grãos se tornam pretos e ardidos, da colheita nada se aproveitando, pois fica tudo no chão. Tais zonas desfavoráveis são definidas pelo maior total conjunto de dias claros e encobertos de maio a setembro.

Os critérios escolhidos permitiram-nos assim delinear pela fusão de certas as regiões de colheita boa, regular e má, sendo desnecessário descer a detalhes.

Diz Velasco que as condições de colheita são em geral desfavoráveis no Noroeste de S. Paulo, dada a acentuada pluviosidade do inverno, que dificulta a secagem. O produto resulta assim pior que o da Mogiana, o mesmo ocorrendo com o colhido no oeste do Estado, na verdade mais frio, porém chuvoso.

No litoral do E. Santo também os aguaceiros do inverno molham o fruto no pé, resultando em cafés baixos.

A secagem no chão mesmo protegida contra a chuva, que não impede a umidade elevada, produz a catinga Rio, dos vales úmidos. Para isto contribui a derriça feita nas árvores, caindo os frutos secos ao chão, contràriamente à colheita lenta e manual que deveria ser executada, como ocorre na Colômbia.

Nos três grupos de mapas anexos delineamos claramente as zonas mais favoráveis nas quatro fases evolutivas, bem como as de cafés finos e baixos, de cultura boa ou confrontar tais resultados com os verificados na prática, e possìvelmente aproveitá-los na política do café.

TEMPERATURA
O - ÓTIMA
F - FRIA
Q - QUENTE

COLHEITA
MAIO A SET
B BOA
R REGULAR
M MA

FLORAÇÃO
SET. - OUT.
B - BOA
R - REGULAR
M - MA

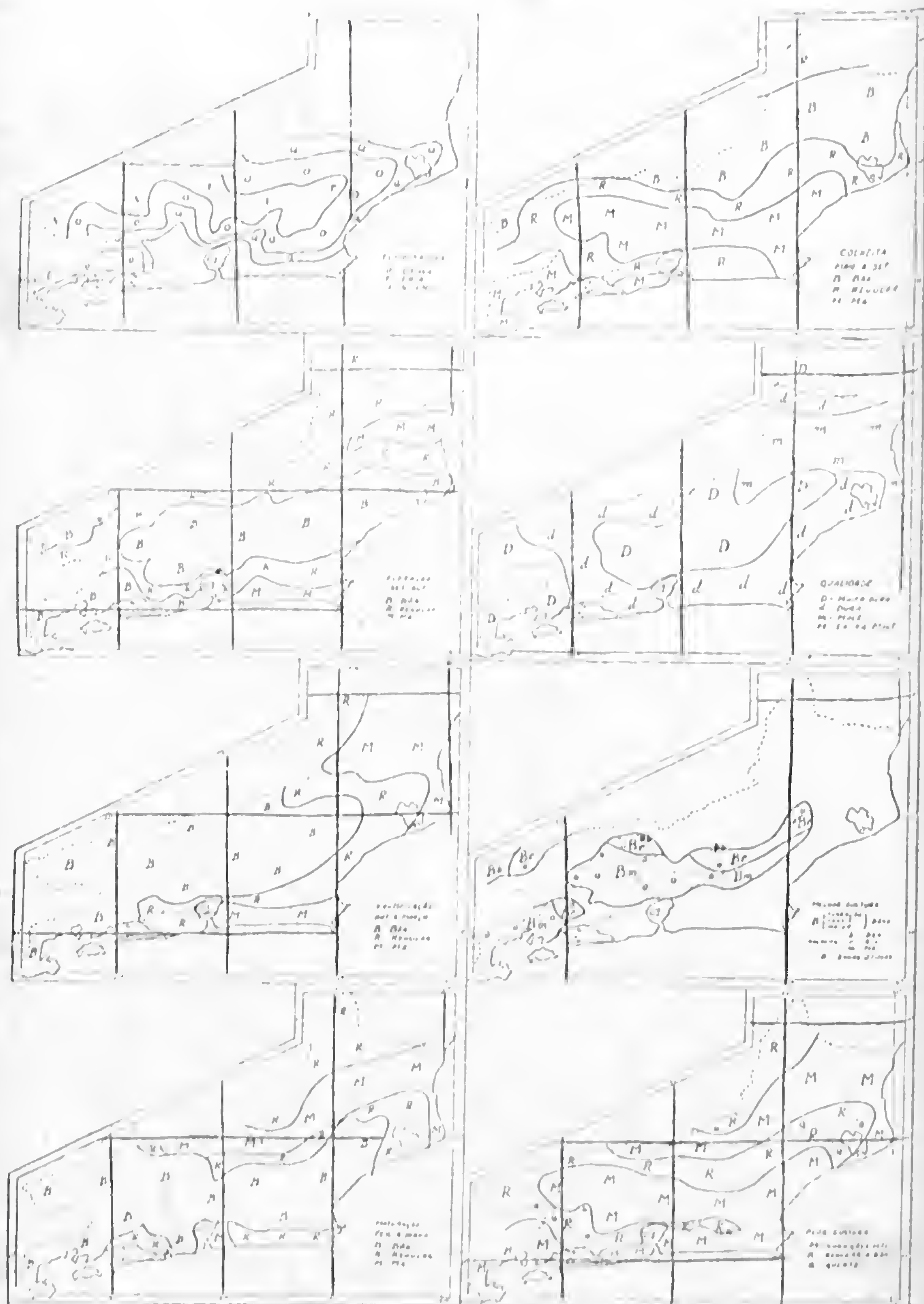
QUALIDADE
D - MUITO DURO
d - DURO
m - MOLE
M - EXTRA MOLE

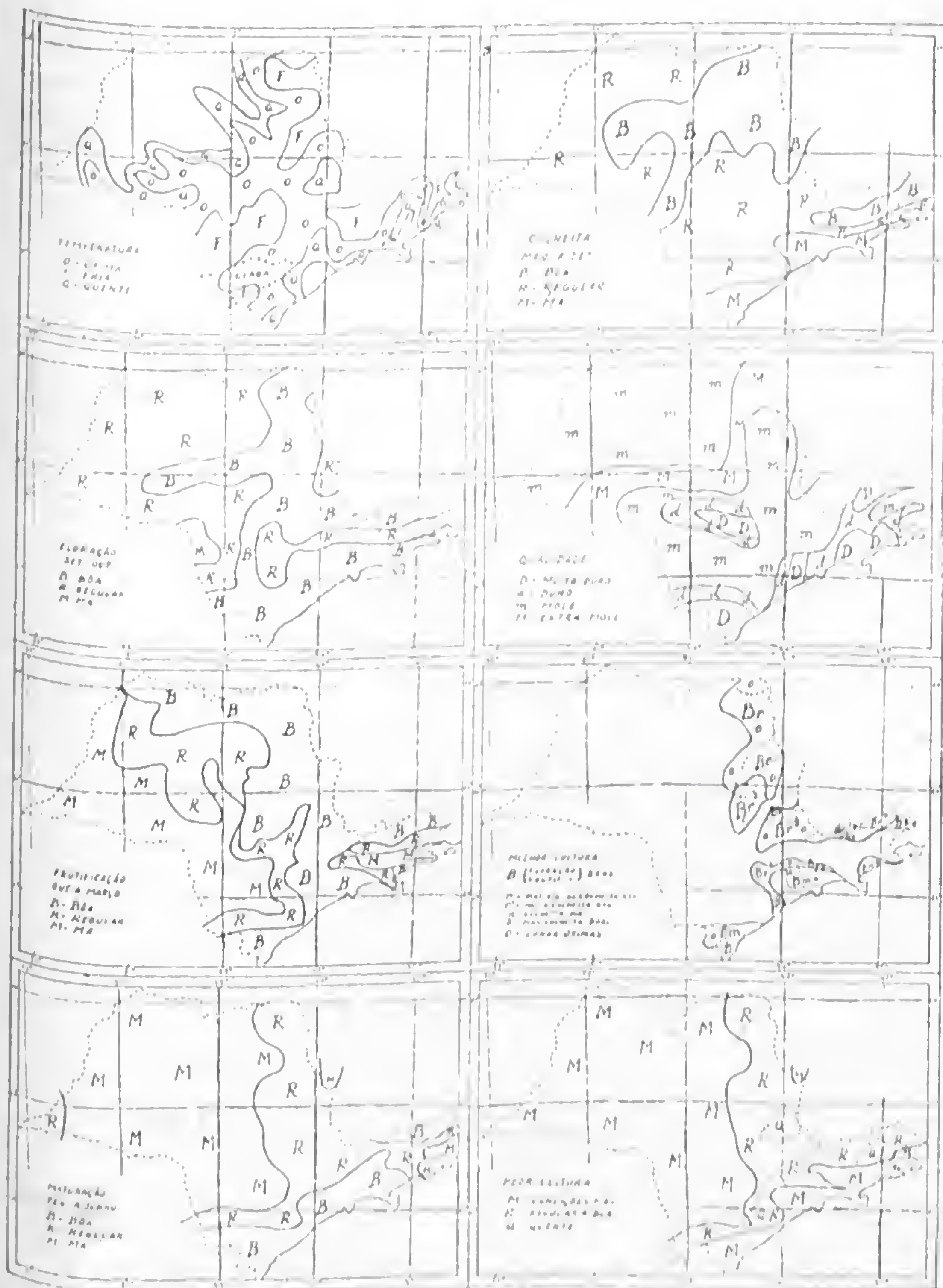
FRUTIFICAÇÃO
OUT A MARÇO
B - BOA
R - REGULAR
M - MA

B Boa

MATURAÇÃO
B BOA
R REGULAR
M MA

Q QUENTE




TEMPERATURA

AVICULTURA

DROGAS NAS RAÇÕES E O CRESCIMENTO OS ANTIBIÓTICOS

Cicero Neiva

Na alimentação dos animais domésticos, para engorda mais rápida, empregam-se determinadas substâncias, elementos estranhos aos regimes alimentares normais. Nesse capítulo de nutrição animal muito se tem feito para obtenção de combinações de forragens eficientes e capazes de maiores rendimentos de pêso, e, consequentemente, de produção maior. Dispõe a ciência de cabedal, sempre renovado, de conhecimentos, êstes, cada vez mais úteis e proveitosos.

O estímulo ao crescimento e ao pêso de animais, produzido por certas substâncias que suplementam as rações, observa-se entre aves (pintos, peruzinhos), leitões, bezerros e em animais de laboratório.

A engorda provocada limita-se ao período normal de crescimento da idade nova. Consequentes de elementos adicionados, salientam-se o apetite aumentado e o consumo maior de alimento. Referem-se os investigadores à ação de promoção que vários antibióticos, introduzidos nas rações [illegible]

[illegible]

da ela de vegetais que alguns pesquisadores estadunidenses concluíram pela existência de um fator ainda não encontrado naquela alimentação. Apresentavam-se os animais quase sempre com deficiências nutritivas, muito embora alimentados com proteínas, minerais e vitaminas. Isto porque era deficitário o regime alimentar em elementos de origem animal. Seria a ausência do fator de proteína animal (APF) também chamado fator de crescimento de pintos e de incubação. Pouco tempo depois desenvolveu a ciência com a descoberta da vitamina B12, o fator necessário à incubação e ao crescimento de pintos, até então representado por APF.

Em outras experiências realizadas com aves e suínos ficou demonstrado que alimentos vegetais quando suplementados de produtos animais, fornecem não apenas a vitamina B12 como, ainda, três fatores não identificados e necessários ao crescimento de pintos e de leitões.

A vitamina B12 é sintetizada pelos ruminantes através da terra e ou bacteriana processada no rúmen dos poligástricos. E no meio intestinal de outros animais, igualmente se encontra aquela vitamina. Em estado natural as porções existentes no tubo intestinal de uns como de outros não bastam para as exigências orgânicas individuais, daí ser imprescindível a suplementação de alimentos com farinha de peixe, farinha de carne, lavagem, subprodutos do leite etc., fontes de vitaminas B12. Como esta vitamina pode ser sintetizada por numerosos germes, e entre êstes microrganismos produtores de antibióticos, possível será obter o fator a partir de resíduos da fabricação de penicilina, de clortetraciclina, de oxitetraciclina, de bacitracina e de outros antibióticos. Nesses resíduos líquidos, ou fermentação (licores), conseguem-se até duas gramas de vitamina B12 por tonelada. Mas as doses desta vitamina, necessária ao desenvolvimento dos animais, ficam por microgramas, isto é, por milionésimos de miligramas.

Explicam Maynard & Loosli como agem os antibióticos quando adicionados às rações dos animais pela atividade combinada de dois caminhos, ainda especificados: 1 — Por seleção sôbre microrganismos patogênicos ou não, controlando-os e bem assim aos produtos dêsses germes existentes no tubo intestinal ou nos locais onde vi_

vem os animais. Assim se compreende porque pintos, mantidos em abrigos higiênicos, novos, não respondem aos antibióticos, e crescem mais uniformemente que pintos [illegible] criados em abrigos usados repetidas vêzes. O estímulo ao crescimento resultaria: a) da ação favorecedora dos antibióticos sôbre bactérias [illegible] que sintetizam nutrientes essenciais a [illegible] dentro de animais jovens; b) do contrôle de germes que concorrem com o hospedeiro na utilização de vitaminas, de aminoácidos ou de outros nutrientes; c) da condição de [illegible] que reforçam [illegible] utilidade de qualquer nutriente. A aparente ação de poupança, citada para alguns aminoácidos, vem em apoio desta teoria. [illegible] É possível, também, que os antibióticos exerçam ação direta sôbre o organismo animal.

EMPRÊGO DE ANTIBIÓTICOS

Em leitões, recomendam-se por quilo de ração, 10 mg de clortetraciclina, de oxitetraciclina ou de penicilina procaínica. Nas experiências de Hanson et al., os suínos recebiam essa suplementação até poucos dias antes da matança, porque havia diminuição no pêso dos animais, quando, ao atingirem 70 kg, eram os antibióticos retirados [illegible] Catron et al., para a clortetraciclina em suínos, indicam as seguintes proporções de proteína vegetal: 10% para leitões desmamados até 30 kg, de mais de 30 até 70 kg, 13%, e acima dêste pêso, 10%. O antibiótico adicionado na dose de 10-20 mg p/kg de ração.

Ao bezerro, p/kg de alimento cereal, 20-30 mg de penicilina, de tetraciclina ou de oxitetraciclina, também 10 mg, ou leite diàriamente. Há variações com estas últimas eficazes em alguns, ineficazes em outros. Variáveis ainda, em ação a penicilina, a clortetraciclina e a bacitracina. A suplementação antibiótica deve ser administrada aos bezerros entre as 7 primeiras semanas e os 4 meses de vida, quando apresenta maior eficiência; aos 6 meses de idade poucos serão os resultados obtidos em bovinos.

Em pintos e peruzinhos, 5-10 mg de penicilina p/kg de ração se mostram muito eficientes. Igualmente eficazes a clortetraciclina e a oxitetraciclina, nas doses de 10 mg p/kg de ração.

ENSAIOS DE CRIAÇÃO DE NOVAS VARIEDADES VEGETAIS

A criação de novas variedades de batata na Holanda é um assunto que faz progressos [illegible] [illegible] em determinados momentos, tais como por exemplo o dia da comemoração do nascimento de Geert Veenhuizen, pioneiro dos criadores holandeses de novas variedades, [illegible] a classificação de [illegible] mais variedades do novo catálogo descritivo de variedades chamou a atenção do público para este ramo da agricultura holandesa que se ocupa do melhoramento das plantas. Atualmente há um desenvolvimento que, para o futuro, pode ser de grande importância.

Um dos criadores holandeses, já desde há anos, está dedicando atenção especial à criação de variedades que nas zonas temperadas poderiam ser consideradas como batatas de segunda cultura. Já foram feitos ensaios em que as mencionadas batatas de cultura de [illegible] foram plantadas quando no verão, a ceifa do centeio se acabou, quer dizer, na última quinzena de julho. Estas novas variedades que ainda estão completamente na fase experimental e que, por enquanto, não serão reconhecidas como variedades da prática, deram como segunda cultura, depois do centeio, rendimentos que variam entre 22 e 26 toneladas por hectare. Foram plantadas em terras arenosas e resultaram ser praticamente insensíveis à fitoftora. Antes de começarem [illegible] foram [illegible]

A fim de comprovar se uma época de plantação de algumas semanas mais cedo ainda poderia dar resultados mais favoráveis, foram plantadas estas, assim chamadas, batatas de restolho, em campos onde havia cevada de inverno. O fato é que na Holanda a ceifa da cevada tem lugar pouco tempo antes da do centeio.

Recentemente, umas 30 destas novas variedades foram entregues para o exame de verificação da presença do cancro da batata. Se resultarem ser insensíveis ao cancro, poderão ser feitos [illegible] ensaios com elas, havendo então boas possibilidades da sua aplicação na prática.

Também sob outro aspecto estas novas batatas são interessantes. O caso é que constituem plantas de curto dia e não se exclui a possibilidade de darem rendimentos excelentes em regiões situadas a pouca distância do equador. Estas plantinhas já foram cultivadas com êxito em regiões com dia curto.

Naturalmente o criador ainda não alcançou o momento de poder entregar as suas variedades à prática. No caso mais favorável os ensaios ainda levarão alguns anos.

O fato porém de dispor um criador holandês dêste novo material parece-nos [illegible] bastante importante tanto mais que os [illegible] resultados dêste criador [illegible] podem ser [illegible] mais altos

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Foi prorrogado em caráter excepcional até ulterior deliberação o prazo para exigência de atestados a que se refere o artigo 3º do Decreto nº 31.406 de 11 de fevereiro do corrente ano objeto de transações de emprêsas como Banco do Brasil, repartições públicas e Sociedades de Economia mista.

EXPERIMENTE!

[illegible] "Cozinha Royal". Prove êstes "Muffin" com Chá Tender Leaf

Não sobrará um: é pura delícia!

"MUFFIN" CÔR-DE-ROSA

[illegible]

Royal, [illegible]

GRÁTIS!

[illegible] *Fermento Sêco Fleischmann* [illegible]

[illegible] metade da água para ferver e dissolva nela a gelatina [illegible]. À água restante (apenas morna), junte o fermento e deixe 10 minutos em repouso. Bata para dissolver. Junte as duas [illegible] e em seguida todos os outros ingredientes. Vá amassando até [illegible] e formar uma massa uniforme e lisa, capaz de soltar da vasilha. Coloque a massa para fermentar em vasilha coberta, [illegible] durante 2 1/2 horas aproximadamente. Soque a massa e deixe novamente crescer por mais 1/2 hora. Leve, então, [illegible] e abra a massa com rôlo, na espessura de 1 cm. Pincele com manteiga e dobre ao meio, calcando ligeiramente para grudar.

Corte rodelas com 4 cm de diâmetro utilizando o cortador próprio ou a bôca de uma latinha e ponha cada uma numa forminha de empada ou em tabuleiro com sulcos próprios para crescer. Depois de 40 minutos, pincele com gema de ovo e deixe terminar de crescer (mais 20 minutos). Asse em forno moderado, durante 20 minutos.

FERMENTO SÊCO

FLEISCHMANN



Mais um produto de qualidade da STANDARD BRANDS OF BRAZIL, INC.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

Doscorea bulbifera L., (**Dioscorea cliffortiana Lamk.**, **Dioscorea crispata Roxb.**, **Dioscorea japonica Thumb.**, **Dioscorea lutea Griseb**, **Dioscorea oppositifolia Campbell**, **Dioscorea tamnifolia Salisb.**, **Dioscorea triandra Hort.**, **Dioscorea tunga Ham**, **Helmiada bulbifera Kunnth.**, — da mesma família., Planta trepadeira robusta de caule herbáceo, inerme, cilíndrico, torcido, estriado e desenvolvendo-se para a esquerda; fôlhas alternadas, longo-pecioladas (peciolos de 8-10 cts.), com o limbo muito opaco, às vezes colorido, luzidio na página superior, nervadas, um pouco onduladas nas margens terminando em ponta escariosa; estípulas oblongo lanceoladas; inflorecência masculina paniculadas-compostas, de 12 cts ou mais e inflorescência feminina em longas espigas axilares ou terminais, de 18-25 cts de comprimento; flores sesseis, solitárias, pequenas, pouco aparentes, de perigônio violáceo e 6 estames férteis, filiformes; fruto cápsula oblonga, trigona, compridas, luzidias de 22 m m de comprimento e 12 m m de diâmetro, 3-locular, cada lóculo contendo 2 sementes aladas na parte inferior. Esta espécie é uma das mais importantes da família, distinguindo-se facilmente das outras por contar numerosos bolbilhos ou túberas aéreas ("cará do ar", "cará de rama", "batata de rama") que nascem na axial das fôlhas e são muito variáveis na forma e no tamanho, mais frequentemente arredondados ou ovoides, achatados num dos lados, ou trigonos, cheios de protuberâncias, sempre revestidos de epiderme sedosa de côr cinzento-ardósia com reflexos metálicos e pontuações brancas que são os pontos de emergência das futuras plântulas as quais germinando dão um ou vários caules. São nutritivos e saborosos, ricos em gluten a que Pechol denominou "caraghitina", encerrando um tóxico que desaparece com uma simples lavagem. No Ceilão, Congo francês, India, Japão e Nova Caledônia acreditam vitimar os animais que consomem com outras plantas forrageiras. Os tuberculos aéreos contêm 62,455% de água 31,542% de materia orgânica e 1,013% de sais fixos, sua composição, segundo Hechel e Schlagdenauffen, é a seguinte: 3,30 de matéria amilacea (amido), 34,81 de materia fibrosa, 5,31 de materia albuminoide 3,30% de materia corante (amarela associada a sacarose e a um principio amargo, tóxico,, 3,16% de sais fixos, 0,70% de cera e clorofila e 0,59% de materia resinosa. Releva notar que aquele principio tóxico parece não ser encontrado nos tuberculos produzidos no Brasil e nas Antilhas e se porventura existisse desaparece com a simples lavagem e cocção, sempre prudente fazer. O rhizoma ou tuberculo subterrâneo tem a forma arredondada, quasi esférica, alongada, chega a pesar 2 quilos. Acha-se revestido por epiderme como uma camada clorofildiana que serve como medicamento galactagogo. A sua composição segundo os autores citados é a seguinte: 69,234% de água, 18,4113% de matéria fibrosa, 6,9223% de açúcar e glutina-caseina e 0,1584% de materia graxa. Se reacea ais cultivada no Japão gundo Noter é esta a dioscotendo o tubérculo subterrâneo parte importante na alimentação geral. Extrai-se o amido. É o "cará fígado de perk" espécie oriunda da Africa ocidental onde a conhecem pelo nome de "Akan". É a **dioscorea sativa L.** **Dioscorea bulbifera, L.** nambú. A primeira é DISCOREA EBURNEA lour que é apenas sinônimo de **Dioscorea bulbifera L.** DIOSCOREA ROGERSSII Prain e Burkil é um dos hibridos cujo tubérculo é muito alongado e um pouco curvo, foi introduzido no Brasil pelos holandêses. SINONIMIA-CARA DE ESPINHO, CARA DE SAO THOME, CARA INHAME. SI Mauríce DESMOUAN na NONIMIA ESTRANGEIRA Nova Caledônia, HOI, no Taiti CAMBARE-MARRON, na Ilha IGNAME BOIS, na Guyana Francêsa, I POUSSE DE BOUT, no Congo Francês, KA-DU-KARANDA, na India, KADU na Birmânia, KATALA no Ceilão, KOAINGA, na Cochinchina PAPA CARIBE, P DEL AIRE e P VOLADORA na Costa Rica, POUSE EN L'AIR dos colonos franceses NAME CONGO, na Venezuela TABENA, na Colômbia TAVENA, na Costa Rica ZAMINKANDE, na India.

— 329 —

CARA DO CAMPO

DIOSCOREA CAMPESTRIS Griseb., da mesma família. Planta inteiramente glabra caules delicados, rígidos angulosos, quasi cilíndricos, inermes e desenvolvidos para a esquerda, fôlhas esparsas, alternas, pecioladas membranosas e luzidias, com limbo elíptico ou lanceolado, atenuado em ponta fina no ápice arredondado na base, até 10 cts de comprimento e 7 cts de largura, 5 nervadas. Inflorescência masculina simples, de 5-20 cts de comprimento (mais geralmente 12 cts) frequentemente geminada ou acompanhada de um ramo com fôlhas menores e flôres curto-pecioladas, de 6 estames, dispostas em glomérulos de 3, sendo solitárias as do ápice, fruto cápsula eléptica, 3 aladas, pequena contendo sementes aladas de um só lado. Tem a variedade **pedalis** Uline, de porte menor, fôlhas aproximadas e limbo 9-nervado e a variedade **pantaginifolia** Uline, de caule mais forte, limbo 7-nervado e inflorescência masculina curta, a variedade **stenorachis** ULINE, de caule volúvel, lim-

densis Ulne . e a longispicata Hauman . de limbo ovalanceolado, 7-nervado, inflorescência feminina de 15-20 cents . de comprimento . A espécie tipo do Amazonas até Rio de Janeiro e Minas Gerais

— 330 —

CARA DO MATO

Boarea spectabiles Schenk (**Bomarea janeirensis Roem**), da família das Amaryllidaceas. Trepadeira de caule glabro, anguloso e tortuoso; fôlhas peciioladas (peciolos tortos, pubescentes, planos na parte superior e côncavos na inferior) lanceolado-acuminados, inteiras, glabras na página superior e densamente pubescentes na inferior, atenuadas na base, até 14 cts. de comprimento e 3 cts. de largura, 12-14 nervadas (nervuras longitudinais); inflorescência terminal umbeliforme; flôres de perigônio campanulado pubescentes, inodoras, com os seguintes internos levemente avermelhados e com puntuações vermelho-castaneas e os externos branco esverdeados com listas vermelhados e com puntuações vermelho-castaneos e os externos branco esverdeados com listas vermelhas; fruto cápsula triangular. Fornece raiz tuberosa do tamanho de uma noz, alimentar para o homem depois de submetida à cocção, ainda é reputada diurética e eficaz no combate ao catarro da bexiga. É espécie muito bonita, digna de cultura nos jardins. Tem a variedade **parvifolia** (**Alstroemeria**) macrocarpa Pohl. **Alstromeria salsilla** Vell , de fôlhas estreitas e flôres roseo-amareladas. Ocorre no Rio de Janeiro e Mato Grosso, provavelmente em vários outros Estados.

— 331 —

CARA DO PARA

Dioscorea cayenensis Lam (**Dioscorea aculeala** Balb , **Dioscorea berteroana** Knuth) da família das dioscoreaceas. Trepadeira glabra, mais ou menos bulbifera, de caule cilíndrico armado de acúleos pequenos e agudos, sobretudo na parte inferior; fôlhas opostas,

raramente alternas, longo pe_ cioladas; lâmina geralmente hastado, cordiforme, ovada ou subobionga abruto-longa acuminada, cordiforme sagita_ da na base, at_ 14 c/s. de comprimento 5_nervado e saliente-nervado nas duas páginas. Além dessas variedades há a pleda primento e 10 cts. de largura, 7_9 nervadas, pontuadas e com linhas pelúcidas; flôres sésseis, solitárias globosas, dispostas em espigas axilares simples; 6 estames perfeitos; frutos cápsula oblonga-elíptica coriácea; sementes aladas na base. Fornece tubérculo único ou ramificando, pequeno, ovoide, tornando-se agradável ao paladar após a cocção, porém, sob o ponto de vista alimentar, e segundo Standley, inferior às demais dioscoreaceas cultivadas, produz pouco e os tubérculos são sempre difíceis de arrancar e ainda lenhificam com facilidade.

Há em vários países esta Dioscoreacea cultivada há muitos anos e com diversas variedades. O cará nesses países deixou de se lenificar, adquiriu algumas qualidades que o recomendam. Entre os geralmente cultivados, o cará pseudo-batatas que deu origem à variedade mais conhecida no Brasil, onde foi introduzida pelos primeiros colonos ou pelos escravos vindo da Guiné. **Dioscorea batatas** Dene. Sinonímia: Figuram da seguintes procedências: Guinéa Yam, nos Estados Unidos, **Inhame pays ne nègre**, na Guyana francêsa e nas Antilhas francêsas, **Marupy hispano_americano, Ovihazo** em Madagascar. **Nota:** O especialista Dr. Knuth acredita tratar_se da **Dioscorea prensilis** Bth ou apenas de uma de suas formas como a **Dioscorea cayenensis** Lam. vada há muitos anos havendo na Africa, sua pátria, é cultinumerosas variedades, umas temporãs e outros tardias de tubérculos compridos ou subglobulosos, carne branca, rosea ou amarela, epiderme branca ou cinzenta com rendimento variável.

— 332 —

CARÁ INHAME

Nome comum às seguintes espécies, da mesma família

1 **Dioscorea adenocarpa** M. (**Helmia adenocarpa** Knuth) Trepadeira glabra, de caule herbáceo filiforme, liso ou estriado, fusco ou verde pálido, desenvolvendo-se para a esquerda, fôlhas pecioladas, lâminas cordiforme-ovado_ aguda, até 7 cts. de comprimento e 55 m/m de largura, sub-coriáceas mucronadas, 7_9 nervados, com pontuações escuras na página superior, saliente_nervada na página inferior (nervação característica); flôres curto pedicela_ das, reunidas em fascículos de 2-3 e estes dispostos em racimos solitários, sendo os femininos longo-pedunculados; frutos cápsula elíptica com máculas purpúreas até 12 m/m de comprimento e 8 m/m de largura, contendo sementes de 3_4 m/m de diâmetro a superior com ala elíptica prolongando-s ep a baixo 4 m/m e para cima apenas 1 m/m. Fornece rizomas ou tubérculo que se desenvolve bastante, revestido de epiderme amarela com carne branca e mucilaginosa; é bom alimento porém, segundo Peckolt, quando os tubérculos começam adquirem sabor amargo e neste caso apenas são aproveitados como forragem. Têm as variedades **Balansae** Uline, de fôlhas profundamente cordiformes glaucas na página superior, flôres masculinas em fascículos densíssios e cápsula oblonga, rósea, de 16 m/m de comprimento e 9 m/m de largura e a variedade **chartacea** Uline **Dioscorea adenocarpa** Griseb.) de fôlhas charteeas e luzidia, 7-9 nervadas, flôres 3_8 fasciculadas e dispostas e racimos de 30 cts. É quase certo que a **Diosorea ovata** Vell. se enquadra na **Diosorea adenocarpa** M.; sendo que a maior dúvida consiste no fato de serem solitárias e nas fasciculadas na flôres da espécie velosiana. Ocorre no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, até 2.200 metros de altitude (Itatiaia). **Sinonimia:** Inhame bravo, Tuyá.

2 **Dioscorea alata** L. (**Dioscorea atropurpurea** Roxburgh, **Dioscorea globosa** Roxburgh **Dioscorea mattulensis** Sprong., **Dioscorea ovala** Gam., **Dioscorea purpurea** Roxb., **Dioscorea rubella** Roxb., **Dioscorea sativa** Wall. **Dioscorea vulgaris** Miq., **Raania flexuosa** Belloc, **Ubium altissimum** Desf.) — Trepadeira glabra, de caule quadrangular ou 4-alado com indivíduos femininos geralmente 2-alado grossos e com pequenos bulbilhos axilares; fôlhas quase sempre opostas estipuladas, longo_pecioladas, lâmina hastado-ovada, cordiforme_sagitada na base e acuminada no ápice, 5_7 nervadas, membranosas, glabras, de dimensões bastante variáveis, até 20 cts. de comprimento, 12 cts. de largura; inflorescência masculina disposta em espigas compostas alongadas, de rachis flexuosa flôres esverdeadas, estames férteis em número de 6; frutos cápsula coriácea, luzidia de 3 cts., igual no comprimento e no diâmetro; sementes osbiculares, circuladas por ala. Fornece tubérculos (em geral um só porém às vêzes gublobados), de forma e dimensões muito variáveis, até 60 cts. de comprimento ou ainda mais, com o aspeto de raiz da mandioca e atingindo o peso de 20 quilos, às vêzes mais. Encontra-se no mercado tubérculos com apenas 2 a 5 quilos. São revestidos de a carne branca lavada de vermelho mais ou menos clara e violácea conforme a variedade, todavia pouco saborosa embora muito nutritiva e de fácil digestão, sendo por isso que se lhe dá preferência para ralar e misturar, com farinha de milho, afim de fazer_se "pão de cará"; uma breve análise indica que contém 15.60% de amido, 0.22% de matéria graxa, 2,10% de matéria azotada (Pirauti). Outra análise (Peckolt) dá a seguinte composição: 67.120% de água, 23.870% de amido, 3.890% de mucilagem e dextrina, 3.154% de ... 1.030% de substância albuminosa, 0.500% de matéria sacarina, 0.32% de "ara_glutina" e 0.119% de gordura ou matéria gordurosa. Nas variedades "Cará mandioca" (Dioscorea atropurea Roxb.) e "Cará roxo" Dioscorea purpurea Roxb.), o mesmo sábio encontrou respectivamente 17.710% e 2.700% de amido

demonstrando-se assim a sua inferioridade principalmente a da última, cco valor) é nulo Dioscorea alata L., encerra 'discoreamucinana, matéria albuminosa-mucilaginosa, peculiar a muitas outras Dioscoreaceas, senão a tôdas. Esta espécie, certamente originária da Asia, nunca foi encontrada no estado silvestre. Na Flórida, Estados Unidos uma variedade foi introduzida e cultivada como planta de importância. Cultivam-na em terrenos arenosos e pedregosos. SINONIMIA: Cará branco, Cará cultivado no Rio Grande do Sul; Cará de Angola, Cará Inhame da China, Cará da India, Cará Inhame, de Coriolá das antigas terras africanas; Avase, no Togo; Baba vassi, na Africa ocidental francêsa; Batatila, na Argentina, Billikatella, nas Maldivas; Chupri-Alu, Cará-guarany Alu e Lat-guarany na India; Cará Inhame Saint Mertin, na Martinica; Cará inhame franche, nas Guianas; Cará Iname, Name, em Ceilão; Name branco, em Costa Rica e na Venezuela; Ubi, nas Filipinas Uhi, no Tahity; Water-yam e White-yam, nos Estados Unidos e assim por diante

— 333 —

CARA MIMOSO

Dioscorea trifida (**Dioscorea affinis** Kunth., **Dioscorea articulata** Steud., **DIOSCOREA BRASILIANA** Poir., **Dioscorea brasiliensis** Willd., **Dioscorea goyazensis** Griseb., **Dioscorea palmata** Juss., **Dioscorea quinquelobata** Vell., **Dioscorea Hulsiana** Klotzsch., **Dioscorea trilobata** Lam) da mesma família — Trepadeira de caule glabros, alado-estriados na parte inferior e anguloso-comprimidos na parte superior, desenvolvendo-se para a esquerda; fôlhas pecioladas (peciolos anguiosos, ate 15 cts de comprimento), alternas às vêzes opostas, profundamente cordiformes 3-5 olbadas, forma e tamanho diversos, até 25 cts de coprimento e igual largura, 11-13 nervadas, mais ou menos pilosos nas duas páginas lobos acuminados ou os do-agudo, sendo o medio 3-5 nervados e os laterais abreviados e trapeziformes, com as veias primárias transversais e salientes na página inferior; flôres fasciculadas ou solitárias, as masculinas dispostas em racimos de 3-5 e as femininas em espigas simples; fruto cápsula oblonga, pubescente, de 25 m/m de comprimetno e 17 m/m de diâmetro, contendo sementes orbiculares aladas. Fornece tubérculos subterrâneos, ovoides, cilindricos ou arredondados, até 15 cts de comprimento e atingindo frequenteente até 1 500 gramas, revestidos de epiderme verrucosa e com poucas raizes fibrosas, a carne é amarelo-alaranjado, às vêzes roxa (inhame roxo) de sabor delicado e bastante nutritivo 37 94% de matéria amilácea (aldo), 0,44% de matéria graxa, 3,52% de matéria azotada (segundo Pairault), tornando-se assucarada e brunea após a cocção. Análise realizada por Peckolt foram apurados os seguintes resultados: — água 81 250%, amido 7 040%; mucilagem, destrina e sacarina 0 920%, substância albuminosa, 0 401%, "cará-glutina" 0.100%, sais orgânicos 0.1 620% substâncias gordurosas, de côr amarelada 0 060% de resina côr de laranja. Em cem gramas de tubérculo seco foi encontrado 1 gr 044 de azoto. Sob o ponto de vista medicinal acredita o povo que esta planta têm propriedade anti-asmáticas e contra a morféa, propriedades não confirmadas. A cultura é feita no Brasil há muitos anos, parecendo que foi feita desde o descobrimento. **Sinonimia:** — Cará doce., **Sinonimia estrangeira:** — Couche-couche, nas Antilhas francêsas; Cushcush na América do Norte; Indian yam, dos colonos inglêses, Mapuey, dos hispanos-americanos; Name Yampi, na América Central

— 334 —

CARA PRETO

Cientìficamente denominado Dioscorea heptaneura Vell

(**Dioscorea sativa** Griseb.) da mesma família. Trepadeira de caule glabro, liso, cilíndrico, desenvolvendo-se para a esquerda; fôlhas pecioladas, lâmina ovada ou oblongo-ovada, acuminada, estreito-cordiforme na base, 7-9 nervadas, até 35 m/m de comprimento, inflorescência masculina em espigas simples e curto-pedunculadas, inflorescência feminina dispostas e rácimos alongados; flôres sesseis; fruto cápsula orbicular de 13 m/m de diâmetro; sementes também orbiculares; fornece tubérculo comestível, o que o torna objeto de cultura. Tem variedade **latisinuata** Uline. Ocorre a espécie da Bahia ao Rio de Janeiro e Minas Gerais.

— 335 —

CARA RASTEIRO

Cientificamente denominado mesma família. Planta herbácea e glabra, até 12 cts. de altura, com numerosos caules volkveis que partem de um rizoma cilíndrico; fôlhas alternas e pecioladas, lâmina cordoado-reniforme, até 15 m/m de comprimento e pouco menos de largura, 9 nervadas, crassas; inflorescência masculina disposta em rácimos simples; flôres campanulo-rosáceas, amarelo-esverdeado; antenas 3; fruto cápsula. Ocorre no Rio de Janeiro. **Dioscorea perdicum** Taub., da

— 336 —

CARA SILVESTRE

Cientificamente denominadas as seguintes espécies da mesma família:

1 — **Dioscorea lagoa santa** Uline., **Dioscorea monadelpha** Griseb.) Trepadeira de caule glabro ou pubescente e desenvolvendo-se para a direita; fôlhas alternas, pecioladas, lâmina variável ovado-orbicular, ovado-deltoidea, oblonga), sempre acuminada, largo-cordiforme na base, até 8 cts. de comprimento e 5 cts. de largura, membranosa, 7-9 nervada, glabra ou um pouco pulverulenta na página superior e mais ou menos pubescente na página inferior; inflorescência masculina frouxa; flôres de 3 estames e com segmentos do perianto oblongo-lanceolados, fruto cápsula elíptica, de 12-16 m/m de comprimento. A espécie ocorre na Bolívia e no Perú até 2 800 e 3 000 metros de altitude. É encontrada nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

2 — **Dioscorea lerocephala** Uline. — Trepadeira de caule herbáceo, crasso, sub-cilíndrico, até 70 cts. desenvolvendo-se para a esquerda; fôlhas pecioladas, lâmina largo-ovada, agudo-acuinada, cordiforme na base, até 4 cts., de comprimetno e 3 cts. de largura, 7 nervadas; inflorescência masculina, 6 estames ferteis insertos na base do perianto; inflorescência feminina em espigas de 3 cts., solitárias; fruto cápsula orbicular de 1 cts. de diâmetro. Ocorre no Rio Grande do Sul.

Os nomes Cará branco e Cará liso são desde longos anos atribuidos à **Dioscorea sativa** L.

— 337 —

SAL

Transcreveos do "Correio da Manhã" este artigo sôbre o SAL, que nos parece ser muito útil:

A espécie mineral halita, da qual o cloreto de sódio faz parte, é encontrada diluida na água do mar (sal marinho) ou formando espessas camadas nos terrenos sedimentares de diversas idades geológicas (sal-gema). Na água do mar o cloreto de sódio é encontrado numa quantidade que varia entre 26 e 29 gramas por litro, e, sob a forma de sal-gema, verificam-se formações em terrenos silurianos e devonianos nos EE. UU., carboniferos e cretáceos no Brasil, triássicos na Alemanha e na Inglaterra, terciários na Polônia e na França.

Na localização das salinas para a produção de sal marinho deve ser observada a existência de terrenos planos com solo impermeável, alto coeficiente de evaporação e uma reduzida e limitada precipitação pluviométrica em determinadas épocas do ano.

O processo de extração do sal a partir da água do mar obedece ao sistema de cristalização frucionada, que consiste em se elevar seguidamente através da evaporação a densidade da água a fim de que as diversas substâncias que a compõem se precipitem deixando como resíduo o cloreto de sódio. Assim a água do mar (densidade normal de 3º,5 Bé) é inicialmente submetida a uma evaporação natural até atingir a densidade de 44º Bé, passando, então, para os cristalizadores onde se deposita o cloreto de sódio. Em seguida, realiza-se a estocagem do sal recolhido, chamada "cura" do sal, e se procede a primeira purificação mediante a lavagem com água pura, eliminando-se, dêste modo, os restos da "água-mãe" que ainda envolviam os cristais de cloreto de sódio.

As principais impurezas do sal marinho (areia, sulfato de cálcio e de magnésio, cloreto de magnésio, umidade e algas) são eliminados pela lavagem com solução saturada. Nos sais industriais, que exigem um elevado grau de pureza, a purificação é feita dissolvendo-se o sal bruto e adicionando-se carbonato de sódio para precipitar o sulfato de cálcio e os sais magnesianos.

Na extração do sal-gema o processo utilizado é o da injeção de água nas jazidas retirando-se o mineral em estado liquido — salmoura — sendo utilizado por algumas indústrias diretamente nesta forma ou submetido à exaporação forçada em aparelhos de pressão reduzida para produzir o sal.

Além do seu uso na alimentação, o sal é a principal fonte de cloro na indústria química, entrando na fabricação de plásticos (cloreto de polvinila), e de elastômeros (cloropreno). Pela eletrólise o cloreto de sódio fornece além do cloro o sódio metálico ou soda cáustica, substância grandemente utilizada na saboaria, na indústria de óleos vegetais e minerais e na indústria de celulose. É ainda matéria-prima na fabricação da barrilha utilizada pela industria textil e vidreira.

O consumo mundial de sal é da ordem de 77,4 milhões de toneladas anuais, verificando-

se uma maior taxa de consumo nos países econômicamente desenvolvidos em virtude do consumo industrial, que nos EE. UU., por exemplo, atinge 70% da produção nacional.

A produção de sal marinho no Brasil, sujeita ao regime de quotas do Instituto Brasileiro do Sal exceto quanto ao sal industrial (150.000 t anuais) está fortemente concentrada nos Estados do Rio Grande do Norte (63%), Ceará (14%) e Rio de Janeiro (12%). A produção média de 50/60 foi de 853.162 t com consumo "per capita" de 13,1 kg por habitante ano.

Quanto à produção de salgema, embora inúmeras jazidas já tenham sido demarcadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não existe ainda uma produção regular. Várias tentativas já foram feitas as redundaram em fracasso devido à profundidade das jazidas — mais de 1.000 metros — e à distância dos centros consumidores que determinam um custo várias vêzes superior ao da extração do sal marinho. Na região Norte entretanto as jazidas de Nova Olinda se apresentam com possibilidades práticas de exploração em virtude da proximidade das zonas de consumo que atualmente são abastecidas pelas salinas do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte.

A efetivação dêste projéto deveria ser estudada na reunião de governadores a se realizar em Manaus, porém não haverá mais reunião de governadores e o problema, que já caminhava para uma solução, permanecerá imutável como tantas outras coisas solidificadas neste Brasil".

CONCLUSÃO

Terminamos neste número os "TEMAS E SUGESTÕES" de que nos ocupamos nestes últimos números de **A LAVOURA**.

É a oportunidade de prestarmos ao naturalista M. Pio Corrêa, autor dos dois primeiros volumes do "Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas" nossas homenagens e saudades pelo seu prematuro desaparecimento.

Uma carta do Prof. Lazzlo Valko a um técnico cooperativista brasileiro

O Dr. Laszlo Valko é ilustre professor de economia da Washington State University e publicista de renome internacional. Na sua passagem pelo Rio de Janeiro, S. Paulo e Rio Grande do Sul realizou conferências, sendo uma delas sob os auspícios do Centro Nacional de Estudos Cooperativos realizada no Rio de Janeiro, versando, tôdas sôbre cooperativismo e economia em geral.

Em carta dirigida em maio do corrente ano ao Dr. Fábio Luz Filho, assim se expressou êsse competente técnico, conforme tradução do inglês:

"Foi para mim uma grande oportunidade conhecê-lo pessoalmente, particularmente pois verifiquei, durante minha visita a vários países da América do Sul, como vossos excelentes livros, vosso trabalho educativo e vossos estudos sôbre cooperativismo (pelos quais, diga-se de passagem, tenho um grande respeito) têm promovido o são desenvolvimento do cooperativismo. Estou seguramente certo de que vossa presente e futura contribuição auxiliará o progresso das cooperativas no Brasil e também as de muitos países. Vários dêsses estudos são conhecidos em muitos outros países. Vosso trabalho atualmente leva o caminho que conduzirá as cooperativas brasileiras ao seio da grande família do movimento cooperativo internacional".

Reforma Agrária

A propósito do momentoso assunto, o Sr. Alceu Martins Pereira de Santos, enviou ao Dr. Edgard Teixeira Leite, 1.º Vice Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, a carta abaixo subscrita e cujos conceitos bem merece estudo: por parte de todos quanto se interessam pela nossa vida rural

"Conforme prometi no nosso rápido mas — para mim — muito agradável encontro em Brasília, — dou-me pressa em enviar-lhe cópia, de um despretencioso trabalho que me coube elaborar em maio de 1960 a propósito do então projeto de Revisão Agrária do Govêrno de São Paulo, posteriormente aprovado (o projeto), com algumas modificações.

Essa minha análise trata de um dos aspectos da Revisão Agrária paulista, — o que diz respeito à sua provável repercussão (que poderia ser negativa na saudável tendência da cafeicultura bandeirante, de adotar práticas modernas de lavoura *intensiva*, em logar da *extensiva*

Do que afirmamos, baseados na própria experiência, tanto na *própria* dos loteamentos agrícolas como da moderna cafeicultura, aliada a outras atividades (avícola pecuária leiteira, culturas cerealíferas) na mesma *pequena* propriedade (20 has.) que reservamos para o nosso empreendimento, — acreditamos se poderá concluir, — com vistas a uma racional reforma agrária — o seguinte, em relação a uma grande faixa de agricultura paulista, e, mesmo, de Estados vizinhos:

1.º) — já existe uma tendência *natural*, de parte dos proprietários de fazendas (principalmente de café) de certo vulto, de *reduzir* a área cultivada, substituindo as grandes plantações pelos "pomares de café", de maior produtividade, e que permitem a proteção do solo, pelo terraceamento e curvas de nível assim como pela adubação intensiva

2.º) — paralelamente, muitos proprietários dessa categoria se dispõem a vender a área restante, havendo, mesmo, casos de desejarem vender *tôda* a fazenda;

3.º) — num ou noutro caso, nem sempre encontram compradores para grandes áreas, tanto pelo vulto da transação como pelas mesmas razões técnicas (falta de braços) ou econômicas (baixo rendimento) que tornam desinteressante a exploração de uma grande propriedade;

4.º) — a solução mais encontrável é a dos loteamentos, subdividindo as propriedades em áreas menores, segundo as peculariedades de tipo de terra e de outros recursos básicos (aguadas) — e para cuja aquisição, tais sejam — as condições de pagamento, existe interêsse generalizado de parte de sitiantes vizinhos ou de outras zonas;

5.º) — essa tendência *expontânea* da subdivisão da propriedade agrícola poderia constituir o *ponto de partida* de uma autêntica reforma agrária, em que a intervenção *supletiva* do Estado a estimulasse e apoiasse, através de financiamentos a juros baixos aos adquirentes, legislando, — enfim, de forma a acelerar êsse processo *natural*, que parece ser um imperativo *social e econômico*, da *maior distribuição e melhor rentabilidade da terra*, — *considerada devidamente* as peculariedades de *cada zona, de cada gleba;*

6.º) — em qualquer hipótese, é de se admitir não atingirão os objetivos sociais e econômicos as medidas oficiais *simplistas*, em favor da subdivisão da propriedade, que se preocupem apenas com a retalhação desta ou daquela gleba, sem cuidar de assistir ao nôvo pequeno proprietário (além do financiamento) com a assistência técnica, para a adoção de práticas modernas e, eventualmente, de mecanização;

7.º) — ao lado disso — e de forma preponderante — há que tornar efetiva a assistência social rural, cuja ausência tanto afeta o "status" do campo, inclusive dos pequenos proprietários agrícolas. (Isso, aliás, que merece um capítulo à parte poderia representar um teste da sinceridade de muitos políticos, legisladores e, — administradores, que vivem a proclamar a urgência de uma "reforma agrária", como fórmula mágica para o equilíbrio social do país, mas nada fazem a fim de que se torne efetivo, atuante, o Serviço Social Rural, já criado e com dotações específicas)

8.º) — será contraproducente, desfavorável à economia nacional, (no que ela dependa da maior produtividade por área) quaisquer dispositivos que desconheçam (ou agridam) o valor da iniciativa privada nas atividades rurais, através de empresários a ela devotados e que, além de recursos próprios, estejam em dia com a adoção de práticas modernas, na produção e na defesa do solo

São êsses, meu caro Dr. Teixeira Leite, resumidamente, os pontos conclusivos que hei podido extrair das minhas experiências e observações — num campo talvez reduzido — da modificação que está ocorrendo (e que pode ser impulsionada pelo Govêrno, no bom sentido) na paisagem agrária de São Paulo.

Acrescento estas informações, recolhidas dos loteamentos que fiz (citados, em globo, na análise ao projeto de Revisão Agrária paulista):

— as vendas foram feitas mediante 30% à vista e o restante em 4 prestações anuais, juros de 8% a. a.

— a pontualidade dos prestamistas, em geral muito boa, esteve intimamente ligada à qualidade (e, pois, à produtividade) da terra do lote de cada um.

— os casos de atrazos ou prorrogações (previstas estas nos contratos, a juros maiores, 12%) foram todos de adquirentes de partes de terras mais fracas, menos produtivas evidentemente de menor preço.

Disso se conclue, fàcilmente:

Não é apenas o modo de tratá-la, mas sim, e sobretudo, a qualidade própria da terra que lhe traduz o valor. Há glebas que, dadas *de graça*, são *caras*; outras existem, de alto preço que acabam produzindo para sua amortização; num e noutro caso o valor e a produtividade guardam relação com a localização, meios de transporte e meio ecológico favorável, máxime quanto ao regime pluviométrico ou às possibilidades de irrigação e mecanização.

Isso, que se observa no nosso Estado de São Paulo, talvez o melhor dotado de meios de comunicação, — toma contornos incalculáveis, se considerarmos um esquema de reforma agrária a ser aplicado a todo o Brasil, que nessas condições básicas, mesológicas, é um mundo de distâncias e de contrastes, nos quais a própria natureza constitue um desafio olímpico não apenas ao idealismo utópico (ou de mal disfarçado intuito demagógico) de alguns, mas, inclusive, à vontade férrea dos bem intencionados.

Os grandes contornos dessas disparidades foi demonstrado, em largas pinceladas, por Vianna Mogg, em "Bandeirantes e Pioneiros", pág. 46.

"Na Amazônia, como de resto em quase todo o país, a terra dá mas custa. No extremo Norte, é o excesso de água, no Nordeste, é a falta de água, no Centro, e o exagêro das montanhas e das erosões.

Esta, em verdade, a famosa fertilidade geral do nosso solo, em face das hipérboles que a celebram. É verdade que, se deixarmos de lado o Nordeste comburido pela sêca, a Amazônia dos sonhos de Humboldt as terras de montanha as sujeitas à erosão e as imprestáveis para a mecanização das lavouras, as quais, somadas, absorvem cêrca da metade do território nacional, felizmente ainda há muito que celebrar e aproveitar na outra metade, sobretudo se compararmos as suas possibilidades com as dos demais países da América Latina, nas quais, no dizer de William Vogt „a geografia é um dos mais ásperos fatores da limitação à introdução do melhoramento humano".

Ao que todos sabemos o aproveitamento da parte cultivável do nosso solo foi sendo feito pela iniciativa particular, com muitos acertos e grandes erros coletivos, como foi o caso da moderada expansão da lavoura de café de São Paulo ao fim do primeiro quartel dêste século, dando lugar à superprodução e à crise da década de 30.

Erro êsse que viria a ser repetido de forma já agora imperdoável nessa devastadora invasão monocultora das férteis terras do Norte do Paraná, esquecendo, muitos da mesma geração, a dura lição precedente, em São Paulo, e com esta agravante: então, os exageros e os riscos foram à custa de capitais particulares, e a grande maioria dos cafeicultores pagou caro pela aventura, apenas se podendo salvar da ruína total, em casos, pelo Reajustamento Econômico que veio a ser levado efeito pelo Govêrno, assumindo a economia nacional, através das apólices especiais, os ônus das dívidas irresgatáveis dos fazendeiros.

Já no caso do norte do Paraná, somou-se ao "rush" impensado dos cafeicultores, oriundos, muitos dêles, de S. Paulo e de Minas, — o impulso dado pelo próprio Govêrno, na mais exdrúxula forma de assistência supletiva jamais observada, no país, em relação ao nosso produto básico de exportação, que é, a bem dizer, a nossa moeda de curso internacional — o café. O maciço apoio financeiro do Govêrno da União através do Banco do Brasil, só poderia ser explicado à luz de intuitos meramente políticos imediatistas, pois que, não sòmente escapavam ao menor critério de sentido técnico, como estavam destinados a produzir resultados às avessas, sobretudo quanto às repercussões na economia geral do país.

Basta considerarmos o seguinte

a) — tais lavouras se expandiram pelos processos rotineiros, de queima e derrubada das matas, ou seja de uma agricultura mais *extrativa*, dos humus naturais, do que pròpriamente, de *cultivo* da terra, com vistas, à *defesa* do solo;

b) — isso ocorria quando, quase simultâneamente, já se conheciam os notáveis resultados que, graças aos brilhantes estudos de genética do Instituto Agronômico de Campinas, se obtinham com a famosa "experiência de Campinas", de lavouras *intensivas*, de alta produtividade, pelo uso de espécies precoces e de alto rendimento, inclusive em terras tidas como cansadas, e que eram recuperadas pela nova técnica das curvas de nível, adubação racional etc;

c) — desprezando-se, no Paraná, os métodos modernos já consagrados, tão pouco se ligou à inadequação do seu meio ecológico, sujeito às geadas, e, pois, onde seria temerária a cafeicultura.

O balanço negativo, grosso modo, dessa falta de planejamento e de intervenção, às avêssas do Govêrno, é,

talvez inavaliável, pois para êle terão influído tôda uma série de itens adversos:

1 — subtração de enormes áreas que poderiam ter sido empregados em outras culturas, ou atividades pastorais, que melhorassem o abastecimento interno (ou, eventualmente, permitissem exportação) — assim concorrendo para combater a carestia;

2 — impacto devastador de duas geadas (1953 a 1955) que requereram financiamentos especiais, a longo prazo. (O último ato assinado pelo presidente Kubitscheck foi a "moratória" para os débitos dos cafeicultores do norte do Paraná junto ao Banco do Brasil, parece que envolvendo cifra ao redor de 8 milhões de cruzeiros);

3 — o dispêndio de preciosas dívidas na importação de "máquinas para produzir fumaça", a serem usadas com óleo combustível também importado, para proteger as mesmas lavouras em futuros invernos;

4 — essas providências oficiais de encorajamento e a recuperação natural das lavouras pela ausência de geadas em 2 ou 3 anos sucessivos — dando lugar, a partir da safra 1957-8, ao nôvo ciclo de superprodução, que impôs, cumulativamente, duas quase insuportáveis cargas às finanças e à economia nacionais: à obrigatoriedade de o Govêrno adquirir as sobras, para o que se firma existirem recursos tirados do próprio café, através do chamado "confisco cambial"; e — e nisto está o tremendo prejuízo, irrecuperável, da superprodução cafeeira, a sobrecarregar o desgaste econômico do uso inadequado de enormes e férteis áreas — a *queda dos preços-ouro do café*, em cêrca de 20 cents. por libra pêso, ou uns 26 dólares por saco, correspondendo, em números redondos, numa exportação média de 16 milhões de sacas, a uma erosão de 400 milhões de dólares por ano (ou 1 bilhão e 200 milhões em três anos), na receita cambial do país!

Estou esmiuçando dessa forma o caso dos desacertos, particulares e governamentais, em relação à nossa principal lavoura permanente, não apenas pelo que isso representa no quadro de uma apreciação realista dos nossos magnos problemas, da terra, mas para que se possa concluir o quanto êles refogem às fórmulas simplistas, que pressupõem será necessária apenas uma "reforma agrária" para transformar êste imenso país, cheio de contrastes (geo físicos e de ações dos seus homens responsáveis) em uma verdadeira "terra de Canaã"...

É de se assinalar que, nesta altura, parece haverem as nossas autoridades acordado, dispondo-se a encarar o problema cafeeiro de frente, buscando remover a causa da crise que nos aflige — a superprodução antieconômica. Foi solenemente instalada em Brasília o órgão técnico e executivo que deverá proceder, de início, à erradicação de 1 bilhão de cafeeiros deficitários, e estimular a sua substituição parcial por lavouras de maior rendimento, destinando-se a outras culturas as áreas liberadas.

Isso demonstra que o próprio Govêrno começa a perceber que existe muito que reformar, que contramarcha não sòmente entre os governados mas, e principalmente, nos próprios métodos de administrar as finanças e a economia nacionais. Se põem tanta ênfase na necessidade de uma "reforma agrária", mesmo não sabendo bem se poderão levá-la a efeito de forma plenamente satisfatória, dada a inegável complexidade de que se reveste a sua aplicação no Brasil, — seria útil fôssem advertidos de que, com relação à terra anular, antes de mais nada, e à produção, há que reformar, inclusive, a política oficial agrícola do país. Lembraríamos:

— dar ao Ministério da Agricultura a importância, que parece nunca haver tido, na condução da política agrícola do país, provendo-o de recursos financeiros e técnicos adequados, para que possa agir no planejamento e na assistência da atividade da terra em geral, diretamente ou através de convênios com as Secretarias da Agricultura dos Estados.

— aperfeiçoar os já existentes ou estabelecer os "estatutos" das lavouras de base, com vistas aos problemas internos do uso devido do solo, e à razoável defesa dos preços externos e domésticos.

— fundar e prover devidamente novas escolas de agronomia, que as existentes já estão aquém da expansão e da modernização das lavouras a requererem maiores contingentes de técnicos para deixarem a antiga fase da rotina;

— barateamento por todos os meios, de máquinas agrícolas, veículos de transporte, inseticidas e adubos, cujos custos, cada dia mais elevados, estão tornando por demais onerosa, e talvez insuportável, a atividade agrícola, mesmo para os empresários de alguns recursos.

* * *

Fico por aqui, finalizando esta conversa epistolar que a sedução do assunto me levou a esplanar talvez demasiadamente, — o que peço desculpar.

Esperando sejam de alguma utilidade ao ilustre Amigo os despretenciosos subsídios que lhe envio, permaneço ao inteiro dispor e me subscrevo


torquezes
BURDIZZO
e seringas
TEXAS
indispensáveis
a qualquer criador.
Com os legítimos torquezes BURDIZZO italianos a operação de castrar é muito mais segura e eficiente, não produzindo hemorragias nem feridas nos animais, evitando bicheiros ou infecções,
As seringas veterinárias TEXAS, são confeccionadas com matéria prima de grande resistência com micrométrica precisão, e com tubos de vidro de grosso calibre. Isto é garantia de longa durabilidade e perfeitas injeções.

Como Fundar um Clube Agrícola na Escola Primária

Juvenal Rocha Nogueira

Presidente da Federação dos Clubes Agrícolas do Estado do Rio

Inicialmente a professôra promoverá o preparo psicológico dos alunos, através de leituras, contos, apresentação de cartazes e dramatizações, sôbre assuntos referentes à agricultura, despertando nêles o interêsse para a fundação do Clube. Muito importante será a professôra levar seus alunos a visitarem propriedades vizinhas, onde haja pomar, horta, jardim, criação de pequenos animais, a fim de observá-los de perto, esclarecendo-lhes os aspectos mais objetivos. Melhor ainda se houver próximo, um Clube Agrícola permitindo-lhes em contato com colegas, conhecer o seu trabalho, aguçando-lhes o espírito e o desejo de imitá-los.

II FUNDAÇÃO

Não é uma imposição, e sim o desejo vivo dos alunos para essa atividade. Tôda criança gosta de lidar com plantas e animais; êsse interêsse dirigido pela professôra, fará de cada aluno um clubista orgulhoso de seu canteiro, de seu vaso, de suas aves. Uma vez interessados, caberá à mestra, reuni-los para a fundação do Clube. Em assembléia geral, sob sua orientação, escolher-se-á o nome do Clube e será eleita a Diretoria. Para a denominação serão apresentados diversos nomes tirados dos três reinos da natureza, datas e fatos históricos, santos padroeiros, personagens destacadas em obras humanitárias, cívicas, nas letras, artes e ciências. Um esclarecimento sôbre os nomes sugeridos, facilitará ao educando a apreciação para uma escolha acertada. Quanto à eleição dos membros da Diretoria, deverá figurar na chapa os nomes dos alunos mais capazes para as funções, nomes êstes que serão sufragrados em escrutínio secreto, dando-lhes assim uma lição de democracia. Empossados os eleitos, será constituído o Clube. Daí em diante, a direção dos trabalhos caberá ao Presidente. O Secretário redigirá a ata da sessão em livro próprio. A cópia da ata e os formulários, devidamente preenchidos serão enviados à Federação.

FUNCIONAMENTO

As tarefas agrícolas devem ser diárias, executadas pelos clubistas, antes ou depois das aulas, podendo receber ajuda dos membros da comunidade, principalmente, tratando-se de trabalhos mais pesados. As técnicas agrícolas devem ser ministradas com aplicações práticas, ao alcance das crianças, recorrendo-se aos ensinamentos do currículo de Ciências Naturais, afastando o empirismo, eliminando as crendices e superstições. Para manter o constante entusiasmo, deve-se vitalizar os trabalhos renovando-os sempre com realizações imediatas, como o plantio do rabanete, dado o seu curto ciclo vegetativo, o feijão de vara e a bertalha, pela exuberante vegetação; o tomateiro, pela fascinação do colorido de seus frutos; a couve, o repolho, o nabo, a cenoura, a beterraba, pela utilidade na "sopa escolar" dando-lhes a satisfação de saborear o produto do seu trabalho.

A criação de pequenos animais favorece o desenvolvimento do clube, principalmente a de coelhos, que é pouco exigente na alimentação.

Os membros da Diretoria devem reunir-se periodicamente, para discutir e tomar medidas necessárias, registradas pelo Secretário. O Tesoureiro deverá manter em dia o livro caixa. O Zelador cuidará das ferramentas e utensílios, trazendo-os sempre em condições para pronta aplicação no trabalho.

A fim de que a Federação possa aquilatar-se da operosidade do Clube e prestar-lhe auxílios, deverá êste remeter relatórios de suas atividades (segunda quinzena de junho e novembro) depois de apreciados em assembléia geral.

No ano seguinte, nos primeiros dias de aula, deverão ser renovadas as atividades do Clube, iniciando-se com uma assembléia geral e eleição da Diretoria.

ORIENTAÇÃO

Embora os trabalhos do Clube sejam executados pelos alunos, serão sempre orientados pela professôra numa assistência permanente, sem contudo, prejudicar o espírito de iniciativa ou diminuir a personalidade do educando. Numa escola, tôdas as professôras tomarão parte nas atividades do Clube, com as suas respectivas turmas, havendo uma responsável pela Instituição com a denominação de Orientadora do Clube Agríco-

la", constituindo merecimento, de acôrdo com o item 1 do Art. 11 do Estatuto aprovado pela Lei n.º 4 489, de 27 de outubro de 1960

Para iniciar os trabalhos é necessário que o terreno esteja cercado, para evitar a invasão por animais ou intrusos.

O plano agrícola está em função da água; dada a sua importância deve ser cuidadosamente localizada. Os recursos materiais, naturalmente, limitam as operações agrícolas, mas não caracterizamo valor da instituição que é essencialmente educativa. Numa escola de pouco terreno planta-se em pequenos canteiros e vasos; sendo de maior área, comporta uma boa horta para suprir a sopa escolar, assim como um pomar e criação de pequenos animais. Exercendo a escola influência decisiva na comunidade, o clube agrícola poderá atuar no sentido da extensão às residências dos alunos.

Além dos trabalhos de campo, constituem atividades atinentes ao Clube, as indústrias rurais, os trabalhos manuais, museu herbáreo, reuniões cívicas e recreativas.

Para melhor compreender o trabalho de seus filhos, a professôra promoverá o *Círculo de Pais*, mostrando lhes a necessidade de se criar o hábito de trabalho despertar a vocação pelo labor agrícola. Para reter o aluno por mais tempo na escola, nada melhor do que a "sopa escolar"; favorecendo as atividades extra curriculares.

Recomendamos, com insistência, que as atas, das assembléias e as resoluções devam ser lavradas em livro e os documentos catalogados. Tudo isso, deverá ser conservado, constituindo assim, o cêrvo da Instituição para que não desapareça com a constante remoção das professôras, pois o Clube Agrícola permanece.

Antônio de Arruda Câmara

Com o falecimento ocorrido a 18 de maio do corrente, do Engenheiro Agrônomo Antônio de Arruda Câmara, perdeu a Sociedade Nacional de Agricultura, um bom e dedicado colaborador.

Nasceu o Eng. Agr. Antônio de Arruda Câmara a 18 de setembro de 1895 no Sítio "Salgadinho", Distrito de Cachoeira de Cebolas", hoje Itatuba, Município de Ingá, Estado da Paraíba.

Filho de Antônio Conrado de Arruda Câmara e de D. Ana Veridiana de Arruda Câmara, já falecidos, casou-se com D. Gulomar de Arruda Câmara tendo uma filha Joana de Arruda Câmara Neiva, casada com o Dr. João Câmara Neiva e dois netos, Ivany Câmara Neiva e Augusto Câmara Neiva.

Fêz os estudos primários em sua terra natal e os secundários na cidade de Leopoldina, Minas Gerais, Colégio S. Sebastião e Ginásio Leopoldinense.

Diplomou-se em Agronomia pela Escola de Agricultura de Pinheiro, Estado do Rio de Janeiro.

Iniciou sua vida profissional em 1916, como administrador da Fazenda de Sant'Ana, Distrito do Rio Pardo, hoje Argerita, Município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.

Ingressou no Ministério da Agricultura, mediante concurso de provas, como Chefe de Culturas, em 1917.

Serviu nesse cargo junto às Inspetorias Agrícolas de Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Sul. Como Inspetor Agrícola serviu no Estado do Rio Grande do Norte, de onde, terminados os trabalhos preparatórios locais da contribuição da Independência do Brasil, foi chamado a servir na diretoria do mesmo Serviço (agôsto de 1921) e aí, por incumbência do Diretor Arthur Tôrres Filho, colaborou em serviço de equipe, no preparo da série de Mapas Agrícolas e do livro Aspectos da Economia Rural Brasileira editados em 1922.

Colaborou, na época nos trabalhos então publicados referentes aos inquéritos sôbre salários rurais, preço de terras, custo de vida e circulação de produtos agrícolas.



Em sua bibliografia, além de estudos sôbre carnaúba e tomate, figuram trabalhos sôbre aproveitamento do lixo, associativismo cooperativismo econômico e organização rural.

Na Comissão de Estados para a localização da Nova Capital, teve a seu cargo as investigações agronômicas procedidas no Estado de Goiás.

Assistente do Prof. Luiz de Oliveira Mendes, da Escola Nacional de Agronomia lecionou durante alguns anos a parte da cadeira referente à horticultura.

Submetendo-se a concurso de títulos para outra cadeira obteve classificação em primeiro lugar, em chave.

Organizou e presidiu diferentes congressos e reuniões técnicas entre as quais merecem destaque as seguintes:

1.ª Reunião Regional de Economia Rural, em João Pessoa, em 1941.

2.ª Reunião Regional de Economia Rural, em Fortaleza, em 1942.

1.º Congresso de Cooperativas de Consumo do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1946.

1.ª Reunião de Consulta às Cooperativas, no Rio de Janeiro, em 1951.

1.ª Reunião de Chefes de Agências do Serviço de Economia Rural e padronização de produtos agropecuários, do Rio de Janeiro, em 1952.

2.ª Reunião Algodoeira do Nordeste, em Campina Grande, em 1953.

2.ª Reunião de Consultas às Cooperativas, em Recife, em 1954.

Foi membro do extinto Conselho Nacional de Caça e representou o Ministério da Agricultura em diversos órgãos de deliberação coletiva inclusive a Comissão de Política Agrária, a Comissão de Abastecimento e Preços e a Comissão de Financiamento à Produção.

Ocupou a direção do Serviço de Expurgo e Beneficiamento de Cereais, extinto, e por duas vêzes o Serviço de Economia Rural.

Na imprensa especializada dirigiu ainda como estudante "A Charrua" e mais tarde, com Humberto Bruno, o Brasil Agrícola, tendo sido redator das revistas Moeda e Crédito e "Rural", sob a direção de Humberto Lamonier.

Era diretor da tradicional revista "A Lavoura", da Sociedade Nacional de Agricultura.

Ingressou na Sociedade Nacional de Agricultura em 1918, tendo exercido os cargos eletivos de membro do Conselho Superior, 4.º, 2.º e 1.º secretário e 3.º Vice Presidente.

Representou a veneranda entidade em numerosos Congressos e Reuniões.

Colaborou na organização da Escola de Horticultura Wenceslau Bello da qual foi Diretor durante longos anos e lecionou jardinagem em seus cursos profissionais.

Era sócio titular da Sociedade Nacional de Agricultura.

Situação dos trabalhadores rurais no nordeste

Integrando a comitiva do Ministro da Agricultura Sr. Armando Monteiro Filho que foi ao Nordeste, estudar a situação dos trabalhadores Rurais o Sr. B. Octávio Amaral Santos chefe do Gabinete do Presidente do Serviço Social Rural, apresentou ao Conselho Nacional daquela autarquia o relatório que publicamos a seguir.

Este relatorio representa o trabalho de nossas observações realizadas nos Estados de Pernambuco e Paraíba, onde, como integrantes da comitiva do sr. Armando Monteiro Filho, Ministro da Agricultura, participamos na qualidade de representante do senhor Presidente desta autarquia que, por se achar com seu estado de saúde abalado, não pôde comparecer.

A hora de representar o SSR e de participar de tão importante missão obriga-nos a relatar os fatos observados e a sugerir algumas providências de caráter imediato diante da angustiante situação dos trabalhadores rurais daqueles Estados.

SITUAÇAO OBSERVADA EM PATOS — ESTADO DE PERNAMBUCO

Senhor Presidente, naturalmente V. Excia., compreenderá êste relato, produto de nossas observações, levando em conta que não somos técnicos no assunto, nem tão pouco, pretendemos traçar "novos rumos" para o SSR. Queremos, isto sim, dentro das limitações legais a que está sujeita a autarquia, transmitir o que observamos e sugerir para melhor estudos e apreciações o produto de nossos contactos com os trabalhadores rurais.

Convidados pelo Vigário de Patos, Padre Antônio da Costa Mello — Padre Mello como é mais conhecido êsse sacerdote — para lá nos dirigimos em companhia do diretor da DITA e de seu assistente. O que o Padre Mello realiza em matéria de sindicalismo rural é qualquer coisa de notável, que deve e precisa ser divulgado. Cêrca de 20 mil trabalhadores rurais já se encontram agrupados em sindicatos aguardando, apenas, a efetivação da LEI OBJETIVA para sua concretização real naquele Vigário Mello, junto aos trabalhadores rurais, embora não seja ainda de todo compreendido pelos grandes proprietários, e, a nosso ver, a única salvação para os mesmos, uma vez que não prega, aquêle sacerdote, a divisão da terra pura e simplesmente, como medida capaz de solucionar os problemas sociais.

Procura êle enfrentando tôda sorte de dificuldades, esclarecer os camponeses para que se arregimentem em sindicatos, sem combates sistemáticos aos proprietários.

Preconiza tambem a prática do cooperativismo como medida, de caráter coletivo para as comunidades, sem com isso perderem, os mesmos, suas pequenas propriedades (quando a possuem) e, quando não a possuem, surgere a desapropriação de terras do Estado para formar pequenos sitios e dar o sentido e o estimulo de cada um possuir a sua propriedade. A nosso ver, o trabalho daquele sacerdote precisa ser compreendido e ajudado, uma vez que seu objetivo principal é a arregimentação da classe agrária, dentro do respeito as instituições vigentes e das tradições religiosas do povo nordestino. O exemplo do Padre Mello deve ser seguido e seu trabalho deve e precisa ser ajudado pelos órgãos que têm a responsabilidade de atuar na área agricola do pais, como é o caso do SSR.

CR PERNAMBUCO

O trabalho que vem sendo executado pelo nosso CR em várias áreas do Estado e cujos resultados podem ser avaliados pelo estado de completa paz social reinante como o caso de CAMOCIM, por exemplo, onde o CR mantém além da escola radiofônica, outras experiências em franco desenvolvimento atestam o que afirmamos. Os planos de habitações coletivas que será executado pelo CR em Camocim, mereceram referências elogiosas do superintendente da FUNDAÇAO DA CASA POPULAR, que nos acompanhou nas visitas no CR e a Patos, estando, mesmo aquela autoridade interessada em obter cópias dos planos para submetê-los ao estudo de seus técnicos como um dos melhores já apresentados no campo das experiências em habitações rurais.

VIAGEM A PARAIBA

De Recife, dirigimo-nos, acompanhando o Ministro da Agricultura, em viatura posta a nossa disposição pelo CR de Pernambuco, para João Pessoa. Na capital paraibana, aguardava-nos Sua Excia. o Governador do Estado que, depois de receber o Ministro da Agricultura e sua comitiva, passou a integrar, a mesma, seguindo imediatamente para Sapé. Naquele município na sede da Liga Camponesa, tiveram o Ministro da Agricultura e o governador do Estado o primeiro contacto com os camponeses locais em reunião que se prolongou por tôda manhã de segunda-feira.

DEPOIMENTOS

Várias manifestações de aprêço foram tributados aos Ministro e ao Governador do Estado. Sentidas reivindicações foram feitas pelos líderes camponeses, destacando-se a que formulou corajosamente o Presidente da Associação das Ligas Camponesas da Paraíba, sr. Assis Lemos, que em objetivos, ansiosos e sem demagogia aplaudido por grande massa de trabalhadores rurais, expôs ao Ministro da Agricultura e ao Governador do Estado

Estado. O trabalho executado pelo e demais componentes da comitiva, a situação aflitiva e, mesmo calamitosa dos trabalhadores rurais de Sapé. Depoimento de grande sentido social, espelhando bem o estado de miséria a que foram relegados os camponeses daquela localidade pela incompreensão e pelo egoísmo despótico dos proprietários rurais. Deteve-se ainda o Presidente da Associação das Ligas Camponesas e de maneira eloqüente, ao assassínio brutal do líder camponês Pedro Fazendeira, exterminado, a mando dos proprietários, ficando sua espôsa ao desamparo com seis filhos menores.

LIGA CAMPONESA

Verificamos a existência de um clima de tensão social, motivado, de um lado pelos proprietários dos grandes latifundios e de outro, pelos camponeses. Do lado dos proprietários a indisposição (até armada) contra os camponeses associados da Liga. Êsse estado de tensão chega ao ponto de alguns proprietários expulsarem, com capangas armados os trabalhadores rurais e suas famílias de suas terras, deixando-os entregues a sua própria sorte ou ao amparo da Liga Camponesa que os assiste, na medida das suas possibilidades, que são limitadas. Outro depoimento de grande sentido, foi o prestado pelo Presidente interino da Liga Camponesa local. Disse aquêle líder: "Nossas casas foram invadidas por sicários da polícia do Estado e pelo exército, a pretexto da busca de armamento e munição. Nada porém, foi encontrado. Livros, revistas e jornais foram apreendidos como "material subversivo" e pequenos objetos, confiscados a pretexto de uma segurança nacional, que não foi nunca abalada ou ameaçada por êsses modestos e humildes trabalhadores rurais, que o pretendem é, apenas um pedaço de terra para continuar, como até aqui trabalhando para o sustento de suas famílias. O simples fato dos trabalhadores pertencerem a Liga, não pode, de maneira alguma significar ameaça à segurança nacional e, muito menos, à tranqüilidade da nação a reivindicação dos camponeses esquecidos dêste país". Referiu-se ainda, ao seguinte fato: apenas por ter ido visitar um trabalhador rural prêso, para saber das providências que deveria a Liga tomar em sua defesa (já que fôra encarcerado por se ter rebelado contra a morte do Presidente da Liga Camponesa) e sem qualquer outra razão, ficara 20 dias prêso, sendo espancado por ordem dos senhores proprietários, que mantém em Sapé todos os representantes legais, tais como: Delegado, chefe do destacamento policial e outros. A prisão do líder dos trabalhadores gerou uma onda de revolta, embora de caráter pacífico.

SITUAÇÃO SOCIAL

O clima emocional ainda reinante pelo assassínio do Presidente da Liga Camponesa de Sapé, armou os espíritos. Uma onda de revolta passou a dominar os trabalhadores que, em massa, acorreram à Liga hipotecando solidariedade aos seus dirigentes. Cêrca de 1 500 famílias, encontram-se ao desabrigo, uma vez que foram expulsas a mão armada pelos donos das terras e se encontram alojadas algumas e vivendo à custa dos recursos da Liga, enquanto outras perambulam pela cidade a procura de abrigo e alimento. Milhares de trabalhadores pelo fato de pertencerem a Liga Camponesa se encontram sem trabalho, enchendo as ruas de Sapé e esmolando pelas estradas. E, claro está, que êsse clima de agitação é gerado pela miséria e pela fome que ronda a fertilíssima região que vai de João Pessoa a Sapé. Não acreditamos senhor Presidente e podemos mesmo afirmar, que não sentimos que tal estado de coisas tenha suas origens em infiltrações comunistas. Das sondagens que fizemos junto aos trabalhadores abandonados à sua própria sorte, sentimos que o tão "falado" perigo comunista" não existe. Não sabem aquêles modestos e incultos trabalhadores o que é comunismo, desconhecem completamente a ideologia vermelha, veneram a Deus e esperam dêle a solução para os seus problemas. Confiam, sem muita esperança, nas providências que as autoridades devam tomar, não descrentes, em parte pelo fato de muito que lhes foi prometido em tôdas as épocas e por todos os que, procura de votos por ocasião de eleições, os vão procurar; são descrentes das medidas paliativas, aguardam providências imediatas e de profundidade, não acreditam nos planos, nas comissões, nos grupos de trabalho, nos planejamentos e até nos próprios técnicos.

Desconhecem os inúmeros órgãos federais, estaduais e municipais, pois lá em Sapé, êstes não existem e, quando existem, não funcionam. Observamos o acendrado amor ao Brasil, coisa que nos sensibilizou, ver homens já encanecidos, desgastados pela rudeza do trabalho, combalidos pela falta de assistência médica e sanitária, terem pelo nosso país, sentimentos tão elevados, acreditarem na nossa pátria como acreditam em Deus. Criaturas, senhor Presidente com tais sentimentos, infelizmente, não difundidos em outros centros chamados de civilizados de nossa terra, não professam, não comungam, não formam ao lado dos que pretendem impor suas ideologias importadas explorando a pobreza e a miséria que, infelizmente, dizíam os nordestinos, tão presos às nossas tradições religiosas e democráticas. Não acreditamos, pelos contactos mantidos que êsses infelizes trabalhadores rurais estejam participando de movimentos que visem a uma revolução comunista. O que existe é o fantasma da fome e da insegurança elementos geradores dêsse clima tenso, onde as relações entre os senhores proprietários e seus assalariados se apresentam com características de conflito.

Verificamos que a tensão social na Paraíba apresenta-se como se fôra um espelho onde são refletidas as imagens de uma situação social que chegou ao seu têrmo onde não existe mais lugar para a demagogia das soluções transitórias e o efeito político que se queira tirar dessa situação. O Brasil agrário reclama dos poderes competentes soluções eqüânimes.

Observamos senhor Presidente ainda na linha das considerações de caráter psicológico com relação ao homem do nordeste, o seu quase patético amor à família, sentimento êsse que bem diz das nossas tradições. O homem nordestino em defesa de sua família torna-se perigoso. Seu amor, sua dedicação à prole atingem as raias do inqualificável. Em defesa da família, em defesa das suas tradições, em defesa do seu torrão, o homem nordestino será capaz até de revolução. Observamos, senhor Presidente (e aí a nota sentimental desta narrativa) quão caro é para nós da geração que se vai findando rever como num caleidoscópio, tudo aquilo que representou o nosso alicerce, que firmou a nossa personalidade. O respeito quase religioso aos velhos, aos avós, aos pais aos primogênitos e a adoração a criança. Ao contacto com os homens rudes do nordeste, sem escola, sem jornais, sem rádio, televisão ou livros, podemos senhor Presidente, sentir saudades dos tempos da meninice quando ainda

tes princípios eram seguidos religiosamente por todos que tiveram como nós a ventura de ter nascido neste país. As tradições que ainda no Norte e Nordeste permanecem sedimentam nos forasteiros o amor à terra e continuam sendo o ponto principal na formação dos homens, e que tem se constituído na garantia da permanência das nossas mais caras tradições e a razão de ser da nossa afirmativa de que nenhuma ideologia, que não a democrática, tenha se fixado na mentalidade do nosso povo.

ATUAÇÃO DO MINISTRO

Senhor Presidente. Sentindo o quanto tem preocupado o titular da pasta da Agricultura o problema hoje muito mais agravado, do Nordeste, tecemos aqui algumas considerações a respeito das mesmas.

Sua Excia., espírito jovem e atualizado e como nordestino que é, não tem descurado no trato dêsses problemas, desenvolvendo intensa atividade na busca de soluções objetivas e concretas, embora lutando com os parcos recursos de que dispõe o Ministério da Agricultura, com quase todos os departamentos técnicos desprovidos das verbas necessárias a uma completa eficiência de situação na área nordestina.

A solução de tão graves problemas, e de forma imediata, muito tem preocupado o Senhor Armando Monteiro Filho. Sua atuação tem se feito sentir naquele importante órgão do poder público, pela constância do seu titular em todo território nacional, procurando, com a sua presença, conhecer de perto os problemas e resolvê-los da melhor maneira possível. Assim a participação do Ministro da Agricultura, naquelas paragens levando consigo tôda uma equipe de técnicos e representantes dos vários órgãos subordinados ao seu Ministério, representou para os trabalhadores de Sapé mais uma esperança na atuação dinâmica que o jovem Ministro empresta à sua gestão. As soluções encontradas pelo senhor Armando Monteiro Filho, no contacto direto com o problema, representarão a presença do Conselho de Ministros na rota de tensão social e para a qual estão voltadas as atenções gerais do país. Medidas que devem entrar em vigor imediatamente serão apontadas ao Conselho de Ministros pelo titular da Agricultura, e essas não são soluções paliativas ou de efeito demagógico. As medidas estudadas e aconselhadas para o caso de Sapé, representam o esfôrço de uma equipe bem chefiada e apoiada integralmente pelo Govêrno, representado pelo senhor Armando Monteiro Filho.

A maneira franca com que o Ministro se expressou no contacto mantido com os camponeses de Sapé, foi o ponto alto dos acontecimentos. Não houve limitações para o esfôrço dispendido pelo representante do Conselho de Ministros e do Presidente da República. Sua Excia. se apresentou aos trabalhadores rurais de Sapé com sobriedade, falando a linguagem que o sertanejo gosta de ouvir e prometeu sòmente aquilo que realmente pode cumprir. Não fêz promessas vãs. Limitou-se a ouvir as reivindicações legítimas dos camponeses e com êles travar o diálogo necessário para o desarmamento dos espíritos. A presença sempre constante do governador do Estado que acompanhou de parte tôdas as demarches, foi também assinalada como um autêntico triunfo dos trabalhadores rurais paraibanos uma vez que foi a primeira vez que um Ministro de Estado desloca para uma tão distante localidade do interior brasileiro tôda uma equipe de trabalho e planejamento, para estudar e oferecer soluções rápidas e inadiáveis, de acôrdo com o que reclama a conjuntura agrária do Estado.

As esperanças fundadas dos camponeses de Sapé, nas medidas que o Govêrno Federal vai adotar podem ser traduzidas pelo relatório que o titular da pasta da Agricultura levará ao Conselho de Ministros, para sua completa efetivação. Acreditamos, senhor Presidente, que com tais métodos de govêrno possa-se ainda salvar o trabalhador brasileiro das garras da miséria e do desespêro e conduzi-lo ao caminho certo das suas conquistas sociais, sem a preocupação, um tanto exagerada do "perigo comunista".

SOLUÇÕES APRESENTADAS PELO SSR EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA

Representando V. Excia., senhor Presidente e o Serviço Social Rural, fomos convocados, ainda na Paraíba, em João Pessoa, para uma reunião em Palácio.

Depois de ouvirmos os vários órgãos da administração federal e estadual convocados pelo Ministro e pelo Governador do Estado coube-nos a honra de falar em nome do SSR.

Procurando, de maneira clara, objetivar as condições de quase impedimento de uma atuação imediata do SSR em consequência dos próprios entraves criados pela lei geradora desta autarquia, expusemos o que a nosso ver podia ser feito pelo SSR através do Conselho Regional da Paraíba e que passamos a enumerar para conhecimento de V. Excia. e também do Egrégio Conselho Nacional.

1. Sugerir, com a aprovação do Conselho Nacional, seja suplementada a dotação orçamentária do C. R. da Paraíba, ficando o mesmo obrigado, no prazo de dez dias, a fornecer ao C. N. o plano de emergência e o "quantum" necessário para sua atuação imediata. O Conselho Nacional deverá autorizar a suplementação do orçamento do C. R. da Paraíba, tendo em vista a situação de calamidade existente naquele Estado;

2. deslocar imediatamente para o município de Sapé, uma assistente social e um agrônomo, para entrar em contacto imediato com a Liga Camponesa daquela localidade e, junto com a mesma estudar um plano de aplicação imediata de recursos para minorar as baixas condições de vida dos trabalhadores rurais.

OBSERVAÇÕES

Deve-se acrescentar (quando propomos o deslocamento de dois técnicos do C. R. da Paraíba para entrar em contactos imediatos com a Liga Camponesa) o fato de ser aquela entidade, o órgão que verdadeiramente representa a maioria, senão a totalidade, dos trabalhadores locais. Não vemos conveniência, dado o estado de tensão existente entre a classe patronal e os camponeses, do SSR comparecer, juntamente com a Associação Rural local, pelos motivos de quase conflito existente entre as duas classes.

Achamos melhor o contacto com a Liga Camponesa, por ser ela a entidade que está atendendo, dentro das suas limitações financeiras, a perto de mil e quinhentas famílias, que se encontram no mais completo estado de penúria e abandono, expulsas que foram pelos proprietários rurais, de suas terras.

O Ministro da Agricultura, no contacto que manteve com a Liga Camponesa, prometeu instalar imediatamente — ainda esta semana — um Pôsto do SAMDU, um Pôsto do SAPS e uma Cooperativa de Consumo financiada pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo, para fornecer gêneros alimentícios aos associados da Liga Camponesa, sob a orientação, di-

(Continua na pág. 44)

PRÊMIO «ENNES DE SOUZA»

I — A êste prêmio, constante de medalha de ouro e de diploma artístico, distribuídos anualmente, poderão concorrer agrônomos e veterinários brasileiros diplomados nos três últimos anos pelas nossss escolas oficiais ou reconhecidas.

a) classificados entre os três primeiros da turma,

b) sem nenhuma reprovação durante o curso;

c) que figurarem nas listas enviadas pelas respectivas Escolas até o dia 30 de junho; e,

d) que não tenham já conquistado o referido prêmio em anos anteriores.

II — Para efeito do disposto no ítem anterior, alínea "c" deverão as Escolas de Agronomia e as Escolas de Veterinária remeter, com os respectivos currículos, a lista dos três primeiros de cada turma (relativas aos três últimos anos) que satisfaçam as exigências da salíneas a e b.

III — Os candidatos que satisfizerem as exigências do ítem a, b, c e d, deverão inscrever-se durante o mês de junho e remeter, sôbre assuntos anualmente fixado, à Secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura, até o dia 30 de setembro, em três vias, com 30 a 40 páginas datilografadas, tamanho almaço

IV — As ilustrações serão consideradas fora di texto.

V — O julgamento será feito durante a segunda quinzena de outubro, tendo em vista:

a) o currículo do candidato — pêso um;

b) o valor do trabalho apresentado — pêso três.

VI — Os trabalhos classificados terão a sua publicação assegurada no órgão oficial da Sociedade e em separata, da qual 100 exemplares serão fornecidos aos respectivos autores.

VII — A entrega dos prêmios — diploma e medalha de ouro — será feita em sessão solene realizada em outubro.

VIII — A Sociedade Nacional de Agricultura concederá aos premiados passagem e ajuda de custo para hospedagem, no caso de residirem fora desta Capital.

IX — Na hipótese de um premiado ser casado, será fornecida passagem para o casal e na de se tratar de moça solteira será concedida passagem a um acompanhante.

X — Haverá duas comissões julgadoras, presididas por um Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura e integradas por três técnicos cada uma, sendo a primeira, composta de três agrônomos, e a segunda de igual número de veterinários, dos quais um agrônomo indicado pela Sociedade Brasileira de Agronomia e um veterinário indicado pela Sociedade Brasileira de Medicina e Veterinária.

XI — O julgamento será feito isoladamente pelos membros da comissão julgadora:

a) em votos escritos e devidamente justificados, entregues ao Secretário Geral da Sociedade, em envelope fechado;

b) o Diretor da Sociedade, integrante da comissão ordenará os resultados, em reunião sob sua presidência, da qual será lavrada ata, por todos assinada;

c) em caso de empate, haverá reexame do trabalho, prorrogando-se a reunião pelo tempo que fôr julgado necessário.

XII — São os seguintes os temas de 1963:

AGRONOMIA — Citricultura no Brasil.

VETERINARIA — Erradicação do berne e do carrapato no Brasil.

AJUDA DE CUSTO — Cr$ 10.000,00, além da passagem.

Conselho Nacional de Reforma Agrária

Discurso do Dr. Edgard Teixeira Leite na instalação do Conselho de Reforma Agrária.

A reunião que ora se realiza é de alto conteúdo social, político e econômico, porque marca o início da Reforma Agrária no Brasil.

Tendo empolgado o país, desbordando dos seus naturais campos de atividade, invadiu impetuosamente todos os setores da opinião nacional. Os elementos ainda os mais estranhos à economia agrária passaram a se interessar por ela. Na imprensa diária e periódica, nas associações culturais, das mais diversas categorias, através de simpósios, de mesas redondas, foi-se reunindo uma documentação abundante e valiosa, poucas vêzes verificadas em assuntos desta natureza.

A Igreja — vigilante e com a exata compreensão das suas responsabilidades — afrontou o problema com prudência mas com decisão. No Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas dos Estados numerosos discursos e projetos foram proferidos e apresentados.

O Conselho Nacional de Economia, com a sua autoridade, de órgão especializado para tais tarefas, promoveu longo debate, em tôrno do ante-projeto organizado por uma comissão de ilustres técnicos, os quais em boa hora [illegible] um volume contribuição [illegible] para a matéria.

A Classe Rural, através do seu órgão máximo, a Confederação Rural Brasileira, e suas Federações filiadas, que de há muitos anos, atenta ao problema, vinha estudando a questão em Reuniões Nacionais e Regionais dando magnífica demonstração de maturidade política, promoveu a VI Conferência, nesta cidade, que continua a ser o centro político da nação, a maior demonstração deste gênero já realizada no Brasil pelo número e excelente qualidade de sua representação, congregando homens de tôdas as regiões de nossa pátria onde se alinharam pontos de vista dos mais avançados e liberais, lado ao encontro dos anseios dos nossos patrícios, homens sem terra, desejando ter à ela acesso, e daqueles, que vivem em terra alheia e que são, todos êles, os seus mais valiosos e dedicados colaboradores.

Deste memorável certame, resultou uma programação — através de declarações de princípios que constituem uma das mais completas diretrizes para o problema agrário do país.

Na Conferência de Itamarati, a nação pôde ouvir a palavra do Presidente João Goulart que deixou bem claro, que as justas aspirações do homem do campo devem ser atendidas, precisam ser atendidas, mas que para serem atendidas não há necessidade de subversões sociais mas realizadas dentro da ordem e da lei.

Antecipando-se à ação federal vários Estados enfrentaram a Reforma Agrária, com as limitações naturais decorrentes do problema depender de fatôres que são da esfera da União. Dentre eles ressalta a Revisão Agrária de São Paulo que constitue um campo de observação dos mais [illegible] pela sua real objetividade e pela tenacidade com que está sendo executada.

O atual Govêrno, desde ao primeiro dia estimulou o prosseguimento do Grupo de Trabalho anteriormente constituído de que surgiu o chamado ante-projeto Milton Campos. O Ministro da Agricultura tomando-o como base de trabalho re-estudou a matéria e elaborou um ante-projeto com marcantes contribuições originais que obteve a maior repercussão e que é uma demonstração bem clara dos propósitos do Govêrno, de não mais protelar a execução da Reforma Agrária.

O Parlamento já agora vai debatê-la não mais através de proposições de caráter individual e do projeto apresentado pelo próprio Conselho de Ministros, o que algumas excelentes sem favor mas é prova a mais da decidido intuito de pô-la em prática.

Vale entretanto esclarecer certos ângulos do problema que tem sua começo de solução através do órgão que hoje se instala.

Na verdade o andamento, [illegible] acelerado da medida do Parlamento, nos permitirá que ela se transforme em lei [illegible] a [illegible] que se impõe e que [illegible] sentem [illegible] foi lembrado com particular ênfase no discurso de Volta Redonda pelo Presidente João Goulart.

Depois de expedida a diploma legal, haverá a fase delicada de sua regulamentação, da organização do órgão executor, da escolha dos seus dirigentes e da tarefa difícil e ingente da constituição dos seus quadros de trabalho pois a Reforma Agrária brasileira irá constituir realização da máxima envergadura, em superfície e em profundidade.

Tudo isso exige tempo — prazo nunca menor de dezoito meses mesmo pelos cálculos mais otimistas.

Considerando estes naturais obstáculos o Conselho de Ministros numa feliz inspiração — que merece destaque e louvor — decidiu criar um órgão — que é o que hoje se instala presidido por um Ministro de Estado — fixando assim o seu alto gabarito e que pudesse, sem mais demora, dar início à tarefa de implantação da Reforma Agrária no Brasil.

Foi êle provido de amplas atribuições. E se não lhe faltarem meios de ação, isto é, condições técnicas e administrativas para [illegible] em seus objetivos. E estamos convencidos disto diante do vivo interêsse já demonstrado a respeito pelo Ministro Armando Monteiro Filho.

Não há de ser apenas um órgão a mais, mas um órgão para funcionar de verdade.

Na verdade, medida de tanta envergadura não pode prescindir de medidas preliminares que são fundamentais. Não se constrói um grande edifício sem que se conheça o terreno sem que seja êle preparado para receber as fundações, tarefa que passando quase despercebida é entretanto essencial.

É o que a nós deste Conselho cabe efetuar com decisão e presteza, nestes poucos meses, que poderão entretanto representar um grande avanço tornando-se êste Conselho o instrumento acelerador

[illegible] Reforma Agrária. Já se [illegible] de valiosa massa de estu[illegible] de todos os tipos realizados pela Comissão Nacional de Política Agrária, cujo acervo [illegible] incorporar [illegible] de se [illegible] patrimônio que representam os debates e estudos sôbre [illegible] e realidades [illegible] com os mais diversos setores da vida cultural do país.

[illegible]

Na verdade a Reforma Agrária não pode ser realizada de forma empírica, com o primarismo de [illegible] distribuição de terras, sem que se dê ao novo proprietário os instrumentos capazes de fazê-los produzir, evitando o que já [illegible] neste continente, com [illegible] dolorosos exemplos, constituindo-se em verdadeira desorganização da produção agrícola.

Tem que ser executada atendendo às condições brasileiras, aproveitadas as lições do que se tem feito alhures, mas sem nos [illegible] estritamente a figurinos estrangeiros. Para não se transformar numa reforma contra o Brasil tem de equivaler a uma verdadeira revolução agrícola, [illegible] é, um grande movimento de convergência pela atuação racionalizada de todos os fatôres que concorrem para a produção. [illegible] da modificação indispensável da estrutura do nosso velho [illegible] agrário terá como nota [illegible] a [illegible] transformação de uma agricultura extensiva, de [illegible] predatória, em lavoura que apresentem [illegible] de racionalização.

[illegible]

[illegible] neste sentido que a Reforma Agrária tem de ser o instrumento para preencher o fosso que separa [illegible] os dois Brasis, o da lavoura e o da indústria, equivalendo a um movimento decidido e [illegible] de elevação social e econômica das populações rurais.

E poderemos realizá-la sem subversões sociais, sem revoluções, sem [illegible] dentro dos moldes estabelecidos pelas nossas instituições [illegible] dando o nosso país [illegible] um exemplo de [illegible] sentimento de moderação, [illegible] independência [illegible] do Brasil [illegible]

[illegible]

E [illegible] Reforma Agrária [illegible]

Temos um povo em expansão, expansão demográfica que cresce [illegible] três milhões [illegible] por ano [illegible] para atendê-lo, nas necessidades de sua alimentação e [illegible] de acesso à terra própria temos imensas disponibilidades, algumas já em mãos do próprio govêrno federal.

E as modificações, todas elas com raízes feudais, que a nossa estrutura agrária exige hão de ser levadas a efeito com a compreensão de todos e a aceitação de todos.

Este ano [illegible] da Reforma Agrária [illegible] como este govêrno [illegible] Govêrno da Reforma Agrária.

[illegible]

[illegible]

Um bom e útil livro sôbre zoologia

Os Insetos [illegible] de Eurico Santos

O livros de Eurico Santos são sempre recebidos com agrado pelos professôres de zoologia que vem nêles bons auxiliares para despertar nos estudantes o interêsse pelo estudo dos animais, como também pelo público em geral, já habituado a encontrar nêles um completo repositório das curiosidades e maravilhas da vida animal.

Da mesma forma que as outras obras já publicadas "Os Insetos" constitue, sem dúvida, mais um valioso volume da série Zoologia Brasílica, em boa hora editada por F. Briguiet & Cia.

Para que se tenha uma idéia de tão interessante livro de divulgação das coisas do mundo dos insetos, basta a citação de alguns de seus capítulos, uma miuçalha pouco conhecida. A magrísima família dos bichos de [illegible], O louva a Deus e falso devoto. O piolho dos livros e o relógio da morte, Cigarra curiosa; A caluniada jiquitiranabóia, As cigarras cantadoras, Os mais velhos insetos do mundo, os lepismas; pequenos, e por vêzes, quase microscópicos inimigos das plantas os trips.

Sua leitura não se recomenda, apenas, àqueles que desejam ter uma cultura geral sôbre a vida maravilhosa dos insetos, ela é, igualmente útil aos agricultores pelos [illegible] a respeito dos insetos que tantas preocupações causam como as baratas, percevejos da cama e outros e, finalmente aos estudantes dos ginásios que pouco sabem da vida dêsse grupo de artrópodes.

Continue Eurico Santos na trilha que enveredou, pois assim procedendo está prestando um valioso serviço ao país, divulgando, de uma maneira clara e simples, tudo quanto necessitamos conhecer a respeito da vida, dos costumes e dos hábitos de nossos animais.

ESTOCAGEM DE CARNE BOVINA

Contestação e comentários às críticas do memorial da Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central ao plano de estocagem de carne para entressafra de 1962

A Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central, com sede em São Paulo, orgão cuja fundação só foi comunicada a 3 de janeiro do corrente ano, participou de duas reuniões com o Presidente do Grupo de Trabalho de Estocagem de Carnes para a entressafra de 1962, realizadas respectivamente em princípios de fevereiro no Rio e a 9 de março último em São Paulo.

Nessas reuniões foi solicitada, da direção daquela Associação e dos demais participantes assim como de todos os seus integrantes, com a máxima urgência, a relação nominal e os pedidos individuais de todos os abatedores associados que desejassem e pudessem participar da estocagem de carne congelada, mediante a declaração ao G. T. de Estocagem dos quantitativos a armazenar e locais de armazenamento, elementos êsses para estudo e fixação imediata das quotas definitivas de armazenamento para cada um.

Na segunda reunião acima citada tornou-se patente a inconformação de certo número de membros da referida Associação diante da perspectiva de interrupção dos abates para suprimento de carnes verdes ao consumo de São Paulo e Rio, por ocasião da distribuição dos estoques de carnes congelada a estas duas praças

Diante do exposto e sem promover até agora, como havia sido solicitado, com urgência, a remessa dos pedidos de estocagem de seus associados para estudo do G. T., promoveu aquela Associação, além de uma campanha jornalística contra a estocagem, a ida à Brasília, a 13-3-62, de sua Diretoria em Comissão a fim de entregar, ao Sr. Ministro da Agricultura, Memorial contendo críticas e sugestões ao Plano de Estocagem de Carnes para 1962, plano êstes já publicado na imprensa diária após sua aprovação pelas altas autoridades administrativas do país, ocorrida em 18-9-62. Acresce mencionar que o G. T. de Estocagem de Carnes frisou e continua acentuando a urgência absoluta da execução da estocagem planejada e aprovada, a fim de que seja amplamente aproveitado o presente período de safra que se constitue em ocasião ótima para o início dos abates visando aquela finalidade

Sôbre o conteúdo das críticas publicadas sob os auspícios da Associação dos Abatedores e Frigoríficos do Brasil Central passaremos a traçar nossos comentários

1º) A estocagem em causa foi decidida pela Presidência da República através do seu Memorando G.P./M.A.-85, de 15-5-61, nos seguintes têrmos: "Ministério da Agricultura Banco do Brasil Excelências:

1º) Promover a estocagem de 25 mil toneladas de carne, na próxima safra, pelo que mantenho em atividade, em caráter *permanente*, o Grupo de Trabalho, que adotará, para esse fim tôdas as providências, *em tempo hábil*"

Verifica-se da transcrição supra, que a efetivação da estocagem em vias de execução resultou exclusivamente de determinação expressa da própria Presidência da República e não de pedido ou sugestões dos chamados grandes frigoríficos Abatedores

2º) O quantitativo de 25 000 toneladas, congelado e a ser estocado, foi fixado diante da existência de praça fria *disponível* para êsse fim, no Estado de São Paulo e no Rio, além daquela normalmente utilizada tanto no conservação de outros produtos perecíveis como no preparo de produtos industriais

Os armazéns frigoríficos a serem utilizados no Rio que exploram a indústria armazenadora fria, são os seguintes:

Frig. do Cais do Pôrto	Capacidade disponível	5 000 ton
" Da Clara	" "	5 000 "
" Tutuí	" "	5 000 "

No Estado de São Paulo

Frig. Cinara —	Capacidade disponível	5 000 ton
(Santos e Araraquara)		

Nos Frigoríficos privados de Matadouros Frigoríficos

T. Mala	Capacidade disponível	1 500 ton
Frigorífico Anglo	" "	6 250 "
" Mouran	" "	2 000 "
" Armour	" "	4 500 "
" Piobal	" "	900 "
" Swift	" "	2 250 "
" Cruzeiro	" "	500 "
" Wilson	" "	3 500 "
" T. Minas	" "	
" (B. Mansa)	" "	600 "

Do exposto constata-se que a capacidade *disponível* dos armazéns frigoríficos públicos, localizados no Rio e em São Paulo, eleva-se a cêrca de 16 500 toneladas e dos armazéns privados, nos Estados de São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro perfazem, aproximada e isoladamente, — 22 000 toneladas. O total geral *disponível* de praça fria — atinge, portanto, a cêrca de 38 500 toneladas de capacidade.

Necessitando-se apenas de 25 000 toneladas para a estocagem a ser distribuída na entressafra do presente ano, resulta uma sobra de 35% daquele total disponível, que se destinará, naturalmente, a outros produtos perecíveis e àquêles sob processo de industrialização.

Essa demonstração numérica torna sem efeito portanto a afirmação da inexistência ou insuficiência de equipamentos frigoríficos para o armazenamento da tonelagem de carne destinada ao abastecimento na entressafra, sendo que, só no Rio, a aparelhagem das firmas que exploram a indústria armazenadora fria ultrapassa as necessidades do quantitativo de carne a ser armazenada prevista para o consumo desta cidade no período de carência de 1962.

3.º Tendo-se em vista o quadro da capacidade frigorífica privada dos estabelecimentos abatedores, segue-se que o Govêrno não poderia, de forma alguma, pensar em estocagem de carne para a entressafra sem a cooperação dos mesmos, principalmente em São Paulo, onde não existem estabelecimentos frigoríficos oficiais ou privados, de envergadura, *que explorem o aluguel de praça fria*.

4.º Em centros consumidores como os do Rio e São Paulo, onde o hábito do consumo da carne verde é tradicional, e a carne congelada, nas acidentais ocasiões, de seu consumo obrigatório, sofreu, no passado, um longo processo de descrédito, originado pela falta de descongelamento prévio do produto a ser lançado ao consumo, conferindo êste fato mau aspecto ao produto, não poderiam se abalançar, os chamados grandes frigoríficos e nem quaisquer outros estabelecimentos do gênero, a estocar, de motu-proprio, carne congelada para consumo, usando da preferência da frente com a carne verde, pois que esta continua gozando da preferência no consumidor. Todavia aquêle tipo de estabelecimento distribui normalmente carne frigorificada, também acumulada em suas próprias câmaras frias por ocasião dos períodos ótimos das safras, independentemente de utilização oficial.

Nestas condições, e porque a estocagem importa num investimento relativamente prolongado de vultoso capital, torna-se intuitivo que o armazenamento volumoso de carne, para consumo na entressafra, só poderia ser promovido pelo Govêrno mediante a adoção de duas medidas fundamentais:

a) — concessão de financiamento, e

b) — limitação ou suspensão temporária da distribuição de carne verde no período de consumo da congelada em estoque.

Acresce mencionar que a carne estocada na safra, para sua distribuição na entressafra, permite sempre, aos abatedores, vantagens maiores que a carne verde de reses abatidas na entressafra.

5.º) É de lamentar a ignorância da crítica no querer estabelecer paralelo entre os financiamentos à rês para o criador e àquela, garda, congelada e pronta para entrega ao açougueiro, depois de 5 a 7 meses de armazenagem, após o seu abate.

Êsse comentário crítico que deplora e condena o volume total do financiamento necessário à estocagem prevista, considerando-o um pesado ônus ruinoso para o Erário, ou para o Govêrno, esqueceu-se de que o seu retôrno é integral por ocasião da entrega da carne ao consumo, acrescidos juros correspondentes a operação.

6.º) Os industriais constitutivos da Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central demonstraram-se consternados com o sacrifício do consumidor, na entressafra próxima futura, pois que consideram excessivas as despesas da estocagem prevista e que, na época agravariam os preços da mercadoria. Todavia, essa consternação, que, mereceu e merece a nossa máxima simpatia, resultou também da ignorância do ocorrido em anos anteriores, inclusive em 1961, quando, sistemàticamente, a carne verde ultrapassou os preços da carne

congelada então distribuída. No presente caso como em outros, os fatos passados e a experiência dêles resultante, não podem deixar de se sobrepor às simples afirmativas destituídas de comprovação.

7.º) Afirmar também aquelas indústrias, abatedoras e marchantes, fornecedores exclusivos de carne verde ao mercado consumidor, que o Plano de Estocagem, tal qual foi apresentado e aprovado pelas autoridades federais de cúpula, fortalece posições monopolísticas no mercado. A posição monopolística aludida seria aquela dos estabelecimentos industriais providos de aparelhagem frigorífica que, aliás, se impõe hoje a todo o moderno estabelecimento abatedor.

Perguntaríamos, sôbre o alegado, que tipo monopolístico seria êste, constituído, só na Região Brasil Central, por numerosos matadouros frigoríficos, a maior parte dos quais já "interiorizados, isto é, funcionando junto às zonas produtoras e capacitados, por isto, de séria concorrência aos estabelecimentos congêneres situados na faixa litorânea ou nos grandes centros consumidores. Para melhor julgamento do perigo monopolístico alegado passaremos a citar apenas os matadouros industriais que solicitaram quotas de estocagem para a entressafra próxima. São êles os seguintes:

aquelas 11 emprêsas citadas de forma alguma poderiam exercer qualquer atuação monopolística nos referidos mercados. Ainda há mais.

O Sindicato da Indústria do Frio, no Estado de São Paulo, de que fazem parte muitos dos estabelecimentos acima arrolados, comunicou ao G. T de Estocagem haver pôsto à disposição dos filiados à Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central 4 000 toneladas de armazenagem frigorífica a título de cooperação. Que tipo de organização monopolística é essa que para o total do fornecimento previsto concede a seus concorrentes parte de sua própria aparelhagem-fria para 16% do total a armazenar?

Confessamos que aquêle ato de solidariedade e cooperação nos surpreendeu agradàvelmente tanto pela sua espontaneidade como pelo inesperado do gesto entre firmas concorrentes do um mesmo mercado limitado.

8.º) Quanto aos "riscos sérios de alta considerável do gado e da carne", pressupostos pela crítica ao Plano de Estocagem aprovado, parece-nos que os seus efeitos não foram devidamente analisados.

É voz corrente haver agora, nas invernadas do Brasil Central, número excepcional de gado gordo a espera de

Matadouro	Frigorífico	— T. Maia	— Interiorizado
"	"	— T. Minas	— B. Mansa
"	"	— Mouran	— Interiorizado
"	"	— Armour	— São Paulo
"	"	— S. Amaro	— Interiorizado
"	"	— Anglo	— Interiorizado
"	"	— Swift	— São Paulo
"	"	— Pinhal	— Interiorizado
"	"	— Cruzeiro	— Interiorizado
"	"	— Wilson	— São Paulo
"	"	— Ricardo	— Interiorizado
"	"	— T. Minas	— São Paulo

Tratando-se de se proceder a estocagem para abastecimento exclusivo dos centros populacionais do Rio e São Paulo, parece-nos que

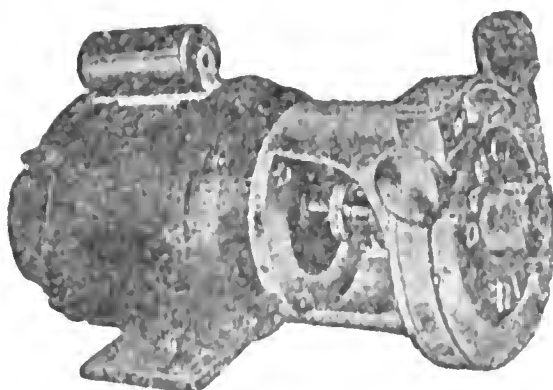
solicitação, determinado êste fato por dois fatores:

I) — Existência de remanescentes de gado gordo da safra passada, emagrecidos pela sêca do ano anterior, que permanecer nas invernadas, já aclimatados a estas e que, por isso, melhor reagiram numa engorda-rápida por ocasião do nôvo período de vegetação das pastagens;

II) — procura atual de gado gordo menos intensa que a normal, por fôrça dos elevados preços da carne ao consumidor, determinativos de consumo mais baixo, ou de subconsumo.

Presentemente, a procura de gado gordo está estacionária e mesmo em declínio assim como os seus preços, fato êste comum nos períodos de safra intensa na década passada e pouquíssimo evidente nos últimos tempos. Embora saibamos que o ideal, para o abatedor, é a continuidade de manutenção de baixa nos preços do boi gordo, ou sua estabilização, não se pode concluir que os seus preços atuais corram "riscos sérios de alta considerável", pois que a matança de cento e poucas mil cabeças de bovinos, até junho e julho próximos (cêrca de 120 dias), não perturbará a normalidade do mercado de bovinos, principalmente porque, nesta quadra do presente ano, os invernistas estão necessitando realizar numerário o mais imediatamente possível através das respectivas engordas atuais para poderem deixar as invernadas em descanso e efetuar negócios futuros de gado magro, não lhes sendo propício, portanto, o momento financeiro em curso para o exercício da especulação dos preços.

Há, ainda, e isto é preponderante que a interrupção das matanças para fornecimento de carne verde num período máximo de 45 dias, de outubro a novembro, que são os piores meses da entressafra, forçará os invernistas a se desfazerem ràpidamente de suas



boiadas, principalmente daquelas destinadas a especulação dos preços no período crítico citado. Diante do exposto, não temos dúvida em contestar a afirmativa da crítica de "alta considerável" da carne, motivada pela efetivação do armazenamento para a entressafra. Acresce mencionar que a quebra de pêso do boi gordo, de julho à novembro é em média de 2,5 arrobas, isto é, de 5 a 8 quilos por rês. Corresponderia ela, aos preços atualmente vigorantes (1 600 a 1 800 por arroba na invernada) a um prejuizo mensal da ordem de Cr$ 750,00 a 800,00 por cabeça a partir do fim de junho. Estaria o invernista disposto a êste prejuizo sabendo da interrupção das matanças no periodo de outubro a novembro?

Quanto ao que o Plano de Estocagem encerra ou possa encerrar de desestimulo à engorda de bovinos para a sêca, conforme a critica assevera, só a ausencia propositai de senso analítico do problema poderia permitir tal afirmativa. Numa região como a considerada neste caso, com os recursos climáticos e metereológicos conhecidos, com as pastagens artificiais de que dispõe podendo por isso permitir estocagens apreciáveis como a do atual Plano e que deverão ser ampliadas no futuro, principalmente por fôrça daqueles fatores climáticos de ordem ciclica, constituiria verdadeira anomalia econômica e estimulo à engorda de bovinos para a sêca, engorda essa excessivamente cara e que, na falta de estoques frios de carne no periodo das "vacas magras", permitiria, como vem permitindo até hoje, a imposição de preços exorbitantes para êsse tipo de boi gordo "temporão", exorbitância de preços essa que abrange também as reses carnudas ou magras. O melhoramento geral das nossas condições pecuárias jamais poderiam sofrer qualquer interrupção ou desestimulo por causa do presente Plano de Estocagem ou dos futuros que venham a ser estabelecidos A pressuposição dessa possibilidade só ocorreria e as necessidades de sua evolução melhoradora

9 °) Alegam os marchantes e abatedores, desaparelhados de instalações frigoríficas próprias, que o Plano de Estocagem, tal como foi traçado e aprovado, constitue ameaça à sua sobrevivência motivada pela paralisação das matanças para fornecimento de carne verde no período de distribuição da carne fria estocada

A essa alegação diremos que, nesta época de intenso progresso tecnológico, impositivamente renovador e seletiva pela inelutável condição de sobrevivência do mais apto, não se poderia mais admitir a existência de estabelecimentos abatedores desprovidos de frio nem o licenciamento de novas unidades dêsse tipo. Nem seria crivel que providências de grandes reflexos benéficos ao bem geral do público e que poderiam afetar não aplicados, fôssem postos à própria ordem social se à margem apenas para ressalvar o interêsse financeiro privado de um grupo, numérica, econômica e socialmente inexpressivo de pequenos industriais desatualizados tecnològicamente

Ainda, aquela alegação merece outras contestações sôbre o aspecto focalizado pela crítica:

1) Diante da legislação trabalhista o empregador é obrigado a conceder férias anuais aos seus empregados Todo e

qualquer industrial sabe o quanto perturba o ritmo de sua produção o cumprimento dessa obrigação legal quando não haja possibilidades de férias coletivas. No caso vertente, da crítica ao Plano de Estocagem que imporá uma proibição de distribuição de carne verde de cêrca de 45 dias, os marchantes e estabelecimentos atingidos por essa medida passarão a dispor da possibilidade de concessão de férias coletivas a todo o seu pessoal com a paralisação do estabelecimento nesse período, possibilitando isso, também, uma revisão renovadora e de conservação de todo o conjunto material constitutivo da indústria

II) — É tradicional na indústria abatedora de bovinos que o seu funcionamento na entressafra absorve acentuada percentagem dos lucros havidos na safra. Nestas condições a eliminação total ou parcial das matanças na entressafra só poderá contribuir para melhor a situação dos abatedores atingidos pela medida suspensiva, muito embora a crítica julgue o contrário

Diante do exposto conclue-se que, na pior das hipóteses, apenas durante uma quinzena coincidirá e o indústria impedidas de abatel. Considerando que essa essa quinzena coincidirá com a pior época da entressafra, quase que podemos afirmar serem os prejuizos decorrentes dessa paralisação menores que aqueles resultantes do excesso de abate nessa ocasião. Isto para as empresas organizadas, subordinadas, em conse-quência, a uma ética de procedimento comercial inevitável.

Os principais fatores que geralmente determinavam ainda êsses prejuizos tradicionalmente normais na entressafra são os seguintes:

a) — preços elevadíssimos do boi relativamente aos da safra;

b) — compras geralmente efetuadas a *pêso calculado a ôlho*;

c) — baixo rendimento industrial;

d) — pêso da carcaça geralmente abaixo do previsto e pago;

e) — fraqueza do gado e, por isso, maior porcentagem de baixas que a da safra;

f) — descarga e limpêza no tendal, das peças prejudicadas por contusões, menos frequentes no gado gordo

Essa contingência de prejuizos não deverá castigar durante 45 dias, portanto, industriais de carne verde.

Se considerarmos essa contingência por fôrça da necessidade da manutenção da clientela, os frigoríficos estocadores já se prontificaram ao empréstimo da carne congelada necessária à sua satisfação e conservação.

Resta assinalar que o Sr Ministro da Agricultura, tendo em vista uma melhoria gradativa do parque frigorífico armazenador do país já encaminhou ao govêrno, projeto de lei que facultará condições excepcionais de facilidades a todos que desejem se aparelhar de frio industrial ou melhorar e ampliar as suas instalações já existentes

10.º) — Prosseguindo êstes comentários torna-se imperativo que se proclama a necessidade de progressivamente de ano para ano, reduzirmos as matanças na entressafra até tolerarmos totalmente aquele período entre os Matadouros Industriais ocasião em que, de setembro a novembro, o mercado consumidor dos grandes centros populacionais seus dependentes será abastecido de carne fria estocada na safra

Dessa situação ideal resultarão os seguintes benefícios:

a) — apresentação, ao consumo de carne de ótima qualidade nos meses críticos;

b) — estabilização relativa do preço da carne durante o ano, evitando-e as flutuações violentas verificadas na entressafra;

c) — anulação da perda de pêso do gado gordo nas pastagens à espera de abate e como conseqüência, maior rendimento das matanças com possíveis reflexos benéficos nos preços ao consumidor;

d) — desocupação das invernadas de engorda em menor prazo, possibilitando sua mais rápida reconstituição e melhoramento para subseqüente relotação e engorda menos demorada;

f) — a estocagem programada para êste ano e as subseqüentes que deverão ser estabelecidas em quantitativos paulatinamente crescentes até sua implantação total e definitiva no país durante as entressafras, funcionarão como elemento educacional tanto da indústria como do consumidor, além de forçar o aparelhamento necessário àquêle desideratum

11.º) — Comentando o montante de 25 000 toneladas para estocagem no presente ano, o Memorial da Associação dos Abatedores e Frigoríficos do Brasil Central considera excessivo aquêle volume diante dos abates efetuados na safra de 1961 pretendendo, demonstrar, mediante uma série complicada de comentários e cálculos a inviabilidade de serem conseguidas as rêses necessárias no estoque preconizado

Admite, finalmente ,a possibilidade de sua formação através de uma antecipação de abates ou da redução de suprimento de carne na safra corrente. Sendo esta última hipó ese absolutamente inadmissivel segue-se que a ser adotado. E outro não foi o pensamento do G T quando, por fôrça da determinação do Presidente da República, mantêve aquêle quantitativo de 25 000 toneladas, cuja confirmação dependia apenas da existência de capacidade armazenadora fria nas zonas a serem beneficiadas.

Desde que nos últimos anos não houve deficit de carne no país lógico será que a estocagem estabelecida seja efetuadas por antecipação de abates pois que com êsse procedimento defende-se também de perda de pêso o gado que deveria permanecer nas pastagens durante a estação sêca até seu abate no periodo critio da entressafra.

Já em 1961, por levantamento efetuado pelo G. T. em meados de julho do mencionado ano, em 50 municipios apenas, existiam, nas invernadas que abastecem S. Paulo e Rio, nada mesos de 233 000 bovinos gordos.

Dêsse total, 13.000 cabeças aguardavam a entressafra para abate sob melhores preços, e 110 000 constituiam "encalhe" pois que não haviam sido absorvidas pelas matanças da safra, apesar da estocagem de 5.000 toneladas de carne que então se fazia.

Voltando aos nossos comentário de linhas atrás, verifica-se que aquêles bovinos retidos nas invernadas perderam de julho a outubro, nada menos de 6 000 toneladas de pêso prejudicando a economia do país e toneladas de pêso, prejudicando a economia do país e a do consumidor que poderia haver gozado de preços menos elevados, como ocorreu aliás quand consumiu a carne então estocada.

12.ª — Como já ficou assinalado neste trabalho, não é exato que os abatedores filiados à Associação dos Abatedores e Frigorificos do Brasil Central hajam sido contemplados com a quota para estocagem de apenas 4 000 toneladas.

Essa tonelagem menclonada no Memorial daquela Associação, constitue tão sòmente a oferta, a êste órrgão le praça armazenadora fria para a citada quantidade, oferta essa partida das empresas constitutiva s do Sindicato da Indústria do Frio no Estado de S. Paulo.

A fixação final das quotas de estocagem às empresas que queiram participar da providência armazenadora - função do G. T. de que fazemos parte Os estudos para a determinação definitiva daquelas quotas., cujos pedidos ficaram inteiramente

ao alvitre de cada pretendente, está dependendo da entrega estes ao G. T., acompanhados das respectivas relações das matanças totais, efetuadas nos últimos três anos, mês a mês, ou apenas do período em que as entidades pretendestes funcionaram, elementos ês. Associação autora do Meses ainda não remetidos pela morial de que nos ocupamos.

13.º) A alegação de que os varejistas não se acham preparados para o "manejo" da carne congelado não tem procedência pelos motivos seguintes:

I) — porque na sua grande e absoluta maioria os açougues e outros distribuidores de carne já dispõem de aparelhagem fria na proporção de suas necessidades, permitindo-lhes isso continuar, em boas condijões o descongelamento do carne recebida;

II) — porque a entrega de carne congelada pelos frigoríficos ao retalhistas já vem se processando com mais cuidado que não passodas fato êsse existiu em ocasl es comprovado pela boa e plena aceitaço das cinco mil toneladas estocada de 1961, não tendo havido tão qualquer grita popular de descontentamento.

14.º) — Quanto aos comentários sôbre o custo da armazenagem num prazo médio de 6 meses, só temos a aduzir que os preços, hoje, da carne nos tendais de S. Paulo são os seguintes:

para o Traz. Curto 160,00 k
para o Traz. Comum 140,00 "
para o Dianteiro 105,00 "

É necessário que se acentue todavia, que a finalidada estocagem é aquela de assegurar carne ao público.

Quanto aos preços acessíveis dêsse produto, todos nós, consumidores temos nosso juizo formado a respeito desde que nesta plena safra de 192, nos açougues do Rio, giram êles ao redor de Cr$ 240,00 a 170,00, respectivamente para a de 1.ª e de 2.ª.

15.º) — Sôbre a preocupação com as possíveis sobras de dianteiro e do acúmulo de "miúdos" não poderíamos deixar de voltar a assinalar que da estocagem aprovada só deverão participar os que estiverem aparelhados para efetuá-la.

Acresce mencionar, entretanto que o nosso comércio de carne tem ofrido grande evolução melhoradora nestes últimos anos em relação à evolução do consumo adicinal de dianteiros tanto devido à procura hoje generalizada do "hamburguer" como da proliferação dos chamados super mercados nos dois grandes centros a serem beneficiados pelo Plano de Estocagem.

Estes estabelecimentos, na repicagem da carne para o preparo de seus "cortes" e "pesos" especiais, tornam impossíveis ao cliente a identificação anatômica dos mesmos motivando isto maior saída daquelas peças consideradas de qualidade secundária.

16.º) — Não poderíamos deixar sem comentário o fato de que o consumo conjunto do Rio e São Paulo permanecer nas bases de hoje — 6 500 toneladas por semana aproximadamente — a estocagem de 25 000 toneladas só cobrirá o suprimento dos mencionados mercados durante cêrca de 1 mês no máximo devendo essa eventualidade reduzir as preocupações dos abatedores e comerciantes de carne verde.

Resta apenas dizer que o Plano de Estocagem sujeito as críticas que analisamos, foi aprovado elogiosamente pela Confederação Rural Brasileira, órgão de cúpula que abrange e reflete o pensamento de tôda a nossa organização rural.

Rio, 21 de março de 1962
Júlio Cezar Covelo
Presidente do G. T. de Estocagem de Carnes.

MOTORES DEUTZ - DIESEL

Foi inaugurado no Est. de São Paulo as novas instalações da Deutz do Brasil.



Gal. Porfírio da Paz, Vice-Governador do Estado de São Paulo, quando discursava na solenidade de inauguração.

A cargo da Deutz do Brasil, além da venda dos motores da matriz alemã, está a venda dos motores Deutz-Diesel fabricados no Brasil.

Releva salientar que a Deutz é a primeira e única emprêsa a fabricar motores Diesel refrigerados a ar, no Brasil.

A referida emprêsa fabrica, também, trator Deutz-Diesel refrigerado.

A transferência da matriz da importante firma radicada no país para o Estado de São Paulo decorreu do fato daquele Estado ser o maior centro industrial não só do país, como também da própria América Latina.

Problemas de Educação Florestal

"Semana da Arvore" em substituição ao "Dia da Arvore" e "Cruzada Brasileira de Educação Florestal", em substituição a "Campanha de Educação Florestal" e a "Campanha das Arvores".

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira
Prof. de E.H.W.B

O Grupo de Trabalho instituído pelo Memorando Presidencial n.º M.A.-42, de 5 de abril de 1961, integrado pelos engenheiros agrônomos Victor Abdenur Farah, David de Azambuja, Marcos Antônio Inglês de Souza, José Paulo da Silveira Cabral, pelo engenheiro arquiteto José Afonso Soares e pelo educador Colombo Etienne Arreguy todos técnicos de reconhecida capacidade, apresentou ao Sr. Presidente da República em maio do ano passado um magnífico relatório abordando o problema florestal brasileiro sob todos os prismas.

Estudando o problema da educação florestal, houve por bem o Grupo de Trabalho propôr com muito acêrto a instituição da *Cruzada Brasileira de Educação Florestal*, em substituição à Campanha de Educação Florestal do Ministério da Agricultura e à *Campanha das Arvores*, do Ministério da Educação e Cultura, a fim de que possa ela somando os esforços e os recursos das duas Campanhas prosseguir, com maior ênfase, as atividades educativas florestais que elas com idealismo, tenacidade e persistência já vinham desempenhando.

Propôs ainda, a instituição da "Semana da Árvore" a ser comemorada condignamente em todo o país, em substituição ao "*Dia da Arvore*", a fim de que, anualmente, não seja o tema florestal abordado em tôdas as escolas, clubes, etc. com solenidades festivas apenas em um dia, mas durante tôda uma semana, a exemplo com o que ocorre com a "Semana da Criança", a "Semana da Asa", a "Semana da Pátria" e outras.

Tendo em vista, ainda, as características fisiográfico-climáticas do país, sugeriu ainda o referido Grupo de Trabalho, com objetividade, que a Semana da Arvore não fôsse comemorada na mesma época em todo o país.

Assim é que, sugeriu duas épocas distintas para a comemoração da Semana da Arvore no país:

a — última semana do mês de março, para as comemorações nos Estados do Amazonas, Pará Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagôas, Sergipe e Bahia, Territórios do Amapá, Amapá, Rio Branco e Rondônia, e os Estados de Goiás; Mato Grosso e Acre.

b — última semana do mês de setembro para as comemorações nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Guanabara, S. Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

Adotado tal critério, a *Semana da Arvore* coincidirá, em cada região do país, com a época mais favorável para o plantio de mudas.

Como tão bem acentua o importante documento apresentado ao Sr. Presidente da República, a *Semana da Arvore* terá como objetivo:

"a difusão e o esclarecimento público para a importância das árvores na vida humana e no progresso dos países.

Atribui o citado relatório à *Cruzada Brasileira de Educação Florestal*, como uma de suas atribuições, incentivar a comemoração da "Semana da Arvore que deverá constar de:

a — participação dos estudantes dos cursos primários, médio e superior em palestras nos educandários oficiais e particulares. Os alunos dos cursos de nível superior farão palestras em estabelecimentos de nível médio e os alunos dêste nível, nas escolas primárias estaduais e municipais:, com o duplo objetivo: o *educacional*, de incentivo e dedicação ao problemas florestais que os estudantes irão despertar; e o *pedagógico*, de aspecto exclusivamente didático, com o fim de despertar o interêsse dos alunos na aprendizagem da linguagem falada e escrita;

b — realização, nas escolas de todos os ciclos, de concursos de composições escolares, literárias e artísticas, com prêmios concedidos por personalidades ou entidades dos próprios locais;

c — plantio e cultivo de árvores em terrenos do estabelecimento escolar ou próximo a êste (rua, praça, estrada, etc.);

d — excursões e visitas a hortos e parques próximos da escola, acompanhados de professores ou técnicos, que darão aulas sôbre temas florestais;

e — realização, nas escolas, de sessões cívicas, com dramatizações, declamações e palestras alusivas à árvore com a participação das famílias dos alunos, intelectuais e autoridades;

f — visitas de intercâmbio e troca de experiências entre uns e outros estabelecimentos de ensino".

Como se verifica, são muito interessantes, oportunas e objetivas as recomendações do relatório ao abordar o problema florestal brasileiro, ao que diz respeito à instituição da *Cruzada Brasileira de Educação Florestal* e da *Semana da Árvore*.

Precisamos dar aos problemas florestais a importância e o relêvo que êles bem merecem.

Revela salientar que a Sociedade Nacional de Agricultura sempre colocou num elevado plano o problema folrestal brasileiro, tendo realizado recentemente, antes da instituição da Campanha de Educação Florestal, um inquérito de âmbito nacional sôbre a "*Situação Florestal Brasileira*", coordenado pelo saudoso engenheiro agrônomo Itagyba Barçante.

Na Escola de Horticultura Wenceslão Bello que ela, desde 1898 mantém na Penha, sempre o problema florestal mereceu especial atenção não só com o ensino da "Noções de Silvicultura" nos cursos profissionais, como a realização dos Cursos Práticos Agrícolas sôbre "Reflorestamento" e "Plantio de Essências Florestais".

Aguardemos, pois, que tudo quanto de bom, útil oportuno e objetivo sugeriu o citado Grupo de Trabalho seja em breve posto em prática e que se consiga incutir em todos os brasileiros a mentalidade floretal que tanto carecemos.

(Conclusão da pag. n.º 31)

reta da mesma. Daí a razão de têrmos sugerido que os dois técnicos do SSR fiquem em contacto permanente com a Liga Camponesa que será, em Sapé, o ponto central para onde convergirão, naturalmente, tôdas as medidas que o govêrno pretende adotar naquele município.

Sr. Presidente. A sugestão feita no sentido do C. R. da Paraíba, vem trabalhando efetivamente em outras áreas daquele Estado, ainda não agitadas pelos problemas sociais. Deve-se ressaltar a boa vontade e a disposição dos dirigentes do C. R. da Paraíba, de seus funcionários e dos seus Técnicos, para realizarem efetivamente, o Serviço Social Rural em todo o Estado.

Sr. Presidente. Ao apresentar êste Relatório, à consideração de V. Excia. e do Conselho Nacional, temos a satisfação de ter feito tudo aquilo que a nossa consciência de cidadão brasileiro ditava, desculpando-nos também por não podermos haver apresentado um trabalho melhor, pelo fato de têrmos as nossas limitações intelectuais. Sentimos, pelo menos, a consciência de havermos, nesse passo, cumprido o nosso dever. Expressamos aqui o nosso sincero agradecimento pela confiança em nós depositada por V. Excia.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1962

O Panorama rural, as cooperativas e seu âmbito de ação

Fabio Luz Filho

Como já o acentuamos em artigo anterior, e em livros o atual dispositivo da lei brasileira pertinente à área de ação das cooperativas, foi sugestão feliz do saudoso cooperativista brasileiro, *José Saturnino Brito*. Alma pura de vexilário, bravo torneador e combativo polemista. Integrou, com *Sarandy Raposo* um grupo dinâmico de valorosos pioneiros de boa nova, imbuidos num espírito pugnaz de cruzados grupo que procurou, denodadamente, aclarar mentalidades enfulijadas de fórmulas econômicas contornáveis.

Já vimos no artigo anterior os conceitos de *Gide* sôbre a impostergabilidade da norma atinente ao caráter local das cooperativas em geral, notadamente as de crédito agrícola, o qual deve ser pessoal, veiculado por estabelecimentos locais, os únicos capazes de conhecer as necessidades e a solvabilidade dos agricultores ministrando-lhes crédito acessível barato e controlado.

Estão surgindo no Brasil cooperativas, sobretudo de crédito, que são latitudes excessivas às suas respectivas área de ação a ponto de abarcarem Estados inteiros ou, num elastério suspeito (crédito operado à distância, num espírito capitalístico), a numerosos municípios, localizadas suas sedes nas capitais em felina tentativas de conotrar a lei e os princípios técnicos e ideológicos que as embasam universalmente.

Dentro do princípio federalista espinha dorsal do sistema cooperativo, e da letra e justo espírito da lei brasileira, o próprio *Serviço de Economia Rural* e o *Centro Nacional de Estudos Cooperativos* já fizeram sentir, um pela palavra de sua assistência jurídica e, outro, pelos seus técnicos, a incongruência e a subversão a que essa prática implica.

As exceções existentes correm por conta dêsse conhecido tergiversar e contrabater de hermenêuticas; dêsses "usos inveterados, ou praticar consuetudinárias", condenáveis e comuns nos domínios político e burocrático, dado o cêrco dos interêsses particularistas os quais levam, tantas vêzes, ao agrilhoamento da lei, já dirupção de princípios consagrados e até Y subversão do bom-senso (com certas dirimentas pelas contingências do meio) e para gáudio de falsos cooperativistas azougados.

Já fizemos sentir que é de conhecimento elementar, a conveniência de serem as áreas de ação estabelecidas dentro de circunscrições em que todos se conheçam, em que o contacto dos associados possa ser frequente; em que o intercâmbio de espírito se possibilite com facilidade pelo encontro cotidiano; em que, finalmente, tudo contribua para uma pronta orientação sôbre a marcha das operações das próprias cooperativas. As áreas demasiadamente grandes são sempre, em princípio contra-indicadas.

Em nosso livro "Teoria e prática das sociedades cooperativas" esclarecemos que o legislador quis, com a definição do artigo 11, pôr côbro ao indefinido da lei 22.239, que poderia dar lugar a confusões, transtornos e abusos; quis que a lei refletisse a doutrina, de vez que constituem pilares do êxito e da sobrevivência de uma cooperativa a contribuição pessoal, a vigilância, o contacto contínuo entre associados, para que bem se conheçam, facilitem o critério da composição dos órgãos administrativos, a outorga do crédito, etc. Tôdas as condições de ordem democrática que envolvem o mútuo conhecimento e o mútuo entendimento, desaparecem em áreas de ação mui vastas. Além disso, há os aspectos técnicos, de produção comercializável que considerar, a prestação de serviços eficientes a preços módicos, uma das razões precípuas da cooperativa, que não é casa de filantropia ou caridade, ou sociedade capitalista agindo à distância reduzida ao núcleo privilegiado da sede para uma gestão nunca renovada, ou nunca sofrendo a fiscalização de seus pares, etc. Só excepcionalmente, como temos feito, em face de nossas condições de mesologia têm sido admitidas áreas fora dessa lídima conceituação, em cooperativas de culturas típicas como o cacau, o café, a cana, etc., e no domínio pastoril, dentro de nossa realidade latifundiária.

Tudo que transcender aquêle justo critério, é condenável, é distorção e oversão, é emanquecer o sistema, é má-fé ou leguleice.

Em livros, e mesmo destas colunas, já expusemos o conceito de *Munding* e outros, e, recentemente, o de *Warbasse*: o requisito essencial da democracia é que as pessoas se conheçam bem umas a outras, os que agem em comum devem conhecer-se bem o que envolve contactos de vizinhança e relações pessoais a solidariedade vicinal. As únicas pessoas que podem atuar democràticamente são as que se reunem em tertúlias reduzidas, para debates mais incisivos, melhor troca de

expressão livre de idéias. As cooperativas primárias, quando acaso se hipetrofiem, por contingências de meio, devem adotar o critério das assembléias seccionais e o sistemas das delegações.

Repitamos que são as cooperativas rurais, indubitàvelmente, fatôres de progresso técnico e de bem-estar, instrumentos de organização econômica e disciplina profissionais. São excelentes centros de vida moral e de educação geral, células de um novo tecido social que constitui e prolonga a coesão e os sistemas de proteção coletiva, o espírito de corpo que os laços de família, as relações de vicinagem e a tradições de auxílio mútuo mantinham nas antigas comunidades européias. Vão elas, aos poucos, criando uma nova mentalidade nos meios rurais tipicamente brasileiros, em que o caboclo matuto na expressão de *Oliveira Viana*, como fruto da ambiência latifundiária, nunca sentira com acuidade a necessidade efetiva da "aldeia" ou da "tribo", não "sentindo" como o cidadão da "cidade" grega ou o burguês da "comuna" medievál, a sua pequena comunidade local, perdido nos sem-fins das sesmarias, nos grandes vazios demográficos em condições de vida infra humana, adstrito aos mutirões", as "vaquejadas" e nos "rodeios" como expressões primárias de solidariedade voluntárias sem a "solidariedade da aldeia", ou "solidariedade da tribo", dentro apenas de uma solidariedade parental e gentilica.

Normalmente, o circulo de nossa simpatia "ativa" não vai, com efeito, além da solidariedade "clã", disse "Oliveira Viana", o que, lentamente vai sendo substituido pelo didimo senso gregário, que é da própria essência do cooperativismo e que se acrisolará com um trabalho seguro e bem orientado de educação cooperativa, o que só pode estar em função de uma tomada de consciência do movimento brasileiro ou pela ação supletiva do Estado, movimento êsse ainda em fase de encipiência e, consequentemente ainda sem uma noção precisa do caráter imperativo dessa educação cooperativa, regra de ouro

"La cooperación en si misma constituye, en nuestro mundo un método real y viviente de educación economica y social"

O ilustre professor luso "Henrique de Barros" disse muito bem que as cooperativas agricolas agrupam principalmente emprêsas familiares, cuja receita liquida não se deva considerar como um lucro pròpriamente dito, já que não se destina a retribuir um investimento de capital, mas, sim a remunerar o trabalho do empresário e sua familia.

"Aderindo a uma cooperativa, uma emprêsa familiar espera evidentemente avolumar os seus créditos, mas não pretende afinal outra coisa senão melhorar o padrão de vida do

agregado familiar". A adesão a uma cooperativa vem criar hábitos de solidariedade, suscitar deveres de reciprocidade de serviços, elevar em suma o pequeno empresário agrícola a um nível de direito e obrigações e a um plano de preocupações superiores aos que lhe são habituais, dêle fazendo em vez de um ser que ganha mal o seu pão de cada dia, um homem solidário de outros homens e com êste partilhando interêsses e esperanças.

E o quadro acima tão bem debuxado só se poderá tornar fecundamente efetivo em circunscrições limitadas.

No Sul do Brasil, onde se acentuou o fluxo da corrente imigratória européia e, posteriormente, asiática (japonêsa), o panorama já tem outros contornos.

Já tivemos oportunidade de frisar que lutamos com o problema, de tôda a América Latina, da falta de cultura econômica do povo. Condições econômicas, influições díspares de ordem sociológica e mesológica, não podem deixar de dar côres distintas ao mundo latino-americano, e disse o movimento cooperativo teria de se ressentir, com raízes num substrato cultural tão diferente do europêu, mas que uma ação de catequese vai lenta mas seguramente, vencendo.

Já fizemos também sentir, em trabalho elaborado a pedido de "Fabra Ribas" (para divulgação nos países de língua espanhola e inglêsa) que houve, na maioria dos países latino-americanos um crescimento demográfico econômico feito sem uma ordenação lógica; um caldeamento de raças que se operou em tumulto; um desenvolvimento político-econômico cheio de percalços, sobressaltos, pontos altos e pontos baixos, lutas intestinas, num regime latifundiário como corolário do sistema da colonização adotado pelos descobridores; uma corrente imigratória que preferindo, no Brasil, o Sul do País, estabeleceu um desnivelamento econômico em relação ao Norte, Centro-Oeste e Nordeste, fenômeno tornado agudo pela industrialização daqueles Estados sulinos.

APRESENTADAS AO I. B. C., MEDIDAS EM FAVOR DOS PORTOS DE NITERÓI E ANGRA DOS REIS

O Estados do Rio de Janeiro, por intermédio de seus representantes na Junta Administrativa do I. B. C., Francelino França, representante dos Cafeicultores e Licio Araújo, representante do Govêrno do Estado, tendo tomado conhecimento de que estaria em estudo, a aquisição de cafés sòmente localizados na praça do Rio de Janeiro, deslocando, assim, os estoques existentes em Niterói e Angra dos Reis, com todo o empenho, solicitou do Presidente da Autarquia a fineza de, se confirmada a informação, reexaminar o assunto, desde que tal providência viria, inegàvelmente, trazer sérios prejuízos àqueles Portos Fluminenses.

Cabe, ainda esclarecer, que o Govêrno do Estado está prestigiando, ao máximo, o desenvolvimento daqueles Portos, quer através de isenção de impostos, quer procurando melhorar as vias de acesso ou mesmo providenciando o reaparelhamento daqueles escoadouros, medidas que seriam neutralizadas, se não pudessem contar com a estreita colaboração dêsse prestigioso Instituto.

O Estado do Rio de Janeiro é também Estado produtor de café e o pôrto de Niterói é o escoadouro natural da safra Fluminense.

É lamentável que o pôrto da Niterói só tenha surgido em conseqüência do impasse decorrido no tocante ao V/C com a Guanabara pois até então a lavoura Fluminense era tributária do mercado do Rio, porém, agora que Niterói é um pôrto exportador devidamente aparelhado, não pode ficar fora dos benefícios qua possam ter os portos do Rio e Vitória.

A remessa do café Fluminense para outro mercado que não Niterói, onera o produto em cêrca de 100 cruzeiros por saco, no tocante à despesa para embarque, além de o inseguido impôsto de V/C no Estado produtor a mais o impôsto de 1% ad valorem da Guanabara.

Quanto a informação da que Niterói recebe café de tôdas procedências, inclusive do Paraná, êste é também o caso dos portos de Santos e Rio de Janeiro.

PREFERÊNCIA ABSOLUTA DO ASFALTO NA PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

Segundo informação divulgada pelo Instituto de Asfalto dos Estados Unidos, recentemente publicada pelo "Journal Of Commerce", de Nova York, a quilometragem de estradas de rodagem pavimentadas a asfalto, existentes naquele país, quase que dobrou desde o fim da Segunda Grande Guerra. Efetivamente, a pavimentação asfáltica, que totalizava 387.596 quilômetros de estradas, em 1945, ascendeu a 765.528 quilômetros em 1959. O aumento registrado na pavimentação a asfalto de estradas de primeira categoria, foi ainda mais impressionante naquêle período, passando de 109.192 para 394.364 quilômetros, o que reflete crescente popularidade dêsse moderno e econômico tipo de revestimento rodoviário.

Comparativamente, continuou decrescendo, de forma sensível, o total de quilômetros de estradas de rodagem revestidas com cimento. Enquanto em 1942, êsse total atingia a 153.184 quilômetros, em 1959 baixava para 106.683 quilômetros apenas, mesmo a despeito de haverem sido feitos novos revestimentos de rodovias com cimento que atingiram a 40.000 quilômetros de extensão.

Conclui-se, pois, que muitas rodovias anteriormente pavimentadas a cimento tiveram êsse revestimento substituído por asfalto.

Carne de Galinha

alimento de alta digestibilidade

O valor nutritivo das carnes de aves, especialmente as de galinhas, é equivalente, senão superior ao das carnes de bovinos. É um êrro generalizado julgar que as carnes de aves são próprias para doentes.

Os números revelados (Tabela de Composição Química dos Alimentos, SAPS) para as carnes magras de bovinos e galinha são os seguintes (para 100 gramas de qualquer delas): **Bovinos** — proteínas, 21%; calorias, 116; gorduras, 3%; cálcio, 0,012 g; fósforo, 0,224 e ferro, 3,20; **galinhas** — proteínas, 21,30%; calorias, 149; gorduras, 7,10%; cálcio, 0,002; fósforo, 0,200 e ferro 1,90. Mesmo com níveis inferiores de elementos minerais (exceção pràticamente do fósforo), a carne de galinha mostra-se superior à dos bovinos, quanto ao aspecto registrado.

Em alguns países, como nos Estados Unidos, a carne de galinha representa substancial fonte de proteínas para a alimentação. O consumo anual "per-capita", naquele país, já alcança 15 quilos por ano. No Distrito Federal, o consumo anual é inferior a um quilo, e êste baixo consumo deve-se naturalmente, ao conceito generalizado de ser a carne de galinhas mais indicada para pessoas idosas ou doentes. Ao contrário, a carne de aves pode e deve ser consumida em qualquer idade, pelo menos uma a duas vêzes por semana, em lugar das carnes vermelhas (bovinos, suínos), em vista do seu valor nutritivo e sua digestibilidade.

NASCIMENTO DESIGUAL DA BATATINHA

O nascimento desigual da batatinha está intimamente relacionado com a precocidade de brotações da variedade, a época de plantio e o estado de brotação com a batata-semente. Existem variedades, como, por exemplo, é "Voran", cuja brotação é lenta e desuniforme, inicialmente. Tubérculos com êsse característico devem ser guardados por um período de tempo mais longo, a fim de seus brotos atingirem um desenvolvimento mais igualado. A época de plantação também influi sobremaneira, pois não encontrando as batatas-sementes umidade suficiente no terreno, o nascimento se dá desuniformemente.

Um dos modos eficientes de corrigir a desuniformidade de nascimento é submeter os tubérculos à ação do frio, durante um ou dois meses, à temperatura de + 3 a 5°C e 85 a 90% de umidade. Isso requer, porém, câmaras de grandes dimensões e fáceis de serem reguladas à temperatura e à umidade desejadas.

A LAVOURA

24

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSE RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA



A LAVOURA

ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

FUNDADA EM 1897

ANO LXV

JULHO - AGOSTO, 1962

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo — LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável e Redator-Secretário
LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD

Redator Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

GENERAL JUSTO, 171
Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245
RIO DE JANEIRO

Representante em S. Paulo

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar
— Tel.: 33-1432 — End. Tel. "LINEFE." C. P. 7257
— SÃO PAULO —



ESCOLA DE HORTICULTURA

WENCESLAO BELLO

Alunos do tradicional estabelecimento de ensino da S. N. A. no tomatal, em trabalho de pulverização.

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	Dr. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
2.º Vice-Presidente	—	KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente	—	
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	JOSÉ ARISTOBULO DE CASTRO FILGUEIRAS
4.º Secretário	—	GERALDO GOULART DA SILVEIRA
1.º Tesoureiro	—	RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO
FLAVIO DA COSTA BRITTO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
JULIO CESAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA		OCUPANTE
1 — ENNES DE SOUZA	—	
2 — MOURA BRASIL	—	Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	—	Geraldo Goulart da Silveira
4 — BARÃO DE CAPANEMA	—	Kurt Repsold
5 — ANTONIO FIALHO	—	Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLAU BELLO	—	
7 — SYLVIO RANGEL	—	Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEÃO	—	Frederico Murtinho Braga
9 — LAURO MULLER	—	Valentim F. Bouças
10 — MIGUEL CALMON	—	Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	—	Joaquim Bertino de M. Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	—	Edgard Teixeira Leite
13 — SIMÕES LOPES	—	Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	—	Ayrton Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	—	Paulo Simões Lopes
16 — TRAJANO MEDEIROS	—	Luiz Guimarães Junior
17 — PAULINO CAVALCANTI	—	Iris Meinberg
18 — FERNANDO COSTA	—	Julio Cesar Covello
19 — SERGIO DE CARVALHO	—	Oswaldo Balarin
20 — GUSTAVO DUTRA	—	Ignácio Tosta Filho
21 — JOSÉ TRINDADE	—	José Augusto B. de Medeiros
22 — IGNACIO TOSTA	—	Fábio Luz Filho
23 — JOSÉ SATURNINO	—	Mário Penteado de F. e Silva
24 — JOSÉ BONIFACIO	—	
25 — LUIZ DE QUEIROZ	—	Francisco de Assis Iglésias
26 — CARLOS MOREIRA	—	Alfredo L. de Ferreira Chaves
27 — ALBERTO SAMPAIO	—	Honório Monteiro Filho
28 — NAVARRO DE ANDRADE	—	José Carlos de Macedo Soares
29 — ALBERTO TORRES	—	Rômulo Cavina
30 — SÁ FORTES	—	Otto Frensel
31 — THEODORO PECKOLT	—	Rômulo Joviano
32 — RICARDO DE CARVALHO	—	Oswaldo Lazzarini Peckolt
33 — BARBOSA RODRIGUES	—	José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA CAMPOS	—	Sylvio Fróes de Abreu
35 — AMÉRICO BRAGA	—	José Assis Ribeiro
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	—	Moacyr Alves de Souza
37 — MELLO LEITÃO	—	José Carlos Bello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	—	Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	—	
40 — GETÚLIO VARGAS	—	Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicação dos Empréstimos Rurais** — Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Interamericano de Comércio e Produção** — Dr. Edgard Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Alberto Ravache; **Conselho do Mérito Agrícola** — Luiz Simões Lopes, Suplente, Ben Hur Raposo; **Conselho Regional do S. S. R. da Guanabara** — Abel de Almeida; **Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara** — Juvenal da Silva Azevedo

AGRICULTURA E ENSINO TÉCNICO

O discurso do ilustre Governador Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara, na inauguração da Conferência dos Governadores, a 15 de agôsto, contém referências a assuntos do mais alto interêsse para a classe rural.

Trata-se de duas medidas preconizadas por aquêle homem público que, apreciadas em reunião pela Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, provocou favoráveis considerações dos presentes e são elas a necessidade do amparo e do fomento à produção agrícola e a intensificação da educação técnico-profissional.

Reconheceu sempre a Casa de Ennes de Souza que a melhoria e o aumento da produção agropecuária dependem, em grande parte, da formação de técnicos de nível superior e médio para que a atividade se liberte do empirismo em que tem vivido.

A Casa, de que é órgão esta revista, não apenas, porém, vem desde a sua fundação reconhecendo esta necessidade, mas, pela prática, tem procurado atendê-la, com a manutenção, há mais de meio século, da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", no subúrbio da Penha, na cidade do Rio de Janeiro.

Com efeito, dali têm saido numerosos técnicos, formados em seus cursos profissionais e em outros, de divulgação de conhecimentos relativos à atividade rural.

Para os cursos profissionais, em regime de internato, inteiramente gratuito, é ministrado ensino durante três anos consecutivos, principalmente a filhos de lavradores (entre 14 e 17 anos) e muitos dêles se encontram hoje exercendo a profissão, seja por conta própria, seja em estabelecimentos privados e públicos, inclusive na Secretaria de Agricultura do Estado da Guanabara.

Ensino, alimento, morada e tudo o mais que recebe um aluno interno, representam alto custo que, com a espiral inflacionária, correspondem a gastos que se tornam imprevisiveis e até insuportáveis para uma instituição que, cómo a Sociedade Nacional de Agricultura, não dispõe senão dos limitados recursos que lhe advêm da renda, cada dia menor pela desvalorização da moeda, e congelada há anos, do aluguel de partes sobrantes do seu edifício-sede. À sua outra fonte de recursos corresponde aos magros auxílios oficiais, nem sempre pagos ou, quando o são, geralmente chegam mutilados pelos "planos de economia", fora de época, prejudicando consideràvelmente qualquer programa escolar.

Não só os Govêrnos locais, mas também o Federal, corroborando a disposição manifestada pelo ilustre Governador da Guanabara, deveriam demonstrar o propósito, de que tantos usam em discursos, de realmente auxiliar a esquecida atividade, especialmente procurando proporcionar-lhe meios para a formação dos técnicos indispensáveis ao aumento e melhoria da produção, o que, em última análise, corresponderia a um reprodutivo investimento dos governos, pois formar técnicos é aplicar dinheiro mais tarde recuperável através o trabalhador qualificado.

Atividades do Banco Nacional de Crédito Cooperativo em 1961

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo encerrou o exercício de 1961 com o movimento de operações no montante de Cr$ .. 2.152.293.910,00, beneficiando a 265 cooperativas singulares e a 5 centrais e federações da maioria dos Estados. Em têrmos sumários, os financiamentos foram assim distribuídos por categoria de produtos:

a) Produtos Industriais	Cr$	825.759.520,30	38,41%
b) Carne e ovos		181.738.497,60	8,44
c) Cereais básicos e tubérculos .		239.086.582,10	11,10
d) Matérias primas		150.220.765,30	6,97
e) Produtos hortigranjeiros.....		43.697.826,90	2,03
f) Investimentos de produção ..		55.029.618,00	2,55
g) Outros financiamentos ligados à produção		473.903.873,20	22,01
h) Diversos		182.857.226,60	8,49
		2.152.293.010,00	100,00

Pelo visto 91,51% do total dos financiamentos Cr$ 1.969.436.683,40, destinaram-se ao financiamento agrícola, cabendo o restante — 8,49% ou sejam Cr$ 182.857.226,60 a financiamentos diversos. No primeiro grupo estão incluídos açucar, banha, lacticínios, óleos vegetais, produtos suínos e vinhos; no sêgundo, carne bovina, pescado, aves e ovos; no terceiro, arroz, batata, feijão, mandioca, milho, soja e trigo; no quarto, fumo, madeira, lã, mate e chá; no quinto, frutas e hortaliças; no sexto, sementes, adubos, inseticidas, veículos, máquinas e utensílios; no sétimo, operações com cooperativas de crédito agrícola, agropecuárias, agrícolas e agrícolas mistas, cuja identificação, por produto, é mais complexa; no último grupo incluem-se operações com cooperativas de consumo, de crédito urbano e de outras finalidades não-agrícolas.

REMINICÊNCIAS

Exposições Agrícolas

LUIZ MARQUES POLIANO

Fêz 70 anos a 13 de maio que se realizou, nesta Cidade, a primeira Exposição Agrícola da República.

Inaugurou-se no edifício da antiga Intedência Municipal, "por esforços combinados da mesma Intendência", então presidida pelo dr. Barata Ribeiro, e da Comissão Agrícola do Distrito Federal, presidida honoràriamente pelo Marechal Beaurepaire Rohan, e efetivamente pelo dr. Antônio Ennes de Souza, que, cinco anos mais tarde, fundaria e presidiria a Sociedade Nacional de Agricultura.

Fôra essa mostra precedida de três sessões das "Comicios Agrícolas", de 6 a 9 de março de 1892. A exposição foi franqueada ao público, encerrando-se a 15 de maio, com "grande concorrência de visitantes e expositores".

Já fundada a S.N.A., o número de A Lavoura de Agôsto de 1897, insere o Regulamento para uma "Exposição de Agricultura, Zootécnica e Indústrias Rurais", a ser inaugurada em 18 de setembro daquele ano.

A Exposição inaugurou-se com efeito na data marcada, encerrando-se a 30, com a presença do Ministro do Interior e de representantes do Senado, da Câmara dos Deputados, e da Intendência Municipal (mais tarde, Câmara dos Vereadores).

Falaram na sessão de encerramento os drs. Ennes de Souza e Campos da Paz e, pelo Govêrno da República, o dr. Amaro Cavalcanti, Ministro do Interior.

O local escolhido foi a área do antigo Turf Club, depois Derby Club, onde hoje se ergue o Maracanã, o maior estádio do mundo.

Foi esta a primeira exposição realizada pela S.N.A., como início de uma grande série de outros certames, os mais sugestivos e úteis ao país.

Convênio entre o Instituto do Açucar e do Alcool e o Banco do Brasil S. A.

O Instituto do Açucar e Alcool e o Banco do Brasil S. A. (Carteira de Colonização),

Considerando que o Govêrno brasileiro deseja executar um plano nacional de desenvolvimento econômico e social a fim de promover o crescimento ordenado dos setôres econômicos das diversas regiões do país, removendo desequilíbrios regionais e eliminando possíveis tensões sociais;

considerando que, no que lhe compete, o Instituto do Açúcar e do Álcool deverá, através de programas de curto, médio e longo prazos, promover a consolidação e fomento da agroindústria canavieira, segundo estipula o Decreto n. 156, de 17 de novembro de 1961, desenvolvendo ação nos campos social, agrícola e industrial, que permita à economia canavieira do país retirar o máximo de benefício dos fatôres utilizados e a justa remuneração dos agentes de produção na mesma empenhados;

considerando que, para atingir êsses objetivos, o Instituto do Açúcar e do Álcool deverá, em cooperação com os órgãos responsáveis, criar infra-estrutura adequada para a produção canavieira, facilitando da melhor maneira possível uma reestruturação agrária capaz de absorver modernos recursos da técnica que possibilitem assegurar, em bases econômicas, a produção da matéria-prima necessária a agroindústria canavieira e, ao mesmo tempo, a diversificação da produção agrícola, de modo a criar novas fontes de produção de alimentos nas próprias áreas canavieiras.

considerando que, por fôrça do Decreto n. 156, de 17 de novembro de 1961, o programa setorial, nos têrmos supra indicados, deverá conceder prioridade à agroindústria canavieira do Nordeste do país, com o fim de contribuir para a remoção de desequilíbrios regionais;

considerando que, dado o papel relevante desempenhado pelo Banco do Brasil S. A. na produção agroindustrial do país, o IAA não pode deixar de agir, na execução de seu programa, em íntima colaboração com os diversos setores daquele Banco, nos campos que lhe são próprios;

considerando que a execução do programa deverá resultar em melhor aplicação de capital e técnicas para a produção agrícola e para o reaparelhamento industrial, o que requer adequada mobilização de recursos,

Resolvem concluir o presente Convênio nos têrmos que se seguem:

a) O Instituto do Açúcar e do Alcool promoverá a formulação de projetos integrais de aproveitamento das unidades

grícolas, industriais ou agroindustriais que desejarem aparelhar-se segundo as diretrizes estabelecidas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool em função do Decreto n.° 156, de 17 de novembro de 1961.

b) O Instituto do Açúcar e do Alcool, após verificar que, por fôrça dêsses projetos integrais, podem ser liberadas terras, prèviamente delimitadas com precisão e clareza, seja das unidades atuais, seja daquelas que se criarem por fôrça da fusão das antigas, notificará a Carteira de Colonização para que, em conjunto, procedam ao exame e avaliação das ditas terras, visando a apurar preliminarmente se oferecem requisitos de preço, produtividade, localização, meios de transportes e outros que caracterizam a sua prestabilidade para eexcução de planos de colonização.

c) Em face dos resultados do exame e avaliação, referidos no ítem anterior, a Carteira de Colonização, sempre que prèviamente autorizada pela Diretoria do Banco do Brasil S. A. poderá receber os necessários e bastantes poderes sôbre as mesmas terras, para que, por seus próprios meios, ou com a assistência ou por intermédio do Ministério da Agricultura, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização ou da Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste, dos Governos Estaduais ou Municipais, possa executar um programa de colonização compatível com as condições locais de mercado, de oferta de mão-de-obra e seus reflexos sociais.

d) Sempre que possível, o pagamento das terras a ser feito pela Carteira de Colonização, será realizado parceladamente e na escala das necessidades de execução dos já mencionados programas.

e) A Carteira de Colonização procederá à utilização das terras, seja diretamente, seja por intermédio de entidade que vier a escolher, ficando entendido que o Instituto do Açúcar e do Álcool prestará à Carteira de Colônização ou entidades por ela escolhidas a assistência que estiver ao seu alcance.

f) A Carteira de Colonização e o Instituto do Açúcar e do Álcool consultar-se-ão, em qualquer tempo, sôbre aspectos de modo que estas se comuns das atividades desenvolvam harmoniosamente, tendo em vista que a diversificação da produção agrícola e pecuária em geral deve processar-se sem prejuízo da produção da matéria-prima indispensável à alimentação da indústria canavieira.

g) O Instituo do Açúcar e do Alcool velará pela execução dos projetos integrais de exploração de fundos agrícolas ou de unidades agroindustriais, das quais haja resultado a liberação de terras, a fim de que as somas obtidas do Banco do Brasil, S. A. (Carteira de Colonização), em pagamento das mesmas terras possam ser reaproveitadas na consecução dos objetivos visados pelo Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira, ou de outros objetivos que os mesmos Institutos e Carteira venham a julgar preferíveis ou necessários.

h) O Instituto do Açúcar e do Álcool e a Carteira de Colonização poderão fixar, à luz da experiência que fôr sendo adquirida, os critérios e métodos para concretizar a cooperação estabelecida no presente Convênio.

i) O presente Convênio ficará rescindido de pleno direito noventa dias após a data do aviso de rescisão que qualquer das partes der à outra, sem prejuízo, porém, da execução dos programas referentes a terras que, por contrato, já estejam à disposição da Carteira de Colonização.

AVICULTURA

A GALINHA DOS OVOS DE OURO

— No ano de 1957, registrou-se um recorde na exportação holandesa de ovos, tendo sido exportados 2.700.000.000. Êsses algarismos, impressionantes em sua forma global, talvez pareçam ainda mais quando se disser que os mesmos querem dizer que, durante todo o ano, saíram das fronteiras do país 86 ovos por segundo. O valor total das exportações foi de 375 milhões de florins. Quanto ao consumo nacional, atingiu, com 200 ovos por habitante, o total de 2.200.000.000.



Os principais países importadores foram: a Alemanha, com 2.153 milhões, a Itália, França, Espanha e Suíça.

Para a produção de ovos, são utilizadas, principalmente as raças Leghorn branca, Rhode Islands vermelha e alguns cruzamentos.

Nos Países-Baixos, a avicultura é, na maior parte das vêzes, praticada em estabelecimentos mistos e principalmente em pequenos estabelecimentos nas regiões arenosas.

As galinhas adultas são alojadas em galinheiros de madeira ou de tijolo, cobertos de palha, ou telha. O tipo de galinheiro comum pode obrigar de 80 a 100 galinhas, que, habitualmente, dispõe de uma saída para o campo.

Nos últimos anos, usa-

te, freqüentemente, o galinheiro chamado "de colônia" para a criação de frangas. Êsses galinheiros têm cêrca de 2 por 3 metros e são de construção muito simples. Em cada um dêles são alojadas cêrca de sessenta frangas, até que começa a postura.

O govêrno holandês tomou providências especiais a favor da agricultura, visando, entre outras coisas, o constante melhoramento da qualidade e do estado de saúde das aves.

A divulgação e o ensino, assim como as pesquisas científicas e a luta contra as epizootias das aves são estimuladas, através de organismos públicos.

Desde 1933 estão em vigor leis e regulamentos destinados à criação, aos produtores de ovos para incubação e aos produtores de pintos.

Tôdas essas atividades são dirigidas pela "Junta de Aves e Ovos", autarquia em grande parte controlada pelo Ministério da Agricultura.

Os avicultores só podem se registrar como criador de aves se seu estabelecimento e suas aves obedecem os rigorosos padrões estabelecidos pelos regulamentos. A descendência de todas as aves é registrada.

A produção de ovos de cada galinha é controlada, no decorrer do primeiro ano, graças ao emprgo de ninhos especiais.

Para renovação do plantel avícola, são criados, todos os anos, inúmeros "grupos reprodutores", compostos de um galo e de doze a quinze galinhas, cuja descendência é fácil controlar.

Ao se organizar êsses "grupos reprodutores", são examinados, cuidadosamente, a transmissão hereditária das diferentes qualidades dos animais, principalmente pelo exame da prole. Dêsse modo, obtêm-se descendentes de pais que, segundo pode se esperar, transmitem as boas qualidades que possuem.

Carnes de aves equilibrâm a taxa de colesterol

Ultimamente, trabalhos de divulgação têm aparecido na imprensa chamando a atenção do público para a importância da taxa sanguínea do colesterol. Essa substância, produzida normalmente no organismo, deve estar contida em limites certos, pois o seu aumento provoca, segundo muitos médicos, graves transtornos, principalmente às pessoas que sofrem de distúrbios circulatórios. Referem, ainda, os clínicos, que a indigestão de certos alimentos gordurosos promove o aumento da taxa de colesterol no sangue, fato êste que tem levado muitas pessoas, inclusive por indicação médica, a se privarem de determinados alimentos.

O assunto, de grande oportunidade, vem merecendo sérios estudos dos pesquisadores, tendo, recentemente, o Dr. M. L. Scott, professor da Universidade de Cornell (E. U. A.), verificado que as gorduras de carnes de aves apresentam o tipo de composição capaz de beneficiar a taxa de colesterol. Uma das mais significativas conclusões do trabalho dêsse nutricionista é a seguinte: "mesmo quando a taxa de colesterol do sangue é alta, essa redução pode ser obtida pela ingestão de alimentos contendo ácidos graxos não saturados" (característica esta exclusiva da carne de aves, enquanto que as das espécies de açougue encerram gorduras saturadas).

As conclusões do professor Scott confirmam trabalhos de outros médicos e pesquisadores, todos recomendando a inclusão de maior número de vêzes das carnes de aves nas dietas das pessoas portadoras de certos distúrbios, principalmente os hipertensos

Boa ou má qualidade dos ovos depende da granja

É um êrro pensar que a boa ou má qualidade do ôvo possa depender a raça de galinha criada. Qualquer que seja a raça, o ôvo é um produto biológico de características bem definidas, não importando a raça. A sua qualidade, contudo, depende, da galinha ou mais precisamente, do modo como é criada para ser produtora de ovos. Galinhas mal alimentadas ou mantidas em ambiente sanitário pouco recomendável continuarão produzindo ovos porém, êstes serão sempre em menor número e de qualidade inferior. A ração dada às poedeiras é fator importante para a melhoria da qualidade, pois os alimentos são transformados em substâncias nutritivas e irão se acumular no ovo para garantia de sua transformação em um nôvo ser. Melhores alimentos, ovo melhor e pintos mais sadios.

A responsabilidade, portanto, da existência de ovos de desigual qualidade no mercado consumidor depende diretamente do granjeiro. Quem cria mal fornecer às donas de casa ovos de qualidade inferior. Além do fator alimentação

Partiu o Diretor da Shell do Brasil S/A



A bordo de um jato Boeing 707, da B.O.A.C. embarcou para Londres o Dr. E. O. Lorens Diretor do Departamento de Produtos Químicos Agrícolas da SHELL BRASIL S.A. (Petróleo). O ilustre viajante deverá demorar-se quatro semanas em Londres e uma na Holanda, participando do Senior Chemical Course da Shell

(rações devidamente equilibradas, contendo boas taxas de vitaminas), o avicultor deve cuidar, em particular, dos seguintes detalhes: coletar os ovos 3 a 4 vêzes por dia, deixando-os o menor tempo possível nos ninhos; fazer a coleta em cestas de arame; manter os ninhos limpos; no galinheiro não deixar, de modo algum, que a cama se umedeça; resfriar os ovos após a coleta; abater os galos, quando a produção se destinar exclusivamente ao mercado e despachá-los rapidamente aos centros consumidores.

Instituto do Açucar e do Álcool e Banco do Brasil unidos no aproveitamento das terras canavieiras e no incremento da produção de alimentos

Reveste-se de singular importância o convênio firmado entre o Instituto do Açúcar e do Álcool e o Banco do Brasil S.A. (Carteira de Colonização), destinado a promover o aproveitamento de terras nas zonas canavieiras do País e a incrementar a produção diversificada de alimentos no território nacional.

Ao firmar o convênio em aprêço, o Instituto do Açúcar e do Álcool o fêz na esfera de sua competência, de acôrdo com as estipulações do Decreto n.º 156, de 17 de novembro de 1961, que lhe atribui poderes para promover a consolidação e o fomento da agroindustria canavieira, desenvolvendo ação nos campos social, agrícola e industrial, que permita à economia canavieira do País retirar o máximo de benefício dos fatôres utilizados e a justa remuneração dos agentes de produção na mesma empenhados.

Desejando o Govêrno brasileiro executar um plano nacional de desenvolvimento econômico e social, a fim de promover o crescimento ordenado dos setôres econômicos das diversas regiões do País, removendo os desequilíbrios e eliminando as possíveis tensões sociais, um convênio como o que vem de ser firmado representa colaboração altamente valiosa para o êxito do plano em lide, uma vez que, por meio dêle, virá o IAA criar a infra-estrutura adequada para a produção agrícola canavieira, das mais importantes do Brasil, facilitando uma reestruturação agrária capaz de absorver modernos recursos da técnica, que possibilite assegurar, em bases econômicas, a produção da matéria-prima necessária à agroindústria canavieira e,

(Continua na pág. 14)

Raças de Dupla Aptidão - um novo rumo na pecuária

Pelo Dr. Manoel Eugênio Prata Vidal (da Universidade Rural do Km. 47)

Segundo dados publicados pela F.A.O. em 1961, no seu estudo sôbre o "Estado Mundial da Agricultura e Alimentação", o consumo de carne e leite do povo brasilerio foi por ano e por pessôa de 29 kg e 58 kg, respectivamente, em 1958.

Acredita-se que atualmente êste consumo tenha recebido certo aumento. Entretanto se compararmos a nossa situação com a de outros paises de agricultura e pecuária mais avançados ficaremos perplexos. O quadro abaixo dá-nos uma idéia da situação:

consumo em kg

País	carne	leite	ano
E. E. U. U.	97	307	1959
França	74	307	1960
Dinamarca	73	291	"
Alem. Ocid.	54	220	"
Holanda	44	291	"
Brasil	29	58	1958

Procurando sempre aumentar o consumo destes preciosos alimentos, vêm as autoridades mundiais de nutrição, difundindo novas técnicas de produção, modificando os atuais regimes de exploração pecuária, educando convenientemente apopulação etc.

Nosso rítmo de desenvolvimento e nosso esfôrço para sairmos da situação atual de país subdesenvolvido, exigem em nossa mesa uma alimentação mais sadia e mais rica.



Na India o Guzerá é a mais estimada raça de dupla aptidão. No Brasil suas excelentes qualidades estão confirmadas, donde a enorme procura que vem tendo nos últimos anos. Na foto um belo exemplar da grande raça amamentando uma futura campeã (Gentileza da Estância Karkre).

Novas técnicas são usadas em nossos dias para produção de carne e leite. Existe atualmente uma tendência para produção de animal de "dual purpose" na expressão inglesa. Diminue-se dia a dia no campo da Zootecnia a preocupação de produzirmos rebanhos ùnicamente especializados num sentido determinado.

Chama nossa atenção para isto o Prof. F. Haring, da Universidade de Gotinga (Alemanha) em seu trabalho apresentado no VII Congresso Internacional de Zootecnia, na Alemanha em Junho de 1961. Segundo êste professor, hoje, a maioria de nossas raças bovinas melhoradas são de dupla aptidão, e é perfeitamente possível combinar um elevado rendimento lácteo com a produção de grande quantidade de carne magra, numa raça, como se observa na Dinamarca e Alemanha.

Em 1961, Groenewold, encontrou uma correlação fenotípica de + 0,64 entre o rendimento lácteo do grupo de filhas e o aumento diário de pêso no grupo dè filhos, na comprovação de uma descendência.

Nas Estações de Inseminação Artificial da **Milk Markekind Board**, estão introduzindo turos tipos **beef** em 35% das vacas. Lògicamente separam-se para êste cru-

zamento as vacas de menor rendimento em leite, de cada rebanho.

Bonadonna cita que na Holanda, orienta-se a criação da célebre Frisona negra como raça de dupla utilidade. E' ainda na Itália que o jornal "Possagno" em referência ao V Congresso de Gado Bovino de Carne em Milão sustentava a necessidade e a conveniência de produzir carne com as raças bovinas de leite.

A carne para o consumo inglês se obterá agora, no parecer de Hammond a partir do gado liteiro, e já se nota a preocupação para o melhoramento da conformação deste gado.

Procurando aumentar também nosso consumo de carne e leite, é que voltamos a vista para o gado Guzerá.

Sòmente próximo às grandes metrópoles e ainda subordinados aos problemas de clima, ração, mão de obra cara, etc. é que podemos pensar na criação de raças leiteiras especializadas. Enquanto que a criação de rebanhos exclusivos para carne, nos priva do alimento indispensável que é o leite.

Lidera hoje o Guzerá o balde e a balança entre as raças indianas criadas no Brasil. Nos rebanhos de Cuvêlo e Cantagalo, controlados oficialmente, vemos produções de 9 kg. de leite com mais de 9% de gordura num período de lactação de 300 dias.

Foi na última Exposição de Uberaba que deparamos com INDÚ, grande Campeão da raça Guzerá, pesando 825 kg. E' nos rebanhos do govêrno do Estado de S. Paulo que vemos o Guzerá levantando o campeonato de ganho de pêso nas provas do **Feedin Test,** introduzidas há mais de 10 anos no país pelo diretor do D.P.A. de São Paulo Dr. J. Barissom Villares e realizadas anualmente em vários pontos daquele operoso Estado.

Haja visto os resultados difundidos pelo J. R. Péres, Presidente da Associação de Criadores de Guzerá do Brasil, sôbre ganho de pêso, produção de leite, fertilidade da raça etc.

E' chegada a hora de um sério, de uma orientação trabalho de seleção mais mais segura para o criador, de deixarmos de lado a preocupação com pintas, orelhas, chifres etc. que tanto atrasou nosso progresso zootécnico, e procurarmos introduzir em nosso meio criatório balanças, testes de progênie, melhoramento de pastagens etc. E' nossa obrigação como zootecnista e criadores, produzirmos mais carne e leite, sabendo usar melhores técnicas e criando e selecionando melhores raças.

(Continuação da pág. 11)

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL E ...

ao mesmo tempo, a diversificação da produção agrícola, de modo a criar novas fontes de produção de alimentos nas próprias áreas canavieiras.

Assim, graças ao convênio ora concluído, poderá, beneficamente, contribuir o IAA, ao fomentar o desenvolvimento da agroindústria canaviêira nacional, para remover os graves desequilíbrios regionais que marcam, de maneira perniciosa, tôda a economia nacional.

Executor de Convênio do Serviço Social denuncia especulação com terras na Guanabara

Em seu relatório semestral, o Executor do Acôrdo de Serviço Social da Guanabara, Sr. Juvenal da Silva Azevedo, afirmou que "a economia rural do Estado da Guanabara encontra-se em completa desorganização, sofrendo o retraimento dos três fatôres de produção: terra, capital e trabalho", acrescentando: "Nota-se o desvirtuamento da terra para a especulação imobiliária".

O Sr. Juvenal da Silva Azevedo salientou também que "o trabalho encaminha-se para as atividades industriais e comerciais, face à remuneração e condições mais compensadoras e capital para empreendimentos mais lucrativos e seguros".

O Executor do Acôrdo de Serviço Social da Guanabara declarou que é necessário fazer retornar as terras de reserva rural às atividades que são destinadas pelo interêsse social, acrescentando que, para atingir êsse objetivo, será necessário o emprêgo de medidas não artificiais, não se permitindo o desvio de bens sociais para a especulação imobiliária.

MILHO – A ARMA CERTA PARA DERROTAR A FOME

José Rozendo Peres



Agricultores mineiro foram ao "Corn Belt" americano aprender os últimos progressos na cultura do milho, visando o aumento da produtividade nacional. Na foto o Sr. Rubens Resende Peres, um dos maiores produtores de milho do Brasil. (Foto do autor em Coon Rapids, Iowa)

Se o ministro da agricultura o experimentado lavrador Renato Costa Lima, o grande criador de Guzerá, o avicultor notável, tiver tempo e dinheiro, o Brasil dentro de poucos anos será o segundo produtor de milho do mundo. Tempo, porque pouco poderá fazer se fôr substituído após as eleições de outubro. Dinheiro, por que com as atuais verbas do Ministério ninguém poderá fazer nada.

Confesso minhas esperanças de que algo será feito. Quando em outro artigo, pedi um bom ministro para a mais importante pasta do Govêrno brasileiro, jamais poderia supor que meus sonhos fôssem realizados com tamanha precisão. E' o caso típico do "homem certo no lugar certo". E êle, como eu, acredita que plantando milho em maior escala, com mais técnica, em breve teremos fartura. Porque milho significa leite, ovos, frangos, carne bovina, suína, banha, óleo, plásticos; e uma nação que produzir muito milho, a baixos preços, não viverá o drama de um povo esfomeado. Mas como conseguir produção de milho a preços baixos, com grande margem de lucro para o produtor, simultâneamente? E' o que tentaremos explicar hoje resumidamente.

Sementes: Não adianta plantar se não fôr com sementes de milho híbrido, que por si já significa um aumento de 30% de produção. As sementes de peneiras grandes (24) são mais resistentes nos primeiros dias de vida, quando houver escassez de chuvas, pôsto fiquem um pouco mais caras, pela menor quantidade de grãos por quilo. De qualquer forma, é preciso comprar sementes de uma peneira só para facilitar o trabalho da plantadeira, que não precisará ser regulada mais de uma vez. Na peneira 22 são necessários de 13 a 14 quilos para plantio de um hectare. Outro fator a se levar em conta na hora de adquirir a semente e o período de madureza (tempo gasto entre plantio e polinização). E' interessante, contornadas as exigências da ecologia, índice pluviométrico etc., adquirir sementes de madureza mais precoce, a fim de que se possa entrar com a produção no fim da entressafra, obtendo-se, assim, melhores preços.

Solo: O milho não suporta terra ácida. PH entre 6 e 6,5. para cima. Com relação a topografia, quanto mais plana melhor para a mecanização, a motor ou animal. Esta ainda permite aração em curvas de níveis em terrenos ligeiramente íngremes. Plantar milho à mão, com enxadas, e antieconômico dá prejuízo, a menos que se explore o trabalho escravo.

Adubação: E' indispensável uma adubação perfeita para um bom desenvolvimento do milho. Nossas fábricas de adubos estão aparelhadas para atender ao agricultor fazendo, inclusive, exames de solos. Sem nitrogênio, fósforo, potássio e cálcio em doses cientificamente balanceadas, é impossível colheitas altamente lucrativas. A adubação química é a mais importante. Todavia, todo estêrco espalhado sôbre o solo antes da aração, para ser enterrado pelo arado, só pode ser de grande utilidade.

Aração: Iniciar logo após a colheita, regulando o arado para um corte de 20 cm de profundidade. Arados de aiveca ou discos, indiferentemente. Arar em curvas de nível nos terrenos inclinados. Nunca usar fogo. Em solos leves, usando-se ervicidas, é dispensável o arado, resolvendo bem o caso uma grade pesada.

Gradeação: Em terrenos argilosos é aconselhável uma gradeação logo após a aração, para evitar torrões duros na gradeação da época do plantio. Todavia, tratando-se de terrenos leves (arenosos) basta gradear apenas na véspera do

plantio. No caso de se usarem ervicidas, gradear várias vêzes para pulverizar bem a terra, o que facilitará melhor penetração dos mesmos.

Plantio: Iniciar de acôrdo com as condições de cada região, em geral no começo da estação chuvosa. Quem não tiver experiência, consultar a escola de agronomia ou instituto agronômico mais proximo de sua fazenda, pedindo instruções sôbre a melhor época de plantio.

Com relação ao espaçamento, Bob Garst, o rei do milho nos Estados Unidos e a Fazenda Brasília, em Minas, aconselham 1 metro entre as linhas e 20 cmt. entre os pés. A semente deve cair num sulco com 15 cm de profundidade, para logo ser coberta com 2 a 3 cmt. de terra. A plantadeira bem regulada realiza êsse trabalho automàticamente, e solta um grão de 20 em 20 cmt. dentro do sulco. Suprimir as falhas com plantadeira manual. Para grandes áreas usar plantadeiras de 6 ou 4 linhas, se possível já equipadas com espalhadores de ervicida e adubo químico, o que permitirá 3 operações ao mesmo tempo: plantio, adubação e combate às ervas daninhas.

Capina: Começar a passar o cultivador 10 a 15 dias após o nascimento, quando o pé já está com uns 15 centímetros de altura. A segunda capina deve ser feita com o pé de milho medindo 70 cmt. de altura no máximo, para que o eixo do trator não quebre os colmos, o que se daria com o milho mais alto. E' muito importante manter o terreno o mais limpo possível, para uma boa produção pois esta cai na mesma proporção em que as ervas daninhas possam fazer concorrência ao pé de milho. Não se usando ervicidas, será mais interessante uma capina final com enxada onde houver facilidade de mão-de-obra. Isto entre os pés, pois o cultivador só pode funcionar entre as linhas. Em certos casos o uso de cultivadores com tração animal, que podem trabalhar com o milho em qualquer altura, é aconselhável, pois mesmo entre as linhas, em certas regiões, há um grave acúmulo de ervas daninhas.

Desbaste: Arrancar os pés oriundos de excessos da plantadeira para evitar superpovoamento contraproducente.

Pragas: Grande parte da produção pode ser perdida por ataques de pragas. Uma das mais danosas, a lagarta rósca", durante o dia vive no solo, saindo à noite para devastar as plantas jovens. Combatê-las usando, no plantio, misturado com as sementes, meio quilo de Aldrin a 40 % para cada saco de semente (40 quilos). Caso só se note a praga após o plantio, o combate é o mesmo que se dá as demais lagartas, como a "militar", polvilhamento com BHC a 2 por cento.

Não se deve esquecer que a saúva, a velha inimiga do Brasil, cujo entrave ao nosso pro-

gresso só pode ser comparado ao deficit das emprêsas estatais deve ser duramente combatida com Aldrin a 40% ou formicidas com base em brometo de metila.

Ervicidas: Fazendo testes com ervicidas (simazina ou atrazina) em talhões para ser se o uso dos mesmos foi compensado por um aumento de produtividade suficiente para cobertura do alto custo desses produtos maravilhosos. Um disseminador montado na plantadeira deverá aspergi-lo sôbre as fileiras, em faixa com 30 cm de largura, protegendo a zona não alcançada pelo cultivador, o que evitar capina manual.

Colheita: Se se dispuser de secadores na fazenda, o milho deverá ser colhido bem cedo com 30% de umidade, pois o secador o deixará apenas com os 14% desejados pelos consumidores. Isto redundo em maior rendimento (8%), pois quanto mais tempo o milho ficar na roça, mais sujeito às quebras ficará. Não se possuindo secadores, todavia, a colheita só poderá ser feita com espigas mais sêcas, para que não fermentem no paiol. O milho para ensilagem deverá ser colhido quando o grão já estiver passando do estado leitoso. Já possuímos boas automotrizes para colheita de milho a venda, no Brasil.

Sabugo: Guardar tudo, para depois de triturado ser dado ao gado, com suplementos de uréia, melaço e vitamina A. Disse-me Jonathas Garst que "não há homem suficientemente rico para poder atirar fora matéria-prima tão valiosa". O mesmo se pode dizer quanto a palha e colmos, que devem ser ensilados, para arraçoamento do gado na sêca.

Venda: Incrementar no início da safra. Paralisar no auge. Vender o resto na entresafra. Esta a fórmula para que os preços fiquem nas mãos do produtor e não nas dos grandes industriais.

Mecanização: Em geral um trator faz o serviço em área 4 vêzes maior em hectares que sua potência em HP. por exemplo, um trator como o Ford Brasileiro, que possui 44 HP na barra de tração, dá conta de uma area de 176 hectares (uns 36 alqueires geométricos). Com duas horas de serviço e uns 10 litros de óleo Diesel, pode arar um alqueire geométrico. Na prática, calcula-se o número de discos do arado assim: para cada 15 HP de potência um disco, Aproximadamente. Assim, para um trator de 45 HP arado de 3 discos, para um trator de 60 HP arado com 4 ou 5 discos dependendo de diâmetros dos discos). Além do arado, comprar grade, plantadeira, cultivador e uma carrêta agricola para a colheita e outros serviços da fazenda. Em grandes plantações é indispensável colhedeira, automotriz ou rebocável pelo próprio trator

Lucro: Obedecidas as regras acima expostas, pode-se em terreno bom obter um lucro de Cr$ 200.000,00 por alqueire geométrico, maior que o valor da terra em quase todo o País, e capaz de pagar em um só ano tôdas as despesas com maquinaria, sementes, adubos etc, A Fazenda Brasília, de São Pedro dos Ferros, Minas Gerais, vem obtendo, mesmo não usando ervicidas ou adubos o que deixará de fazer em breve, o seguinte custo de produção.

Custo do Milho em espiga, na roça, por saca de 60 quilos 180,00; Colheita 10,00; Transporte ao debulhador 10,00; Transporte para o vagão 30,00; Saco usado 80,00; Impôsto mineiro de Vendas e Consignações, Recuperação Economica etc. (9,5%) 125,00; Corretagem e desconto do LC 64,50. Custo total 500,00; venda FOR .. 1.300,00; Lucro em saco 800,00

Levando em conta uma produção apenas razoável de 3 000 quilos por hectare (em certas regiões de Iowa, EUA, a média é de 6,000 quilos por hectare), isto significa uma colheita de 250 sacos por alqueire geométrico ou seja Cr$ .. 200.000,00 livres.

Êste o ôvo de Colombo que hoje ofereço aos meus leitores Só não põe em prática êstes conselhos quem não quer ganhar dinheiro, ou não possui terras mecanizáveis.

Felizmente assim também pensa o Ministro da Agricultura. Se o Govêrno lhe desse apenas uma parcela dos milhões atirados fora anualmente com as emprêsas deficitárias, com a COFAP, com obras adiáveis, improdutivas, tudo seria resolvido. Infelizmente deram bilhões para a aventura do trigo, quando o milho era uma coisa certa, uma planta rústica, já testada em todo o território nacional, Precisamos de financiamentos mais rápidos e a melhores prazos para tratores e implementos. Maior divulgação de tratos culturais. Incentivo. Garantia de preços mínimos reais, silos, Proibição de reflorestamento de áreas mecanizáveis. Maiores verbas para a CREAI. Melhor navegação costeira. Se não houver verbas, por que não vender as ações de tantas emprêsas protegidas ou deficitárias? Seria um investimento muito mais lucrativo.

O Brasil só não cresce assustadoramente porque há grupos travando a fôrça espetacular da livre iniciativa.

Ensaio Ecológico

INFLUENCIA DOS FATORES CLIMATICOS NA TUBERIZAÇAO DA BATATA

Adalberto Serra

Ano: 1960

Local de ensaio: Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Ministério da Agricultura-Itaguaí-Estado do Rio de Janeiro-Brasil.

Latitude: 22º 46" S

Longitude: 43º 41' W Gr

Altitude: 40 metros acima do nivel do mar.

Solo: Tipo ECOLOGIA ARENOSO.

Executores: I.E.E.A., Serviço de Meteorologia e Projeto ETA-10 (em colaboração)

Idealizador e supervisor: Eng. Agr. Cesar Augusto Lourenço — Escritório Tecnico da Agricultura Brasil — Estados Unidos — Projeto 10.

Executores: Eng. Agr. Jorge Coutinho Aguirre — I.E.E.A.

Eng Agr. Dinah Mochel de Menezes — I.E.E.A.

Análise da influência climática:

Eng. Agr. Francisco Domício de Azevedo — S.M.

Eng. Agr. Cesar Augusto Lourenço — Projeto 10.

Eng. Civil Adalberto Barranjard Serra — S.M.

Análise estatistica:

Eng. Agr. Otávio de Almeida Drummond — I.E.E.A.

Esquema experimental:

Foram plantadas 4 variedades (Delta, Datura, Patrones e Benedikta), sete vêzes, com intervalo de 20 dias entre os plantios. O primeiro plantio foi feito em 11-4-1960 e o último em 9-8-1960. Foram efetuadas 5 colheitas de cada plantio, em intervalos de 20 dias, a partir da emergência. Os tubérculos colhidos foram pesados e as condições climáticas registradas durante todo o ensaio. Não houve irrigação.

Conclusões:

A análise estatistica acusou o seguinte:

1) As variedades Datura, Delta e Benedikta deram produções equivalentes. A variedade Patrones foi a menos produtiva.

2) Os melhores plantios foram o 1.º, o 2.º e o 3.º, que deram produções equivalentes.

3) As maiores produções foram obtidas na 3.ª e 4.ª colheitas (70 e 90 dias, em números redondos), que foram estatisticamente equivalentes. A 5.ª colheita deu menor produção que a 3.ª e 4.ª.

4) Estatisticamente portanto, a produção máxima foi atingida já na 3.ª colheita (70 dias).

INFLUÊNCIA DOS FATORES CLIMATICOS NA PRODUÇAO (peso)

Dos fatores estudados, sòmente a precipitação e a temperatura (média das mínimas) demonstraram exercer sensível influência na produção. Observou-se o seguinte:

a) Houve dois periodos de plantio bem diferenciados, quanto à produção obtida:

b) A chuva foi distribuída de modo uniforme nos dois periodos.

c) As medias das minimas foram baixas no periodo A e altas no B (15.0º até a 5.ª colheita e 17,5º até a 5.ª colheita, respectivamente).

d) No período A a temperatura decresceu entre a 1.ª e 2.ª colheitas, manteve-se estável desta à 4.ª colheita e elevou-se na 5.ª colheita.

e) No período B a temperatura foi se elevando acentuadamente em cada uma das colheitas.

f) Comparando-se os dois periodos, verificou-se que as chuvas não tiveram influência na grande diferença de produção entre êles.

g) Ao contrário, a temperatura foi fator importante na diferença de produção.

h) Nas colheitas correspondentes dos dois periodos a grande diferença de produção, principalmente a partir da 2.ª colheita, correspondeu à grande diferença de temperatura, exclusivamente, de vez que a chuva foi uniforme.

i) Confrontando-se as produções obtidas em espaço de tempo idêntico para os dois periodos (3.ª colheita — 70 dias), verifica-se:

1.º) Houve boas produções periodo A), quando a média das mínimas não ultrapassou 15.1º e quando o mínimo de precipitação de chuva e temperatura, dentro desses limites não influiram sôbre as produções de cada plantio.

2.º) Houve baixas produções (periodo B) quando a temperatura mínima, embora também de 15,1º, coincidiu com chuva abaixo de 94.5 mm, ou quando as temperaturas foram acima dêsse limite, embora as chuvas fossem equivalentes ou mesmo superiores as do 1.º periodo.

3.º) De conformidade com as conclusões acima, verifica-se que, nas condições do ensaio, os limites de chuva e temperatura, para que se obtenham boas produções são os seguintes:

Chuva mínimo de 94.5 mm em 70 dias a partir do plantio.

Temperatura minima — Maximo de média das minimas correspondentes a 70 dias, a partir do plantio: 15,1º.

Esses limites devem ocorrer concomitantemente. Assim:

Temperatura Acima de 15,1º, Chuva Abaixo ou acima de 94.5 mm, Produção Má;

Temperatura Abaixo de 15.1º, Chuva Abaixo de 94,5mm. Produção Má; Temperatura de 15,1º, Chuva Acima de 94,5 mm Produção boa.

RESUMO DA ANALISE ESTATISTICA DA PRODUÇAO (peso) RELATIVO AOS PLANTIOS E COLHEITAS MAIS PRODUTIVAS BATATA.

Experimento de Ecologia. Ano de 1960

Cada parcela com 5 plantas 4 repetições (plantios) — I, II, III e IV plantios.

Resumo dos dados:

Variedades	
Patrones	12.632 grs
Datura	24.765 grs
Delta	24.440 grs
Benedikta	24.056 grs

Colheitas — I 30 a 37 dias após o plantio os seguintes 20 dias após:

(Continua na Página n.º 52)

Rádio Rural

Comunica-nos o Dr. Armenio Jouvin, Superintendente da Rádio Rural

"A Rádio Rural, que se encontrava há algum tempo paralisada por motivos de ordem técnica, já se acha operando em fase experimental, prevendo-se o reinício de suas atividades, em caráter definitivo, já desde o mês de abril em sua primeira quinzena.

Nessa nova fase, a Rádio Rural levará ao ar, diàriamente, das 5 às 24 horas, programas do mais alto interêsse dos agricultores e pecuaristas, bem como de seus familiares.

A fim de que os interessados possam tomar conhecimento antecipado dessa planificação, capacitando-se a sintonizarem seus receptores nas frequências adequadas e a escolherem seus programas preferenciais torna-se imprescindível sua mais ampla divulgação, o que esperamos merecer dêsse jornal, como patriótica cooperação a uma iniciativa de real valor para o progresso e o bem estar das populações rurais".

Aqui estaremos, sempre prontos para cooperar, como é de nosso dever.

DADOS TÉCNICOS DA RADIO RURAL

Ondas curta; prefixo ZYZ-31; quilociclos 6.065; metros 49,46; potência 7,5 watts.

Ondas curtas; Prefixo zyz-32 quilociclos 15.105; metros 19,86; potência 7,5 watts.

HORARIOS — verão: das 5,00 às 24,00; inverno: das 6,00 às 23,00.

Nota — Dentro de suas frequências e potência dos transmissores, a Rádio Rural é perfeitamente ouvida em todo o País.

PROGRAMAÇÕES

Matutina (5.00 às 12,00)

Informativo Agrícola (1.ª Edição-5,15)

Avicultura; Granjas e Hortas; Leite e Laticínios; Suinicultura; Solos e Plantios; Sementes e Sementeiras; Adubação; Armazéns e Silos; Inseticidas, Fungicidas e Herbicidas, Culturas Permanentes e Temporárias; Extensão Rural; Pragas e Moléstias; Máquinas e Implementos; Mecanização; Reflorestamento; Engenharia Rural; Frigorificação; Eletrificação; Cafeicultura; Triticultura, Agronomia; Veterinária; Irrigação; Acondicionamento; Transporte; Pesca

Vespertina (12,00 às 18,00)

Informativo Agrícola (2.ª Edição 12.15)

Artesanato e Indústrias Caseiras; Rádio Escola; Assistência Social; Economia Rural, Clubes Agrícolas; Semanas Ruralistas; Concursos Variados; Panorama Brasileiro, Medicina Prática; Artes Domésticas; Em Dia com a Moda; Páginas Femininas; Seu Romance; Seleções Musicais; Retransmissões Esportivas.

Noturna (18,00 às 24,00)

Informativo Agrícola (3.ª Edição 18,15)

Parlamentarismo; Cooperativismo, Associativismo; Crédito e Financiamento; Seguro Agrícola e Pecuário; Consultoria Técnica; Consultoria Administrativa e Jurídica. Noticiário Oficial do Ministério da Agricultura; Jornal do Interior; Mensagem ao Homem do Campo (domingos); Conferência Semanal (sábs)., Reforma Agrária; O Assunto em Debate; Retransmissões Esportivas; Noite Dançante (sábs) Serestas (domgs); Rádio Teatro (domgs).

A MAIS RECENTE UNIDADE DE ENSINO DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLAO BELLO"

Atendendo a convite do ETA, a direção da Escola Horticultura "Wencesláo Bello," enviou ao Paraná, em junho dêste ano, os Srs. Glauter Juarez Bourgignon de Almeida e Fernando Antônio Guimarães, respectivamente, Professor e Assistente da Oficina Rural da referida Escola.

Essa oficina, inaugurada já há dois meses, é a mais recente unidade de ensino do tradicional — e único na Guanabara estabelecimento de ensino profissional agrícola, mantido pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Os planos da Oficina Rural obedeceram às diretrizes do Prof. Merril M. Asay, Assessor Técnico do Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos, com o qual a SNA vem mantendo, há anos, um Convênio, representado pelo "Projeto 38".

Os dois elementos da Escola fizeram, assim, o proveitoso estágio de 8 dias em Curitiba e em Apucarana, durante os trabalhos do Primeiro Curso de Oficina Rural lá realizado.

Damos a seguir, o Relatório apresentado pelo Prof. Glauter de Almeida, e, aproveitando o ensêjo inserimos duas fotos da Oficina Rural da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

1. Exercício de Funções

1 1 — Diretor Chefe: Dr. Ubiratan Pompeo Sá — Dir. pelo Dep. Ens. Agrícola.

. . — Quadro docente

Diretores e Acessores do Curso

Dr. Ubiratan Pompeo Sá Dir. P p/ Dep. de Ensino Agric.

Dr. Wellinton O Viana Chefe do Serv. Controlador da Ens.

Dr. Merril B. Asay Acessor Técnico do ETA

Dr. Aroldo P. Vieira Acessor Técnico do ETA

PROFESSORES

Raul Romano Rangel, Cadeira de Mecânica de Máquinas e Ajustagem

Lícia Esganhoto, Cadeira Ernesto Knaued, Cadeira de de Artes Industriais — ETC Matemática — ETC

Ricardo Luís Knesebeck, Cadeira de Eletricidade.

Roberto Rosenstein, Cadeira de Meios-Audi-visuais — ETC

Merril B. Asay, Acessor Técnico do ETA

Aroldo P. Vieira, Acessor Técnico do ETA

2.° **Programa do Curso:**

2 1 — Duração: 7 dias

2 2 — Local (s) **Curitiba** — Escola Técnica de Curitiba e Universidade Rural do Paraná
Apucarana — Escola Agrícola de Apucarana

2.3 — Programa diário — aulas: 8 às 11 — 13 às 16 horas
Reunião dos Sub-grupos 19 às 22 horas (na Secretaria de Agricultura)

2 4 — Início — Curitiba, 16 de julho de 1962, às 1g horas
Apucarana, 21 de julho de 1962 às 8 horas

2 5 — Término — Curitiba, 19 de julho de 1962, às 12 horas
Apucarana, 22 de julho de 1962, às 12 horas

3. **Ensino:**

3 1 — Planejamento de Ensino. O ensino foi planejado como se segue.

3 1 1 — Planejamento e execução de programas adequados de organização e manejo de oficinas Rurais

3 1 2 — Apresentação de lições em Oficina Rural
a. Objetivo da lição
b. Preparação da classe e dos materiais
c. Distribuição de tarefas ou trabalhos escolares
d. Motivação
e. Avaliação

3 1 3 — Processos de Instrução em Oficina Rural
a. Instrução individual, em grupos, de classes, métodos de demonstração
b. Método JIT aplicação no ensino de oficina Rural
c. Desenvolvimento de habilidades relacionadas com a O Rural

3 1 4 — Técnicas uso do Quadro Negro e outros métodos Audio Visuais

3 1 5 — O Professor e Oficina Escolar
a. Guarda e conferência de ferramentas e do material de consumo
b. Manutenção da Oficina — Limpeza
c. Vestuário adequado para o Instrutor e o aluno



EHWB-Oficina Rural. Seção de carpintaria. Alunos em trabalho

d. Segurança na Oficina

3.1.6 — Determinação da matéria de um curso de Oficina Rural para determinada comunidade. Previsão de tempo a ser dispendido semanalmente com Oficina Rural

3.1.7 — Equipamento da Oficina Rural. Problemas relativos à seleção de ferramentas, equipamentos e material. Responsabilidade do Professor e dos Alunos na utilização e guarda das ferramentas, do equipamento e do material

3.1.8 — Relatório dos Sub-grupos e grupo especial

a. 1.º sub-grupo
Entrosamento da Oficina Rural no Currículo Escolar
Relatório sumário sobre o curso

b. 2.º sub-grupo
Referência bibliográfica relacionada com O Rural.
Relatório sumário sobre o curso

c. 3.º sub-grupo
Equipamento de O Rural. Lista do mínimo de material e equipamento necessário

d. 4.º sub-grupo
Confecção de planta baixa para instalação de Oficina Rural. Relatório sumário sôbre o curso.

e. 5.º sub-grupo
Organização de projetos práticos de Oficina rural
Planejamento de um programa de Relações Públicas para o curso de O Rural. Relatório sumário sôbre o curso

f. 6.º sub-grupo
Relatório final, baseado nos relatórios parciais preparados pelos sub-grupos

4.º Considerações Gerais

4.1 — A abertura dos trabalhos, no dia 16 de julho as 10 horas, constou de um discurso proferido por Dr. Ubiratan Pompeo Sá, salientando a importância da solenidade tendo em vista ser o primeiro curso desse gênero a instalar-se no Brasil, antevendo os benefícios que poderá trazer quando integrado inteiramente no ensino agrícola do País, para a agricultura brasileira.

Após as breves palavras de abertura houve uma apresentação própria dos presentes e alunos, descrita abaixo

Dr. Ubiratan Pompeo Sá Diretor Presidente pelo Ensino Agrícola do Paraná

Dr. Wellington O. Vianna Chefe do Serviço de Contrôle do Ensino

Dr. Merril Asay — Acessor Técnico do ETA

Dr. Arnaldo P. Vieira — Acessor Tecnico do ETA

Dr. Enedino Brunn — Professor Agrícola da Escola Agrícola Palmeira

Dr. Antonio Soares — Dir. da Esc. Trab. Rurais IVAI

Dr. Lineu Aurélio Salgado — Dir. da Esc. Agrícola Palmeira

Dr. Antônio de Barros Tavares — Dir. da Esc. Trab. R. de Foz do Iguassú.

Dr. Nelson Frejse — Dir. da Esc. Agro-Técnica de Ponta Grossa.

Dr. Veloso — Catedrático da Universidade Rural do Paraná.

Dr. Silvio Haluche — Dir. da Esc. Trab. de Santo Antônio da Platina

Dr. Antônio Pereira Lima — Dir. da Esc. Trab. Rurais Santa Mariana

Sr. João Pedrovlski — Dir. da Esc. Tra. Rurais de Castro.

Sr. Zeferino Takeda — Professor da Esc. Agrícola de Apucarana.

Sr. Takachi Ido — Assistente de O Rural da EA de Apucarana

Sr. Glauter Juarez B. Almeida — Professor da Esc. Wenceslão Bello

Sr. Fernando Antônio Guimarães — Assistente de O Rural da Esc. Hort. W. Bello

4.2 — Sendo plano do ETA, realizar um curso de formação de Professores de Oficina Rural, na primeira oportunidade, com duração desejada e necessário. Sugiro em tal oportunidade, seja indicado o Sr. Fernando para capacitar-se a preencher eventual vaga desta Escola.

4.3 — Tendo em vista a pequena duração, o volume de matérias que devem ser ministradas sôbre métodos de ensino a um professor, considerei a minha estada no Paraná como um Estágio de familiarização sumária dos assuntos referentes nos métodos de ensino atual visto que cada assunto discriminado acima, foi sumàriamente apresentado em 45 minutos.



EHWB-Oficina Rural (240102) Aspecto externo



Pavilhão em que, até o momento, tem funcionado o Centro Audio-Visual da Guanabara do Convênio CR GB-SNA



Novo pavilhão (cerca de 700 m2) onde será instalado o Centro Audio-Visual da Guanabara e os serviços administrativos do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola (Convênio CR GB-SNA)

Centro Áudio-Vi[illegible] da Guanabara

O Centro Audio[illegible]anabara, funcionando na Escola de Hortic[illegible]o Bello, em virtude de Convênio com o C[illegible]al do Serviço Social Rural, inaugurará a [illegible] um "Curso de Informação em Extensão [illegible]

E' diretor do C[illegible]o Geral da SNA, Sr Luiz Marques Poliano [illegible] do mesmo o prof Geraldo Goulart da [illegible] do Centro Audio-Visual.

I — Planejamento

1 Objetivo:

Familiarizar os profissionais de diversas categorias que atuam no meio rural, com as modernas técnicas de informação em extensão rural.

2 Requisitos para matrícula

Poderão matricular-se no curso, agrônomos, veterinários, professôres, jornalistas e outras pessoas devidamente credenciadas, a critério da direção do curso.

3 Número de matrículas

E' fixado em 25, o número máximo de matrículas.

4 Local das aulas

Além das aulas teóricas e práticas que serão ministradas na sede do Centro Audio-visual da Guanabara, do convênio CR-SNA, haverá ainda aulas práticas ministradas na Oficina de Divisão de Informação da ABCAR, na Radio Rural do M.A., na Seção de Cinema do M.A., no SIA e em outros locais de confecção de material áudio-visual.

5 Duração do curso

O curso terá a duração de 6 semanas com um total de 90 horas de aulas (3 horas diárias) e funcionará de segunda a sexta-feira de cada semana, das 12,00 às 15,00 horas.

6. **Período do curso**

O curso funcionará de 3 de setembro a 13 de outubro de 1962, da seguinte maneira:

1.ª semana — aulas — 3 — 8 de setembro
2.ª semana — aulas — 10 — 15 de setembro
3.ª semana — aulas — 17 — 22 de setembro
4.ª semana — aulas — 24 — 29 de setembro
5.ª semana — aulas — 1 — 6 de outubro
6.ª semana — aulas — 8 — 13 de outubro

7. **Verificação de aprendizagem**

Haverá, no final do curso, uma prova escrita para a verificação de aprendizagem.

8. **Aprovação**

Será considerado aprovado o aluno que alcançar nota mínima 60 na prova escrita final e tiver, no mínimo 60 na prova escrita final e tiver, no mínimo, 70% de freqüência às aulas dadas.

9. **Certificado**

Aos alunos aprovados será fornecido certificado.

II — Calendário

Será o seguinte o calendário do curso:

1 — 31 de agôsto — período de matrículas
3 de setembro a 13 de outubro — período de aulas;
15 — 23 de outubro — período de exame, preparo dos certificados de aprovação e do relatório final do curso.
24 de outubro — encerramento durante a sessão semanal da diretoria da SNA que será realizada na sede do C.A.V.

III — Programa

Será o seguinte o programa do Curso de Informação em Extensão Rural:

1. **A Extensão Rural**

Conceito e filosofia da extensão rural — Princípios básicos da extensão rural — Organização de extensão rural no Brasil — Articulação de Extensão Rural com entidades que servem ao maio rural (Associações Rurais, Serviços de Experimentação e Pesquisas, Serviço Social Rural, Escolas Agrícolas etc.).

2. **A Informação em Extensão Rural**

Objetivos e filosofia da informação em extensão rural — Metodologia da extensão rural (métodos de contactos individuais, com grupos de pessoas e com massa de população).

3. **O Processo de Comunicação**

Elementos básicos do processo de comunicação — Modalidades da comunicação — Comunicação escrita (imprensa, livros, folhetos, cartas circulares etc.) — Comunicação oral (rádio, rádio cativo, palestras, exposições, etc.) — Comunicação — áudio-visual (quadro-negro, flanelógrafo, album seriado, cartazes, slides, filmes, filmstrips, etc.).

4. **A Redação**

Redação extensionista e jornalística — Normas gerais para a redação de artigos (populares e técnico-científicos) — Redação dos títulos e sub-títulos — Organização de índices — Tipos de redação jornalística (a notícia, a entrevista, a reportagem, o programa radiofônico etc.).

5. **Publicações**

Classificação das publicações — Publicações técnico-cienfificas, populares, de extensão, bibliográficas, de consultas (dicionários e anais) e outras — Características e tipos de publicações de extensão (fôlha divulgadora ou folder, prospectos ou cartilhas, folhetos, revistas, etc.) — O que se tem feito no país com relação ao assunto.

6. **Meio áudio-visuais de informação**

Importância dos meios áudio-visuais — Tipos de meio áudio-visuais, suas características e correta utilização — Meios áudio-visuais de informação utilização em publicações (ilustrações, gráficos, etc.) — Meios áudio-visuais usados nos métodos de informação (cartazes, quadros, murais ou painés de exposição, álbum seriado, flanelógrafo diapositivos e diafilmes e outros. — O que se tem feito no país com relação ao assunto.

7. **Rádio, Cinema e Televisão**

Importância e utilização na extensão rural — a redação — nos programas radiofônicos — Organização dos programas radiofônicos (h o r á r i o,

(Continua na pág. 45)

BOLETIM INFORMATIVO



SDD - SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

RUA STO. AMARO, 28 — RIO DE JANEIRO — GB.

É PRECISO PRESTIGIAR O SERVIÇO SOCIAL RURAL

Defendendo, em têrmos candentes, a ampliação das atividades do Serviço Social Rural "como um imperativo da dramática situação que as populações do interior não podem mais suportar", o presidente do Conselho Nacional daquela Autarquia, Sr. Oswaldo de Souza Martins, concedeu entrevista à imprensa durante a qual evidenciou, igualmente com veemência a inconveniência do projeto apresentado ao Congresso Nacional visando extinguir o SSR e transferir as suas atribuições a um órgão único de previdência, que se encarregaria entre outras funções, dos problemas de colonização, imigração e mesmo da execução da reforma agrária. "Por melhor que seja a intenção do cometimento, êste projeto representa, no meu entender, desprimor à cultura nacional, constituindo, pela sua manifesta inadequação à realidade do campo, um grande desserviço ao país" acentuou.

Razão de ser do SSR

Detalhando o seu ponto de vista disse inicialmente o Sr. Oswaldo de Souza Martins:

— Exatamente quando se realiza no Brasil a XI.ª Conferência Internacional de Serviço Social, com a presença universal de 60 países, representados por mais de 2.500 delegados, surge como um desprimor à cultura e à sensibilidade brasileiras o problema — ora afeto ao Congresso Nacional — da extinção do Serviço Social Rural, para transformá-lo em atividade "afim". Tal como se apresenta, o projeto a êste respeito objetiva "criar um órgão único responsável pela extinção da reforma agrária, que se encarregaria ainda da imigração colonização e outras atividades afins. O novo órgão substituiria as várias entidades que atuam nesses setores, como o INIC, o SSR, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil e o Conselho Nacional de Reforma Agrária. Ora — prosseguiu — O Serviço Social Rural é, não somente uma entidade sui generis, como notadamente, um serviço específico, de técnica própria e inconfundível, difícil e extenso, não podendo juntar-se à qualquer outro sem prejuízo fundamental de sua essência e de suas finalidades. A Lei 2.613, de 23 de setembro de 1955, ao criar o Serviço Social Rural, determinou em seu artigo 3.º, que a sua ação objetivava "a melhoria das condições de vida da população rural." Em razão disso e do melhor entendimento que técnicos e cientistas deram à matéria, resolveu-se fixar as atividades do SSR como tangentes ao "desenvolvimento das comunidades rurais", diga-se de passagem, o tema central da XI.ª Conferência Internacional do Serviço Social.

Mudança de mentalidade

Prosseguindo, acentuou o presidente do SSR que "desenvolvimento de comunidades" se entende, no melhor consumo, como um processo de mudança cultural dirigida", desde logo ficando advertido que, no caso brasileiro, êste processo envolve cêrca de 40 milhões de pessoas.

— Basta essa noção — afirmou — para se ter a exata compreensão de que o serviço social rural tem que ser eminentemente educacional, cabendo à entidade respectiva ministrar em campo próprio e por métodos específicos, a educação de base de que resultem, ao final, a organização e o desenvolvimento das comunidades rurais, de modo a que essas comunidades despertadas para a vida social, multiplicando relações humanas, venham a alcançar verdadeira maturidade, do que resultará a consciência de seus problemas e a reunião de meios para resolvê-los com a sua própria iniciativa e com os próprios recursos. Portanto, é uma mudança de atitude de milhões, que sòmente se pode lograr através da utilização do elemento humano especializado, devidamente selecionado e treinado para a sua execução. Daí o encargo importante cometido ao SSR, incomum em relação aos demais serviços públicos inclusive porque tem que selecionar e formar o seu próprio pessoal antes de se lançar à tarefa. O Serviço Social Rural, em sua curta existência efetiva, inferior a cinco anos, cuidou desde a primeira hora da preparação de seu pessoal especializado e já conta com um contingente da ordem de

1 640 Auxiliares de Comunidade, Assistentes Sociais; Supervisores e Professoras Rurais, Socorristas; e líderes do meio rural. Isto mesmo sem ter ainda conseguido a autorização governamental para incorporá-los ao seu quadro de pessoal.

"Atividade fundamental"

— Ademais — assinalou adiante o Sr. Oswaldo de Souza Martins — o desenvolvimento do trabalho desde que disponível o elemento humano, ainda é todo êle rodeado de circunstâncias marcantes e específicas. Nos dias que correm o serviço social conquistou irreversível inteligência mundial, como atividade necessàriamente fundamental e nunca atividade de "afim". Associar-se o SSR à resolução do problema da reforma agrária não pode ser concebido senão como um empreendimento de longo curso, por que a missão específica da entidade é a de promover a mudança da mentalidade do rurícola, abrindo-lhe novos horizontes, como novos conceitos de vida com nova compreensão dos problemas comuns e da própria consciência da existência da fôrça social e dos benefícios da cooperação ordenada.

No caso da reforma agrária, especialmente considero que ela constitui uma irreversível necessidade social. A adequada maneira de fazê-la, contudo, inclui obrigatòriamente uma consulta ao trabalhador rural. Por que deverá ser feita à revelia da legítima aspiração dos trabalhadores do campo, que ainda não foram consultados? Reformas desta ordem, planejadas de cima para baixo, não alcançam os resultados desejados por que, quase sempre de cunho paternalista e impositivo, não contemplam as aspirações acalentadas por aquêles que apesar de evocados como beneficiários nem sequer foram ouvidos — frisou. *"O que foi feito é pouco, mas é bom"*.



Dr. Oswaldo de Souza Martins

Expôs a seguir o presidente do SSR o plano de ação da Autarquia, citando os resultados já obtidos, quando afirmou que "em relação à magnitude do problema admito que se fêz pouco; mas foi bem feito". E prosseguiu — O Serviço Social Rural possui hoje um programa nacional de atuação consistente na elaboração de um processo de eclosão da liderança rural espontânea ou natural. Os líderes, homens e mulheres, deverão surgir dentre as socorristas rurais, os artezãos provindos das escolas de economia rural doméstica e de trabalhadores rurais. Essa liderança, assim eclodida, selecionada e treinada, há de desenvolver nas comunidades rurais uma coordenada de que resulte a farta colheita das aspirações e dos anseios rurícola, para serem equacionados como problemas da comunidade e merecerem o abordamento social adequado. Ademais esta liderança, auxiliada pelas Escolas Radiofônicas que o SSR objetiva implantar em rêde nacional, comandará a educação de base absolutamente imprescindível à generalizada mudança de mentalidade. Tais processos, rigorosamente científicos, se adequadamente ministrados, não poderão deixar de produzir a mudança desejada e procurada, garantindo ao mesmo tempo a legitimidade das aspirações e das soluções pleiteadas pelo homem rural, que serão antes de tudo, soluções estáveis para problemas que não podem ser tratados improvisadamente.

— De tudo isso se infere — acentuou o Sr. Oswaldo de Souza Martins — que estaria dando a República um passo descompassado em sua marcha se viesse a extinguir o Serviço Social Rural, já existente e

operante, sem ao menos se pesquizar, indagar ou eliminar de pronto as causas improdutivas de uma maior operância, de maior difusão, de maior amplitude de resultados. Estas causas impeditivas existem e já foram apontadas. Não será difícil eliminá-las, criando-se em seu lugar os fatores de uma atuação positiva; basta que a alta administração do país o queira. O que não se poderia admitir é que em apenas cinco anos lograsse o SSR implantar-se em todo o país e produzir já os frutos derradeiros, mudando tôda a mentalidade do campo brasileiro. É trabalho longo e nele o tempo é aliado. O que o SSR tem feito, no entanto, é ótimo, é excelente como resultado. Que o digam as populações rurais que se beneficiaram: são muitas, aliás, embora relativamente em minoria diante da extensão do país e de seus problemas. A propalada inoperância do SSR só existe em razão da falta de notícias para a gente das grandes cidades, pois em sentido inverso se pronunciam os inúmeros núcleos rurais que receberam os seus benefícios.

"Do extremo Norte ao extremo Sul"

Na parte final de sua entrevista, relacionou o Sr. Oswaldo de Souza Martins alguns exemplos do trabalho realizado pelo SSR, "do extreno Norte ao extremo Sul do país".

— Comunidades rurais antes abandonadas à própria sorte — assinalou — são hoje assistidas e tratadas pelos auxiliares de comunidade do SSR, ostentam hoje seus Centros Sociais para reuniões, clubes de mães, escolas de economia rural doméstica, escolas de corte e costura, clubes agrícolas, clubes de amigos, cooperativas, etc. Vê-se, nessas comunidades, o rurícola renascer para uma vida nova, cheia de esperanças, sentindo e proclamando que existe uma nação a que êle pertencia mas que não conhecia, e na qual se sente agora integrado.

O SSR vem realizando ou promovendo a implantação do trabalho de desenvolvimento de comunidade em 18 Estados da Federação, agrangendo 117 municípios dos 3 mil que o Brasil possui. No Estado da Guanabara, os centros sociais de Santa Cruz, Jacarepaguá, Campo Grande, Penha, da Escola Venceslão Belo e da Fundação dos Lázaros, são o testemunho vivo da operância benéfica da Antarquia.

No Estado do Rio o programa de desenvolvimento de comunidades levado a efeito nos municípios de Araruama, Cantagalo, Pádua, Três Rios, Miguel Pereiro, Campos e Angra dos Reis respondem pela excelência de um serviço social que merece ser seguido de público para poder contar os motivos reais pelos quais não é mais amplo, como se deseja.

No Estado de Pernambuco o SSR está em Camocim de São Félix, São Bento do Una e Timbaúba. Está em Mato Grasso, nos municípios de Santo Antônio de Leverger e Nossa Senhora do Livramento.

Está no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, como de resto em todo o Brasil. Em São Paulo quarenta municípios se beneficiam com os trabalhos de desenvolvimento de comunidade de Valinhos, Catanduva e de 38 outras localidades. Na comunidade rural de Vila Helena, em Tatanduva, tive oportunidade de ouvir de um simples homem do campo esta impressão, também simples como seu autor: "agora sim, a gente pode ter esperança porque começou uma vida nova."

No Estado do Rio Grande do Norte, na comunidade rural de São Gonçalo do Amarante, o SSR recuperou uma população inteira, prêsa da mais negra miséria, desenvolvendo a comunidade com base no artesanato local, embrião de indústria. Hoje, uma verdadeira fábrica abriga algumas centenas de trabalhadores antes miseráveis, que hoje são competentes artesãos de cestas, bolsas, objetos de couro além de excelentes marceneiros e costureiras. A vila abandonada à sua própria sorte, voltada para a própria miséria do emlo, transmite hoej uma mensagem de esperança diante do novo conceito de vida, de melhoria de condições que contagiam as localidades vizinhas do sertão. Há uma consciência nova, um novo e divino conceito da vida. Responda São Gonçalo do Amarante se quer a extinção do Serviço Social Rural.

— Se tudo isto é assim por que não se expandir o SSR de modo a empolgar o país? Vamos saber as razões e eliminá-las. Vamos aperfeiçoar e expandir o Serviço Social Rural e não extinguí-lo. Isto sim, ajuda ao Brasil —conclui o Sr Oswaldo de Souza Martins

Reforma Agrária exige a Dinamização dos orgãos já existentes e não criação de outros

Dizendo ser inconveniente o projeto apresentado ao Congresso Nacional, visando extinguir o Serviço Social Rural e transferir suas atribuições a um órgão que se encarregaria dos problemas de colonização, imigração e também, a execução da reforma agrária, o Sr. Oswaldo de Sousa Martins, concedeu ontem, uma entrevista coletiva à imprensa, quando ainda, abordou outros problemas que lhes estão afetos, como presidente do Conselho Nacional do SSR. Nessa ocasião, defendeu a ampliação das atividades do SSR e salientou a importância que representou a XI.ª Conferência Internacional de Serviço Social.

ENTIDADE TÉCNICA

Acentuou o Sr. Oswaldo de Souza Martins, em suas declarações, que no momento em que se realiza, no Brasil, uma Conferência Internacional de Serviço Social, surge um projeto que, "por melhor que seja o cometimento, representa êle, no meu entender, um desafio à cultura Nacional, constituindo pela sua manifesta inadequadação à realidade do campo, um grande serviço ao país". Disse ainda que o Serviço Social Rural, que agora se pretende extinguir, para transformá-lo em atividade "afim", não é sòmente, uma entidade *sui generis*, mas um serviço específico, de técnica própria inconfundível, difícil e extenso, não podendo juntar-se a qualquer outro, sem prejuízo fundamental de sua economia e de suas finalidades.

Comunidades rurais: mudança de mentalidade

Prosseguiu o presidente do Conselho Nacional do SSR afirmando que esta Autarquia resolveu fixar suas atividades como as tangentes ao "desenvolvimento das comunidades rurais", aliás tema principal da Conferência Internacional de Serviço Social. Declarou então, que se verifica uma mudança radical no processo da cultura dirigida, sendo que, no processo brasileiro, "nesse processo, continuou, conclui-se que o Serviço Social Rural tem que ser eminentemente educacional, cabendo à entidade, no caso o SSR, ministrar em campo próprio e por métodos específicos, a educação de base que resultem, enfim, a organização e o desenvolvimento das comunidades rurais, de modo que essas comunidades despertem para a vida social, multiplicando relações humanas, alcançando a verdadeira maturidade do que resultará a consciência dos seus problemas e a reunião os meios para resolvê-los com sua própria iniciativa e com seus próprios recursos.

Passo gigantesco

Portanto, esclareceu, é uma mudança de mentalidade, uma mudança de atitude de milhões, que sòmente se obterá pela utilização de elemento especializado, devidamente selecionado e treinado para a sua execução. E dêsde a primeira hora, no período de cinco anos o SSR cuidou da preparação de seu pessoal especializado e já conta com 1.640 auxiliares de comunidade, Assistentes Sociais, Supervisores, Professores Rurais, Socorristas Rurais e Líderes do meio rural, isto mesmo sem ter ainda conseguido a necessária autorização governamental para incorporá-los ao seu Quadro de Pessoal.

Reforma Agrária com consulta

Afirmando que o Serviço Social conquistou irreversível inteligência mundial, o Sr. Oswaldo de Souza Martins, continuou suas declarações, esclarecendo que nunca poderá ser uma atividade "afim" uma vez que o Serviço Social não é assistência, mas sim um desenvolvimento para que o homem conquiste o seu meio e se aproxime cada vez da sociedade da civilização. E, desta forma, acrescentou, associar o SSR ao problema da reforma agrária, não pode ser concebido senão como um empreendimento de longo curso, por que a missão específica da entidade é promover a mudança da mentalidade ruricola, abrindo-lhe novos conceitos de vida, como nova compreensão dos problemas comuns e da própria consciência da existência da força social e dos benefícios da cooperação coordenada.

Na questão da reforma agrária, considerou o presidente do Conselho Nacional do SSR uma irreversível necessidade social. Pensa porém que a única maneira de fazê-la, inclui obrigatòriamente uma consulta ao trabalhador rural. Reformas dessa ordem, planejadas de cima para baixo não alcançam os resultados desejados, porque quase sempre de cunho paternalista e impositivo, não contemplam as aspirações acalentadas por aquêles que, evocados como beneficiários, nem siquer foram ouvidos — assinalou.

Atuação positiva

O plano de ação do SSR foi exposto, em seguida pelo Sr. Oswaldo de Souza Martins, citando também os resultados alcançados. Afirmou então, "que se fêz pouco, mas bem feito". Reportou-se às lideranças rurais e o processo científico em andamento, os quais ministrados adequadamente, não poderão deixar de produzir a mudança desejada e procurada, garantindo ao mesmo tempo, a legitimidade das aspirações e das soluções pleiteadas, que serão, antes de tudo, soluções estáveis para problemas que não podem ser tratados imprevistamente.

A atuação do SSR tem sido positiva, afirmou mais adiante, revelando então que comunidades rurais antes abandonadas são hoje assistidas e tratadas pelos auxiliares de comunidade do SSR. De Norte a Sul vem o SSR promovendo a implantação do trabalho de desenvolvimento de comunidades. 177 municípios em 18 Estados, são o testemunho vivo da operância do SSR. Na Guanabara, no Estado do Rio, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Rio Grande do Norte sentem os rurícolas um novo conceito de vida. Então porque não expandir o SSR de modo a empolgar o país, isto sim, é ajudar o Brasil concluiu o Presidente do Conselho Nacional do SSR.

Desenvolvimento de Comunidades em São Paulo

— Realização do Serviço Social Rural na sua nova fase de atuação:

O Conselho Nacional do Serviço Social Rural reuniu-se ontem em São Paulo, na sede do Conselho Regional, a fim de iniciar uma ampla apreciação sôbre os trabalhos da Autarquia no Estado, focalizando o primeiro ano de intervenção decretada pelos órgãos federais. A reunião foi presidida pelo Sr. Oswaldo de Sousa Martins, presidente do CN, presente os conselheiros Iris Meinberg, José Albuquerque Lins, Colombo Etiene Arreguay e Eliezer Moreira, além de aproximadamente trinta auxiliares de comunidade que atuam no interior e que no momento se encontram na capital realizando um curso de aperfeiçoamento. Na abertura dos trabalhos o Sr. Oswaldo de Sousa Martins explicou os objetivos da reunião, de proceder a uma inspeção relativa às medidas postas em prática neste ano, que permitiram a volta à normalidade dos serviços do SSR em São Paulo, antes prejudicados pela interferência de interesses políticos. Dentro dos quadros do SSR não há lugar para divisões políticas — assinalou — pois a nossa missão precípua é promover a recuperação dos habitantes do meio rural brasileiro, que hoje representam 63% da população global do país obra cujo caráter elevado exige a nossa união e nunca a divisão em tôrno dos interêsses do momento". Acrescentou que a presença do Conselho Nacional em São Paulo permitiria examinar com mais profundidade a possibilidade de se dar por finda a intervenção no Conselho Regional.

PRESTAÇAO DE CONTAS:

A seguir o sr. José Olimpio Gonçalves apresentou um relatório em tôrno da situação em que se encontrava o Conselho Regional no início da intervenção e das medidas adotadas para a normalização dos serviços. Inicialmente — afirmou — foi necessário por ordem nos serviços internos restabelecendo-se a autoridade das chefias e fazendo cumprir as normas regulamentares que não vinham sendo obedecidas pelos setores técnicos, financeiro e administrativo. Não só não eram cumpridas determinações do Conselho Nacional, no sentido de melhor critério na elaboração de convênios com diferentes entidades, como chegou-se a autorizar a realização de 161 dêles sem que o pessoal existente no CR pudesse atender a mais de 21, em relação aos quais se poderia admitir um mínimo de segurança para o êxito. Também a má aplicação de verbas foi examinada pela intervenção e hoje se processa um inquérito nesse setor a fim de apurar as responsabilidades. O Sr. José Olimpico Gonçalves, ao finalizar, passou a palavra ao nôvo responsável pela Divisão Técnica, Sr. Reginaldo Campos, para que particularizasse a atuação da interventoria nos diversos setores de atividades do Conselho Regional. No intervalo, o Sr. Iris Meinberg solicitou esclarecimentos sôbre a não renovação de dois convênios, em Birigui e em Descalvado, tendo o Sr. Oswaldo de Sousa Martins explicado que em relação ao primeiro havia dificuldades de natureza técnica e, quanto ao segundo, se tratava apenas de transformação de um convênio para desenvolvimento de comunidades em outro especificamente para a instalação de uma Escola Rural Doméstica.

OITO FRENTES DE TRABALHO.

O Sr. Reginaldo Campos, iniciando a sua exposição, assinalou que o Conselho Regional vem atuando em mais de 20 municípios paulistas com programas de desenvolvimento das comunidades. Tais programas, tornados possíveis mediante convênios com as Associações Rurais, se iniciam por um trabalho de motivação das populações, realizado localmente pelos auxiliares de comunidade, que procuram atuar naqueles setores em que se verificam as necessidades mais prementes. Assim é que nos atuais projetos em execução pelo Conselho Regional foram abertas oito "frentes de trabalho", na seguinte disposição: 1.ª) Setor Educacional através da criação do 4.º ano primário, construção de escolas e instalação de grupos infanto-juvenis em 10 municípios; 2.ª) Campanhas de Saúde — combate às endemias rurais, em 8 municípios; 3.ª) Conservação de estradas — realizadas com a colaboração da mão de obra dos próprios interessados e máquinas cedidas pela prefeitura, em 5 municípios, na zona rural; 4.ª) Cursos de corte e costura, em 5 municípios; 5.ª) Eletrificação rural — no mesmo sistema utilizado para a conservação de estradas, em 3 municípios; 6.ª) Campos de demonstração de técnica agrícola — com ênfase nas práticas de combate às pragas, em 3 municípios. Foi citado o exemplo da melhoria na produção algodoeira em Catanduva, devido às normas de adubação e pulverização difundidas entre os lavradores; 7.ª) Construção de centros sociais — o SSR incentivou a organização dos centros em 4 municípios. O trabalho dos auxiliares de comunidade, sob a orientação dos novos supervisores do Conselho Regional consiste em motivar as comunidades para a atuação nas frentes de trabalho, citadas, participando e liderando o desenvolvimento da organização comunitária.

Ao final da exposição os Srs. José Albuquerque Lins, Iris Meinberg e Colombo Arreguy fizeram diversas indagações sôbre os trabalhos do CR, focalizando o Sr. Iris Meinberg, principalmente, o aspecto da cooperação das Associações Rurais, tendo o Sr. Oswaldo de Sousa Martins ressaltado a necessidade de um entrosamento cada vez maior dessas entidades com os auxiliares de comunidade assinalando que em todos os municípios onde houve um bom trabalho de motivação das Associações estas se colocaram na primeira linha dos programas de desenvolvimento das comunidades rurais.

Ruralistas comemoram 1.º aniversário de Administração Flávio Britto

O 1.º aniversário da administração do Sr. Flávio Britto à frente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara foi marcado por uma reunião na sede da instituição, da qual participaram representantes do Ministério da Agricultura, da Secretaria de Agricultura do Estado, da Confederação Rural Brasileira, da Sociedade Nacional de Agricultura, do Serviço Social Rural Nacional, numerosos Executores de Acordos e outras agremiações relacionadas ao Serviço.

Usaram da palavra diversos oradores, entre êles o Sr. Kurt Repsold, ex-Presidente do SSR-GB; Alípio Goulart, da CRB; Otávio Amaral, do SSR-Nacional; Juvenal de Azevedo, Presidente da Associação Rural do Viegas, Luiz Marques Poliano, representante da Sociedade Nacional de Agricultura e Eurípedes Ferreira Lins, Presidente do SSR do Amazonas, todos enaltecendo a atuação do Sr. Flávio da Costa Britto e salientando o que de sua parte têm recebido os ruralistas em geral e, principalmente da Guanabara.

Palavras de carinho e reconhecimento foram proferidas por D. Eunice Weaver, que emocionou os presentes, quando disse do quanto as suas obras devem ao SSR e ao seu atual Presidente, como o Educandário Santa Maria, de Jacarepaguá. "Bendito sejam os homens que, como V. Exa., por onde passam, deixam um rastro de luz; bendito seja o seu trabalho", acrescentou a Presidente da Federação das Sociedades dos Lázaros.

Agradeceu as homenagens o Sr. Flávio Britto, prometendo continuar a trabalhar em benefício dos homens que se dedicam as atividades do campo e suas famílias, acentuando que, à frente do SSR da Guanabara, vem prosseguindo na obra plantada por seus antecessores agradecendo, ao mesmo tempo, a colaboração que tem recebido de todos quantos funcionam na instituição que preside.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

PRESIDENTE
DO CONSELHO NACIONAL

OSVALDO DE SOUZA MARTINS

A CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

338

VAQUEIROS E CANTADORES

Entre os Poetas adoptados pelo Professor e escritor Luis da Câmara Cascudo no Livro "VAQUEIROS E CANTADORES" publicado pela Livraria Globo, escrito em dezembro de 1937, para a Biblioteca de Investigações e Cultura-Pôrto Alegre-Rio Grande do Sul, encontra-se o poeta João Martins Ataide, nascido em Cachoeira de Cebolas, — Hoje Itatuba Estado da Paraíba, homem culto que escreve para os CANTADORES.

O poeta Martins de Ataide, é o maior da sua terra e da minha. Reside em Recife e conhece o Rio São Francisco, até Pirapora, quando ia no Santuário de Bom Jesus da Lapa onde são disputadas as suas poesias.

Martins de Ataide é caracteristicamente escritor sertanejo

339

CAES TERRIER

Originários da Inglaterra onde existem numerosas variedades.

As principais raças estão divididas em dois grupos: Terrier de pêlo curto e terrier de pêlo duro ou de pêlo de arame.

São os Fox-terrier.

O tipo atual é de cães caçadores, sobretudo de rateiros, muito úteis e agradáveis companheiros.

Dotados de inteligência, vivacidade, possuem um físico elegante, a um tempo delicado e robusto.

Origem: Embora disseminados são originários da Inglaterra. Descende do agasse, cão da Bretanha.

O fox-terrier parece dar origem a todos os terrier.

Caracteres essenciais: — Raça retilínea. Aspecto geral: — Cão alegre, vivo e bem construido, nem alto de pernas e nem baixo. Talhe: — não tem talhe exagerado considerando-se boa medida 34 e 38 cent. a cernelha.

Cabeça e pescoço: — Cabeça longa. Crânio: — chato, moderadamente estreito, diminuindo gradualmente de largura até os olhos. Depressão frontal: — pouco aparente, porem mais pronunciada que a do galgo. Orelhos: — pequenas, em forma de V, espessura moderada, caindo para a frente sôbre a face. Olhos: — Pequenos arredondados, de côr carregada, cheios de vida e inteligência. Bochechas: não muito cheias; Nariz — negro Maxilares, — fortes, musculosos Dentes: colocados o mais regularmente possível. Pescoço: — musculoso, de tamanho médio, sem aparecer papada, alargando-se no sentido das espáduas.

CORPO — Espáduas longas colocadas de esguelha, bem deltadas para trás, nitidamente cortadas na cernelha. Peito Profundo e estreito Dorso: curto, direito e forte sem nenhuma aparência de fraqueza. Rins: fortes, ligeiramente arqueados. Costelas: de diante moderadamente arqueadas; de trás profundas. Trem Posterior: forte, musculoso, sem parecer baixar. Cauda implantada alto, trazida direita, cortada a meia altura. Cotovelos: caindo, perpendicularmente ao corpo e movendo-se livremente. Jarretes:: baixos Canelas: curtas e direitas. Pés redondos, compactos pequenos Solas: duras e coriáceas (diz-se que o terrier deve ter pé de gato). Dedos: moderadamente arqueados, nem voltados para dentro, nem para fora; durante a marcha as patas são mantidas diretamente para a frente.

Pelagem: Pelo: curto, direito chato, liso, duro, denso e abundante, cobrindo todo o corpo compreendido o ventre e as partes de dentro das coxas. Cores: variáveis de tamanhos diferentes. A côr predominante é o branco, com ou sem manchas. A boa disposição das manchas é vantajosa, pois muitas melhora a aparência do animal, seja êle manchado no dorso, na cabeça, no tronco da cauda, variem ou não de negro à côr de fogo.

Variedades: o Fox-terrier de pêlo duro ou pêlo de arame difere claramente quanto ao pêlo que é duro áspero, mais longo, o que dá aos animais feição hirsuta.



FOX-TERRIER PELO DE ARAME

(Manual do AMADOR DE CAES EURICO SANTOS
Clichê reproduzido do Editor F. Briguiet & Cia.)

A pelagem é de capital importância.

São características do Fox-terrier pêlo de arame as seguintes: — Cabeça e orelhas. O crânio é chato, moderadamente estreito e diminui gradualmente para os olhos. Não deve o crânio terminar bruscamente, mas com uma certa suavidade, formando uma depressão de forma tal que o perfil não seja reto. Mandíbulas: Não encorpadas. Orelhas: pequenas em forma de V, de consistência regular, caindo sôbre a cabeça e não para os lados. Olhos: escuros, vivíssimos, redondos. Dentes: devem se ajustar perfeitamente. Pescoço: bem definido, sem papada, tamanho regular alargando-se gradualmente para o lombo, que é largo e oblíquo alargando-se para a região posterior, finamente arqueado. Torax: profundo, não comprido. Dorso e rins: curto, reto, fortes. Na altura dos rins o sendo as costelas anteriores ligeiramente arredondadas e as posteriores profundas. Quarto posterior forte, musculoso, coxas largas e potentes, jarretes baixos: Cauda: arqueada para cima, forte, de maneira que é movida em animação. Articulação: vista de qualquer ângulo apresentem-se retas: ossos fortes retos e curtos. Pés: redondos, pequenos, macios, com região plantar dura, os dedos ligeiramente arqueados e retos. Pêlo: de arame duro, espinhoso rude, de aparência lanosa, sem ondas, apenas uma pequena onda se tolera. Côr: o branco é a côr dominante.

Entre os terrier vale destacar o Airedale-terrier, o maior da espécie e o Skie-terrier, o menor.

O primeiro é originário do vale de Aire, Yorkshire e o segundo da ilha da Skye, noroeste da Escócia.

O AIREDALE TERRIER também conhecido por Bull-Terrier, é obediente e meigo para seu dono. E animal utilíssimo, adaptando-se a toda espécie de caça. Do coelho ao javali. E cão de corso muito apreciado. Busca o marreco selvagem com habilidade, tornando-se cão de busca.

Para a formação desta raça canina contribuiram as raças Otterhound, Welsh-Harrier e Bull-Terrier.

Caracteres essenciais: Raça retilínea. Aspecto geral: animal de constituição reforçada, músculos possantes, corpo curto, dotado de extrema mobilidade, expressão inteligente e viva. Talhe: cêrca de 54 cm, sendo que alguns cães ultrapassam esta medida.

Cabeça e pescoço: Cabeça longa, crânio chato, não muito larga entre as orelhas, diminuindo ligeiramente para os olhos. Depressão frontal: vagamente visível. Orelhas: dispostas em V, trazidas de lado, pequenas, em proporção ao animal. Olhos: pequenos e escuros. Nariz: negro. Lábios: cerrados. Maxilares: fortes e possantes. Dentes: fortes e iguais. Pescoço: de comprimento e espessura moderada, alando-se até às espáduas. Corpo e Dorso: Curtos, fortes, musculosos. Espáduas: longas, oblíquas, nítidas, caindo bem no dorso. Omoplata: larga. Peito: profundo, não muito longo. Costelas: apresentam elasticidade. Trem posterior: forte e musculoso sem inclinação. Ancas: longas. Cauda: trazida alta, não dobrada sôbre o corpo. Pernas e Pés: Pernas perfeitamente direitas, com boa ossatura. Pés: pequenos, redondos. Jarrete: bem baixo. A sola dos pés é espessa. Pelagem: Pêlo duro, curto e cerrado, cobrindo bem o animal. Côr: Cabeça e orelhas de fogo, sendo as orelhas mais escuras. Perna côr de fogo; Corpo negro ou de cinza ferro que os inglesses chamam "darkgrizzle".

Os outros Terrier são os seguintes: — Dandie-Dinmont; Sky-terrier; Irish-terrier ou Terrier irlandez; Welsh-terrier; terrier; Cairn-terrier; Bull-ter- Bedlington terrier; Sealyham rier; Terrier escocês; Terrier branco inglês; Terrier alemão; Boston-terrier e Terrier belga ou Schipperke. Além das variedades citadas os cães Toy-terrier e Yorkshire-terrier são considerados cães de luxo

340

POMAR DOMÉSTICO

E absolutamente necessário o pomar doméstico em tôdas as propriedades rurais. Não precisa ocupar grandes áreas. Dão lugar à produção de alimentos nas proximidades da residência da família do agricultor ou do criador.

As Escolas Primárias devem ajudar a despertar o interêsse dos alunos.

341

OLIVICULTURA NO ESPIRITO SANTO

A olivicultura está se desenvolvendo entre os "capixabas".

E' preciso que não abandonem a iniciativa. Os órgãos oficiais fornecem mudas devem aproveitá-las, plantando-as nos lugares altos.

Formam assim um pequeno olival.

O Espírito Santo, sem dispêndio apreciável, será produtor de azeitonas e óleo de oliva

342

TABAPUA

A criação do zebu mocho está sendo selecionada.

Fornece leite e carne em abundância. Algumas vacas dão diàriamente vinte litros de leite.

E' conveniente importar algumas vacas selecionadas para seu rebanho leiteiro

Em Uberaba, na Fazenda Experimental, prestarão informações.

343

PITOMBEIRA

Pertence à família das Sapindáceas, tribo das Melicoceas. E' a "Talisia" — Talisia esculenta, Radlk com os sinônimos Talisia esculenta Camb e Sapindus esculenta, St. Hil.

A espécie é brasileira, muito nordestina, procurando viver nos lugares frescos, nas matas e nos agrestes bonançosos. Há outras espécies originarias do País, como o pitombera da mata" cientificamente chamada Meleangrinex pernambucana, Arruda Câmara. E' uma sapindácea que também conserva à Família para Pitombeira do Pará, a Talisia cerasina, Radlk.

A Talisia cerasina, Radlk, muito abundante nos campos e raramente a Talisia esculenta, Radlk.

No Estado da Bahia a pitombeira é "caruiri" e em outros lugares passa a ser "ajurara.

Tôdas as espécies são parentas próximas do sabonete, do guaraná, do timbó, do matafome e do caboatá.

Pertencente à família das Sapindáceas aparece algumas vêzes um vegetal conhecido por Pitombarana" a Pseudina frutecens (Aubl), Radlk, e um outro que é chamada "pitomba de leite" e "Bacomixá" a Lucuma parviflora Benth., pertencente à família das Sapotáceas.

Na gíria pitomba significa tapa, bofetão e, também, bala saída de uma arma. Dizem que mandaram "pitombas em cima do cabra e êle esmoreceu n'um instante".

O fruto da pitombeira é muito apreciado pelas crianças. Dessa predileção, os vendedores de frutas, aproveitam-se para apregoar:

"Pitomba, Pitomba doce,
Chora menino prá comprar pitomba!
Pi ri pi pi, pi ri pi pi pitomba!

Lembro-me com saudades de uma pitombeira que existia no sitio onde nasci.

"Ainda nos faz lembrar Recife antigo quando as maxambombas percorriam várias ruas da cidade entre a alegria de uns e a ingratidão de outros que para humilhar o pequeno trenzinho que conduzia aos lares e empregos, sempre serviçais e poéticos nos seus rangidos de ferros, cantavam pejorativamente:

'Trepei na bomba,
Comi pitomba,
Atirei o caroço
Na maxambomba".

Os trimbús ou cassacos, conhecidos ainda or Gambá, têm grande avidez or pitombas e sôbre essa particularidade há uma lenda interessante:

Nossa Senhora desejou comer galinha, não podia comprar devido sua pobreza. A um timbú que vivia perto de sua casa ELA pediu para ir buscar uma galinhaa fim de satisfazer seus desejos; em pagamento à VIRGEM evitaria que as timbús sofressem as dores do parto e daria mais uma árvore para êle comer os frutos.

A galinha foi trazida e Nossa Senhora criou a pitombeira entregando ao timbú, para seu regalo, para êle sòmente.

Desse êsse dia, os timbús quando as pitombeiras frutificam, nelas se arrancham, passando a viver uma vida folgada e be malimentados.

Os cantores matutos, para lembrar êsse feito, cantam nas juntas de roçado ou de tapa-

gem de casas êsses versos alusivos:

Por me trazeres galinha,
Eu te dou a recompensa,
De teres filhos sem dor
E pa a teu al mento
Eu te dou a pitombeira
Com os seus frutos e flôres

Trabalhadores rurais, no efeito, quando as pitombeiras frutificam alimentam-se, quase, com os frutos maduros desse vegetal. Descascam boa porção de pitombas misturas com farinha, fazendo dêsse estranho alimento sua merenda e janta. Para talvez fo mar vosa me engolem os caroços e para que não sofra tenesmo intestinal, logo depois da refeição tomam três goles de água, espaçadamente, e dão três grandes saltos. Dizem e afirmam que essas providências simples e supersticiosa e o bastante para que nada de anormal lhes aconteça no dia seguinte.

Há quem retire a película comestível quando a pitomba está ainda verdosa e com ela fabrique doce; mas a guloseima não tem valor... não tem gôsto especial alem do gôsto de açúcar.

Uma particularidade interessante da pitomba é na festa de Nossa Senhora dos Prazeres, nos montes de Guararapes, — nossa relíquia histórica de grande significação para o Brasil; que se tornou, ali uno e temido, graças ao esfôrço denodido de três raças o branco, o preto e o índio.

No dia da festa dos Prazeres, a estrada que demanda ao templo fica ladeada de caçuás cheios de pitombas que os visitantes compram e chupam alvoroçadamente. Isso é de tal maneira e com tanta intensidade que na gíria a festa dos Prazeres é conhecida como "festa da pitomba".

A pitombeira tem madeira fortíssima, prestando-se para móveis, tábuas, traves, etc., é clara compacta e dá bom polimento. Presta-se ainda para estaca de superior qualidade, lenha e carvão, devido à sua elevada caloria.

As suas qualidades medicamentosas são as seguintes: — O cozimento das sementes ralladas os mezinheiros aconselham para tratamento de diarréias agudas e crônicas. Mas é interessante observar que antes devem delas ser retirados os embriões, porque êles encerram substâncias tóxicas de natureza glicosidal o alcalóidal. "A polpa da romã seca e reduzida a pó é um esternutatório muito forte, isto é, faz espirrar, talvez devido ao seu teor em saponina. Fiquem disso avisados os tabaquistas

Tem a pitombeira um poder de vitalidade invejável, pois, cortada, rebenta abundantemente com brotos vigorosos até das raízes que foram decepadas. Os criadores a consideram uma praga vegetal para os pastos, por que é difícil de ser exterminada.

A pitombeira é uma bela árvore. Procurando-se evitar as depredações que as crianças possam fazer, quando os seus galhos estão pejados de frutos poderia ser escolhida para arborização, devido aos predicados. Está sempre enfolhada, nem para florar ela se despe nou Portaria estabelecendo novas folhas e as suas flôres têm perfume suavíssimo e muito agradável.

Recolhi êsses dados da curiosidades da Nossa Flora, do Getúlio César.

Cooperativismo Liberta a Vitalidade Produtora do Homem do Campo

A expansão satisfatória em todos os setores de nossas atividades, traduzida no crescimento substancial do movimento social, é a clara demonstração da intensa vitalidade,. produtora, dos associados, que sempre primaram no fornecimento ao mercado consumidor de produtos altamente categorizados pela sua esmerada apresentação, rigorosa padronização e excelente qualidade" — êste trecho do relatório dos Serviços Sociais de 961 62, apresentado, em nome da Diretoria da Cooperativa Agrícola de Cotia, pelo Diretor Presidente, Dr. Gervásio Tadashi Inoue, à XXXIV Assembléia Geral Ordinária da organização, realizada a 27 de julho último, resume, em poucas linhas, o que foram as atividades da CAC, de 1 de abril de 1961, a 31 de março do corrente ano.

Apesar da prolongada estiagem de 1961, que em algumas regiões chegou a ser a mais acentuada dos últimos 70 anos, a CAC apresentou um movimento geral de Cr$ 23.458.519,586,30, registrando crescimento de 78, 78,46% em comparação com o valor corespondente do ano social anterior. As adversas condições climáticas não impediram que os asociados da Cooperativa Agrícola de Cotia mantivessem e superassem seus já expressivos índices médios de produtividade. A produção média de batata foi, em 1961, de 8.388 quilos por hectares, contra 7.979 no Estado de São Paulo e 5.544 no país; com relação ao tomate os cooperados alcançaram 31.669 quilos por hectare contra 25.797 no Estado e 14.058 em todo o país; na produção de ovos registram-se 183 por cabeça e por ano contra a média estimativa de 80 para o Esta de e de 59 para o país.

Assinala ainda o relatório da Diretoria, que foi aprovado por unanimidade e sob entusiásticas salvas de palmas, o crescimento de ...... 75,21% no setor de vendas, em comparação com o ano social anterior, atingindo a expressiva cifra de Cr$ ...... 8.167.776,090,30. Na parte referente à aquisição em comum e consumo, o movimento foi de Cr$ .... 4.321.454.006,90, com taxa de crescimento de 43% em relação, digo, relação ao período anterior. No setor de crédito, os depósitos de Cr$ 2"522.130.371,60 (aumento de 81,24%) e o fornecimento de meios aos cooperados registrou aumento de 67,87%. O movimento geral do setor de crédito foi de Cr$ 10.434.645.067,40 com elevação de 86,38% sôbre o ano anterior. Por outro lado, no setor de utilização mútua, que compreende transporte, mecânica, ambulatório e incubação, foi assinalado aumento de ...... 83,83%, com o movimento geral de Cr$ 622.085.071,00.

Visando colaborar com os órgãos oficiais tanto da esfera federal como da estadual, empenhadas nos planejamentos de grande envergadura e na execução de medidas de profundidade para o reaparelhamento da estrutura da economia rural, os cooperadores da CAC (atualmente em número superior a 10.000) intensificaram seus esforços para racionalizar as atividades agrícolas e aumentar a produção por área. A utilização, em 1961-62, de 66 mil toneladas de adubos, no valor de Cr$ 950.964.700,00 a melhoria da assistência técnico-agronômica, a realização de cursos específicos, a utilização crescente de máquinas agrícolas, que permitem elevado índice de produtividade, assinalam sem sombra de dúvida que a estruturação cooperativa possibilita ao agricultor desenvolver tôda sua capacidade potencial, é o caminho mais seguro para a transferência rápida da agricultura brasileira.

Compareceram à XXXIV Assembléia Geral Ordinária, tendo na ocasião feito uso da palavra, o secretário de Agricultura, Dr. Urbano de Andrade Junqueira, os Srs. Ivan Luz e Gumercindo Dória, respectivamente presidente e diretor do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e o Sr. Mário Humberto Flori, representante do Depto. de Assitência ao Cooperativismo.

OS HERBICIDAS E A AGRICULTURA

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira Representante da Sociedade Nacional de Agricultura

Síntese dos trabalhos durante o IV Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas e da 1 Reunião Latino-americana de Luta Contra as Ervas Más, realizados no Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas, no período de 3 a 6 de Julho de 1962

Agenda dos trabalhos:

Foi a seguinte a agenda estabelecida e cumprida durante a Reunião:

Dia 3: Inscrição — Sessão de Abertura — Palestra do Prof. Alden S. Crafts — Sessão Técnica Recepção

Dia 4: Sessão Técnica — Filmes Técnicos — Sessão Técnica

Dia 5: Sessão Técnica — Mesa Redonda — Sessão Técnica

Dia 6: Sessão Técnica — Visita aos pomares — Sessão Técnica Sessão de Encerramento — Jantar de Confraternização

Dia 7: Visita a várias localidades do Rio de Janeiro

Participantes

Os 140 participantes do Seminário foram assim distribuídos, de acôrdo com os países que representavam:

Brasil	123	participantes
Argentina	8	"
E. Unidos	4	"
Uruguai	3	"
Paraguai	1	"

Trabalhos debatidos

Durante o Seminário foram amplamente debatidos 66 trabalhos técnicos assim distribuídos de acôrdo com as diferentes Sessões Técnicas em que foi dividido o IV Seminário de Herbicidas:

1.ª **Sessão Técnica:** — Ervas más especificadas, herbicidas seletivos e desfolhantes. Foram apresentados 8 trabalhos, sendo 3 do Brasil, 4 da Argentina e 1 do Chile

2.ª **Sessão Técnica:** — Herbicidas em culturas anuais. Foram apresentados 23 trabalhos, sendo 18 do Brasil, 3 da Argentina, 1 do Perú, e 1 do Uruguai.

3.ª **Sessão Técnica:** — Herbicidas em culturas perenes. Foram apresentados 11 trabalhos, todos do Brasil

4.ª **Sessão Técnica:** — Mecanização e herbicidas. Foram apresentados 2 trabalhos, sendo um do Brasil e o outro da Argentina

5.ª **Sessão Técnica:** — Botânica e Ecologia. Foram apresentados 9 trabalhos sendo 6 do Brasil, 2 da Argentina e 1 do Perú

6.ª **Sessão Técnica:** — Herbicidas em pastagens. Foram apresentados 6 trabalhos, sendo 5 do Brasil e 1 dos Estados Unidos

7.ª **Sessão Técnica:** — Estatística — Esquemas experimentais e interpretações de resultados. Foram apresentados apenas dois trabalhos do Brasil

8.ª **Sessão Técnica:** — Herbicidas Totais. Foram apresentados 3 trabalhos do Brasil

9.ª **Sessão Técnica:** — Química de Herbicidas. Foram apresentados dois trabalhos, da Argentina

Representação da S. N. A.

A Sociedade Nacional de Agricultura esteve representada pelo seu Diretor, Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que foi escolhido para presidir os trabalhos da 6.ª Sessão Técnica.

Trabalhos apresentados

De todos os trabalhos apresentados foram preparados resumos distribuídos aos participantes antes das reuniões, o que foi, sem dúvida, de grande utilidade para todos.

Foram os seguintes os trabalhos técnicos apresentados:

Restabelecimento do equilíbrio perturbado em uma mistura de soja perene e grama paulista mediante os herbicidas Basinex e Basfapon, por Max Ufer

Combate ao Assa-peixe por meio de herbicidas, por João Baptista Molinari Araújo, Oswaldo Augusto Maurim

Comparação de eficiência de compostos de Karmex e de 2, 4, 5 — T no combate ao leiteiro, por Moisés Kramer e Leão Leiderman e Romano Gregorgi

Aplicação prática de arbusticidas à base de 2, 4, 5 — T no pantanal de Mato-Grosso, por Claus Peter Vageler

Observações no combate total a vegetação em áreas de usinas e barragens, por Henrique Smolka

Observações ao combate ao aguapé, Eichornis crassipes e E. Azurea, por Henrique Smolka

Alguns aspectos do controle de hervas problemas, Prof. Anderson

Nota prévia sôbre o uso de herbicidas em 270 quilômetros de leito da estrada de ferro Vitória a Minas da Companhia Vale do Rio Dôce, Rubem Landeiro

Amostragem em experimentos com herbicidas de pré-emergência Hermano Vaz de Arruda e Leão Leiderman

Controle químico das ervas daninhas durante a colheita do café, Thiago Ultrama

Experiências com herbicidas na cultura da cana de açúcar, José A. Gentil C. Souza

Aplicação de herbicida na cultura de algodão, Davilio Aldo Ometto

Ensáio de combinação de herbicidas para o desmatamento de cafesal, Mário Vieira de Moraes

Desmatamento de cafezal com herbicidas de aplicação foliar, Mário Vieira de Moraes

Observações sôbre a fitotoxidade de diversos herbicidas no cafeeiro, Mário Vieira de Moraes

Efeitos da comunicação 2, 4 — TCA + DOWPON sôbre a tiririca em cafezal, Mário Vieira de Moraes

Comparação entre os cultivos manual motomecanizado e químico com pulverização comum e atomização na cultura da bananeira, Marcos Vilela de Magalhães Monteiro

Aplicação de herbicidas de pré e pos emergência para controle de hervas daninhas na cultura cafeeira, Dr. Odilon Saad e Persival dos Santos

Controle de hervas em cafezal da terra roxa pela aplicação de herbicidas de pré e após emergência, Moisés Kramer e Leão Lelderman e Romano Gregori

Comportamento do Diuron no combate sementeira de ervas más anuais em alfalfal plantado em solo roxo, Reinaldo Forster, Romano Gregori e Aldo Alves

Aplicações de herbicidas de pré e após emergência para o combate das ervas daninhas na cultura do café durante a colheita, Odilon Saad e Persival dos Santos

Comportamento de herbicidas em relação às plantas, Miguel Martins Chaves

A ocorrência de micorriza em algumas invasoras, José da Costa Sacco

Novidades e problemas taxonômicos em plantas invasoras, Honório da Costa Monteiro Filho

Ensáio de combinação de herbicidas para o desmatamento de cafesal, Mário Vieira de Moraes

Ensáio com diversos herbicidas de pré emergência na cultura do abacaxi, Jurgen Rein

Herbicidas e piscicultura, Sebastião Luis de Oliveira e Silva

Efeito do extrato de nódulos em raizes de feijão de porco sôbre o desenvolvimento de tuberculos de tiririca, A. C. Magalhães e C. M. Franco

Aplicação de hervicida na cultura de algodão, Duvilio Aldo Ometto e Clóvis Pompilio de Abreu

Experiências com herbicidas de pré-emergência na cultura da cana de açúcar, José A Gentil C Souza

Ensáios com diversos herbicidas de pré-emergência na cultura de abacaxi, Juegen Reis

Simazina e atrazina na cultura do milho, Aldo Alves e Reinaldo Forster

Ensáios preliminares em cultura de amendoim com herbicida Tillam 6 — E (EPTAM análogo R—2061)

Experiências preliminares com EPTAM 6 — E na cultura do arroz sequeiro em terra roxa, Reinaldo Forster, Aldo Alves, Sebastião C. A. Torres e Werner Stripecke

Controle químico de hervas em após emergência da cultura do milho

Simazina e atrazina em sorgo granífero, Jorge A. I. Brasesco

Experimento com diferentes herbicidas em cana de açucar, Herval Dias de Souza e Aldo Alves Peixoto

Emprego de herbicidas na cultura da cana de açúcar, Herval Dias de Souza e Aldo Alves Peixoto

Emprego de herbicidas na cultura da cana de açúcar, Hélcio de Oliveira, José Carlos Ometto

STAM F — 34, novo herbicida seletivo para o arroz, Ferdinand Kern

Controle seletivo da tiririca (Cyeprus rotundos L) na cultura da cenoura (Daucus carota), por meio do EPTAM, Luiz Jorge da Gama Wanderley, Flávio A A Couto e Otto Andersen

Sensibilidade da mucuna preta no 2,4 — D, por Ody Rodrigues

Comunicaciones sôbre el comportamento de las primeras aplicaciones del DIQUAT y PARAQUAT (desencantes, difoliantes y herbicinas generales) en la Argentina, Orlando A. Sanchei

Control de malezas en cultivos de praderas leguminosas de Chile, Adriana Ramirez S y Rafael Martin

Utilización de herbicidas por la agricultura Peruana algunos experiencias y ensayos investigatólos em hortalizas, Alejandro Corrales Macedo

Distribuición y frequencia de semillas de malezas en muestras de trigo fiscalizado durante el decenio 1950/1951 al H. Di Pardo.

59/60, Florinda E Ibarra o Raul

Utilizacion de herbicidas por la agricultura peruana, algunas experiencias y ensayos investigatorios em hortalizas Alejandro Corrales Macelo.

Las comunidades de malezas de los maizales de la pampa húmeda (Argentina), Rolando Leon y Alberto Suero

Germinación de malezas em relacion con la epoca de implantacion de los cultivos

Principales malezas invasoras que constituyen problemas en los cultivos horticolas y fruticolas en el Valle del Rimac (Zona Costa) del Peru, Alejandro Cerrales Macedo

Semillas de malezas en muestras de lino Argentino, años 1953/1962, Florinda E Ibarra y Paul Di Pardo.

Triazinas en trigo, Jorge Brassesco.

Triazinas en maiz, Jorge Brassesco.

Comunicación sobre el comportamiento de las primeras aplicaciones de Diquat y Paraquat, Orlando E Sanchez

Control de malezas en cultivos de praderas leguminosas de Chile, Adriana Ramirez S. e Rafael Martin

Contaminação das pastagens — ciclo biológico do SR 90. Prof. Renato Brandão.

ENTIDADES PRESENTES

Entre outras, estiveram presentes as seguintes entidades e instituições:

Confederação Rural Brasileira

Sociedade Nacional de Agricultura

Inspetoria Regional de Defesa Sanitária Vegetal da Guanabara

Instituto Agronômico de Campinas

Instituto de Pesquisas Agronômicas do Nordeste

Geisy do Brasil S. A.

Instituto Agronômico do Oeste

Sociedade Fluminense de Engenheiros Agrônomos

Coop Agrop. Ltda. de Producción y Industrialización de la Caña de Azucar.

Instituto de Zootecnia

Divisão de Defesa Sanitária

Vegetal
Serviço Social Rural da Guanabara
Esso Brasileira de Petróleo S. A
Companhia Química Rhodia Brasileira
Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas
Escola Nacional de Agronomia
University of California
Bienco S. A.
Rêde Ferroviria Federal S. A.
Instituto Brasileiro do Café
Aliança Comercial de Anilinas S. A.
Geicy Argentina S. A.
Govêrno da província de Jujuy
Instituto de óleos
G. Mastiguoni e Hijos
Escritórios Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos
Serviço Florestal da Guanabara
Divisão de Caça e pesca
Escola Industrial Deodoro da Fonseca
Escola Agrotecnica Ildefonso Simões Lopes
Agrobras S. A.
Agro-Aérea S. A.
Estação Experimental de Cana
Ministério da Ganaderia y Agricultura del Uruguay
Cooperativa Central Agrária Ltda.
Anchem Products INC
E. I. Dupont de Nonours
Quimicolo-
Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Dupont do Brasil S. A.
Hercules Powel Co.
Instituto do Alcool e Açúcar
Instituto Agronômico do Leste
Shell do Brasil S. A.
Filibra Prod. Quim.
Secretaria Agricultura y Ganaderia Argentina
Embaixada Americana
Rio Light S. A.
Instituto Biológico de Campinas
Quibrasil e Química Indústria Brasileira
Instituto Agronômico do Sul
Doamingo Besso S. A.-Uruguay
SUDENE
Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

Companhia Valle do Rio Doce
UREMEG
Conselho Nacional de Economia
Cooperativa Central Agricola Sul Brasil
Facultad de Agronomia y Veterinaria da Argentina
Est. Exp. Agropecuaria de Balcarce-Argentina.

Centro Audio-Visual

Conclusão da pág. 28

textos, música, etc.) — Preparo de filmes — A narração no cinema — Seleção de filmes — A organização de sessões cinematográficas — O que se tem feito no país sôbre o assunto.

8. **Organização de Campanhas de Informação**

Importância das Campanhas de Informação — Organização das campanhas — O que se tem feito no país sôbre o assunto.

Será a seguinte a distribuição do programa, pelo número de aulas:

1. **Aulas teórico-práticas**

A Extensão Rural	3 horas
A Informação em Extensão Rural	3 horas
O Processo de Comunicação	6 horas
A Redação	6 horas
Publicações	6 horas
Meios áudio-visuais de informação	15 horas
Rádio e Televisão	6 horas
Organização de Campanhas de Informação	6 horas

2. Trabalhos, demonstrações práticas, visitas, sempre sob a orientação de um professor . . . 36 horas.

Regime Jurídico do Trabalhador Rural

A Confederação Rural Brasileira remeteu ao Presidente da Republica a representação que a seguir inserimos na integra.

A Confederação Rural Brasileira, tomando conhecimento do Substitutivo ao Projeto N.° 1 837 — D da Câmara dos Deputados, que "Institue o regime jurídico do trabalhador rural e dá outras providências", apresentado pela Douta Comissão Especial do Senado, sente-se no dever de dirigir-se a V. Excia. para, respeitosamente, mostrar os inconvenientes de sua aprovação, na grave conjuntura atual, que não comporta retardamento na aplicação dos benefícios em vista.

A completa extensão dos preceitos da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo é antiga e justa aspiração dessa classe menos favorecida e sempre encontrou favorável acolhimento de parte dos órgãos patronais, desde que consideradas as peculiaridades das atividades rurais.

Dentre os diversos projetos de lei apresentados para disciplinar a matéria, destacou-se o **de** N.° 1 837, do deputado **Fernando** Ferrari,, incluindo providências no sentido da assistência e previdência.

O aludido projeto foi, afinal aprovado na Câmara, onde se lhe introduziram sensíveis modificações, algumas das quais objeto de fundadas críticas por parte desta entidade.

Acontece, porém, que a D. Comissão Especial do Senado deliberou refundir aquele trabalho, alterando critérios, acrescentando-lhe novas matérias, e, finalmente, criando um novo órgão previdenciário, investido de assombrosas atribuições, não obstante a exigüidade dos recursos financeiros previstos.

E' justa, portanto, a apreensão da classe patronal, empenhada como está em que não se retardem e embaracem, através de disposições legais complexas e da implantação de novo e oneroso órgão, os benefícios mínimos e inadiáveis a que aspiram os trabalhadores.

Cumpre-lhe, pois, apresentar as razões de seus cuidados, abordando os mais importantes aspectos do substitutivo para — data venia — apontar a solução, que, nas atuais circunstâncias, seria a mais recomendável ao atendimento do clamor das classes trabalhadoras rurais.

Ao Exmo Sr.

Senador Afrânio Lages

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

As disposições a respeito, contidas em 106 artigos do Substitutivo, não representam aperfeiçoamento ao projeto vindo da Câmara, não obstante o merecimento da D. Comissão, sem dúvida prejudicada em seu esfôrço pela exigüidade do tempo e complexidade do problema.

Em muitos aspectos, o novo trabalho tornaria mais confusa e difícil a aplicação da lei, por descer a detalhes desnecessários (art 2.°, § 1.°, art. 4.°, § 1.°, art. 5.°).

No artigo 30, proibe qualquer desconto pela moradia do trabalhador, quando é certo que o salário mínimo é estabelecido considerando o custo dessa parcela. A proibição importaria, pois, em obrigar-se o empregador ao pagamento (no caso) de um salário mínimo maior do que o real.

Esta restrição não significa que a classe seja contrária à imposição de requisitos mínimos de higiene e conforto para as moradias.

Ainda neste Capítulo (art. 49, § 3.°, e art. 50), permite o Substituto que o trabalhador se mantenha na prioridade quando não é mais empregado, pendente reclamação que intentou. São evidentes o perigo e os abusos que se poderão cometer à sombra da lei, especialmente nesta época em que proliferam os agitadores.

Mais adiante, prevendo a conclusão de contratos coletivos de trabalho, os artigos 107, § 3.°, e 117 atribuem essa competência a entidade não reconhecidas como sindicatos, o que contraria o disposto no artigo 159 da Constituição Federal.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

A matéria, segundo o entendimento do Poder Público, já se acha regulada pelo Dec. Lei N.º 7 038, de 10 de Novembro de 1944, não havendo razão para que seja incluída, e de forma incompleta, no corpo da nova Lei, eis que nenhuma novidade apresenta.

Deve-se lembrar que, ainda recentemente, foram baixadas novas Instruções para a sua execução (Portaria N.º 209 do Ministro do Trabalho). Pelos mesmos motivos, nada justifica que o substitutivo inclua disposições sôbre os dissídios coletivos e seu julgamento.

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Um dos aspectos mais graves do Substitutivo reside na criação do Instituto de Previdência dos Agrários (IPRAGA), entidade que, além das atribuições específicas, absorveria o Serviço Social Rural e a Companhia Nacional de Seguro Agrário.

Caber-lhe-ia a prestação de serviços assistenciais (médicos, odontológicos, sociais e técnicos), benefícios previdenciários (assistência à maternidade, auxílio doença, aposentadoria, pensão aos dependentes, auxílio funeral), contando, ainda, com uma "Carteira de Seguros" para acidentes do trabalho, enfermidade, maternidade, educação e **seguro-agrário**.

Tratam-se de problemas da maior importância, cuja solução é incompatível com o improvisamento de uma instituição e o arbitramento de seus recursos financeiros, manifestamente insuficientes para atender aos numerosos e tão diversos encargos que se lhe atribuem.

O Serviço Social Rural (que seria absorvido) ensaia, com as naturais dificuldades de órgão eminentemente técnico, os primeiros passos da ação social. Tudo recomenda que essa experiência seja estimulada, pois, indiscutivelmente, o melhor amparo que se poderá prestar às populações do campo consiste na aplicação dos programas legais a seu cargo, visando à elevação do próprio homem.

Portanto, a criação, nesta altura, de mais um órgão previdenciário, sobrecarregado de outras atribuições (ação social, assistência técnica, assistência à saude, serviços de seguros de tôda a ordem) seria, sem dúvida, embaraçar, retardar e encarecer qualquer atuação, que

deve ser pronta, econômica e proveitosa.

Solução

Como se vê, o Substitutivo não representa progresso sôbre o trabalho da Câmara ao disciplinar a extensão dos benefícios da legislação trabalhista aos camponeses.

Em outra parte, êsse novo Projeto regulamenta a sindicalização rural e os dissídios coletivos, fazendo-sede forma incompleta e versando matéria já prevista em lei, o que, além de inútil, seria contraproducente.

Finalmente, a criação do IPAGRA, mais um órgão previdenciário com numerosas outras, complexas e variadas atribuições, absorvendo o SSR e a Companhia Nacional de Seguro Agrário, somente servirá para que se retroceda à estaca zero na prestação de serviços urgentemente reclamados pelos homens do campo.

Feitas essas observações, somos levados a concluir pela conveniência da rejeição do Substitutivo, a fim de que prevaleça o projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados.

Com efeito, êle se apresenta mais ordenado quanto à aplicação da legislação trabalhista, ressalvadas as restrições que nos reservamos para apresentar oportunamente.

Por sua vez, não inclue qualquer disposição que interfira com os problemas da sindicalização.

Quanto aos serviços assistenciais e previdenciários é muito mais cauteloso e eficiente.

De fato, atribue ao IAPI a implantação preliminar dos serviços de assistência e previdência. São evidentes as vantagens dêsse processo, que aproveitará serviços já existentes e organizados, para desenvolver outros a serem instituidos progressivamente.

A Confederação Rural Brasileira, oportunamente, também criticou alguns aspectos do Projeto N.° .. 1 837 — D, que a Câmara enviou ao Senado.

Sente-se, pois, à vontade para, nesta altura, preferi-lo ao Substitutivo, desejosa como está de que a nova lei possa ter fácil e pronta aplicação, seja na área dos preceitos trabalhistas seja na prestação da asisstência e benefícios previdenciários.

Isto, evidentemente, não aconteceria com a aprovação do Substitutivo pelos motivos já expostos.

Em tais condições, Eminente Senhor Senador, estamos certos de que V. Excia., associando-se às nossas apreensões, que são as pelo Projeto da Câmara de tôda a Nação, optará para, no futuro, aperfeiçoar-se cada vez mais a execução das importantes providências em vista".

"O Direito Cooperativo" e um pronunciamento da Federação Argentina de Cooperativas de Consumo"

A Federação Argentina de Cooperativas de Consumo é a maior da América latina no gênero. Acaba ela de se referir no livro do técnico brasileiro, Sr. Fábio Luz Filho, **"O Direito Cooperativo"**, de forma mui elogiosa, considerando o autor como "um dos eruditos na matéria cooperativa e um professor indiscutido e indiscutível, não só de seu grande país, de vez que sua figura já é fulgurante quanto à teoria e prática do cooperativismo na ordem continental e mundial". Friza ainda que obras como as do autor brasileiro credenciam renomes do mesmo e servem, em momento de crise dos diversos sistemas econômicos da atualidade para mostrar que sòmente o cooperativismo, como doutrina universal e humana, pode conduzir-nos, pelos caminhos da fraternidade solidária entre os homens e os povos, à meta do progresso social a que aspiram os cooperativistas de todo o mundo.

Sociedade Nacional de Agricultura

Relatório do ano de 1961

PELO PRESIDENTE LUIZ SIMÕES LOPES, FOI APRESENTADO NA ASSEMBLÉIA GERAL DE 20 DE JUNHO O SEGUINTE RELATÓRIO:

Senhores Consócios,

É esta a segunda vez que, como Presidente desta Casa, venho prestar-vos contas de administração, cumprindo disposição estatutária.

Desde logo devo esclarecer que, se não foram brilhantes os resultados de 1961, também não deixaram de corresponder aos esforços tanto dos diretores como do corpo de funcionários. Algumas circunstâncias absolutamente independente de nossa vontade, — e aí situamos desde logo as dificuldades financeiras — não nos deixaram dar maior projeção à nossa Casa que, contudo, cumpriu no ano que passou mais uma etapa em sua já longa e proveitosa existência.

Falecimentos.

Começamos o nosso relato consignando a nossa saudade e a nossa homenagem aos companheiros que se foram durante o ano: Prof. Arthur do Prado, efetivo; Zacarias Alves Pereira Lira, remido. Além dêstes faleceu em agosto o Prof. Paulo de Figueiredo Parreiras Horta, que por tantos anos colaborou com esta Casa, tendo o seu desaparecimento deixado vaga a cadeira n.º 37.

Prêmio Ennes de Souza

Foram, até hoje, premiados apenas quatro engenheiros agrônomos e médicos veterinários. O Regulamento do prêmio está com a sua reestruturação em estudo, visando a torná-lo extensivo não sòmente aos alunos primeiros colocados no último ano letivo de nossas Faculdades de Agronomia e Veterinária, mas a outros profissionais, com um ou dois anos de formados.

Com isto, pensa a Diretoria sanar a dificuldade que vem encontrando desde a instituição do Prêmio, da qual a falta de concorrentes, não por desinterêsse, mas por dificuldades até de localização dos alunos formados, após deixarem os bancos escolares.

Biblioteca

Em nosso relatório do ano anterior referimo-nos ao incêndio que destruiu a nossa primitiva Biblioteca, em 1942, e às providências e esforços realizados de então para cá, visando a dotar a Casa de Ennes de Souza de uma biblioteca à altura, inclusive do Estado da Guanabara, já que, por imposição da mudança para Brasília, a do Ministério da Agricultura terá de para lá transferir-se, restando a nossa como a única especializada no Estado. Um grande esfôrço tem sido feito para manter o ritmo de crescimento da coleção e os serviços de catalogação. No primeiro caso, a dificuldade tem sido maior, pois a falta de recursos nos tem impedido de adquirir no comércio as obras modernas mais necessárias ao acêrvo. Temo-nos limitado a receber doações e ao colecionamento de publicações periódicas.

Assim, chegamos a completar as coleções de **Chácaras e Quintais, Lavoura Portuguêsa, Anuário de Publicidade, Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão, The Red Poll Herd Book, Gacetilla Agrícola de Holanda** e outras.

Ainda no setor dos periódicos foram registrados e colocados nas estantes 1.738; feitas 9d novas fichas e revisadas 219 coleções.

A Seção de Miscelânea, apresentou o seguinte resultado no fichário:

Catálogo dicionário 2.054; Catálogo classificado 311; Catálogo oficial 361; Catálogo de cabeçalho de assunto 267; Fichas remissivas 98; Total de fichas feitas 3.091; Fichas revisadas dos diversos catálogos 181; Fichas alfabetadas nos diversos catálogos 3.272.

Apesar de tôdas as dificuldades financeiras com que lutou a Diretoria, foram encadernados 849 volumes. As aquisições se limitaram a 8 volumes das Leis do Brasil, visando a complementação da valiosa coleção, que abrange o período de 1 808 até o presente, hoje com muito poucas falhas.

Doaram livros à nossa biblioteca as seguintes pessoas e entidades: Alberto Ravache, Edgard Teixeira Leite, Frederico Murtinho Braga, Biblioteca Nacional, Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos e Fundação Getúlio Vargas.

Dispondo de mais de 30.000 exemplares de obras e periódicos tècnicamente catalogados, já se tornou pequeno o espaço destinado à nossa livraria, apesar da construção de estantes suplementares.

Mas, o que muito nos anima, é o conceito de que já goza a Biblioteca da S.N.A., durante o ano, recebemos o estágio de duas bolsistas, que lá trabalharam de abril a novembro, por indicação da Biblioteca Nacional, onde fazem o curso de Biblioteconomia.

Tesouraria e Contabilidade

Em virtude dos aumentos salariais periódicos e do custo de tôdas as utilidades, não foi das mais promissoras esta parte da administração, no período.

O fato de a Justiça do Trabalho impôr salários, discriminadamente, às emprêsas particulares (comércio e indústria) e tais aumentos, por efeito de nossa assemelhação àquelas atividades abrangerem entidades como a nossa, dispondo de receita rígida, sem meios de a ampliar, traz-nos em permanente embaraço financeiro. No caso especial da Sociedade, que vive de minguados auxílios oficiais e de aluguéis do seu edifício sede, é de ver-se a situação de verdadeiro estrangulamento em que, num crescendo, se debate a administração para atender à sua verba de pessoal. No caso dos aluguéis, su-

jeitos às leis do inquilinato, temos casos de locações antigas de 9 anos, que não podemos, por se tratar de entidades de serviço público (I.B.B.D.) aumentar a renda locativa. Pavimentos que poderiam render 150.000,000 mínimos, mensais, dão-nos apenas menos de 40.630,00.

Apenas o Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara aumentou o seu aluguél, este ano, de 60.000,00 para 100.000,00, o que ainda assim não corresponde aos índices de aumento do valor locativo verificado, estando a Diretoria empregando todos os esforços para obter um reajustamento do I.B.B.D. e do E.T.A. No que toca à C.R.B. que nos paga por um andar de 407 metros de área útil ... 81.590,00, ainda assim muito se atrasa em seus pagamentos, já que também não dispõe de outros recursos financeiros senão aqueles que lhe vem de auxílios federais.

No que toca a estes, temos sido contemplados tanto no orçamento federal quanto no estadual. Além dos cortes a título de contenção de despesa (30% a 40%) em 1961 e 1962 apenas recebemos do Tesouro Nacional a importância de Cr$ 730.947,70 relativa à dotação orçamentária destinada à FAREG.

1961

Saldo da verba distribuída à F.A.R.E.G. 313.263,30; Verba destinada à Con. Agro-Pecuária 1.500.000,00; Escola de Hort. Wenceslau Bello 500.000,00, Restos a pagar 21.269,10.

1962

Verba destinada à FAREG 1.044.211,00, Verba destinada à EHWB 500.000,00 soma ...... 1.544.211,00.

Verba estadual

1961 — Destinada à EHWB .. 1.000.000,00, 1962 — Destinada à EHWB 1.000.000,00 soma .. 2.000.000,000. Total 5.878 763,40

A êsses quase 6 milhões de verba não recebidos, teríamos de acrescentar o que estamos recebendo a menos" de aluguéis, em relação ao valor locativo atual, e que montaria, na pior das hipóteses em 5 milhões.

ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAO BELLO

Contando com a verba de 500.000,00 que lhe destinou o orçamento federal para 1961, não foram entretanto recebidos êsses recursos.

Foi graças a acôrdos e convênios em vigor e à pequena renda do estabelecimento que se pôde manter em funcionamento a nossa tradicional Escola, sem prejuízo do seu ritmo de trabalho, conforme se vê do relatório do seu ilustre diretor, Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

31 matrículas nos Cursos Profissionais; 1.003 matrículas nos Cursos Práticos Agrícolas 1 Curso Prévio, com 19 matrículas; 40 Cursos Práticos Agrícolas, assim distribuídos.

Contabilidade Agrícola 3. Cultura de Hortaliças de Frutos 1; Cooperativismo Rural 3. Hortas Domésticas 1; Reflorestamento 3; Enxertia 2; Doenças e Pragas de Hortas e Pomares 1; Preparação de Inseticidas e Fungicidas 1; Administração de Propriedades Rurais 3; Máquinas de Defesa Sanitária Vegetal 1; Combate a Ervas Daninhas 1; Cultura de Raízes e Tubérculos Hortícolas 1; Restauração de Pomares 1; Floricultura 2; Cálculos e Medidas Agrárias 3; Cultura de Hortaliças Folhosas 1; Cultura de Citrus 1, Organização de Pomares 1; Conservação do Solo 3; Criação de Porcos 2. Alimentação de Pequenos Animais 1; Organização de Sementeiras e Viveiros 1; Instalações Rurais 1; Criação de Abelhas 2

Nas suas considerações finais, assim se manifestou o Diretor, Prof. Geraldo Goulart não exige meditação concluir-se o quanto valioso tem sido para a Escola de Horticultura „Wenceslau Bello", o regime de convênios entre a Sociedade Nacional de Agricultura e outras entidades como o Conselho Regional do Serviço Social Rural do Estado da Guanabara, Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos e a Comissão Brasileira de Assistência às Populações Rurais. Graças aos referidos convênios (Projeto 38, ETA/SNA, Projeto CBAR, P-23 e acôrdo CR GB-SNA), foi possível dinamizar-se o estabelecimento de ensino que desde 1891 a Sociedade Nacional de Agricultura com idealismo e grande soma de esforços e boa vontade mantém, na Penha, Estado da Guanabara, com a ampliação e desenvolvimento dos cursos existentes (Cursos Profissionais e Cursos Práticos Agrícolas) e a criação de outros cursos (Cursos Avulsos, Curso Prévio e Cursos Especiais). Em 1962, será introduzido no currículo da Escola o "trabalho em oficina" consequência do Projeto 38-ETA-SNA e da valiosa colaboração prestada pelo Convênio entre o Serviço Social Rural do Estado da Guanabara, a Campanha Nacional de Educação Rural e a Sociedade Nacional de Agricultura, que está adaptando para isso, um magnífico Pavilhão. Alias, releva salientar que grande surto vem tomando as atividades da Sociedade Nacional de Agricultura na área onde se encontra a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, com a manutenção do Centro Audio-Visual do Estado da Guanabara e do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, ambos em pleno funcionamento".

Departamento das Associações Rurais do Estado da Guanabara

O DAREG, que corresponde, administrativamente, como órgão estatutário da SNA, à Federação das Associações Rurais do Estado da Guanabara é constituído de 11 associações rurais; de 1 associações especializadas e de 16 cooperativas.

O resíduo de trigo, que antes era distribuído a essas organizações da classe, por intermédio do DAREG, praticamente cessou, em virtude de um mandado de segurança que garante aos moinhos a posse dos sub-produtos da moagem. As cotas liberadas pela COFAP para atender às necessidades da avicultura local — a segunda do Brasil — não foram tomadas em consideração pelos Moageiros, que, assim, transformaram o resíduo de trigo em produto altamente lucrativo, com a fabricação própria das chamadas rações "balanceadas".

Por intermédio de representantes ligados à agricultura na Câmara Estadual, várias entidades foram contempladas com dotações entre 50 e 500 mil cruzeiros. Contudo, tais subvenções, em virtude de exigências burocráticas intranspon-

veis, não foram até hoje recebidas.

Continua como diretor do DAREG o Sr. Flávio da Costa Britto, diretor técnico, que tudo tem feito para que o Departamento atinja seus objetivos.

A Lavoura

Contando já 65 anos de existência, o que lhe dá a primazia entre as publicações periódicas especializadas do Brasil, vem a nossa revista saindo regularmente. Os seis números do exercício (é bimestral) totalizam 30.000 exemplares, com 326 páginas.

Colaboraram na publicação, com artigos assinados: Elvino Alves Ferreira, Fabio Luz Filho, Arruda Câmara, A. Miranda Bastos, L. F. Fonte, Luiz Marques Poliano, F. Murtinho Braga, Napoleão Fontenelle, Ecilda Cesconeto, Geraldo Goulart da Silveira, Rui Simões de Menezes, José Rezende Peres, Altair A. M. Corrêa, Heldyr R. de Souza, Haroldo de Vasconcelos, Alberto Ravache, Edgard Teixeira Leite, Oselno Tavares, Nel Brando, P. Korring, Honorato de Freitas, Adalberto Serra.

Legislação Agrícola do Brasil

Já no relatório anterior referimo-nos a êste assunto.

Com a verba conseguida no exercício de 1960 conseguimos publicar o 1.º volume (Brasil-Reino) de 1808 a 1822. Cessados aquêles recursos, apelamos para a Executora do Convênio CR-Confenubra, vale dizer o Convênio existente entre o Conselho Regional da Guanabara e a Confederação Rural Brasileira, para que custeasse a impressão dos volumes subsequentes.

Atendido o nosso pedido, ficou constando do programa de trabalho para êste ano do referido convênio, a publicação de mais um volume, abrangendo os seguintes períodos: 1.º Reinado — 1822-1831; 2.ª Regência — 1831-1840; 2.º Reinado — 1840-1850.

Os textos para a publicação acima já estão prontos. Encarregou-se do trabalho a Comissão anteriormente designada, composta do Secretário Geral Luiz Marques Poliano, do diretor técnico Ben-Hur Ferreira Raposo e do Diretor 1.º Secretário, Frederico Murtinho Braga.

É esta uma valiosa contribuição da SNA às letras agrícolas do país, pois, no trabalho que está sendo realizado, baseado na 1.ª edição de 1912 também publicada pela Sociedade, uma completa revisão está sendo feita, e muitas falhas estão sendo sanadas.

Sessões e Reuniões

Durante o ano realizaram-se 32 reuniões da Diretoria e numerosas outras de Comissões e Grupos de Trabalho, sendo lavradas atas das primeiras.

Também se realizou a 5 de abril a Assembléia Geral Ordinária para aprovação do Relatório e exame de contas da Diretoria do exercício anterior.

Dr. Torres Filho — Homenagens póstumas

Após o falecimento do saudoso Presidente, a Diretoria programou várias homenagens que, todavia, não puderam ser concretizadas, mas ainda êste ano algumas delas serão postas em prática.

Já se encontram fundidos os dois bustos de autoria do Prof. Paulo Mazzucchelli, um dos quais ficará na sede social, indo o outro para a Escola de Horticultura "Wenceslau Bello". Também está programada a colocação em seu jazigo de uma placa de bronze, e outra na sala da presidência, que passará a ter o seu nome.

Já nos referimos aos aumentos compulsórios, que nos obrigam a, indeterminadamente, todos os anos, melhorar a situação salarial de nossos companheiros, que hoje estão reduzidos ao mínimo. A diminuição de recursos financeiros ao lado de tais aumentos nos impede de admitir elementos novos. E assim o nosso quadro de empregados continua envelhecendo quase todo êle, com estabilidade e sem qualquer esperança de reforma.

O crescente encarecimento da vida aconselha a que todos esperem — como ficam esperando — "o aumento do ano que vem". É por isso que ninguém, mesmo com os 30 anos de serviço que a lei assegura no comerciário, pensa em aposentar-se. Desde a morte do Sr. Roberto Dias Ferreira, há uma década, não temos tido mais um chefe de Secretaria. Esse trabalho é acumulado pelo Secretário Geral, pois um empregado daquela categoria exigiria hoje, salário insuportável pelas finanças da Sociedade.

Mesmo assim, têm os empregados atendido às suas tarefas.

Secretaria

Durante o exercício, além dos serviços normais que lhe cabem, como arquivo, protocolo expedição, etc. apresentou o seguinte movimento de expediente:

Recebido: Ofícios 310; Cartas 103; Circulares 44 Telegramas 27, Cartões 119; Requerimentos 35, total 643.

Expedido: Ofícios 482; Cartas 360; Circulares 1.090; Telegramas 45; Cartões 320, total 2.297.

Conferencias, Exposições, Reuniões

Estêve a Sociedade, no ano findo, presente a diversos acontecimentos de interêsse da nossa agricultura.

Fêz realizar a 29 de novembro uma importante conferência a respeito de incêndios nas florestas e suas medidas preventivas e de combate, proferida pelo Engenheiro agrônomo e Engenheiro Florestal, Henri Chauvin, Assessor Florestal da FAO para a América Latina, Zona Leste.

Estivemos presentes, dentre outras às seguintes reuniões, exposições e conferências:

II Conferência Mundial do Eucalipto, realizada de 12 a 26 de agôsto em São Paulo,

I Ciclo de Conferências sôbre o Café patrocinada pela Diretoria do Banco do Comércio do Café, de 21 a 25 de agôsto.

XXVIII Exposição Nacional de Animais, patrocinada pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, e m26 de agôsto.

Encontro Regional de Abastecimento, promovido pela COPAP, em julho.

Semana Nacional de Agricultura patrocinada pelo Ministério da Agricultura de 22 a 28 de julho.

Dia do Lavrador, patrocinado pela Secretaria de Agricultura da Guanabara, em 21 de setembro.

Novos Sócios

Francisco Carlos Iglésias de Lima — Guanabara.
Victor Abdenes Farah — Guanabara.
Lytton Leite Guimarães — Guanabara.
Adyr Maia — Guanabara
Jorge de Moraes Grey — Guanabara.
Armando David Ferreira Lima — Guanabara.
Oswaldo de Souza Martins — São Paulo.
Carlos Schwartz — Guanabara.
João Castelo Branco — Guanabara.
Antônio Gouveia Filho — Ceará.
Colonizadora Noroeste Matogrossense — M. Grosso.

Acima, senhores consócios, procurei dar uma idéia do que foi o exercício de 1961 da Sociedade Nacional de Agricultura.

Agradeço a colaboração recebida de meus companheiros de Diretoria, e contando com o seu apoio e incentivo na luta a que nos lançamos, de servir à Sociedade, servindo o País.

Em 29 de junho de 1962

(as.) Luiz Simões Lopes, Presidente.

Ensaio Ecológico

(conclusão da pág. 20)

II 52 a 57 dias
III 72 a 77 dias
IV 92 a 97 dias
V 112 a 117 dias

Produções verificadas nas colheitas:

I 1.454 grs
II 13.392 grs.
III 26.522 grs.
IV 25.875 grs.
V 18.650 grs

Repetições (ou plantios)

I — 24.042 grs.
II — 21.854 grs.
III — 22.641 grs.
IV — 17.356 grs.

Análise de variância

	Graus Liberdade	Soma Quadrados	Quadrado Medio	F
Total	79	53.159.699		
Variedade	3	5.223.770	1.741.256	6.00 xx
Colheitas	4	26.668.300	6.667.075	22,99 xxx
Repetição	3	1.252.940	417.646	1.44 ns
Residuo	69	20.014.689	290.068	

Coef. Var. 30.09%.
Dif. min. sign. 5% variedade 6.791 grs.
Dif. min. sign. 5% colheita 6.076 grs.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA



A LAVOURA

ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

FUNDADA EM 1897

ANO LXV

SETEMBRO - OUTUBRO, 1962

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo — LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável e Redator-Secretário
LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD

Redator Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

GENERAL JUSTO, 171
Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245
RIO DE JANEIRO

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA
RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE," C. P. 7257 — SÃO PAULO —

NOSSA CAPA

Escola de Horticultura "Wenceslau Bello" — Parte da Horta, com alunos dos cursos permanentes em trabalhos práticos

SUMÁRIO

DEVASTAÇÃO

O pinho é hoje um dos nossos principais produtos de exportação. Longe de nos alegrarmos com o fato, mais preocupados ficamos, pois as divisas que nos chegam do exterior em troca de nossas tábuas e pranchões não ressarcirão jamais o prejuíso, o altíssimo custo que a exploração desenfreada e impiedosa — e que precisa ter um paradeiro — causa ao Brasil.

A Sociedade Nacional de Agricultura, há pouco tempo, realizou inqüérito entre os municípios do país, a respeito de alguns pontos do nosso grave problema florestal. São de estarrecer números como estes: dos 695 municípios que responderam ao questionário, apenas 33 e 53, respectivamente, distribuem mudas e sementes de essências florestais; em contrapartida, 121 e 354, também respectivamente, exploram carvão vegetal e contam com serrarias!

Se as mudas e sementes são plantadas, e chegam a árvores, não nos disseram; certamente, porém, os carvoeiros produzem carvão e as serrarias serram, a para isto é preciso derrubar árvores, às vêzes centenárias.

O assunto preocupa a todos. O Correio da Manhã publicou recentemente uma série de reportagens pondo ao vivo aspétos do criminoso processo que, célere, acabará por extinguir totalmente no Sul do País, o pouco que resta das outrora gigantescas florestas de **Araucaria Angustifolia**.

Por aquelas reportagens admite-se a certeza de que falharam tôdas as forças para pôr côbro a tão grave problema, indicador da derrocada de um povo que não respeita os seus próprios recursos naturais, fonte de tôda riquesa de uma Nação.

A rodovia que vem do Sul, passando por Lajes, em Santa Catarina, para atingir São Paulo, longe de ser um bem, está se tornando num elemento a mais — e decisivo — para ativar a incessante derrubada: as formações de pinheiros que ali existem (ou existiam até há pouco) estão fornecendo tóras às serrarias que já se instalam ao longo da rodovia, as quais em pouco tempo nada mais deixarão dessa pequena reserva. O fato deu motivo a uma exposição da SNA ao Govêrno. Se providências foram tomadas, delas não tivemos até hoje conhecimento.

Sugeríamos então a preservação de uma faixa ao longo da estrada, ao menos para que não se arruinassem os aspétos paizagísticos e turísticos da previlegiada região. Era o mínimo que poderíamos pedir ...

ESCOLA WENCESLAO BELLO UM MODELO DE COOPERAÇÃO

Helly Sylvia R. de Souza

Foi com um misto de emoção e saudade que transpus o portão da Escola de Horticultura Wenceslao Bello, na Penha. Lá estivera todo um domingo, anos atrás, quando minha vida tinha ainda a alegria da presença tão querida de meu pai. Nada havia, no propósito desta nova visita, que me ligasse à meteorologia, mas não foi sem um apêrto no coração que meus olhos se voltaram para a Estação Meteorológica, ali no mesmo local onde, naquele longínquo domingo, meu pai deixara o marco de sua escolha.

Desta feita, minha volta à Escola era como representante do Serviço de Economia Rural, para assistir à fundação das cooperativas escolares daquele estabelecimento de ensino. Boas surpresas estavam-me reservadas. A primeira foi constatar que os meninos e rapazes já eram perfeitos conhecedores da doutrina e da prática do cooperativismo, o que me proporcionou mais tempo para percorrer aquêle pequeno mundo, participando do entusiasmo reinante pelas coisas objetivas, pelas inovações e reformas que ali estão se processando.

Em artigos e pareceres, sempre me bati pela conceituação de que o cooperativismo escolar não é sòmente modalidade na qual o aluno compra mais barato seus livros e cadernos, procurando mostrar o que êste tipo de cooperação oferece no aprimoramento da educação e no preparo dos jovens para o futuro. Exatamente dentro dêste princípio funcionarão as duas cooperativas, Antônio Arruda Câmara e Paulino Cavalcanti, recém-fundadas na Escola de Horticultura Wenceslau Bello.

Contarão essas novéis cooperativas com o trabalho de seus associados na suinocultura, desde os ensinamentos da construção de pocilgas, até o abate e a industrialização da carne dos suínos. A avicultura também se apresenta já com excelente desenvolvimento; na granja, estão em fase de crescimento galetos que serão, dentro de noventa dias, entregues ao consumidor. A apicultura, que ora as cooperativas iniciam, irá trazer dentro em breve resultados magníficos.

No setor agrícola, a venda da colheita de tomates foi de vulto que, das sobras, prepararam os rapazes grande quantidade de massa que abastecerá durante bom período a cozinha da Escola.

Percorremos tôda a vasta extensão abrangida pela Wenceslao Bello e fomos tomando conhecimento da maneira pela qual é mantida aquela casa grande, de família numerosa: mais de quarenta rapazes e meninos, professôres, pessoal especializado, cozinha, lavanderia

A Sociedade Nacional de Agricultura, através de convênio com o Serviço Social Rural (Conselho Regional da Guanabara), consegue a sobrevivência daquele pequeno mundo de ensino prático da agricultura. E as verbas do M. A.?... Bem, certamente, êste é sem dúvida um dos problemas que tiram o sono do Dr Pollano..

Antes das despedidas, em meio às mangueiras já promissoras de belos frutos, ainda matamos as saudades e avivamos, com o diretor da Escola, Sr Luiz Marques Pollano, nossas lembranças de Portugal, de idêntica maneira par nós dois tão querido.

Lá, no longe, ficou a Escola Wenceslao Bello, agora com mais um edifício, novinho em fôlha, da qual ainda pretendo dar notícias aos leitores.

REMINISCÊNCIAS

O MAIS ANTIGO "SALÃO" DE AUTOMÓVEIS DO RIO

LUIZ MARQUES POLIANO

A 18 de outubro de 1903 a Sociedade Nacional de Agricultura inaugurou, no Frontão Velocipédico Fluminense, à rua do Lavradio, a 1.ª Exposição Internacional de Aparelhos a Alcool.

Nasceram a idéia e a sua concretização da convicção, em que se achava a Diretoria, após o 1.º Congresso Nacional de Agricultura (1901) e a Conferência Açucareira da Bahia (1902) de que tudo teria de ser feito para enfrentar a séria crise que então afligia a indústria açucareira. O exemplo da França, da Alemanha, e de outros países açucareiros, utilizando o álcool como combustível para a iluminação e para fôrça motriz, fortificavam aquela idéia, e a Exposição se realizou para servir de ponto de partida a uma Campanha que se tornaria trabalho permanente da Sociedade durante anos.

A Comissão do Juri da Exposição, presidida pelo Barão de Capanema era numerosa e dela destacaremos os nomes do Dr. Sampaio Correia, do Dr. Cordeiro da Graça, do Dr. Daniel Henninger, do Dr. Carlos Niemeyer, do Dr. Francisco Behring.

Muitos foram os aparelhos expostos, mas despertaram especial interêsse os dois automóveis expostos pela firma Borlido Maia & Cia., "que funcionaram na Exposição, tendo o álcool como combustível", e mereceram ambos do Júri a medalha de ouro. Êsses motores, embora movidos a álcool dependiam de gasolina para iniciar o seu trabalho. Com essa dificuldade, imaginamos o que seria hoje automóveis com motores exigindo essa operação e mais a manicula, durante o rush!

Eram da marca Dion Bouton e Peugeot, com um motor de 6 cavalos de fôrça!

Dois grandes artistas da época — Henrique Bernardelli e Augusto Girardet — incumbiram-se, respectivamente, dos diplomas e das medalhas da Exposição.

Também a SNA apresentou-se como expositora de um motociclo a álcool, cuja marca não conseguimos identificar.



A colheita do fumo.

A Indústria do Fumo no Canadá

Fotos do Instituto Nacional do Filme do Canadá



Compradores examinam mercadorias nos armazens gerais dos plantadores

O fumo é um dos mais lucrativos produtos agrícolas da província de Ontário. A safra de 1959 chegou a alcançar 8,5 milhões de dólares, apezar de ser em quantidade um pouco inferior à colheita recorde de 1958, de 176 milhões de libras. E' também plantado há anos na Ilha do Príncipe Eduardo, e na Nova Escócia, onde as condições de clima e solo são bastante favoráveis.

I

Compradores examinam a mercadoria nos Armazéns Gerais dos Plantadores de Fumo de Ontário, na cidade de Tillsonburg.

II

Um relógio "automático" com seu mostrador graduado com preços em círculos luminosos e um ponteiro automático preside hoje os leilões do produto, em substituição ao tradicional apregoador que gritava os lances dos seus fregueses. Pelo novo sistema, os compradores de seus lugares simplesmente apertam botões elétricos que acendem as luzes do quadrante, enquanto o ponteiro, que começa num preço sempre mais alto do que o do mercado, desce gradualmente com variações de um quarto centimo de dolar

III

Os fazendeiros que cultivam o fumo em Ontário tem as mais variadas origens: são holandeses, belgas, húngaros, alemães, poloneses etc. As mulheres geralmente, com suas mãos hábeis se encarregam de amarrar as folhas em pequenos molhos e pendurá-los em varais que são transportados para a estufa.

O sucesso da colheita está porém nas mãos do fo

(Continua na pág. n.º 8)



O Eng. Agrônomo Merril B. Asay, do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, quando recebia das mãos do Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura o Diploma de Sócio Honorário e a medalha de ouro que lhe foram conferidas pelos relevantes serviços prestados ao ensino profissional agrícola em nosso país, e, em especial, à Escola de Horticultura Wenceslau Bello

ENGENHEIRO AGRÔNOMO NORTE AMERICANO HOMENAGEADO

Pelos relevantes serviços prestados ao ensino profissional agrícola de nível médio em nosso país, particularmente a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, a Sociedade Nacional de Agricultura em sessão de sua diretoria realizada no dia 10 de Outubro, às 16,00 horas, prestou significativa homenagem ao Engenheiro Agrônomo Norte-Americano Merril B Asay, do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos.

A homenagem consistiu na entrega ao ilustre e prestimoso técnico do título de sócio honorário e de uma medalha de ouro da entidade.

A solenidade, presidida pelo Eng. Agr. Luiz Simões Lopes, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, contou com a presença do Presidente e diretores da Confederação Rural Brasileira, dos Co-Diretores brasileiros e americano do Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos, de técnicos e funcionários da mesma entidade, de técnicos do Ponto IV no Brasil e outras personalidades da Embaixada Americana no Brasil, de diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, do corpo docente da Escola de Horticultura Wenceslao Bello, dos técnicos do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara e outras personalidades.

Usaram da palavra, na ocasião, o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura dizendo da razão de ser da justa homenagem, o representante do Ponto IV no Brasil e o homenageado que leu o seguinte discurso:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Senhores Co-Diretores do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos

Minhas Senhoras e meus Senhores

Meus Caros Colegas,

Tanto no Brasil, como na minha Pátria, os Estados Unidos da América do Norte, reconhecemos como "condição básica e fundamental" para o progresso e

o bem estar sócio-econômico dos povos, a educação!

Desde a educação de base ministrada mesmo aos que não sabem ler, nem escrever, desde as primeiras letras até os cursos universitários e de pós-graduação, encontramos a educação como chave mestra do bem-estar da humanidade, produzindo no ser racional a compreensão e o desejo de aperfeiçoamento, em busca do melhores condições para a vida de seus familiares e de sua comunidade.

Em um "país bàsicamente agrícola" como o Brasil, a educação relacionada com as coisas do campo adquire especial significação e apresenta enorme alcance, principalmente quando consideramos que dois terços de sua população, já calculada em setenta e dois milhões, vivem no meio rural.

A educação em suas múltiplas ramificações torna acessível o emprêgo eficiente e indispensável de todas as medidas que, em última análise, visam o incremento da produção e o abastecimento de gêneros alimentícios e de matérias primas para todo o País, em estreita colaboração com suas co-irmãs, a pesquisa e a extensão, complementadas pelo associativismo, as cooperativas e a distribuição adequada do crédito agrícola.

Estas sucintas considerações me ocorrem no momento em que me cabe o grato devêr de agradecer à alta Direção da Sociedade Nacional de Agricultura a honra de ser distinguido com seu diploma de Sócio Honorário. Entretanto peço-vos que me seja permitido de que esta honra e esta distinção sejam, antes, estendidas aos seus colegas, Brasileiros e Norte-Americanos que se empenhem, como eu, em suas funções técnicas no ETA. Êles colaboram nos esforços comuns em pról do alevantamento e do desenvolvimento agrícola, tanto social — como economicamente. Represento eu, sem dúvida, apenas um modesto soldado no meio dêles

O Escritório Técnico de Agricultura como a Sociedade Nacional de Agricultura se irmanam no mesmo ideal que esta já estabeleceu há mais de sessenta e cinco anos atrás, quando foi fundada em dezesseis de janeiro de mil oitocentos e noventa e sete, a fim de "empanhar coletivos e individuais esforços em bem da agricultura".

Vossa distinção de hoje me comove e me sensibiliza devéras. Ela constitue um incentivo forte, ao lado de um reconhecimento muito honroso. Reconhecimento pelo modesto, mas sincero esfôrço de colaborar no ideal comum. Incentivo forte para prosseguir nas árduas lidas de todos os dias!

Sentimo-nos encorajados graças à vossa benevolência e a vosso estímulo. Prometemos fazer tudo que em nós couber para nos mostrar dignos do vossa deferência!

Que Deus Omnipoderoso proteja vossa Sociedade e vossa maravilhosa Pátria, levando-os às mais ridentes venturas, à paz e à prosperidade perenes! São êstes os nossos mais sinceros e ardentes votos!

Mais uma vez, muito obrigado!

Curriculum vitae:

E o seguinte o cirriculum vitae do homenageado:

Merril Boice Asay nasceu na comunidade rural de Lovell, Wyoming, em 9 de julho de 1921.

Cursou a escola primária e se formou na Lovell City Schools na mesma comunidade.

Recebeu o diploma de Bacharel na Universidade de Wyoming, Laramie, Wyoming, em 1942; em seguida entrou para Fôrça Aérea Americana onde serviu 3 anos na Inglaterra, durante a Segunda Guerra Mundial, voltando para a América em 1945.

Recebeu o Master's Degree em Educação Agrícola, na Escola Colorado A & M, Fort Collins, Colorado.

Começou a lecionar em Lyman, Wyoming como professor de Educação Vocacional Agrícola, em 1947 — ainda nesta ocasião foi instrutor para veteranos em Treinamento Agrícola; também foi professor para especialização de professores em Educação Vocacional Agrícola da Universidade de Wyoming até 1952.

Estêve em Kabul, Afghanistan no Contrato Land Grant College da Universidade de Wyoming, como Professor de Engenharia Agrícola, de 1953 a 1955, e posteriormente foi Diretor da Escola de Agricultura em Kabul, Afghanistan durante dois anos.

Começou seu Doutorando na Universidade de Bozeman, Montana.

Veio para o Brasil em 1958 como Consultor em Educação Agrícola em cuja posição está há quatro anos.

(Conclusão da Página N. 6)

guista, que mantém a temperatura da estufa sempre em elevação, durante 5 ou 6 dias para cada fornada Qualquer descuido na secagem das folhas pode trazer prejuizos elevados.

IV

Numa época em que o Canadá atinge um dos mais altos índices de emprêgo, a colheita do fumo apresenta para os fazendeiros um sério problema: o plantio e a cultura são mecanizados, mas a colheita precisa ser feita à mão, folha por folha, quando estão no "ponto". Esta é uma tarefa extremamente fatigante e para dar um bom rendimento o apanhador experimentado chega a ganhar 14 dólares por dia, mais casa e comida durante as seis semanas que dura a colheita. E' bom dizer, porém, que só muito poucos resistem à dureza do trabalho.

Seleção da Raça Nílo-Canasta

Conforme apresentamos no Comunicado n.º 7, do Departamento de Agricultura, a criação da raça NILO-CANASTRA, no CEXPER, vem mostrando a seguinte evolução:

	1 953|58	1 959	1 960	1 961
Número médio de porcas	50	50	50	50
Número médio de varrões	2	3	4	2
N.º leitegadas nascidas	67	39	57	65
N.º leitões nascidos	536	368	563	647
N.º leitões desmamados	364	306	396	424
Mortalidade até a desmama	33%	14%	30%	34%
N.º médio de leitões nascidos por leitegada	8,00	9,43	9,88	9,95
N.º médio de leitões desmamados (56 dias) p|leitegada	5,39	7,84	6,95	6,52
Pêso médio dos leitões aos 56 dias (desmama) (kg)	—	5,42	6,49	6,92
Pêso médio dos leitões aos 154 dias (kg)	—	19,03	17,95	20,998

É evidente que o rebanho apresenta excelente prolificidade, embora deixe a desejar quanto à criabilidade e à precocidade. Um estudo preliminar, comparando o consumo de ração por quilo de pêso, no rebanho NILO do CEXPER e no rebanho DUROC de um criador particular, no período do parto à desmama, revelou, no entanto, um fato interessante: enquanto a porca NILO, desmama um quilo de leitão, tendo ingerido 4,85 quilos de ração, a porca DUROC ingere 5,09 kg de ração, para cada quilo de leitão desmamado. No corrente ano, pretendemos realizar um experimento sôbre o assunto, comparando as duas raças no mesmo meio.

Em dezembro de 1 961, foi realizado um descarte rigoroso no rebanho da Seção, restando 17 porcas, cujas performances foram as seguintes:

N.º da Porca	N.º de leitegadas exam.	N.º médio de leitões nascidos	N.º médio de leitões desmamados	Pêso médio à desmama	Índice de parto
188	4	12,00	7,25	7,38	38,78
202	3	9,66	8,33	7,01	37,74
254	3	11,00	8,66	6,03	37,92
279	3	10,66	9,00	6,07	38,22
286	5	12,00	9,80	4,81	39,58
289	4	12,00	8,50	6,80	39,63
300	5	9,80	8,40	5,90	37,97
328	5	10,80	9,20	6,72	40,19
329	4	11,76	9,00	6,78	40,53
330	3	12,66	8,00	7,11	38,06
331	3	13,66	9,33	7,06	41,04
333	3	10,66	7,66	6,98	37,28
334	4	12,25	9,50	5,53	39,96
408	4	12,25	9,00	6,22	38,70
420	4	11,75	9,75	7,33	42,59
433	3	8,33	8,00	6,03	38,09
463	4	11,50	7,25	6,92	38,12

Essas porcas, apresentam uma média de 11,34 leitões nascidos e 8,63 leitões desmamados e um pêso médio dos leitões à desmama, de 6,41 kg. O Indice de Produtividade (LUSH & MOLIN) médio é de 39,08, sendo calculado pela fórmula:

$$IP = n_o + 2n_{56} + \frac{2W_{56}}{6{,}94}$$

onde: n_o = n.º médio de leitões nascidos; n_{56} = n.º médio de leitões desmamados; W_{56} = pêso médio da leitegada à desmama e 6,49 = pêso médio individual à desmama

O Índice de Produtividade é recalculado após cada cria, pois as médias acima indicadas são obtidas pela fórmula de LUSH, que nos dá a capacidade mais provável das porcas, em relação a cada característico repetível:

$$\text{Cap. mais provável} = MR + \frac{nr}{1 + (n-1)\,r}\,(PMI - MR)$$

onde: MR = média do rebanho; n = número de leitegadas examinadas; r = repetibilidade do característico no rebanho e PMI

= performance média individual em relação ao característico examinado.

Dessas porcas, foram reservadas 30 marrãs que irão entrar em reprodução em 1962 e cujos característicos são os seguintes:

N.º da marrã	Índice B.C.&G.	Índice IOWA 3	N.º do pai	N.º da mãe	Peso aos 56 dias	Peso das marrãs 154 dias	Leitegada de Origem - N.º Nasc.	de Cri. Desm.
1223	57,52	40,63	660	329	10,0	29,0	8	7
1294	59,50	17,97	893	254	5,0	15,0	11	8
1301	60,00	18,62	893	254	5,0	16,0	11	8
1297	61,50	20,57	893	254	7,2	10,0	11	8
1295	64,50	24,47	893	254	7,0	25,0	11	8
1419	65,04	82,64	893	300	6,0	33,0	8	7
1350	65,24	63,92	893	597	9,0	30,0	9	7
987	66,94	41,33	660	333	11,0	21,0	8	7
1327	67,88	76,31	893	279	11,2	370	9	7
991	68,06	40,77	247	289	15,0	31,0	10	8
1334	68,20	58,78	481	330	10,0	32,0	13	8
1047	72,08	53,75	660	420	8,3	26,0	13	8
1289	74,42	27,49	247	289	9,4	24 0	16	8
1423	7546	96,42	247	420	7,6	23,0	12	9
1424	75,46	96,42	247	420	6,0	23,0	12	9
1357	76,60	48,48	247	286	6,4	22,0	12	10
1381	78,18	75,43	247	331	6,2	23,0	16	9
1056	79,00	30,82	247	331	5,3	11,0	13	11
1455	79,62	110,34	893	329	9,4	31,0	13	9
1379	79,68	77,38	247	331	8,0	26,0	16	9
1409	80,98	99,10	893	300	5,4	32,0	14	9
1118	83,03	47,97	431	328	7,4	21,0	11	10
1320	84,02	92,40	893	328	6,0	23,0	15	10
1323	84,52	9305	893	328	7,4	24,0	15	10
756	84,82	103,32	247	420	12,6	25,0	12	12
1386	85,69	85,18	247	331	3,6	38,0	16	9
1057	88,00	55,48	247	331	9,1	29,0	13	11
1082	88,06	30,35	247	334	4,3	14,0	14	22
1321	89,52	99,55	893	328	10,0	34,0	15	10
871	90,01	53,71	11	463	7,5	25,0	10	10

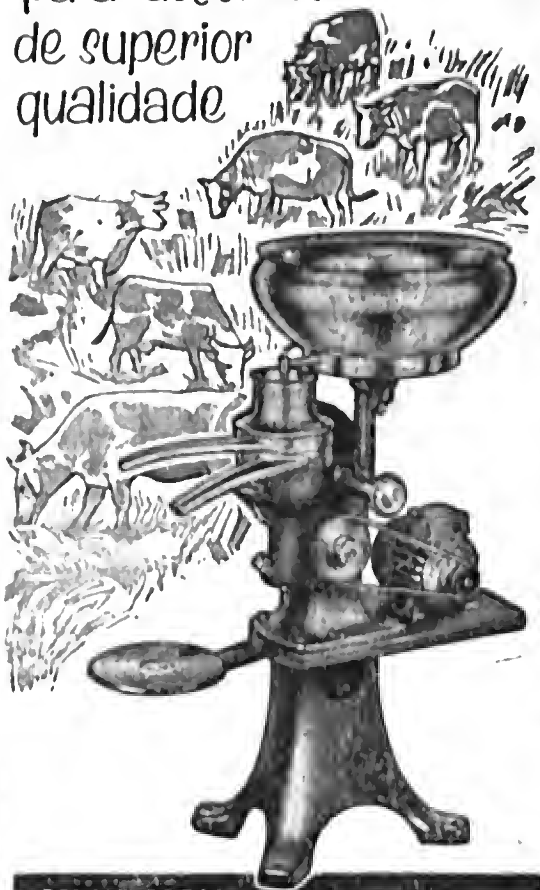
As marrãs, acima relacionadas, foram ordenadas segundo a ordem crescente do Índice de BERNARD, CHAPMAN & GRUMMER e apresentam as seguintes médias:

Índice de BERNARD, CHAPMAN & MAN & GRUMMER	75,12
Índice de IOWA N.º 3 . . .	62,14
N.º leitões nascidos na leitegada de origem	12,23
N.º leitões desmamados "	8,93
Pêso médio aos 56 dias .	7,88
Pêso médio aos 154 dias . . .	25,40

O Índice de BERNARD, CHAPMAN & GRUMMER, utilizado para testar os leitões aos 154 dias, tem a seguinte fórmula:

I = 0,5n.º | 7 "154 — 0,02 "154 + 0,5 "154

onde: n.º = n.º leitões nascidos na barri-



gada do leitão examinado; n154 = n.º de leitões na barrigada, aos 154 dias; w154 = pêso da barrigada aos 154 dias e w154 = pêso individual aos 154 dias.

O Índice de IOWA N.º 3, utilizado para o mesmo fim, tem a seguinte fórmula:

I = (0,65 w154 + IP + C) (1,0 — a)

onde: w 154 = pêso do leitão aos 154 dias; IP = índice de produtividade da mãe do leitão; C = coeficiente fraterno e (1,0 — a) = dedução por taras e defeitos, na base de 0,1 para cada defeito, o que equivale dizer que, com mais de 10 defeitos o animal será desclassificado.

O coeficiente fraterno é igual a + 03% de pêso da barrigada aos 154 dias, por quilo que a barrigada do leitão exceder ou faltar, para o pêso médio da barrigada do rebanho, aos 154 dias.

Comparativamente, o primeiro índice dá grande importância ao número de leilões Iowa, além dos descontos por defeitos, dá aos 154 dias, enquanto que o Índice de grande pêso à produtividade da mãe e ao pêso da barrigada aos 154 dias, motivo pelo qual, conforme podemos ver na lista das marrãs, não existe, sempre, correspondência entre os valores dos dois índices.

Com os produtos dessas marrãs, em 1962, já será possível uma comparação entre machos e entre famílias e uma análise estatística mais significativa dos dados existentes, inclusive quanto ao cálculo dos desvios e erros padrões, que nos darão uma medida da variabilidade dos diversos característicos, segundo vários critérios de classificação (entre porcas, entre anos, entre estações, etc.).

*

Consumo de ração nas diferentes classes de animais — O arraçoamento dos suínos da Seção Experimental, é feito pelo sistema de faraleda total, distribuída uma vez por dia, de tal forma que, no dia seguinte, ainda reste pequena quantidade de ração nos cochos. Um cálculo preliminar do consumo de ração, por classe de animal, revelou os seguintes valores:

Porcas adultas em descanso	3,5--4,0	kg/dia
Porcas em gestação, com pasto	2,5	"
Porcas em gestação sem pasto	3,2	"
Porcas com cria . . .	4,0--4,5	"
Varrões	3,8	"
Marrãs em crescimento, com pasto . . .	2,0	"
Leitões desmamados, até 5 meses	1,0--1,5	"
Leitões desmamados, 5 a 6 meses . .	2,3	"

A ração utilizada (em 26|12|61) era composta de verde cortado, à vontade, e da seguinte farelada:

Milho	47 %
Leite em pó	35 %
Farelo babaçú	16 %
Ostra moída	1,5 %
Sal	0,5 %
	100,0 %

a qual era acrescentado 1% de VI-CON ou 0,2% de CRESCILIN-FORTE. Conforme esclarecemos em publicação anterior, o leite em pó, era proveniente de uma partida imprópria para consumo humano e cedida gratuitamente ao CEXPER.

*

Iniciada a criação de DUROC-JERSEY no CEXPER (ex-Fazenda Modêlo de Guaratiba) — Em 12 de janeiro do corrente ano, chegaram à Seção Experimental de Suinocultura, 8 fêmeas e 2 machos, da raça DUROC, provenientes da Fazenda São Paulo, com os quais será iniciada a criação do estabelecimento.

A FAZENDA SÃO PAULO, está situada no município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, na localidade denominada PONTE DO ROCHA, sendo seu proprietário o Sr. RADAMÉS MONTÁ.

É uma Fazenda de cêrca de 100 alqueires geométricos, com terreno acidentado, dispondo de água em abundância e possuindo uma varzea excelente, com capineira de guatemala, elefante e cana, irrigada por aspersão e adubada. Dedica-se à criação de gado GUERNSEY, suínos DUROC e WESSEX-SADDLEBACK e cães PASTORES ALEMÃES, dispondo de instalações magníficas.

A orientação técnica é feita pelo Eng Agr. GILBERTO LAMARTINE E MELLO, da Fazenda Santa Mônica (Juparanã), que orienta dois técnicos agrícolas, formados na Escola Agrotécnica Ildefonso Simões Lopes (Klm 47).

As médias, apresentadas pelas duas raças de suínos são:

	DUROC	WESSEX
N.º leitões nascidos	8,22	7,40
N.º leitões desmamados . .	5,33	7,00
Pêso médio aos 56 dias . . .	12,35	14,61

À título de comparação, transcreveremos algumas pesagens de leitões da raça NILO, criadas na Seção Experimental de Suinocultura, com as pesagens dos leitões DUROC, adquiridos na Fazenda São Paulo:

	NILO	DUROC
Pêso médio aos 56 dias	7,89	12,35
4 meses	—	12,35
5 meses	20,89	50,80
6 meses	27,73	—
7 meses	36,64	91,00
8 meses	42,64	—
9 meses	44,27	—

Os dados acima, referem-se à duas leitegadas NILO, num total de 11 animais e aos 10 leitões DUROC, chegados ào CEXPER.

* * *

Programa de trabalho para 1 962 — A Seção Experimental de Suinocultura, vem cumprindo o seu programa de trabalho traçado em 1 959, de seleção das raças NILO e CARUNCHO, tendo como única modificação, a antecipação da introdução da raça DUROC-JERSEY, que era prevista para 1 963.

Tal programa, comprenede os ítens abaixo, que serão desenvolvidos em função dos recursos disponíveis:

1) — Manutenção e desenvolvimento do núcleo de seleção das raças NILO, CARUNCHO e DUROC-JERSEY, iniciando-se a emissão de Certificados de Origem, com a performance dos ascendentes;

2) — Levantamento dos suinocultores do Estado da Guanabara, dando a assistência técnica possível;

3) — Fomento da criação de reprodutores, de acôrdo com o Plano de Melhoramento de Suinos do Estado da Guanabara, visando a exportação de "know-how", em virtude do alto custo dos fatores de produção no Estado;

4) — Experimentação e pesquisas sôbre seleção, melhoramento, manejo, alimentação, higiene e defesa sanitária;

5) — Estudos sôbre custo de produção e sôbre a administração de granjas suinícolas.

AVICULTURA

Alimentação Racionada e Controlada

A alimentação racionada das poedeiras pesadas, durante seu período de crescimento, já está aceita pela quase totalidade dos técnicos.

Já se fala muito, também, sôbre o contrôle da ração dessas mesmas aves, na idade adulta. A finalidade seria, neste caso, evitar a gordura excessiva tão prejudicial às aves.

E' preciso, em primeiro lugar, que se faça bem a distinção entre "racionamento" e "contrôle" da ração usada.

Alimentação racionada, empregada apenas no período de crescimento, significa uma redução dos ingredientes ingeridos a níveis abaixo dos considerados mínimos — retarda-se, desta forma, a maturidade sexual e reduz-se a velocidade no ganho de pêso.

Alimentação controlada significa dar as aves todos os ingredientes necessários para a maior produção, evitando-se, porém que elas possam comer mais ração do que deveriam — elas terão a suficiente para produzir, mas não conseguirão o supérfluo que as faria engordar demasiadamente. Parece não haver mais dúvidas sôbre os méritos da alimentação racionada para as frangas de raças pesadas, especialmente se elas se destinam a produzir ovos de incubação: elas se desenvolvem melhor, morrem menos, iniciam a postura mais tarde, põem ovos maiores e durante mais tempo. O emprêgo da alimentação controlada para as poedeiras adultas apresenta, porém, maiores complicações. E' preciso que se conheça, com precisão, o teor energético da ração usada, o índice de postura e o pêso médio do lote. Além disso, a quantidade de ração a ser dada variará, também, com a época do ano.

Esses quatro fatôres devem ser bem ponderados quando se resolver controlar o consumo de ração das poedeiras. O mais importante dêles é o peso das aves, que deve se manter ou aumentar muito lentamente no correr do ano.

O sistema merece considerações, mas sua aplicação deve ser feita com muito cuidado pelos avicultores.



Para Boas Rações

Qualidade e não, apenas, quantidade das proteínas

O simples fato de uma ração consignar, no rótulo, ou na propaganda do fabricante, que possui esta ou aquela percentagem de *proteínas* nada significa. Atualmente, seguindo os estudos especializados na nutrição animal, vale a qualidade das proteínas que sua quantidade. Para dar ao avicultor uma idéia do problema, podemos imaginar a proteína como um edifício. Para formar o edifício, utilizam-se matérias de várias procedências. Se a qualidade do material fôr excelente, o edifício será sólido. Como se sabe, nem todos os edifícios são iguais, nem se usam os mesmos materiais. Da mesma maneira, as proteínas são desiguais e as estruturas são diferentes. Há proteínas melhores e piores, como há belos e feios edifícios. O elemento básico das proteínas, assim como uma espécie de argamassa ou alicerce do edifício, é o amino-ácido. Existem 22 deles bem conhecidos, alguns considerados essenciais, mas todos importantes para a formação das proteínas. Estas existem em todos os alimentos naturais, mas não possuem os mesmos amino-ácidos, nem estes estão combinados da mesma maneira. O número de amino-ácidos, sua qualidade e sua combinação na molécula protéica determina, assim, o valor real da proteína. Via de regra, as proteínas de origem vegetal (tortas oleaginosas, resíduos de cereais, forragens verdes, ou fenadas, etc) são de qualidade inferior, comparativamente às de origem animal (farinha de carne, de fígado de peixe, de leite, etc.). A percentagem final de proteínas de uma ração deve resultar, para que ela seja eficiente, de uma combinação de proteínas de origens diversas. Por isso mesmo, as rações para aves só devem ser consideradas completas quando as proteínas são formadas por adição de farinhas de origem animal e tortas ou farelos de alto teor protéico. Cabe, assim, aos avicultores, bem como aos criadores em geral, exigirem dos fabricantes de rações ou misturas a relação dos ingredientes que delas participam e a garantia técnica de uma combinação perfeita dos mesmos elementos.

Fundo Cooperativo Compulsório para a Recuperação, Expansão e Estabilidade Agrícolas

Alberto Ravache

Na difícil conjuntura em que nos debatemos com uma inflação e desequilíbrio financeiro estarrecedores a fomentar um custo de vida sempre em progressão infrene, face a nossa imprevidência econômica e financeira e no desinterêsse pela recuperação e produção agrícolas, é dever inadiável se conclame a cooperação da coletividade e em especial da classe rural, para que se possa enfrentar esta calamitosa situação e prevenir consequências mais graves, como as que já delineam em vários setôres.

Assim se os recursos normais indispensáveis escasseiam ou não ocorrem nas fontes usuais, e o Poder Público dêles não dispõe ou não pode dispôr, cumpre-nos pesquisar onde e como consegui los em condições de poder atender as reais e prementes finalidades existentes sem criar novos e ainda maiores problemas.

Os ensinamentos do cooperativismo e até do mutirão e procedimentos de outros povos e Organismos, que conjunturas análogas tiveram de defrontar e, galhardamente, as venceram são por demais conhecidos e induzem-nos a seguir suas trilhas com absoluta confiança e certos de que como êles também venceremos. Esta convicção e segurança se corporificam face ao êxito obtido com a aplicação da Lei n. 2.004 de 3 de outubro de 1953, que estabeleceu, por quatro anos uma contribuição anual compulsória destinada, com outras providências a formar o capital indispensável a criação da Petrobrás. (Vêr artigos 15 e 16 anexos).

Porque pois, seguindo a mesma trilha e um plano similar (ANEXO) não determinar a criação de um CERTIFICADO COMPULSÓRIO DE ORIGEM PARA TÔDA E QUALQUER PRODUÇÃO AGRÍCOLA OU EXTRATIVA, no valôr de um 1% (um por cento) do seu montante, para com a renda auferida formar um FUNDO DE RECUPERAÇÃO, EXPANSÃO E ESTABILIDADE AGRÍCOLAS?

Esta simples e providencial medida permitirá, mediante a insignificante contribuição de um por cento da produção rural valôr, como aquêle, creditado ao próprio contribuinte criar um Fundo de Recuperação e Expansão Agrícolas, no montante de mais de quatro bilhões de cruzeiros por ano! (Cálculo buscado nas estatísticas oficiais e preços de 1958) preços que como sabemos muito diferem dos vigentes!

A contribuição sugerida, absolutamente em nada irá ou poderá abalar, quer o produtor quer o custo de vida sempre em ascensão, visto como, só em janeiro p.p. o custo de vida teve um aumento geral de mais de 3% e a produção só irá incidir sôbre a produção agrícola, na origem. Exemplifiquemos porém para melhor comprovar a afirmativa: um quilo de café crú, que é vendido pelo produtor por aproximadamente 25 cruzeiros, terá seu custo aumentado em 25 centavos, e como cada quilo de café dá para mais de 250 xícaras fácil ser concluir que êsses 25 centavos ou um décimo de centavo de aumento, por xícara, não tem expressão, nem podem produzir reflexos de qualquer natureza. O que ocorre com o café dar-se-á, mutatis mutandis, com os demais produtos agrícolas, pois o certificado terá por base o valôr do produto nas fontes de produção e não o seu preço de venda ao consumidor, que sempre o adquire com um aumento nunca inferior a 40 e 50% sôbre o custo de aquisição nas fontes produtoras! Haja visto o próprio café.

O produtor igualmente também não será prejudicado, ao contrário, será beneficiado pelas reais e grandes vantagens que não sòmente o Fundo Cooperativo lhe irá e poderá propiciar, para melhorar e aumentar sua produção senão também pelas demais vantagens que o Associativismo poderá promover e ademais, e ainda porque o montante dos certificados que pagou lhe será creditado sob a forma de ações ao portador.

Aliás, a proporção e contribuição sugeridas decorrem do seguinte raciocínio. Nenhum produtor poderá considerar oneroso recolher ao Fundo o valor de um litro de leite em cem, de um ovo em cem de um quilo de carne, de milho de café ou de um produtor extrativo em cem se êste valor não lhe for tomado e sim creditado como ação do Fundo Cooperativo a ser criado. Fundo que não será recolhido aos cofres públicos e sim destinado a promover fomentar e baratear a produção e consequentemente reduzir o custo de vida da coletividade e o seu próprio. E' oportuno ponderar e repetir que o certificado de procedência onerar o produto em 1% apenas na fonte de produção e uma só vez e não como ocorre com as taxas de vendas mercantis e outras que se multiplicam sucessivamente em cada transação.

O certificado de procedência além da sua finalidade precípua, originará ainda as seguintes vantagens de ordem geral:

1) Levantará a estatística exata da produção;

2) Indicará a natureza e local da produção;

3) Revelará o destino e os compradores do produto;

4) Revelará a época exata das colheitas nas diversas regiões e seus montantes aproximados;

5) Apontará as falhas da produção;

6) Apontará as dificuldades observadas nas diversas zonas produtoras;

7) Apontará as dificuldades para obter transportes seus embaraços e preços extorsivos;

8) Facilitará a localização de armazêns silos nas zonas mais produtivas.

Os govêrnos, Federal Estadual e Municipal também serão grandemente favorecidos a começar por receberem sem nada pagar, em tombamento anual exato da produção rural saber onde esta se encontra ou o destino que tomou, quais as despesas do transporte e entraves que teve de vencer para chegar ao mercado consumidor podendo, des'tarte não só afastá los quando possivel, senão também localizar sonegadores ou tubarões e atravessadores inescrupulosos que perturbem o comércio honesto e puni-los quando fôr o caso bem como estudar e promover a rápida e acertada distribuição dos produtos a todos os centros consumidores, quando se fizer mister.

Planificar a produção dentro de normas mais condizentes com a realidade, vez que o produtor estará habilitado a responder aos seus conselhos e ensinamentos contando para êste fim com a cooperação dos recursos do Fundo Agrário e com a mecanização que fàcilmente se poderá generalizar.

Efetuar in loco o pagamento do preço mínimo (Dec. 50.411, de 5-4-1961 e Lei 1506 de .... 19-12-1951), assegurado ao produtor, através de Associações Rurais e não com promessas até certo ponto ilusórias e com exigências por vêzes inexequíveis como frequentemente vem ocorrendo. Esta providência será de grande relevância e excepcional repercussão pois as dificuldades e o pessimismo decorrentes dessas exigências são bem conhecidas.

Partindo das estatísticas de 1958 e do valor dos produtos agrícolas nêsse ano podemos como dissemos acima, estimar a arrecadação anual em cêrca de quatro bilhões de cruzeiros como se verá pela nota anexa.

O Fundo Cooperativo Compulsório será inicialmente administrado por um Conselho eleito por três anos pela Confederação Rural e, assistido por seus representantes na forma lo Govêrno Federal através dos do plano anexo. Findo o triênio por eleição direta de seus acionistas, na forma da Legislação cooperativista vigente.

Como a finalidade do Fundo é de assistência para recuperação e expansão da agricultura, as taxas para os empréstimos bem como para os adiantamentos para aquisição de qualsquer utilidades indispensáveis a expansão, não deverão exceder a 4% ao ano.

Torna-se, assim, bem evidente, que a sugestão da Criação do Fundo partindo da emissão de um Certificado de produção virá estabelecer uma sólida fonte de numerário para empréstimos destinados a recuperação, estabilidade para fomento da produção agrícola, nos têrmos do mecanismo de sua aplicação.

Dado também ser vital para a sobrevivência da nossa produção agrícola e extrativa assegurar a produtor uma assis

tência substancial e imediata poderá o Govêrno autorizar um adiantamento ao Fundo Cooperativo Compulsório, com a garantia da arrecadação, e bem assim logo que comprovada a real eficiência desta antecipar maiores recursos para um mais rápido desenvolvimento das indiscutivelmente justas e reais finalidades do Fundo Compulsório.

Concomitantemente com a criação do Fundo e na melhor forma possível o Govêrno Federal determinará, sejam vinculadas ao mesmo, tôdas as leis da assistência desenvolvimento da produção rural vigentes a fim de que se tornem mais ràpidamente exauríveis em todo o território nacional.

MECANISMO E APLICAÇÃO DA SUGESTAO

ARRECADAÇÃO — A arrecadação decorrente da Lei que institue a notificação compulsória de origem dos produtos agro-pecuários e extrativos se processará através de certificados emitidos e cobrados na fonte de sua procedência e dêstes constar a natureza e o valor e mais dados indispensáveis a uma rápida identificação do produto e de que procedência.

CERTIFICADOS — Os certificados serão pagos no município da procedência do produto, seja a Prefeitura seja a Associação Rural, por ela devidamente credenciada e o numerário resultante diária e integralmente recolhido ao Banco do Brasil, ou na falta dêste, a um local a crédito do Fundo Cooperativo.

Serão emitidos em quatro vias com os seguintes destinos: a 1.ª via ficará com o produtor para sua garantia; a 2.ª enviada ao Banco do Brasil ou seu preposto através da Prefeitura ou Ass. Rural e na falta desta para a Federação Rural, para crédito ao emitente e ao Fundo; a 3.ª via ao Ministério da Agricultura para formação do Cadastro Rural destinando-se a 4.ª para, obrigatòriamente, acompanhar o produto até seu destino. Tôdas as vias serão numeradas e devidamente rubricadas nas fontes de origem do produto pela Prefeitura ou seu Delegado e pelo produtor.

MULTAS — As multas decorrentes da apreensão de produtos desacompanhados do certificado de procedência, serão adjudicados ao município de onde procede o produto ou a quem denunciar e comprovar a irregularidade ou fraude, de conformidade com a regulamentação que fôr estabelecida.

COMISSÕES — Não serão reservadas quaisquer comissões às Prefeituras ou Associações Rurais para promoverem a arrecadação porque com a exigência do certificado de procedência para trânsito extra municipal, o produtor não poderá furtar-se ao pagamento integral dos impostos de vendas mercantis e outros existentes como geralmente ocorre.

Os certificados virão assim preencher uma grande lacuna fiscal pois as Prefeituras passarão a ter um comprovante exato para estabelecer suas taxas uma renda mais certa e outras vantagens decorrentes. De outro lado, tanto elas como os associados das Associações Rurais lograrão tais e tão assinaladas vantagens, a começar pelo aumento da produção por menor custo que terão interêsse em cooperar na emissão e fiscalização dos certificados e na arrecadação das respectivas rendas como se verá mais a seguir.

ADMINISTRAÇÃO — A primeira administração do Fundo que será renovada de 3 em 3 anos, caberá a CRB integrada por um Conselho composto de um Presidente e de um suplente indicados em lista tríplice pelo Conselho Superior da Confederação Rural, para ser nomeado o que fôr preferido pela Presidência da República; de um representante de cada uma das Regiões Geo-econômicas Brasileiras eleitos pelo mesmo Conselho da CRB, de um do Banco do Brasil de um do Ministério da Agricultura e de um do Ministério da Indústria e Comércio.

As deliberações do Conselho sempre que se trate de matéria não prevista no Regimento que para êste fim fôr estabelecido, serão submetidas a Diretoria da Confederação Rural Brasileira acompanhados de justificativas para que, sôbre as mesmas se manifeste.

As deliberações do Conselho sempre que se trate de matéria não prevista no Regimento que para êste fim fôr estabelecido, serão submetidas a Diretoria, acompanhados de justificativas para que sôbre as mesmas se manifeste.

As administrações subsequentes a primeira serão escolhidas pelos acionistas do Fundo segundo fôr estipulado no Regulamento e nos têrmos das Leis Cooperativistas vigentes.

Além da Presidência e do Conselho a Administração compreenderá, apenas 4 setôres: Secretaria — Contencioso Cadastro e Técnico, dirigidos pela Presidência do Conselho ou seu suplente.

RESTRIÇÕES — A Administração do Fundo não poderá fazer empréstimos nem transações diretas de qualquer natureza, com os Recursos do Fundo cabendo-lhe apenas controlar sua distribuição equitativamente para tôdas as Regiões, na forma estabelecida pelo Regimento bem como, só poderá admitir o pessoal indispensável aos serviços administrativos dos quatro setores que a integrarão e serão localizados em sua sede.

APLICAÇÕES — Do Fundo arrecadado em cada município o Conselho, de acôrdo com a Confederação Rural, reservará a aplicação mínima de 5% para empréstimos agrícolas no próprio município seja aos agricultores seja a Ass. Rural para criação de uma Cooperativa Agropecuária completa provimento de todo material agrícola usual e para aquisição de um ou mais tratores e respectivos implementos para prestar serviços remunerados aos agricultores: desde que existam pedidos nesse sentido que as garantias oferecidas satisfaçam as exigências usuais e se destinem a atividades agrícolas.

De um modo geral os empréstimos em espécie serão sempre feitos através do Banco do Brasil e da Rede Bancária Nacional, segundo as normas gerais vigentes e ainda obedecendo as sugestões dos técnicos do Ministério da Agricultura, sempre que indicadas e ouvidas as Associações Rurais para dizerem da idoneidade do interessado.

Uma das grandes vantagens desta atuação é que a fiscalização efetiva, embora indiretamente, da aplicação dos Recursos do Fundo, ficará a cargo da Associação Rural, pois a idoneidade dos candidatos a empréstimos será por ela exa-

minada, vez que entre seus Associados se encontram os Acionistas do Fundo Cooperativo e portanto interessados na boa aplicação dos seus recursos.

Também para a instação de cooperativas agropecuárias, para fornecimento de adubos, inseticidas e fungicidas, vacinas e maquinaria agrícola, o crédito será facilitado. O Fundo poderá igualmente facilitar empréstimos para trabalhadores agrícolas em terras distribuidas pelo Govêrno, porém, em nenhuma hipótese poderá adquirir propriedades ou terras para distribuição ou revenda

No financiamento para execução de planos e sugestões do Ministério da Agricultura, em articulação com o Fundo, não poderão ser desviados recursos para admissão ou pagamento de pessoal técnico, salvo o de tratoristas e mecânicos.

PREÇOS MINIMOS — As associações rurais, quando devidamente autorizadas, ficarão habilitadas a adquirir os produtos agrícolas pelos mínimos estabelecidos pelo Poder Público, Decreto e Lei 50.411 de 5/4/61 e 1.506 de 19 12 51, secundando-o, nessa cooperação bem como, promover a colocação dos produtos assim amparados e, encaminhá-los aos órgãos responsáveis, pelo preço adquirido, a fim de que êstes os recebam e lhe dêm o destino que fôr mais acertado Para êsse fim o Govêrno expedirá os indispensáveis atos

JUROS — Os juros estabelecidos para os empréstimos deverão ser os mais módicos possíveis, atendendo a que o numerário, embora destinado exclusivamente para fins agrícolas, será, em grande parte, utilizado pela Rêde Bancária disseminada pelos Estados

COOPERAÇÃO COM OS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

O Fundo atuará em estreita cooperação com êstes órgãos, no sentido não só de facilitar a sua atuação, senão, também da fiel observância das Leis e Decretos que lhe disserem respeito.

DIVULGAÇÃO — De todo o movimento e atividades, será divulgado, mensal ou quinzenalmente, um boletim, a fim de que não só a classe, senão também a coletividade possa acompanhar as atividades do Conselho cooperar para corrigir suas falhas, fiscalizar a aplicação dos Fundos e avaliar dos resultados obtidos com a implantação do Certificado de Procedência. Outrossim, para divulgar onde se encontram ou o verdadeiro destino dos produtos que sonegadores têm interêsse em retêr para provocar altas inadmissíveis e prejudicar a classe e a coletividade.

REGIMENTO — A Confederação Rural, com a colaboração do Conselho elaborará o Regimento que deverá fixar as aplicações do Fundo e nortear suas atividades, regimento que ser submetido à aprovação do Govêrno. Qualquer alteração ou aditamento que o mesmo venha a exigir, só poderá ser pôsto em exercício após satisfazer esta mesma exigência.

SEDE — A Sede da Administração do Fundo será inicialmente e ate ulterior deliberação na Capital da Guanabara.

RAZÕES QUE PERMITEM DE MODO SUSCINTO ASSEGURAR O APOIO E A INTEGRAL COOPERAÇAO DO AGRICULTOR A CRIAÇAO DO FUNDO E AO PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO FIXADA

1. A contribuição será mínima e levada a seu crédito e não para os cofres públicos;

2. Destinar-se-á, realmente, ao fomento da produção e seu consequente barateamento;

3. Facilitar empréstimos no próprio município onde exercemos atividades e sem as dificuldades e morosidades exigidas por vêzes impossíveis de serem satisfeitas em curto prazo;

4. Poder adquirir de imediato, o crédito e prazo justo e "In loco" adubos, inseticidas, fungicidas implementos; arame farpado e mais material agrícola;

5. Receber êste material sem o aumento que teria de pagar

quantidades e muito menor custo para entregá-lo às suas cooperativas, sem maiores ônus o com menor despêsa de transporte;

5. Receber "in loco", o preço mínimo do produto assegurado pelo govêrno e recebê-lo, de imediato.

Releva ponderar que só as vantagens referidas com a redução do custo do material adquirido em longa escala, para fornecê-lo sem maiores ônus e entraves ao agricultor, bastarão para torná-lo um eficiente cooperador para implantação do Certificado de Procedência.

Outro ponderavel motivo é o de que, além da renda dos certificados não lhe ser tomada nem destinada ao empreguismo, ser aplicada sob sua própria fiscalização e em seu próprio benefício e no da coletividade, visando a redeçbo do custo de vida.

COMO COMPLEMENTO

Realizar de modo amical e econômico um completo vinculamento da classe dentro da Associação Rural e dest'arte permitir a extensão imediata e segura das leis sociais nos homens do campo. Medida que assim se processaria sem choques contendentes, possíveis injustiças e mais falhas que a implantação desta imperiosa providência poderá ensejar e cumpre desde logo prevenir para que essa extensão venha realmente beneficiar o rurícola.

Sem a cooperação do Associativismo Rural a extensão será uma burla e uma fonte de empreguismo sem ou com reduzidas possibilidades de êxito.

LEI N. 2.004 DE 3 DE OUTUBRO DE 1953 (Lei do Congresso Nacional)

Seção II

Do Capital da Petrobrás

Artigo 15: Os proprietários .... contribuirão anualmente até o exercício de 1957 com as quantias discriminadas na tabela anexa respeitado o disposto no Artigo 11 certificados que serão substituídos por ações preferenciais ou obrigações.

Parágrafo único — Os atos relativos a veículos automóveis compreendidos na competência da União só poderão ser realizados depois de feito o pagamento da contribuição a que se refere ste artigo

Artigo 16 — Os recursos .. .. serão recolhidos a conta ou contas especiais no Banco do Brasil.

CRUZADA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FLORESTAL

Oportunas considerações do relatório do Grupo de Trabalho instituido pelo Memorandum GP/MA n.º 42 de 5/4/1961

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira.
Diretor da S. N. A.

I — O Grupo de Trabalho

O Snr. Presidente da República, através do Memorando GP/MA n.º 42, de 5/4/1961, determinou ao Snr. Ministro da Agricultura, o que foi logo tomado validar, a constituição de um Grupo de Trabalho com o fim especial de propor medidas para a conveniente defesa florestal no País.

Foi oportuna e útil a medida tendo-se em vista a necessidade imperiosa de serem tomadas urgentes providências com relação a nossa situação florestal que dia a dia torna-se cada vez mais calamitosa por motives vários, de todos conhecidos, mas, especialmente, pela falta de uma consciência florestal decorrente da falta de uma conveniente educação florestal de nossa população.

Releva, salientar, que, de longa data, vem não só o Ministério da Agricultura como o Ministério da Educação e Cultura, promovendo medidas no sentido de uma adequada campanha de Educação Florestal, mas, forçoso é reconhecer que não tem havido continuidade nesse trabalho, razão pela qual não foram ainda atingidos os objetivos almejados.

Educação é um problema que exige continuidade e longo prazer.

O referido Grupo de Trabalho, integrado por pessôas ilustres, com um acêrvo de bons serviços prestados à educação florestal em nosso país como Victor Abdenur Farah, David de Azambuja, José Paulo da Silveira Cabral, Colombo Etienne Arreguy e outros elaborou um magnífico relatório que precisa e deve ter a mais ampla divulgação.

Entre outras medidas oportunas e do mais alto interesse para o país sugeridas pelo referido Grupo de Trabalho destaca-se a instituição da *CRUZADA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FLORESTAL*.

II — A Cruzada Brasileira de Educação Florestal.

De acôrdo com a sugestão do Grupo de Trabalho, — sugestão que merece o nosso apoio e aplausos —, a *Cruzada Brasileira de Educação Florestal* substituirá :

a — a *Campanha de Educação Florestal* que o Ministério da Agricultura, vem realizando através do Serviço Florestal graças à dedicação, abnegação e entusiasmo de um grupo de pessôas que se interessam pela solução de nossos problemas florestais.

b — a *Campanha das Arvores*, que com igual entusiasmo vem realizando o Ministério da Educação e Cultura, através da Campanha Nacional da Educação Rural.

Com isso, entendemos, haverá benefícios pois serão somados os esforços, que vão realizar os dois Ministérios nesse sentido, aproveitando-se a experiência dos agrônomos e educadores no sentido da dinamização de uma ampla Campanha qual seja o da *Cruzada Brasileira da Educação Florestal*,

com tanto acêrto sugerida pelo Grupo de Trabalho.

Será da mais alta relevância a atuação educativa da Cruzada de Educação Florestal uma vez que, a grande devastação florestal que se observa no país e, bem assim, o desinteresse não só do rurícola mas da população brasileira, com relação ao que diz respeito à defesa e conservação dos recursos naturais é o reflexo da ausência de um trabalho educativo de envergadura, através do território nacional.

E' bem verdade que não é fácil uma tarefa de tal âmbito, porém não é menos verdadeiro que, apezar das dificuldades e obstáculos o trabalho deve se levar a efeito com entusiasmo e dedicação com a máxima urgência.

Não podemos ficar indiferentes ao que de desastrado vem acontecendo entre nós com relação às nossas reservas florestais.

III — *Atribuições da Cruzada de Educação Florestal.*

Segundo consta do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho que estudou sob todos os aspectos os nossos problemas florestais, devam constituir atribuições precípuas da Cruzada de Educação Florestal, entre outras as seguintes:

1 — Incentivar as comemorações da *Semana da Arvore* cuja instituição o Grupo de Trabalho sugere, tendo-se em vista as importancia das árvores em todos os setores das atividades humanas e, em especial, no progresso dos paizes. Nesse sentido deve ser realizado um intenso trabalho junto ás escolas de todos os níveis, junto aos quartéis, etc.;

2 — Incentivar, no país, a realização periódica de *Congressos Seminários, Mesas Redondas*, etc., e, bem assim, participar de conclaves que se realizarem com esse objetivo, em outros paises.

3 — Incentivar a colaboração das Prefeituras Municipais para a criação de um *HORTO* ou *BOSQUE MUNICIPAL* junto a cada cidade brasileira;

4 — Incentivar junto aos Prefeitos Municipais a *arborização intensiva dos logradouros públicos* e dos terrenos baldios e premiar, anualmente, o município que apresentar mais arborização;

5 — Entender-se com entidades públicas autárquicas, estaduais e para estatais e bem assim com entidades paticulares no sentido que uma delas, to âmbito, equacione a solução do problema florestal junto as populações;

6 — Manter interesse junto às entidades culturais, científicas, recreativas, esportivas para que inscrevam em seus programas de notíria, a colaboração da Cruzada de Educação Florestal;

7 — Organizar material de divulgação para a imprensa, a rádio e a televisão;

8 — manter o *Livro do Mérito Florestal*, onde serão registrados todos os nomes dos colaboradores da Cruzada e, bem assim, instituir e distribuir um diploma de *Mérito e Benemerência* aos estabelecimentos escolares, Associações Rurais e outras entidades e personalidades com serviços prestados à Cruzada.

IV — *Considerações finais*

Não se pode negar a importância e a prioridade que se deve dar em nosso país aos problemas florestais.

Urge que medidas práticas, oportunas e objetivas sejam postas imediatamente em prática no sentido de criar-se a verdadeira mentalidade florestal de que tanto carece o país.

Entre essas medidas devem ocupar lugar de destaque, sem duvida, aquelas selecionadas com a educação florestal, pois somente pela educação é possivel valorizar-se algo de duradouro.

As providências relacionadas com a instituição da *Cruzada de Educação Federal*, que com muito acerto e rara felicidade sugeriu o Grupo do Trabalho instituído pelo Presidente da República, para estudar os nossos problemas florestais e apresentar soluções para os mesmos, merecem o apoio e os aplausos de todos os brasileiros.

Oxalá em breve seja realidade entre nós uma *Cruzada de Educação Florestal* dotada de recursos suficientes para que possa realizar um trabalho profícuo em todo o território nacional.

Com relação ao elemento o humano já contam o Ministério de Agricultura e o Ministério de Educação e Cultura, com um número de técnicos e educadores que embora pequeno é capaz de muito, face ao entusiasmo, dedicação e devotamento á causa da educação florestal.

Faltam, apenas, os recursos para o trabalho.

E' preciso que um pouco daquele que o poder público gasta para fazer face às necessidades de auxílio às empresas de transportes ferroviários, marítimos e aéreos — quantias que pesam de uma maneira muito acentuada no Orçamento Federal elevando assustadoramente o seu deficit —, seja utilizada em uma Cruzada de Educação Florestal.

Os benefícios advindos de uma politica de tal natureza são tal monta que compensarão sobejamente os gastos dela advindos.

Certa Indolência do Fazendeiro Brasileiro

JOSÉ RESENTE PERES

Agricultor em São Pedro dos Ferros M.G.

Quem já se interessou pelo destino de uma simples Associação Rural do interior ou dirigiu órgãos de âmbito nacional, como Associações de Criadores, há de ter sempre no coração uma amarga recordação. Há de lembrar que seu espírito público, encontrou pela frente um inimigo tremendo — a descrença, o conformismo, o "depois apareço", um "não ser de nada" terrível. Uma vez contei minha tristeza a um grande ruralista, clamando que na direção de certa Associação estava fazendo papel de bôbo. Êle retrucou que era verdade, mas que o futuro do Brasil dependia dêsses bôbos", que, lutando contra tudo, procuravam levar à frente um programa. Sou ainda o mesmo "bôbo", porque acredito no Brasil, pois tenho certeza de que um dia haverá um despertar de conciências, suaves, ou de qualquer jeito...

Somos, nós os lavradores e criadores, a maior classe do país. Dizem as estatísticas que 70% de nossa população, direta ou indiretamente, dependem da Agricultura. Nossa indústria protegida vive da clientela rural que, não podendo importar com os dólares que seus produtos conseguem é forçada a comprar o pior pelo mais alto preço.

Somos os "bons moços" que concordamos com tudo. Na hora de se organizar um Ministério, é ouvida a Confederação Rural Brasileira, nosso órgão, de cúpula? Não. São consultados os estudantes profissionais, os Sindicatos de trabalhadores na indústria os interêsses inconfessáveis. Atiram-nos, o Ministro que quem, seja medíocre ou não, capaz ou incapaz. E a tudo "engulimos" passivamente. Por que não nos ouvem? Por que tripudiam sôbre os nossos direitos, por que ainda nos classificam de senhores feudais, latifundiários, exploradores, sonegadores, tubarões de lavoura etc?

Simplesmente porque não somos organizados. Porque não acreditamos em espírito de união, porque nos entregamos passivamente como um sapo diante de uma cobra. Cretinamente.

Ninguém quer nada. Ninguém comparece aos Encontros Rurais, às Semanas dos Fazendeiros, às reuniões das Associações Rurais, às vêzes não vão as exposições de produtos agro-pecuários. E, então, pagar as míseras contribuições mensais em dinheiro, muitas vêzes da ordem de Cr$ 50,00! E um Deus nos acuda.

Há muitas formas de suicídio. No Brasil estamos assistindo ao suicídio coletivo de uma classe que podia, que devia ser a mais importante A mais influente, mas que prefere se omitir entregando o comando aos demagogos, aos profissionais da política.

Um deputado por exemplo, é a favor de reforma agrária pràticamente comunista. Pois garanto que se se pudesse saber quais os seus eleitores encontraríamos entre êles muitos fazendeiros democratas e católicos.

Porque em matéria de critério, de seleção para se eleger representantes, o que tem havido é um verdadeiro escândalo. Por causa da nomeação de um parente ou cabo eleitoral, ou ainda pela simples transferência de um delegado ou uma diretora de grupo escolar, os altos interêsses da classe e da Nação são traídos com a maior facilidade.

Que triste sensação tem um dos dedicados Presidentes de Associações Rurais quando convoca seus associados. Um foi pescar, outro caçar, um terceiro ficou esperando uma vaca parir e no fim temos a pobre reunião com meia dúzia de homens.

Isto não pode continuar mais. Ou reagiremos ou nos entregaremos de braços abertos à quinta coluna soviética que de nosso produtor rural não espera outra coisa para dar-lhe ordem unida e disciplinar militar.

É preciso dar todo o apôio às Associações Rurais. É preciso comparecer às reuniões, aumentar o número de sócios, construir sedes, criar serviços e cooperativas, apoiar as Federações Estaduais, prestigiar a Confederação Rural. O Associativismo Rural, nas democracias, é a arma mais profícua para defesa das classes, para a defesa de um estilo de vida livremente escolhido.

Já vi o entusiasmo de fazendeiros que, reunidos, procuram debelar uma praga regional ou apagar um incêndio em suas pastagens, suando juntos, lutando ombro a ombro para o fim comum. No entanto, que adianta tanto ânimo para uma pequena causa, se para a maior de tôdas. Parecem estranhos? Que adianta defender uma peque-

(Continua na Pág. n. 52)

UM ANO DE PROFÍCUA ADMINISTRAÇÃO

O que foi a solenidade comemorativa do 1.º aniversário da Administração do Sr. Flávio Britto à frente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara



O Sr. Flavio Britto, quando agradecia as manifestações de aprêço e de amizade dos seus amigos, colaboradores e admiradores, tendo ao lado o Sr. Luiz Marques Pollano, da Sociedade Nacional de Agricultura e o Sr. Alipio Goulart, da Confederação Rural Brasileira

Foi condignamente comemorado o primeiro aniversário da administração do Sr. Flavio Brito, da diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura à frente do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Estado da Guanabara, com uma reunião na sede da entidade, promovida pelos seus auxiliares, admiradores e amigos.

Compareceram à solenidade e emprestaram seu apoio e admiração ao ilustre Presidente do CR-GB representantes do Ministério da Agricultura, da Secretaria de Agricultura do Estado da Confederação Rural Brasileira da Sociedade Nacional de Agricultura, do Serviço Social Rural Nacional da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, dos Executores dos numerosos acôrdos mantidos pelo CR-GB, de representantes de outras entidades que mantêm relações com o CR-GB tais como Associações Rurais, Cooperativas e outros, os funcionários do CR-GB e um elevado número de amigos e admiradores do homenageado.

Usaram da palavra na ocasião, enaltecendo a atuação do ilustre ruralista e salientando, principalmente o que vem ele realizando em prol dos ruralistas em geral e daqueles que labutam no Sertão Carioca entre outros os Srs. Kurt Repsold, ex-Presidente do CR-GB o Sr. Alipio Goulart, da Confederação Rural Brasileira, o Sr. Luiz Marques Pollano da Sociedade Nacional de Agricultura o Sr. Octavio Amaral, do Serviço Social Rural Nacional, o dr. Armando David Ferreira Lima, do CR-GB, o sr. Juvenal de Azevedo, Presidente da Associação Rural de Viegas o Sr. Euripedes Ferreira Lins, Presidente do CR do Amazonas e outros ruralistas.

Ponto alto da solenidade foram as palavras de carinho e de reconhecimento da ilustre D. Eunice Weaver, que tem dedicado sua vida em prol dos filhos dos lázaros, que acentuou o quanto a Flavio de Brito devem essas crianças especialmente aquelas que vivem no Educandário Santa Maria.

Por último, usou da palavra o Sr. Flavio Brito, que disse da satisfação com que trabalhava à frente do CR-GB seguindo e procurando ampliar, na medida do possível, a trilha de seus antecessores.

Disse de seu propósito que continuar, com todo empenho dedicando a máxima atenção em benefício do homem rural e de suas famílias, contando como conta, com o apoio e a colaboração de tantos amigos da Sociedade Nacional da Agricultura do Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura, das Associações Rurais e em tantos outros setores.



Aspecto parcial da numerosa assistência que lotou completamente o recinto do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Estado da Guanabara, por ocasião da comemoração do 1.º aniversário da administração do Sr. Flavio Britto.

Técnicos Norte-Americanos visitam a Escola de Horticultura Wenceslão Bello e demais dependências da Sociedade Nacional de Agricultura localizadas na Penha



Portão de Entrada da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" Pela Avenida Brasil n.º 10.215

No dia 13 de Outubro a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura, teve a grata satisfação de receber um grupo de técnicos americanos, que ali compareceram para conhecer as atividades de assistência técnica americana à nossa agricultura, especialmente através do que vem realizando o Projeto 38, resultante de um acôrdo entre o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos e a Sociedade Nacional de Agricultura.

Integraram o grupo, o Embaixador William H. Draper, Presidente, o General Douglas V Johnson, o Sr. Ludwell L. Montague, d. Agência Internacional para o Desenvolvimento, AID Thomas F Naughton, da mesma Agência, Sr. C. Edward Welles, do Serviço de Informações dos Estados Unidos, Sr Henry B. Constanzo, do mesmo Serviço, o Dr. Jack Kubisch, Ministro Diretor da AID, o Sr. Ray Solono, Técnico do Programa de Assistência da AID, Roberto H. Warrens, Vice Co-Diretor do ETA e Merril B. Assay, Técnico de Educação Agrícola do ETA.

Receberam os ilustres visitantes, o Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e Diretor do Projeto n. 38, o Diretor do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, o Diretor do Centro Audiovisual da Guanabara, o corpo docente da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e outros,

Os visitantes se detiveram, em especial, na visita à Oficina Rural instalada na referida Escola com a colaboração do ETA e ao Centro Audiovisual da Guanabara, mantido pelo Convênio SNA-CRGB e que conta, também, com a valiosa colaboração do ETA.

Os visitantes expressaram a satisfação de verificarem a objetividade dos trabalhos realizados, e, em especial, da própria Escola que vem contribuindo de uma maneira decisiva para a concretização de tão oportunos empreendimentos.

O ministro Dr. Jack Kubisch dirigindo-se aos alunos e professores teve a oportunidade de consignar a satisfação dos visitantes pelo que lhes foi dado observar salientando a utilidade das realizações em andamento na Oficina Rural e no Centro Audiovisual da Guanabara, frisando a valiosa colaboração das entidades.

Designado pelo Diretor da Escola, usou da palavra o Diretor do Centro Audiovisual que salientou as vantagens da colaboração norte americana que as referidas entidades vem recebendo através do ETA e dizendo dos planos da Sociedade Nacional de Agricultura de ampliar cada vez mais as atividades das referidas dependências do grande Centro de Ensino e Estudos Rurais que ela está pouco a pouco instalando na Penha.

O Guandú na Crise do Feijão

CLÓVIS TEIXEIRA

Se em cada sítio, chácara, granjá, por êsse São Paulo afóra, reservasse o agricultor meio alqueire de terra, ou meio hectare, para o cultivo do valioso, precioso, prodigioso e substancioso guandú, nós teriamos garantida uma excelente alimentação e enfrentariamos, galhardamente, a crise do feijão. O guandú é poderoso alimento, é ervilha superior (de debulhar), proporciona sôpa sem rival, salada de feijão ímpar e... produz com chuva ou sem chuva. Além do mais, é um notável transformador de solos cansados, . enriquecendo-os sobremaneira quando incorporamos a êsses solos ramos e folhas do guandú, espalhando o material vegetal sôbre o terreno, simplesmente.

O feijão guandú (ou guando), é leguminosa muito comum entre nós, mas, no entanto, o seu plantio para a alimentação humana é pequeno. Quando tivermos o feijão guandú em abundância nas propriedades agrícolas, presente nas mercearias, nos mercados, nas feiras, terenos, então, uma excelente leguminosa para competir com o feijão comum, evitando-se, assim, a exploração dos consumidores pelos altistas.

Pesquisas realizadas no laboratório do SASP trouxeram a conclusão de que o guandú é o feijão de mais alto teôr proteico, depois da soja, pois contém .... 25,85% de protídios. E, também, o que possue hidratos de carbôno em maior proporção Quanto à taxa de gorduras, é, mais ou menos, equivalente à dos outros elementos dessa espécie.

E' preciso pôr em relêvo que essa leçuminosa é uma das melhores fontes alimentares de ferro (12 miligramas por cento), chegando a rivalizar, nêsse ponto, com o fim e o fígado, sendo sua cóta de cálcio superior à dos outros feijões Possue, também, as vitaminas do complexo "B", notadamente a "B-1".

Essas qualidades nutritivas, citadas, fazem do guandú um alimento de grande utilidade na dieta do brasileiro e será benéfico incluilo, freqüentemente, em nossos cardápios.

Quando plantamos um pé defeijão guandú, (terras baixas, alagadiças, não servem), arbusto que atinge a altura de 2 e meio a 3 metros, mais ou menos, temos uma pequena árvore que produzirá durante 4 a 5 anos, abundatemente, enfrentando as sêcas com galhadia. Planta melífera, é muito visitado pelas abelhas quando da florada.

Os interessados no plantio do guandú devem solicitar meio (1/2) quilo de sementes da variedade "Fava Larga", ao nosso benemérito Instituto Agronômico de Campinas, endereçando o pedido ao senhor Diretor Geral — Caixa Postal n.º 28 — Campinas — Estado de São Paulo.

FORD

É O TRATOR QUE DÁ MAIS LUCROS

— é o único construído especialmente para a agricultura nacional!

Com seu motor, de 56 H.P. o Ford brasileiro 8 BR Diesel realiza façanhas pràticamente impossíveis. Por exemplo: consumindo apenas 5,7 litros de combustível por hora, sob rigoroso contrôle do Ministério da Agricultura, provou seu excepcional rendimento, arando um alqueire "paulista" (24.200 m²) em menos de 4 horas. O Ford 8 BR Diesel é o único trator especialmente projetado para lavrar a têrra brasileira. Rende o máximo nas diversas condições de trabalho, com todos os implementos. Economiza nos custos de manutenção. Amplia seus lucros na lavoura. Antes de comprar o seu trator, vá a um Revendedor Ford e comprove pessoalmente por que o Ford 8 BR Diesel é o melhor instrumento de trabalho para obter o máximo rendimento na sua fazenda!



PRODUTOS DA FORD MOTOR DO BRASIL S.A.

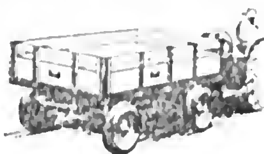


Ara melhor e mais ràpidamente.



Insuperável na gradeação.

OFERECE MAIOR RENDIMENTO EM QUALQUER ESPÉCIE DE SERVIÇO!



Excelente veículo para colheita e transporte.



Abre e conserva caminhos.



Elimina ervas daninhas. Deixa o terreno desimpedido.



Aduba e planta com perfeição.



Raspa o terreno. Prepara valetas de escoamento, ou de irrigação.



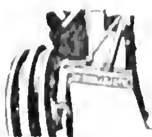
Raspa e transporta estêrco, em currais e pastos.

ESTAS SÃO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS DO SEU TRATOR FORD:

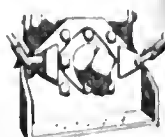


Abre sulcos para umedecer o solo, em terras duras.

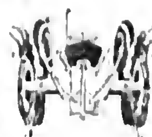




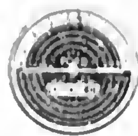
Bitola ajustável — de 52 a 64 polegadas, em espaços de 4 polegadas, para perfeita adaptação em qualquer tipo de cultura.



Tomada de fôrça — para adaptação de polia na parte traseira. Comando por alavanca, à esquerda da caixa central.



Levantamento hidráulico universal, de 3 pontos. Extrema facilidade de manobra do conjunto trator-implemento.



Contador de horas-serviço — para perfeito contrôle econômico da operação do trator (manutenção, troca de óleos, inspeções etc.).



Caixa de 8 velocidades — para melhor rendimento, de acôrdo com o tipo de trabalho ou serviço em que o trator é utilizado.

Financiado pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil

CRUSTÁCEOS E PEIXE DE ÁGUA SALGADA E ÁGUA DOCE (HOLANDA)

S. H. I. — Este ano, como nos anteriores, a Holanda dedicará grande atenção às investigações científicas no terreno da pesca marítima. As investigações focalizarão principalmente algumas variedades de peixes de extraordinária importância econômica como o linguado, o rodovalho e a pescadinha. Quanto ao arenque, procurar-se-á obter em 1962. A principal matéria de estudo será a forte diminuição, que todos os anos se comprova, do número de arenques na zona meridional do Mar do Norte. Ao mesmo tempo, se procederá à elaboração e sintetização dos dados reunidos em 1960 e 1961 sôbre o arenque jovem; dar-se-á prosseguimento, também, ao estudo das possibilidades de racionalização e mecanização da pesca do arenque com rêdes de arrasto.

Quanto à cultura de ostras, as pesquisas ficarão concentradas, principalmente, nos problemas que serão apresentados pelo viveiro experimental do "Veerse Meer", que entrará em produção em 1962.

As investigações sôbre a pesca no lago Yssel se centralizarão no rodovalho, peixe que voltou a êste lago em quantidade surpreendentes, graças ao método de admissão de peixes jovens desenvolvido pelo Instituto Nacional de Investigações Pesqueiras. Procura-se também incrementar a riqueza do rodovalho e do lúcio.

Um estudo realizado pela Inspeção da Pesca sôbre esta atividade nos rios e águas interiores da Holanda revelou que a pesca é exercida em proporção equivalente pelos pescadores profissionais e os que a praticam como esporte. A evolução foi paulatina; sobretudo no decorrer dos últimos 10 anos, vem-se verificando a crescente participação da pesca esportiva em águas interiores.

A capacidade da frota de pesca holandesa aumenta continuamente, sob a influência de uma aspiração consciente do aumento da produtividade. Na construção das novas embarcações pesqueiras procura-se obter sempre uma ampliação das suas possibilidades. A construção de um barco de arrasto frigorífico e outros tipos novos de embarcações demonstra que a indústria pesqueira está ciente da imperiosa necessidade de um reacionalização dos métodos de produção e elaboração. No aumento da capacidade da frota pesqueira a que antes aludimos, verifica-se uma acentuada preferência pelos barcos de arrasto e os cúteres com motores mais potentes.

As quantidades de arenque, cavala e outros peixes de mar capturados em 1960 alcançaram um total de cêrca de 190 milhões de kgs, com um valor de mais de 101 milhões de florins (cifras correspondentes em 1950: 160 milhões de Kgs. e 54 milhões de florins).

O aumento refere-se ao arenque fresco, à cavala e ao peixe redondo e chato. A exportação de peixe de mar fresco e arenque fresco teve um desenvolvimento favorável. As vendas ao exterior de arenqoe salgado contudo, sofreram uma queda de aproximadamente 1 milhão de kgs., em comparação com o ano anterior.

Entre os compradores dos produtos da pesca holandesa figuram em primeiro lugar e bastante destacados os países integrantes da União Econômica Européia, com 75% para o arenque salgado e 74% para o peixe fresco.

O consumo interno na Holanda de peixe e produtos de pesca mantém-se em nível mais ou menos constante, com cêrca de 10 kgs. per capita. O aumento das importações de filé de peixe congelado a baixa temperatura parece indicar uma crescente preferência por êste produto.

Nestes últimos anos, a produção de mexilhões no mar da Frisia vem sendo cinco vêzes maior do que a da província da Zelândia. Aliás, a produção total holandesa mostra um excepcional aumento. A Holanda chegou mesmo a converter-se no maior exportador de mexilhões da Europa Ocidental. Estão sendo adotadas as medidas necessárias para intensificar a produção no mar da Frisia, já que em um futuro próximo desaparecerá a zona de consequência à execução do Plano Delta.

As exportações de ostras revelam um desenvolvimento bastante favorável. A Bélgica e a França solicitam quantidades cada vez maiores do tipo menor de ostras. Quando a França liberou a importação de ostras, êste país passou a ocupar o segundo lugar, logo depois de Bélgica, na lista dos compradores do produto holandês.

AGRICULTORES
AVICULTORES
E
CRIADORES

ingressem em suas COOPERATIVAS de classe para defender seus interêsses

Os efeitos benéficos do COOPERATIVISMO já são evidentes e mais se acentuam graças à campanha de esclarecimento e divulgação que o ACÔRDO CR-UCOEG vem efetuando na zona rural

Os Museus nas Escolas da Zona Rural

Prof. Geraldo Goulart da Silveira — Diretor da S.N.A.

Nas escolas localizadas na zona rural não devem faltar jamais os museus escolares, por mais modestos que sejam, pois constituem êles, quando bem organizados, verdadeiros **centros de cultura geral,** muito instrutivos, educativos e de grande alcance pedagógico.

Segundo o Eng. Agr. Roberval Cardoso, professor com relevante fôlha de bons serviços prestados ao ensino agrícola e à educação rural em nosso país, visa o museu escolar "criar no rurícola espírito de observação, respeito à natureza, mentalidade científica e civismo consciente da grandeza e possibilidades econômicas da Pátria".

Ainda de acôrdo com os conceitos do ilustre educador, o museu escolar "procura mostrar aos moradores dos campos, os recursos da terra e os meios de melhorar seus lucros e nível de vida".

Como bem se deduz dos conceitos acima, nas escolas localizadas no meio rural os museus escolares não se destinam, apenas, aos alunos; êles devem ser franquiados a toda a comunidade rural, pois, através dêles consegue-se despertar a atenção dos habitantes do local para as observações relativas à natureza que os cerca, mas ainda, despertar a atenção para a própria escola, o que é, sem dúvida, de grande alcence, pois não se concebe a escola divorciada do meio onde ela se encontra. .

Paulo Roquette Pinto, educador de saudosa memória, em seu livro História Natural lembra que "iniciando e aumentando o seu próprio museu, a escola abre à crianças novos horizontes, alarga-lhes a visão do mundo, desenvolve nos alunos o gôsto pelo estudo da natureza que os cerca, incute-lhes hábitos de observação concreta e de raciocínio, torna-os ordeiros e disciplinados".

Não é demais salientar o importante papel da escola rural no seio da comunidade.

Ele deve constituir o centro das atividades da comunidade rural, devendo dela sempre partir bons exemplos, boas idéias, estímulo e incentivo para a população rural local.

E' por êsse motivo que se recomenda, com insistência, que as associações rurais, congregando os rurícolas de uma determinada região, se empenhem com todo entusiasmo para a criação de escolas.

Através de bons, objetivos e bem organizados museus escolares consegue-se:

a) — incentivar no adolescente o gôsto e o interêsse pelo estudo dos seres vivos, dos minerais, das rochas, etc., e assim sendo, estudos sôbre os recursos naturais da região, e quiçá, do próprio país. Um estudante que faz a colheita do material e êle próprio prepara os exemplares parea o museu tem a oportunidade de fazer inúmeras observações úteis e interessantes e adquire, sem dúvida, maior interêsse e gôsto pelo estudo da natureza que o cerca, o que constitue, indiscutivelmente, uma condição favorável para a aprendizagem;

b) — desenvolve, de uma maneira muito acentuada, os hábitos ordeiros indispensáveis para a organização de bem preparadas e cuidadas coleções, o que constitue, sem dúvida, um bom hábito que todo estudante precisa adquirir;

c) — desperta e desenvolve no aluno a capacidade de observação, condição indispensável para o estudo da natureza. São inúmeras e de grande valia as observações que os estudantes podem fazer comparando os exemplares de animais, plantas, rochas, etc., por êles próprios coligidos e preparados;

d) — desperta, na população rural, o interêsse pelos estudos dos recursos naturais da região, o que constitue um processo educativo e instrutivo de grande alcance

Não são outras as razões pelas quais os museus escolares devem merecer tôda atenção e incentivo dos professores e orientadores de escolas rurais pois eles representam um recurso pedagógico de inestimável valor.

Roberval Cardoso em seu magnífico trabalho Museu Rural, editado pelo Serviço de Informações Agrícola do Ministério da Agricultura, lembra as seguintes coleções que não devem faltar nos museus escolares das escolas localizadas no meio rural:

1 — **Coleção botânica:** — abrangendo coleções de órgãos das plantas para estudo da botânica geral e de plantas alimentícias, aromáticas, ceríferas, floríferas, gomíferas, medicinais, oleaginosas, ornamentais, produtoras de madeiras úteis, resinosas tanantes, têxteis, tintoriais, tóxicas, parasitas, etc.

2 — **Coleção zoológica** — abrangendo animais vivos, taxidermados, couros espichados, desenhos, fotografias, estampas, etc., de animais úteis ao homem, nocivos ao homem, úteis às plantas, úteis à outros animais, nocivos à outros animais, cantores, ornamentais, etc.

3 — **Coleção entomológica** — abrangendo animais úteis ao homem, nocivos ao homem, nocivos a outros animais, úteis as plantas em geral, nocivas às árvores frutíferas em geral, nocivos às árvores florestais, nocivas às hortaliças e flores, nocivos às pastagens e culturas temporárias, nocivos às culturas dominantes na região;

4 — **Coleção mineralógica** — abrangendo minerais de construção, para cerâmica, decoração e estatuária, dietéticos, combustíveis, minerais preciosos e semipreciosos, minerais ornamentais, minerais para telecomunicações e eletricidade, estratégicos e radio ativos, de ferro-liga, etc. A coleção também abrange os solos agricolas.

5 — **Peças patológicas** — em meio líquido, herborizados, em estampas desenhos, fotografias, de doenças do homem, de doenças dos animais e de doenças dos vegetais.

6 — **Peças de indústrias rurais** — abrangendo as indústrias alimentares (açucareira, alcooleira, vinícola, óleos e gorduras, amido, industrialização de frutos, conservação de hortaliças, conservação de carnes e peixes, indústria de laticínios) e industrias não alimentares (cerâmica e olaria, indústria de combustíveis, indústria de cortume, do fumo, da madeira, do bambú, de resíduos indústrias aproveitáveis, de sabões, de indústria têxtil, de indústria de cestaria.

7 — **Peças geográficas** — abrangendo mapas e roteiros de seringais, ervais, etc. cartas ferroviárias e rodoviárias, dados e notícias meteorológicas da região, etc.

8 — **Peças históricas regionais** — abrangendo objetos pré-históricos, objetos históricos, fotografias de fatos históricos, selos, etc.

9 — **Peças folclóricas**.

10 — **Peças de engenharia rural**.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

FIXADOS QUATRO TIPOS AS AMÊNDOAS DE CACAU

O ministro Armando Monteiro Filho, da Agricultura assiva correlação de número de amêndoas de cacau em 500 gramas, alterando, nesse particular, as tolerâncias contidas nas especificações da Portaria n.º 361, de 20 de abril de 1960, para efeito da classificação e fiscalização, válida até 21 de março de 1962.

344

TOLERANCIAS

As novas tolerâncias estão assim estabelecidas:

Tipo 1 ou Superior — Cacau bem fermentado, são, limpo, bem sêco, de aroma natural, sem odores estranhos ("Hom fat' inclusive), contendo em uma amostra de 500 gramas de 450 a 600 amendoas, admitindo-se apenas os seguintes defeitos e porcentagens: 2% de defeitos capitais, 27% de defeitos secundários, sendo 23% de violeta, 2% de comuns e 2% dos demais defeitos; e, ainda 23% de amendoas quebradas.

TIPO 2

Tipo 2 a Bom — (Correspondentes a "Good-Fair") — Cacau bem fermentado, limpo, sêco, de aroma natural, sem odores estranhos (inclusive amostra de 500 gramas de 450 "Hom fat"), contendo uma a 650 amendoas, admitindo-se, apenas, os seguintes defeitos e porcentagens: 4% de defeitos capitais, 37% de defeitos secundários, sendo 30% de violeta, 3% de comuns, 4% dos demais defeitos e, ainda, 3% de amendoas quebradas.

TIPO 3

Tipo 3 ou Regular — Cacau fermentado, são, limpo, contendo de 450 a 700 amendoas, admitindo-se apenas os seguintes defeitos e porcentagens: 5% de defeitos capitais, 46% de defeitos secundrios, sendo 38% de violetas, 3% de comuns, 7% dos demais defeitos e, ainda, 5% de impurezas.

TIPO 4

Tipo 4 ou Inferior — Cacau fermentado e sêco que não alcançar a classificação de regular, admitindo-se os seguintes defeitos e porcentagens: 13% de defeitos capitais, 16% de defeitos secundários e, ainda, 15% de amêndoas quebradas e 5% de impurezas. Não será computado como defeito o violeta. O cacau que não alcançar a classificação do tipo 4 ou Inferior será considerado "refugo", não podendo, como tal, ser exportado.

345

A PONDERAR

Seleções do "Readger's Digest" número 180 (Janeiro de 1957- publicou o seguinte atribuído a Theodoro Roosevelt, vigésimo sexto Presidente dos Estados Unidos da América do Norte:

"Quem deve ser levado em conta não é aquêle que censura, não é aquêle que denuncia os tropeços dos fortes ou as limitações dos beneméritos. O valor pertence ao homem que está de fato na arena, cujo rosto está desfigurado pela poeira, pelo suor e pelo sangue; que luta valentemente; que erra, falha e torna a falhar; que conhece os grandes entusiasmos, as grandes dedicações; que se empenha numa causa justa; que, quando vence, conhece finalmente a vitoria das grandes realizações, e na pior das hipóteses, se fracassa, será enquanto se aventura magnificamente, de modo que seu lugar nunca será junto àquelas almas timoratas que não conhecem a vitória nem a derrota".

Theodore Roosevelt

MADEIRA DE LEI

Getúlio César em "CURIOSIDADES DA NOSSA FLORA" dá ao Bálsamo a significação de MADEIRA DE LEI.

Ao tempo do Brasil colonial havia disposições legais dando a necessidade de licença autorizando a derrubada de árvores tidas como indispensáveis à construção, fábricas de móveis, tanoarias, etc., ficando protegidas e amparadas pelo Govêrno.

A proteção era absoluta.

Estava nesse número o Bálsamo e outras madeiras que até agora são conhecidas como Madeiras de Lei.

Não se construía ou realizava-se "obras de arte", sem que fosse obtida a licença da autoridade.

O bálsamo, conhecido por óleo vermelho apresenta o pêso especifico de 0,93 a 0,98 e a resistência ao esmagamento de 685 a 766. As análises feitas pelo Instituto de Pesquisas Agronômicas apresentaram os seguintes resultados:

Umidade	12,12
Amido	15,89
Bálsamo	30,21
Proteinas	4,68
Cinzas	3,87
Celulose e não dosados	33,28

E' a seguinte a sinonimia vulgar e cientifica do bálsamo — São nomes comuns, entre outros os seguintes, no Brasil: — óleo óleo pardo, pá de óleo, cábriuva, cabiuna, cabraiba, óleo vermelho balsamina, etc., São denominações cientificas: — 'Ministica oficinales", Mart., "Myrocarpus fastigiaram, Toluifera peruifera, L Myrospermum erythrxylu Fr Al., "Myroxilum peruiferum. Mycrocarpus fastigiatus", Fr Al. D. Benito Pickel OSB: dá a denominação científica de "Turuifera peruifera" J. S. Decker consigna as denominações "Mixoxilem toluifera", H. B. K., Miroxilon péruiferum. L. "Toluifera salsamum" Cav. e "Toluifera peruifera', Baill., Miroxilon erythroxylum" Fr. Al., Luetzenburg, citando o Bálsamo de Goiás d o nome cientifico de "Myroxilum peruiferum".

Sob os nomes vulgares de Pau de Sangue, em São Paulo Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Bahia (Cabriuva, Cabriuna, Cabriuva preta, Cabriuva amarela, Óleo Pardo e Pau de raio Freire Alemão lá os nomes cientificos de "Myrocarpus fastigiatus" e "Micocarpus frondosus".

O ÓLEO VERMELHO E O ÓLEO PARDO são "Meroxilon toluiferum" e "Myrocarpus", sp.

Na medicina popular os frutos são empregados como excitantes e antidispépticos, exi

gindo, porém, estudos e observaçõ s cuidadosos.

O prof. F. W. Freise diz que a casca é tanífera na proporção de 28 a 36 e a seiva atua como adstringente antisséptico e resolutivo.

Sob a denominação popular de princeza "Nabá" e "Hotzil" contada pelo escritor salvadorenho, — velho chefe indígena, chamado Arrué, os velhos indios, levaviam as crianças indígenas para adorar ao Bálsamo dizendo "êste e o Hotzil". E' sagrado e grande, bom e te ama muito. Assim como êle te ama, ama-o tu tambem para que te faça bem te dê seu coração e te favoreça com sua graça".

Dessa lenda originou-se na costa do Pacifico atraente Bosque.

O Bálsamo é muito útil e empregado em construções, tanoaria, etc. Alcança o vegetal até 25 metros. "Myrospermum pereirae". Boyle. Não habita a república do Peru. E' conhecido no Brasil e na República do Salvador

THEODORE ROOSEVELT CAÇANDO NAS SELVAS DO BRASIL

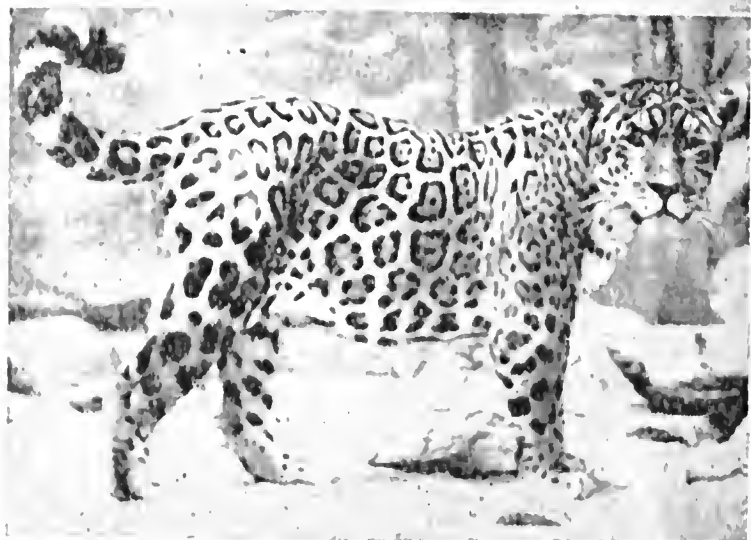
Entregando-se às caçadas de PUMA E DO JAGUAR NAS SELVAS DO BRASIL abateu na fase da viagem a principio uma PUMA e um Jaguar, tendo de contar com a presença de Rondon que o acompanha juntamente com outros companheiros, inclusive um filho do próprio Roosevelt.

As vitimas — o PUMA e o JAGUAR, — animais disputados pelos caçadores abatidas pelo Presidente Roosevelt, preferiam alimentar-se à custa dos rebanhos ribeirinhos

As caçadas foram feitas antes de alcançarem o Rio da Dúvida que depo's recebeu o nome de Theodore ou de Roosevelt.

Ao trilharem o rio da Dúvida o interêsse voltou-se para alcançar o pôrto de Belém





Animais abatidos pelo Presidente Theodore Roosevelt: 1)— Puma, 2) — Jaguar.

— 348

UNIFORMIZAÇA DA COLHEITA DO ABACAXI

Telegramas publicado na imprensa de Nova York dá esperanças de apressarmos a unificar a época da colheita do abacaxi, da qual possuimos cêrca de 15 por cento da produção mundial.

O produto, segundo informam naquela Capital, onde foi organizada uma companhia de produtos quimicos, permite aos plantadores de abacaxi marcar a época do amadurecimento e da colheita, com economia de mão de obra, transporte e enfardamento

Experiências feitas no Brasil e no México provocaram o amadurecimento dois meses mais cedo que a época normal da colheita e sua uniformidade.

— 349 —

O BABAÇÚ

São produtores de babaçu os seguintes Municipios. Amazonas" Parintins "Pará" Abaetuba, Alemquer, Altamira, Bragança, Capanema Itupiranga, Jureti, Marabá, Monte Alegre. Óbidos, Salinopolis, Santarém, Viseu; "Maranhão" — Alcyntara, Anajatuba, Arari, Axixá, Bacabal, Bacuri, Baixo Mearim, Balsas, Barão de Grajaú, Barra do Corda, Benedito Leite, Bequimão, Brejo, Buriti Buriti Bravo, Cajapió, Carutapera, Caxias, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Cururupú, Grajaú, Guimarães. Icatú, Igarapé-açu, Imperatriz, Ipixuma, Itapicuru Mirim, Loreto, Mirador, Monção, Morros, Nova York; Parnarama; Passagem Franca; Pastos Bons; Pedreiras; Penalva; Peri Mirim, Pindaré Mirim; Pinheiro; Pôrto Franco; Presidente Dutra; Riachão,

Rosário; Santa Helena, São Bento; São Bernardo; São João dos Patos; São Luís; São Vicente Ferrer; Timbiras; Timon; Turiaçú; Urbano dos Santos; Vargem Grande e Viana; "Piauí" Alto Longá, Altos; Amarante, Barras, Batalha; Beneditinos; Bertolínea, Buriti dos Lopes; Esperantina; Floriano; Guadalupe Jurumenha; José de Freitas; Luzilândia; Miguel Alves; Palmeiras, Parnaíba; Piripiri, Pôrto; Regeneração; São Pedro do Piauí Terezina; União; Uruçuí, Valença do Piauí, "Ceará" Barbalha, Baturité; Crato, Ibiapina, Ubajara; Ipu eiras, Itapipoca; Juazeiro do Norte, Maranguape; Pacoti; São Benedito; Tianguá, Viçosa do Ceará; "Bahia" — Camassari, Jacobina; Mata de São João, "Minas Gerais — Coração de Jesus; Guia Lopes; Januária; Monte Carmelo; "Mato Grosso" — Cuiabá; Rosário Oeste, "Goiás" — Araguacema, Arraias; Catalão; Chapéu; Ignatins; Natividade, Parana; Pôrto Nacional; Tocantinópolis.

(Elementos Reunidos pelo Dr. Alpheu Diniz Gonsalves, relativos ao ano de 1948, no seu livro "O BABAÇU" — Considerações cientificas; técnicas e econômicas; SIA).

350 —
LACRE

Até deixar o cargo de chefe de culturas da Escola Agricola de São Bento das Lages (Bahia), quando foi contratado para as Obras Contra as Sêcas onde veio a exercer as funções de Botânico, sua especialidade, visitando os Estados da Bahia, Sergipe Alagoas, Pernambuco, Paraíba Rio Grande do Norte Ceará e Piauí, Philipp von Luetzelburg estudou a vegetação e respectiva composição.

"Nas encostas norte da serra do Araripe proximo ao cume composto de arenito, deparamos com uma vegetação esquisita, composta de arbustos baixos densos, muito ramificados bem desenvolvidos, crescendo o "agrestes" no alto. Essa vegetação arbórea, em qualidade de mato alto e alto somente existe no cume a Leste da serra completamente chato, e composta de uma associação de árvores de porte altivo e antroncos retos do tipo dos agrestes verdadeiros e cuja classificação fitogeográfica pertencem. Mais para Oeste, em direção ao Estado do Piauí, perde pouco a pouco o caráter arbóreo, baixando até tomar o tipo de caatinga, com vegetação intermediária do caráter do "carrasco".

Nas encostas, proximas a orla Leste circunda a vegetação arbustiva uma vegetação exquisita, composta de arbustos baixos, densos, com forte ramificação, rica de folhagem pequena, coberta de pêlo sedoso



— Mimoso — formação na parte central do Estado do Piauí proximo ao municipio de Simplicio Mendes. Vegetação xerofila, constituida de Mimosaceas, tipo floristico da Caatinga e dos Agrestes



Formação de lacre nas orlas Leste da Serra do Araripe — Ceará

ou de uma camada gomosa que dá às fôlhas o aspecto lúcido e brilhante do "lacre", dando sem dúvida o nome da formação.

O "lacre", não é nada mais que uma espécie de "capoeira" de mato ralo, do tipo do agreste. As familias que contribuem mais para a composição da flora arbustiva são

Rubiáceas,

Leguminosas

Bignoniáceas

Meliáceas

Anonáceas

São altivas

Piqui

Vinhático

Pau d'arco diversas espécies

O "lacre" que cerca os agrestes no cume da serra tem uma largura de dez a vinte quilômetros, correndo tanto na parte Norte como no lado Sul e

finda justamente ali onde os "agrestes" desapareceu introduzindo-se uma vegetação "suja" de "carrasco" que finalmente se transforma em caatinga" invadindo o Oeste da serra em direção ao Piauí. O "lacre" é típico e original da serra do Araripe; não existindo similar denominação em outra região precedida em outra região do "sertão". O rompimento da serra e de sua vegetação não é difícil quando se trata dos "agrestes", devido à densidade e extremamente penoso, quanto ao "lacre", devido à densidade e forte ramificação, comparável ao tipo caatinga nas chapadas do Piauí".

— 351 —

PANASCO

Panasco é denominação local, puramente

Significa vegetação semelhante, em certo grau ao "lacre". Ocorre na zona de transição entre os "agrestes" verdadeiros e as "caatingas"; às vêzes entremeiados com o carrasco.

São, muitas vêzes quasi sempre xerófila principalmente na zona dos sertões.

Informa o botânico Luetzelburg que encontrou o Panasco na região do alto rio Gurgueia, no extremo do Estado do Piauí.

Na zona dos "agrestes" e das "caatingas" dos municípios de Ingá; Serra Redonda, Itatuba; no Estado da Paraíba, é frequente ocorrer após as colheitas. Nasce o "panasco" geralmente no alto. Alimenta o gado que soltam depois da colheita.

Além do "panasco" é comum nascer a "milhã" que é visitada pelas "ribaçãs" que nessa época fazem a postura. São muito procuradas.

As "ribaçãs" são caçadas, inclusive com arapucas.

As arapucas de espera os cevandos permitem engordá-las.

— 352 —

NOTA

Luetzelburg considera como "altivos" os vegetais arbóreos que se desenvolvem conjuntamente com o "lacre"

COOPERATIVISMO E CRÉDITO AGRÍCOLA

Por Fábio Luz Filho

Como o assinalamos em "Teoria e prática das sociedades cooperativas", já afirmava **Wenceslau Belo** que os bancos populares italianos eram necessários como banqueiros de outras formas de cooperativas, sendo também "matrizes de crédito agrícola", e, além disso, mais aperfeiçoados que as caixas-econômicas, de vez que seu mecanismo bancário lhes dá maior maleabilidade, estando igualmente em convivência com as classes populares, pela sua descentralização e tendência para o crédito pessoal e moral.

Além do "**Banco Mutuo Populares Agricola de Lodi**" que realiza "**operazioni di credito agrario**", temos dentre outros (Cremona, Piacenza, Padova), o "**Banco Populares Cooperativa di Novara**" "**Banca Populare Cooperativa di Alfedena**", todos com "**operazioni di prestito agrario**".

Rodino e **Coppola D'Anna** referem-se, também, a essas operações, como o faz agora **Fantini** e como o fêz o Fomento Agrícola Federal no elaborar as Instruções complementares" à lei 17.339, de junho de 1926, incorporadas à atual 22.293, de 1932.

O velho **Courtois** (1890) já se referia a "des operations de crédit agricole" nos bancos Luzzatti.

As características de solidariedade ilimitada, mutualidade, ausência de capital, área de ação restrita, gratuidade das funções administrativas, indivisibilidade do fundo de reserva, não distribuição de retornos, juntou o professour **Castroviejo**, para as caixas rurais, mais uma, e de relevância: **empréstimos para fins reprodutivos**.

As **Darlehnskassen** (caixas Raiffeisen) **são consideradas a mais bela criação, do ponto de vista moral e econômico, que já se inventou para o crédito agrícola**.

"**La Darlehenskasse se propose aussi un double but: donner le crédit aux populations agricoles, et exercer sur celes une influence bienfaisante au point de vu materiel et morale... en exerçant sur l'agriculteur une sorte de patronage bienveillant**".

O ilustre padre **Noguer** já aludia, com ênfase, ao aspecto econômico-moral das caixas rurais tipo Raiffeisen, centro e fundamento também, de outras cooperativas e associações. Para êle a caixa rural de sentido raiffeisiano poderia definir-se como uma cooperativa de crédito, de responsabilidade solidária e ilimitada de todos os associados, sem capital social pròpriamente dito, limitada a uma localidade pequena, com administração gratuita e ausência de tôda idéia de lucro ou de especulação, destinada a promover o bem-estar material e moral da população rural. O seu caráter ético é a segurança de suas operações, fugindo ela aos empréstimos destinados ao luxo ou a mero passatempo, assim como aos de estrito consumo improdutivo. Essas operações não entram na esfera própria delas, a não ser com certas e dos que são os perigos do abuso do crédito onde não exista educação moral e econômica.

Eis como são caracterizadas as caixas rurais suíças:

1.º — As cooperativas rurais de crédito são **instituições de ajuda ao agricultor. Elas se propõem resolver, sôbre uma base pessoal, o problema das necessidades de crédito da população rural. Olham de preferência as virtudes do trabalho consciencioso do agricultor.**

2.º — São instituições de ajuda mútua e não sociedades filantrópicas.

3.º — Colimam um duplo fim: o **fim econômico**, de satisfação das necessidades de crédito de seus associados, e o fim social ético, da solidariedade orgânica entre os associados. À divisa do liberalismo econômico "contribuir para o interêsse geral objetivando o lucro individual", as caixas rurais Raiffeisen opõem esta: o "Self-help pela ajuda mútua".

A tendência, na própria Alemanha atual, é organizar as cooperativas rurais de crédito com 130 a 140 membros em média, para melhor se aproximarem das populações rurais e dar-lhes reduzidas despesas gerais, uma administração fácil, uma colaboração ativa dos associados na direção e na fiscalização das mesmas.

As credit unions do Canadá da América do Norte, emprestam sòmente a assalariados (cunho urbano), num caráter pessoal, destinados os empréstimos, no geral, a despesas para mobiliário doméstico pagamento de honorário a médicos ou despesas de hospitais, instrução e educação dos filhos impostos, seguros e despesas semelhantes.

A maior publicação a respeito de cooperativas de crédito, a do **Bureau International du Travail** e data de 1945. No capitulo das "cooperatives **urbaines de crédit**" (banques populaires) dá relêvo ao tipo Schulze Delitzsch e suas modificações, inclusive no que tange à responsabilidade que passou a ser **limitada** em todos êles. E assim mesmo figuram como estando "**à la disposition des groupes de producteurs independants ayant de faibles ressources: artisans, petits industriels et commerçants, agriculteurs**". Quanto ao movimento do crédito rural, é êle expôsto exaustivamente por êsse Bureau em dois temos.

A lei brasileira 22.239, no § 3.º do artigo 30, dá *às* caixas Raiffeisen o caráter **fundamentalmente** agrícola que têm em todo mundo e caracteriza o tipo Luzzatti.

No Brasil as caixas Raiffeisen só florescem nos Estados do Sul, notadamente no Rio Grande do Sul, nas zonas coloniais de origem alemã.

Estudo Ecológico da Batata na Baixada Fluminense

(SOLANUM TUBEROSUM)

F. D. Azevedo — A. B. Serra — C.A. Lourenço

Foram aproveitados para o estudo anexo, dados colhidos no Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas do S.N.P.A.) no Km. 47 da rodovia Rio-São Paulo.

O estudo compreendeu em linhas gerais:

1. Desenvolvimento da tuberização e da parte aérea da planta durante o ciclo evolutivo da cultura;

2. Influência dos fatores climáticos na produção quantitativa e qualitativa dos tubérculos.

Foram realizados (8) oito ensáios periódicos com plantios de 20 em 20 dias á partir de 11-4-60 e terminados em 29-8-60, tendo sido empregadas (4) quatro variedades de batata.

Após a emergência, foram realizados arranquios periódicos e 20 em 20 dias em número de (5 cinco com medição e pesagem da parte aérea, contagem e pesagem dos turberculos em (3) três classes de tamanhos, de (5) cinco plantas colhidas ao acaso durante o ciclo evolutivo das culturas. Dos fatores climáticos analizados verificamos que a variação da média da temperatura mínima e do total de chuva registrado durante o ciclo evolutivo da batata, foram os que mais influenciaram na tuberização e desenvolvimento do tuberculo.

No primeiro arranquios (20) vinte dias após a emergência e (30) trinta dias de ciclo evolutivo, a produção média em gramas de (5) ciclo plantas, dos (8) oito plantios correspondentes as (4) quatro variedades experimentadas, foi colocada num gráfico de ordenada — chuva total e abcissa — temperatura mínima média.

Analizando o início da tuberização no primeiro arranquio observamos o seguinte:

Variedade A — A tuberização baixou em número e pêso com a ascenção da mínima acima de 15°, mas ainda tuberiza quando a chuva ultrapassam 6mm, considerado ótima (2mm por dia) e a temperatura 16°. Abaixo de 40mm e acima de 16°, desfavorecem a tuberização.

Variedade B — A partir de 14° e chuva de 60mm a tuberização decresceu, sendo que abaixo de 40mm e acima de 16° foi prejudicial.

Variedade C — O limite da temperatura para tuberização nesta variedade foi de 14°. Acima de 15° com chuva favorável não iniciou a tuberização.

Variedade D — Até 15° e mesmo 16° com chuva ótima de 50 á 60mm ainda tuberizou. Em tôdas as variedades a pouca chuva a nosso vêr, não prejudicou o início da tuberização, salvo em D, mais exigente de umidade no solo; entretanto, a cima de 75mm (2,5m por dia) a tuberização foi quasi nula.

Segundo arranquio — 50 dias de ciclo

Variedade A — Com a média de temperatura mínima variável de 14° á 16° e cruva de 60 á 100mm (1,2 á 2mm por dia) o desenvolvimento dos tubereulos foi satisfatório. Acima de 16° e 100mm de chuva, ou abaixo de 50mm declinou em número e pêso.

Variedade B — Acompanhou a variação da variedade com relação a temperatura e chuva para o desenvolvimento dos tubereulos.

Variedade C — As mesmas caracteristicas da variedade B, com limite da chuva entre 40 e 110m.

Variedade D — Maior exigência com relação a chuva cuo limite foi acima de 70mm para uma produção satisfatória.

Terceiro arranquio — 70 dias de ciclo

As produções mais elevadas das quatro variedades ficaram dentro da faixa de temperatura 14º á 16º e chuva 60 á 140mm salvo em C, com limite minimo acima de 60mm. Além de 16º, as variedades diminuiram de produção.

Quatro arranquio — 90 dias de ciclo. Tuberculos desenvolvidos: periodo de maturação.

As maiores producões permaneceram na faixa 14º á 16º e chuva de 110 á 17mm. Acima de 16º as variedades baixaram de produção.

Quinto arranquio — 110 dias de ciclo — Faze terminal do ciclo evolutivo das culturas

As variedades que apresentaram arranquios com maior número de tuberculos e pêso foram as que iniciaram e desenvolveram grande parte do ciclo evolutivo com temperaturas na faixa de 14º á 16º e chuva de 140 á 190mm. Acima de 16º e 190mm abaixo de 140mm as producões foram menores. Com temperatura acima de 19º não houve germinação — brotação do tuberculo — na maioria dos casos.

— R E S U M O —

1. As producões mais elevadas corresponderam aos (4) quatro primeiros plantios — 11 — 4 — 60 á 10 — 6 — 60, periodos em que as médias das temperaturas minimas oscilaram de 14º á 16º nos primeiros arranquios e chuva entre 130 á 190mm. durante o ciclo evolutivo.

2. Acima de 16º nos primeiros arranquios e 190mm da chuva, ou abaixo de 130mm durante o ciclo evolutivo, as produções diminuiram em número, tamanho e pêso de tuberculos.

3. Temperaturas acima de 18º e chuva variável, a germinação brotação dos tuberculos foi práticamente nula

CONCLUSÕES

Dos elementos meteorológicos analizados no primeiro ano de ensaio com a cultura da batata, apresentamos as seguintes conclusões:

a) A época mais favorável no plantio da cultura da batata na Baixada Fluminense, está compreendida entre os meses de abril — maio.

b) O inicio da formação dos tuberculos na maioria das variedades terminou no primeiro arranquio — 30 dias após o plantio.

c) O segundo arranquio — 50 dias após o plantio — apresentou o tuberculos formados e em pleno desenvolvimento

d) O quarto arranquio — 90 dias após o plantio — apresentou a maioria das variedades com o ciclo evolutivo terminado — inicio de murchamento das fôlhas

Economia Pecuária no Rio Grande do Sul

O artigo que abaixo publicamos é da lavra do Professor Antônio Saint Pastous, médico, é um dos mais esclarecidos e destacado líderes ruralista do País, com atuação destacada no Rio Grande do Sul, onde desenvolve há longos anos trabalhos notáveis no setor da pecuária. É também o presidente da Federação das Associações Rurais daquele Estado.

O mundo vive com fome de carne.

Há e haverá, por tempo indefinido, insuficiência de carne para o consumo mundial.

A proteína é indispensável à alimentação do homem.

A dieta mundial é carente de proteínas animais.

Duas têrças partes da humanidade vivem e morrem em estado de carência alimentar.

"As estatísticas das Nações Unidas demonstram que, se não forem aumentadas em 25% as produções de carnes, leite e cereais, a humanidade marchará para crescente estado de fome mundial, em menos de 10 anos."

"Só o aumento da produtividade e a incorporação de áreas de terras não aproveitadas poderão afastar do mundo o espectro da fome."

"Ao Brasil cabe a responsabilidade de tornar-se um dos maiores países produtores de alimentos. O Brasil possui a maior área do mundo em reserva potencial para criação pecuária."

Segundo previsões do plano Salte, o rebanho bovino nacional, da ordem de 70 milhões de cabeças, poderia passar para 185 milhões, e atingir 300 milhões de cabeças, em regime de intensa produtividade.

O Brasil, e por excelência o Rio Grande do Sul, está enquadrado no princípio básico de capacitação para exportação de carnes, graças ao equilíbrio existente, na relação de 1:1, entre o índice demográfico e o nível de população bovina.

"A pecuária exerce e tende a exercer poderosa influência na economia agrícola nacional."

"Tècnicamente organizada e econômicamente aproveitada, aumentará em valor, qualidade e quantidade, proporcionando ao país imensa riqueza."

A reda agrícola ultrapassa a ordem de 200 milhões cêrca de 30% da renda nacional.

Consta nas recomendações do plano Salte que o Brasil, com exportação de carne, poderá produzir divisas-ouro em nível equivalente à exportação de café.

A pecuária tem contribuído com mais de 11% no cômputo total da renda nacional.

A produção pecuária já excedeu a do café em cêrca de 50 bilhões de cruzeiros, e seu rendimento nacional atinge cifra igual à soma da receita resultante da cultura conjunta do milho, arroz, algodão, trigo, feijão e batata.

O Brasil, e especialmente o Rio Grande do Sul, oferece condições naturais para competir, nos mercados de exportação de carne bovina, com a Argentina, o Uruguai, a Austrália, a Nova Zelândia e a Africa do Sul.

INDUSTRIA DA ALIMENTAÇÃO

A maior fonte de riqueza econômica do Rio Grande do Sul está radicada na produção agro-pastoril, essencialmente na produção de alimentos.

Êsse imenso patrimônio econômico encontra-se, todavia, em estado potencial, muito aquém da sua próxima capacidade produtora.

O Estado do Rio Grande do Sul será poderosa potência econômica quando houver atingido plena maturidade na industrialização de suas matérias-primas, especialmente a carne, o leite e a lã.

O processo da industrialização do "frio", como solução para o abastecimento do mercado de consumo interno, e como etapa preliminar para exportação, é a condição básica de sobrevivência da economia pecuário sul-rio-grandense.

Para o Estado do Rio Grande do Sul, o ciclo da subindústria do charque deverá ser superado, por três razões decisivas: primeiro, por obsoleto e antieconômico o atual processo de retenção de mercadoria em pilhas de inverno, à mercê de mercado instável, sujeita à descapitalização; segundo porque a zona sul do país já não está em condições de concorrer com o Brasil Central no mercado nordestino; e, em terceiro lugar, por ser um contra-senso subestimar o alto padrão zootécnico do nosso gado de corte, transformando precioso e raro produto nutriente em subproduto de secundário valor comercial.

Não obstante a intercorrência periódica de fatores desfavoráveis, de ordem climática, e cujos efeitos não são, todavia, insanáveis, o Estado do Rio Grande do Sul, por suas características ecológicas preponderantes, está predestinado no desenvolvimento da indústria da alimentação, que representa o centro de gravidade do progresso industrial, e a condição básica da riqueza econômica e da paz social da nação.

O imenso acêrvo de riqueza e poderio da mais

livre nação do mundo — os Estados Unidos da América do Norte, não provém direta e preponderantemente do seu arsenal de indústrias pesadas. A sua fonte primordial de vitalidade econômica reside nas indústrias de alimentação, em cujo campo se fazem maiores investimentos de capitais que em qualquer outro setôr industrial.

Em planos de desenvolvimento econômico é de importância capital prioridade às fontes de produção que dispõem, em condições favoráveis, do manancial de matérias-primas para sua industrialização.

Tem o Rio Grande do Sul, no campo da produção agro-pastoril, recursos inesgotáveis e diversificados de ricas matérias-primas, para criar e expandir a indústria da alimentação.

Privilegiadas as nações, como o Brasil, cuja extensão territorial e cujo crescimento demográfico lhes permitem desenvolver e manter, dentro de suas froteiras, mercados próprios para consumo de suas indústrias essenciais

Em 10, 20 ou 50 anos, o Nordeste e o Centro-Oéste do Brasil, recuperados em sua economia e desenvolvidos em seu potencial demográfico, com alto poder aquisitivo, constituirão mercados de perspectivas imprevisíveis para o celeiro de alimentos, que é a zona sulina do país.

No campo da economia agro-pastoril, o Rio Grande do Sul cresceu em extensão, mas não evoluiu em rendimento proporcional

Salvo o real progresso zootécnico de nossos rebanhos, o sistema de criação pecuária, de um modo geral, ainda subsiste em sistema antieconômico e predatório.

Não houve evolução do estágio de produção extensiva para o nível de produtividade econômica e social.

Aumentar em caráter de economia social, a capacidade da terra, é o que se deve entender por produtividade agrícola.

Produtividade não é apenas aumento de produção, mas depende essencialmente do alto nível de rendimento econômico por unidade de tempo e de área cultivada.

Produzir maior quantidade, de melhor qualidade, com menos despesas, com menos tempo e com menor esfôrço, eis em que consiste o sentido de produtividade.

Do ponto de vista de economia social, produtividade é a "humanização do objetivo da produção: como distribuição equitativa, com alto poder aquisitivo e com padrão de vida condigno".

O caminho do progresso consiste, portanto, na marcha da produção para a produtividade.

Voltando os olhos para a realidade agro-pastoril no Rio Grande do Sul, e de um modo geral, em todo o país, ressalta àevidênci a que longe estamos do limiar da produtividade agrícola. Compulsando dados estatísticos, oriundos de fontes oficiais, verifica-se que os níveis oscilantes da produção assinalam expansão de áreas utilizadas, e consignam acréscimos de valores nominais, mas, invariàvelmente, denunciam baixos níveis de rendimento.

O mecanismo sócio-econômico da produtivdade é um complexo sistema de inter-relação de vários fatores, entre os quais o preço de custo da produção de importância decisiva. "Qualquer progresso técnico será socialmente inútil, se não reduzir o preço de custo da produção". O preço de custo é o pôsto-chave da produtividade.

Fomentar a produção, sem planificação, sem assistência técnica, sem pesquisa científica, sem racionalização do trabalho, sem crédito adequado, sem previsão e provisão de oportunas medidas na comercialização interna e na exportação de excedentes, sem transporte fácil e sem armazenameto, sem visão econômica de conjunto na esfera estadual, e com promoção no intercâmbio nacional e internacional, é combater a incongruência de sustentar uma economia anti-social

Nem o aumento da oferta será bastante para forçar a baixa do preço de consumo, pela simples razão de perdurarem em nível negativo os fatôres essenciais à produção com produtivdade Em muito que pese ao paradoxo aparente, haverá, nesse caso, carestia com fartura, por serem inacessíveis seus bens ao poder aquisitivo no consumo interno, e por serem gravosos seus padrões de custo na competição dos mercados internacionais.

A política econômica da produção deverá cada vez mais se integrar na órbita mundial de in[illegible]dência, em regime de oportunas e compensadoras trocas de utilidades essenciais ao trabalho e à vida do homem.

Nações do velho e do nôvo mundo rompem barreiras alfandegárias com tendências à criação de comunidades de livre intercâmbio comercial.

Já não basta que a produção de alimentos obedeça ao fundamento econômico de auto-suficiência nacionalista, mas que corresponda ao objetivo de sentido social Não basta produzir alimento, mas urge dispor de alimentos com fartura e por preços acessíveis ao consumidor.

O qüinqüênio governamental de 1956-1960 desfechou sôbre a economia da produção de alimentos pesado impacto de proporções estarrecedoras, que se projetam até nossos dias, sem qualquer providência salvadora.
James, como medida de preservação da paz social.

O custo da produção é que regula a política de preços e o poder de elasticidade no mercado do consumo.

Entre outros fatores responsáveis pelo alto custo da produção e consequentemente, pelo flagelo da carestia de vida, sobressaem o aviltamento inflacionário da moeda circulante; a iníqua política cambial na balança de importações e exportação; a dispar'dade de preços e valôres nos frutos da produção e nos bens essenciais ao trabalho e à

subsistência do produtor; o tabelamento de preços artificiais; o gravame fiscal; o desequilíbrio gerado pela promoção de indústrias secundárias e supérfluas em detrimento da indústria primordial da produção agrícola.

Focalizamos, até aqui, dois ângulos do problema concernente à carência de produtividade da economia:
1.º — O baixo nivel de rendimento por unidade de tempo e de área utilizada;

2.º — o alto custo da produção.

Façamos, agora, referência a um nôvo aspecto da questão, e que é representado pela interferência de fatôres limitantes da expansão econômica da criação pecuária.

DESGASTE — DESPERDICIO E CONTRADIÇÕES

Há anos passado, em visita ao nosso país, um economista afirmou que, no Brasil, a restauração das suas finanças deveria começar *com a recuperação do que se perde*.

Eis uma rude expressão da realidade nacional.

Em um plano de desenvolvimento econômico caberá com urgentes medidas e amplos recursos, prioridade a um programa nacional de combate ao desperdício, ao desgaste e as contradições que atentam contra as tendências naturais e as perspectivas de expansão das fontes de enriquecimento do país.

São de tal ordem numerosas as raises dêsse polvo tentacular, que apenas haverá tempo para mencionar, em enunciados sem comentários, as que se seguem:

1.º — As sangrias periódicas no rebanho pecuário por falta de água nas estiagens estivais, e de reservas forrageiras no inverno.

2.º — A perda de cêrca de dois anos de rendimento e na engorda bovina, por carência de pastos nos períodos críticos, representando um desfalque de quase 40%.

3.º — O baixo nivel do desfrute para o mercado de abate, na média de 11 a 13%, e com precária percentagem de rendimento.
4.º — A febre aftosa campeando endêmicamente; a tuberculose e a brucelose reduzindo a taxa de produção.

5.º — O carrapato, a piroplasmose, as verminose, as parasitoses, as enfermidades e as pragas agricolas.

6.º — A deficiência de entrepostos frigoríficos para estocagem, nas entre-safras, dos produtos perecíveis e deterioráveis: carne, ovoso, frutas, hortaliças, etc.
7.º — O primitivo e oneroso transporte de gado "em pé" da região pastoril para os mercados de consumo.

8.º — O obsoleto e antieconômico sistema de distribuição no mercado de consumo interno, gravando o acesso da mercadoria do produtor ao consumidor, com a exploração do intermediarismo oportunista, e com a elevada taxação do fisco.

9.º — A política de tabelamento de preços artificiosos para o produtor jogando-se contra os efeitos sem combater as causas.

10 — 30 a 40% do desfrute bovino desviado para a subindústria do charque.
11 — A política cambial, cerceando a exportação de excedentes, a pretexto de evitar o encarecimento do custo de vida.

12 — A política de fixação de cotas de gado para a indústria "do frio" provocando crise; nos grandes frigoríficos, que passam a funcionar nos períodos de safra com apenas 18,5% da sua capacidade de industrialização.

13 — Apesar da banha ter caido de produto nobre para subproduto antieconômico, a suinocultura não evoluiu para raças de carne.

14 — O desfrute de suinos anda em tôrno de 40%, enquanto que em países da Europa chega a ultrapassar 100%.

15 — As intempérie periódicas arrastando as colheitas, sem a depesa do seguro agricolaidoneo e eficaz.

16 — Cêrca de 40% da produção deteriorando-se em certas zonas por deficiência e encarecimento de transporte.

17 — Programas de cultivos sem provisão de sementes certificadas e de resistência aos agentes hostis.

18 — Apenas 30% da produção de milho é exportada, e ainda não está difundida a variedade hibrida, cujo rendimento é superior a 25%.

19 — O consumo de trigo no país figura entre os de mais baixo n,vel em todo o mundo.

de mais baixo nivel em todo
20 — A colônia velha, com seus minifúndios espoliados, desertou, em busca de outras metas e de novas terras para depredar.

21 — O desflorestamento, como fator de dilapidação da própria vida dos elementos do meio ecológico.

22 — O encarecimento do custo da cultura de arroz pelo regime de participação em parceria de terra e água, pela predominância da irrigação mecanizada e pela colheita manual.

23 — A produção agropastoril, de tipo capitalista, no império da tendência expansionista, sem investimentos reprodutivos, ampliando seus domínios, para compensar, com a extensão, a precariedade de rendimento por área explorada.

24 — O Rio Grande do Sul, mantém-se, em grande parte, nas atividades do sector primário, importando produtos manufcturados com suas próprias matérias-primas.

25 — Estabelecimentos industriais de fiação, tecelagem e outros, em paralização por incapacidade de reajustamento técnico.

26 — Sem tradição sólida de país exportador e sem oportunnas franquias de licenças cambiais, a exportação de excedentes está em crise permanente.

27 — O sistema de comercialização das safras de trigo e de arroz, reincidindo ano por ano nos mesmos erros, parece constituir-se em motivação para denunciar a sua inograves prejuízos para a economia do Estado.

28 — A própria política de fixação de preços mínimos, visando à segurança e à sobrevivência da produção, e instituída como poder moderador no mercado de consumo, tende a converter-se em medida de imprevisíveis efeitos contraditórios, de tal ordem é complexa e heterogênea a diversificação regional da estrutura econômica, para ser programada e sancionada em regime de centralização administrativa, sem a oportuna e capacitada audiência do Estado e das classes produtoras.

29 — O critério de regulamentação do crédito oficial no financiamento da produção agrícola, tanto na lavoura como na pecuária, não tem sido reajustado na proporção dos valôres e preços atuais, em permanente elevação.

30 — As cooperativas, desprovidas de crédito próprio para suprir seus associados dos bens essenciais ao trabalho da produção, com preços de custo e com prazos de safra, não podem corresponder aos seus objetivos específicos.

Na política nacional de desenvolvimento econômico, existem graves erros de origem e de perspectivas.

A falta de planejamento de âmbito federal, com base em planos regionais, é um êrro de origem.

Os erros de perspectivas decorrem da ignorância ou da negligência da verdadeira realidade do país.

De um e de outros, tem resultado a reincidência no vêzo da improvisação, com soluções de emergência.

Um plano de desenvolvimento econômico-social requer estruturação escalonada em etapas sucessivas:

1.º — Equilíbrio do "status" financeiro.

2.º — Prioridade para investimentos em programas de imediata reprodutividade econômica, e que correspondam a impostergáveis interêsses de ordem social.

3.º — Ulterior e progressiva tendência expansionista na base de planejamentos com visão do futuro.

O equilíbrio financeiro é um elementar problema de austeridade político-administrativa.

Sem estabelecer prévia ordem nas finanças do país, com ponto de partida de audacioso expansionismo, será construir monumentos sôbre bases movediças.

Recorrer a reiteradas inflacionárias para atendimento de serviços públicos de rotina, ou para empreendimentos de obras e de metas de sentido discutível, e, sobremodo inoportunas, por se consumarem em detrimento da suplementação de recursos às fontes de produção, de importância vital para a Nação, só se poderá conceber como um êrro de perspectiva da realidade presente e futura do país.

A atual conjuntura econômico-financeira precipitou o país em temerário plano inclinado, cuja recuperação só tem uma alternativa, a de um regime de rígida austeridade política e administrativa, como segura base se um programa de produtividade econômica e de conseqüente restauração da paz social.

Não apenas nos conturbados tempos de guerra, devem ser consideradas como "retaguarda econômica" as vitais atividades das classes produtoras.

Em países com estado de subdesenvolvimento, como é o caso do Brasil, está plenamente ajustado o humano conceito de *"equivalente moral dos orçamentos de guerra"*, preconizado por W. como medida de preservação da paz social

Por "equivalente moral dos orçamentos de guerra", deve-se entender a mais ampla mobilização de recursos, de ordem [illegible] e material, para sua aplicação adeqüada na recuperação do equilíbrio social-econômico da nação.

Em permanente estado de ânimo subversivo, vivem os povos econômicamente desajustados.

"O próprio sentimento de liberdade, disse W. Wogt, deixa de ser importante, quando se tem o estômago às costas".

Interpelado por André Voisin, que lhe solicitava uma definição universal de produtividade, assim contestou o filósofo:

"Produtividade é um estado de espírito".

A reintegração do Brasil à evidência de sua realidade econômica e social estará a exigir, de todos nós, a compenetração dêsse estado de espírito, cuja essência consta de austeridade e de trabalho contraído.

Descoberto o maior depósito de Carbonato de Potássio do mundo no Canadá

O maior depósito do mundo de Carbonato de Potássio para fins destinados à agricultura, de alta qualidade, foi aberto em Esterhozy Soskatchewon, Canadá, a 8 de junho deste ano. Ouviram-se gritos de entusiasmo desde as profundidades de uns 1.000 metros da mina da emprêsa conhecida mundialmente pelas iniciais IMC, quando os mineiros lograram arrancar as primeiras pas de potássio às 23,35 horas.

A descoberta de potássio foi o ponto culminante de cinco anos de um projeto desafiante. Este foi um projeto repleto de problemas que derrotou tôdas as outras tentativas para desenvolver estas valiosas reservas.

O problema mais grave até o momento foram os 60 metros de areia movidiça que se encontrou na metade do trajeto das perfurações. A pressão da água nesta região alcançaram até 35 quilogramas por centímetro quadrado (500 libras por polegada quadrada).

Os mineiros foram detidos por esta formação geológica de tipo Glairmore, durante mais de um ano, enquanto êles congelaram esta formação à dez graus centígrados abaixo de zero. Uma parede de ferro de três mil toneladas foi instalada permanentemente para segurar a areia movidiça, uma técnica que nunca havia sido antes usada no hemisfério Ocidental.

Os mineiros tiveram outros problemas e camadas para perfurarem. Algumas dessas camadas tinham uma pressão de água que alcançaram até 84 quilos por centímetro quadrado (1.200 libras por polegada quadrada), mas estas foram seladas com cimento bombeado ao redor do pôço.

A IMC já gastou mais de 30 milhões de dólares na sua mina de potássio e refinaria, a qual será a maior do hemisfério. Quando o projeto estiver em completa produção, 1,2 milhões de toneladas de potássio será produzido anualmente até princípios do próximo ano — e o total investido será de 40 milhões de dólares.

Esta fábrica está pronta para começar a processar as primeiras remessas de mineral. Inicialmente esta fábrica produzirá uma média de mais de mil toneladas de produtos por dia.

A mina e a fábrica de semi-produção funcionarão para experimentos de produtos minerais básicos e técnicas de produção. A produção será então transferida da fábrica piloto para a fábrica de produção em escala normal.

Esta fábrica iniciará suas operações em 1 de setembro, produzindo uma média de 1 milhão de toneladas por ano. Em princípios do ano próximo a fábrica alcançará a sua capacidade final de 1,2 milhões de toneladas ao ano, fazendo-se a maior refinaria do mundo de potássio.

Quando o projeto estiver funcionando em sua totalidade fornecerá trabalho para cêrca de 400 pessoas. A maioria dêles serão residentes vizinhos, a maioria fazendeiros que estão sendo especialmente treinados pela IMC.

O minério não será extraído da maneira tradicional. A IMC usará cinco máquinas que literalmente comem seu caminho através do potássio. Ao invés de explosivos. Cada mordida será do tamanho de 2 x 4 metros.

A mina Esterhazy está começando a produzir em um tempo quando o consumo de potássio na agricultura Norte Americana está subindo à uma média anual de 6,5%. Presentemente o consumo é maior que a produção.

A IMC também extrai potássio em Carlsbad, Novo México. Com suas duas minas a IMC tornar-se-á a maior produtora de potássio no Hemisfério Ocidental,e a única produtora com duas fontes de abastecimento.

O depósito de Saskatchewan é o maior do mundo — com 725 quilômetros de comprimento e 80 de largura. Contém mais que 5 milhões de toneladas de minério disponível para se ex-

(Continua na Página n.º 51)

BOLETIM INFORMATIVO



SDD - SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

RUA STO. AMARO, 28 — RIO DE JANEIRO — GB

Pesquisa para formulação de um programa de desenvolvimento do artesanato feminino em áreas rurais.

O Serviço Social Rural, desejando contribuir para uma real melhoria das condições sociais existentes no campo e intentando transformar êsse setor da vida nacional, em elemento dinâmico da sociedade brasileira, resolveu concentrar esforços em determinados pontos que se revelaram estratégicos, em função do referido objetivo.

Ao pesquisador do complexo rural não é estranho que em grande parte do interior brasileiro não se tenha completado uma diferenciação das atividades rurais dentro do setor primário. Quanto mais subdesenvolvida é a área menos delimitação há dos setores, verificando-se que as atividades de um mesmo grupo se distribuem não só pela agricultura (setor primário) como pelas de transformação (setor secundário) e até mesmo pelas dos serviços (setor terciário).

Um mesmo grupo ou uma mesma família se ocupa, por exemplo de plantar a mandioca, arrancá-la, transformá-la, em farinha e levá-las às feiras; ou em cavar o barro e transformá-lo em telhas e tijolos para depois construir a casa, ou levá-lo ao comprador. Estas formas do complexo rural são responsáveis por inúmeras outras atividades no interior criando problemas que estão a exigir uma ação de presença de um órgão como o SSR.

Verificando, assim, que determinados pontos oferecem condições para uma intervenção da entidade e que entre êstes pontos que chamamos estratégicos, se incluem aquêles vinculados às atividades artesanais femininas, vem o SSR examinar as condições, para um trabalho em relação a essas atividades; e, querendo se apoiar em estudo consciencioso, criou um Grupo de Trabalho, para seguir as normas e processos para uma intervenção nêsse tempo.

A importância do artesanato, num programa de desenvolvimento é evidente. Em areas de escassez de capitais, especialmente áreas rurais, existe grande abundância de mão-de-obra não aproveitada de modo pleno que poderia ser reorientada e incorporada ao esfôrço nacional de desenvolvimento, (enquanto persistir a atual carência de recursos de capital), através de atividades artesanais. Estas se apresentam, portanto, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento econônômico e social. Seria, portanto, uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social. Seria, portanto uma forma de observer a mão-de-obra disponível e elevar a produção de racionalmente planejado — das riquezas paralelas — desde que investimentos que visam à industrialização e à renovação tecnológico da economia rural. O desenvolvimento do artesanato e a elevação do sua produtividade, traz consigo uma série de benefícios: mobilizando parte da mão-de-obra ociosa, permite uma elevação da renda de ponderável parcela da população; elevando o volume dos bens de consumo disponíveis, contribui para o progresso econômico e social. Por outro lado, exigindo pequenos investimentos, permite o emprêgo, em bases rentáveis dos capitais existentes e igualmente, constitui um passo preliminar para o to necessário adestramento da mão-de-obra, num país em rápida transformação econômica.

Dada a condição generalizada de marginalidade a que se vê reduzida a mão-de-obra feminina, não é necessário insistir sôbre a importância de seu aproveitamento em atividades artesanais e as potencialidades que representa, como fator de produção em disponibilidade.

Sendo, de um modo geral, o trabalho feminino aquêle que menos utilizado é em atividades produtivas; sendo por outro lado, verdadeiro que o trabalho feminino é mal remunerado, e, não raro solicitado para atividades incompatíveis com as condições biológicas da mulher, afigura-se portanto, necessário, captar para a produção esta fôrça de trabalho potencial — visando tanto à economia do país, — como um todo, quanto a elevação de "status" sócio-econômico da população feminina em idade de trabalho.

Parece justo portanto a preocupação revelada pelo SSR, em desenvolvimento o artesanato dando prioridade às atividades femininas.

A fim de melhor fundamentar essa programação e melhor estruturar uma política, neste sentido, resolveu o SSR promover uma pesquisa preliminar sôbre o problema com o objetivo de recolher, em todo o país, o material factual necessário, e a opinião indispensável de pessoas que, por sua experiência, dominem suficientemente o assunto. A pesquisa procurará levantar, não só o material imprescindível ao equacionamento do problema mais restrito do artesanato feminino, como, igualmente, informações mais amplas que sirvam de bases para futuras programações.

Para dar execução ao programa foi instituído no Rio de Janeiro, um Grupo de Trabalho, com as seguintes atribuições: realizar um levantamento bibliográfico, o mais completo possível, relativo ao assunto; coletar todo o material necessário não disponível em fontes bibliográficas; com base nas informações coligidas, sugerir normas de ação ao SSR e orientar a pesquisa neste particular.

Nos diversos Estados, serão tomados-informantes especiais, que terão por tarefa própria: a) responder pessoalmente aos formulários e questionários enviados; b) coletar elementos informativos e opinativos a seu alcance; c) enviar a bibliografia e o documentário disponíveis. Estes informantes estaduais constituirão os elementos básicos de todo o programa. Não deverão se limitar, apenas a apresentar as informações sugeridas nos questionários, mas são, também convidados a opinar sôbre qual deverá ser a orientação do SSR em relação ao artesanato rural feminino, e em relação ao artesanato em geral, visando a possíveis futuras programações.

Como pode ser visto pelo formulário elaborado a pesquisa deverá abranger grande variedade de aspectos relativos aos principais obstáculos que se antepõem a um programa de assistência ao artesanato feminino, obstáculos êstes que se resumem nas barreiras estruturais, culturais e de mercado que impedem o desenvolvimento das atividades artesanais. A pesquisa deverá esclarecer aspectos tais como: que atividades selecionar, entre as já existentes, ou que atividades criar, segundo as condições de mercado. Quais as que apresentam potencialidades imediatas de rendimento? Que problemas de financiamento existe? O financiamento atualmente disponível é suficiente para a aquisição de matérias primas e meios de produção? O finaniamento tem caráter usurário? Qual o grau de acesso do produto ao mercado e qual o âmbito dêste? Quais são os problemas tecnológicos? Como ministrar a um aprendizado técnico mais eficaz e etc.

Uma vez conhecendo o SSR os principais problemas relativos ao artesanato e, principalmente, ao artesanato feminino, e contando com a opinião de especialistas na matéria será possível formular as diretrizes a serem seguidas isto é, as formas de intervenção no mercado que se revelarem mais convenientes; as formas de reorganização das relações de produção através de organização de cooperativas ou outras formas de concentração de recursos; a maneira de orientar o artesanato feminino para setores mais rentáveis e de mais fácil colocação? as formas e finalidades de financiamento, tendo em vista a elevação tecnológica; as fontes de financiamento a serem utilizadas e normas de ação quando ao ensino e aprendidado.

Estes são problemas que exigem, não só dados informativos, como também opiniões que traduzam um amadurecimento e uma experiência intransferíveis. O papel dos informantes estaduais é portanto fundamental para o bom êxito da programação intentada pelo S. S. R.

DOCUMENTO I

LOCALIZAÇAO E AVALIAÇAO DOS NÚCLEOS ARTESANAIS. NIVEIS DA PRODUÇAO. GENERALIDADES DA MATÉRIA.

1 — Delimitação das áreas de ocorrências:

1.1 — É o Estado dividido em áreas géo econômicas ou sócio-culturais — ou mesmo fisiográficas — segundo as quais se possa fazer uma distribuição classificatória das atividades artesanais? Anexar, se possível, um cartograma.

2 1.2 — Destas áreas quais as que apresentam atividades artesanais (masculinas ou femininas) econômicamente valiosas? No caso, entende-se por econômicamente valiosa" tôda atividade exercida sob a forma de indústria doméstica ou sob outro sistema de trabalho, cujo resultado seja revestido de significação econômica para o Município ou qualquer outra unidade sócio-administrativa bem como as que apresentem perspectivas de aproveitamento imediato face às condições de mercado.

1.3 — Não havendo a delimitação referida no item 1.1 qual seria a mais apropriada na sua opinião tendo-se em vista o estudo dos problemas artesanais dêsse Estado? Estruturar a delimitação e, dentro dela, responder o questionário.

1.4 — Em relação a cada uma das áreas mencionadas, esclarecer os seguintes pontos, ainda que por estimativa:

1b.1 à população da área;

14.2 — população econômicamente ativa, ocupada em atividades artesanais;

14.3 — ocupações principais dos habitantes;

14.4 — relações econômicas da área, dentro do Estado e com Estados limítrofes.

2 — Ocorrências artesanais. Organização da Produção:

2.1 — Quais os principais produtos artísticos e utilitários, encontrados em cada uma das áreas referidas? — discriminados por grupos artesanais (vide Doc. III). Para cada grupo artesanal, realizar a alistagem das matérias-primas respectivamente utilizadas.

2.2 — Existem comunidades especializadas em alguma atividade artesanal determinada ou que constituam centros de algumas atividades específica? Relacionar essas comunidades, levantado em conta a área e a atividade que a caracteriza.

2.3 — Considerando a atividades acima mencionadas (2.2) como formas de 'produção concentrada', relacionar, do mesmo modo, as formas de "produção dispersa" ou atividades exercidas como indústria-doméstica, através da zona rural.

2.4 — Utilizando o mesmo critério, informar a produção organizada em unidades empresariais" ou "semi-empresariais".

2.5 — No conjunto do sistema referido (produção concentrada, produção dispersa o produção organizada), destacar:

25.1 — as atividades que apresentem maior potencialidade de desenvolvimento (tendo em vista as condições de mercado, competição produto industrializados, obtenção de matéria-prima, possibilidades de exportação para centros urbanos ou outras áreas rurais);

25.2 — as que, por iguais circunstâncias, estejam propensas à decadência ou ao desaparecimento.

2.6 — Para as atividades cuja

produção esteja organizada em unidades empresariais ou semi-empresariais, tentar caracterizar a espécie de "emprêsa", classificando, se possível, os seus diversos tipos — sugerindo-se para êste fim, os seguintes fatôres:

— Forma de organização (cooperativa, empreitada individual, parceria, etc.);

— Mão-de-obra ocupada (quantidade, origem, formas de seleção, sexo, idade, disponibilidades — falta, excesso, etc.)

— Capital empregado, formas de financiamento (oficial, por particulares, usurário, em dinheiro, em espécie, aviamento, etc.);

— Remuneração do trabalho (montante, formas de remuneração salário, diária, parceria, sociedade, em espécie, etc.);

— Contratos formais ou verbais, padrões ideais de relações de trabalho e padrões reais;

— Períodos de trabalho e períodos de vacância. Regularidade da produção e condições de mercado correlatas.

— Volume e valor da produção;

—Custo de produção em dinheiro e trabalho gasto (homens dia ou homens-hora de trabalho para produzir uma unidade).

3 — Da Matéria-Prima. Generalidades

Por atividade realizada em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação à matéria-prima:

3.1 — Fontes e processos de aquisição.

3.2 — Estado de obtenção. Transporte. Custo em geral.

3.v — Volume de aquisição. Estocagem.

3.4 — Transformação.

3.5 — Influência no custo do produto.

3.6 — Matérias-primas disponíveis na área e sua capacidade de aproveitamento para atividades artesanais. Referências.

4 — Da Mão-de-Obra. Generalidades

Por atividade realidade em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação à mão-de-

4.1 — Média do contingente ocupado. Mão-de-obra feminina.

4.2 — Escalões de qualificados, adestrados, aprendizes e auxiliares — em termos de trabalho artesanal. Generalidades

4.3 — Do recrutamento do profissional adestrado e do aprendiz.

4.4 — Capacidade de absorção de mão-de-obra pelas atividades artesanais da área.

4.5 — "Status" social do artesão.

4.6 — Crescimento ou baixa dos contingentes ocupados em atividades artesanais.

4.7 — Formação da mão-de-obra:

47.1 — Como se processa o aprendizado (treinamento familiar, em oficinas de estranhos à família, etc.).

47.2 — Valores culturais associados ao aprendizado artesanal (por exemplo — o aprendizado é visto pela população local como forma de evitar que os filhos fiquem vadiando"?).

47.3 — Valor atribuído pelos jovens ao aprendizado e ao trabalho artesanal; mudanças de motivações por contato com centros urbanos ou pelo desenvolvimento de atividades administrativas.

47.4 — Relações de trabalho entre mestre e aprendiz; remuneração da aprendizagem.

47.5 — Artesanato e organização familiar.

47.6 — Implicações legais sôbre a aprendizagem

5 — Do Equipamento. Generalidades.

Por atividade realizada em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação ao equipamento:

5.1 — Índices de manualismo, mecanização ou semi-mecanização.

5.2 — Enumerar e se possível, descrever gráfica ou fotogràficamente, o equipamento empregado — máquinas e ferramentas.

5.3 — Origem de equipamento. Fonte de obtenção. Custo. Duração

5.4 — Deficiências do equipamento. Rudimentarismo Defeitos estruturais quando construídos pelo próprio artesão.

5.5 — Posse ou propriedade. Modo de utilização (caso os instrumentos não pertençam ao trabalhados ou produtor autônomo, verificar como se faz o pagamento pelo uso dos meios de produção — participação na produção sob alguma forma, aluguel; débito em conta-corrente, caso existam formas de relações de produção semelhantes no aviamento; etc).

5.6 — Incidência do equipamento no custo da produção (quantum e forma).

6 — Da Produção Generalidades.

Por atividade realizada em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação à produção:

6.1 — Quantidade. Taxas de uniformidade e variação.

6.2 — Qualidade. Fatôres de ordem técnica material e de ordem artístico-criadora.

6.3 — Estocagem.

6.4 — Sobras e aroveitamento de material.

6.5 — Manifestação de elementos tradicionais: na técnica, nas formas e motivos, e na nomenclatura.

6.6 — Influências genéricas e específicas de produtos industrializados e das tendências do mercado.

6.7 — Custo: investimento, sobrecarga e lucro.

7 — Da Comercialização. Generalidades.

Por atividade realizada em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação à comercialização:

7.1 — Prêço do produto acabado. Prêço ou intermediário Prêço ao consumidor.

7.2 — Sistema de distribuição. Diretamente. Intermediário Cooperativa.

7.3 — Rêde de intermediários Relações entre produtor e intermediário. Formas de pagamento.

7.4 — Destino da produção. Transporte utilizado. Cruz do transporte sôbre o custo.

7.5 — Embalagem. Capacidade material do produto para uma distribuição mais extensa.

8 — Do Mercado — Generalidades

Por atividade realizada em

cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação ao mercado:

8.1 — Expansão ou retração do mercado. Se possível, fornecer dados sôbre evolução dos preços e custo. Procura local ou externa. Evolução da produção (crescimento ou retração)

8.2 — Formas de acesso ao mercado. O produtor tem livre acesso ao mercado?, Feiras?, etc. O produtor é afastado do mercado pelo intermediário monopolista?? A produção é adquirida por determinados comerciantes para revenda ao consumidor?

8.3 — Caso a produção se destine ao mercado local, fornecer informações sôbre condições de absorção, evolução do poder aquisitivo da população. Possibilidade de aquisição de produtos substitutivos ou imprescindibilidade da produção artesanal local, etc.

8.4 — Fatôres que interferem no mercado. Generalidades.

8.5 — Concorrências com produtos industrializados (Exemplificar).

8.6 — Interêsse turístico. Artesanato do souvenir".

8.7 — Possibilidade de ampliação do mercado através da exportação

9 — Das Implicações Legais. Generalidades.

Por atividade realizada em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação às implicações legais:

9.1 — Referência às dificuldades ou facilidades criadas, pela legislação vigente. O fisco.

9.2 — Referência às diretrizes de uma legislação propícia às atividades artesanais. Referência minuciosa a algo existente neste sentido ou a projeto relativo.

10 — Artesanato e Padrões Culturais:

Analisar as manifestações artesanais — nos casos adequados e na medida que se fizer possível — sob os seguintes aspectos:

10.1 — Atividades artesanais definidas segundo o sexo; mudanças.

10.2 — Atividades artesanais, hábitos alimentares. Tabús Crendices

10.3 — Artesanato e festas populares, festas como surgimento eventual do mercado para a produção doméstica de doces, bolos, bebidas, etc.

10.4 — Artesanato e festa familiares (bordados, rendas, colchas e congêneres, destinadas a festas de batizado, casamento, aniversários, etc.).

10.5 — Artesanato e cultos religiosos.

10.6 — Tradição artesanal — africana, lusa e indígena. A culturação. Decorrências.

10.7 — Artesanato — cultura-folk: Tradições de trabalho. Agremiações profissionais. Direito costumeiro do trabalho. O que fazem enquanto trabalham Cantos de trabalho. Cooperação e trabalho coletivo (adjutório ou mutirão). Nomenclatura folclórica das matérias-primas, ferramentas etc. Adagiário. Artesãos famosos e lembrados. Feiras Sistemas tradicionais de compra e venda. Designações típicas da moeda e dos indivíduos envolvidos no comércio. Direito costumeiro do comércio. Ritos comerciais. Outros temas.

11 — Pedidos de Sugestões:

11.1 — Já se realizaram, no Estado, exposições de produtos artesanais de qualquer espécie? Qual o resultado? É proveitosa a realização de tais exposições?

11.2 — Mostra-se possível, dadas as condições de mercado, o desenvolvimento das atividades artesanais, artísticas ou utilitárias, de modos aproveitar, em tais atividades, a disponibilidade de mão-de-obra e de matéria-prima?

11.3 — Mostra se viável a realização de atividades cooperativistas entre artesãos? Existe alguma forma de atividade cooperativa formal ou tradicional na área, mesmo que vinculada ao artesanato (mutirão, por exemplo? Qual a atividade do povo em relação a tais atividades cooperativistas? Que sugestões poderia oferecer quanto à organização de cooperativas entre artesãos?

11.4 — Qual seria a melhor maneira de ser elevada a tecnologia da produção artesanal, em bases realista, econômicas, e tendo em vista as condições de mercado? Quais os meios de produção que deveriam ser levadas ao produtor? Outras sugestões.

11.5 — Quais as possibilidades de ser lançado um programa efetivo de treinamento e assistência ao artesanato? De que maneira deveriam os órgãos oficiais intervir na comercialização da produção?

11.6 — Já há, no Estado, alguma experiência desta ordem ou já foi, alguma vez, tentando projeto semelhante?

11.(— Diretrizes gerais para um programa objetivo.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

ADMINISTRADOR
DO CONSELHO NACIONAL

JOÃO JUVENAL JAYME RICCI AYRES

PROJETO DA PARAIBA PARA DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE

ESQUEMA PARA A PARTE ARTESANAL

Dentro de programa de emergência para a Paraíba, o projeto artesanal pode ser encarado de duas maneiras: simples assistência às atividades artesanais existentes visando nos problemas de financiamento, através de cooperativismo ou diretamente, à melhoria de padrões e tipos, comercialização etc. ou com a inteira responsabilidade do programa, criando projetos específicos.

Para o 1.º caso, essa assistência artesanal pode ficar dentro das cooperativas mistas que examinariam o problema do financiamento per si e os de comercialização, mercado, etc. No que toca ao problema de assistência técnica de melhoria de tipos ou de correção de processos essa assistência poderia ser dada através de ajuda do Plano de Assistência Técnica previsto pelo Programa de Artesanato do PAT 62.

PRIORIDADE PARA INTERVENÇÃO — É preciso o maior cuidado nessas opções para estímulo ao artesanato. Se a escolha não se fizer com bastante critério, poder-se-á levar a um insucesso e a desilusões dentro do movimento. A opção não só para o lugar onde se deve fazer a intervenção ou provocar essa ajuda caber ao CR da Paraíba. Dentro da área-problema sugerida para o para o Programa de Emergência para Desenvolvimento de Comunidades ocorrem localidades onde existem movimento artesanal digno de estímulo não só creditício como de melhoria de suas técnicas e da possível ampliação da produção e dos seus mercados.

As comunidades especiais estão compreendidas nos seguintes municípios ou distritos: Campina Grande, Guarabira, Juarez Távora, Serraria, Gurinhem. O artesanato alimentar, no entanto, é comum a tôda área.

Em casos especiais e quando o Grupo artesanal se encontra muito distante do Centro comunitário que se pretende organizar pode se levar a ajuda a êsses grupos através da criação de cooperativas de apôio mútuo tipo CUNA e de ajuda de algum material necessário à melhoria das condições de fabrico e, bem assim das de comercialização e garantia de mercado. Não devem ser esquecidas no Programa exposições dos produtos fabricados, de um stand de exposição permanente na Capital ou em algumas cidades regionais de maior vulto dentro da área que possam intensificar o comércio de certos tipos de produtos artesanais.

Outro objetivo que deve merecer prioridade é o da assistência ao artesanato alimentar. A melhoria da produção da farinha de mandioca, o seu enriquecimento, produção de vinhos, melhoria de técnicas, para a conservação alimentar, produção de dôces etc. devem ser examinadas como objetivo e merecer prioridade quando esta ocupação fôr realmente mais intensa e de maior vulto na comunidade ajudada.

Projetos específicos:

Para o caso de projetos específicos temos que prever informações para cada um dêles compreendendo:

Introdução
Características gerais
Produtos
Custos
Matéria prima
Fôrça de trabalho
Transportes
Dimensionamento da atividade

(000)

Capacidade atual das atividades

Possibilidades de aumento
Especificação de produtos
Unidade de fabricação a recomendar para algum projeto de maior porte.

Matéria Prima

Operações para obtê-la

—(000)—

Trabalho direto
Trabalho indireto

—(000)—

Ferramentas necessárias fora máquinas ou aparelhagem de maior vulto.

—(000)—

Local de trabalho para unidade maior.

—(000)—

Trabalho em residências
Loyout da unidade maior se necessário.

—(000)—

Fôrça manual
Fôrça motriz
Aguas

—(000)—

Treinamento operacional

Embalagem e transporte
Estudo ou ligeira pesquisa de mercado.
Problemas de intermediários

Nota:

Não é possível no caso de artesanato, onde se vai desenvolver atividade econômicas, pensar em têrmos apenas de esquemas gerais. O melhor é que o SSR nêsse programa, e atenha apenas ao trabalho educativo, de assistência ao trabalho e não estímulo à produção. O estímulo à produção se não fôr examinado em têrmos especificamente econômicos, poderá trazer prejuízo às comunidades, se daí resultar insucesso.

Os grupos profissionais que caem em decadência se tornam mais difíceis do que os que estão sem uma orientação ou apenas em estágio de semi-ocupação

(Conclusão da pág n. 22)

na parte de sua fazenda com valentia, para depois entregá-la passivamente, de graça, acovardado, porque não ouviu seus líderes, porque não cumpriu com suas obrigações junto a seu órgão de classe?

Vamos dar todo apoio à nossa entidade e criar em cada Associação Rural um sindicato, para discutir democràticamente com o trabalhador rural os direitos de ambos, para defesa dos que produzem em todo o território nacional

Unamo-nos para sobreviver ou continuemos no atual indiferentismo, para vitória do inimigo.

Vá hoje visitar sua Associação e saber o quanto deve, indagando se pode ser útil em alguma coisa. O que V. não pode, fazendeiro do Brasil, é continuar deixando seu barco à matatona, desgovernado rio a baixo, pois não tardará o dia em que, quando menos esperares, terás pela frente uma forte cachoeira, onde naufragarão seus senhos, sua inércia, sua desídia, seu conformismo, sua indolência.

É preciso união para vencer a demagogia e salvar o Brasil

Aos Presidentes de Associações, que julgarem êste artigo útil, peço mandarem extrair cópias para serem remetidas a todos e publicarem o mesmo em jornais do interior, para maior divulgação.

Descoberto o maior depósito de...

(Conclusão da pag 44)

trair. A I.M.C. dispõe de direitos minerais em uma superfície que se aproxima à 90.000 alqueires.

Os economistas calculam que eventualmente a produção de potássio alcançará o segundo lugar de importância, perdendo sòmente para a produção de trigo em Saskatchwan, Canadá, e constituirá o sexto mineral em valor de prdoução total de minérios dêste país.

A IMC (Canadá) Ltd., é uma emprêsa subsidiária da International Minerals & Chemicals Corporation. A emprêsa mãe tem 70 minas e fábricas nos Estados Unidos, Canadá e México.

Esta Companhia é a maior produtora particular de fosfato do mundo e a maior fornecedôra de materiais para fundição, Cerâmica, alimento e produtos farmacêuticos. Seus produtos são vendidos em 60 países do Mundo Livre.

... NACIONAL ... E DAS
... DO ESTADO DA ...

A LAVOURA

ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

FUNDADA EM 1897

ANO LXV

NOVEMBRO-DEZEMBRO, 1962

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo — LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável e Redator-Secretário
LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD

Redator Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

GENERAL JUSTO 171
Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245
RIO DE JANEIRO

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA
RUA XAVIER DE TOLEDO, 70
8.º and. S. 810 Tel.: 33-1432
End. Tel.: "LINEFE" C. P. 7257
— SÃO PAULO —

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados



O nôvo trator Massey-Ferguson MF-50, agora fabricado no Brasil, apresenta o mais avançado desenho para um trator agrícola, aliado às revolucionárias características do notável motor Diesel Perkins.

Sendo também o único trator nacional dotado com sistema Ferguson, o MF-50 permite: engate em três pontos, contrôle operacional hidráulico, maior tração sem excesso de pêso e estabilidade inigualável.

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	Dr. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente		LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
2.º Vice-Presidente	—	KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente	—	
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	JOSÉ ARISTOBULO DE CASTRO FILGUEIRAS
4.º Secretário	—	GERALDO GOULART DA SILVEIRA
1.º Tesoureiro	—	RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO
FLAVIO DA COSTA BRITTO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
JULIO CESAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA		OCUPANTE
1 — ENNES DE SOUZA	—	
2 — MOURA BRASIL	—	Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	—	Geraldo Goulart da Silveira
4 — BARÃO DE CAPANEMA	—	Kurt Repsold
5 — ANTONIO FIALHO	—	Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLAU BELLO	—	
7 — SYLVIO RANGEL	—	Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEÃO	—	Frederico Murtinho Braga
9 — LAURO MULLER	—	Valentim F. Bouças
10 — MIGUEL CALMON	—	Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	—	Joaquim Bertino de M. Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	—	Edgard Teixeira Leite
13 — SIMÕES LOPES	—	Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	—	Jayme Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZORIO	—	Paulo Simões Lopes
16 — TRAJANO MEDEIROS	—	Luiz Guimarães Junior
17 — PAULINO CAVALCANTI	—	[illegible]
18 — FERNANDO COSTA	—	Julio Cesar Covello
19 — SERGIO DE CARVALHO	—	Oswaldo Balarin
20 — GUSTAVO DUTRA	—	Ignácio Tosta Filho
21 — JOSÉ TRINDADE	—	José Augusto B. de Medeiros
22 — IGNACIO TOSTA	—	Fábio Luiz Filho
23 — JOSÉ SATURNINO	—	Mario Penteado de F. e Silva
24 — JOSÉ BONIFACIO	—	
25 — LUIZ DE QUEIROZ	—	Francisco de Assis Iglésias
26 — CARLOS MOREIRA	—	Alfredo L. de Ferreira Chaves
27 — ALBERTO SAMPAIO	—	Honório Monteiro Filho
28 — NAVARRO DE ANDRADE	—	José Carlos de Macedo Soares
29 — ALFREDO TORRES	—	Romulo Cavina
30 — SÁ FORTES	—	Otto Frensel
31 — THEODORO PECKOLT	—	Rômulo Joviano
32 — RICARDO DE CARVALHO	—	Oswaldo Lazzaroni Peckolt
33 — BARBOSA RODRIGUES	—	José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA CAMPOS	—	Silvio Fróes de Abreu
35 — AMERICO BRAGA	—	José Assis Ribeiro
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	—	Moacyr Alves de Souza
37 — MELLO LEITÃO	—	José Carlos Bello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	—	Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	—	
40 — GETULIO VARGAS	—	Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache. Suplente, Luiz Marques Poliano; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicação dos Empréstimos Rurais** — Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Interamericano de Comércio e Produção** — Dr. Edgard Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes Suplente; Alberto Ravache; **Conselho do Mérito Agrícola** — Luiz Simões Lopes, Suplente; Ben Hur Raposo; **Conselho Regional do S.S.R. da Guanabara** — Abel de Almeida; **Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara** — Juvenal da Silva Azevedo

Associativismo Rural

Nasceu o Associativismo Rural, na República, na cidade do Rio de Janeiro, atual Estado da Guanabara, em 1897 quando um ilustre Engenheiro patrício cheio de entusiasmo pela agricultura, verificando o desamparo em que a mesma caíra após a proclamação da República, unido a um grupo de idealistas, fundou a Sociedade Nacional de Agricultura.

Houve uma preparação demorada para o advento dessa antiga e respeitada entidade de classe: O Dr. Ennes de Souza, juntando esforços aos do Marechal Baurepaire Rohan, com seus "Comícios Agrícolas" na zona rural guanabarense, e no Estado do Rio, reunia lavradores, realizava exposições agrícolas despertando nêles o espírito de união que, em 16 de janeiro, se coroaria com a instalação solene da SNA no salão nobre da Escola Politécnica.

Em 1901, com a realização do 1.º Congresso Nacional de Agricultura, ficou deliberado que a Sociedade pugnaria junto ao Congresso Nacional por três diplomas, visando: o restabelecimento do Ministério da Agricultura; o Cooperativismo e a Sindicalização Agrícola.

A lei dos Sindicatos Agrícolas surgiu em 1903; a do Cooperativismo em 1907, bem como a que restabelecia o Ministério da Agricultura.

A Classe Rural, contudo não se achava ainda preparada, apesar dos muitos Sindicatos e Sociedades então fundadas e a sua reunião em tôrno dêsses tipos de associação, além de lenta, era pouco consistente. Contudo, o Sindicato Central dos Agricultores do Brasil chegou a ser instalado na sede da Sociedade Nacional de Agricultura.

Inácio Tosta, Cristiano Cruz, Wenceslão Bello, João Batista de Castro, e mais recentemente Miguel Calmon, Ildefonso Simões Lopes e Arthur Torres Filho, para só citar alguns, comandaram essa longa e árdua campanha com tenacidade e patriotismo.

A 7 de dezembro de 1928, após penoso trabalho preparatório em todo o Brasil, fundava a Sociedade na então Capital da República a Confederação Rural Brasileira que, por falta de raízes nos municípios e nos Estados não alcançou os objetivos dos seus idealizadores.

Entendeu então o corpo dirigente da SNA, verificando que não seria possível a organização da classe por meio de Sindicatos do tipo trabalhista e que uma lei específica deveria ser promulgada, para, em tôrno dela alcançar-se o objetivo da união nacional da classe.

E foi assim que, por iniciativa da SNA, surgiu em 1945 o Decreto Lei 8.127, de 24 de outubro, que estabeleceu a organização da classe hoje representada por cêrca de 2.000 associações municipais, 22 federações nos Estados, tendo por cúpula a Confederação Rural Brasileira.

É êste sem dúvida um dos maiores serviços prestados pela SNA ao Brasil.

Este pequeno registro de fatos que já vão longe visa a tornar mais conhecida uma atuação que alguns ainda infelizmente ignoram.

VISITA À SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA O MINISTRO COSTA LIMA

Estêve recentemente em visita de cortezia à Sociedade Nacional de Agricultura o Ministro da Agricultura, Dr. Renato Costa Lima.

O Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da entidade, deu as boas vindas da velha instituição ao Titular da Pasta da Produção, acentuando a mútua ligação que sempre existiu entre a Sociedade e o Ministério da Agricultura.

Agradecendo, o Sr. Costa Lima, fez minuciosa exposição a respeito da reforma de seu Ministério, acentuando que, como ruralista, não podia dispensar a colaboração de entidades como a S.N.A., cuja atuação louvou, por conhecê-la de longa data, mesmo antes da fundação da Confederação Rural Brasileira.

A meta do Ministério da Agricultura — disse — é trabalhar com afinco diretamente com o homem do campo, assistindo-o de perto e solucionar seus problemas. Aludiu à reestruturação que o Ministério está sofrendo e cuja necessidade ressaltou, para, por fim proclamar a indispensável cooperação de tôdas as entidades ligadas à vida rural. "Só através de uma linha comum é que se pode trabalhar em conjunto e alcançar bons resultados". Disse ainda o Ministro que na reforma realizada foi obtida a conjugação do trabalho dos agrônomos e veterinários. Não é mais possível deixar de aceitar como pacífica a tese de que o trabalho da produção vegetal deve ser realizado em estreita vinculação com o da produção animal. E citou como resultado dessa falta de conjugação o que aconteceu em certas regiões dos Estados Unidos, nas quais há utilização de fertilizantes químicos, como único meio de correção do solo levou tais regiões a uma situação de quase deserto, em contraste com outras onde a pecuária se realizou intimamente vinculada à lavoura.

O Presidente e os Diretores da S.N.A. convidaram o Ministro Renato da Costa Lima a visitar a Escola de Horticultura Wenceslao

(Continua na pág. 26)



Sessão da Sociedade Nacional de Agricultura, presidida pelo Dr. Luiz Simões Lopes, durante o qual foi conferido o título de Sócio Honorário, ao Dr. Renato Costa Lima, Ministro da Agricultura



Perante a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, o Ministro da Agricultura, Dr. Renato Costa Lima, quando fazia uma exposição sobre as atividades de sua Pasta

REMINISCÊNCIAS

HORTO FRUTÍCOLA DA PENHA

LUIZ MARQUES POLIANO

"A convite do Sr. Dr. Paulino Cavalcanti, fomos anteontem visitar a Fazenda Grande, no arrraial de Penha, onde está estabelecido o Horto Frutícola, a cargo da Sociedade Nacional de Agricultura.

A impressão que recebemos dessa visita foi além da nossa espectativa.

Sabíamos que a Fazenda Grande era um dos pontos mais pitorescos dos subúrbios desta Capial.

Cercada de muros, de um lado, e do outro, servida por magnífico porto de mar, estende-se entre êsses dois extremos uma planície de vegetação luxuriante, e essa Fazenda, antigamente pertencente a diversos, que não cuidaram do cultivo de suas terras, hoje apresenta um aspecto belíssimo, embora não esteja ainda terminado o trabalho necessário para o seu completo desenvolvimento.

Vimos ali trabalhar diversos arados, de um e dois discos; desterradôres, grades para a limpeza do terreno, e ficamos impressionados com a rapidez com que êsses aparêlhos funcionam, preparando um terreno para plantação em tempo em que não poderia ser o serviço feito se nêle estivessem ocupados 20 homens, pelo menos.

Examinamos o tanque para observação das plantas exportadas; ali ficam, e mediante processo adequado revelarão qualquer moléstia de que estejam atacadas. Se forem julgadas sãs, passarão para outro pôsto de observação, a fim de ser conhecido o seu estado de viabilidade.

Em frente à Estrada de Ferro Leopoldina estão sendo arados dois alqueires de terra para a plantação do pomar modêlo, para o qual a Sociedade Nacional de Agricultura, já além de árvores frutíferas nacionais de tôdas as espécies, muitas estrangeiras, sendo de notar, entre elas, a árvore da Cámphora, a Oliveira Portuguêza e a Sebifera (árvore do sebo), de cujos frutos se extráem preciosos elementos para a fabricação de velas.

Visitamos o estábulo e cocheiras; de construção econômica de madeira, fôlhas de zinco e esteio de ferro, partindo dali um encanamento de ferro para os resíduos, que vão ter a uma fossa de uma estrumeira, higiênicamente preparada.

Está sendo montado agora um colmeal modelo feito de madeira e coberto de sapê, sendo aproveitados todos os processos modernos para a colheita do mel.

O Diretor do Horto é o Sr. Dr. Baptista de Castro; o Superintendente o Sr. Dr. Paulino Cavalcânti e o Ajudante o Sr. Elias de Aguiar, em cuja casa nos foi oferecido opíparo almôço.

À mesa sentaram-se além das famílias dos Srs. Paulino Cavalcânte e Aguiar, muitos lavradores da zona, entre os quais o Sr. Francisco José Lôbo Júnior, Agricultor da Penha.

Amistosos brindes foram levantados, entre os quais o do Sr. Paulino Cavalcânti e do nosso companheiro Dr. Eduardo Machado ao Dr. Oliveira Bello, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura".

A impressão acima consta de um velho livro de visitantes ao estabelecimento que é hoje a Escola de Horticultura Wenceslão Bello. Traz a data de 8 de outubro de 1907 e é da autoria do Dr. José de Avellar Figueira de Mello.

(continua na página 6)

ASSOCIATIVISMO

Associação Rural de Franca

É a seguinte a atual diretoria da Associação Rural de Franca, Estado de São Paulo:

Presidente — Fábio de Salles Meireles;

1.º Vice-Presidente — Odilon Lemos Jacintho;

2.º Vice-Presidente — Laércio de Andrade;

1.º Secretário — Jarbas de Andrade Franco;

2.º Secretário — Elmar Jacintho Guimarães;

1º Tesoureiro — Luiz Sandoval Braga;

2.º Tesoureiro — Calixto Neves de Freitas.

Centro Social "Coronel Pedro Osório"

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente de Honra — Dr. Francisco L. A. da Fonseca;

Presidente — Elson Barbosa Borba;

Vice-Presidente M José Antônio Fernandes da Silva;

1.º Secretário — José Henrique Souza da Silva;

2.º Secretário — Delamar Nunes Barbosa.

1.º Tesoureiro — Valder Tavares Dourado;

2.º Tesoureiro — Francisco Marcos Pereira Lucas.

Associação Rural do Vale do Rio Grande

É a seguinte a atual diretoria da próspera Associação Rural localizada em Barretos, Estado de São Paulo:

Presidente — Josaphat Marcondes;

Vice-Presidente — Amaury Bernardes;

1.º Secretário — Dr. Mozart Ferreira;

2.º Secretário — Dr. Adonis R. de Mendonça;

1.º Tesoureiro — Alberto Seragini;

2º Tesoureiro — Walmiro Prado de Lima.

Horto Frutícola...

(continuação da página 5)

que o visitou "por determinação do Dr. Miguel Calmon", ao tempo Ministro da Indústria Viação, e Obras Públicas — Secretaria de Estado que, então, cuidava, através uma de suas Secções, dos negócios da Agricultura. O papel de fomento agrícola estava, por assim dizer, com a S.N.A., que recebia uma verba na ocasião apreciável para a distribuição de mudas e sementes. E isto durou algum tempo, até que se criou o Ministério da Agricultura.

Ali se vêem citados saudosos e caríssimos nomes ligados à S.N.A. — João Baptista de Castro, o entusiasta do Cooperativismo e do Sindicalismo rural, então Diretor do Horto; Manoel Paulino Cavalcanti, depois diretor do estabelecimento e do Pôsto zootécnico Federal de Pinheiros, e que nos últimos tempos de sua vida útil à coletividade, planejou a transformação do Horto na atual Escola de Horticultura; Elias de Aguiar; Jobo Júnior — fazendeiro de tradição na região, havendo hoje uma rua com o seu nome.

O precioso alfarrábio voltou a funcionar, pois suas velhas páginas disponíveis continuam hoje a receber as impressões daqueles que se abalançam a ir até o velho "arraial" da Penha.

HOLANDA - PAGAMENTO DO LEITE NA BASE DE SUA QUALIDADE

Desde a introdução do beneficiamento industrial do leite, o modo mais acertado de pagamento aos pecuaristas deu motivo a inúmeros estudos, pois para as indústrias de laticínios é de suma importância definir-se, da maneira mais exata possível o valor industrial do leite que, por sua vez, depende também dos produtos a serem fabricados do mesmo.

Na prática, foi a invenção do método "Gerber", para a definição do teor de gordura, que resultou na sua adoção geral como base para o pagamento do leite. Concomitantemente, entretanto, foram introduzidos ainda outros critérios como, por exemplo o teor calculado de gordura (levando-se em conta também o pêso específico do leite), o prêmio de queijo (pago posteriormente na forma de um bônus por quilo de leite beneficiado) e a qualidade (grau de contaminação com bactérias, impurezas, etc.). Nenhum dêstes critérios, entretanto, alcançou o mesmo êxito que o método "Gerber". Mas os estudos continuaram especialmente na província da Frísia, onde se sentiu a ecessidade de avaliar, além da gordura, também a albumina do leite. Esta forte tendência se compreenderá melhor com o conhecimento do destino industrial do leite, naquela província, quanto aos seus produtos: 60% para a produção de queijo, 25% para a produção de leite condensado, 2% para a produção de manteiga, 6% para leite de consumo e 7% para alimentação de gado. Vê-se que especialmente na fabricação de queijo, leite condensado e leite em pó o teor de albumina influi diretamente no rendimento industrial por 100 quilos de leite. A fim de se obter uma idéia melhor sôbre o assunto em aprêço, foi iniciado, no ano de 1957, o contrôle do teor de albumina de um grande número de vacas já submetidas também ao contrôle leiteiro normal (contrôle da produção e do teor de gordura). Os resultados foram publicados sob a forma de uma tese, defendida pelo Dr. Politick e denominada: "A influência da hereditariedade e das condições dos arredores sôbre a composição do leite de vacas na província da Frísia e a possibilidade prática de seleção baseada no teor de albumina".

Uma das conclusões importantes desta tese brilhante é que o teor de albumina no leite depende, em grande parte, de fatôres hereditários e que, consequentemente, deve ser considerado passível de aumento por meio de medidas de seleção, já que os dados colhidos demonstram claramente que o mesmo varia bastante no leite das vacas controladas.

Outras conclusões, não menos importantes, são que tanto o teor de gordura, como também o teor de albumina são definidos, em grau mais ou menos idêntico, por fatores hereditários e que, em grande parte, ambos os teores se transmitem, independentemente um do outro, dos pais aos filhos.

Embora a variação no teor de albumina seja menor do que no teor de gordura, é sempre ainda de tais proporções que a seleção nesta base deve ser considerada proveitosa.

Mas para poder empreender tal seleção tornava-se necessário solucionar o velho problema de definir, de maneira prática e bem rá-

pida, o teor de albumina do leite, simultâneamente com o controle leiteiro. Uma vantagem adicional de tal solução seria ainda a possibilidade de se pagar o leite na base do seu teor de albumina realizando-se, assim, as aspirações a respeito das indústrias laticinistas.

O já conhecido método de Kjeldahl, embora cientificamente justificável, não serve para a execução de análises em massa. Entrementes, já foram elaborados outros sistemas, tais como a titulagem com aldeido fórmico, a definição refratométrica e a destilação alcalica com vapor.

Foi o último sistema, descrito em 1950 por Kofranyi, que provou ser o mais apropriado para análises de rotina.

Conforme pesquisas realizadas no Laboratório de Laticínios da Universidade Rural, em Wageningen, deu resultados suficientemente exatos.

Assim, a instalação do laboratório, construido em 1957 pela Associação de Fábricas Cooperativistas de Laticínios da Frisia, foi baseada no princípio desta destilação alcalica com vapor. Cumpre acrescentar ainda que, nos últimos meses, está ganhando terreno um outro método baseado na absorção quantitativa de uma matéria corante pela albumina do leite no laboratório laticinista de Zutfen. Oferece também boas perspectivas.

Na província da Frisia paga-se o leite na base do seu teor de albumina desde 12 de maio de 1957, enquanto que a seleção baseada neste teor, foi iniciada em 1 de outubro de 19 7.

Embora a experiência neste terreno não seja ainda muito grande, talvez fôsse interessante relatar alguns resultados já alcançados.

Como já foi explicada anteriormente, a definição do teor de albumina deve ser feita de maneira rápida, simples e suficientemente exata. Pois no momento, por exemplo nada menos do que 6.000 — 7.000 amostras de leite devem ser analisadas diàriamente. Uma vez que se efetua o pagamento

do leite na base do seu teor de albumina, os fornecedores demonstrarão, automàticamente, interêsse em conhecer êstes dados também de cada uma das suas vacas separadamente, não somente por questões financeiras, mas também visando a seleção nesta direção que se tornará necessária. Em 4 semanas, ou sejam 20 dias de trabalho, entrega-se no laboratório uma média de 17.000 amostras para fins de seleção. Para ambos os fins somente se tira uma amostra por quatro semanas, pois observou-se que esta frequência é suficiente, levado-se em consideração a produção total por período de lactação. Realmente durante um período de pagamento o teor de albumina pode demonstrar algumas oscilações, mas estas são insignificantes e além disso, no decorrer de um ano, as diferenças casuais e sistemáticas quase se neutralizam.

Não é aconselhável tomar-se como base amostras tiradas diàriamente, reunidas e conservadas durante um período quinzenal de pagamento, pois, primeiramente, as amostras a serem analisadas devem ser de boa qualidade bacteriológica e isso implicaria em certas dificuldades de organização.

Devem as fábricas, portanto, receber em tempo os dados sôbre o teor de albumina a fim de poder preparar, com a devida antecedência as contas dos fornecedores.

No laboratório central da Frísia o quadro de pessoal é, no momento, composto de 1 diretor, 3 chefes, 26 funcionárias, 3 expedidores, 2 lavadores, 4 pessoas para serviços administrativos e 2 outros operários.

As despesas por amostras analisadas importam em 0,35 florins, ou seja, mais ou menos Cr$ 14,00 (na base da cotação livre). Para o cálculo do valor da gordura e da albumina do leite toma-se por base o rendimento bruto do leite de composição média numa fábrica de manteiga e queijo. Na Frísia, aproxima-se êste rendimento, para um certo período quinzenal de pagamento, com base nos dados disponíveis do ano corrente e do ano passado e ainda nos preços momentâneos dos produtos e subprodutos a serem fabricados do leite de já conhecida composição.

O preço bruto da gordura é simplesmente deduzido do preço da manteiga na praça. O preço bruto da albumina é calculado diminuindo-se o rendimento bruto com o valor da gordura e dividindo-se o resto pelo teor médio de albumina.

O sistema de cálculo do preço do leite a ser pago aos fornecedores foi elaborado de tal maneira que, para elevados teores de albumina, êste preço fica num nível melhor do que o preço calculado exclusivamente na base do teor de gordura, enquanto que para teores baixos de albumina dá-se o contrário. Portanto, a relação albumina-gordura se torna muito importante. Sendo esta relação, por exemplo, igual a 0,850, o fornecedor receberá, para o seu leite, um preço melhor do que sob o sistema antigo de pagamento na base exclusiva da gordura. Para uma relação de, por exemplo, 0,750 o preço será, entretanto, menor.

Os valores brutos da gordura e da albumina estão naturalmente, em função dos preços na praça, para respectivamente a manteiga e o queijo. Na Holanda os preços da manteiga normalmente não variam muito, mas isto não se pode dizer dos preços do queijo. Assim, na prática, os preços da albumina oscilam acompanhando os preços do queijo. Entretanto, quando, por exemplo os preços da manteiga apresentam uma queda, o preço da albumina eleva-se independentemente do preço, naquele momento, do queijo, para sòmente depois acompanhar novamente êste último.

O número de vacas registradas, na província da Frísia, para participar do contrôle de albumina, já passou de 100.000, enquanto que em 4 outras províncias chegou a mais de 40 000. Em tôdas as outras províncias estão sendo tomadas as necessárias medidas a fim de se poder introduzir, em breve, o nôvo método para o melhoramento ulterior das qualidades leiteiras do rebanho holandês.

Em outro artigo a ser publicado dentro em breve, serão considerados os dados já colhidos sôbre a composição do leite.

A V I C U L T U R A

ENTEREPATITE DOS PERUS

Luiz Otavio Pires Leal
(Veterinário C.N.A.)

Por ser a mais freqüente e a que causa um maior número de mortes, a enterepatite é a mais importante doença dos perus. Ataca animais de tôdas as idades, sendo mais grave, entretanto, nos jovens que morrem na proporção média de 90% nos 12 a 14 dias apos o aparecimento dos primeiros sintomas. Os adultos mais resistentes, podendo registrar uma mortalidade média de 20%. A cura completa é muito difícil. Os que não morrem, comumente transformam-se em *portadores*, isto é, embora sem apresentarem a doença, têm a capacidade de transmiti-la.

SINTOMAS E LESÕES

As aves doentes perdem a vivacidade; ficam tristes, abatidas, com as asas caídas. A cabeça toma uma coloração azul escura (cianose), motivo porque a doença é chamada "black-head" (cabeça negra) pelos criadores de lingua inglêsa, denominação, aliás, imprópria por não ser a enterepatite a única doença que produz tal sintoma. É frequente o aparecimento de diarréia amarelo-escura persistente.

Abrindo-se um animal morto de enterepatite, vamos encontrar lesões típicas no fígado, que fica aumentado e com manchas circulares de côr verde clara.

Na primeira porção do intestino grosso (ceeum), encontraremos uma massa consistente, de cheiro repugnante.

O QUE CAUSA A DOENÇA

A enfermidade é causada por um protozoáico, parasito muito pequeno, sòmente visivel com o auxilio do microscópio. O nome científico do agente causador da doença é HISTOMAS MELEAGRIDES, motivo porque se dá, também, onome de bistomoniase a esta infestação.

O protozoário vive no interior dos ovos de um tipo de verme redondo (HETERAQUIS GALLINAE) que muito frequentemente parasita o intestino das galinhas. Os ovos dos vermes contendo o protozoário causador da doença, uma vez expelidos com as fezes das galinhas, vão contaminar outras galinhas ou os perus.

As galinhas são muito mais resistentes à "infecção" (infestação) do que os perus e nelas a doença é de curta duração e geralmente não fatal. Elas, porém embora aparentemente sadias, conservam-se poradores e, portanto, são capazes de transmitir a doença nos perus.

COMO EVITAR A DOENÇA

Deduz-se desde logo que a principal medida a ser tomada no sentido de ser evitada a doença nos perus é não permitir, sistemàtica-

mente, qualquer contacto direto ou indireto dos perus com as galinhas.

Os parques anteriormente usados para a criação de galinhas não devem ser utilizados para perus antes de decorridos o espaço de tempo mínimo de dois anos.

As outras medidas que deverão ser tomadas são:

1 — proteção dos comedouros e bebedouros para evitar a polução com fezes;
1 — mudança periódica de cercados (rotação);
3 — aração constante dos dos parques de criação;
4 — drenagem dos terrenos de modo a reduzir a umidade ao mínimo possível;
5 — completa higienização dos locais e utensílios utilizados na criação;
6 — administração periódica de fenotiazina na do se de 0, a 0,75 g por cabeça, misturada na ração, para combater as verminoses. Moderadamente a piperazina vem sendo usada com vantagem;
7 — criar peruzinhos nascidos em incubadores e não chocados em galinhas;
8 — deixar isolado em observação, pelo prazo mínimo de 30 dias todo animal procedente de outra granja e que se pretenha introduzir na criação;
9 — evitar a entrada nas instalações de pessoas provenientes de outra granja.

TRATAMENTO

Se forem seguidas as instruções acima descritas será muito difícil o aparecimento da doença, mas, se isto acontecer, as seguintes medidas deverão ser seguidas com o máximo rigor:

1 — sacrifício dos doentes, que deverão ser enterrados em local distante da criação, em buracos profundos e cobertos com camadas de cal virgem,
2 — isolamento dos animais suspeitos;
3 — desinfecção (pulverizações com soluções desinfetantes) em cidação dos pavilhões. Esta desinfecção deve fazer parte da rotina normal da criação, antecedendo sempre a entrada de um novo lote de peruzinhos;
4 — tratamento dos suspeitos com medicamentos do grupo dos nitrofuranos. Modernamente bons resultados têm sido obtidos nos Estados Unidos com o uso do 2-amino 5 nitrotiazol, não sòmente para o tratamento da enterepatite como também para o seu contrôle e prevenção. Este medicamento apresenta-se sob as formas de pó, para ser misturado às rações, de líquido, para ser administrado na água de bebida e de tabletes, para o tratamento individual.

As doses são as seguintes:

A-Pó: tratamento — 1/2 kg para 100 kg de ração
prevenção — 250 g para 100 kg de ração
B-Líquido: tratamento — 0,03%
prevenção — 0,015%.
C-Tabletes: 1 tablete por animal, por via oral

É recomendado suspender o tratamento uma semana antes do abate, tempo suficiente para que haja completa eliminação do medicamentodostecidos.

Ao contrário do que acontece com os medicamentos do grupo dos nitrofuranos, não temos notícia da existência dos do grupo químico do nitrotiazol no mercado veterinário nacional

ORIGENS DO COOPERATIVISMO ESCOLAR

Helly Sylvia R. de Souza

Surgiu o cooperativismo escolar na França em 1918. A guerra, com sua ação devastadora, deixara raízes profundas de destruição, enfraquecera as finanças do país, e conseqüentemente, a criança sua maior vítima, não dispunha na escola de condições mínimas de confôrto e de aparelhamento. Sòmente com a ajuda da cooperativa escolar foi então possível melhorar as instalações dos colégios, conseguir, a preço acessível, o fornecimento do material escolar, instalar bibliotecas, pequenos museus, e cantinas. Coube ao grande cooperativista francês, Profit dar verdadeiro cunho cooperativista as entidades escolares, regulamentando sua organização e seus objetivos. Na Polônia e na Theco-Eslováquia havia também, anteriormente, a prática da cooperação entre os escolares. As despesas com o aquecimento nos prédios das escolas nos meses de inverno eram, na Espanha, divididas entre os alunos mas sem que os colegiais para isso formassem uma autêntica sociedade cooperativa. Nos Eosgnes, existia também a prática da cooperação escolar; os estudantes pagavam regularmente suas cotizações e, na venda de plantas medicinais, obtinham fundos para suas excursões de férias ou compras de material escolar.

Após o cunho oficial e a verdadeira estrutura de uma sociedade cooperativa, idealizada e mosta em prática na França, o movimento expandiu-se para todo o mundo. Nos mais remotos países do hemisfério são hoje encontradas entidades dêste gênero.

O movimento cooperativista escolar no Brasil, surgiu em 1929, através da Diretoria do Fomento Agrícola — Seção de Cooperativismo (atualmente Serviço de Economia Rural) do Ministério da Agricultura. As primeiras cooperativas escolares foram fundadas em São Paulo por Fábio Luz Filho (autor do Livro "Cooperativas Escolares) e, em seguida, o movimento generalizou-se existindo, aproximadamente, duas mil cooperativas escolares funcionando em nosso país. O numero de entidades dêste tipo é mais acentuado nos Estados de São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia.

Na legislação cooperativista brasileira as cooperativas escolares são devidamente reconhecidas e amparadas. O Decreto-Lei 22.239 de 12 de dezembro de 1932, no seu artigo 34, determina como podem as entidades dêste tipo se constituirem e do seu registro. O Decreto-Lei 581 de 1.º de agôsto de 1938, isenta de selos as cooperativas escolares.

Como sociedade, infantil ou juvenil, mesmo não possuindo personalidade jurídica, as cooperativas escolares deverão, à semelhança de qualquer outra, solicitar o seu registro no órgão oficial, (Serviço de Economia Rural), para terem seu funcionamento legalizado. São fornecidos por aquêle órgão tôdas as informações e assistência técnica devendo, portanto, os interessados, no Rio de Janeiro a êle se dirigirem e, quando em outros Estados, aos Departamentos* de Assistência ao Cooperativismo, subordinados às Secretarias de Agricultura.

II Congresso Nacional de Conservação do Solo

Realizar-se-á em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no período de 28 de janeiro a 2 de fevereiro de 1963, o II Congresso Nacional de Conservação do Solo, patrocinado pela Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, a Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos e a Sociedade Brasileira de Conservação do Solo.

"A Lavoura", órgão oficial da Sociedade Nacional da Agricultura, estará representado no conclave, pelo seu Redator Técnico, Professor Geraldo Goulart da Silveira.

CURSO DE INFORMAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

O que foi o referido curso ministrado no Centro Audiovisual da Guanabara pelo Convênio entre o Conselho Regional do Serviço Rural da Guanabara e a Sociedade Nacional de Agricultura

I — *Generalidades*

A direção do Centro Audiovisual da Guanabara submeteu à elevada consideração do Sr. Executor do Convênio entre o Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara e a Sociedade Nacional de Agricultura um programa dos cursos para o segundo semestre de 1962, abrangendo:

a) *Curso de Informação em Extensão Rural*, tendo em vista a sua oportunidade e objetividade em face do desenvolvimento que vem tomando a extensão rural no país e a necessidade imperiosa de levar aos que atuam no meio rural as modernas técnicas da comunicação,

b) *Curso de Organização de Museus Escolares*, tendo em vista a importância dos museus em face da necessidade de um melhor aparelhamento audiovisual de nossas escolas primárias rurais.

O primeiro curso, já realizado, alcançou completo êxito conforme se verifica pela leitura do presente relatório.

II — *Planejamento*

1. *Objetivo*

Familiarizar os profissionais de diversas categorias que atuam no meio rural, com as modernas técnicas de informação em extensão rural.

2. *Requisitos para matrícula*

Poderão matricular-se no curso, agrônomos, veterinários, professores, jornalistas e outras pessoas devidamente credenciadas, a critério da direção do curso.

3. *Número de matrículas*

É fixado em 25, o número de matrículas.

4. *Local das aulas*

Além das aulas teóricas e práticas que serão ministradas na sede do Centro Audiovisual da Guanabara, do convênio CR-SNA, haverá ainda aulas práticas ministradas na ABCAR, na Rádio Rural do M.A., no setor audiovisual da SIA e em outros locais de confecção de material audiovisual.

5. *Duração do curso*

O curso terá a duração de 6 semanas com um total de 90 horas de aulas (3 horas diárias) e funcionará de segunda a sexta-feira de cada semana, das 12,00 às 15,00 horas.

6. *Período do curso*

O curso funcionará de 3 de setembro a 13 de outubro de 1962, da seguinte maneira:

1.ª semana — aulas — 3 — 8 de setembro; 2.ª semana — aulas — 10 — 15 de setembro; 3.ª semana — aulas — 17 — 22 de setembro; 4.ª semana — aulas — 24 — 29 de setembro; 4.ª semana — aulas — 1 — 6 de outubro; 6.ª semana — aulas — 8 — 13 de outubro.

7. *Verificação da aprendizagem*

Haverá, no final do curso, uma prova escrita para a verificação de aprendizagem.

8. *Aprovação*

Será considerado aprovado o aluno que alcançar nota mínima de 60 na prova escrita final e tiver, no mínimo, 70% de frequência às aulas dadas.

9. *Certificado*

Aos alunos aprovados será fornecido certificado.

10. *Direção e corpo docente*

O curso terá a seguinte organização:

Direção: Diretor, que será o executor do convênio CR-SNA; Coordenador, que será o Diretor CAV; Assistente, que será um técnico do CAV.

Corpo docente — Os professôres serão recrutados entre os técnicos do CAV, da EIIWB, do M.A., do ETA e de outras entidades ligadas ao meio rural.

III — *Calendário*

Será o seguinte o calendário do curso:

1 — 31 de agôsto — período de matrículas;

3 de setembro a 13 de outubro — período de aulas;

15 — 23 de outubro — período de exame, preparo dos certificados de aprovação e do relatório final do curso;

24 de outubro — encerramento durante a sessão semanal da diretoria da S.N.A. que será realizada na sede do C.A.V.

IV — *Programa*

Será o seguinte o programa do Curso de Informação em Extensão Rural:

1 *A Extensão Rural*

Conceito e filosofia da extensão rural — Princípios básicos da extensão rural — Organização de extensão rural no Brasil — Articulação de Extensão Rural com entidades que servem ao meio rural (Associações Rurais, Serviços de Experimentação e Pesquisas, Serviço Social Rural, Escolas Agrícolas etc.)

2 *A Informação em Extensão Rural*

Objetivos e filosofia da informação em extensão rural — Metodologia da extensão rural (métodos de contactos individuais, com grupos de pessoas e com massa de população).

3 *O processo de Comunicação*

Elementos básicos do processo de comunicação — Modalidades da comunicação — Comunicação escrita (imprensa, livros, folhetos, cartas circulares etc.) — Comunicação oral (rádio, rádio cativo, palestras, exposições, etc.) — Comunicação audiovisual (quadro-negro, flanelógrafo, álbum seriado, cartazes, slides, filmes, filmstrips, etc.)

4 *A Redação*

Redação extensionista e jornalística — Normas gerais para a redação de artigos (populares e técnico-científicos) — Redação dos títulos e sub-títulos — Organização de índice — Tipos de redação jornalística (a notícia, a entrevista, a reportagem, e programa radiofônico, etc.)

5 *Publicações*

Classificação das publicações — Publicações técnico-científicas, populares, de extensão, bibliográficas, de consultas (dicionários e anais) e outras — Características e tipos de publicações de extensão (folha divulgadora ou folder, prospectos ou cartilhas, folhetos, revistas, etc.) O que se tem feito no País com relação ao assunto



Mesa que presidiu a Sessão da esquerda para a direita: Geraldo Goulart da Silveira Diretor do C A V Luiz Marques Poliano, Executor do Convênio CR-SNA; Luiz Simões Lopes, Presidente da S N A , Edgard Teixeira Leite, Vice Presidente da C R B , Flavio da Costa Britto, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara; José Irineu Cabral, Diretor Brasileiro do ETA; Kurt Repsold do Conselho Nacional do SSR



Curso de Informação em Extensão Rural Solenidade de entrega de certificados aos alunos que terminaram o Curso Parte da assistência e da Mesa que presidiu os trabalhos, vendo-se à esquerda, o Dr Roberto Martins orador da turma

6. *Meios Audiovisuais de Informação*

Importância dos meios audiovisuais — Tipos de meios audiovisuais, suas características e correta utilização — Meios audiovisuais de informação utilizados em publicações (ilustrações, gráficos, etc.) — Meios audiovisuais usados nos métodos de Informação (cartazes, quadros murais ou painéis de exposição, álbum seriado, — flanelógrafo, diapositivos e diafilmes e outros. O que se tem feito no país com relação ao assunto.

7. *Rádio, Cinema e Televisão*

Importância e utilização na extensão rural — A redação nos programas radiofônicos — Organização dos programas radiofônicos (horários, textos, música, etc.) — Preparo de filmes — A narração no cinema — Seleção de filmes — A organização de sessões cinematográficas — O que se tem feito no país sôbre o assunto.

8. *Organização de Campanhas de Informação*

Importância das Campanhas de Informação — Organização das campanhas — O que se tem feito no país sôbre o assunto.

Será a seguinte a distribuição do programa, pelo número de aulas:

Aulas teóricas-práticas

	hs.
A Extensão Rural	3
A Informação em Extensão Rural	3
O Processo de Comunicação	6
A Redação	6
Publicações	6
Meios Audiovisuais de Informação	15
Rádio e Televisão	3
Organização de Campanhas de Informação .	6
Trabalhos, demonstrações praticas, visitas, sempre sob a orientação de um professor	36

Direção e corpo docente

Diretor: Luiz Marques Polano Executor do Convênio CR-SNA;

Coordenador: Geraldo Goulart da Silveira, Diretor CAV-GB;

Secretária: Ady Manso Vieira;

Professôres: Alcione José Costa, da ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural); Moacir Pereira Lima, idem; Magnus Cezar Mies, idem; Pedro Prazeres de Castro, idem; Wilson Cardoso Alves, idem; Suetônio Pacheco, idem; Guilherme Kós, idem; Rufino de Almeida Guerra Filho, do SIA (Serviço de Informação Agrícola Ministério da Agricultura); Xavier Placer, idem; Almeida Clovis Jouvin, Rádio Rural; Norman Ian Boggiss, do ETA (Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos); Geraldo Goulart da Silveira Diretor do Centro Audiovisual da Guanabara.

Conforme se verifica, contou o curso com a colaboração de 12 técnicos dos quais:

8 técnicos da ABCAR;
2 técnicos do SIA;
1 técnico da R R ;
1 técnico do CAV.

Movimento de matrículas

Matricularam-se no curso vinte e tres (23) técnicos assim distribuídos, de acordo com as respectivas profissões:

	alunos
Professôres	3
Engenheiros Agrônomos	4
Jornalistas	4
Assistentes Sociais	2
Veterinários	1
Técnicos em cinema .	..
Funcionários Pblicos diversas categorias ..	5
Nutricionistas	2
TOTAL	23

De acôrdo com a procedência, foi a seguinte a distribuição dos alunos matriculados:

Ministério da Agricultura (Serviço de Informação Agrícola)	4
Conselho Regional de Serviço Social Rural do Estado do Rio	3
Conselho Regional de Serviço Rural da Guanabara	4
Conselho Nacional de Serviço Social Rural	2
Titra Filmes do Brasil S. A.	3
Conselho Nacional de Geografia	1
Petrobrás	1
M. da Educação (Campanha Nacional de Merenda Escolar) ..	2
Colégios particulares ..	2

Dos *vinte e três alunos* (23) matriculados freqüentaram regularmente o curso, *dezenove* (19) alunos, que foram aprovados nos respectivos exames.

Aulas ministradas

Conforme o planejamento, foram ministradas no decorrer do curso *noventa* (90) *horas* de aulas abrangendo aulas teoricas e práticas, assim distribuidas:

	horas
Equipe da ABCAR	33
Equipe do SIA	27
Equipe do CAV	15
Equipe do ETA	9
Equipe da R.R.......	6
TOTAL	90

Resultados dos exames

Os exames contaram de quatro provas:

a) — um trabalho de redação, determinado e julgado pela equipe do SIA;

b) — um teste aplicado e julgado pela equipe da ABCAR;

c) — um teste, aplicado e julgado pela equipe do ETA.

d) — um teste, aplicado e julgado pela equipe do CAV.

Foi o seguinte o resultado dos exames:

Alunos	Notas				
	Equipe da ABCAR	Equipe do ETA	Equipe do SIA	Equipe do CAV	Média
Fernando Alves de Souza Freire	80	92	90	100	90,5
Ziede C. Moreira	80	92	80	100	88
Roberto Martins da Silva	70	92	90	100	88
Caio da Rocha	80	02	75	100	87
Agnaldo M. de Pinho Freitas ..	65	100	90	94	87
Joselina da C. Sande Motta	85	76	75	100	84
Alexandre Martin Mirilli	61,25	84	90	100	84
Roger Mirilli	70	76	90	97	83
Mercedes Cardoso Mello	67,50	02	75	94	82
Marlene Silva	56,25	100	80	01	82
Robert V. Dominique Mirilli ..	70	63	00	91	80
Ivan de Almeida Pinto	42,50	02	75	97	76,5
Elias de Araújo	50	76	80	100	76,5
Marlene Pinheiro de Mattos ..	41,25	100	60	04	74
Cecília Batista de Souza	40	92	60	94	71,5
Enor Marcolino P. da Costa	40	02	60	02	71
Napoleão Albuquerque	40	78	60	97	69
Wilmar Carneiro de Freitas	23	62	80	100	67
João Dias de Araújo	48,75	76	60	76	65

Conforme se verifica, todos os dezenove alunos examinados foram aprovados, pois alcançaram notas su-(60%) e porque obtiveram frequência acima do mínimo exigido (70%).

Apostilhas e folhetos

Durante o curso foram distribuídas apostilas e folhetos sôbre os assuntos abordados nas aulas.

Sessão de encerramento

A sessão de encerramento teve lugar na nova sede do Centro Audiovisual da Guanabara, no dia 24 de outubro, com a presença de altas autoridades entre as quais o Presidente da ABCAR, o Co-Diretor brasileiro do ETA, o representante do SEAV, o Presidente do CRRJ, o Presidente da SNA, o Vice-Presidente da CRB, o representante do CN do SSR, o representante do Ministro da Agricultura, o Executor do Convênio CR-SNA, o Diretor do CCTA, professôres do curso, e da Escola de Horticultura Wenceslao Bello, Diretores da SNA e outros.

Falaram, na ocasião:

a) o Sr. Luiz Marques Poliano, Executor do Convênio;
b) o Dr Roberto Martins, orador da turma;
c) o Sr. Luiz Guimarães Júnior, representante do Ministro da Agricultura;
d) o Sr. Flávio da Costa Brito, Presidente do CR-(AB).
e) o Professor Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do CAV.
f) o Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Sociedade Nacional da Agricultura,

Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

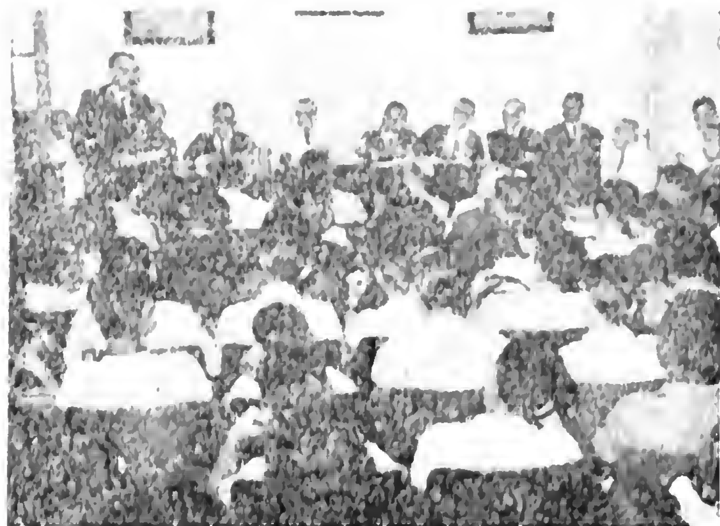
Festa de Formatura

Com a presença de Diretores do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, do representante do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura, do Presidente do Conselho Regional do Serviço Rural da Guanabara e de Diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se ontem na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", a solenidade de entrega de Diplomas aos alunos de Cursos Profissionais que os terminaram êste ano. Presidiu os trabalhos o Dr. Kurt Repsold, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura. Foi paraninfo da turma o Prof. Walter Saur, do ETA. Em nome da turma falou o aluno Renato Caeque Romano tendo a seguir usado da palavra o Sr. Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola, para a entrega a todos os alunos do 1.º e 2.º ano da bonificação que lhe cabe pelo seu trabalho na produção de plantas, frutas e hortaliças êste ano.

O Sr. Flávio da Costa Britto, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara, e Diretor da Cooperativa Agrícola de Cotia, em nome desta entidade, ofereceu um estágio aos alunos 1.º e 2.º colocados da turma, nas granjas da Cooperativa, em São Paulo, repetindo assim igual oferecimento do ano passado. Usaram também da palavra Mister Lovard Davis representante do ETA, Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do C.A.V. da Guanabara, Prof. Subael Magalhães da Silva, Diretor do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola e o Engenheiro Agrônomo Hélio Raposo, também do ETA, representante do respectivo Diretor brasileiro



Solenidade de formatura dos alunos dos cursos profissionais da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, quando falava o orador da turma, diplomando Renato Caique Romano, vendo-se sentados, da esquerda para a direita, os Srs. Walter Saw, Hélio Raposo, Lovard Davis, Luiz Marques Poliano (Diretor da Escola) e Kurt Repsold



Aspecto da solenidade quando falava o paraninfo Prof. Walter Saw, vendo-se sentados, da esquerda para a direita, o Dr. Hélio Raposo, representante do ETA, Mister Lovard Davis, Co-Diretor do ETA, Luiz Marques Poliano, Diretor da EHWB, Kurt Repsold, Vice-Presidente da SNA, Flávio da Costa Britto, Presidente da CR/GB, Geraldo Goulart da Silveira, Diretor da CAV, Adamastor Lima, Diretor da SNA, Subael Magalhães da Silva, Diretor da CCTA e Clodorico de Oliveira, representante da SEAV.

Prof. Arthur Tôrres Filho

Homenagem póstuma prestada pela diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura ao seu saudoso presidente e destacado ruralista brasileiro

No dia 24 de outubro, data comemorativa do 17.º aniversário da promulgação do Decreto-Lei 8.127, que estruturou o associativismo rural no país, a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, por sugestão do seu Secretário Geral, Sr. Luiz Marques Poliano, prestou uma justa e merecida homenagem ao seu saudoso presidente Prof. Arthur Tôrres Filho, o grande batalhador para a implantação no país, do associativismo rural em bases seguras e objetivas.

A homenagem constou, da inauguração, no "hall" da Escola de Horticultura Wenceslao Bello, do busto do grande brasileiro ruralista, que tantos e tão relevantes serviços prestou à sua classe.

Estiveram presentes ao ato, o Dr. Luiz Guimarães Junior, representante do Ministro da Agricultura, o Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, o Dr. Edgard Teixeira Leite, Vice-Presidente da Confederação Rural Brasileira, o Sr. Flávio da Costa Brito, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara, o Sr. Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslao Bello, o Dr. Hélio Lobato, representante do Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, o Dr. José Irineu Cabral, Co-Diretor Brasileiro do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, o Dr. João Napoleão de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, e Prof. Geraldo Goulart





Dois aspectos da homenagem póstuma ao Prof. Arthur Tôrres Filho. A primeira foto, quando falava o Presidente da S.N.A. Dr. Luiz Simões Lopes, tendo a sua direita, o Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslau Bello" e Secretário Geral da SNA, Luiz Marques Poliano, Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do C.A.V. e a Viúva Tôrres Filho, e na segunda, ato do descerramento, pela Viúva do saudoso Presidente da SNA, do seu busto em bronze, escultura do Prof. Paulo Mazzuchelli

da Silveira, Diretor do Centro Audiovisual da Guanabara, o Prof. Subael Magalhães da Silva, Diretor do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, D. Sylvia Heli de Souza, do Serviço de Economia Rural, numerosos diretores da Sociedade Nacional de Agricultura entre os quais os Srs. Frederico Murtinho Braga, Adamastor Lima, Alberto Ravache, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, os professôres da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, os professôres do Curso de Informação em Extensão Rural, alunos da Escola Wencesláo Bello e do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, a viúva D. Clara Magarinos Tôrres e outras pessoas da família do saudoso Prof. Arthur Tôrres Filho.

Usaram da palavra, na ocasião, o Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que lembrou várias passagens da vida do Prof. Tôrres Filho à frente da Sociedade Nacional de Agricultura, que êle considerava a continuação de sua própria casa, salientando, principalmente, as marcantes realizações e os empreendimentos levados a efeito nesse período tão próspero para a Casa da Agricultura.

O Dr. Teixeira Leite, Vice-Presidente da Confederação Rural Brasileira, focalizou a atuação e as lutas do Prof. Arthur Tôrres Filho em pról do movimento associativo do meio rural brasileiro, que culminou com a instalação da Confederação Rural Brasileira, à qual estão filiadas as Federações de Associação Rurais que congregam as Associações Rurais Municipais.

Salientando o trabalho do Prof. Tôrres Filho pelo desenvolvimento do cooperativismo rural no país, falou o Sr. Flávio da Costa Brito, presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara e figura de destaque da administração da Cooperativa Agrícola de Cotia.

Após o agradecimento da família, os presentes participaram da solenidade de encerramento do Curso de Informação em Extensão Rural ministrado pelo Centro Audiovisual da Guanabara, mantido pelo Convênio entre o Serviço Social Rural do Estado da Guanabara e a Sociedade Nacional de Agricultura.

COOPERATIVA ESCOLAR DE PRODUÇÃO E CONSUMO "ARRUDA CAMARA"

A 27 de setembro último foi registrada no Serviço de Economia Rural e se acha em pleno funcionamento a Cooperativa acima mencionada. É em tôrno dela que os rapazes do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, em funcionamento na Escola de Horticultura Wencesláo Bello exercem as atividades daquele Centro, objeto de convênio entre a Sociedade Nacional de Agricultura e o Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara.

Vários são os projetos do Centro, que se encontram em andamento, sendo de notar os relativos à avicultura, à horticultura de fôlhas e de frutos, à apicultura, à suinocultura (com sua seção industrial). Brevemente, será posto em funcionamento o projeto relativo à cunicultura.

A 15 de novembro iniciaram o seu comparecimento às feiras livres do bairro da Penha os cooperados da "Arruda Câmara", expondo e vendendo os seus produtos, êles próprios pois os lavradôres sabem que a parte mais difícil de sua atividade é comercializar a produção.

Em qualquer tipo de cultura...



FORD

É O TRATOR QUE DÁ MAIS LUCROS

— é o único construído especialmente para a agricultura nacional!

Com seu motor, de 56 H.P. o Ford brasileiro 8 BR Diesel realiza façanhas pràticamente impossíveis. Por exemplo: consumindo apenas 5,7 litros de combustível por hora, sob rigoroso contrôle do Ministério da Agricultura, provou seu excepcional rendimento, arando um alqueire "paulista" (24.200 m²) em menos de 4 horas. O Ford 8 BR Diesel é o único trator especialmente projetado para lavrar a terra brasileira. Rende o máximo nas diversas condições de trabalho, com todos os implementos. Economiza nos custos de manutenção. Amplia seus lucros na lavoura. Antes de comprar o seu trator, vá a um Revendedor Ford e comprove pessoalmente por que o Ford 8 BR Diesel é o melhor instrumento de trabalho para obter o máximo rendimento na sua fazenda!



PRODUTOS DA FORD MOTOR DO BRASIL S A

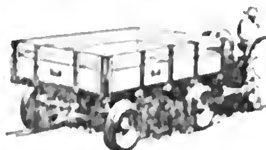


Ara melhor e mais ràpidamente.



Insuperável na gradeação.

OFERECE MAIOR RENDIMENTO EM QUALQUER ESPÉCIE DE SERVIÇO!



Excelente veículo para colheita e transporte



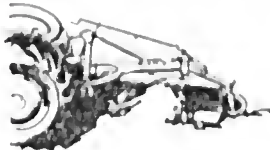
Abre e conserva caminhos.



Elimina ervas daninhas. Deixa o terreno desimpedido.



Aduba e planta com perfeição.



Raspa o terreno. Prepara valetas de escoamento, ou de irrigação.



Raspa e transporta estêrco, em currais e pastos.





Abre sulcos para umedecer o solo, em terras duras.



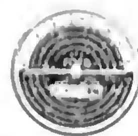
Bitola ajustável — de 52 a 64 polegadas em espaços de 4 polegadas, para perfeita adaptação em qualquer tipo de cultura.



Tomada de fôrça — para adaptação de polia na parte traseira. Comando por alavanca à esquerda da caixa central.



Levantamento hidráulico universal, de 3 pontos. Extrema facilidade de manobra do conjunto trator implemento.



Contador de horas-serviço — para perfeito contrôle econômico de operação do trator (manutenção, troca de óleo, inspeções etc.).



Caixa de 8 velocidades — para melhor rendimento, de acôrdo com o tipo de trabalho ou serviço em que o trator é utilizado.

Financiado pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil

PERSPECTIVAS DA EXPLORAÇÃO LAGOSTEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE

Melquíades Pinto Paiva

Apesar da proximidade geográfica com o Estado do Ceará, onde a exploração lagosteira já alcançou níveis bem significativos, não se tem observado no Rio Grande do Norte nenhum desenvolvimento da pesca da lagosta, aliada à sua industrialização e comércio.

Além da pesca da lagosta, já estabelecida em bases comerciais, em frente a Tibaú, realizada por firma com base de operação em Fortaleza, temos que registrar apenas esparsas tentativas de expansão da atividade lagosteira no longo do litoral norte-riograndense. Não encontro nenhuma justificativa para supor a não existência de lagosteiros na sua plataforma oceânica.

Em verdade, não há barreira zoogeográfica separando as faunas costeiras pertencentes àquele Estado e ao Estado do Ceará. Tudo me faz crer na semelhança das faunas costeiras dos dois Estados, principalmente se considerarmos apenas o trecho da costa do Rio Grande do Norte compreendido entre as localidades de Touros e Tibaú. Fundamentam êste pensamento a semelhança profunda registrada nas características oceanográficas imperantes, resultantes da formação geológica comum, aliada, por um lado, a existência dos rios periódicos e, por outro, à influência da mesma corrente oceânica, além da proximidade e continuidade em que estão geogràficamente situados.

A existência de pescarias normais, em bases comerciais, da lagosta em Tibaú, das experiências realizadas em Ponta Redonda, Ponta do Mel e Barreiras, e o conhecimento tradicional que os pescadores de Macau têm da presença de lagostas em grande trecho da costa norte do Estado do Rio Grande do Norte, onde chegam a pescar, casualmente, centenas de indivíduos em apenas um dia de trabalho e com o auxílio exclusivo da linha com anzol (aparêlho reconhecidamente impróprio à pesca da lagosta em todo o mundo), constituem o atestado da veracidade das afirmações que fizemos.

Analisando as características das plataformas oceânicas dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, somos levados a crer que a plataforma do último possui até mesmo melhores condições para suportar razões seguintes: a) porque apresenta maior quantidade de abrigos naturais, sempre procurados pelas lagostas; b) porque as suas águas são mais intensamente influenciadas pelas correntes atlânticas equatoriais, por onde se conclui a existência de uma melhor produtividade biológica.

Entretanto, pensamos que o trecho compreendido entre Touros e Tibau, no litoral do Estado do Rio Grande do Norte, é o que mais deve merecer a atenção das organizações comerciais que pretendem operar no setor da exploração lagosteira no mencionado Estado. Justificamos êste nosso pensamento da seguinte maneira: a) porque no trecho referido a plataforma oceânica se apresenta bem mais larga do que no restante da costa do Estado do Rio Grande do Norte; b) porque no trecho referido a circulação da água se faz com menor violência do que no restante da costa do mesmo Estado; c) porque no trecho referido as condições de navegação costeira são mais propícias, necessitando, portanto, de embarcações e tripulações menos especializadas, além de reduzir o perigo de constantes acidentes na rotina da pesca.

As razões que justificam a ausência de atividades de âmbito comercial elevado, ligadas à exploração lagosteira no Estado do Rio Grande do Norte, podem ser encontradas nas que se seguem: a) mêdo dos pescadores com respeito à realização de pescarias noturnas, uma vez que supõem que a pesca da lagosta só pode ser realizada com jereres; b) falta de mercado para as lagostas capturadas, as quais, na melhor das hipóteses, alcançam um preço ínfimo para pequena produção. O baixo padrão profissional dos pescadores aliado à ausência de demanda para os produtos resultantes de uma atividade pesqueira, são os fatôres mais importantes para a explicação do estado de subdesenvolvimento de tipos especializados da exploração pesqueira em diversas regiões do mundo.

(Conclusão da pág. 4)

Bello, na Penha, que é mantida pela Entidade.

Durante cêrca de vinte minutos esclareceu a Diretoria da Sociedade sôbre pontos da reforma, alguns — disse — sofrendo críticas e restrições as quais, entretanto, a seu ver, serão sanadas na prática.

Na ocasião, foi conferido ao Ministro Costa Lima, que no seu discurso manifestara o desejo de participar do quadro social da Sociedade, o título de Sócio Honorário; por proposta do Presidente Simões Lopes.

Acompanhava S. Excia. o Sr. João Jayme Juvenal Ricci Ayres, Administrador do Serviço Social Rural, o Dr. Luiz Guimarães, Delegado do Ministro no Rio de Janeiro, e outros altos funcionários do Ministério da Agricultura. Também estava presente o Dr. Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DA GUANABARA VISITA A ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"

A 20 de novembro estéve à Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" o Eng. Agrônomo Gilberto Conforto, Diretor do Departamento de Agricultura do Estado. Recebido pelo Diretor da Escola Sr. Luiz Marques Poliano, foi acompanhado numa visita demorada ao estabelecimento pelo Prof. Subael Magalhães, Diretor do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola. Ao deixar o estabelecimento, deixou registrado no livro de visitantes a seguinte impressão:

Ao visitar as instalações da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola e Centro Audio-Visual, não posso deixar de externar a minha admiração pelo profícuo trabalho que vêm sendo nêles desenvolvidos, principalmente no que respeita ao racional aproveitamento de recursos. Promovendo junto à futura geração de lavradores, técnicos e profissionais da agricultura, os métodos modernos e racionais dos solos agrícolas, e despertando nos mesmos a importância do cooperativimo, estão estas organizações, por certo, contribuindo com uma ponderável parcela de esfôrço no sentido de situar a atividade agrícola no verdadeiro lugar que deve ocupar no desenvolvimento econômico do Brasil.

CONSULTAS

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira
(Redator Técnico de "A Lavoura")

Broca da raiz da fruta de conde

Respondendo a uma consulta que recebemos, temos a informar:

a) a broca da raiz da fruteira de conde é a Heilipus velamen;

b) segundo Américo J. S. Gonçalves, do Ministério da Agricultura, é recomendável a pulverização preventiva do solo, em torno da planta, com Aldrin P.M. 40% ou Aldrex 4. Para cada 100 litros de água deve-se usar 150 gramas de Aldrin P.M. ou, então, 150 mililitros de Aldrex 4.

Multiplicação da cana índica

Tendo em vista a consulta do Sr. A. B., do Estado do Espírito Santo, informamos:

a) a cana índica é também conhecida como bananeirinha ou caeté;

b) a multiplicação mais fácil é por meio de mudas retiradas da própria touceira;

c) os solos com bastante matéria orgânica e úmidos são os mais indicados para a sua cultura.

Composição do cajú

A análise feita pelo químico Datro de Oliveira revelou a seguinte composição para 100 gramas de cajú:

Gordura	0,37
Açúcar	8,70
Proteína	0,27
Cálcio	48 mg
Fósfora	11 mg
Ferro	3 mg
Água	80

O teor em vitamina C, é, também, elevado (200 miligramas em 100 gramas de suco fresco).

Nomes científicos

Esclarecendo a Sra. J. N., do Estado da Guanabara, informamos que os nomes científicos das plantas citadas, são os seguintes:

a) Cacaueiro — Theobroma cacau;

b) Batata-doce — Ipomea batata;

c) Milho — Zea mays.

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLAO BELLO"

Organiza-se a sua Biblioteca

Está em organização, em lugar amplo e especialmente adaptado, a Biblioteca da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Desde logo, pensou a direção do estabelecimento em um EX-LIBRIS para os volumes de suas estantes, tendo sido escolhida a gravura que ilustra esta nota.

É ela a reprodução de uma outra, publicada em "A Lavoura", de março de 1898, com a seguinte observação da lavra de Dr. Antônio Chaves de Souza.

"A gravura que estampamos neste artigo, refere-se ao grande Quintius Cincinnatus, general da República Romana, muitas vêzes vencedor, quando entregue aos labôres da agricultura, vai ser convidado por uma comissão do Senado Romano para receber as honras do Triunfo, depois de haver governado Roma como ditador para salvá-la dos inimigos que haviam invadido o solo de sua pátria e que êle derrotara em terríveis combates.

Vitorioso, de retorno aos seus lares, entregava-se aos seus modestos trabalhos da pequena lavoura, rasgando o solo com o seu primitivo arado e cultivando a terra com suas próprias mãos gloriosas.

Em uma visita que fizemos em abril de 1875 ao agro em que labutara Quintius Cincinnatus aí vimos o levantar do sol e saudamos a grande recordação histórica que representa êsse campo.



Daí a nossa inspiração para a composição dêsse quadro que é uma resultante disso, manifestada em um desenho original do Sr. Benno Treidler.

A execução xilográfica é do Sr. Alfredo Pinheiro. Duas outras reproduções ainda possui a Casa da Moeda, uma feita em colotipia pelo Sr. J. Vilas Bôas e outra em zincografia pelo Sr. G. Stoffel e seus discípulos, ambos como chefes sucessivos da oficina de xilo-chimi-gravura dêsse estabelecimento. Êstes quadros destinam-se à Segunda Edição do livro **Os grandes Caracteres Republicanos**, do Dr. Ennes de Souza".

Com isto, homenageia a Escola ao fundador da entidade que a vem mantendo desde 1899.

Aproveitando o ensêjo, daqui enviamos apêlo aos sócios e amigos da Sociedade Nacional de Agricultura para que façam doações de livros ou quaisoutras publicações de interêsse aos fins do estabelecimento.

CLIMATOLOGIA DAS SALINAS DO NORDESTE

Adalberto Serra

A região para a qual foi solicitado o presente estudo abrange o litoral de Fortaleza a Natal, estações meteorológicas existindo naqueles dois pontos e mais Aracatí e Macau.

Os elementos pedidos compreendem chuva, temperatura, vento, umidade, evaporação, e, se possível uma descrição do mecanismo das precipitações e respectiva previsão a curto e longo prazo. (Esta última parte foi deixada para outro relatório).

1) — Temperatura — a média anual no litoral em causa é de 26º,5C com valores em torno a 28º em janeiro, e 27º em fevereiro, março, abril, mas declinando a 26º de maio a setembro, para subir a 28º em outubro voltando a 27º em novembro a dezembro.

No conjunto do ano, a média das máximas é de 30º a 31º, havendo meses de 32º. A média das mínimas de 23º, o que significa uma emplitude média diár a fraca, de 6º a 8º, sendo êste último o valor de Macau.

As oscilações aperiódicas são pequenas: a menor temperatura registrada foi de 18º, e a maior de 36º, com uma amplitude absoluta de 16º em Macau e Natal, mas atingindo 20º em Fortaleza.

2) — Precipitação — A normal do ano apresenta grande variação na zona, o total de 1.500 mm em Natal, declinando para Oeste a 1.000, 750, e por fim menos de 500 mm em Macau; voltando a crescer para 750 mm no limite com o Ceará, 1.000 mm em Aracatí e 1.400 mm em Fortaleza. Há portanto uma zona sêca central razão de ser das salinas. O simples exame da carta pluviométrica mostra a existência de dois sistemas chuvosos: o de Leste, com precipitações que vêm do Oceano para o litoral, representadas pelo regime de Natal; e o de Norte, com chuvas que provêm do Atlântico Setentrional para a costa, e melhor configuradas em Fortaleza.

Vejamos a evolução mensal de ambos os regimes:

a) — O de Leste não chega a ultrapassar o meridiano de 36ºW, e se apresenta fraco, com totais de 50 a 70 mm em janeiro, aumentando em fevereiro para 100 a 120 mm. Em março e abr l da-se a fusão com o regime de Norte, que v nha avanando desde janeiro, e os totais alcançam então 130 mm, reforçando-se a 150 mm em abril, quando por outro lado a costa Leste experimenta de 100 a 250 mm de chuva

Em maio os dois regimes se separam nitidamente, com o de Norte recuando para Oeste. O de Leste continua intenso, dando chuvas de 100 a 250 mm; o seu maior avanço para o interior se verifica em junho, quando a isoleta de 50 mm atinge Macau, chuvendo 250 mm em Natal. Em julho tal regime começa enfraquecer, com 200 mm sôbre Natal, já reduz das a 120 em agôsto e 40 mm em setembro. Durante outubro e novembro pode-se considerar terminado o regime de Leste, suas precipitações já sendo inferiores a 50 mm e só recomeçando fracas em dezembro, com 50 mm.

b) — O regime de Norte, cujo núcleo em janeiro ainda está muito afastado, no Piaui, apresenta contudo chuvas de 50 a 100 mm na costa do Ceará, reforçadas em fevereiro para 100 mm em Macau a 250 mm em Fortaleza. São as precipitações do "doldram", que atingem 150 mm em março e abril sôbre Macau, e 300 mm em Fortaleza. Em maio tal regime começa a recuar e enfraquecer (70 mm em Macau, 200 mm em Fortaleza), conservando porém algumas chuvas em junho (50 mm em Macau, 100 em Fortaleza). De Julho a dezembro, porém, desaparece completamente da reg ão. Resumindo, temos no litoral em estudo dois sistemas de chuvas: o de Leste, que o afeta pouco, e persiste de janeiro a agôsto. E o de Norte, que o afeta muito, sobretudo de fevereiro a maio. São assim mais chuvosos no conjunto os meses de fevereiro a abril.

3) — Dias de Chuva — Obedece igualmente ao duplo regime, de Leste e de Norte, citado no total pluviométrico, o litoral apresentando assim um mínimo anual de 50 a 60 dias chuvosos em torno a Macau, crescendo a 90 em Aracatí, 120 em Fortaleza, e aumentando igualmente para Leste a 120, dias no cabo São Roque e 160 em Natal. A variação mensal poderá ser assim descrita: em janeiro chove 6 dias em Macau e 12 nos pontos extremos, Fortaleza e Natal.

Em fevereiro 8 dias em Macau, 15 em Fortaleza, e 12 em Natal. Março é mais chuvoso, com 13 dias em Macau, 20 sôbre Fortaleza, 15 em Natal. Abril apresenta 11 dias em Macau, 22 em Fortaleza, 18 em Natal.

Em maio começa a redução para 9 d as sôbre Macau, 18 em Natal e Fortaleza. Junho apresenta 8 dias em Macau, 13 em Fortaleza, 18 em Natal, enquanto julho mostra 6 em Macau, 9 em Fortaleza, 20 em Natal. Agôsto é de sêca, com

3 dias sôbre Macau e Fortaleza mas chovendo 17 dias em Natal.

No decorrer de setembro nada chove em Macau (0), mas ocorreu em 6 dias em Fortaleza e 7 em Natal.

Nos meses de outubro, novembro e dezembro, Macau apresenta 1 a 2 dias, Fortaleza 5 e Natal 6.

Quanto aos valores pode-se dizer que normalmente se verificam por ano 10 a 20 dias com total pluviométrico entre 0,1 e 1,0 mm.

Na classe de 1,0 a 10,0 mm ocorreu desde 20 dias em Aracati ate 70 dias em Fortaleza e de 35 dias em Macau a 80 em Natal.

Chuvas mais intensas, acima de 10,0 mm são relativamente raras, com total inferior a 20 dias em Macau, crescendo a 40 dias em Fortaleza e Natal.

Nao haveria utilidade em detalhar a distribuição mensal das classes de precipitação.

4) — *Máximos em 24 horas* — Os maiores aguaceiros observados atingiram 90 mm por dia em Macau, crescendo a 200 mm em Aracati e Fortaleza, e 180 mm em Natal. Para a região salineira de Macau, pode-se esperar máximos de 70 mm em janeiro e fevereiro, 100 mm em março, 75 em abril. Maio apresenta 75 a 100 mm, e junho de 50 a 80. De julho a dezembro, porém, nunca devem ocorrer mais de 20 a 25 mm por dia.

5) — *Insolação* — Macau apresenta o maior total de exposição ao Sol no País, com 3.260 horas por ano, os valores decaindo em Natal e Fortaleza para 2.800 horas. Na variação mensal temos o seguinte quadro:

JANEIRO — 260 horas em Macau e Natal, 230 em Fortaleza;

FEVEREIRO — 220 horas (Macau e Natal), 170 em Fortaleza;

MARÇO — os mesmos valores;

ABRIL — 240 horas em Macau, 200 em Natal, 160 em Fortaleza;

MAIO — 240 horas em Macau, 220 em Natal, 200 em Fortaleza;

JUNHO — 240 horas em Macau, 200 em Natal, 220 em Fortaleza;

JULHO — 250 horas em Macau, 220 em Natal, 250 em Fortaleza;

AGÔSTO — 300 horas em Macau e Fortaleza, 250 em Natal;

SETEMBRO — 290 horas em Macau, 260 em Natal e Fortaleza;

OUTUBRO — 300 horas em todo o litoral;

NOVEMBRO — 300 horas em Macau e Natal, 270 em Fortaleza;

DEZEMBRO — valores idênticos ao do mês anterior.

Resumindo, para a região salineira, a insolação declina de janeiro a fevereiro, mantendo-se estacionária em março e aumentando um pouco em abril, maio e junho, depois mais fortemente em julho, para se elevar a um máximo em agôsto. Após pequeno declínio em setembro voltam os altos valores até novembro, com de-

clínio fraco em dezembro e mais acentuado em janeiro.

6) — *Velocidade do Vento* — é bem intensa, com média anual de 4 m.p.s. em Macau, e Natal, caindo a 3 em Fortaleza. Na variação mensal para Macau temos 4 m.p.s. em janeiro e fevereiro, declinando a 3 em março, abril e maio, novamente 4 em junho e julho, 5 em agôsto, 4 em setembro e outubro, outra vez 5 em novembro e 4 em dezembro.

7) — *Nebulosidade* — Apresenta média anual de 4 em Macau e 3 em Aracati, subindo a 5 em Natal. A cobertura cresce em Macau de 4 em janeiro para 5 em fevereiro, março e abril, caindo de nôvo a 4 em maio, junho e julho, 3 em agôsto, 2 em setembro e outubro, 3 em novembro e dezembro.

Em agôsto, Aracati apresenta média 2.

8) *Umidade relativa* — A média anual é mínima na costa em Macau (65%, crescendo a 80% em Natal, 78% em Fortaleza.

Na variação mensal temos para Macau de janeiro a março 65%, subindo a 70% em abril, e caindo de nôvo a 65% em maio e junho, 60% em julho e 55% de agôsto a outubro, até voltar a 60% em novembro e dezembro. A região de Natal é mais úmida, 75% a 80% de janeiro a março, e 80% a 85% de abril a agôsto, retornando a 75% a 80% de setembro a dezembro.

A zona de Fortaleza se apresenta com 75% a 80% de janeiro a julho, e 70% a 75% de agôsto a dezembro.

9) — *Direção do Vento* — sopra na média anual de SE em Natal, E em Macau e ESE em Fortaleza. O quadro acima descrito também se verifica de janeiro a abril, mas em maio começa uma rotação geral para S, com médias de SSE em Natal, SE em Macau e Fortaleza, aspecto que se mantém durante junho e julho.

Em agôsto reaparece uma situação semelhante à anual, o mesmo se podendo dizer de setembro. Já outubro, novembro e dezembro apresentam ESE em Natal e Fortaleza, mas ENE em Macau. A rosa dos ventos para Macau revela na média anual direções mais freqüentes de SE (40%) depois NE (35%) e E (23%). São raras as de S e as demais quase inexistentes.

Em janeiro, NE é mais freqüente (50%), seguindo-se E (20) e SE (22%).

Fevereiro pouco difere, já com alguns ventos de S.

Março NE diminui, e SE se apresenta mais vêzes, condição esta reforçada em abril.

Maio já temos 50% de E, 15% de NE e 12% de S.

Junho é semelhante, e julho tem 55% de SE, 20% de E e 15% de NE, contra 10% de S. Não há quase variação em agôsto, mas setembro vem reduzir o SE, voltando em outubro o predomínio de NE (45%) sôbre os demais ventos E (25%) e SE (25%).

Em novembro — domina bastante NE (60%), havendo 20% de E e 20% de SE, quadro semelhante ao de dezembro.

Por constituir um fatôr fundamental na evaporação, demos a taxa de calmarias; estas, como seria de esperar, são raras na zona salineira, abaixo de 20% na média anual, e apenas mais freqüentes em março e abril, com 20% de probabilidade.

10) — Passando por alto sôbre outros fenômenos, pode-se dizer que Macau apresenta por ano 60 dias de nevoeiro, 30 de trovoada, 20 de névoa, menos que 30 de orvalho e 5 de ventania.

11) — *Dias Claros* — No total do ano, temos 90 dias em Fortaleza e sòmente 30 em Natal, crescendo ao máximo de 150 na região de Macau a Aracati. Nesta pode-se esperar grosso modo 12 dias claros em janeiro, mas sòmente 6 em fevereiro, março, abril ou maio, e novamente 9 a 12 em junho. Julho apresenta 12 dias em Macau e 18 em Aracati, contra 15 em Macau e 24 em Aracati no decorrer de agôsto. De setembro a novembro há respectivamente 15 a 18, declinando em dezembro a 12 e 15 nos mesmos locais.

12) — *Dias encobertos* — são em número anual de 30 para Macau, o mesmo se podendo dizer de Natal e Fortaleza. Mais freqüentes no início do ano em Macau, quando se pode esperar 4 dias em janeiro ou fevereiro, 6 em março ou abril, declinam a 3 em maio, junho ou julho 0 de agôsto a novembro e 2 em dezembro.

13) — O número anual de dias quentes (máxima acima de 25°) é de 240 em Aracati, crescendo a 360 em Macau, Natal e Fortaleza. Já o de noites quentes (mínima acima de 20°) é de 180 em Aracati, 300 em Fortaleza, 360 em Macau e 330 em Natal.

14) — Pela releitura dos fatores da *evaporação*: maior temperatura, maior insolação, menor umidade, maior velocidade do vento, menor chuva, se poderá justificar a intensa evaporação local e a sua marcha anual, embora registradas com instrumento pouco preciso (Piché). No total do ano é superior a 1.800 mm a evaporação no litoral, desde o cabo de S. Roque até Aracati, declinando a 1.600 mm em Natal e 1.200 mm em Fortaleza. Para Macau temos: 180 mm em janeiro, 160 em fevereiro, 130 em março, 160 em abril, 200 em maio, 240 em junho, 220 em julho, 270 em agôsto, 260 em setembro, 240 em outubro, e também novembro, 220 em dezembro. Assim a maior produção de sal deverá ocorrer no 2.º semestre.

15) — *Deficit de saturação* — às 15 horas e de 13 mb em janeiro, caindo a 10 em fevereiro e 8 em março. Sobe a 16 mb em abril, cai a 8 em maio, junho e julho, voltando a 16 em agôsto, 20 em setembro e outubro, 16 em novembro e dezembro.

Na média anual temos 16 mb em Macau, 12 em Natal, 20 em Fortaleza.

16) — A chuva média diária em Macau, de 8 mm para janeiro e fevereiro, sobe a 12 em março e abril, recaindo a 8 em maio, 4 em junho, julho e agôsto, 0 em setembro, 3 em outubro, novembro e dezembro. Na média anual, temos 8 mm por dia em Macau ou Natal, e 12 em Fortaleza.

17) — A relação evaporação por precipitação é na média anual de 600% no litoral, desde Natal até o meridiano 36°W, caindo a 400% em Macau, 250% em Aracati em 80% em Fortaleza. Já a diferença evaporação — chu-

va é de 1 500 mm em Aracati; em Fortaleza o valor já se torna negativo, — 250 mm.

18) — Será conveniente analizar a variação horária da umidade; no litoral, as 7 horas da manhã, temos 75 % de Macau a Aracati, crescendo a 85% em Natal e Fortaleza, tudo em janeiro. Ja em abril registra-se 80% na zona salineira, de Macau a Aracati, e 90% em Natal ou Fortaleza. Julho apresenta 90% em toda a região, e outubro 80% também no conjunto da faixa estudada. A média anual é de 85% em tôda a zona.

As 14 horas temos em janeiro 65% de Macau a Fortaleza, crescendo para leste até 75% em Natal. Abril apresenta 75% em todo o litoral, e julho 65% em Macau, crescendo a 75% em Natal e 70% em Fortaleza.

Outubro revela grande variação: 55 % em Fortaleza, e Macau, 50% em Aracati, crescendo para leste até 70% em Natal. Na média anual temos 60% de Macau a Fortaleza e 70% em Natal.

19) — Numa apreciação sintética do clima podemos dizer que o trimestre mais chuvoso de Fortaleza a Macau é fevereiro, março e abril, passando a março, abril e maio de Macau ao cabo S. Roque e abril, maio e junho em Natal.

O trimestre mais sêco é agôsto, setembro e outubro de Fortaleza ao limite com o R. G. do Norte, passando a setembro, outubro e novembro sobre Macau e arredores, e outubro, novembro e dezembro em Natal.

Quanto à temperatura, o trimestre quente é novembro, dezembro e janeiro de Fortaleza a Macau, dezembro, janeiro e fevereiro dai até o cabo S. Roque e janeiro, fevereiro e março em Natal.

O mais frio, junho, julho, agôsto, em todo o litoral.

20) — *Classificação de Koppen* — Na zona salineira, do limite cearense no meridiano 36°W temos um clima sêca, B. Já no próprio Ceará, de Aracati a Fortaleza, um clima tropical chuvoso A, o mesmo ocorrendo no litoral leste de S. Roque a Natal.

Ambos diferem porém nas variedades: o Ceará é tropical com chuva no outono AW', e Natal de verão sêco, As.

Na zona B temos mais a oeste, de Macau ao Ceará, clima sêco e muito quente de stepe, com chuvas de outono B SW'h', apresentando a estreita faixa a leste de Macau o tipo BSs'h', sêco e muito quente de setepe, com chuvas de outono.

Expedição Sueca Para Estudo de Algas Marinhas

ESTOCOLMO (SIP) — Algas marinhas e fundos do Mediterrâneo, serão objeto de estudos por parte de um grupo de cientistas da Universidade de Uppsala, os quais deixaram Golemburgo a bordo do navio pesqueiro "Sunbeam" em meados de abril, para uma expedição que durará três meses.

Espera-se que o grupo, do qual fazem parte 15 cientistas, liderados pelo D . Mats Waern, trará novos conhecimentos sôbre a matéria, com possibilidades de descobrimento de novas espécies. Será dada particular importância a um certo tipo de alga que se apega àarela e pedregulhos, e que existe também na provínc'a sueca de Bohuslan", onde o n.º algas conhecidas é superior a 300.

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICA AGRÁRIA

Integra da Lei Delegada n.º 11, de 11 de outubro de 1962, que cria a Superintendência de Politica Agrária e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que, no uso da delegação constante do Decreto Legislativo n.º 11, de 12 de setembro de 1962, decreto a seguinte lei:

1.º. O Serviço Social Rural, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Conselho Nacional de Reforma Agrária e o Estabelecimento Rural do Tapajos passam a constituir a Superintendência de Politica Agrária (SUPRA), entidade de natureza autárquica, instituida por esta lei, com sede no Distrito Federal, subordinada ao Ministerio da Agricultura.

§ 1.º. As atribuições, o patrimônio e o pessoal dos orgãos referidos neste artigo são transferidos a SUPRA, cabendo a seu Presidente designar, para cada um dêles, um Administrador que se incumbirá de executar as providências determinadas neste artigo.

§ 2.º. As atribuições do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, no concernente à seleção de imigrantes, passarão a ser exercidas pelo Ministério das Relações Exteriores, por seus órgãos normais de representação, segundo as diretrizes fixadas pela SUPRA, cabendo ao Departamento de Colonização e Migrações Internas da SUPRA promover a recepção e o encaminhamento aos imigrantes.

Art. 2.º. Compete à SUPRA colaborar na formulação da politica agrária do país, planejar, promover, executar e fazer executar; nos têrmos da legislação vigente e da que vier a ser expedida, a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária bem como outras de caráter administrativo que lhe venham a ser conferidas no seu regulamento e legislação subseqüente.

Parágrafo unico. Para o fim de promover a justa distribuição da propriedade e condicionar o seu uso ao bem-estar social, são delegados à SUPRA, na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º A SUPRA será dirigida por um Conselho de Administração, constituido de um Presidente e quatro Diretores, o qual funcionará como órgão colegiado, decidindo por maioria de votos.

§ 1.º. Os membros do Conselho de Administração serão de livre nomeação do Presidente da República e exercerão suas funções em regime de tempo integral.

§ 2.º. O Presidente do Conselho de Administração terá remuneração equivalente à de Subsecretário de Estado e os diretores, a correspondente ao Simbolo — 2-C.

§ 3.º. O mandato dos membros do Conselho de Administração será de três anos, podendo ser renovado.

Art. 4.º. Compete ao Presidente representar legalmente a SUPRA, presidir as reuniões do Conselho de Administração e promover a execução das medidas decorrentes de suas deliberações, além das providências de caráter administrativo inerentes ao cargo.

Art. 5.º. A SUPRA terá a seguinte estrutura técnico-administrativa:

a) Departamento de Estudos e Planejamento Agrário;

b) Departamento de Colonização e Migrações Internas;

c) Departamento de Promoção e Organização Rural;

d) Departamento Jurídico;

e) Secretaria Administrativa.

§ 1.º. Cada um dos Departamentos será dirigido por um membro do Conselho de Administração, na conformidade dos respectivos atos de nomeação.

§ 2.º. O Secretário Administrativo será de livre nomeação do Presidente da SUPRA.

Art. 6.º. Passam a constituir o patrimônio da SUPRA:

a) as terras de propriedade ou sob a administração do Instituto Nacional de Imigração e Colonização;

b) as terras de propriedade do Estabelecimento Rural do Tapajós;

c) as terras que pertençam ou que passem ao domínio da União, as quais sirvam para a execução de de plano de colonização;

d) as terras que desapropriar ou que lhe forem doadas pelos governos estaduais municipais, entidades autárquicas e particulares;

e) o acêrvo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, do Serviço Social Rural e do Estabelecimento Rural do Tapajós;

f) os resultados positivos da execução orçamentária.

Art. 7.º. Constituem recursos da SUPRA:

a) o produto da arrecadação das contribuições criadas pela lei número ... 2.613 de 23 de setembro de 1955;

b) quinze por cento .... (15%) da receita do Fundo Federal Agropecuário, a que se refere o Decreto Legislativo n.º 11, de 12 de setembro de 1952;

c) as dotações que constarão; anualmente, no orçamento da União;

d) as contribuições de governos estaduais, municipais ou de outras entidades nacionais ou internacionais;

e) as rendas de seus bens e serviços;

f) rendas eventuais.

Art. 8.º Parte dos recursos da SUPRA será aplicada em serviços de extensão rural e de assistência social aos trabalhadores rurais, diretamente ou através de convênios com entidades públicas ou privadas.

Art. 9.º A aplicação dos recursos destinados à prestação dos serviços referidos no artigo anterior será disciplinada por um Conselho Deliberativo, cujas composição e atribuições constarão de regulamento.

Parágrafo único. Do Conselho Deliberativo farão parte, obrigatoriamente, 1 (um) representante da Confederação Rural Brasileira e outro dos trabalhadores rurais.

Art. 10. As dotações orçamentárias consignadas ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, ao Serviço Social Rural, ao Estabelecimento Rural do Tapajós e ao Conselho da Reforma Agrária serão aplicadas pela SUPRA, até que ajustadas à discriminação orçamentária própria.

Art. 11. As iniciativas e operações a cargo da Carteira de Colonização do Banco do Brasil S. A., criada pela lei n. 2.237, de 19 de junho de 1954, passarão a ser exercidas em cooperação com a SUPRA, visando, obrigatoriamente, a execução do plano básico de reforma agrária ou de projetos específicos que forem aprovados pela SUPRA.

Art. 12. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo criado pela Lei n. 1.412, de 13 de agosto de 1951, se articulará, obrigatoriamente, com a SUPRA para o efeito de elaborar seus programas anuais de operações de crédito, observadas as prioridades que couberem, tendo-se em vista a execução do plano básico de reforma agrária.

Art. 13. A SUPRA, mediante convênios firmados com os Estados, Territórios Federais, Municípios e os estabelecimentos de crédito oficial, poderá participar de empreendimentos regionais e locais visando à execução de projetos específicos de reforma agrária e promover a constituição de empresas estatais ou de economia mista de cujos capitais participará como majoritária.

Art. 14. A SUPRA não poderá despender com pessoal importância superior a cinco por cento (5%) de seu orçamento de receita.

Art. 15. Os servidores públicos, inclusive das autarquias, bem como de sociedades de economia mista poderão, mediante autorização do Poder Executivo, servir à SUPRA, sem prejuízos de vencimentos, direitos e vantagens.

Art. 16. São extensivos à SUPRA os privilégios da Fazenda Pública no tocante à cobrança dos seus créditos e processos em geral, custas, juros, prazos de prescrição, imunidade tributária e isenções fiscais.

Art. 17. O Poder Executivo regulará esta Lei no prazo de sessenta dias, contados da sua publicação.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de outubro de 1962, 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
João Mangabeira
Pedro Paulo de Araújo Suzano
Amaury Kruel
Miguel Calmon
Hélio de Almeida
Renato Costa Lima
Darcy Ribeiro
João Pinheiro Neto
Reynaldo de Carvalho Filho
Eliseu Paglioli
Octavio Augusto Dias Carneiro
Eliezer Batista da Silva
Celso Monteiro Furtado.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

353

AINDA O LACRE

LACRE BRANCO; Entre os Lacres brancos cita o Professor Renato Braga os seguintes:

I — *Miconia albicens* Trins *(Malatons albicens Swarts)* da América tropical a S. Paulo, conhecida por Canela de Velho no Estado da Bahia, Ôlho de Porco no Estado de São Paulo.

2 — *Niconia encidophana* Naud DC, Ocorre na América tropical.

3 — *Niconia prasinia* DC. *(Melastona prasina Swart)*. Ocorre na América tropical, inclusive nas Antilhas.

4 — *LACRE VERMELHO*. *Vignia cearense* Hub. da familia das Clusiaceas (Gutiferas).

Arbusto da chapada e quebradas da Serra do Baturité, cujas as tes e frutos produzem um suco resinoso, amarelo-avermelhado ou alaranjado. Fornece varas para cêrcas e pequenos cálbros.

Com o mesmo nome e propriedades se conhece a *Vignia guarangue* Hub., crescendo igualmente na Serra do Baturité.

354

QUIXABEIRA

Arvore cientificamente denominada *BRUMELIA SANTORUM* Mart. familia Sapotáceas.

Arvore de 10/15 metros de altura, armada de fortes espinhos tendo as extremidades da ponta dos galhos pendentes alternas, simples, inteiras, coriáceas. Flôres perfumadas. Bagas de coloração roxo-escura, quase negra, quando maduras. Frutos comestiveis. Madeira para construção civil e para tôrno.

Cascas adstringentes.

Ocorre do Piauí até o Norte de Minas Gerais.

Conhecida por ROMPE GIBÃO, em diversos Estados.

355

PUPUNHA

Palmeira amazônica, cujos frutos, vermelhos ou amarelos quando maduros, as vêzes sem sementes, constituem excelentes manjar, cozidos ou embebidos no mel dá alto valor nutritivo e gôsto agradável.

356

INDÚSTRIA RURAL

É aquela que permite a industrialização (transformação) dos produtos da lavoura e da pecuária. Não confundir com o beneficiamento, peneiração, limpeza, etc.

Exemplos: açúcar, rapadura, aguardente e álcool; o produto de onde se extrái e a cana. Do milho se extrái o "mucunzá", a cangica, a cangiquinha, o fubá, além de outros produtos.

357

CHACARA

Chácara — habitação junto à cidade onde se cultivam hortaliças e frutas.

O cultivo é feito pelo proprio dono e sua familia.

Por extensão diz-se em relação aos pequenos animais, como aves e porcos.

358

GRANJA

Pequena propriedade rural onde se explora a lavoura e criação, aproveitando-se ao máximo tôda a área.

359

SITIO

Pequena propriedade rural, de cultura variada.

Nela se exploram a lavoura e a pecuária, por seu dono e familiares.

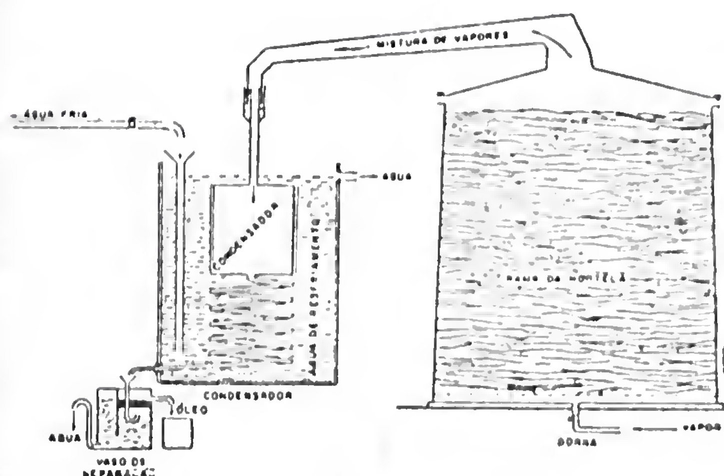
360

AGRESTES

Assim descreve Lutzemburgo os AGRESTES:



Agrestes no alto rio Gurguela, invadido; de elementos da Caatinga, proximo a Jacaré, Piauhy-central. No primeiro plano, à direita, uma Carnaúba encostada à densa Caatinga, à esquerda, arbustos da Caatinga, orlando paus altos dos Agrestess Hymenaea e Bowdichia.



Esquema de um alambique de destilação de fôlhas de menta

"Os agrestes não formam matas no sentido psicologico e ecologico geral, se considerarmos a luz e a umidade. A luz é fatôr do alteamento das árvores e a umidade produz o viço das espécies. A luz chega aos componentes por todos os lados, porque estando as arvores distanciadas os galhos laterais se aproveitam dela com o máximo vigor".

361

MENTOL

A "mentha arvensis", variedade de erva aromática de onde se extrai o mentol, é cultivada no Brasil em cêrca de 12 mil hectares, quase que exclusivamente localizados no Paraná. Durante a última guerra mundial, o mundo ocidental, impossibilitado de se abastecer no Japão, então o maior produtor, encontrou nas plantações brasileiras a sua principal fonte de suprimento. Em 1945, entretanto, uma vez normalizada a situação com a volta do Japão aos mercados internacionais, as vendas brasileiras sofreram forte e brusca contração (crise da hortelã), que determinou, juntamente com a deficiência da variedade cultivada, a fuga dos produtores para outros setores mais rentábeis.

Nos anos posteriores o Instituto Agronômico de Campinas realizou uma série de estudos que resultaram em uma nova variedade, bem mais produtiva do que a primeira trazida pelos colonos japonêses e de maior teor de óleo do que a "mentha piperita" cultivada nos Estados Unidos., que nos trouxe novamente à posição de líderes mundiais na produção de mentol.

A colheita da menta é feita quando o florescimento está adiantado, fase que corresponde ao máximo teor de mentol em seu óleo.

Nas plantações onde são adotadas normas agronômicas modernas uma planta pode durar cerca de 4 anos e permitirá até 3 cortes anuais. Terminada a ceifa, as fôlhas são deixadas no próprio campo até ficarem semi-murchas, sofrendo, em seguida, um processo de destilação em alambique simples.

De um modo geral, o processo de obtenção do óleo obedece a seqüência mostrada na foto que ilustra êste artigo: 1) as fôlhas são depositadas em uma dorna, onde se introduz vapor; 2) êste vapor impregnado dos elementos químicos da menta são dirigidos para um condensador, de onde se obtém o óleo de hortelã.

Segue-se a êste processamento básico o da obtenção do mentol. O óleo de hortelã, por resfriamento a baixa temperatura, transforma-se em mentol cristalizado em agulhas finas e óleo desmentolado, ambos de grande utilização na industria de cosméticos e, mais recentemente, as de cigarros.

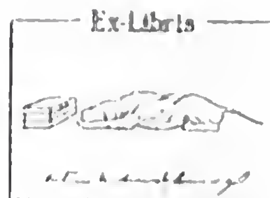
Atualmente, considerando-se um rendimento médio de 80 k de mentol por hectare, pode-se estimar a produção nacional em 640 t anuais, sendo 67% em São Paulo e 33% na Guanabara.

Em 1960 as nossas exportações de mentol elevaram-se a 346 t, apresentando uma receita de divinas da ordem de 4 milhões de dólares, sendo os nossos principais compradores os Estados Unidos (67%), a Inglaterra (14%), a India e a Alemanha (no seu conjunto 19%).

Uma vez resolvido o problema da determinação de uma variedade resistente e produtora de oleo de alto teor, as nossas exportações passaram a apresentar uma tendência ascendente e responsável por quase todo o escoamento da produção interna. A partir dos últimos anos, entretanto, com a expansão do consumo domestico, as expressões quantitativas de nossas vendas aos mercados exteriores têm decrescido, tendência que vem sendo mais do que compensada pela elevação das cotações internacionais, as quais de um nivel relativamente estável em US$ .... 9,00/kg em 1958-59, subiram a US$ 11,50/kg em 1960.

362

EX-LIBRIS



Ao encerrármos essas notas juntamos o Ex-libris que serve para marcar os livros de minha biblioteca particular.

FUNDO FEDERAL AGRO-PECUÁRIO

DECRETO LEGISLATIVO N. 11, DE 1962

Delega ao Poder Executivo podêres para decretar lei criando um fundo de natureza contábil denominado Fundo Federal Agropecuário (FFAP) e estabelece os limites e condições da delegação.

Art. 1.º São delegados ao Poder Executivo, com fundamento no art. 22, parágrafo único, do Ato Adicional, e na forma dos arts. 10, parágrafo único, e 30 e 31 da Lei Complementar ao mesmo Ato, de 17 de julho de 1962, os podêres necessários para decretar lei criando um fundo de natureza contábil denominado Fundo Federal Agropecuário (FFAP), observados os limites e condições seguintes estabelecidos nos artigos seguintes:

Art. 2.º O FFAP terá a seguinte destinação:

I — Ampliar a ação dos serviços técnicos do Ministério da Agricultura, incrementando os trabalhos de pesquisa, experimentação, extensão e fomento com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agropecuárias.

II — Ampliar a ação dos órgãos e serviços responsáveis pelo beneficiamento, industrialização, estocagem e distribuição dos produtos agropecuários, objetivando sua preservação e propiciando melhor abastecimento aos grandes centros de consumo.

Art. 3.º Para melhor consecução dêsses objetivos, o Conselho do FFAP poderá celebrar convênios e acôrdos com órgãos federais e estaduais especializados e com os Governos dos Estados, transferindo-lhes parte de seus encargos.

Art. 4.º As fontes de receita do Fundo Federal Agropecuário terão a seguinte procedência:

I — três por cento (3%) da renda tributária da União;

II — dotações orçamentárias previstas para êsse fim, nos orçamentos da União, ou oriundos de créditos especiais com essa destinação;

III — contribuições de governos estaduais e municipais e de autarquias;

IV — contribuições voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, tanto nacionais como estrangeiras;

V — contribuições de acôrdos, convênios e ajustes internacionais, firmados pelo Brasil para o incremento à agricultura, à pecuária e outros fins;

VI — taxas de qualquer natureza, previstas na legislação vigente do Ministério da Agricultura, para prestação de serviços ou outros fins;

VII — rendas próprias de qualquer natureza arrecadadas por órgãos subordinados ao Ministério da Agricultura;

VIII — juros de depósitos ou operações de crédito e financeiras de qualquer natureza;

IX — emolumentos cobrados pela realização de serviços extraordinários de inspeção sanitaria, animal e vegetal, e por patrulhas aereas, e de motomecanização, expurgo e reexpurgo de vegetais de quaisquer locais;

X — multas previstas em leis e regulamentos sôbre atividades pertinentes aos diferentes órgãos do Ministério da Agricultura;

XI — outras receitas que legalmente lhe possam ser incorporadas.

Parágrafo Único — No exercício de 1962 o FFAP será instalado e mantido com verba originada de operações de crédito realizadas pelo Poder Executivo no montante de 5 bilhões de cruzeiros.

Art. 5.º O FFAP será administrado por um Conselho composto de cinco membros, sob a Presidência do Ministro da Agricultura, seu membro nato, e mais os seguintes:

1) um membro, engenheiro agrônomo, dos Quadros do Ministério da Agricultura, de notorios conhecimentos técnicos;

2) um membro indicado pela Confederação Rural Brasileira;

3) dois membros indicados pelo Ministro da Agricultura, de notórios conhecimentos técnicos e de economia.

Art. 6.º A lei delegada fixará os vencimentos dos membros do Conselho do FFAP.

Art. 7.º Os podêres delegados estarão contidos nos seguintes itens:

I — estimular as atividades do Ministério da Agricultura;

II — simplificar a atuação dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura responsáveis pelo desenvolvimento agropecuário;

III — realizar os trabalhos de pesquisa, experimentação, e extensão, devidamente en-

trosados em benefício da produtividade agropecuária;

IV — criar condições para que a produção agropecuária brasileira tenha expressão econômica, com vistas ao abastecimento interno e ao comércio de exportação;

V — as receitas originárias das fontes a que se refere o artigo anterior, constituirão o Fundo Federal Agropecuário e serão, conforme o caso:

a) as dotações orçamentárias transferidas ao Banco do Brasil S. A. até o dia 31 de janeiro de cada ano, independente de registro do Tribunal de Contas;

b) as provenientes de rendas, taxas diversas, multas e emolumentos por serviços extraordinários realizados de inspeção sanitária e por patrulhas aéreas e motomecanizadas, expurgo e reexpurgo, serão recolhidas pelas alfândegas, recebedorias, coletorias federais ou quaisquer repartições arrecadadoras, o Banco do Brasil S.A. ou suas agências, no prazo máximo de oito dias, mediante guia;

c) as procedentes de outras fontes serão depositadas no Banco do Brasil S.A. ou suas agencias, como as demais, na conta especial do Fundo Federal Agropecuário.

§ 1.º Os recursos arrecadados nos têrmos dêste artigo ficarão no Banco do Brasil S.A., na conta especial do Fundo Federal Agropecuário à disposição do Ministério da Agricultura que os movimentará e utilizará consoante o disposto na presente lei e na regulamentação a ser expedida.

§ 2.º Os saldos do Fundo Federal Agropecuário verificados no Banco do Brasil S.A., inclusive nas Agências, no fim de cada exercicio, serão transferidos para a conta do ano seguinte.

VI — O Fundo Federal Agropecuário será aplicado no fomento às produções animal e vegetal, de acôrdo com os programas de trabalho dos orgãos a que se refere o art. 1.º, como se segue:

a) na realização e ampliação de pesquisas, investigações e trabalhos experimentais e científicos em todos os setores de atividades dos respectivos estabelecimentos agropecuários;

b) na implementação dos resultados das pesquisas e em trabalhos de desenvolvimento da produção agropecuária;

c) na divulgação dos resultados das pesquisas, trabalhos experimentais e atividades extensionistas;

d) na prestação de assistência técnica aos agricultores e criadoras nas propriedades rurais;

e) na prestação de assistência tecnológica às indústrias de produtos de origem animal e vegetal;

f) na inspeção industrial e sanitária e na classificação dos produtos de origem animal e vegetal e suas materias-primas;

g) no combate a doenças e pragas que atacam os animais e as plantas;

h) na criação e multiplicação de reprodutores de alto valor zootécnico;

i) na realização de pesquisas economico-financeiras de interesse agropecuário, bem como, no levantamento de custos de produção e da rentabilidade obtida;

j) na fiscalização de estabelecimentos ou locais de interêsse para agricultura e pecuária, prevista na legislação vigente;

k) no aparelhamento dos órgãos do Ministério da Agricultura que realizem trabalho de pesquisa, experimentação, e extensão e fiscalização agropecuária;

l) no contrato de técnicos nacionais e estrangeiros, bem como, pessoal assalariado para execução de trabalhos não especializados, regendo-se uns e outros pela legislação aplicável à espécie;

m) na realização de cursos de treinamento e aperfeiçoamento para servidores que desempenham atividades em órgãos oficiais, em propriedades agropecuárias e nas indústrias correlatas, nos setores da pesquisa, experimentaçao e extensão;

n) na aquisição de material, tanto permanente como de consumo ou de transformação e no conserto e recuperação de equipamento, de interêsse do desenvolvimento agropecuário;

o) na construção ou aquisição e imoveis e instalações estinaas a realização e pesquisa, investigações e trabalhos experimentais, cientificos e técnicos, bem como de desenvolvimento das produções animal e vegetal;

p) na pagamento de despesas com a movimentação de pessoal e serviços extraordinarios;

q) na representação em reuniões, congressos, conferencias, e em missões de estudo, tanto no pas como no estrangeiro;

r) no aparelhamento de, digo, e ampliação de bibliotecas;

s) na concessão de prêmios a técnicos que mais se distinguirem;

t) na elaboração de motivos educativos de interêsse técnico e cientfico ou de divulgação dos meios agropecuários;

u) na realização de despesas gerais com outras atividades que facultem a atuação dos órgãos e dos técnicos na execução dos seus programas de trabalho previstas na regulamentação a que se refere o artigo 11 desta lei;

v) nas atividades dos órgãos e serviços responsáveis pelo beneficiamento, industrialização, estocagem e distribuição dos produtos agropecuários, objetivando sua preservação e propiciando melhor abasteci-

mento aos grandes centros de consumo.

VII — Compete ao Conselho do Fundo Federal Agropecuário:

a) Administrar permanentemente o Fundo Federal Agropecuário;
b) disciplinar e fiscalizar a arrecadação da receita, promovendo o seu recolhimento ao Banco do Brasil S.A.;
c) aprovar até o dia 30 de novembro de cada ano, os programas de trabalho dos diferentes órgaos a que se refere o artigo 2.º que devam ser custeados pelo Fundo Federal Agropecuário;
d) elaborar plano de trabalho do Ministério da Agricultura, com base nas disponibilidades do Fundo Federal Agropecuário, submetendo ao Ministro de Estado para aprovação até o dia 15 de dezembro de cada ano;
e) resolver sôbre a aceitação de contribuições particulares ou oficiais, tendo em vista as condições apresentadas;
f) promover, pelos meios legais, o desenvolvimento do Fundo;
g) examinar, julgar e aprovar, as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;
h) elaborar, dentro de sessenta (60) dias, o regimento interno do Conselho a ser aprovado pelo Ministro de Estado;
i) coordenar as atividades dos diferentes órgaos do Ministério da Agricultura;
j) promover entrosamentos com as Secretarias de Agricultura Estaduais e com órgãos congêneres visando a celebração de acôrdos, convênios ou ajustes que possibilitem o melhor aproveitamento de recursos na execução de programas de trabalho em proveito da agricultura e da pecuária;
k) estabelecer, de acôrdo com os recursos disponíveis, para a execução das atribuições a que se refere o artigo 8.º e tendo em vista as regiões geo-econômicas agrícolas e pecuárias e o zoneamento das repectivas produções, tratamentos prioritários, face a exigências de abastecimento interno e do comércio de exportação;
l) exercer outras atividades que forem previstas na regulamentação da presente lei e no regimento interno do Conselho.

Parágrafo Único — O Conselho do Fundo Federal Agropecuário terá uma secretaria dirigida por um Secretário Executivo designado pelo Ministro de Estado e integrada com servidores dos orgãos a que se refere o artigo 2.º.

VIII — Para realização dos trabalhos de extensão rural poderá ter instituido o regime de cooperação entre o órgão técnico interessado e as Pre-

IX — O Plano de Trabalho do Ministério da Agricultura, elaborado com os recursos do Fundo Federal Agropecuário, será submetido, pelo Ministro de Estado, à aprovação do Presidente do Conselho de Ministros, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

X — Os recursos do Fundo Federal Agropecuário, resultantes de receita proveniente de taxas, rendas e multas, serão adjudicados aos órgãos indicados no artigo 1.º para execução dos programas de trabalho a que se refere o item

(Continua na pág. 43)



Convênio CR - SNA

CENTRO COOPERATIVO DE TREINAMENTO AGRÍCOLA

Foram ontem entregues aos rapazes que, dentro dos planos do Convênio entre o Conselho Regional do S.S.R. da Guanabara e a Sociedade Nacional de Agricultura, terminaram o estágio dêste ano na Cooperativa Escolar de Produção e Comércio "Arruda Câmara", em torno da qual giram as atividades do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola.

Dos 20 internos, — a partir de março — os mais antigos, 8 receberam certificados de aproveitamento nas seguintes atividades agrícolas, devidamente orientados pelo Eng.º Agr.º Subael Magalhães da Silva: Horticultura (21 projetos); Suinocultura (4 projetos); Avicultura (1 projetos); Indústrias Rurais (5 projetos); Organização Cooperativista (1 projeto).

A nota de maior interêsse foi a distribuição de "retôrno" aos cooperados" — de acôrdo com o número de horas que deram ao trabalho, havendo rapazes que receberam mais de Cr$. . . . . 13.000,00, no total de Cr$ 129.411,20.

Essa modalidade de ensino na Guanabara teve assim a sua primeira experiência, e com grande sucesso, como se vê, se considerarmos que, pelo menos dois dêsses rapazes já saíram dali empregados em estabelecimentos agrícolas, pelas aptidões reveladas durante oito meses de ensino prático e intensivo no Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola. (Veja quadro na página seguinte).



O Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e Executor do Convênio entre o SSR da Guanabara e a Sociedade Nacional de Agricultura, entrega o certificado de aproveitamento ao Cooperado Jorge Santana à sua esquerda, o Diretor do CCTA prepara-se para a entrega do "retorno" a que fez jus o dito Cooperado durante o período de março a dezembro de 1962.



M[illegible] que presidiu os trabalhos [illegible] entrega de certificados dos cooperados do CCTA: da esquerda para a direita Donaldo Carvalho da Paixão, Presidente da Cooperativa de Produção e Consumo "Arruda Câmara"; João Tanajura Vieira, Técnico Agrícola; Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e Executor do Convênio CR-SNA; Eng. Agr. Subael Magalhães da Silva, Diretor do CCTA; Ahyr Delfino Mozer, ex-aluno da "Wenceslão Bello" e Técnico do CCTA; Jorge de Santana, Tesoureiro da Cooperativa Arruda Câmara.

COOPERATIVA ESCOLAR DE PRODUÇÃO E CONSUMO "ARRUDA CAMARA"

COOPERADO	À receber	À descontar	Liquido
1 — Adeli Rodrigues	8.121,96	1.111,66	7.010,30
2 — Abimael Soares da Silva	8.485,20	1.616,66	6.868,62
3 — Celso de Melo Alves Sobrinho	7.993,04	2.326,66	5.666,38
4 — Carlos da Silva	8.189,56	1.191,66	6.988,90
5 — Douglas Cardoso Barbosa	9.235,36	3.159,66	6.075,70
6 — Donaldo Carvalho da Paixão	10.688,64	1.706,66	8.981,98
7 — Elias Braga	7.325,00	2.739,66	4.575,34
8 — Francisco Evangelista de Abreu	11.110,56	1.506,66	9.603,90
9 — Jorge de Santana	6.153,00	1.493,66	4.659,34
10 — José Nazareno Targuêta	5.538,40	56,66	5.481,74
11 — João Vicente Bahia	4.951,12	1.042,00	3.892,12
12 — Silvio Gabriel	7.618,00	926,66	6.691,34
13 — Adjarbas Gouvêia	3.146,96	—	3.140,96
14 — Demétrio Luiz Cordeiro	1.968,96	156,66	1.812,30
15 — Josué Santana Ferreira	3.109,24	156,66	2.952,58
16 — Ilton de Lemos	2.953,42	2.403,66	529,76
17 — Manoel Arthur Luis de Oliveira Neto	2.672,16	156,66	2.515,50

Subael Magalhães da Silva

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICUUTURA NO CONSELHO DO MÉRITO AGRICOLA

Tendo deixado a representação da Associação Brasileira de Imprensa no Conselho da Madalha do Mérito Agrícola da Confederação Rural Brasileira, o Secretario Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, resolveu a Diretoria desta entidade reconduzir aquele antigo colaborador ao referido Conselho, na qualidade de seu delegado.

Eis o oficio dirigido a 6 de novembro pela Sociedade Nacional de Agricultura ao Sr. Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira e do citado Conselho.

"Venho comunicar a V. Excia. que, na Sessão da Diretoria de 3 de outubro de 1962, foi o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral desta Sociedade, designado, por proposta do Dr. Edgard Teixeira Leite, para representante da entidade no Conselho da Medalha do Merito Agricola".

(Conclusão da pág. 31)

IV do artigo 7.º, tendo em vista as fontes de receita de cada um.

XI — O Ministro da Agricultura encaminhará ao Tribunal de Contas, até o dia 30 de abril de cada ano, o balanço dos recursos do Fundo Federal Agropecuário e a documentação relativa às despesas efetuadas no exercício anterior.

XII — Para maior eficiência dos trabalhos a serem realizados, de acôrdo com a presente lei, poderá ser organizado, digo, reorganizado o Ministério da Agricultura, no todo ou em parte, extinguindo, criando ou unindo órgãos e transferindo atribuições de uns e outros.

Art. 8.º A lei decretada, nos têrmos da presente delegação, fixará a sua vigência e revogará as disposições em contrário.

Art. 9.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de setembro de 1962 — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

Associativismo e Cooperativismo

BIBLIOGRAFIA

1 — ALMEIDA Miguel Calmon du Pin e — *As cooperativas de crédito*. Rio de Janeiro. Typ. São Benedito, 1929. 16 p.

2 — AMARAL, Luiz — *O cooperativismo no mundo, no Brasil e em São Pa[illegible]* São Paulo, Liv. ed. Odeon, 1934. 209 p.

3 — — *Organização; tratado brasileiro de coope ativismo*. São Paulo, Rev. Tribunaes, 1938. 501 p

4 — ASSOCIAÇAO BRASILEIRA DE CREDITO E ASSISTENCIA RURAL, Rio de Janeiro — *Manual dos coopes* [illegible] Rio de Janeiro /A.B.C.A.R./ 1959. 55 p.

5 — ASSOCIAÇAO RURAL DE SAO FRANCISCO DE PAULA — *Relatório referente ao biênio 1952/1954*... /s.n.t./ 10 p.

6 — BAHIA. Departamento de assistência ao cooperativismo Seção de [illegible] da e divulgação — *Organização cooperativa da citricultura bahiana*... Salvador, Tip. naval, 1941. 88 p.

7 — BARBOSA, M — *Cooperativismo desde a escola; doutrina, fatos, legislação*. Ro de Janeiro, Coeditora brasilica ,1943. 248 p.

8 — BARROS, Mário da Fonseca Fernandes de — *Idéias práticas para a organização legal das sociedades cooperativas*. Rio de Janeiro, M. da Agricultura. Serv. de documentação, 1945. 70 p.

9 — BARROS, Paulo D. M. MONTEIRO de — *Cooperativismo escolar*, Conferencia pronunciada no Instituto de educação de Florianopolis, em 5 de abril de 1941 /Florianópolis, Imp. oficial, 1941/ 16 p.

10 — BARROSO, Domingos Braga — *O problema cooperativista*. Frtaleza, Tip Minerva /1936/ 187 p.

11 — BARTHOLOMEU, Luiz — *O cooperativismo no abastecimento do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, imp. nacional, 1925. 60 p.

12 — BERGENGREN, Roy F — *Crédito cooperativo*. Rio de Janeiro. Typ. do Serv. do M. da agricultura, 1929. 12 p.

13 — BEZERRA, Andrade — *Manual das cooperativas de consumo*. Rio de Janeiro, Imp. nacional, 1921. 68 p.

14 — BOLOGNA, Italo — *SENAI-INIC, projetos de cooperação*. Rio de Janeiro, SENAI, Serv. de div. e documentação, 1955. 16 p.

15 — BRASIL. Leis, decretos, etc. — *Legislação cooperativista*. Rio de Janeiro, Sec. de agr., ind e com. Div. de Indústria, comércio e organização da produção, 1942. 111 p.

16 — . Rio de Janeiro, Serv. de economia rural, 1953. 67 p.

17 — Rio de Janeiro Serv. de Inf. agricola, 1958. 83 p.

18 — Lei das cooperativas. Rio de Janeiro, Diretoria de Estatistica da Produção. Seção de Publicidade, 1938. 39 p.

19 — . Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1941. 48 p.

20 — . Rio de Janeiro, Serv. de Inf. Agricola, 1944. 43 p.

21 — BRASIL. Ministério da Agricultura — *Instruções para funcionamento da Caixa de crédito aos pescadores e armadores de pesca*. Rio de Janeiro, Dir. de estatistica da produção. Secção de publicidade, 1938. 11 p.

22 — BRASIL Serviço de Economia Rural — *Caixas Raiffeisen*. Rio de Janeiro, Serv. de inf. agricola, 1941. 33 p.

23 — *Conclusões da I Reunião de consultas às cooperativas*. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1952. 108 p.

24 — *Contabilidade nas sociedades cooperativas*. 3. ed. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1953. 25 p.

25 — 4. ed. Rio de Janeiro, Serv. gráfico do I.B.G.E., 1959. 25 p.

26 — *Cooperativismo escolar* (principios, estatutos e contabilidade) 2. ed. /Rio de Janeiro/ M. da agricultura, 1949. 64 p.

27 — O *cooperativismo no Brasil*; trabalho organizado pela Secção de registro e fiscalização das sociedades cooperativas. Rio de Janeiro, Serv. re inf. agricola, 1942. 72 p.

28 — *Instruções para organização de sociedades cooperativas e contabilidade* /Rio de Janeiro/ Serv. econ. rural, 1948. 100 p.

29 — *Instruções para organização de sociedades cooperativas*. 3. ed. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1953, 144 p.

30 — 4. ed. ref. e ampl. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1953. 198 p.

31 — 5. ed. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1958. 199 p.

32 - *Primeira reuião dos chefes das agências do Serviço de economia rural e dos diretores dos órgãos executores dos acôrdo relativos ao cooperativismo e a classificação dos produtos agropecuá-* 61 p.

33 — *Regimentos internos para cooperativas*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1956. 282 p.

34 — *Relação das cooperativas registradas até 30 junho de 194a*. Organzada pela Secção pela Secção de registro e fiscalização das sociedade cooperativas /Rio de Janeiro/ Serv. econ. rural, 1949. 140 p.

35 — *Relação das cooperativas registradas de 1 de julho de 1947 a 30 de junho de 1951;* organizada pela secção de registro e fiscalização das sociedades cooperativas /Rio de Janeiro/ Serv. econ. rural, 1952. 51 p.

36 — Seção de pesquisas econômicas e sociais — *Organização da vida rural, legislação e modelos* /Rio de Janeiro/ Seção de pesquisas econômicas e sociais, 1947. 32 p.

37 — BRASIL. Serviço de inspeção e fomento agricolas — *O cooperativismo e a actuação da Directoria do Serviço de Inspeção e fomento agricolas* Rio de Janeiro, Typ. do M. da agricultura, 1932. 134 p.

38 — — *Fórmulas de estatutos de uma cooperativa de trabalho adoptados pelo Serviços de inspeção e fomento agricolas*. Rio de Janeiro, Typ. São Benedicto, 1931. 9 p.

39 — BRITTO, José Saturnino de — *O capital collectivo e as primeiras cooperativas proletarias* /s.n.t./ 60 p

40 — — *A cooperação depois da guerra* — Respostas à insólita campanha contra o voto singular nas Sociedades cooperativas) Rio de Janeiro, Typ. São Benedicto, 1930. 89 p

41 — — *A cooperação é um estado*. Rio de Janeiro /s.e./ 1925. 180 p.

42 — — *Cooperação evolutiva*. Rio de Janeiro, Tip. Cidade do Rio, 1937. 33 p.

43 — — *Cruzada da cooperação integral;* produção, consumo e crédito nas cidades, nos campos, crédito gratuito agrario... Rio de Janeiro, Benedicto de Souza, 1928. 196 p.

44 — — Da cooperação proletaria à capitalista... Rio /de Janeiro/ Benedicto de Souza, 1928. 20 p.

45 — — *O dominio universal da cooperação;* evolução do agente da ajuda mútua. Comunismo santo... /São Paulo/ Rev. dos tribunais, 1926. 97 p.

46 — — Evolução do cooperativismo... Rio de Janeiro, Casa Mandarino, 1936. 272 p.

47 — — *Reforme-se a lei das cooperativas* (Em tôrno do projecto da lei orgânica das cooperat vas) Rio /de Janeiro/ Typ. São Benedicto, 1931. 40 p.

48 — CAMARA, Antônio de Arruda — *Cooperativismo e organização rural*. Rio de Janeiro, Pap. Mendes, 1940. 40 p.

49 — CAMPOS, Waldemar Loureiro — *Contabilidade de cooperativas*... Curitiba, Secr. agr., ind. e comércio, 1943. 63 p.

50 — CAVINA, Romolo — *Cooperativismo*... Rio de Janeiro, Serv. de inf. agricola, 1949. 15 p.

51 — — *Cooperativismo e abastecimento;* tese para concurso à 14a. cadeira — agricultura aplicada à economia rural. Niterói, Escola fluminense de medicina veterinaria, 1958. 48 p.

52 — CESARINO, Hilario — *Contabilidade cooperativista*... Rio de Janeiro, Directoria de estatisica da produção. Seção de publicidade, 1938. 35 p.

53 — CONGRESSO DE CREDITO COOPERATIVO, 1. Recife, 1923 — *Annaes do 1.º Congresso de crédito cooperativo*. Recife, Imp. official, 1928. 114. p.

54 — ENEAS, Almeida Fontes — *O Conclap e os problemas brasileiros;* discurso pronunciado pelo Sr. Enéas Almeida Fontes, ao assumir a presidência do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) /Rio d eJaneiro /s.e./ 1960. 27 p.

55 — GLEBA — *agricultura e associativismo rural;* Ceará. /Rio de Janeiro/ Confederação rural brasileira, 1961. 31 p.

56 — — ; Maranhão /Rio de Janeiro/ Confederação rural brasileira, 1961. 31 p.

57 — GOUVEIA, Guilherme Teles — *O associativismo rural no Ceará e suas realizações... Fortaleza* /s.e./ 1953. 8 p.

58 — GREDILHA, Adolpho — *Doutrina e pratica do cooperativismo...* Porto Alegre, Cooperativa central União Sul Brasileira. 1945. 298 p.

59 — HEIL, Breno Ferreira & MENDES, Maria Tereza Teixeira — *Como fundar cooperativas...* Rio de Janeiro /Ed. e gráf. Guarany Ltda/ 1956. 22 p.

60 — A HISTÓRIA da cooperativa agricola de Cotia /s.l., s.e./ 1957. 36 p.

61 — HUTCHINSON, Carl R — *A discussao em grupo como methodo de educação cooperativa.* Washington, Dep. de cooperação agricola, 1937. 11 p.

62 — IGLESIAS, Francisco de Assis — *Seriv cultura e cooperativismo;* palestra realizada no Rotary Club de Campinas... Campinas /s.e./ 1936. 8 p.

63 — LABORIAN, Luiz Gouvêa — O *Brasil precisa de cooperativas escolares...* Rio de Janeiro, Serv. de inf. agricola, 1944. 52 p.

64 — LAVIGNE, Eusinio — *A unidade da lavoura, pelo cooperativismo;* as cooperativas semi-estatais e o Instituto de cacau... Bahia, Imp. oficial, 1948. 436 p.

65 — LIMA Jorge Pinto — *Clubes agricolas.* 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro, Serv. de inf. agricola, 1949. 75 p.

66 — LUZ, Fábio Furtado — *Bancos populares e crédito agricola;* sociedades cooperativas. 2. ed. ref. e ampl. Rio de Janeiro, Tip São Benedicto, 1930. 255 p.

67 — LUZ, Fábio Furtado — *Cooperativas agricolas...* Rio de Janeiro, Tip. do M. da agricultura, 1932. 39 p.

68 — — *Cooperativas escolares...* Rio de Janeiro, Civ. brasileira, 1963. 166 p.

69 — — ; outros temas cooperativos. 3. ed Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1942. 287 p.

70 — — 4 4. ed. ref. e atualizada... Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1955. 260 p.

71 — — 5. ed. aum. e atualizada. Rio de Janeiro, Serviço econ. rural, 1960. 405 p.

72 — — *Cooperativismo, colonização, credito agricola...* Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1952. 520 p.

73 — — *Cooperativismo, corporativismo, colonização.* 2. ed. refundida e ampl. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1938. 183 p.

74 — — *O cooperativismo;* suas origens, seus precursores, sua doutrina, sua pratica. Rio de Janeiro, Athena editora, 1935. 135 p.

75 — — *O cooperativismo no Brasil e sua evolução...* Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1939. 295 p.

76 — — *O Direito cooperativo...* Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti ed., 1962. 258 p.

77 — — *Sinopse do movimento cooperativo brasileiro.* Rio de Janeiro, Serv. de inf agricola, 1960 70 p.

78 — — *Sociedades cooperativas.* 2. ed. São Paulo, Gráfico-editora Unitas limitada /1930/ 6 p.

79 — *Temas cooperativos.* Rio de Janeiro, Centro nacional de estudos cooperativos, 1950. 124 p.

80 — — Teoria e prática das Sociedades cooperativas. 3. ed. aum e atual. Rio de Janeiro, Graf. Olímpica, 1946. 663 p.

81 — — O verdadeiro e o falso cooperativismo... these... Rio de Janeiro, Typ. São Benedicto, 1931. 70 p.

82 — MELO, Plácido de — O evangelho em ação social (caixas rurais)... Rio de Janeiro, Imp. nacional, 1944. 93 p.

83 — MINAS GERAIS. Leis, decretos, etc. — Regulamento das cooperativas agrícolas do Estado de Minas Gerais. Bello Horizonte, Imp. official, 1908. 10 p.

84 — MOURA Euclydes — Syndicatos agricolas e caixas ruraes; artigos publicados no jornal "A Federação..." Porto Alegre, Off. Typ. d'A Federação", 1905. 72 p.

85 — MOURA, Valdikl — ABC da cooperação, uma iniciação doutrinaria e pratica. 2. ed. Rio de Janeiro, Serv. de Inf. agrícola, 1961. 115 p.

86 — — Dez faces do Mundo (Suécia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Suiça, Itália, França, Inglaterra, Espanha e Portugal). Uma visão da terra e da gente; aspecto do movimento cooperativismo. Rio de Janeiro, Casa do estudante do Brasil /s.d./ 600 p.

87 — Notícia do cooperativismo brasileiro. São Paulo, Inst. Progresso Editorial s. a. /s.d./ 60 p.

88 — — Pesquisas e estudos de cooperativismo prático. Rio de Janeiro, Serv. de Inf. agrícola ,1930. 95 p.

89 — OZÓRIO ,Joaquim Luiz — Da necessidade da fundação de Associações agrícolas e pastoris no Brasil. Conferência realizada... Bello Horizonte, Imp. official, 1910. 44 p.

90 — PATERNÓ, Stefano — O cooperativismo no Brasil, o programa da Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro; Conferência pública do dr. Stefano Paternó, realizada na séde da Sociedade dos empregados do commercio, em 1 de julho de 1911. Rio de Janeiro, Typ. Cruzeiro, 1911. 32 p.

91 — PLACER, Xavier — Redação oficial para o clube agrícola. 2. ed. Rio de Janeiro, Serv. de Inf. agrícola, 1955. 33 p.

92 — PÔRTO, Hannibal — Cooperação e predência... Rio de Janeiro, Sociedade Nacional de Agricultura, 1923. 92 p.

93 — REUNIAO DE CONSULTAS AS COOPERATIVAS, 2. Recife, 1954. — II Reunião de consulta às cooperativas. Conclusões aprovadas. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1954. 174 p.

94 — REZENDE. Arthur — As cooperativas agrícolas em Minas Gerais e a reversão da sobretaxa... Rio de Janeiro, Typ. do "Jornal do commercio, 1908.

95 — SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria dos negócios da agricultura, indústria e comercio — Departamento de assistencia ao cooperativismo... São Paulo, /Typ. Garroux/ 1934. 53 p.

96 — SOARES, José Júlio — Idéas cooperatistas... Bello Horizonte, Typ. Beltrao, 1914. 202 p.

97 — — Sociedades cooperativas; teoria e pratica... Rio de Janeiro, Liv. ed. Leite Ribeiro, 1929. 365 p.

98 — SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, Rio de Janeiro — Sociedades agricolas do Brazil em 1908... Rio de Janeiro, Rev. dos tribunais, 1909. 68 p.

99 — TÔRRES, João Batista de Vasconcelos — Uma face do problema agrario fluminense /s.l., s.e./ 1951. 182. p.

100 — VIANNA, Renato Segadas — O sindicato no Brasil /Rio de Janeiro, Graf. Olímpica/ 1953. 224 p.

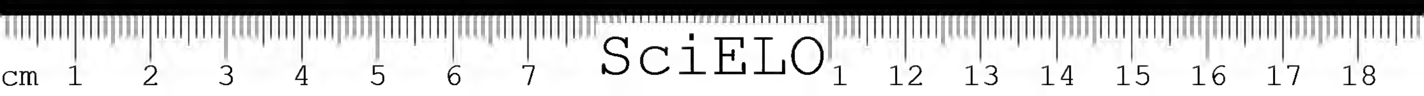
101 — WALL, Norman J. — Crédito federal para sociedades cooperativas nos Estados Unidos... Washington, Dep. de cooperação agrícola, 1937. 37 p.

102 — WELDEN, William C — Associações cooperativas de leite. Washington, Dep. de cooperação agrícola, 1940. 35 p.

Além da presente bibliografia com 102 referências bibliográficas, a biblioteca desta Sociedade também possui, em seu acervo, um número considerável de estatutos de Sociedades agrícolas.


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 1 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 8
SciELO
12 13 14 15 16 17 18